



# GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PLANO PLURIANUAL 2012-2015 Exercício 2013

Belém – Pará

Abril/2014



Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

Rua Boaventura da Silva, 401/403 CEP: 66053-050

Tel.: (91) 3204-7512 / (91) 3225-2384

www.sepof.pa.gov.br

planejamentoestrategico@sepof.pa.gov.br

Belém-Pará-Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP - Belém-PA

Pará. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015. Exercício 2013/ Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico.

2v.:il. Belém: SEPOF, 2014.

1. Pará - Política e governo. 2. Administração pública. 3. Planejamento público - Pará. I. Título

CDD: 351.8115



Governador do Estado do Pará Simão Robison Oliveira Jatene

Vice-Governador do Estado do Pará

Helenilson Cunha Pontes

Assembleia Legislativa do Estado do Pará Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda

**Tribunal de Contas do Estado do Pará** Cipriano Sabino de Oliveira Júnior

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará José Carlos Araújo

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará** Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Justiça Militar do Estado José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

Ministério Público do Estado do Pará Marcos Antônio Ferreira das Neves

Ministério Público de Contas do Estado do Pará Antônio Maria Filgueiras Cavalcante

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios

Elizabeth Massoud Salame da Silva

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado Sofia Feio Costa

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado Ten. Cel. QOPM Fernando Augusto Dopazo Noura

Consultor Geral do Estado Caio de Azevedo Trindade, em exercício

Procurador Geral do Estado Cajo de Azevedo Trindade

**Defensoria Pública do Estado do Pará** Luís Carlos de Aguiar Portela

Auditor Geral do Estado Roberto Paulo Amoras

Presidente da Ação Social Integrada do Palácio do Governo

Carmen Lúcia Dantas do Carmo

Secretário de Estado de Comunicação Daniel Nardin Tavares

**Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão** Adelaide Oliveira de Oliveira

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Luiz Fernandes Rocha

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará Rilmar Firmino de Sousa

Comandante Geral da Polícia Militar do Pará Cel. PM Daniel Borges Mendes

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará

Cel. QOBM João Hilberto Sousa de Figueiredo

Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"
Orlando Salgado Gouvêa Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha

Diretor-Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará

Agostinho Queiroz Soares

Secretaria Especial de Estado de Gestão

Secretária de Estado de Administração

Alice Viana Soares Monteiro

Secretário de Estado da Fazenda

José Barroso Tostes Neto

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Financas

Maria do Céu Guimarães de Alencar

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Allan Gomes Moreira

Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará

Iris Ayres de Azevedo Gama

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará Wallenda Silva Tostes

Diretor Geral da Escola de Governo do Estado do Pará

Ruy Martini Santos Filho

**Diretor-Presidente da Loteria do Estado do Pará** Jorge Otávio Bahia de Rezende

Presidente da Imprensa Oficial do Estado Luis Cláudio Rocha Lima

Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará

Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires

Presidente do Banco do Estado do Pará S/A. Augusto Sérgio Amorim Costa

**Diretora do Núcleo Administrativo e Financeiro** Lucila dos Santos Serique

Secretário Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção David Araújo Leal

Secretário de Estado de Agricultura Andrei Gustavo Leite Viana de Castro

Secretário de Estado de Pesca e Aquicultura André Fernandes de Pontes

Secretária de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez

Secretário de Estado de Turismo Adenauer Marinho de Oliveira Góes

Diretor Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

Sávio Carlos Freire da Silva

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará Paulo Sérgio Pinto Marques Pinheiro



Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

Cleide Maria Amorim de Oliveira

Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S/A

Carlos Augusto Barbosa de Souza

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará

Walter Vieira da Silva

Diretor-Presidente da Companhia Paraense de Turismo

Marcelo José Mendes da Silva

Gerente-Executivo do Núcleo de Gerenciamento do PARÁ RURAL

Antonio Carlos Corrêa Pinto de Oliveira

Diretora Geral do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - CREDCIDADÃO

Elza Aparecida Queiroz

Secretário Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável Vilmos da Silva Grunvald

Secretário de Estado de Transportes

Eduardo Carneiro da Silva

Secretário de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano Luciano Lopes dias

Secretário de Estado de Obras Públicas

Pedro Abílio Torres do Carmo

Secretário de Estado de Meio Ambiente

José Alberto da Silva Colares

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Cláudio Cavalcanti Ribeiro

Presidente do Instituto de Terras do Pará

Carlos Alberto Lamarão Corrêa

Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

Thiago Valente Novaes

Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará

Antonio Bentes de Figueiredo Neto

Diretora-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará

Noêmia de Sousa Jacob

Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará

Abraão Benassulv Neto

Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará

João Hugo Barral de Miranda

Diretor-Presidente da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa

Mário Ramos Ribeiro

Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Pará Cláudio Luciano da Rocha Conde

Diretor-Geral do Núcleo de Gerenciamento de **Transporte Metropolitano** 

César Augusto Brasil Meira

Secretário Especial de Estado de Promoção Social

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Secretário de Estado de Educação

José Seixas Lourenço

Secretário de Estado de Cultura

Paulo Roberto Chaves Fernandes

Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Juarez Antônio Simões Quaresma

Presidente do Instituto de Artes do Pará

Fábio Jorge Carvalho de Souza

Presidente da Fundação Cultural do Pará "Tancredo

Neves"

Carlos Nilson Batista Chaves

Superintendente da Fundação Carlos Gomes

Paulo José Campos de Melo

Superintendente da Fundação Curro Velho

Dina Maria César de Oliveira

Secretário Especial de Estado de Proteção e

**Desenvolvimento Social** 

Adnan Demachki

Secretário de Estado de Saúde Pública

Hélio Franco de Macedo Júnior

Secretário de Estado de Assistência Social

Heitor Márcio Pinheiro Santos

Secretário de Estado de Trabalho, Emprego e Renda

Rodivan dos Santos Nogueira

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

José Acreano Brasil Júnior

Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do

Pará

Fabrizio Augusto Guaglianone de Souza

Diretor Geral do Hospital Ophir Loyola

Vitor Moutinho da Conceição

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia

do Pará

Ana Conceição Matos Pessoa

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e

Hematologia do Pará

Luciana Maria Cunha Maradei Pereira

Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de

Clínicas Gaspar Vianna

Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça

Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

Terezinha de Jesus Moraes Cordeiro

Secretário Extraordinário de Estado de Articulação Municipal

Sérgio Roberto Bacury de Lira

Secretário Extraordinário de Estado para Coordenação do Programa Municípios Verdes

Justiniano de Queiroz Netto



#### Coordenação e Elaboração

#### Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças Maria do Céu Guimarães de Alencar

#### Secretária Adjunta

Maria Cristina Maués da Costa

#### Diretora de Planejamento Estratégico

Rosana Pereira Fernandes

#### **Assessoria**

Inah Tobias Silveira

#### Gerência de Gestão, Governo e Outros Poderes

Rosemery Tillmann da Silva–Gerente Ovanilde Ribeiro Schalcher Roberta Braga Fernandes de Moraes

#### Gerência de Infraestrutura, Ciência e Tecnologia

Denísio de Jesus Costa Lima - Gerente Heraldo Marques Nogueira Willian Frazão de Souza Nice Farias da Silva

#### Gerência de Defesa Social e Direitos Humanos

Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro – Gerente Elesbão de Castro Ewerton Filho Selma Jerônima Mesquita Couto

#### Gerência de Proteção Social

Brenda Rassy Carneiro Maradei– Gerente Elizabeth Rêgo Barros de Oliveira Luciana Santos de Oliveira Marlúcia Puga Cardoso Carvalho Nelma Lúcia Campos do Nascimento Zilfa Freitas Kaluano Augusto da Silva Costa - Estagiário

#### Gerência de Promoção Social

Bernadete de Jesus Barros Almeida - Gerente Edilena Maria Ribeiro da Silva Maria de Nazaré Souza de Mendonça Orlando Santana Rosa Rafaella de Mesquita Nunes - Estagiária

#### Gerência de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Leandro Moraes de Almeida - Gerente Agostinho Lopes Armaud Juçara Maria Gluck Paul Miguel Del Valle Panduro Marcelo Pereira Lobato Mariza Mathis – Estagiária



#### Apoio administrativo

Angela Maria Calice Auad Laurinda Ribeiro Cardoso Karina Conceição Miranda Vieira

#### Assessoria Técnica – Gabinete

Dário Lisboa Fernandes Junior Lucy Araújo de Souza Leão Renato Pinheiro Condurú Junior

#### Administrador do Sistema

Fernando Augusto Altieri Silva

#### Centro de Tecnologia de Informação

José Isaac Alvarez Elarrat Maurício Pampolha do Amaral

#### Colaboradores

Ana Maria da Costa Monte Julio Cezar Barros Borba

#### Secretarias Especiais-Assessorias Técnicas

Ana Cristina Santos Sodré – SEPROS
Olavo Gomes Pereira - SEPROS
João Francisco Garcia Reis - SEGUP
Júlia Cristina Gomes Ferreira - SEGUP
Antonio Cordeiro - GESTÃO
Sara Lorenz Viana da Costa - GESTÃO
Timara Miranda -GESTÃO
Ranolfo Matos - SEDIP
Teresinha Costa - SEDIP
Luciana Coelho Nascimento- SEINFRA
Márcia Trindade Lopes - SEINFRA
Dalva Vasconcelos – SEEPDS

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará - IDESP

Wallenda Silva Tostes - IDESP

#### LISTA DE SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde CIIC - Centro Integrado de Inclusão e Cidadania ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Pará CIOP - Centro Integrado de Operações AGE - Auditoria Geral do Estado do Pará CIRETRAN - Circunscrições Regionais de Trânsito ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado do Pará CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde AMABRASIL - Organização de Desenvolvimento Cultural e CNH - Carteira Nacional de Habilitação Preservação Ambiental CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e APL's - Arranjos Produtivos Locais Tecnológico APOENA - Núcleo de Cultura, Arte e Desporto COHAB - Companhia de Habitação do Pará ARCON - Agência de Regulação e Controle de Serviços CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno Públicos do Estado do Pará CONED/PA - Conselho Estadual sobre Drogas ASIPAG - Ação Social Integrada ao Palácio do Governo COOAPELFA - Cooperativa Agropecuária Leiteira de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural Floresta do Araguaia AVABEL - Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí COSANPA - Companhia de Saneamento do Pará do Município de Belém CPC - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves BANPARÁ - Banco do Estado do Pará CPH - Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará BASA - Banco da Amazônia CRAS - Centro de Referências de Assistência Social BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e CREAS - Centros de Referência Especializado de Desenvolvimento Assistência Social BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e CRS - Centros Regionais de Saúde Social CRV - Certificado de Registro de Veículos BRT - Bus Rapid Transit CRVL - Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo C&TI - Instituições de Ciência & Tecnologia e Inovação CSEM - Centro Socioeducativo Masculino CADASTUR - Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo CTB - Código de Trânsito Brasileiro CADÚnico - Cadastro Único CTI - Centro de Terapia Intensiva CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados DAP's - Declarações de Aptidão CAR - Cadastro Ambiental Rural DATA - Divisão de Atendimento a Adolescente DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único CAT - Grupo de Carreira da Administração Tributária CAZBAR - Companhia Administradora da Zona de Processamento e Exportação de Barcarena DCR - Desenvolvimento Científico Regional CBM - Corpo de Bombeiros Militar do Pará DEAM - Delegacia da Mulher CDP - Companhia das Docas do Pará DEMA - Divisão do Meio Ambiente CEASA - Central de Abastecimento do Pará DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito CEIJMA - Conferência Infanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. DETRAN - Departamento de Trânsito do Estado do Pará DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira Estudos Socioeconômicos CFR - Casas Familiares Rurais **DINTER - Doutorado Interinstitucional** CGE - Consultoria Geral do Estado DIPLAE - Diretoria de Planejamento Estratégico

DNC - Doenças de Notificação Compulsória

CGM - Coeficiente de Mortalidade Geral

CIAM - Centro de Internação Adolescente Masculino

DRCO - Divisão de Repressão ao Crime Organizado	HBV - Vírus da Hepatite B		
EAD - Ensino a Distância	HCV - Vírus da Hepatite C		
EAP - Escola de Administração Penitenciaria	HEMOPA - Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará		
EAS - Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana		
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente	HLA - Antígeno Leucocitário humano		
EGPA - Escola de Governo do Estado do Pará Estado do Pará	HOL - Hospital Ophir Loyola		
ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de	HRCA - Hospital Regional De Conceição Do Araguaia		
Competências de Jovens e Adultos	HRCM - Hospital Regional de Cametá		
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio	HRS - Hospital Regional de Salinópolis		
EPAN - Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição	HRT - Hospital Regional de Tucuruí		
ESF - Estratégia Saúde da Família	HTCU - Vírus Linfotrópico da Célula Humana		
ETA's - Estações de Tratamento de Água	IACP - Instituto das Águas e Clima do Pará		
EXPOTUC - Feira de Exposição de Tucuruí	IAP - Instituto de Artes do Pará		
FAPESP - Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa	IASEP - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará		
FAPESPA - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do	IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente		
Pará	IBAP - Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Pará		
FCG - Fundação Carlos Gomes	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		
FCPTN - Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade		
FCV - Fundação Curro Velho	ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte		
FDE - Fundo de Desenvolvimento do Estado	Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação		
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social	ICT's - Instituições de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará		
FEEL - Fundo Estadual de Esporte e Lazer			
FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente	IDEB - Indice de Desenvolvimento da Educação Básica		
FES - Fundo Estadual de Saúde	IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará		
FIPAT - Fundo de Investimento Permanente de Administração Tributária	IDH - Índice de Desenvolvimento Humano IESP - Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará		
FISP - Fundo de Investimento de Segurança Pública	,		
FPE - Fundo de Participação dos Estados	IET - Índice de Efetividade de Transplante		
FPMC - Fórum Paraense de Mudanças Climáticas	IGAMA - Instituto de Gemas e Joias da Amazônia		
FSCM - Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará	IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária		
FUNCACAU - Fundo de Apoio a Cacauicultura	IML - Instituto Médico Legal		
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Educação	INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas		
FUNDEFLOR - Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal	INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia		
FUNPGE - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado	IOE - Imprensa Oficial do Estado		
FUNTELPA - Fundação Paraense de Radiodifusão	IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados		
GAPARÁ - Companhia de Gás do Pará	IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores		
GFLU - Grupamento Fluvial	JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão		
GRAESP - Grupamento Aéreo de Segurança Pública	JUCEPA - Junta Comercial do Estado Pará		
HAS - Hospital Regional Abelardo Santos	LACEN - Laboratório Central		

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias PMGIRS - Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos LEP - Lei de Execução Penal PMPA - Polícia Militar do Estado do Pará LOA - Lei Orçamentária Anual PMV - Programa Municípios Verdes LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social PMV - Programa Municípios Verdes LSPA - Levantamento Sistemático de Produção Agrícola PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios MAC - Média e Alta Complexidade PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário PNAG-PA - Programa Nacional de Apoio à Modernização da MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Gestão e do Planejamento do Pará Fome POA - Plano Operacional Anual MEC - Ministério da Educação PPA - Plano Plurianual MG - Minas Gerais PQG - Programa de Qualidade de Gestão MINC - Ministério da Cultura PQGFZ - Prêmio Inovação e Qualidade da Gestão Fazendária Ciclo 2013 MINTER - Mestrado Interinstitucional PRA - Planos de Recuperação de Assentamento MRV - Monitoramento Reporte e Verificação PRD's - Pedidos de Realização de Despesa MS - Ministério da Saúde PRISE - Programa de Ingresso Seriado MTE - Ministério do Trabalho e Emprego PROCON/PA - Diretoria de Proteção e Defesa do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família Consumidor PRODEPA - Processamento de Dados do Estado do Pará NESA - Empresa Norte Elétrica S/A PROEJA - Programa de Educação Profissional Articulado à NGPR - Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural Educação de Jovens e Adultos OGE - Orçamento Geral do Estado PROEMXT - Programa de Extensão Universitária OIE - Organização Mundial de Saúde Animal PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas ONG - Organizações não Governamentais e à Violência PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens PAA - Programa de Aquisição de Alimentos PANN - Plano Estadual de Atração de Novos Negócios PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico de Emprego PARATUR - Companhia Paraense de Turismo PRONATEC - Programa Nacional de Educação Tecnológica PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores PROREFIS - Programa de Fomento à Regularização PAS - Plano de Assistência à Saúde dos Servidores **Empresarial** PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público PROSEL - Processos Seletivos PCCR - Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração PTP - Planejamento Territorial Participativo PCT Guamá - Parque de Ciência e Tecnologia Guamá RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável PCTAF's - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores REPET - Rede Paraense de Extensão Tecnológica **Familiares** RISP - Região Integrada de Segurança Pública e Defesa PDAs - Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos Social PDRS - Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável RMB - Região Metropolitana de Belém PED JOVEM - Programa Educativo e Reflexivo de Atenção RPPS - Regime Próprio de Previdência Social a Jovens Usuários de Drogas SAFs - Sistemas Agroflorestais PEQTUR - Programa Estadual de Qualificação do Turismo SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e PEUT - Plano de Maneio do Parque Estadual do Utinga Emergência PGE - Procuradoria Geral do Estado SEAD - Secretaria de Estado de Administração SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social PLANTEC - Plano Territorial de Qualificação Profissional SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas PLG - Plataforma Logística do Guamá

**Empresas** 

SECON - Secretaria de Comunicação Social	SISPAT - SISTEMA DE PALIMONIO IMODINANO		
SECTI - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	SNH - Sistema Nacional de Habitação		
SECULT - Secretaria de Estado de Cultura	SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino		
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação	SOMEC - Associação de Meio Ambiente de Educação e Cidadania		
SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	SPI - Sistema Paraense de Inovação		
SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda	SUAS - Sistema Único de Assistência Social		
SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública			
SEJUDH - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	SUS - Sistema Único de Saúde		
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará		
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará		
SEOP - Secretaria de Obras do Estado do Pará	TIC Tecnologia de Informação e Comunicação		
SEPOF - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Pará		
SERPRO - Serviço de Processamento de Dados	UAB - Universidade Aberta do Brasil		
Servifest - Festival de Música do Servidor			
SESMA - Secretaria Municipal de Saúde	UBS - Unidade Básica de Saúde UCI - Unidade de Cuidados Intensivos		
SESP - Sistema Estadual de Segurança Pública			
SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública	UEPA - Universidade do Estado do Pará		
SETER - Secretaria de Trabalho Emprego e Renda	UEPA - Universidade do Estado do Pará		
SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	UFC - Ultimate Fighter Championship		
SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira	UFOPA -Universidade Federal do Oeste do Pará		
	UFPA - Universidade Federal do Pará		
SICAB -sistema nacional de cadastro do artesanato brasileiro	UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia		
SICONP - Sistema de Controle Preventivo	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina		
SIEDS - Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social	UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos		
SIGHIRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria		
Humanos	UIPP – Unidade Integrada Pró-Paz		
SIM - Sistema de Informação de Mortalidade	UMF - Unidades de Manejo Florestal		
SINABE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	UNACON - Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia		
SINE - Sistema Nacional de Empregos			
SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência	UNITEC - Universidade Tecnológica  UPA - Unidades de Pronto Atendimento		
SISFLORA - Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais	UPFs - Unidades Produtivas Familiares		
SISP/WEB - Sistema Integrado de Segurança Pública	URES - Unidades Regionais de Educação		
	UTI – Unidade de Terapia Intensiva		

SISPAT - Sistema de Patrimônio Imobiliário

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

## SUMÁRIO

## **VOLUME I**

IN	ITRODUÇÃO	29
Ρ	ODER EXECUTIVO	31
G	ESTÃO PÚBLICAPROGRAMA: GESTÃO FAZENDÁRIA	<b> 35</b> 38
	PROGRAMA: GESTÃO GOVERNAMENTAL	44
	PROGRAMA: DEFESA DOS DIREITOS DO ESTADO	47
	PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	50
	PROGRAMA: FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
	PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO	61
	PROGRAMA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL	67
	PROGRAMA: SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	74
	PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	81
	PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	85
	PROGRAMA: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS	90
	PROGRAMA: PACTO PELA CIDADANIA	96
D	IMENSÃO SOCIAL	99
S	EGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIALPROGRAMA: SEGURANÇA PELA PAZ	<b>101</b> 106
	PROGRAMA: PRÓ- PAZ – POR UMA CULTURA DE PAZ	116
	PROGRAMA: SEGURANÇA NO TRÂNSITO	123
	PROGRAMA: GESTÃO INTEGRADA DO CONHECIMENTO	128
	PROGRAMA: PACTO PELA LIBERDADE	133
	PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)	
	PROGRAMA: PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS	144
	PROGRAMA: IGUALDADE ÉTNICO RACIAL E SOCIAL	151
	PROGRAMA: COMBATE ÀS DROGAS	155
Ρ	ROMOÇÃO SOCIALPROGRAMA: EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE	<b>161</b> 165
	PROGRAMA: ESPORTE E LAZER: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL	175
	PROGRAMA: NOSSA ARTE, NOSSA CULTURA	181
	PROGRAMA: O PARÁ QUE LÊ	188
	PROGRAMA: REVITALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL	193
	PROGRAMA: UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO I	
	PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA EDUCAÇÃO	205

PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIALPROGRAMA: ARTESANATO PARAENSE	<b>211</b>
PROGRAMA: ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	
PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	
PROGRAMA: BOLSA TRABALHO	
PROGRAMA: CUIDAR PARA VIVER	
PROGRAMA: DOAR É VIDA	
PROGRAMA: EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
PROGRAMA: GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	
PROGRAMA: HEMOVIDA	
PROGRAMA: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA SAÚDE	
PROGRAMA: PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS	
PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
PROGRAMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
DIMENSÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
PROGRAMA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁV	/EL
PROGRAMA: DISSEMINAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
PROGRAMA: INCLUSÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO - NAVEGAPARÁ	
PROGRAMA: SISTEMA PARAENSE DE INOVAÇÃO	305
PROGRAMA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO	
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO	318
PROGRAMA: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA	324
PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	328
PROGRAMA: ENERGIA NO PARÁ	333
PROGRAMA: HABITAR PARA VIVER MELHOR	336
PROGRAMA: SANEAMENTO É VIDA	341
PROGRAMA: TERRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	349
DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	355
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTEPROGRAMA: PARÁ COMPETITIVO	<b>357</b> 362
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	371
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA	
PROGRAMA: PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS RECURSO NATURAIS DO ESTADO DO PARÁ – PARÁ RURAL	
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	393
PROGRAMA: VER-O-PARÁ	400
PROGRAMA: MUNICIPIOS VERDES	
PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL	414

PROGRAMA: FLORESTA SUSTENTÁVEL	427
Volume II	
PODER LEGISLATIVO	453
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	457
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	
PROGRAMA: COMUNICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	461
PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GOVERNANÇA E GESTÃO DA ALEPA	463
PROGRAMA: QUALIDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO	466
PROGRAMA: SOCIAL COMUNITÁRIO	468
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	471
PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO	473
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	479
PROGRAMA: CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL	
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	
PODER JUDICIÁRIO	491
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	493
PROGRAMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA	498
PROGRAMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO	502
PROGRAMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	505
PROGRAMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL	508
PROGRAMA: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECE FRJ	
PROGRAMA: GESTÃO DE PESSOAS	515
PROGRAMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	518
PROGRAMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL	
MINISTÉRIO PÚBLICO	527
PROGRAMA: DEFESA DA SOCIEDADE	529
ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES	535
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	537
PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	539
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO	541
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	542
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ	543
PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	545

PROGRAMA: LEGITIMAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	
PROGRAMA: MANUTENÇÃO DE GESTÃO	547
PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	
DEFENSORIA PÚBLICA	549

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Agenda Mínima da Área de Gestão3	7
Gráfico 3 – Gestão Governamental: Recurso Financeiro por Fonte, 2013 4	4
Gráfico 4- Defesa dos Direitos do Estado – Recurso Financeiro por Fonte, 2013 4	7
Gráfico 6 Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno – Recurso	
Financeiro por Fonte, 20135	7
Gráfico 7 Modernização da Gestão do Estado – Recurso Financeiro por Fonte, 2013 6	1
Gráfico 8 Comunicação Publica Governamental - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	
Gráfico 9 Seguridade Social do Servidor Público Estadual – Recurso Financeiro por Fonte, 2013	
Gráfico 10 Tecnologia da Informação e Comunicação Recurso Financeiro por Fonte, 20138	2
Gráfico 11 Transparência e Controle Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 8	6
Gráfico 12 Gestão do Planejamento e Informações Estaduais - Recurso Financeiro po Fonte, 20139	
Gráfico 13 Pacto pela Cidadania - Recurso Financeiro por Fonte, 20139	6
Gráfico 14Agenda Mínima na Área de Segurança Pública e Defesa Social	4
Gráfico 15- Segurança pela Paz - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 10	7
Gráfico 16 -PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz - Recurso Financeiro por Fonte,	
201311	7
Gráfico 17- Segurança no Trânsito - Recurso Financeiro por fonte, 201312	3
Gráfico 18 - Gestão Integrada do Conhecimento - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	3
	9
Gráfico 19- Pacto pela Liberdade - Recurso Financeiro por fonte, 201313	4
Gráfico 20- Valorização do Servidor Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) -	-
Recurso Financeiro por fonte, 2013	0
Gráfico 21- Pacto pelos Direitos Humanos - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 14	5
Gráfico 22 -Igualdade Étnico-Racial e Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.15	2
Gráfico 23- Combate às Drogas - Recurso Financeiro por Fonte, 201315	5
Gráfico 24 Agenda Mínima na Área de Promoção Social: Educação, Cultura, Esporte de Lazer	
Gráfico 25 Educação Pública de Qualidade - Recurso Financeiro por Fonte 2013 16	6

Gráfico 26 Esporte e Lazer: Um Caminho para a Inclusão Social - Recurso Financeiro
por Fonte, 2013
Gráfico 27 Nossa Arte, Nossa Cultura - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 181
Gráfico 28 O Pará que Lê - Recurso Financeiro por Fonte, 2013188
Gráfico 29Revitalização, preservação da memória e identidade cultural - Recurso
Financeiro por Fonte, 2013
Gráfico 30 Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará - Recurso
Financeiro por Fonte, 2013
Gráfico 31 Valorização do Servidor da Educação - Recurso Financeiro por Fonte,
2013205
Gráfico 32- Agenda Mínima na Área de Proteção e Desenvolvimento Social: Saúde,
Trabalho e Assistência Social
Gráfico 33- Artesanato Paraense - Recurso Financeiro por Fonte, 2013217
Gráfico 34- Atenção Primária de Saúde – Recursos Financeiro por Fonte, 2013 221
Gráfico 35- Atendimento Socioeducativo - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 227
Gráfico 36- Bolsa Trabalho - Recurso Financeiro por Fonte, 2013232
Gráfico 37- Cuidar para Viver - Recurso Financeiro por Fonte, 2013235
Gráfico 38- Doar é Vida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013240
Gráfico 39- Educação na Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013244
Gráfico 40- Geração de Trabalho, Emprego e Renda - Recurso Financeiro por Fonte,
2013248
Gráfico 41- Hemovida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013255
Gráfico 42- Média e Alta Complexidade na Saúde - Recurso Financeiro por Fonte,
2013259
Gráfico 43- Proteção Social no SUAS - Recurso Financeiro por Fonte, 2013268
Gráfico 44Segurança Alimentar e Nutricional - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.273
Gráfico 45- Vigilância em Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013278
Gráfico 46- Agenda Mínima na Área de Infraestrutura e Logística
Gráfico 47- Ciência e Tecnologia parao Desenvolvimento Sustentável - Recurso
Financeiro por Fonte, 2013291
Gráfico 48- Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação - Recurso Financeiro por
Fonte, 2013
Gráfico 49- Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ - Recurso
Financeiro por Fonte, 2013
Gráfico 50- Sistema Paraense de Inovação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013 306

Gráfico 51- Caminhos para o Desenvolvimento - Recurso Financeiro por Fonte, 2	2013
	311
Gráfico 52- Desenvolvimento Portuário e Hidroviário - Recurso Financeiro por Fo	nte,
2013	319
Gráfico 53-IntegraçãoMetropolitana - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	324
Gráfico 54- Gestão de Obras Públicas - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	328
Gráfico 55- Energia no Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	333
Gráfico 56- Habitar para Viver Melhor - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	336
Gráfico 57- Saneamento é Vida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	341
Gráfico 58- Território de Integração Regional - Recurso Financeiro por Fonte, 20	13.350
Gráfico 59PIB paraense por Valor Adicionado 2013	358
Gráfico 60- Balança Comercial Paraense em 2013	359
Gráfico 61- Agenda Mínima na Área de Desenvolvimento Econômico e Meio Amb	oiente
	361
Gráfico 62- Pará Competitivo - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	363
Gráfico 63- Modernização da Agricultura Familiar - Recurso Financeiro por Fonte	<del>)</del> ,
2013	372
Gráfico 64- Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária - Recurso Financeiro	por
Fonte, 2013	381
Gráfico 65- Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais	do
Estado do Pará – Pará Rural - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	389
Gráfico 66- Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura- Recurso Finar	nceiro
por Fonte, 2013	394
Gráfico 67- Ver-o-Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	401
Gráfico 68- Municípios Verdes - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	408
Gráfico 69- Gestão Ambiental e Territorial - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	415
Gráfico 70- Valorização da Sociobiodiversidade - Recurso Financeiro por Fonte,	2013
	422
Gráfico 71- Floreta Sustentável - Recurso Financeiro por Fonte, 2013	428

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gestao Fazendaria: Recurso Financeiro, 2013	38
Tabela 2 – Gestão Governamental: Recurso Financeiro 2013	44
Tabela 3 Defesa dos Direitos do Estado – Recurso Financeiro, 2013	47
Tabela 4 Valorização do Servidor Público – Recurso Financeiro, 2013	50
Tabela 5 Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno – Recurso	)
Financeiro, 2013	57
Tabela 6 Modernização da Gestão do Estado – Recurso Financeiro, 2013	61
Tabela 7 Comunicação Pública Governamental – Recurso Financeiro, 2013	67
Tabela 8 Seguridade Social do Servidor Público Estadual – Recurso Financeiro, 20	13
	74
Tabela 9 Tecnologia da Informação e Comunicação - Recurso Financeiro, 2013	81
Tabela 10 Transparência e Controle Social - Recurso Financeiro, 2013	85
Tabela 11 Gestão do Planejamento e Informações Estaduais - Recurso Financeiro,	
2013	90
Tabela 12 Pacto pela Cidadania - Recurso Financeiro, 2013	96
Tabela 13 Segurança pela Paz - Recurso Financeiro, 2013	106
Tabela 14 PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz - Recurso Financeiro, 2013	116
Tabela 15 Segurança no Trânsito - Recurso Financeiro, 2013	123
Tabela 16 Gestão Integrada do Conhecimento - Recurso Financeiro, 2013	128
Tabela 17 Pacto pela Liberdade - Recurso Financeiro, 2013	133
Tabela 18 Valorização do Servidor Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP)	) -
Recurso Financeiro, 2013	139
Tabela 19 PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS - Recurso Financeiro, 2013	144
Tabela 20 Igualdade Étnico Racial e Social - Recurso Financeiro, 2013	151
Tabela 21 Combate às Drogas - Recurso Financeiro, 2013	155
Tabela 22 Educação Pública de Qualidade - Recurso Financeiro, 2013	165
Tabela 23 Esporte e Lazer: Um Caminho para a Inclusão Social - Recurso Financei	ro,
2013	175
Tabela 24 Nossa Arte, Nossa Cultura - Recurso Financeiro, 2013	181
Tabela 25 O Pará que Lê - Recurso Financeiro, 2013	188
Tabela 26 Revitalização, preservação da memória e identidade cultural - Recurso	
Financeiro, 2013.	193
Tabela 27 Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará - Recu	rso
Financeiro, 2013	198
Tabela 28 Valorização do Servidor da Educação - Recurso Financeiro, 2013	205

Tabela 29 Artesanato Paraense - Recurso Financeiro, 2013	217
Tabela 30 Atenção Prinária de Saúde – Recurso Financeiro, 2013	221
Tabela 31 Atendimento Socioeducativo - Recursos Financeiros, 2013	226
Tabela 32 Bolsa Trabalho - Recurso Financeiro, 2013	232
Tabela 33 Cuidar para Viver - Recurso Financeiro, 2013	235
Tabela 34 Doar é Vida - Recurso Financeiro, 2013.	240
Tabela 35 Educação na Saúde - Recurso Financeiro	244
Tabela 36 Geração de Trabalho, Emprego e Renda - Recurso Financeiro	248
Tabela 37 Hemovida - Recurso Financeiro, 2013	254
Tabela 38 Média e Alta Complexidade na Saúde - Recurso Financeiro, 2013	259
Tabela 39 Proteção Social no SUAS - Recurso Financeiro, 2013	267
Tabela 40 Segurança Alimentar e Nutricional - Recurso Financeiro, 2013	273
Tabela 41 Vigilância em Saúde - Recurso Financeiro, 2013	278
Tabela 42 Ciência e Tecnologia paraoO Desenvolvimento Sustentável - Recurso	
Financeiro, 2013	290
Tabela 43 Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação Recurso Financeiro,	, 2013
	296
Tabela 44 Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ - Recurso	
Financeiro, 2013	300
Tabela 45 Sistema Paraense de Inovação - Recurso Financeiro, 2013	305
Tabela 46 Caminhos para o Desenvolvimento - Recurso Financeiro, 2013	310
Tabela 47 Desenvolvimento Portuário e Hidroviário - Recurso Financeiro, 2013	318
Tabela 48 Integração Metropolitana - Recurso Financeiro, 2013	324
Tabela 49 Gestão de Obras Públicas - Recurso Financeiro, 2013	328
Tabela 50 Energia no Pará - Recurso Financeiro, 2013	333
Tabela 51 Habitar para Viver Melhor - Recurso Financeiro, 2013	336
Tabela 52 Saneamento é Vida - Recurso Financeiro, 2013	341
Tabela 53 Território de Integração Regional - Recurso Financeiro, 2013	349
Tabela 54 Pará Competitivo - Recurso Financeiro, 2013	362
Tabela 55 Modernização da Agricultura Familiar - Recurso Financeiro, 2013	371
Tabela 56 Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária - Recurso Financeiro,	2013
	380
Tabela 57 Programa de Redução Da Pobreza e Gestão Dos Recursos Naturais o	ob
Estado do Pará – Pará Rural - Recurso Financeiro, 2013	388
Tabela 58 Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura - Recurso Finan	ceiro,
2013	393
Tabela 59 Ver-o-Pará - Recurso Financeiro, 2013	400

Tabela 60 Municipios Verdes - Recurso Financeiro, 2013	407
Tabela 61 Gestão Ambiental e Territorial - Recurso Financeiro, 2013	414
Tabela 62 Valorização da Sóiobiodiversidade - Recurso Financeiro, 2013	421
Tabela 63 Floresta Sustentável - Recurso Financeiro, 2013	427
Tabela 64 - Recursos do Programa 2013	473
Tabela 65 - Indicadores do Programa 2013	473
Tabela 66 - Metas Físicas do Programa 2013	474
Tabela 67 – DemonstrativodaExecuçãoOrçamentáriaporPrograma	482
Tabela 68 – SíntesedaExecuçãoFinanceira	483
Tabela 69 – MetasFísicaseFinanceiras	483
Tabela 70 – SíntesedaExecuçãoFinanceira	487
Tabela 71 – MetasFísicaseFinanceiras	487
Tabela 72 – SíntesedaExecuçãoFinanceira	488
Tabela 73 – MetasFísicaseFinanceiras	488

# **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Agenda Minima da Área de Gestão	37
Quadro 2 – Agenda Mínima na Área de Segurança Pública e Defesa Social	. 105
Quadro 3 Agenda Minima na Área de Promoção Social: Educação, Cultura, Esport	ее
Lazer	. 163
Quadro 4 Agenda Minima na Área de Proteção e Desenvolvimento Social: Saúde,	
Trabalho e Assistência Social	. 215
Quadro 5 Agenda Mínima na Área de Infraestrutura e Logística	. 288
Quadro 6 Agenda Minima na de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	. 361

# **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISP)	102
Mapa 2 - UIPP's e Municípios com Delegacias de Polícia	103

**APRESENTAÇÃO** 

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF),

cumprindo a responsabilidade definida na Lei nº 7.595, de 28 de dezembro de 2011, e

as alterações da Lei nº 7.763, de 12 de dezembro de 2013, apresenta o Relatório Anual

de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual 2012-2015 - Pacto pelo Pará,

exercício 2013.

O presente Relatório constitui-se em instrumento de gestão pública e objetiva,

em especial, prestar contas à sociedade dos resultados das ações governamentais,

destacando os avanços alcançados, assim como as fragilidades que ainda persistem

como desafios à ação pública.

Os compromissos da Agenda Mínima de Governo receberam tratamento

diferenciado, no sentido de demonstrar o estágio de execução de cada ação nas áreas

de Gestão, Segurança e Defesa Social, Proteção Social, Promoção Social, Infraestrutura

e Logística, e Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Este Relatório, que avalia detalhadamente as ações de governo, permite a

todos conferir o esforço desta gestão em avançar na melhoria da prestação de serviços

públicos à população paraense, com o compromisso de "reduzir a pobreza e a

desigualdade social, por meio do desenvolvimento sustentável".

Maria do Céu Guimarães de Alen

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

# **INTRODUÇÃO**

O Plano Plurianual (PPA) constitui-se no principal instrumento de planejamento do Estado do Pará. Preconizado no art. 165 da Constituição Federal e no art. 204 da Constituição Estadual, estabelece os programas com seus objetivos e indicadores de avaliação, bem como as ações que integram cada programa com seus respectivos produtos e metas físicas e financeiras, para fins de ação de governo.

A Avaliação do PPA, uma das fases do ciclo do planejamento, configura-se como instrumento de gestão, na medida em que apresenta à sociedade os resultados da ação pública, oportunizando o exercício do controle social, e possibilita o aperfeiçoamento da ação governamental para os próximos exercícios. A Avaliação Anual do PPA 2012-2015 — Pacto Pelo Pará, relativa ao exercício 2013, disposta na Lei nº 7.763, de 12 de dezembro de 2013, constitui o objeto do presente Relatório.

Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, Defensoria Pública e os Órgãos Constitucionais Independentes, responsáveis pela gestão de seus programas, elaboraram suas próprias avaliações e encaminharam à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF), conforme disciplina a legislação vigente, que foram incorporadas a este Relatório.

Os programas de responsabilidade do Poder Executivo foram avaliados segundo os registros quantitativos e qualitativos efetuados pelos diversos órgãos no Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GP-Pará) e os respectivos Relatórios de Gestão, e ainda, a partir de informações adicionais obtidas junto aos órgãos executores.

Ressalta-se que os registros financeiros foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), que passou por alterações tecnológicas recentes devido à necessidade de adaptação aos parâmetros da Nova Contabilidade Pública. Essas alterações impactaram na migração dos registros financeiros do SIAFEM para o GP-Pará, em especial no final do exercício de 2013, em função de divergência entre as plataformas tecnológicas adotadas pelos dois sistemas, ocasionando registros financeiros diferentes entre os mesmos. Esta situação está sendo corrigida em 2014 e, por essa razão, optou-se pela utilização dos valores financeiros do SIAFEM em detrimento do GP-Pará.

A metodologia adotada para a avaliação dos programas concentrou-se na verificação da execução das metas físicas e financeiras das ações programáticas, bem como na evolução dos indicadores dos programas, e optou-se por não utilizar o Grau de Valoração atribuído aos programas pelo Sistema GP-Pará, que resulta da média entre as metas físicas e financeiras alcançadas ou não alcançadas, devido à atual configuração do Sistema não permitir o redimensionamento das metas físicas nos processos de remanejamento orçamentário, o que distorce os resultados das ações que foram objeto de alterações dessa natureza.

Este Relatório divide-se em dois volumes: o primeiro contém a Avaliação dos Programas de Governo do Poder Executivo, agrupados em quatro dimensões: Gestão e Governo; Social (Segurança e Defesa Social, Proteção Social e Promoção Social); Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente; apresentando-se, de forma diferenciada, os resultados dos compromissos que integram a Agenda Mínima de Governo por área temática. E o segundo volume é composto pelas Avaliações dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Órgãos Constitucionais Independentes.

Destaca-se que no processo de monitoramento realizado ao longo do exercício de 2013, esta gestão de governo buscou assegurar a transversalidade dos programas e suas ações, assim como garantir o alinhamento dos mesmo aos objetivos estratégicos e ao macro-objetivo de governo de "reduzir a pobreza e a desigualdade social, por meio do desenvolvimento sustentável", mediante a realização de Oficinas de Monitoramento bimensais, por área temática, em parceria com as secretarias especiais.

Nesse sentido, o Relatório Anual de Avaliação dos Programas de Governo é o produto final do processo de monitoramento de 2013, que apresentou avanços em relação ao exercício anterior, demonstrados no aumento do percentual de registros efetuados pelos órgãos no Sistema GP-Pará. Ressalte-se que integram esse percentual de 70% apenas os registros considerados tecnicamente consistentes, enquanto que o percentual de 2012, de 66%, incluía todos os registros.





# **GESTÃO DE GOVERNO**

O Estado brasileiro passa por um momento de readequação de sua forma de atuação, no qual a gestão pública é demandada a comprometer-se efetivamente com inovações que permitam a melhoria da prestação de serviços à população, por meio da formulação, avaliação, reordenamento e controle de suas ações.

O cenário para essa mudança estrutural, no caso do Pará, torna-se ainda mais desafiador, tendo em vista os atuais indicadores sociais e econômicos do estado, aliados à sua diversidade territorial. A inovação em metodologias de gestão e execução de ações é fundamental para o alcance efetivo de resultados que correspondam às expectativas e necessidades da sociedade paraense.

Nesse sentido, o Governo do Pará elaborou seu planejamento estratégico, no qual a Área da Gestão está vinculada à diretriz governamental de "Fortalecer a Gestão e Governança com Transparência", por meio da valorização do servidor público estadual; do equilíbrio das contas públicas; e do estabelecimento de parcerias governamentais com todos os segmentos da sociedade, mediante à implementação de instrumentos de transparência das ações e fortalecimento do controle social.

A Área da Gestão Pública abrange sete programas de governo, objeto da presente avaliação.

Sob a perspectiva da responsabilidade fiscal, a arrecadação própria do Estado apresentou crescimento de 3,39%, em 2013, em relação ao ano anterior, destacando-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) que apresentou crescimento real de 6,78% no período. Nesse sentido, os resultados fiscais obtidos em 2013, em comparação às metas propostas na LDO para esse exercício, atestam o compromisso do atual Governo do Estado do Pará em manter uma gestão fiscal equilibrada, condizente com os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para a meta de Resultado Primário fixada em R\$ 88,3 milhões, em 2013, o resultado alcançado foi de R\$ 513,6 milhões, com variação positiva de aproximadamente 480%.

Em 2013, o Estado enfrentou dificuldades financeiras em função da queda das transferências da União, do Fundo de Participação dos Estados (FPE), principal fonte de receita dos recursos transferidos, em consequência da manutenção das desonerações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), estratégia adotada pelo governo federal para aquecer a economia brasileira e enfrentar a crise econômica mundial. A perda do FPE, em 2013, foi de aproximadamente R\$ 400 milhões em

relação ao previsto no orçamento da União. Se adicionadas a essa perda a decorrente do repasse do IPI Exportação, as perdas acumuladas são de aproximadamente R\$ 500 milhões.

Para garantir a continuidade dos investimentos considerados prioritários em áreas como saúde, educação, segurança, saneamento básico e infraestrutura, o Governo do Estado atuou firmemente na captação de recursos adicionais para o financiamento dessas ações, por meio de interlocuções com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de outros agentes fomentadores, concretizada no final do exercício de 2013, e contabilizada como disponibilidade de caixa para 2014.

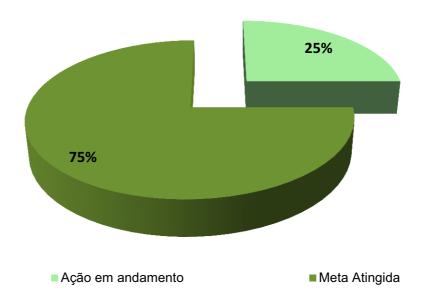
Ressalte-se que também foi dada continuidade à estratégia de consolidação do equilíbrio fiscal por meio da ampliação de mecanismos destinados à manutenção da qualidade e produtividade do gasto público, como exemplo, a utilização do Registro de Preços na modalidade Pregão Eletrônico.

Em 2013, o Estado encerrou o exercício com 103.381 servidores públicos, distribuídos nos órgãos da administração direta e indireta, que desempenham funções primordiais para prestação de serviços à sociedade. E, com o intuito de atender com eficiência às demandas sociais, o Governo do Estado promoveu ações de aperfeiçoamento, realização e efetivação de concursos, capacitação e melhoria da estrutura salarial, dentre outras.

Como medidas concretas foram efetivadas 26.099 ações de capacitação, e a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA) realizou seis Cursos de Pós Graduação Latu Sensu nas áreas de Gestão Pública, Gestão de Pessoas e Gestão de Logística e Patrimônio, atendendo 240 servidores efetivos dos diversos órgãos da administração pública estadual, com recursos oriundos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado do Pará (PNAGE-PA). Ainda com o propósito de profissionalização da gestão do governo e ampliação da prestação de serviços, foram realizados concursos públicos para Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESP), e 1.002 nomeações nas diversas áreas.

Na Área de Gestão e Governo, as ações implementadas em 2013 visaram ao adequado atendimento das demandas da sociedade paraense, das quais três constituem compromissos de Agenda Mínima de Governo, que apresentaram os seguintes resultados:

Gráfico 1 - Agenda Mínima da Área de Gestão



Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014.

Quadro 1 – Agenda Mínima da Área de Gestão

# **METAS ATINGIDAS**

- ✓ Servidor Nota 10;
- ✓ Servifest Festival de Música do Servidor;
- ✓ Gestão de Qualidade Capacitação, premiação e valorização do servidor;

# **AÇÕES EM ANDAMENTO**;

✓ Modernização da Gestão Pública por meio do Termo de Cooperação Técnica firmado entre Governo e Movimento Brasil Competitivo (MBC).

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014.

# PROGRAMA: GESTÃO FAZENDÁRIA

Órgão Responsável: Secretaria da Fazenda (SEFA)

Órgão(s) Executor (es): SEFA

Objetivo: Promover o crescimento real e continuado da arrecadação

Público Alvo: População do Estado do Pará

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 1 – Gestão Fazendária: Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

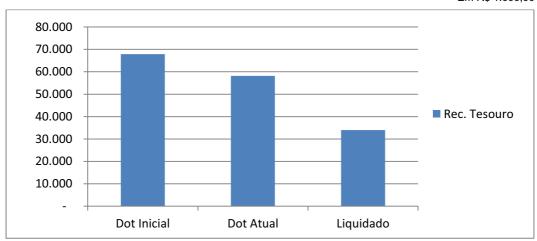
PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução * (E=D/C)
68.229	67.849	58.156	33.952	58

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA R\$ 68,22 milhões de recursos do tesouro estadual. Do total de 58% liquidado, 53,36% foram provenientes de recursos ordinários, que representa a principal fonte de financiamento; 29,53% das taxas de serviços fazendários; 15,45% de operações de crédito internas e externas; e 1,66% do fundo de investimento permanente da administração, que representa a menor parcela do valor executado (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Gestão Fazendária: Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

Em R\$ 1.000,00



Fonte: GEpPA / SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade/ Fonte	Formula do indicador	Órgão responsável pela	Indicador de referência	2012		2013	
		apuração		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento Real na Arrecadação de Impostos Estaduais (%)/SEFA	(Receita Tributária realizada no ano X 100 / Receita Tributária realizada no ano anterior) – 100	SEFA	ND	-	-	12,46	11,24
Índice de Enquadramento de Segmentos Econômicos ao Programa Nota Fiscal Cidadã (Un) /SEFA	Número absoluto de segmentos econômicos enquadrado no Programa Nota Fiscal Cidadã.	SEFA	0	2	4	4	8
Vagas de Capacitação para Servidores Fazendários (Un) /SEFA*	Valor absoluto do nº de vagas ofertadas para capacitação dos servidores fazendários.	SEFA	527	677	1.164	870	1.279
Valores Mínimos da Receita Própria (1.000.000) /SEFA	Valor Absoluto da Receita Própria Estadual (soma das Receitas Tributarias mais Multas e Juros de Mora de Impostos mais a Receita da Dívida Ativa Tributária).	SEFA	6.296	6.549	8.104	7.211	8.025

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Incremento Real na Arrecadação de Impostos Estaduais" representa o incremento da receita tributária do ano atual em relação ao ano anterior. Embora observe-se um incremento de 11,24% em relação ao ano anterior, o índice apurado está abaixo do previsto para o exercício de 2013, uma vez que, apesar da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) apresentar crescimento real de 6,4% no ano de 2013, em relação a 2012, a participação da energia elétrica na arrecadação do ICMS diminuiu de 10,27%, em 2012, para 8,4%, em 2013, resultado da edição do Decreto nº 7.891/13, que regulamentou a Medida Provisória nº 605/13 que dispõe da redução média de 20% nas tarifas de energia elétrica. Tal medida afetou o desempenho da arrecadação de ICMS desse setor, contribuindo para que o resultado do indicador não fosse alcançado.

No que se refere ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a arrecadação desse tributo foi de R\$ 373,7 milhões, em 2013, e de R\$ 325,2 milhões, em 2012, com crescimento real de 8,1%.

A meta prevista no "Índice de Enquadramento de Segmentos Econômicos" deve-se ao trabalho de divulgação e controle para a conscientização da sociedade sobre seus direitos e deveres. Ressalta-se que os 12 segmentos enquadrados no Programa de Nota Fiscal foram: Vestuário/Acessórios; Alimentação; Venda de Móveis; Magazines; Armarinhos; Lojas de Informática e Comunicação; Artigos Recreativos e Esportivos; Artigos de Uso Doméstico; Lojas de Material de Construção; Eletro/ Eletrônico; Eletrodoméstico e Óticas.

Quanto às "Vagas de Capacitação para Servidores Fazendários", o programa está atendendo sua meta por meio de diferentes procedimentos de impacto adotados pela SEFA dentre os quais: o "Programa de Educação Fiscal", que capacitou 5.650 pessoas e ofertou 1.279 novas vagas para a capacitação dos servidores fazendários; o "Programa de Cooperação Técnica entre União Europeia e América Latina", que possibilitou a realização do Curso de Tutores e a Oficina do Pescador Cidadão; o "Programa de Transparência e Comunicação com o Contribuinte", que viabilizou à sociedade acesso a informações financeiras, contábeis, tributárias e de controle por meio do Portal de Serviços; a implantação de 12 centrais de atendimento em diferentes municípios; a implantação de políticas e estratégicas de melhorias dos serviços prestados pelo fisco estadual com a atualização do Manual de Atendimento, implantação de um Modelo de Excelência em Gestão, treinamento para a formação dos avaliadores do Prêmio Inovação e Qualidade da Gestão Fazendária (PQGFZ) -Ciclo 2013; e o dimensionamento do quadro de lotação ideal do Grupo de Carreira da Administração Tributária (CAT), que possibilitou a avaliação dos aspectos qualitativos e quantitativos da estrutura organizacional, bem como o dimensionamento e a otimização da gestão de pessoas para fim de cumprimento da missão institucional da Secretaria da Fazenda (SEFA).

Quanto ao indicador "Valores Mínimos da Receita Própria", o resultado apurado superou em 11,29% o previsto para o exercício, embora tenha ficado abaixo do resultado apurado em 2012.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Gestão Fazendária" tem como objetivo a promoção do crescimento real e continuado da arrecadação, viabilizando a arrecadação de receitas para a execução de políticas públicas. Nesse sentido, as ações criadas para compor o programa possibilitaram a diminuição das distorções identificadas, especialmente nas ações de "Implementação das Ações de Gestão Financeira e Contábil do Estado", "Implementação das Ações do Programa de Educação Fiscal" e "Implementação das Ações do Programa Nota Fiscal Cidadã".

Em 2013, como resultado do programa destaca-se o enquadramento de oito novos segmentos econômicos ao Programa Nota Fiscal Cidadã; a capacitação de 5.650 servidores fazendários para divulgação da cidadania fiscal em diversos municípios e capital e a melhorias dos serviços prestados pelo fisco estadual.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Desenvolvimento e Qualificação de Servidores Fazendários		12	2	Vaga Ofertada/Un.	712	1.249	177

Análise: A ação é executada pela SEFA e tem como objetivo capacitar o servidor fazendário para o desenvolvimento eficiente e eficaz dos processos organizacionais. Nesta ação foram disponibilizados recursos do Fundo de Investimento Permanente de Administração Tributária (FIPAT), bem como do tesouro estadual, sendo executados os recursos do tesouro. A meta física foi atingida, concentrando sua atuação no Município de Belém. Deve-se destacar no cumprimento da meta, cursos junto a UNAMA e diversos temas abordados nos treinamentos que oportunizaram aos servidores ampliação de seu conhecimento e melhor atuação em seu campo de trabalho.

Gestão da Tecnologia da Informação na Área Fazendária	12.353	12.353	100	Plataforma Tecnológica Adequada /Un.	4	2	50
--	--------	--------	-----	---	---	---	----

Análise: A ação é executada pela SEFA e tem como objetivo melhorar a integração dos sistemas corporativos existentes, a qualidade e a segurança da informação. Realizada no Município de Belém, com a quase totalidade do recurso previsto proveniente do tesouro do estado, apresentou baixa execução física, indicando que a meta foi superestimada. Quanto ao resultado alcançado, destacam-se as duas plataformas implantadas, com vistas a promover a ampliação da capacidade de processamento e armazenamento de dados, bem como a interconexão de redes de última geração, permitindo maior agilidade e garantia de memória/arquivo de seus diversos procedimentos.

	Financeiro				Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Gestão Estratégica Integrada da Fazenda Estadual	7.82	7.82	100	Modelo Implementado/ Un.	2	1	50	

Análise: A ação é executada pela SEFA e tem como objetivo a implementação do modelo integrado de planejamento e gestão estratégica, promovendo a eficiência e a eficácia na gestão tributária. Nesse sentido, destaca-se no exercício de 2013 a formação dos avaliadores do Prêmio Inovação e Qualidade da Gestão Fazendária, com o propósito de fomentar a avaliação nas 24 unidades fazendárias e o dimensionamento do quadro de lotação ideal do Quadro de Carreira da Administração Tributária, com a oferta de novas vagas para o quadro da SEFA. Essas ações foram custeadas pelo tesouro do estado, com despesas correntes limitadas ao município de Belém.

Implementação da Administração Tributária e não Tributária	11.000	-	-	Processo Concluído/Un.	-	-	-
i ributaria							

Análise: Esta ação é executada exclusivamente pela Procuradoria Geral do Estado. Não houve dotação orçamentária para a ação, tampouco se previu meta, inviabilizando dessa forma a execução da mesma.

Implementação das Ações do Programa de	16.34	16.34	100	Programa Implantado/ Un.	1	1	100
Educação Fiscal				0			

Análise: A ação é executada pela SEFA e tem como objetivo desenvolver, nos municípios paraenses, ações de sensibilização do cidadão para a função socioeconômica do tributo. Para a execução desta ação foram disponibilizados recursos do Tesouro (recursos ordinários). Destacam-se neste exercício, o Curso de Tributação e Cidadania e o IV Seminário de Educação Fiscal, ocorridos no Município de Santarém.

Implementação das Ações de Gestão Financeira e	346	346	100	Relatório Financeiro e Contábil	22	22	100
Contábil do				Publicado/Un			
Estado							

Análise: A ação executada pela SEFA tem por objetivo gerenciar os recursos financeiros e a contabilidade geral do Estado do Pará com vistas ao equilíbrio das contas públicas. Destaca-se, nesse período, o uso do SIAFEM, resultado de parceria com o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO) e os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí e Alagoas, a fim de viabilizar procedimentos e requisitos necessários para a construção das bases do novo sistema adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Esse sistema facilitará a integração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Modernização da				Modelo de			
Administração	41.917	18.434	44	Administração	1	2	200
Tributária				Tributária/Ūn			

Análise: A ação tem como objetivo ampliar a capacidade operacional nos processos de tributação, arrecadação e fiscalização, e foi executada por diversos meios de financiamento, além de contrapartida estadual, permitindo aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, orçamento e finanças e da transparência da gestão fiscal. As ações de destaque foram: Programa de Fomento à Regularização Empresarial (PROREFIS); as parcerias realizadas com a Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PA), Receita Federal e a Secretaria de Finanças de Belém; a implantação da primeira fase do Novo Sistema de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito que automatiza e padroniza os procedimentos de fiscalização de mercadorias em trânsito; e o acesso das pessoas portadoras de deficiência na aquisição de veículo com isenção do ICMS.

	Financeiro				Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Transparência e Comunicação com o Contribuinte Cidadão	1.130	1.130	100	Canal de Atendimento/U n	7	9	129	

Análise: A ação é executada pela SEFA e tem como objetivo ampliar os meios de atendimento do cidadão aos serviços e as informações financeiras, contábeis, tributárias e de controle social. A meta foi superada em 29%, oportunizando o atendimento ao cidadão por meio de diferentes canais de atendimentos: MSM, Facebook, Nota Fiscal Cidadã /NFC, Portal NFC, Portal de serviços, Site / SEFA, Call Center, Centrais de Atendimento, Domicílio Eletrônico do Contribuinte/ DEC, e 20 Totens (Máquinas de Auto Atendimento). Compete às referidas unidades fazer cumprir as políticas de atendimento e os padrões técnicos estabelecidos pela SEFA, contribuindo para adequar os serviços das Coordenadorias Executivas e Especiais às políticas e estratégicas de melhorias dos serviços prestados pelo fisco estadual.

Análise: A ação é executada pela SEFA e tem como objetivo fortalecer a cidadania fiscal nos processos da administração tributária. Foram disponibilizados recursos do Tesouro e de financiamento contratado. A meta física foi alcançada, com crescimento de adesão, que demonstra o desenvolvimento de uma nova cultura em defesa do pagamento de tributos.

# PROGRAMA: GESTÃO GOVERNAMENTAL

Órgão Responsável: Gabinete do Governador – Casa Civil

Órgão(s) Executor (es): Casa Civil

**Objetivo:** Proporcionar qualidade e eficácia nas ações de atuação governamental

Público Alvo: Gestores do Poder Executivo

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 2 – Gestão Governamental: Recurso Financeiro 2013

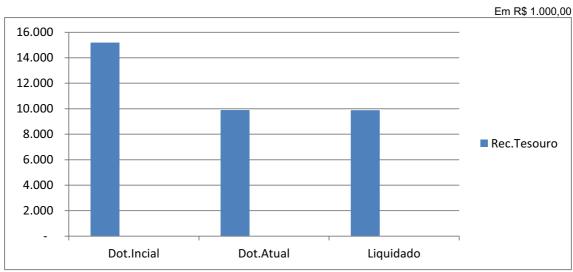
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013( A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução *
	2013 (B)	OGE 2013 ©	(D)	(E=D/C)
15.194	15.194	9.898	9.886	100

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos provenientes do tesouro estadual, utilizados pela Consultoria Geral do Estado (CGE), pelo Gabinete do Governador e Gabinete do Vice Governador para execução das ações em 2013 (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Gestão Governamental: Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

#### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade/Fonte	Fórmula do Indicador	Órgão responsável pela	Indicador de Referência	2012		2013	
		apuração		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Variação do Gasto Governamental (%)	Variação percentual entre o valor do gasto do programa no ano em relação ao ano anterior	SEPOF	ND	-5	3,53	-5	-4,16

A análise do indicador apontou resultado positivo diante da meta prevista, uma vez que o gasto governamental obtido em 2013 foi inferior ao de 2012, o que demonstra tendência para alcançar a meta prevista no próximo exercício.

# - Implementação do Programa

O Programa "Gestão Governamental" tem como objetivo proporcionar qualidade e eficácia nas ações de atuação governamental por meio da sistematização das ações do poder executivo no que tange à disponibilização e manutenção dos imóveis oficiais; o aprimoramento de ações que garantam a logística para a atuação governamental; a necessidade de manutenção e contratação de aeronaves do governo do Estado; a representatividade do Poder Executivo Estadual junto a União. Das cinco ações que compõem o programa, quatro delas cumpriram com as metas que foram planejadas no exercício.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Apoio à Residência Oficial do Governador e Vice-governador	219	219	100	Serviço Mantido /Mês	12	12	100	

Análise: Esta ação é executada pela Casa Militar e pelo Gabinete do Vice — Governador com a finalidade de operacionalizar as atividades demandadas das residências oficiais do governador e vice-governador. Foram disponibilizados R\$ 218,63 mil de recursos do tesouro para a execução dos serviços, de manutenção preventiva e corretiva das referidas residências. A programação foi realizada em sua totalidade nos municípios de Belém e em Salinópolis.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Apoio Logístico para Atuação das Secretarias Extraordinárias	103	103	100	Serviço Mantido/ Mês	12	12	100	

Análise: Esta ação é executada pela Casa Civil e tem como objetivo proporcionar qualidade e eficiência nas ações da atuação das Secretarias Extraordinárias, através da realização de diversos serviços de manutenção e prevenção predial. A programação foi realizada em sua totalidade.

Apoio Logístico para Atuação Governamental	8.335	8.324	100	Serviço Mantido/ Mês	12	12	100
--	-------	-------	-----	----------------------------	----	----	-----

Análise: Esta ação é executada pelo Gabinete do Vice-Governador e visa proporcionar qualidade e eficiência nas ações da atuação governamental, através da viabilidade de diárias civil e militar e contratos de passagens aéreas e de hospedagens. A meta prevista foi realizada em sua totalidade.

Assessoramento Jurídico ao Chefe do Poder	16	14	91	Processo Analisado	1.200	911	76
Executivo							

Análise: Esta ação é executada pela CGE, com o objetivo de orientar sobre os procedimentos jurídicos e administrativos da aplicação das leis e demais atos normativos no âmbito do Poder Executivo. Houve uma superestimativa de meta física.

Gerenciamento dos Serviços de				Serviço				
Transporte	1.061	1.061	100	Mantido/	12	12	100	
Aéreo				Mês				
Governamental								

Análise: A ação é executada pela Casa Militar, com recursos ordinários, como objetivo de viabilizar a manutenção e contratação de aeronaves para atender necessidades do Governo do Estado do Pará. O desempenho fisico-financeiro foi mantido mensalmente o que contribuiu para o bom resultado do Programa.

								_
Implementação								
das Ações da				Serviço				
Representação	166	166	100	Mantido/Mê	12	12	100	
do Estado em				S				
Brasília								

Análise: A ação, executada pela Casa Civil, com recursos ordinários visa assegurar apoio logístico ao Governador, Vice-Governador e aos representantes dos órgãos da administração pública estadual no cumprimento da gestão governamental. As ações foram executadas de acordo com as necessidades do Governo do Estado do Pará, o que favoreceu para um bom desempenho fisico-financeiro. Na revisão do PPA, exercícios 2014-2015, esta ação teve sua denominação alterada para "Representação do Estado em Brasília".

#### PROGRAMA: DEFESA DOS DIREITOS DO ESTADO

Órgão Responsável: Procuradoria Geral do Estado

Órgão(s) Executor (es): PGE

Objetivo: Defender e Orientar o Estado em matéria jurídica

Público Alvo: Cidadão

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 3- Defesa dos Direitos do Estado - Recurso Financeiro, 2013

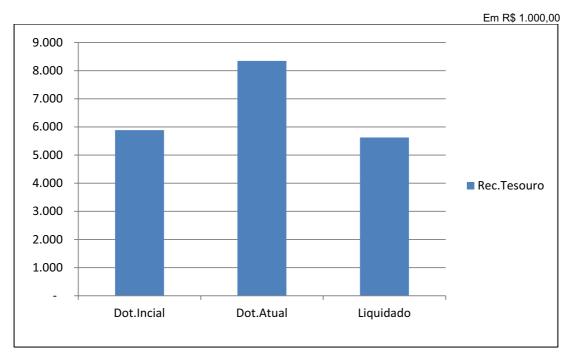
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013( A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	Execução% (E=D/C)
5.887	5.887	8.348	5.625	67

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, em 2013, foram programados no PPA recursos provenientes exclusivamente do tesouro estadual, com 67% de execução (Gráfico 1).

Gráfico 3- Defesa dos Direitos do Estado – Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

#### - Indicadores do Programa

Indicador/Uni dade/	Formula do indicador	Órgão responsável pela pela referência		2012		2013	
Fonte	Fonte	apuração	101010110110	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de resposta com decisões favoráveis	Relação percentual entre o nº de processos analisados com decisões favoráveis e o total dos processos tombados no ano.	PGE	ND	50	56	52	80
Taxa de resposta de pareceres e manifestações exarados pela PGE	Relação percentual entre o nº de pareceres e manifestações exarados e o nº total dos processos demandados no ano	PGE	ND	03	06	04	08

A análise dos indicadores demonstra que a atuação da PGE foi significativa em 2013, propiciando a resolução e orientação de diversas áreas jurídicas: Dívida Ativa, Dívida Consultiva, Cível, Fiscal, Execuções, Ambiental e Fundiária.

#### - Implementação do Programa

O Programa de "Defesa e Direito do Estado" tem o objetivo de defender e orientar o Estado em matéria jurídica, em decorrência dos conflitos existentes na dinâmica social que demandam uma resposta jurídica por parte do Estado. Está estruturado em quatro ações com vistas a dar sustentação às atividades desenvolvidas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE),

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unida de de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Implementação das ações na Procuradoria Setorial de Brasília	130	130	100	Processo Analisado/Un.	7	56	800

Análise: Esta ação, executada pela PGE, tem como objetivo assegurar o assessoramento ao poder executivo, bem como aos órgãos da administração indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado do Pará, em Brasília. A ação inicialmente programada para analisar sete processos, com orçamento do tesouro estadual, encerrou o exercício com o total de 56 processos analisados, utilizando todo o recurso programado. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação migrou para o Programa "Gestão Governamental", fortalecendo a execução de suas ações e contribuindo de forma mais efetiva para o alinhamento e transversalidade entre os programas.

Implementação das Atividades da Procuradoria Geral do Estado	1.628	1.502	92	Processo Analisado/Un.	56	90	162
na Capital							

Análise: Esta ação tem como finalidade assegurar o assessoramento do Poder Executivo, bem como dos órgãos da administração indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado do Pará, em Belém. Ressalta-se que a meta física foi subestimada, igualmente ao observado em 2012, fato a ser observado pelo órgão executor, que deve trabalhar com a premissa de novas atuações, ampliando os resultados a serem alcançados em vista do histórico recente. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação migrou para o Programa "Gestão Governamental", fortalecendo a execução de suas ações e contribuindo de forma mais efetiva para o alinhamento e transversalidade entre os programas

Implementação das Atividades da Procuradoria Geral do Estado nas Unidades Regionais	13	13	100	Processo Analisado/Un.	3	20	673	
--	----	----	-----	---------------------------	---	----	-----	--

Análise: A ação tem como objetivo assegurar o assessoramento do Poder Executivo, bem como dos órgãos da administração indireta, e o ingresso em juízo em nome do Estado nas regiões do Estado do Pará. Observa-se que a realização física foi muito superior ao programado, indicando a necessidade de revisão de meta. Na Revisão do PPA para os exercícios 2014-2015, esta ação será executada no âmbito do Programa "Gestão Governamental".

Implementação de Ações de Desenvolvimento Organizacional 6.576 3.977 60 Processo Concluído/Ur	50	301	602	
---	----	-----	-----	--

Análise: A ação é executada pela PGE e tem como objetivo promover ações que possibilitem ganhos qualitativos no desempenho institucional. Embora tenha sido programada para ser executada com recursos do Tesouro e de Fundos especiais, foi executada com recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado (FUNPGE) que permitiram superar em 500% a meta física prevista. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, essa ação migrou para o Programa "Gestão Governamental".

# PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

**Órgão Responsável:** Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA)

**Órgão(s) Executor (es):** 66 Órgãos Administração Direta e Indireta e 11 CRS- Centro Regional de Saúde.

**Objetivo:** Aprimorar a execução das políticas públicas voltadas para os servidores públicos.

Público Alvo: Servidor Público Estadual

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 4 Valorização do Servidor Público – Recurso Financeiro, 2013

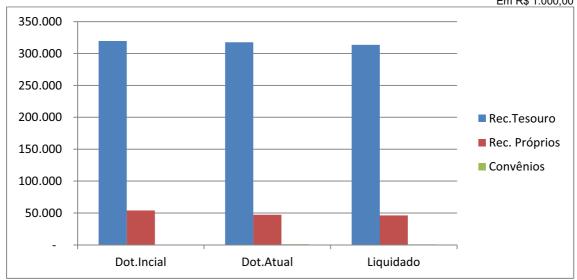
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
474.935	374.186	365.987	360.834	99

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual, recursos próprios e de convênios que totalizaram R\$ 474,93 milhões. Do total de 99% dos recursos liquidados, 87% foram do tesouro estadual que representa a principal fonte de financiamento do programa; 12,8% de recursos próprios; e 0,2% de recursos de convênios (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Valorização do Servidor Público – Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: GEpPA / SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade	Fórmula do	Órgão Responsável	Indicador de	2	012	2013		
/Fonte	Indicador	pela Apuração	Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Número de eventos realizados (seminários, festivais, etc.)/(%)/ EGPA	Variação percentual entre o nº de eventos (seminários, festivais, etc.) realizados em determinado ano em relação ao ano anterior.	EGPA	10	15	24,3	15	50	
Demandas por reabilitação e readaptação atendidas / (%)/ EGPA	Relação percentual entre o número de demandas de reabilitação e/ou readaptação e o total de reabilitação e readaptação efetivados no período do plano.	SEAD	0	15	15	25	-	
Instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado/ (%)/ EGPA	Relação percentual entre o número de instituições estaduais com serviço de saúde ocupacional implantado e o total de instituições estaduais.	SEAD	0	-	-	40	40	
Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica (DIA) (%)/ EGPA	Tempo médio em dias entre o agendamento da perícia e o dia de realização do atendimento.	SEAD	15	5	3	4	4	
Capacitação do servidor (%)/ EGPA	Variação percentual entre o número de capacitações realizadas em determinado ano em relação ao ano anterior.	EGPA	9	15	18,2	15	112,06	
Número de bolsas de pós-graduação concedidas/ (%)/ EGPA	Variação percentual entre o número de bolsas de pósgraduação concedidas em determinado ano em relação ao ano anterior.	EGPA	ND	15	20,6	15	112,50	
Número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc.) (%)/EGPA	Variação percentual entre o número de participantes em eventos (seminários, festivais, etc.) realizados em determinado ano em relação ao ano anterior.	EGPA	-85,34	0	114,8	19	33,11	

O "Número de eventos realizados" teve redução de 50% em virtude de que a 13ª Feira de Talentos, 12º Servifest – Etapa Belém e Grande Final tiveram suas datas reagendadas para o ano seguinte em função do Teatro Margarida Schiwazappa, local dos eventos, estar em obras. As "Demandas por reabilitação e readaptação atendidas" não foram apuradas por não se ter redefinida a avaliação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e a Universidade do Estado do Pará (UEPA), órgãos que executam os serviços técnicos especializados para os servidores públicos.

O indicador "Instituições estaduais com serviço de saúde e segurança do trabalho implantado" alcançou o resultado previsto de 40%. Quanto ao indicador "Tempo máximo entre o agendamento e o atendimento da perícia médica", embora tenha alcançado o resultado previsto para 2013, ficou abaixo do resultado apurado em 2012. Tanto o indicador "Capacitação do servidor" quanto o "Número de bolsas de pós-graduação concedida" tiveram resultados muito acima do previsto, devido ao fortalecimento das ações do governo no sentido de qualificar o servidor público. A redução em 33,11% no "Número de participantes em eventos", promovidos pela EGPA, ocorreu em função da reprogramação de eventos que ocorreriam em 2013 para o próximo exercício.

#### - Implementação do Programa

O Programa de Valorização do Servidor Público tem o objetivo de capacitar os servidores públicos estaduais para fins de aprimoramento da execução das políticas públicas, implementando uma política de gestão de pessoas, que valorize e respeite o servidor público estadual em suas diversas funções. Neste sentido a estratégia de implementação prevista para execução do programa é a elaboração planos voltados para a valorização do servidor e o desenvolvimento de modelos que contemplem o desenvolvimento profissional e pessoal do servidor.

#### Principais Realizações

- ✓ Capacitação profissional de 26.099 servidores público, sendo 20.951 em Belém e 5.148 em outras cidades paraenses;
- ✓ Realização de seis turmas de Pós-Graduação Lato Senso com emissão de 500 certificações, sem custo para os servidores, que refletirão na melhoria dos serviços prestados à população paraense;
- ✓ Festival de Musica do Servidor (Servifest) e Prêmio Servidor Nota 10

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unid ade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Assistência Médica e Odontológica	242.000	-	-	Servidor Beneficiado/ Un	5.243	-	-

Análise: Ação executada pela ALEPA, MP/TCM, MPC/PA, TCM com recursos ordinários, de transferência de convênios e outros, tem como objetivo viabilizar assistência médica, odontológica e psicossocial aos servidores públicos estaduais. Observou-se descompasso na execução fisico-financeira em decorrência da falta de lançamento no sistema GP Pará das metas físicas pelos órgãos executores. Ressalta-se que é facultado aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário, Ministérios e Tribunais, a inserção dos dados físicos no sistema, inviabilizando a análise qualitativa da ação. Na revisão do PPA, para o período 2014-2015, a denominação e o objetivo da ação foram alterados a fim de abranger todos os serviços da área da saúde e psicossocial.

Análise: Esta ação é executada pela SEFA com recursos ordinários do tesouro estadual e do Fundo Estadual de Saúde (FES). Tem como objetivo atender parcela dos servidores que aderiram ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores (PAS), o que demonstra a importância do governo estadual em proporcionar melhor qualidade de vida aos servidores.

Desenvolvimen to de Competências Profissionais	8.709	7.708	87	Servidor Capacitado/U n	31.332	16.797	54
---	-------	-------	----	-------------------------------	--------	--------	----

Análise: Esta ação é executada por 59 órgãos da administração direta e indireta e faz parte da Agenda Mínima de Governo. Desenvolve-se com recursos ordinários, de convênios, de contrapartida, próprios e outros, e tem como objetivo desenvolver habilidades e competências dos servidores, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública estadual. O desequilíbrio na execução fisico-financeira decorreu da falta de registro no sistema GP Pará por 14 órgãos executores, e, do alcance da meta por 16 órgãos. Esta ação demonstra a importância do governo em proporcionar aprimoramento profissional e desenvolvimento da administração pública estadual. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a denominação da ação foi alterada para "Desenvolvimento de Competências e Habilidades Profissionais", visando abranger cada área nas suas especificidades e habilidades profissionais.

Formação							
Continuada do				Servidor			
Servidor	288	109	38	Capacitado/U	303	1	0
Público				n			
Estadual							

Análise: Esta ação é executada pela EGPA e SEMA, através do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA), com recursos ordinários e próprios, e tem como objetivo elevar o desempenho técnico e a produtividade do servidor público. Não houve execução da meta física pela EGPA e nem pela SEMA e os recursos orçamentários destinados a essa finalidade foram utilizados em serviço de consultoria, serviço técnico profissional e despesas patronais. A ação apresentou desempenho fisico-financeiro insuficiente, contribuindo negativamente para o desempenho do programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação teve sua denominação alterada para "Formação Profissional", visando abranger para a formação profissional dos servidores públicos em todas as áreas de governo.

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unid ade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Auxílio Alimentação	105.143	104.370	99	Servidor Beneficiado/Un	57.606	28.591	50

Análise: Esta ação é executada por 62 órgãos da administração direta e indireta, com recursos ordinários, de convênios, de contrapartida, próprios e outros, tendo como objetivo viabilizar auxílio alimentação aos servidores públicos estaduais. Embora a execução tenha sido realizada em 100%, o Sistema GP-Pará apresentou descompasso fisico-financeiro devido a não inserção de dados de 28% dos órgãos nesse sistema. Ressalta-se que nesta ação 72% dos órgãos estaduais registraram mensalmente a execução fisico-financeira no sistema.

Auxílio		17.289	17.146	99	Servidor	40.670	20.354	50
Transporte	)	17.209	17.140	99	Beneficiado/Un	40.679	20.334	50

Análise: Esta ação é executada por 63 dos órgãos da administração direta e indireta, com recursos Ordinários, de convênios, de contrapartida, próprios e outros, e tem como objetivo viabilizar auxílio transporte aos servidores públicos estaduais. Embora a execução tenha sido realizada em 100%, o Sistema GP-Pará apresentou descompasso fisico-financeiro devido a não inserção de dados de 29% dos órgãos nesse sistema. Ressalta-se que nesta ação 71% dos órgãos estaduais registraram mensalmente a execução fisico-financeira no sistema.

Servidor NOTA							
10 – Valorização do Servidor Público	1.435	1.274	89	Servidor Beneficiado/Un	78	78	100

Análise: Esta ação é executada pela EGPA e integra a Agenda Mínima de Governo, com o objetivo estimular o servidor público estadual no desempenho das competências institucionais. Foi realizada com recursos ordinários e a meta prevista foi alcançada, utilizando 89% do orçamento disponibilizado. Tal ação vem demonstrar a importância do governo em proporcionar a valorização do servidor, por meio da premiação e reconhecimento dos 78 servidores participantes indicados como os melhores no desempenho de suas funções.

SERVIFEST -							
Festival de Música do	808	596	74	Evento Realizado/Un	5	4	80
Servidor							

Análise: Esta ação é executada pela EGPA e integra a Agenda Mínima de Governo como objetivo de oportunizar ao servidor público a demonstração do talento artístico musical. Foi executada com recursos ordinários, na realização de quatro eventos nos quais os servidores públicos apresentaram talento artístico musical.

Implementação de ações do Plano de Cargos, Carreiras e	8	-	-	Plano Implementado /Un	4	-	-
Remuneração							

Análise: A ação foi prevista para ser executada pela ARCON, COHAB, SEAS e SESPA, como objetivo de remunerar o trabalho de forma clara e transparente, de acordo com regras estabelecidas no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). O orçamento previsto para esta ação não foi executado e os Planos de Cargos e Carreiras não foram implementados.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unid ade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Pagamento da Gratificação de Desempenho Institucional	48.681	47.363	97	Servidor Beneficiado/ Un	25.979	62.414	240	

Análise: A ação de competência de três Centros Regionais e 10 Órgãos da área de Saúde, com recursos do tesouro vinculado (SUS/Serviços Produzidos), com o objetivo de estimular a produtividade dos servidores no exercício das atividades laborais. O pagamento ao servidor é trimestral e a execução fisico-financeira indica que a meta física foi subestimada em 85% pelos órgãos executores. Esta ação abrange nove Regiões de Integração.

Otimização dos Serviços de Perícia Médica	201	201	100	Pericia Médica Realizada/Un	20.000	16.350	82
---	-----	-----	-----	--------------------------------	--------	--------	----

Análise: Ação executada pela SEAD, com recursos ordinários, tem como objetivo garantir a prestação dos serviços de perícia médica para os servidores públicos estaduais. Obteve excelente desempenho fisico-financeiro, contribuindo de forma positiva ao resultado do programa. Ressalta-se a realização do workshop, "Perícia Médica – normas e procedimentos", voltados aos RH's dos órgãos, com elaboração de material de orientações gerais e a participação de 94 servidores, de 54 órgãos, com o objetivo de realinhar ações que envolvem a inspeção pericial e registro funcionais. Na revisão do PPA, para o período 2014-2015, esta ação e outras três similares foram agregadas em uma nova Ação denominada "Saúde Ocupacional", no sentido de fortalecer a execução das mesmas e permitir melhor acompanhamento e monitoramento.

Implementação de Ações de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho	22	22	100	Órgão Atendido/Un	18	90	500
---	----	----	-----	----------------------	----	----	-----

Análise: A ação executada pela SEAD, com recursos ordinários, tem como objetivo otimizar medidas preventivas de saúde ocupacional nos órgãos da administração pública direta e indireta. A meta física foi programada para realização no Município de Belém e ampliada para outros nove municípios, ajustando-se ao orçamento programado. Esta ação obteve excelente desempenho fisico-financeiro e na revisão do PPA, para o período 2014-2015, foi excluída dada a sua similaridade com outras três ações deste programa, que foram agregadas em uma nova ação denominada "Saúde Ocupacional", no sentido de fortalecer a execução das mesmas.

Implementação de Serviços de Reabilitação e Readaptação do Servidor Público Estadual	-	-	-	Servidor Atendido/Un	5.000	169	3
--	---	---	---	-------------------------	-------	-----	---

Análise: Ação executada pela SEAD E UEPA, com o objetivo de manter o servidor público em plena atividade profissional. Em 2013 não houve disponibilidade orçamentária para sua execução, o que não inviabilizou completamente a execução da meta física, com o atendimento aos servidores realizado pela UEPA. Na revisão do PPA, para o exercício 2014-2015, a ação foi excluída dada sua similaridade com outras três ações deste programa, que foram agregadas em uma nova Ação denominada "Saúde Ocupacional", no sentido de fortalecer a execução das mesmas.

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unid ade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %		
Implementação de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	2162,55	2012,8	93	Servidor Atendido/Un	6.003	8.990	150		

Análise: Esta ação é executada por 12 órgãos da administração direta e indireta, com recursos do tesouro vinculado (SUS/Serviços produzidos) e recursos próprios, e tem como objetivo promover ações para a melhoria da qualidade de vida do servidor público. A ação obteve excelente desempenho fisico-financeiro, impactando positivamente no desempenho do Programa. A meta física com alcance de 50% acima do previsto deve-se ao número de ações que os órgãos desenvolveram ao longo de 2013, como ações de Atenção ao Trabalhador, programação de Dia das Mães, homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Projeto Aposentadoria Planejada, Seminários, Reuniões, dentre outros, que contribuíram para tal resultado.

Análise: Esta ação é executada pelos Encargos SEFA e tem como objetivo atender a parcela do Estado do Pará relativa ao Plano de Assistência a Saúde do Servidor Público (PAS). A ação obteve excelente desempenho fisico-financeira, impactando positivamente no desempenho do Programa, com alcance de 101% acima da meta física prevista.

# PROGRAMA: FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Órgão Responsável: Auditoria Geral do Estado – AGE

**Órgão Executor**: Auditoria Geral do Estado (AGE)

Objetivo: Fortalecer e modernizar o Sistema de Controle Interno do Estado garantindo

a efetivação das políticas do Governo, com ênfase na Agenda Mínima.

Público Alvo: Poder Executivo

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 5 Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno – Recurso Financeiro, 2013

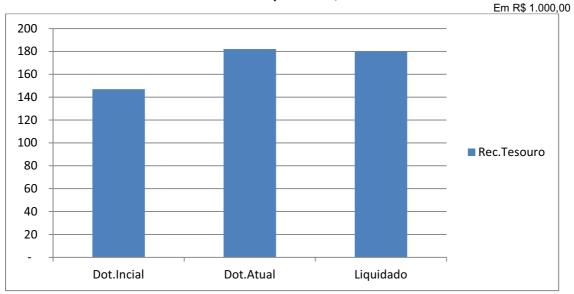
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada OGE	Liquidado (D)	Execução %	
	2013 (B)	2013(C)	2013	(E=D/C)	
147	147	183	181	99	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos provenientes exclusivamente do tesouro estadual no montante de R\$ 147 milhões, que foram suplementados e resultaram na execução de R\$ 181 milhões, correspondentes a 99% do total dos recursos (Gráfico 6).

Gráfico 4 Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno – Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

#### Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade/ Fonte	Fórmula de Indicador	Órgão Responsável pela apuração	Indicador de Referência	2012 Previsto Realizado		2013  Previsto Realizado	
Recursos com improbidades nos processos (%)	Relação percentual entre o total de recursos com improbidades encontradas e o total de recursos analisados.	AGE	80	40	22	30	22

Observa-se, pela apuração dos resultados do indicador, nos anos de 2012 e 2013, que o programa vem alcançando o seu objetivo. Em 2012 houve redução significativa de recursos com improbidades nos processo, caindo de um patamar de 80% para 22%, este resultado se manteve em 2013, o que demonstra que o conjunto de ações que compõe o programa tem respondido significativamente às expectativas.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Fortalecimento e Modernização do Sistema de Controle Interno" tem o objetivo de fortalecer e modernizar o Sistema de Controle Interno do Estado, para fins de enfrentamentos e correção preventiva de legalidade e improbidades das ações dos diversos órgãos e entidades auditados e fiscalizados.

Está vinculado à diretriz de "fortalecimento da gestão e governança com transparência" e foi executado mediante a reorganização e readequação da Auditoria Geral para o desenvolvimento das atividades constitucionais, em especial ás ações de controladoria e corregedoria. Para tanto, a AGE prioriza o fortalecimento do controle social, com a implementação de Ouvidoria, bem como adequando a estrutura do Sistema de Controle Interno às diretrizes nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Na Revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, este programa foi excluído e suas ações serão executadas no âmbito do Programa "Planejamento e Gestão Integrada" contribuindo de forma mais efetiva para o alinhamento e transversalidade entre os programas.

#### Principais Realizações:

- ✓ Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Controle Preventivo (SINCONP);
- ✓ Atendimento de 105 demandas de ouvidoria;
- ✓ Atendimento de 80% de ações de fiscalização.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %		
	Modernização do Parque Tecnológico	-	-	-	Parque Tecnológico Modernizado /Un	2	2	100	

Análise: Esta ação, executada pela AGE, tem como objetivo desenvolver instrumentos que possam melhorar a efetividade das ações do Sistema de Controle Interno. Não houve a utilização dos recursos disponibilizados, destacando-se o desenvolvimento do módulo de gráficos do Sistema de Controle Preventivo (SICONP), adicionando a funcionalidade de gráficos gerenciais, realizado por técnicos da PRODEPA e da AGE. Esta Ação foi excluída na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, e migrou o programa de "Planejamento e Gestão Integrada", de modo a fortalecer a execução das ações e contribuir de forma mais efetiva para o alinhamento e transversalidade entre os programas.

Operacionaliza ção das Ações de Correicionais e 8 8 Tomada de Contas Especiais	100	Processo Instaurado/Un	20	100	500
--	-----	---------------------------	----	-----	-----

Análise: A ação é executada pela AGE, com o objetivo de operacionalizar ações que envolvam processos correicionais e de tomada de contas especiais no âmbito do Estado do Pará. Observou-se inconsistência entre o que foi programado e o que foi executado na meta física, visto que o número de processos instaurados é decorrente das demandas oriundas do Ministério Público do Estado do Pará. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação será executada como ação detalhada na Ação "Operacionalização de Ações de Controle Interno", no âmbito do Programa "Planejamento e Gestão Integrada".

Operacionaliza ção de Ações de	140	140	100	Demanda Instaurada/Un	600	849	142
Controladoria							

Análise: A ação é executada pela AGE e tem como objetivo operacionalizar a avaliação institucional permanente, subsidiando a gestão com informações gerenciais. Para esse exercício, foram disponibilizados, recursos do tesouro estadual (recursos ordinários), e as metas física e financeira foram alcançadas e realizadas no Município de Belém. Esta ação é importante por ser responsável pelo acompanhamento junto aos órgãos/entidades das dispensas e inexigibilidades, por meio do sistema SICONP. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação será executada como ação detalhada na Ação "Operacionalização de Ações de Controle Interno", no âmbito do Programa "Planejamento e Gestão Integrada".

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Operacionaliza ção de Ações de Fiscalização e Auditorias	24	22	92	Processo Realizado/Un	15	12	80	

Análise: A ação tem por objetivo auditar e fiscalizar os recursos públicos, nos termos da legislação vigente. Para esta ação foram disponibilizados recursos do Tesouro estadual (Recursos Ordinários). A ação é executada através de fiscalizações "in loco" ou não nos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, sendo sua principal dificuldade retorno da documentação, quando solicitada, pelos órgãos/entidades, prejudicando os prazos estipulados pela AGE para encerramento da auditoria ou fiscalização. Este Programa foi excluído na Revisão do PPA, exercícios 2014-2015, e esta ação será executada como ação detalhada na Ação "Operacionalização de Ações de Controle Interno", no âmbito do Programa "Planejamento e Gestão Integrada", para melhor execução e monitoramento dos resultados.

Operacionaliza ção de Ações 11 de Ouvidoria	11	100	Demanda Atendida/Un	100	105	105
---	----	-----	------------------------	-----	-----	-----

Análise: A ação é executada pela AGE e tem por objetivo operacionalizar ações de Ouvidoria como instrumento de transparência e controle social e para a garantia da probidade administrativa, com disponibilização de recursos ordinários do estado. A ação é executada por meio das demandas abertas atendidas pela AGE e as metas fisico-financeira foram alcançadas. Esta ação foi excluída na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, e será atendida no âmbito do Programa "Transparência e Controle Social", na Ação "Serviço de Ouvidoria", de modo a contribuir de forma mais efetiva para o alinhamento e transversalidade entre os programas.

# PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO ESTADO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Administração (SEAD)

Órgão(s) Executor (es): BANPARÁ, SEAD, UEPA, ADEPARÁ E IOE

Objetivo: Disponibilizar aos órgãos do Poder Executivo Estadual, técnicas modernas

para melhoria nas práticas de Gestão pública.

Público Alvo: Órgãos Estaduais

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 6 Modernização da Gestão do Estado – Recurso Financeiro, 2013

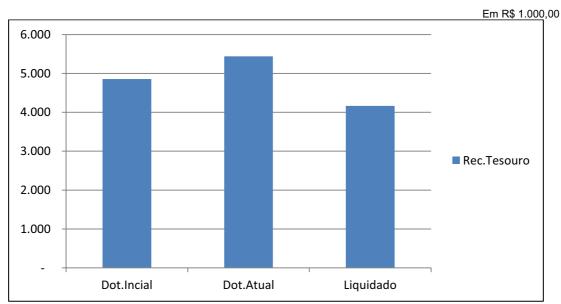
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	Execução %
4.886	4.886	5.473	4.196	77

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, do total de R\$ 5,47 milhões foram disponibilizados para execução do programa R\$ 4,19 milhões, correspondentes a 77% do orçamento atualizado. Desses, 99% foram recursos ordinários e 1% recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta (Gráfico 1).

Gráfico 5 Modernização da Gestão do Estado - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade/ Fonte	Formula do Indicador	Órgão Responsável pela Apuração	Indicador de Referência	2012		2013	
ronte		peia Apuração		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Proporção de Instituições Adesas com Ciclo de Avaliação Completo (%)/SEAD	Relação percentual entre o número de instituições adesas ao PQG e que possuem o ciclo de avaliação completo e o total de instituições adesas ao PQG	SEAD	10	15	24,4	25	-
Proporção de Instituições Avaliadas com Nível de Gestão Acima de 150 Pontos (%)/SEAD	Relação percentual entre o número de instituições avaliadas pelo PQG e que possuem nível de gestão acima de 150 pontos e o total de instituições avaliadas no PQG.	SEAD	2	4	4	10	-
Taxa de Adesão ao Programa de Qualidade na Gestão Pública no Estado do Pará (%)/SEAD	Relação percentual entre o número de instituições que aderiram ao PQG e o total de instituições do Estado	SEAD	68	70	65,3	77	-

O Programa de Qualidade de Gestão (PQG) é a principal referência para apuração dos resultados dos indicadores. No entanto, como o PQG encerrou suas atividades em 2012, não foi possível mensurar o desempenho dos indicadores em 2013, mas, ressalta-se que a execução do conjunto das ações do Programa demonstra avanços em direção ao objetivo proposto.

# - Implementação do Programa

O Programa "Modernização da Gestão do Estado", vinculado à diretriz de "fortalecimento da gestão e governança com transparência", tem o objetivo de disponibilizar aos órgãos do Poder Executivo Estadual técnicas modernas para melhoria nas práticas de gestão pública, decorrente da inexistência de processo de trabalho devidamente estruturados, da ausência de aplicação de métodos gerenciais atualizadas e da falta de capacitação e conhecimento gerencial dos servidores e gestores

Nesse sentido, a estratégia de implementação adotada propôs-se comprometer os dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual da importância de utilizar métodos gerenciais modernos de gestão pública, capacitar os servidores, em metodologias atualizadas de gestão organizacional, para fins de obter melhores resultados na prestação de serviços à população.

#### Principais Realizações:

✓

- ✓ Realização 56 reuniões entre as várias categorias representativas legalmente constituídas como sindicatos, associações, centrais sindicais e comissões de servidores, com os seguintes resultados: concessão de reajuste geral da remuneração dos servidores de nível superior e médio de 9%, com aumento real de 1, 73%. Esse percentual elevou a remuneração dos policiais civis paraenses (Investigadores e Escrivães) à condição de 4ª melhor remuneração do País;
- ✓ Desenvolvimento de módulos gerenciais do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGHIRH), como o Módulo de Saúde Ocupacional dos servidores, que facilitará consultas funcionais, automatizará os prontuários médicos e agilizará os procedimentos relativos à perícia dos servidores;
- ✓ Desenvolvimento do módulo de automatização do cálculo do tempo de serviço dos servidores, permitindo agilidade na concessão desse direito aos servidores;
- ✓ Desenvolvimento do Módulo de Gestão de Cargos e Carreiras;
- ✓ Apoio às unidades de gestão de pessoas dos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, tendo em vista organizar, capacitar e dotar os operadores de recursos humanos do conhecimento necessário ao desenvolvimento das suas atividades;
- ✓ Realização de concursos públicos para a Polícia Civil, com preenchimento de 670 vagas, Polícia Militar do Estado do Pará, com a de 120 (cento e vinte) vagas; concurso público para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), com a oferta de 100 vagas.
- ✓ 1.002 nomeações, que corresponderam a 9,89% das 10.128 realizadas no período 2011-2013;
- ✓ Realização, pela SEAD, de oito atas de registro de preços, com participação dos órgãos e entidades do governo estadual, e ainda realizou a publicação de dois editais referentes aos processos de fornecimento de móveis de uso administrativo e de fornecimento de equipamento e suprimentos de informática;

- ✓ Análise de dez projetos de lei sobre reestruturação organizacional das seguintes entidades da administração pública estadual: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, IOE, SUSIPE, DEFENSORIA PÚBLICA, POLÍCIA MILITAR, LOTERPA, SEMA, PROPAZ, IGEPREV e SEAD.
- ✓ Análise de quatro projetos de criação de entidades, sendo dois da área ambiental – Instituto das Águas e Clima do Pará (IACP) e Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Pará (IBAP);e um da Fundação de Ensino Técnico e Tecnológico do Estado do Pará e do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito (CREDCIDADÃO).

Na Revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, este programa foi excluído e suas ações serão executadas no âmbito do programa "Planejamento e Gestão Integrada" a fim de fortalecer a execução das mesmas bem como contribuir de forma mais efetiva para o alinhamento e transversalidade entre os programas.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado do Pará	3.542	2.344	66	Programa Implementado /Un	1	2	200	

Análise: Esta ação é executada pela SEAD e tem como objetivo fortalecer a capacidade de planejamento e gestão do Estado do Pará. Em 2013, o Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) aplicou recursos na aquisição de bens, capacitações de servidores públicos, modernização da gestão da folha de pagamento executado via Sistema de Gestão Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGIRH), e contratação de consultorias, o que contribuiu para a modernização da gestão pública estadual. A execução orçamentária foi finalizada no primeiro semestre de 2013, face ao encerramento do PNAGE. Diante disso, na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a acão foi excluída juntamente com o programa.

Gestão de Logística do Estado  Sistema de Compras Governamentais Aperfeicoado/Un	200

Análise: Esta ação é desenvolvida pela SEAD, em parceria com o IDESP, e objetiva aperfeiçoar a gestão dos serviços de logística da administração pública direta e indireta. É uma ação fundamental para a formação da gestão pública eficaz, visto que influencia diretamente na aquisição de bens, produtos e serviços da administração, através do realinhamento de valores incompatíveis com o Banco Referencial de Preços, e com bloqueio dos Pedidos de Realização de Despesa (PRD's) em decorrência de sobrepreços. As atividades executadas no processo de logística, como suporte ao desenvolvimento de políticas finalísticas, foram aperfeiçoadas, destacando-se: controle e otimização dos gastos com combustível; gestão de telefonia móvel, com controle das cotas dos acessos corporativos; e gestão de telefonia fixa, em que, segundo o órgão executor, houve uma economia nos gastos. Avalia-se que a execução física e financeira foi compatível com a prevista e visaram o controle e a otimização da aplicação dos recursos públicos, com publicizar melhora na gestão dos gastos.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Gestão de Patrimônio do Estado	582	582	100	Patrimônio Imobiliário e Mobiliário Atualizado/Un	1	1	100

Análise: Esta ação tem como objetivo gerenciar o patrimônio imobiliário e mobiliário do Estado. Em 2013, destacam-se as seguintes realizações: i) monitoramento de Unidades Gestoras, com vistas à efetivação do controle e acompanhamento do ciclo de vida útil dos bens pertencentes ao acervo mobiliário do Estado do Pará; ii) desenvolvimento, em parceria com a PRODEPA, do Sistema de Patrimônio Mobiliário via web (SISPAT WEB); iii) monitoramento quadrimestral dos cadastros, movimentações, baixas e alienações das 96 Unidades Gestoras no SISPAT WEB, buscando a efetiva gestão das ações desenvolvidas na área de patrimônio mobiliário do Estado; iv) implantação do Sistema de Patrimônio Imobiliário (SISPAT IMÓVEIS) e revisão de 92% da base cadastral do acervo imobiliário do Estado, com aproximadamente 120 cadastros imobiliários que se encontravam com informações defasadas, localizados nos municípios de Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Marituba, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá; v) Leilão Público para alienação de materiais e equipamentos inservíveis; e vi) conclusão da etapa inicial da reforma e ampliação do depósito de bens inservíveis do estado. A ação alcançou as metas previstas para o período.

Gestão de Pessoas do Estado	1.095	1.028	94	Política de Gestão de Pessoas Implementada/	1	1	100	
				Un				

Análise: Esta ação é executada pela SEAD e objetiva implementar ações de gestão de pessoas nos órgãos da administração pública direta e indireta. Em 2013, foram concluídos dois anteprojetos de lei dirigidos aos órgãos da administração direta, das autarquias e fundações do poder executivo estadual: Plano de Classificação de Cargos, que objetiva reorganizar o quadro de cargos de provimento efetivo dos órgãos; e Diretrizes para a elaboração de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), que tem a finalidade de avaliar e estabelecer um conjunto de princípios, orientações estratégicas e normas para a elaboração de PCCR, com vistas a profissionalizar a gestão e ampliar a prestação de serviços públicos, foram realizados concursos públicos nas áreas da segurança pública; tributação, arrecadação e fiscalização; e infraestrutura e logística para o desenvolvimento sustentável; com 1.002 nomeações. A ação cumpriu com a meta fisico-financeira programada.

Gestão Organizacional do Estado	41	41	100	Órgão Atendido/Un	1	1	100
---------------------------------------	----	----	-----	----------------------	---	---	-----

Análise: Ação é executada pela SEAD com o objetivo de aprimorar a gestão dos órgãos da administração direta e indireta do estado. Destacam-se o monitoramento a 12 órgãos/entidades, objetivando a adequação e implementação dos planos de melhoria de gestão, para fins de minimizar os entraves nas organizações; análises de dez projetos de lei sobre a reestruturação organizacional de entidades da administração pública estadual; análise de projetos de criação de entidades, sendo dois da área ambiental, um da Fundação de Ensino Técnico e Tecnológico do Estado do Pará, e do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito; elaboração de Projeto de Lei para alteração da Lei nº 5.980/96, que dispõe sobre as entidades qualificadas como Organização Social. Observa-se que houve equívoco na programação da meta física, inviabilizando a avaliação de seus resultados. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, houve a necessidade de alterar o produto e a unidade de medida da ação para Instituição Avaliada/%, a fim de melhor coerência com o objetivo da ação.

Implementação de				Unidade			
Unidades Administrativas de	119	114	96	Administrativa Implementada	3	3	100
Atendimento				/Un			

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %

Análise: Esta ação é executada pela SEAD e tem como objetivo gerenciar as Unidades Administrativas de Atendimento à população— Estação Cidadania. Em 2013 foram mantidas três Unidades de Atendimento, sendo duas localizadas em Belém, nos bairros do Guamá e Jurunas, e uma no Município de Santarém, com a parceria de18 órgãos/entidades que integram essas Unidades. Foram realizados 310.573 atendimentos, relativos à prestação de diversos serviços, como emissão de documentos pessoais, orientação jurídica gratuita, serviços bancários e de postagem com atendimentos de qualidade, e, ainda, realizada a revitalização das Estações, a fim de elevar a qualidade da prestação dos serviços que asseguram ações de cidadania aos paraenses. Os principais parceiros das Estações Cidadania são: Polícia Civil, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, TRE, Defensoria Pública, SETER, SEJUDH, CORREIOS, BANPARÁ, CARTÓRIOS, CREDCIDADÃO, DETRAN, COHAB, IASEP, SEFA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, CELPA, COSANPA e SEAD.

Qualidade i Gestão Púb	-	42	35	82	Órgão Atendido/Un	2	3	150
Estado					7 1131141437 311			

Análise: Esta ação foi executada pela ADEPARÁ e IOE, com o objetivo de melhorar a funcionalidade e efetividade organizacional. A ação alcançou as metas programadas, desenvolvendo projetos que irão contribuir com a qualidade do meio ambiente, bem como minimizar custos financeiros para os órgãos executores. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída e será executada como ação detalhada na Ação "Gestão Organizacional", por caracterizar-se como atividade interna do órgão, no Programa "Planejamento e Gestão Integrada".

# PROGRAMA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM)

**Órgão(s) Executor (es):** ADEPARÁ, ARCON, COHAB, CPH, DETRAN, FCV, FUNTELPA, HEMOPA, IASEP, IMETROPARÁ, IOE, PARATUR, SECOM e UEPA.

**Objetivo:** Publicizar políticas públicas, atos governamentais e informações sócio culturais.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 7 Comunicação Pública Governamental – Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

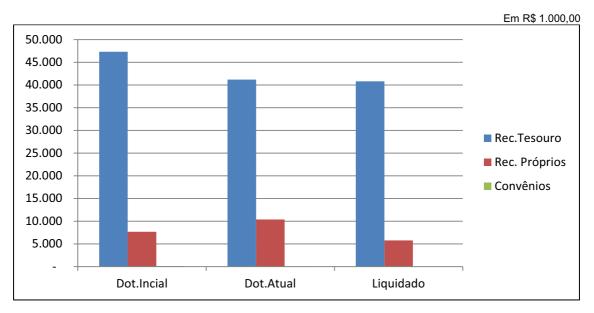
PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado	% Execução	
	2013(B)	OGE 2013©	2013(D)	(E=D/C)	
55.597	55.097	51.620	46.554	90	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual, recursos próprios da administração indireta da ADEPARÁ, ARCON, DETRAN, IOE, IASEP, SECOM, SEOP e SUSIPE e de convênios que totalizaram R\$ 55,59 milhões. Do total executado de 90%, os recursos do tesouro (recursos ordinários) representaram 87% e constituíram-se na principal fonte de financiamento do Programa (Gráfico 8).

Os recursos próprios da administração indireta foram programados inicialmente em R\$ 7,59 milhões, sendo suplementado para R\$ 10,34 milhões e executado R\$ 5,73 milhões. Os recursos provenientes de convênios representaram 0,2% do total planejado e não tiveram execução orçamentária.

Gráfico 6 Comunicação Publica Governamental - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/Unidade/ Fonte	Fórmula do Indicador	Órgão Responsável pela apuração	Indicador de Referência	2012		2013	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Média mensal do nº matérias produzidas pelo site "Agência Pará" (matéria/mês) /SECOM	Somatório do nº de matérias publicadas no site da "Agência Pará" no ano dividido por 12 meses.	SECOM	600	800	733	800	1.413
Número de alunos atendidos por ações da comunicação governamental (Un)/SECOM*	Variação percentual entre o nº de alunos atendidos com ações da comunicação governamental no ano em relação ao ano anterior.	SECOM	ND	4.000	2.255	5.000	2.700
Número de campanhas publicitárias atendidas (%)/SECOM	Número de campanhas publicitárias atendidas no ano.	SECOM	ND	300	111	400	592
Número de usuários do TUCUPIX (Un)/SECOM*	Número absoluto de usuários efetivos do TUCUPIX	SECOM	0	100000	-	150000	-

Indicador/Unidade/ Fonte	Fórmula do Indicador	Órgão Responsável pela apuração	Indicador de Referência	2012		2013	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento do número de sinais de frequências nos municípios paraenses (%)/FUNTELPA	Variação percentual entre o nº de sinais de publicizar nos municípios paraenses no ano em relação ao ano anterior.	FUNTELPA	ND	-	9,38	0	1,43
Número de Municípios com sinal de retransmissão da TV Cultura do Estado (Un)/FUNTELPA*	Número de municípios com sinal de retransmissão da TV cultura no ano.	FUNTELPA	105	111	104	116	112

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Em função de alguns indicadores não serem adequados para a apuração do desempenho do Programa, na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foram excluídos três indicadores: o indicador "Número de alunos atendidos por ações da comunicação governamental"; o "Número de usuários do TUCUPIX"; e o "Número de municípios com sinal de retransmissão da TV Cultura do Estado".

O indicador "Média mensal do número de matérias produzidas pelo site Agência Pará" apresentou resultado acima do esperado em 76,62%; o indicador "Número de campanhas publicitárias atendidas" superou em 48% o resultado esperado; e o indicador de "Incremento do número de sinais de frequências nos municípios paraenses" não disponibilizou base de referência quando foi elaborado e nem previsão de apuração para o exercício de 2013, entretanto quando na comparação com o ano anterior o resultado apurado foi positivo, porém em menor escala.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Comunicação Pública Governamental" foi elaborado com o objetivo de publicizar políticas públicas, atos governamentais e informações sócio culturais. Está estruturado em um conjunto de 14 ações, visando promover a cidadania por meio da informação de qualidade, valorizando a cultura e a informação.

Seus resultados estão diretamente relacionados ao objetivo estratégico de "Assegurar a Transparência das Ações do Governo".

As ações que compõem o Programa são executadas pelos Órgãos: ADEPARÁ, ARCON, COHAB, CPH, DETRAN, FCV, FUNTELPA, HEMOPA, IASEP, IMETROPARÁ, IOE, PARATUR, SECOM e UEPA, no entanto, a atuação desses órgãos executores não tem ocorrido de maneira integrada, uma vez que executam ações diferentes com objetivos e resultados similares.

O Programa obteve de modo geral bom desempenho fisico-financeiro, com algumas metas superestimadas ou subestimadas.

Na revisão do PPA para os anos de 2014-12015, 12 ações foram excluídas do programa, em função de suas similaridades, agregando-se a outras ações incluídas no programa, visando a melhor articulação e monitoramento dos resultados.

#### Principais realizações:

- ✓ Instalação de 71 RTV's (Retransmissoras de Sinais de TV) nos 112 municípios cobertos pela TV Cultura;
- ✓ Implantação de duas novas afiliadas contratadas nas cidades de São Sebastião da Boa Vista e Bom Jesus do Tocantins;
- ✓ Manutenção de 41 repetidoras e retransmissoras de TV, com aquisição de novos equipamentos e inauguração da repetidora no Município de Oeiras do Pará, que não estava incluído na programação inicial de 2013;
- ✓ Transmissão ao vivo no Estado de 139 eventos o dobro de transmissões em relação a 2012;
- ✓ Realização de gravações de shows e festivais, além da transmissão de jogos do campeonato paraense de futebol;
- ✓ Implantação da Agência de Registro (AR), na Imprensa Oficial do Estado, que faz a emissão de Certificados Digitais; e
- ✓ Investimentos em software leitor de Diário Oficial para dispositivos móveis.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	%(G=F/E)	
Adequação do Prédio da FUNTELPA	-	-	-	Infraestrutura Adequada/Un	1	-	-	

Análise: Esta ação foi executada pela Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), no Programa "Gestão de Obras Públicas", ação "Conservação de Imóveis Públicos", com recursos do tesouro estadual e de operações de crédito, no valor de R\$ 3,71 milhões, suplementados por meio de crédito sem redução. A obra encontra-se em andamento com 53,33% de execução. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a ação migrou para o Programa "Obras Públicas", visando sua melhor adequação.

Democratização do Acesso à	371	339	91	Oficina Realizada/Un	36	59	164
Informação				INGalizada/Off			

Análise: A ação, executada pela SECOM, objetiva estimular o conhecimento e o preparo da população aos meios de informação e comunicação mediante a realização de oficinas. A meta física inicial, prevista para o Município de Belém, foi ampliada aos municípios de Ananindeua, Benevides, Bragança, Parauapebas, Porto de Moz e São Domingos do Capim, contribuindo para a expansão da ação de acesso à informação. Observou-se que não houve suplementação da meta financeira, demonstrando eficiência e eficácia na execução da ação. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação e outras similares foram agregadas em uma única Ação de "Acesso à Informação", visando melhor articulação e monitoramento dos resultados.

Análise: A ação executada pela SECOM, com recursos provenientes do tesouro estadual, atendeu ao objetivo de divulgar notas, avisos e editais, em forma de publicidade legal nos principais jornais de circulação local, regional e nacional. A meta física programada foi destinada ao Município de Belém e ampliada para o Município de Barcarena, justificando-se, desta forma, o alcance da meta física superior ao programado.

Implantação da Rede, Portal e	2	2	100	Usuário	150	_	_
Feira Tucupix				Atendido/Un			

Análise: Esta ação objetiva promover a criação e propagação de conteúdo para web voltada aos estudantes da rede de ensino estadual, profissionais da área da educação e comunidade, em parceria com a SEDUC, SECTI e PRODEPA. Em 2013, não se efetivaram as parcerias previstas, descaracterizando o projeto. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a ação foi excluída.

Implantação de Tecnologias de Radiodifusão Digital	15	15	100	Município Atendido/Un	1	-	-
---	----	----	-----	--------------------------	---	---	---

Análise: A ação, executada pela FUNTELPA, objetiva implantar tecnologia de comunicação digital. A meta física planejada não foi executada e os recursos foram remanejados para a SEOP para financiar parte da execução da obra de adequação da nova sede da FUNTELPA, assim como os recursos de outras despesas correntes foram destinados ao Programa "Valorização do Servidor Público", para cobrir despesas com o "Auxílio Alimentação". Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída em função da similaridade com outras que foram agregadas em uma única Ação "Acesso à Informação", visando uma melhor articulação e monitoramento dos resultados.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	%(G=F/E)
Implementação de Ações de Publicidade	39.641	38.065	96	Publicação Divulgada/Un	1.464	3.653	250

Análise: A ação obteve excelente desempenho fisico-financeiro, cumprindo o objetivo de divulgar ações e projetos desenvolvidos pelos órgãos estaduais. Executada por 14 órgãos, com recursos provenientes de convênios, recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, do Sistema Único de Saúde (serviços produzidos), bem como recursos ordinários, a ação teve sua meta física subestimada pela SECOM, UEPA e PARATUR, o que explica o adicional de 149% realizado.

Implementação de Ações e Estratégias Jornalísticas	370	367	99	Matéria Produzida/Un	5.000	4.587	92
---	-----	-----	----	-------------------------	-------	-------	----

Análise: A ação, executada pela SECOM, atingiu seu objetivo de promover a gestão e a difusão da informação sobre o governo do estado e a administração direta e indireta. Obteve excelente desempenho fisico-financeiro e foi executada com recursos do tesouro. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação e a Ação "Realização de Programa de Rádio e Televisão" foram agregadas em uma única, "Produção de Informação", visando melhor articulação e monitoramento dos resultados.

Implementação do Banco de Leis e Decretos	-	-	-	Acesso Realizado/Un	850.000	331.117	39
Estaduais							

Análise: Não houve disponibilidade orçamentária para a ação que foi programada para ser executada com recursos próprios da IOE. Em relação à execução física, a IOE informa que a ação não apresentou resultado a destacar em 2013. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação passará a ser executada no âmbito da Ação "Edição e Publicação", devido à similaridade entre elas.

Implementação do							
Espaço Cultural da				Evento	6		
Imprensa Oficial	-	-	_	Realizado/Un	0	-	-
do Estado							

Análise: A ação não foi viabilizada, uma vez que o projeto do espaço cultural está incorporado à reforma da autarquia que ainda não foi concluída. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação e outras similares foram agregadas em uma única de "Acesso à Informação", visando melhor articulação e monitoramento dos resultados.

Implementação do Parque Gráfico, Editorial e Tecnológico	6.782	3.359	50	Produto Publicado/Un	162.400	165.522	102
---	-------	-------	----	-------------------------	---------	---------	-----

Análise: A ação alcançou o objetivo de disponibilizar publicação e edição de matérias de exigência legal no Diário Oficial do Pará, com qualidade. Desenvolvida com recursos próprios diretamente arrecadados pela IOE, a execução financeira ficou abaixo do programado, indicando distorção quanto à estimativa dos recursos necessários. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação, juntamente com a Ação "Edição de Publicações Oficiais" foi renominada para "Edição e Publicação", visando melhor articulação e monitoramento dos resultados.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	%(G=F/E)
Produção de Programas Educativos por Teleinformação	-	-	-	Programa Produzido/Un	5	1	20

Análise: Esta ação foi programada para ser executada com recursos do tesouro, entretanto, não foi disponibilizado orçamento para sua execução. Mesmo assim, foi possível realizar a gravação e transmissão dos programas ENEM DIGITAL. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação passará a ser executada no âmbito da ação "Edição e Publicação", no mesmo programa devido à similaridade entre elas.

Realização de Programas de Rádio e Televisão	228	209	92	Programa Realizado/Un	33	386	1.170
--	-----	-----	----	--------------------------	----	-----	-------

Análise: A ação, executada pela FUNTELPA, com recursos do tesouro, obteve excelente desempenho fisico-financeiro, cumprindo o objetivo de realizar programas de rádio e televisão de natureza jornalística e de entretenimento. Observouse que a meta física foi subestimada, com os resultados superando o programado em 1.070%. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação, e a Ação "Implementação de Ações e Estratégias Jornalísticas", foram agregadas para a Ação denominada "Produção de Informação".

Análise: A ação, executada pela SECOM, com recursos do tesouro estadual, atingiu seu objetivo de realizar ações de "Comunicação da Gestão Governamental" e obteve excelente desempenho fisico-financeiro, impactando positivamente para o objetivo do programa. Ressalta-se a incompatibilidade entre os atributos desta ação e o produto: "projeto realizado", devendo ser reavaliada pelo órgão executor para melhor acompanhamento do desempenho da ação.

Ampliação de Sinais de Áudio e Televisão Digital	1.292	1.287	100	Município Atendido/Un	69	60	87
--	-------	-------	-----	--------------------------	----	----	----

Análise: A ação, executada pela FUNTELPA, com recursos oriundos do tesouro estadual, atendeu seu objetivo de ampliar os sinais de áudio e vídeo nos municípios atendidos. Foi executada adequadamente com manutenção de 41 repetidoras e retransmissoras de TV, aquisição de novos equipamentos e com a inauguração da repetidora no Município de Oeiras do Pará, que não estava incluído na programação inicial de 2013. Na revisão do PPA para os exercícios 2014-2015, esta ação foi agregada a outras similares com a denominação de "Acesso à Informação", visando melhor articulação e monitoramento dos resultados.

# PROGRAMA: SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

**Órgão Responsável:** Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Órgão(s) Executor (es): IASEP e IGEPREV.

**Objetivo:** Promover ações de Seguridade Social voltadas aos Servidores Públicos Estaduais.

Público Alvo: Servidores Públicos Estaduais.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 8 Seguridade Social do Servidor Público Estadual – Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado	% Execução
	2013(B)	OGE 2013 (C)	2013(D)	(E=D/C)
353.132	353.132	423.654	398.960	94

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro e recursos próprios do IASEP e do IGEPREV, que totalizaram R\$ 353,13 milhões. Do total executado de 94%, os recursos próprios representaram 99,86% e constituíram-se na principal fonte de financiamento do Programa (Gráfico 9).

Os recursos provenientes da arrecadação direta do IASEP e do IGEPREV foram programados, inicialmente, em R\$ 352,73 milhões, sendo suplementado para R\$ 423,09 milhões e executados R\$ 398,40 milhões. Em relação aos recursos ordinários provenientes do tesouro estadual, estes foram programados inicialmente em R\$ 400 mil, sendo suplementados para R\$ 561 mil e executados R\$ 555 mil.

## R\$ 1.000,00

450.000

400.000

350.000

250.000

150.000

100.000

Dot.Incial

Dot.Atual

Liquidado

Gráfico 7 Seguridade Social do Servidor Público Estadual – Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/Und./ Fonte	Formula do		Órgão Responsável pela Referência		012	2013	
		Apuração		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento da rede credenciada no plano IASEP (%)/IASEP	Variação percentual entre o número de consultórios ou hospitais credenciados no plano IASEP em determinado ano em relação ao ano anterior	IASEP	52	5	6,8	5	10,04
Incremento das ações de prevenção em saúde (%)/IASEP	Variação percentual entre o número de ações em saúde em determinado ano em relação ao ano anterior.	IASEP	ND	-	-	15	775,3

O indicador "Incremento da rede credenciada no plano IASEP" foi de 10,04% em razão da grande demanda dos serviços de saúde, provocada pelas novas adesões que proporcionaram a contratação de novos credenciados, através dos Editais de Credenciamento, com novos serviços em assistência médica e odontológica. Quanto

ao indicador de "Ações de prevenção a saúde", o incremento foi de 755,3%, em virtude da criação de novas ações promovidas pelos programas "Vitalidade" e "IASEP Móvel" que, somados ao Programa "Tabagismo", proporcionaram elevação no número de atendimentos aos segurados e seus dependentes na capital e nos municípios de Ananindeua, Marituba, Santa Izabel, Castanhal e Barcarena, propiciando melhoria na qualidade de vida aos segurados e reduzindo o absenteísmo dos servidores usuários, superando as expectativas inicialmente previstas.

## - Implementação do Programa

O Programa "Seguridade Social do Servidor Público Estadual" foi elaborado a partir da demanda reprimida na prestação de benefícios previdenciários e assistência em saúde aos servidores públicos estadual. Nesse sentido objetiva promover ações de seguridade social direcionadas a esse público.

As ações que compõem o programa são executadas por duas Instituições: Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (IASEP) e Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), e está estruturado em um conjunto de 16 ações.

Durante o monitoramento mensal das ações foi possível observar que algumas apresentavam objetivos semelhantes com ações do mesmo programa, bem como similaridades com outras ações executadas em outros programas. Na revisão do PPA para os exercícios 2014-2015, observou-se a conveniência de rever o quantitativo de ações, permitindo melhor articulação e monitoramento das atividades executadas.

Destacam-se as ações de: "Assistência Preventiva", "Assistência Curativa" e "Assistência Odontológica Básica" que são executadas nas 12 Regiões de Integração.

#### Principais realizações:

- ✓ Ampliação da rede de atendimento médico e odontológico de 533 hospitais, clínicas e laboratórios no Pará:
- ✓ Implantação de novas unidades de atendimento aos servidores nos municípios de Santarém, Marabá, Maracanã e Castanhal;
- ✓ Inclusão de 13.000 novos segurados no Plano de Assistência a Saúde do IASEP (PAS);

- ✓ Implementação das ações de promoção e prevenção da saúde do servidor, por meio dos programas: "IASEP Móvel", que ofereceu consultas e exames médicos no local de trabalho do servidor público, e "Vitalidade", que realizou 14.871 procedimentos médicos aos segurados da terceira idade;
- ✓ Em 2013, iniciou-se a construção da nova Sede do IGEPREV, prevista para ser entregue em 2014;
- ✓ Implantação do Espaço Digital na Central de Atendimento do IGEPREV, proporcionando aos segurados a inclusão digital e diminuindo a dependência do atendimento convencional;
- ✓ Ampliação do atendimento no Programa de Assistência Domiciliar (ASSIST LAR) o qual é voltado ao servidor em pós-operatório ou sem condições de locomoção, como também das cotas de atendimento para renais crônicos e transplantados.

# Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Und. Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	%(G=F/E)	
Assistência Domiciliar aos Segurados do PAS	81	42	52	Segurado Assistido/Un	200	266	133	

Análise: Ação foi executada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IASEP, como objetivo de prestar assistência à saúde em ambiente domiciliar aos segurados do Plano de Assistência Social - Plano ASSIST. A execução financeira ficou abaixo do esperado, entretanto, a meta física programada para atender o Município de Belém foi superada em 33%, pois beneficiou, também, os municípios de Ananindeua e Marituba. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2014, esta ação foi excluída, por apresentar similaridade com outras quatro ações do programa, que foram agregadas em uma única Ação denominada "Gestão da Assistência em Saúde ao Servidor Público Estadual", permitindo melhor articulação e monitoramento das atividades realizadas. A ação foi executada exclusivamente na Região Metropolitana de Belém, enquanto que na Revisão do PPA, exercícios 2014-2015, foi programado o atendimento às 12 regiões de integração.

Assistência Preventiva de Saúde	4.865	4.824	99	Segurado Assistido/Un	24.405	23.221	95	

Análise: Ação executada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, no caso, o IASEP, com o objetivo de realizar ações de promoção e prevenção da saúde para os segurados do Plano de Assistência Social - Plano ASSIST obteve excelente desempenho fisico-financeiro, contribuindo de forma positiva no resultado do Programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foi excluída, por apresentar similaridade com outras quatro ações do programa, que foram agregadas em uma única Ação denominada "Gestão da Assistência em Saúde ao Servidor Público Estadual", permitindo melhor articulação e monitoramento das atividades executadas. A ação foi executada nas 12regiões de integração.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Und. Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Construção da Sede do IGEPREV	5.354	-	-	Sede Construída/Un	1	-	1	

Análise: A obra não foi executada em 2013. Encontra-se em andamento na fase de fundações, executada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, no caso, o IGEPREV, por meio de destaque orçamentário à SEOP. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foi agregada a outra semelhante, passando a denominar-se "Readequação da Estrutura Física dos Órgãos Previdenciários".

Descentraliza				Instrumento de			
ção do	30	30	100	Descentralizaç	20	2	15
Atendimento	30	30	100	ão	20	3	15
ao Segurado				Implantado/Un			

Análise: A ação, executada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IGEPREV, tem como objetivo ampliar a cobertura de atendimento aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Pará. Observou-se que a meta financeira foi atingida, no entanto, não condiz com a execução física que ficou abaixo do programado. A ação foi realizada na Região Metropolitana de Belém

Implementaç ão da Assistência Odontológica Básica	6.939	6.345	91	Procedimento Realizado/Un	380.761	204.707	54
---	-------	-------	----	------------------------------	---------	---------	----

Análise: A ação executada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IASEP, e apresentou desequilíbrio no desempenho fisico-financeiro. Programada para atender sete municípios, com a realização de 380.761 procedimentos odontológicos, foi ampliada para mais 14 municípios, atingindo, com a quase totalidade dos recursos, apenas a metade dos procedimentos programados. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída, em função de apresentar similaridade com outras quatro ações do mesmo programa, que foram agregadas em uma única Ação, "Gestão da Assistência em Saúde ao Servidor Público Estadual", incluída no mesmo programa.

I	T .					1	1
Implementaç ão da Assistência Odontológica Especializad a Co- participativa	0,75	-	-	Segurado Atendido/Un	104.109	-	-

Análise: A ação, prevista para ser executada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IASEP, não foi implementada devido ao alto custo na realização de procedimentos especializados que poderiam comprometer a execução de outras ações importantes no atendimento ao segurado. Os recursos orçamentários previstos foram remanejados para a Ação "Assistência Curativa", a mais relevante do Programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída e suas atividades serão desenvolvidas como ação detalhada no âmbito da Ação "Gestão da Assistência em Saúde ao Servidor Público Estadual".

	F	inanceiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Und. Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	%(G=F/ E)
Implementação de Ações de Acolhimento ao Segurado Inativo e Pensionista	-	-	-	Segurado Atendido/Un	1.600	929	58

Análise: Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação. Entretanto, a meta física não ficou inviabilizada, visto que o IGEPREV desenvolveu ações voltadas aos segurados inativos e pensionistas na Região Metropolitana de Belém. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída, por apresentar similaridade com outra ação, agregando-se em uma única Ação, "Acolhimento ao Segurado", para melhor articulação e monitoramento das atividades executadas.

Implementação de Ações							
de Fiscalização da				Fiscalização	12	ο	67
Arrecadação das	_	-	_	Realizada/Un	12	0	07
Receitas Previdenciárias							

Análise: Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação, o que não inviabilizou a execução da meta física. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, passará a denominar-se "Fiscalização da Arrecadação das Receitas Previdenciárias".

Implementação de Ações de Pré-Aposentadoria	-	-	-	Segurado Atendido/Un	1.600	100	6
---	---	---	---	-------------------------	-------	-----	---

Análise: Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação. Entretanto, a meta física não foi inviabilizada, uma vez que o IGEPREV desenvolveu ações na Região Metropolitana de Belém, direcionadas à preparação dos servidores públicos estaduais visando sua aposentadoria. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, agregou-se a outra ação, passando a denominar-se "Acolhimento ao Segurado", permitindo melhor articulação e monitoramento das atividades executadas.

Implementação de Ações para Tratamento Fora do Domicílio do Servidor	1	-	-	Segurado Atendido/Un	186	-	-
Público Estadual							

Análise: Ação programada para ser desenvolvida com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IASEP, não foi implementada pela falta de demanda, sendo os recursos orçamentários remanejados para outro programa. Na revisão do PPA, para os anos de 2014-2015, esta ação foi excluída em função de apresentar similaridade com outras quatro ações, que foram agregadas em uma única denominada "Gestão da Assistência em Saúde ao Servidor Público Estadual", no mesmo programa, permitindo melhor articulação e monitoramento das atividades executadas.

				Perícia				
Implementação de Perícia				Médica	180			
Médica Previdenciária	-	_	_	Previdenciária	100	_	-	
				Realizada/Un				

Análise: Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação. Durante o exercício, foram feitas análises de custos e viabilidade.

Manutenção de Auditória Técnica	5.000	4.559	91	Auditoria Realizada/Un	1.616	12.894	798
------------------------------------	-------	-------	----	---------------------------	-------	--------	-----

Análise: A ação, programada para ser desenvolvida pela administração indireta, o IASEP em 2013, atingiu seu objetivo quanto à auditagem dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares realizados pela rede credenciada aos segurados. Foi programada para atender sete municípios, em sete regiões de integração, porém, ampliou o atendimento a 21 municípios, alcançando as 12 regiões, justificando-se, assim, o desempenho da execução física superior em 698% ao previsto. Foi executada exclusivamente com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Und. Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Modernização do Regime Próprio de Previdência do Estado	17.827	15.602	88	Segurado Atendido/Un	129.500	135.249	104	

Análise: A ação programada para ser desenvolvida com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IGEPREV, tem como objetivo melhorar a execução das políticas voltadas à previdência do servidor público estadual. A execução fisico-financeira ocorreu conforme a programação, entretanto, observase que o produto, "segurado atendido", é incompatível com o objetivo da ação, dificultando a análise quanto ao alcance do mesmo. Cabe ao órgão executor reavaliar a pertinência dos atributos da ação, com vistas ao melhor acompanhamento de seu desempenho.

		1	1			1	1
Readequação de Estrutura Física	3.945	755	19	Prédio Adequado/Un	14	86	614

Análise: A ação previa a construção, reforma e adaptação de 14 prédios, com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, o IASEP. Por meio de destaque orçamentário à SEOP, foram concluídas obras de readequação física em prédios de órgãos previdenciários, nos municípios de Alenquer, Belém e Conceição do Araguaia, e encontram-se em andamento outras obras, acrescentadas à programação nos municípios de Redenção e Bragança. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi agregada a outra com objetivo semelhante, passando a denominar-se "Readequação da Estrutura Física dos Órgãos Previdenciários".

Realização de Ações de	-	-	-	Segurado Atendido/Un	1.200	-	-
Ouvidoria				Alendido/Un			

Análise: Esta ação não foi implantada em virtude da necessidade de pessoal e infraestrutura física e tecnológica adequadas. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, passará a compor as ações do Programa "Transparência e Controle Social".

# PROGRAMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**Órgão Responsável:** Processamento de Dados do Estado do Pará (PRODEPA)

Órgão(s) Executor (es): Órgãos da Administração Direta e Indireta

**Objetivo:** Promover infraestrutura computacional de alta disponibilidade e soluções de

tecnologia de informação e comunicação para os órgãos e entidades do estado.

Público Alvo: Órgãos e entidades públicas estaduais.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 9 Tecnologia da Informação e Comunicação - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

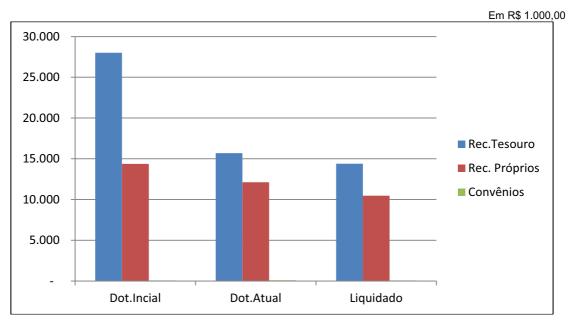
PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE 2013(B)	Dot. Atualizada GE 2013(C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
42.773	42.473	27.918	24.964	89

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados recursos do tesouro estadual, recursos próprios dos órgãos ADEPARÁ, ARCON, CEASA, CDI, DETRAN, IOE, IASEP, IDEFLOR, IGEPREV, JUCEPA e PRODEPA, e convênios, que totalizaram R\$ 42,77 milhões. Dos 89% dos recursos liquidados, 57,7% foram do tesouro estadual que representa a principal fonte de financiamento; 42% foram recursos da administração indireta e 0,3% foram recursos provenientes de convênios (Gráfico 10).

Para o programa foram alocados inicialmente recursos provenientes do tesouro estadual no valor de R\$ 28,01 milhões. Durante a execução esses recursos foram reduzidos para R\$ 15,69 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 14,40 milhões, que representam 51% do valor inicial. Quanto aos recursos próprios da administração indireta foram alocados R\$ 14,38 milhões, reduzidos para R\$ 12,13 milhões, dos quais R\$ 10,48 milhões foram liquidados, que correspondem a 73% do valor programado. Em relação aos recursos de convênios, inicialmente foram estimados R\$ 78 mil, sendo suplementados para R\$ 100 mil, dos quais foram liquidados R\$ 82 mil, que representam 106% do valor inicial.

Gráfico 8 Tecnologia da Informação e Comunicação Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/U ND /FONTE	FORMULA DE CÁLCULO	ÓRGÃO RESPONSÁVE L PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2 Previsto	012 Realizado	2013  Previsto Realizado	
Índice de Disponibilidade de Serviços de Conectividade (%)/PRODEPA	Nível de disponibilidade de serviço de conectividade igual ao total de horas ano multiplicado pelo índice de indisponibilidade (índice de indisponibilidade 2% no ano de 2013)	PRODEPA	ND	-	-	98	99,02
Número de Sistemas Globais com Base de Informações Integradas (Un) /PRODEPA**	Quantidade de Sistemas Globais com Base de Informações Integradas	PRODEPA	-	8	5	8	8
Número de Unidades Estaduais Integradas à Rede Estadual de Comunicação de Dados (Un) /PRODEPA *	Quantidade de Unidades Estaduais Integradas à rede Estadual de Comunicação de dados.	PRODEPA	-	60	95	90	75

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

<sup>\*\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

Quanto aos resultados apurados pelos indicadores do programa, o "Índice de disponibilidade de serviços de conectividade" foi mensurado somente para 2013 em virtude do mesmo ter sido inserido como indicador nesse ano. Esse indicador mensura a disponibilidade de acesso à população e aos órgãos estaduais, à rede de dados coorporativos e à rede mundial de computadores, por meio da PRODEPA. A apuração no período em análise foi positiva, uma vez que registrou 99,02% acima da meta prevista.

O indicador "Número de sistemas globais com base de informações integradas" foi alterado na revisão do PPA, para o exercício 2014-2015, uma vez que a expressão "sistemas globais" não descreve com exatidão o que se pretende apurar, passando a denominar-se de "Número de sistemas com base de informações integradas".

O indicador "Número de unidades estaduais integradas à rede estadual de comunicação de dados" apresentou 75 unidades estaduais integradas à rede estadual, permitindo aos órgãos estaduais o acesso aos sistemas computacionais coorporativos do Governo do Estado, proporcionando agilidade aos procedimentos e processos. Ressalte-se que este indicador foi excluído deste programa na Revisão do PPA para exercício 2014-2015, e incluído no programa "NAVEGA PARÁ", no qual apresentou maior identidade.

## - Implementação do Programa

A infraestrutura e o desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação e comunicação insuficientes para o provimento e atendimento das demandas da administração pública estadual e da sociedade foram apontados como o principal problema a ser apresentado pelo programa de "Tecnologia da Informação e Comunicação". É um programa voltado para a Região Metropolitana de Belém e está estruturado em cinco ações que contribuem diretamente para o alcance do objetivo do programa, entretanto, ressalta-se que é possível identificar ações similares às que compõem este programa sendo executadas de forma independente em diversos programas que compõem o Plano Plurianual.

Os resultados do programa apresentaram forte impacto no objetivo estratégico de "Promover a Agilidade e a Melhoria da Gestão Pública otimizando o Perfil do Gasto".

#### Principais Realizações:

✓ Desenvolvimento de oito sistemas com base de informação integrada, ampliando a segurança dos dados, facilitando o acesso às informações e rapidez ao processo por parte do usuário. Estão integrados em um único ambiente, assuntos relativos às finanças, patrimônio, protocolo, entre outros proporcionando, segurança e agilidade na geração de informações, além de consolidar relatórios com reflexos na otimização do gasto público.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

	Fi	inanceiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Comunicação de Dados	16	14	86	Contrato Mantido/Un.	117	62	53	

Análise: A ação foi executada por 64 órgãos da administração direta e indireta e tem o objetivo de garantir o acesso aos órgãos da administração pública estadual a portais e sistemas. Foi prevista para ser desenvolvida nas 12 regiões de integração, com recursos ordinários provenientes do tesouro, da educação, do FES, convênios, contrapartida, próprios e de transferências.

Desenvolvimento de Sistemas de Informação	932	723	78	Sistema de Informação Desenvolvido /Un.	8	8	100
---	-----	-----	----	--	---	---	-----

Análise: Ação executada pela PRODEPA com recursos ordinários tem o objetivo de desenvolver soluções de tecnologia da informação aos órgãos e entidades do Estado do Pará. A meta física foi alcançada e a financeira teve boa execução, contribuindo de forma positiva para o resultado do programa. As informações qualitativas registradas são compatíveis e consistentes com o objetivo da ação.

Implementação da Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação	256	216	85	Processo Implementad o/Un.	3	2	67
---	-----	-----	----	----------------------------------	---	---	----

Análise: Ação executada pela PRODEPA, com recursos ordinários e próprios, objetiva gerir tecnologias da informação e comunicação em prol do alinhamento estratégico e da maximização dos benefícios do emprego das TIC's. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foi excluída, visto que se refere a uma atividade institucional, de caráter interno do órgão. A execução fisico-financeira demonstra bom nível de realização, com a implantação de dois processos de melhorias de práticas de governança.

Modernização da				Projeto			
Infraestrutura	10.571	10.128	96	Implantado/U	24	18	75
Computacional				n			

Análise: Ação executada pela PRODEPA, SEAD e SEPOF com recursos ordinários (35%) e recursos próprios arrecadados pela PRODEPA (65%), objetiva implantar projetos de modernização da infraestrutura computacional dos órgãos e entidades do Estado do Pará. As metas fisico-financeira alcançadas demonstram boa execução da ação, contribuindo positivamente para o desempenho do programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação teve sua denominação, objetivo e produto alterados, para maior clareza de seus atributos.

# PROGRAMA: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Administração (SEAD)

**Órgão(s) Executor (es):** Todos os Centros Regionais de Saúde (CRS), CBM, CPC, DETRAN, FHCGV, FSCM, HAS, HEMOPA, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, PMPA, SEAS, SECULT, SEGUP, SEJUDH, SESPA, SETER e SUSIPE.

**Objetivo:** Proporcionar condições de acompanhamento, monitoramento e avaliação pela sociedade, das ações, desdobramentos e impactos das políticas públicas desenvolvidas institucionalmente.

Público Alvo: Cidadão Paraense

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 10 Transparência e Controle Social - Recurso Financeiro, 2013

Fm R\$ 1 000 00

PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE 2013(B)	Dot. Atualizada OGE 2013(C)	Liquidado 2013(D)	% Execução (E=D/C)	
7.949	7.949	13.160	8.792	67	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados recursos do tesouro estadual, recursos próprios do DETRAN e do HOL e convênios, que totalizaram R\$ 7,94 milhões. Do total dos recursos liquidados, 96% foram do tesouro estadual, que representa a principal fonte de financiamento, e 0,4% da administração indireta (Gráfico 11).

Os recursos provenientes do tesouro estadual foram programados, inicialmente, em R\$ 7,20 milhões, com suplementação para R\$ 12,15 milhões e liquidados R\$ 8,47milhões. Quanto aos recursos próprios da administração indireta, foram programados, inicialmente, em R\$ 823 mil, com redução para R\$ 598 mil e liquidação de R\$ 309 mil. Em relação aos recursos de convênios, foram programados, inicialmente, R\$ 235 mil, sendo suplementados para R\$ 506 mil que não foram utilizados no exercício.

14.000
12.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot.Incial
Dot.Atual
Liquidado

Gráfico 9 Transparência e Controle Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNI DADE/FONTE	FORMULA DE CÁLCULO	ÓRGÃO RESPONSÁVE L PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2012		2013	
		AFUNAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de Publicização das Políticas Governamentais de Saúde (%)/SESPA*	Relação percentual entre as Políticas de Saúde divulgadas e o Total de Políticas de Saúde programadas.	SESPA - DIRETORIAS E CONSELHOS DE SAÚDE	100	100	58	100	-

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Esse indicador não foi apurado em 2013 e não mensura o desempenho das ações realizadas pelo programa. Nesse sentido, para os exercícios 2014-2015, será substituído pelo indicador "Incremento ao número de acessos ao portal transparência do governo estadual" que melhor se ajusta ao objetivo do programa, expressando de forma mais adequada seus resultados.

## - Implementação do Programa

O Programa "Transparência e Controle Social" visa ampliar a efetividade do controle social e proporcionar condições de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, desdobramentos e impactos das políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos públicos estaduais.

As ações que compõem o programa foram executadas pelos treze Centros Regionais de Saúde (CRS), CBM, CPC, DETRAN, FHCGV, FSCM, HAS, HEMOPA, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, PMPA, SEAS, SECULT, SEGUP, SEJUDH, SESPA, SETER e SUSIPE e está estruturado em um conjunto de sete ações. Na execução do Programa, observou-se a predominância dos órgãos e instituições relacionados à área da saúde.

Os resultados do programa impactam sobre os objetivos estratégicos de "Assegurar a Transparência das Ações do Governo", "Promover a Agilidade e a Melhoria da Gestão Pública Otimizando o Perfil do Gasto" e "Promover Maior Participação das Instituições Civis Representativas".

#### Principais realizações:

Realização das audiências públicas anuais para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2012/2015 (PPA), e das audiências públicas quadrimestrais para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais. Essas ações reorientam os mecanismos de controle social para o acompanhamento de resultados decorrentes das políticas públicas, ampliando a interlocução do poder público com a sociedade civil. Ressalte-se que no exercício de 2013, o Governo do Estado consolidou a participação social por meio do portal <a href="www.sepof.pa.gov.br/ppasite">www.sepof.pa.gov.br/ppasite</a>, instrumento que oportunizou à sociedade paraense participar do processo de construção coletiva dos instrumentos de planejamento, discutindo e propondo alternativas de solução para melhoria da qualidade de vida e para redução da pobreza e da desigualdade regional no Estado do Pará.

#### Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Apoio à Implementação das Ações dos Conselhos	1.486	1.055	71	Conselho Fortalecido/ Un	224	137	61

Análise: Esta ação, executada por 13 Centros Regionais de Saúde e mais 13 órgãos da administração direta e indireta objetiva consolidar o processo político de controle social por meio das representações que fazem parte dos Conselhos e foi programada para ser executada com recursos ordinários, de convênios, próprios e com repasse Fundo a Fundo. Apresentou execução física regular, em função de apenas cinco Centros Regionais de Saúde e oito órgãos terem inserido registros no Sistema GP Pará. Esta ação foi executada no âmbito das 12 regiões de integração do estado.

Apoio à Realização de Conferências	610	604	99	Conferência Realizada/	152	56	37
Contelencias				Un			

Análise: Esta ação é executada por 13 Centros Regionais de Saúde, SESPA e AGE e objetiva apoiar técnica e financeiramente a realização de conferências de saúde. Foi programada para ser executada com recursos ordinários do Fundo Estadual de Saúde (FES) e recursos do tesouro vinculado ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Observou-se um desequilíbrio entre a execução física e a financeira, em razão de superestimativa da meta física de seis Centros Regionais de Saúde. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o objetivo da ação foi alterado para contemplar outras áreas além da saúde.

Fortalecimento das Ações de Transparência	5	5	100	Instrumento Disponibiliza do/Un	2	-	-
--	---	---	-----	---------------------------------------	---	---	---

Análise: A ação é executada pela AGE objetiva assegurar a transparência das ações de governo, disponibilizando a informação à sociedade. Em 2013 houve remanejamento orçamentário para atender demanda referente às despesas administrativas do órgão executor.

Implementação das Ações de Auditoria do	692	85	12	Serviço de Saúde	1 848	82	1	
	092	03	12		1.040	02	-	
SUS				Auditado/Un				

Análise: Esta ação é executada por 12 Centros Regionais de Saúde e SESPA, e objetiva garantir a transparência na prestação dos serviços de saúde. Foi programada para ser executada com recursos do FES (Ordinários e SUS/Fundo a Fundo). A execução fisico-financeira ficou abaixo do programado, em razão das metas terem sido superestimadas, e da não realização das metas de sete Centros Regionais de Saúde. Esse resultado impactou negativamente no desempenho do programa.

Implementação do Serviço de Ouvidoria do SUS 705	196	28	Manifestação Registrada/ Un	36.022	12.189	34
--	-----	----	-----------------------------------	--------	--------	----

Análise: A ação foi executada por 13 Centros Regionais de Saúde, oito hospitais e três órgãos da área de saúde. Programada para ser executada com recursos ordinários (FES e SUS/Fundo a Fundo), recursos próprios da administração indireta apresentou baixa execução fisico-financeira, com meta física superestimada. Esse resultado contribuiu de forma negativa no desempenho do programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação sofreu alterações em sua denominação e objetivo, passando a denominar-se "Serviço de Ouvidoria", com objetivo de fortalecer a rede estadual de Ouvidorias.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Implementação do Serviço de Regulação do SUS	5.235	3.788	72	Regulação de Serviço de Saúde Implementa do/Un	222	212	95

Análise: A ação foi realizada pelos 13 Centros Regionais de Saúde e pela SESPA, objetiva reorganizar os processos de regulação do sistema estadual de saúde. Programada para ser executada com recursos do FES (ordinários e SUS/Fundo a Fundo), a execução fisico-financeira desenvolveu-se de forma positiva, com o alcance de 91% da meta física, e meta financeira abaixo do previsto. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foi excluída e todas as suas atividades serão executadas no novo Programa "Gestão Estadual do SUS".

Modernização da Gestão 4.42	3.059	69	Instrumento de Gestão Implementa do/Un	69	342	496
-----------------------------	-------	----	---	----	-----	-----

Análise: A ação, executada por sete Centros Regionais de Saúde, Fundação Santa Casa, Hemopa e HOL, objetiva implementar ações estratégicas para melhoria da gestão e foi programada com recursos ordinários, convênios, recursos próprios e de transferências. Observa-se que no exercício de 2013, a execução fisico-financeira apresentou desequilíbrio, em função da subestimação da meta física pelo 11º CRS- Marabá e a Fundação Santa Casa e pela não programação das metas físicas de seis Centros Regionais de Saúde. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída e passará a ser executada no Programa "Gestão Estadual do SUS", por apresentar maior afinidade com o objetivo do programa e melhor integração com as atividades realizadas.

# PROGRAMA: GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF)

Órgão(s) Executor (es): SEPOF e IDESP.

**Objetivo:** Consolidar a gestão do processo de planejamento e dos sistemas de informações do Estado do Pará

Público Alvo: Órgãos da administração pública estadual

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 11 Gestão do Planejamento e Informações Estaduais - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

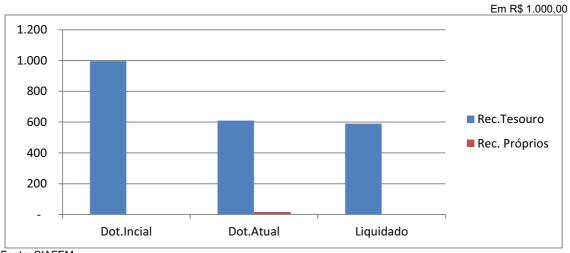
PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada OGE	Liquidado	% Execução
	2013(B)	2013(C)	2013(D)	(E=D/C)
997	997	626	590	94

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados recursos do tesouro estadual no valor de R\$ 997 mil. Durante a execução houve redução para R\$ 626 mil, dos quais foram liquidados 94%.

Quanto aos recursos próprios da administração indireta, foram disponibilizados R\$ 15 mil de recursos próprios do IDESP que não foram liquidados (Gráfico 12).

Gráfico 10 Gestão do Planejamento e Informações Estaduais - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FORMULA DO INDICADOR	ÓRGÃO RESPONSÁV EL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacidade Operacional Financeira dos Gastos do Poder Executivo (%)/SEPOF *	Relação percentual entre o total da despesa pagas e o total das despesas liquidadas dos órgãos do Poder Executivo.	SEPOF	88	100	98,2	100	99,3
Percentual de Metas Físicas Realizadas e Alimentadas no GP Pará (%)/SEPOF*	Relação percentual entre o nº de ações alimentadas e validadas e no sistema GP Pará e o total das ações programadas.	SEPOF	ND	100	66	100	70
Percentual de Municípios com Base Cartográfica Atualizadas (%)/IDESP*	Relação percentual entre o nº de municípios com base cartográfica atualizada e o total de municípios do Estado do Pará.	IDESP	3	14	14	28	23
Planejamento e Programação da Despesa do Poder Executivo (%)/SEPOF*	Relação percentual entre o total da despesa liquidada e o total da dotação inicial dos órgãos do Poder Executivo.	SEPOF	106	100	47,77	100	59,2

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FORMULA DO INDICADOR	ÓRGÃO RESPONSÁV EL PELA	Indicador de Referência	20	012	2013	
TORTE		APURAÇÃO	Referencia	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Publicações Indexadas no ISSN (Un)/IDESP*	Número de publicações indexadas no ISSN no ano.	IDESP	3	4	16	4	8
Taxa de Elaboração de Indicadores Macroeconômicos (%)/IDESP*	Relação percentual entre o nº de indicadores macroeconômicos elaborados em relação ao total de indicadores	IDESP	38	100	108	100	142
Tempo Médio de Duração dos Acessos à Página do IDESP (Min)/IDESP*	Divisão entre o somatório do tempo de permanência no site do IDESP e o total de visitas no ano.	IDESP	5	6	4,18	7	4,45

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

O indicador "Capacidade operacional financeira dos gastos do Poder Executivo" obteve desempenho positivo, em 2013, com execução de 99,3% da dotação atualizada, superior à realizada em 2012.

O Indicador "Percentual de metas físicas realizadas e alimentadas no GP Pará", em 2013, registrou acréscimo de 6% em relação a 2012, embora ainda não tenha sido alcançada a meta prevista de 100% das informações alimentadas no sistema GP-Pará. Ressalta-se que o desempenho deste indicador depende da ação do conjunto dos órgãos e entidades executoras do planejamento estadual.

O indicador "Percentual de municípios com base cartográfica atualizada" obteve resultado positivo em relação ao ano anterior, ficando próximo ao índice previsto para 2013.

No que se refere ao indicador "Planejamento e programação da despesa do Poder Executivo", o resultado apurado de 59,2% demonstra distanciamento entre a programação e a liquidação dos recursos financeiros para o exercício de 2013.

Os indicadores "Publicações indexadas no ISSN" e "Taxa de elaboração de indicadores macroeconômicos" apresentaram resultados satisfatórios em 2013, superiores às metas previstas. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, estes indicadores foram excluídos.

Em 2013, o índice apurado do Indicador "Tempo médio de duração dos acessos à página do IDESP" foi de 4,45 minutos, menor que o previsto.

Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, todos os indicadores foram excluídos e substituídos pelo indicador "Taxa de instituição avaliada".

#### - Implementação do Programa

Este programa foi elaborado visando ampliar a gestão e efetividade das políticas públicas, por meio da otimização dos recursos financeiros disponíveis.

As seis ações que compõem o programa e alinhadas à diretriz estratégica de "Fortalecer a Gestão e a Governança com Transparência" são executadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e pelo Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental do Pará (IDESP).

Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, este programa foi excluído e suas ações serão remanejadas para o Programa "Planejamento e Gestão Integrada", como forma de fortalecer a execução e contribuir para o alinhamento e a transversalidades entre os programas.

#### Principais realizações:

- No sentido de contribuir com informações sobre a realidade econômica, social e ambiental do Estado do Pará, o IDESP disponibilizou, em 2013, um espaço virtual intitulado "Observatório Belo Monte", que fornece um banco de informações que permite o acompanhamento das condicionantes impostas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) à implantação do projeto de construção da hidroelétrica de Belo Monte. A realização desse estudo e a disponibilização das informações permitem que o Governo e a sociedade acompanhem a evolução da qualidade ambiental e social dos municípios da região, possibilitando a adoção de medidas complementares e controle ou a antecipação de proposições capazes de minorar os impactos do projeto em benefício da população e do meio ambiente;
- ✓ Monitoramento mensal das ações junto aos órgãos estaduais, por meio do sistema GP-Pará; e
- ✓ Realização de oficinas bimestrais por área de atuação.

## Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ações	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Und de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Atualização dos Limites Municipais no Estado do Pará.	40	30	76	Malha Digital Municipal Atualizada/ Un	29	20	69	

Análise: A ação, executada pelo IDESP com recursos ordinários, objetiva manter atualizada a base cartográfica dos limites municipais no Estado do Pará, e foi programada para ser executada em três regiões de integração: Guamá, Metropolitana e Caetés. Das 29 malhas digitais programadas, foram realizadas 20. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, este programa foi excluído e a ação migrou para o novo Programa "Planejamento e Gestão Integrada", por encontrar correlação com o seu objetivo.

Elaboração de Diagnósticos e Avaliação de Impacto da UHE Belo Monte	71	64	91	Diagnóstico Elaborado/Un	12	9	75
---	----	----	----	-----------------------------	----	---	----

Análise: A ação, executada pelo IDESP, alcançou o objetivo de disponibilizar informações que expressem os impactos socioeconômicos e ambientais dos municípios da área da UHE Belo Monte. Para tanto, utilizou recursos ordinários, com boa execução fisico-financeira, contribuindo para o pleno desempenho do programa. Foram elaborados diagnósticos dos municípios de Altamira (dois), Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapú, Medicilândia, Pacajá e Placas. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, este programa foi excluído e a ação será desenvolvida como ação detalhada no Programa "Planejamento e Gestão Integrada" não havendo necessidade de uma ação específica, justificando-se a sua exclusão.

Elaboração de Indicadores Macroeconômicos e Sociais	432	415	96	Boletim Disponibilizado/ Un	52	54	104
--	-----	-----	----	-----------------------------------	----	----	-----

Análise: A ação, executada pelo IDESP, com recursos ordinários, objetiva disponibilizar indicadores como subsídios à elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Em 2013 foram disponibilizados 54 boletins nas áreas de Indústria, Balança Comercial, Agropecuária, Agricultura, Comércio Exterior e Comércio Varejista. Esse resultado contribuiu positivamente no desempenho do Programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o programa foi excluído e a ação será desenvolvida no Programa "Planejamento e Gestão Integrada" não havendo necessidade de uma ação específica, justificando-se a sua exclusão.

Gestão do Sistema de Informação do Estado do Pará	52	49	95	SIE Atualizado/ Mês	12	12	100
---	----	----	----	---------------------------	----	----	-----

Análise: A ação executada pelo IDESP, com recursos ordinários, alcançou o objetivo de disponibilizar informações socioeconômicas e ambientais tempestivamente através da manutenção do Sistema de Informação do Estado, atualização do painel de informações e manutenção do banco de dados do IDESP e dispondo de uma contribuição significativa ao desempenho do programa em 2013. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o programa foi excluído e a ação será desenvolvida como ação detalhada na Ação "Produção e Disseminação de Informação do Estado do Pará", no Programa "Planejamento e Gestão Integrada".

do/Un
-------

Análise: A ação executada pela SEPOF, com recursos ordinários, objetiva coordenar a elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento. Alcançou 100% de execução das metas físico e financeira programadas. Considera-se uma ação de contribuição relevante para o desempenho do programa. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, este programa foi excluído e a ação migrou para o novo Programa "Planejamento e Gestão Integrada".

	Financeiro			Físico				
Ações	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Und de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Monitoramento dos Instrumentos Pactuados pelo Governo do Estado do Pará	7	7	100	Instrumento Monitorado/ Prc	100	-	-	

Análise: A ação executada pela SEPOF, com recursos ordinários, tem como objetivo garantir o alinhamento estratégico dos instrumentos pactuados pelo Estado do Pará, tendo em vista a promoção do desenvolvimento estadual. Foram executados 100% da meta financeira, porém, a meta física não foi registrada em razão da dificuldade de mensuração do produto definido para esta ação. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o Programa foi excluído e a ação será desenvolvida como uma ação detalhada na ação "Gestão dos Instrumentos de Planejamento", no Programa "Planejamento e Gestão Integrada".

## PROGRAMA: PACTO PELA CIDADANIA

Órgão Responsável: Gabinete do Governador (Casa Civil)

**Órgão(s) Executor (es):** ASIPAG, Gabinete do Governador (Casa Civil) e Gabinete do Vice Governador

**Objetivo:** Mobilizar parceiros para o estabelecimento de uma rede solidária, com a participação de organizações governamentais e não governamentais, empresários, movimentos sociais e demais atores envolvidos.

Público Alvo: Sociedade

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 12 Pacto pela Cidadania - Recurso Financeiro, 2013

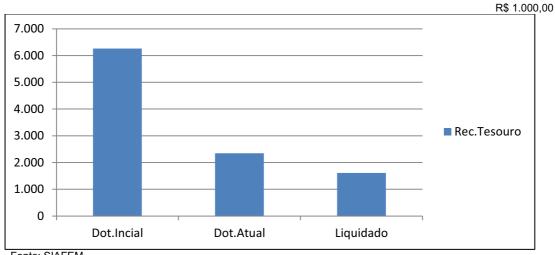
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada OGE	Liquidado	% Execução
	2013(B)	2013(C)	2013(D)	(E=D/C)
4.261	6.261	2.349	1.612	69

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados recursos do tesouro estadual que totalizaram R\$ 4,26 milhões, sendo a única fonte de financiamento do programa. No decorrer do exercício estes recursos foram reduzidos e liquidados apenas 69% da dotação atualizada (Gráfico 13).

Gráfico 11 Pacto pela Cidadania - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

#### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR / UNIDADE/	FÓMULA DE INDICADOR	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
FONTE		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento do Número de Parcerias (%) / ASIPAG	Relação percentual entre o nº parcerias estabelecidas no ano em relação ao do ano anterior	ASIPAG	ND	-	-	-	-

O indicador "Incremento do número de parcerias" não foi possível ser apurado, uma vez que este programa foi incluído no PPA somente em 2013, e a fórmula de cálculo necessita de um resultado do exercício anterior.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Pacto pela Cidadania" objetiva mobilizar parceiros para o estabelecimento de uma rede solidária, com a participação de organizações governamentais e não governamentais, empresários, movimentos sociais e demais atores envolvidos. As cinco ações que compõem o Programa são executadas pela ASIPAG, Gabinete do Governador (Casa Civil) e Gabinete do Vice Governador. De modo geral as metas físicas programadas foram subestimadas, exceto na Ação "Articulação e Cidadania que alcançou 25% da meta prevista com execução na Região Metropolitana. As demais ações foram desenvolvidas nas 12 Regiões de Integração.

## Avaliação Física e Financeira das Ações

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Apoio à Realização de Eventos	530	516	97	Evento Beneficiado/U n	207	240	116	

Análise: Ação é executada pela ASIPAG, Casa Civil e Vice Governadoria, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a realização de eventos direcionados para a mulher, criança, juventude, idoso, pessoa com deficiência e assistência social. Apresentou excelente desempenho fisico-financeiro e contribuiu de forma positiva para o resultado do programa. As informações qualitativas registradas são compatíveis e consistentes com o objetivo da ação que utilizou recursos ordinários e se desenvolveu nas 12 regiões de integração.

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Articulação e Cidadania	120	79	65	Comunidade Atendida/Un	20	5	25	

Análise: A ação, executada pelo Gabinete do Governador - Casa Civil objetiva implementar ações sociais de forma integrada. Não há registro no sistema GP-Pará de informações complementares, comprometendo a avaliação da ação. A fonte de recursos da ação é proveniente de recursos ordinários.

Atendimento a							
Pessoas em				Pessoa			
Situações de	260	197	76	Beneficiada/U	1.247	2.144	172
Vulnerabilidade				n			
Social							

Análise: A ação executada pela ASIPAG, com recursos ordinários, tem como objetivo apoiar a população paraense em situações emergenciais e de vulnerabilidade social. A ação foi realizada conforme seu objetivo, havendo grande número de atendimento a comunidades e associações, bem como apoio financeiro para compra de medicamentos. A ação é executada em todas as regiões de integração.

Fortalecimento das Organizações Sociais	1.438	821	57	Comunidade Atendida/Un	82	240	293
--	-------	-----	----	---------------------------	----	-----	-----

Análise: A ação executada pela ASIPAG, Casa Civil e Vice-Governadoria, com recursos ordinários, tem como objetivo atender s demandas da sociedade civil, promovendo o seu fortalecimento e a auto sustentabilidade de suas ações e projetos. Observou-se um desequilíbrio na execução fisico-financeira, ocasionado pela meta subestimada pela ASIPAG. A ação foi desenvolvida nas 12 regiões de integração do estado.

Fortaleciment				Pessoa			
o de Ações	-	-	-	Beneficiada/U	47	5.769	12.274
de Integração				n			

Análise: Ação executada pela ASIPAG, com recursos ordinários, tem como objetivo promover a integração de órgãos públicos da esfera estadual e municipal para melhor atender a população paraense em situação de risco, contribuindo para seu bem viver. Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação, o que, entretanto, não inviabilizou a sua, visto que foram desenvolvidas ações através de parcerias com instituições governamentais e não governamentais, que possibilitaram beneficiar um número maior de pessoas. A ação foi executada nas 12 regiões de integração do estado.



# SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

O direito à segurança é previsto na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental do cidadão, cabendo ao Estado criar condições objetivas que possibilitem o acesso efetivo a tal serviço.

Diante do quadro de desigualdade social presente no cenário brasileiro, e por extensão no paraense, a área da Segurança Pública e Defesa Social apresenta desafios significativos aos gestores públicos, uma vez que é influenciada diretamente pelo desempenho das demais políticas públicas, dentre as quais se destacam as áreas da educação, saúde, trabalho, emprego e renda. E envolve, também, questões relativas à eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos instrumentos jurídicos.

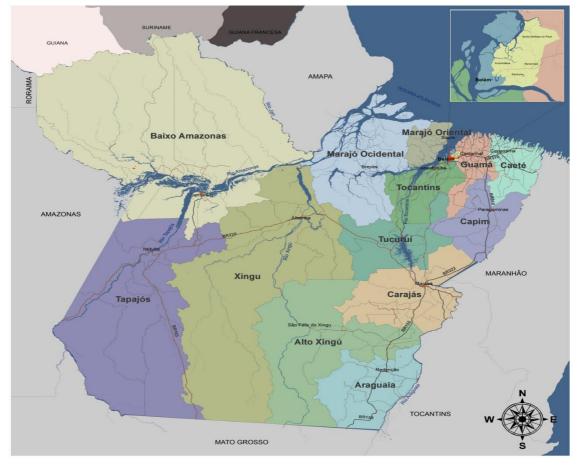
Nos últimos anos, a elevação das taxas de homicídios no Brasil é um indicador de que o problema da segurança pública deve ser enfrentado como prioritário para o equilíbrio social.

No Pará, o aumento da criminalidade envolve questões nacionais que extrapolam as fronteiras estaduais, mas que influenciam diretamente em sua dinâmica interna, tais como a desigualdade social, a disputa por espaço e poder no mercado de drogas ilícitas e a baixa efetividade do sistema de justiça criminal. Internamente, a pressão exercida pela implantação de grandes projetos econômicos, as invasões desordenadas nos espaços urbanos e rurais e o surgimento de aglomerados humanos sem infraestrutura impõe a necessidade de aumento no efetivo de policiais civis e militares e de integração entre os órgãos implementadores de políticas públicas.

A partir de 2011, o Estado do Pará elaborou seu planejamento estratégico de médio prazo, alinhado às diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015 – Pacto pelo Pará. E em 2013, elaborou o Planejamento Estratégico Integrado do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, projetado para 20 anos (2013-2032), apoiado nos objetivos estratégicos de "Assegurar a Prevenção Social da Violência e Criminalidade e Redução da Impunidade" e "Promover a Cidadania e Direitos Humanos".

Ressalte-se que o planejamento estratégico da área da Segurança Pública inclui os grandes projetos regionais e as áreas de fronteiras, apoiado em cenários prospectivos, com visão de Estado e não de governo; e contempla ações prioritárias e investimentos relevantes a serem executados pelo Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Este sistema implantou, ainda, uma visão territorial do estado adequada às especificidades da área de Segurança Pública, instituída no Decreto nº 414, de 4 de abril de 2012, com a criação de 15 Regiões Integradas de Segurança

Pública e Defesa Social (RISP), com o objetivo de estabelecer a articulação territorial regional nos níveis estratégico, tático e operacional. (Mapa 1).

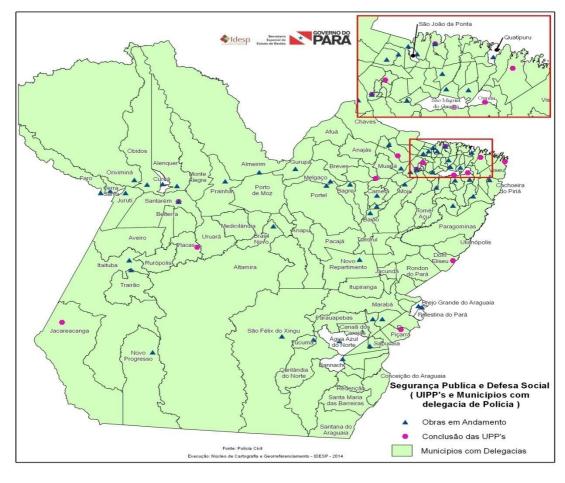


Mapa 1 - Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISP)

Fonte: SEGUP/Escritório de Projetos

Nesse sentido, o planejamento estratégico dessa área, coadunado ao planejamento estratégico do Governo do Estado, está instrumentalizado por meio de seis programas: "Segurança pela Paz", "PRO PAZ, Por uma Cultura de Paz", "Segurança no Trânsito", "Valorização do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública", "Pacto pela Liberdade" e "Gestão Integrada do Conhecimento", sendo os dois primeiros considerados programas estratégicos.

Dentre as principais realizações para ampliar o atendimento dos serviços da área de segurança, destacam-se: a conclusão de 13 Unidades Integradas PRO PAZ (UIPP); 51 UIPP's em andamento e/ou processos licitatórios concluídos; e três em fase de licitação (Mapa 2).



Mapa 2 - UIPP's e Municípios com Delegacias de Polícia

Elaboração: IDESP, 2014.

Foram realizados investimentos, também, na aquisição de equipamentos imprescindíveis às ações de defesa social, dentre os quais veículos, lanchas, motocicletas, helicópteros e cavalos, além de recuperação de plataformas para atendimento de sinistros em grandes alturas, assim como investimento em inovações tecnológicas, resposta efetiva de combate ao crime em todo o território paraense.

A formação e a capacitação dos profissionais da área em conformidade com a visão de segurança com cidadania são fundamentais para os resultados que se pretendem atingir. Essas ações foram prioritárias nesse exercício, assim como as ações relacionadas ao aumento do efetivo policial, com o início da formação, pela Polícia Militar, de 1.957 soldados e 157 oficiais.

O processo de consolidação das políticas públicas relacionadas à prevenção e repressão da violência e da criminalidade e da promoção da cidadania e garantia dos direitos humanos baseia-se em ações não policiais, uma vez que a violência é combatida não somente pela repressão, mas também pela prevenção, com a disseminação da cultura de paz. Nesse sentido, iniciativas como o Programa PRO

PAZ tem sido importantíssimas para ocupar o contra-turno escolar e permitir a crianças e adolescentes em situação de risco vários tipos de oportunidades, que vão desde o acesso a práticas desportivas e de lazer até a qualificação profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Destacam-se, ainda, a retomada das atividades da Fábrica Esperança e demais medidas de ressocialização desenvolvidas no âmbito do sistema prisional do estado.

Quanto às iniciativas destinadas à promoção e consolidação da cidadania e à garantia de direitos humanos, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e em articulação com outros órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, desenvolveu os Programas "Pacto pelos Direitos Humanos", "Igualdade Étnico Racial e Social" e "Combate às Drogas", envolvendo ações como o combate ao subregistro civil, a defesa dos direitos da mulher, das populações tradicionais e o enfrentamento ao uso de drogas, dentre outras.

Os desafios apresentados são muitos. Os programas e suas respectivas ações, desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, a seguir avaliados, buscam instrumentalizar a mudança que, pela própria dimensão e complexidade da Área da Segurança Pública e Defesa Social, não será alcançada isoladamente. O exercício de 2013 apresenta resultados iniciais e traçam um caminho baseado na premissa constitucional de que a segurança pública é dever do estado, porém é direito e responsabilidade de todos os cidadãos.

Na Área de Segurança Pública e Defesa Social, o balanço de execução das 16 ações que compõem os compromissos de Agenda Mínima de Governo foi também positivo em 2013, conforme resultados demonstrados a seguir.

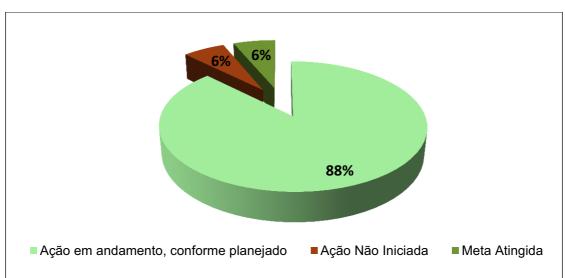


Gráfico 12Agenda Mínima na Área de Segurança Pública e Defesa Social

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014

## Quadro 2 – Agenda Mínima na Área de Segurança Pública e Defesa Social

## **META ATINGIDA**

✓ Modernização do Centro Integrado de Operações

# AÇÕES EM ANDAMENTO, CONFORME PLANEJADO

- ✓ Reformar 100 delegacias;
- ✓ Reformar e equipar o Instituto Médico Legal em Belém e interior;
- ✓ Implantar 10 UPP's (Unidade Pró-Paz), em Belém e interior;
- ✓ Concluir 30 unidades policiais integradas;
- ✓ Construir três novos quartéis de Bombeiros;
- ✓ Construir cinco novos quartéis da PM;
- ✓ Equipar melhor a Policia com mais veículos, lanchas, helicópteros, coletes e armamentos;
- ✓ Contratação e formação de 4.000 novos policiais;
- ✓ Construção de nove novas unidades prisionais;
- ✓ Retomar as atividades da Fábrica Esperança;
- ✓ Criação de Espaços do Pró-Paz;
- ✓ Bases para o Grupamento Aéreo Fluvial;
- ✓ Reformar prédios de agências do DETRAN no interior;
- ✓ Reformar 15 Quartéis da PM.

# **AÇÃO NÃO INICIADA**

✓ Construir e adquirir prédios de agências do DETRAN e no interior.

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014

#### PROGRAMA: SEGURANÇA PELA PAZ

**Órgão Responsável**: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

**Órgão(s) Executor (es):** SEGUP, CBM, CPC, DETRAN, NESA, PMPA, POLÍCIA CIVIL e SUSIPE

**Objetivo:** Proporcionar à sociedade um ambiente seguro, por meio da redução dos índices de violência e de criminalidade.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 13 - Segurança pela Paz - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000.00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução	
(A)	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)	
210.280	173.696	284.306	159.501		

Fonte: GEpPA / SIAFEM

A dotação inicial destinada ao programa foi composta pelas fontes de recursos do tesouro, recursos de convênio e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. A diferença apresentada entre o valor consignado no PPA e a Dotação Inicial refere-se à ação extra-orçamentária "Implantação do Plano de Segurança da UHE Belo Monte", sob responsabilidade da NESA.

Do recurso total autorizado para aplicação no programa 98% referem-se à fonte de recursos do tesouro. Dentre esses recursos constava previsão de operações de crédito internas no valor de R\$35 milhões. No entanto, a execução orçamentária nesta fonte alcançou 5% do valor previsto(Gráfico 15).

Ainda no que se refere aos recursos do tesouro, o Fundo de Investimento de Segurança Pública (FISP) apresentou execução orçamentária de 96% da dotação inicial prevista para aplicação no Programa.

Recursos vinculados ao tesouro estadual provenientes de captação de recursos apresentaram 41% de execução em relação à dotação inicial.

EmR\$ 1.000,00 300.000 250.000 200.000 Rec. Tesouro 150.000 ■ Rec. Próprios Convênios 100.000 50.000 Dot. Inicial Dot. Atualizada Liquidado Fonte: SIAFEM

Gráfico 13- Segurança pela Paz - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

# Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

Indicador/ Unidade /Fonte		Órgão	Indiandor	20	)12	2013	
	Fórmula de Cálculo	Responsá- vel pela Apuração	Indicador de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de crimes contra o patrimônio/crimes/10 0.000 hab./SEGUP	Relação entre o nº de crimes contra o patrimônio para cada 100.000 habitantes	SEGUP	2.359	2.166	2.524	2.075	3.163
Taxa de crimes contra a pessoa/Crimes por 100.000 hab./SEGUP	Relação entre o nº de crimes contra a pessoa para cada 100.000 habitantes.	SEGUP	1.008	963	946	941	980
Índice de postos de serviço da PM**/ Postos de Serviço p/ 100.000 hab./PMPA	Número de postos de serviços da polícia militar para cada 100.000 habitantes	PMPA	15,52	15,92	15,51	16,31	15,29

<sup>\*\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

As estatísticas criminais são utilizadas para retratar a situação da segurança pública e permitir o planejamento de ações policiais e de investimentos na área. A apuração dos dados é realizada sob responsabilidade da SEGUP, que

também é responsável pela análise dos dados de interesse policial e pela realização de estudos para prevenir e reprimir a criminalidade.

Dessa forma, dois indicadores determinados para avaliação dos resultados do Programa são relacionados às taxas de criminalidade. O primeiro deles, a "Taxa de Crimes Contra o Patrimônio", apresentou pequeno aumento na apuração de 2013, em relação ao apurado em 2012. Tal incremento pode ter ocorrido não só pelo aumento de casos desses crimes, mas também pela diminuição da subnotificação, em decorrência da inauguração de várias novas unidades policiais no interior do estado, ampliando a rede de atendimento.

Quanto ao indicador "Taxa de Crimes Contra a Pessoa", observou-se um aumento na apuração de 2013 em relação a 2012. Tal crescimento ocorreu mesmo que tenham sido incrementadas ações de policiamento ostensivo, fiscalização de ambientes de diversão pública, como bares, casas noturnas e similares, bem como, realizadas ações pelos órgãos de segurança no sentido de restringir os horários de funcionamento de tais estabelecimentos e a venda de bebidas alcoólicas.

O indicador destinado a mensurar a cobertura de atendimento da polícia militar do estado apresentou resultado inferior ao ano anterior, porém um pouco abaixo da meta estipulada para o exercício, situação que deverá ser corrigida a partir do ingresso em 2014 dos novos policiais militares nomeados no último trimestre de 2013. Para adequar a leitura dos resultados apurados, na Revisão do PPA para os exercícios 2014 e 2015, o indicador foi alterado para índice de policiais militares por 100 mil habitantes. Também nesta revisão foi acrescentado um novo indicador, destinado a mensurar a cobertura e os atendimentos realizados em todo o estado pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM).

### - Implementação do Programa

Alinhado diretamente à diretriz da Promoção da Inclusão Social e ao objetivo estratégico de Assegurar a Prevenção Social da Violência e Criminalidade e Redução da Impunidade, o Programa Segurança pela Paz foi formulado com base na necessidade de enfrentamento da violência no âmbito do Estado do Pará pelo poder público, a partir do compromisso de proporcionar um ambiente seguro para a sociedade paraense em todas as regiões do estado, como condição essencial ao pleno exercício da cidadania.

O Programa desenvolve ações direcionadas à ampliação dos investimentos em infraestrutura, à ampliação do policiamento nas áreas urbanas e rurais, à intensificação de operações integradas por meio do fortalecimento da

articulação entre os órgãos de segurança pública e à diversificação dos modais de policiamento. Dentre as 25 ações do Programa, sete constituem ações da Agenda Mínima de Governo, diretamente focadas nestes atendimentos prioritários.

O caráter estratégico do Programa demanda a articulação com as políticas públicas relacionadas à promoção da cidadania e dos direitos humanos, enfatizando o aspecto preventivo em todas as ações desenvolvidas.

Na Revisão do PPA realizada em 2013, com reflexos para os exercícios 2014 e 2015, o objetivo do Programa foi alterado para "Proporcionar à sociedade um ambiente seguro, por meio da redução dos índices de violência, de criminalidade e de risco coletivo", a fim de contemplar também as ações realizadas pelo CBM, na prevenção e atendimentos das ocorrências demandadas pela população.

## Principais realizações:

- ✓ Conclusão de 13 Unidades Integradas Pró Paz (UIPP's) nos municípios de Viseu, Santa Bárbara do Pará, São Sebastião da Boa Vista, Belém (Distrito Industrial), Cachoeira do Arari, Jacareacanga, Marapanim (Marudá), Piçarra, Santarém (Nova República), Dom Eliseu, Placas, São Miguel do Guamá, Ourém e Bragança;
- ✓ Obras em andamento e/ou processos licitatórios concluídos em 51 UIPP's Almeirim, Altamira (Castelo de Sonhos), Belém (Tapanã), Bujaru, Igarapé-Açú, Novo Repartimento, Canãa dos Carajás, Palestina do Pará, Portel, Água Azul do Norte, Alenquer, Bagre, Baião, Bannach, Brejo Grande do Araguaia, Cachoeira do Piriá, Cametá, Colares, Concórdia do Pará, Curuá, Eldorado dos Carajás, Faro, Gurupá, Irituia, Melgaço, Mocajuba, Moju, Nova Esperança do Piriá, Óbidos, Ponta de Pedras, Prainha, Quatipuru, Santa Cruz do Arari, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Sapucaia, Terra Santa, Trairão, Tucumã, Bonito, Ipixuna do Pará, Itaituba, Juruti, Santarém Lago Grande do Curuaí, São Felix do Xingu, Oriximiná, Novo Progresso, Quatro Bocas, Santa Maria, Vigia e Capitão Poço; e,
- ✓ Em fase de licitação em 2013, três UIPP's nos municípios de Almeirim (Monte Dourado), Barcarena e Curionópolis;
- ✓ Aumento de 56% na frota de veículos em atuação na PMPA e aquisição de 367 motos, que representam incremento de 196% em relação ao ano anterior, proporcionando aumento de 86% da frota estadual e quase duplicaram a mobilidade operacional da instituição;

- ✓ Investimentos pela Polícia Civil em obras públicas na ordem de R\$ 13,8 milhões (R\$ 9 milhões em construções; R\$ 4,6 milhões em reformas), com conclusão de 15 unidades policiais: Barcarena (sede), Barcarena (Vila dos Cabanos), Belém (Divisão de Homicídios, Icoaraci, Outeiro, São Brás e Guanabara), Marituba (Decouville), Óbidos, Paragominas, Porto de Moz, Santarém Novo, Santa Izabel (Americano), Tailândia e Tucuruí;
- ✓ Reformas na sede do Centro de Perícias Renato Chaves (CPCRC) em Belém, inclusive nos laboratórios; nas unidades regionais de Castanhal, Marabá e Santarém, favorecendo o processo de descentralização da perícia oficial;
- ✓ Aquisição pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM) de dez veículos auto bomba tanque (ABT), um ônibus, um micro ônibus, duas pick-ups, dois jeeps e dois jet skys e a conclusão dos reparos em cinco plataformas para atendimento de sinistros em grandes alturas.

#### Avaliação das Ações do Programa

EmR\$1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Aparelhamento dos Órgãos do SESP	65.284	37.969	58	Unidade Aparelhada/ Un	139	90	65	

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo tem como objetivo fornecer condições para o pleno desenvolvimento das atividades dos órgãos componentes do até então denominado Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP), atual Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), por meio da aquisição de equipamentos. Financiada com recursos provenientes de convênios, recursos ordinários do tesouro estadual e diretamente arrecadados pela administração indireta, em 2013 foram adquiridos equipamentos como veículos, motocicletas, lanchas, helicóptero, armamentos e coletes balísticos, dentre outros. Algumas aquisições programadas para o exercício 2013 terão suas licitações homologadas somente no exercício 2014. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a denominação da ação foi alterada com a substituição da sigla "SESP" pela "SIEDS", nova denominação do Sistema Estadual de Defesa Social e Segurança Pública (SIEDS).

Apoio às ações da Polícia Civil	9.726 53	Unidade Apoiada	1	10
------------------------------------	----------	--------------------	---	----

Análise: A ação objetiva assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Segurança Pública (FISP) no financiamento complementar das ações da Polícia Civil. Os recursos diretamente arrecadados e direcionados a apoiar as atividades da Polícia Civil foram investidos na aquisição de equipamentos de informática, manutenção de contratos de serviços e aquisição de equipamentos (mobiliário e refrigerador), de acordo com a necessidade das unidades da Polícia Civil, e ainda, reforma em 16 delegacias. A ação foi programada para atender 10 municípios (Belém, Marapanim, Paragominas, Parauapebas, Portel, Rondon do Pará, Santa Luzia do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia e Tomé Açu), porém a execução foi centralizada em Belém, sendo representado na meta física o apoio da Instituição Polícia Civil como um todo, não diferenciando suas unidades. Ressalte-se que na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída e suas atividades foram incorporadas à Ação "Apoio às Ações do FISP".

EmR\$1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Apoio às Ações da Polícia Militar	836	-	-	Unidade Apoiada	1	-	-	

Análise: A ação tem por objetivo assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FISP no financiamento complementar das ações da Polícia Militar. No entanto, não houve utilização do recurso financeiro programado devido à baixa arrecadação da Polícia Militar através do fundo. Ressalte-se que na Revisão do PPA, com reflexos para os exercícios 2014-2015, esta ação e suas atividades foram incorporadas à Ação "Apoio às Ações do FISP".

Apoio às Ações das Unidades Compartilhadas	377	111	29	Unidade Apoiada	2	2	100
Compartiinadas							

Análise: A ação tem por objetivo assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FISP no financiamento complementar das ações do Instituto de Ensino Superior da Polícia (IESP) e do Centro Integrado de Operações (CIOP). Os recursos financeiros arrecadados foram investidos no contrato de manutenção da piscina do IESP e no início da obra de reforma do prédio onde funciona o CIOP, em Belém. Ressalte-se que na Revisão do PPA, com reflexos para os exercícios 2014-2015, esta ação e suas atividades foram incorporadas à Ação "Apoio às Ações do FISP".

Apoio às Ações do Corpo de Bombeiros	9.408	5.799	62	Unidade Apoiada	4	1	25
Militar							

Análise: A ação tem por objetivo assegurar a aplicação dos recursos arrecadados pelo FISP no financiamento complementar das ações do Corpo de Bombeiros Militar (CBM). A ação foi programada para quatro municípios (Belém, Abaetetuba, Ananindeua e Paragominas), porém a execução foi centralizada em Belém, com a aquisição de equipamentos diversos e manutenção de contratos. Apesar de a execução financeira ser em Belém, por meio desta ação são apoiadas qualquer das Unidades do CBM que necessite de recursos do FISP. Ressalta-se que na Revisão do PPA, com reflexos para os exercícios 2014-2015, esta ação e suas atividades foram incorporadas à Ação "Apoio às Ações do FISP".

Assistências às Populações em Situação de Risco, de Emergência e/ou Calamidade Pública	1.672	1.338	80	Pessoa atendida	1.040.080	508	-

Análise: A ação tem por objetivo prestar atendimento à população do Estado do Pará atingida pelo infortúnio. Os recursos financeiros programados são provenientes de recursos ordinários do estado e convênios, e é programada pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Encargos CBM (atendimento ao serviço de Defesa Civil) e Ação Social Integrada do Governo (ASIPAG). Apenas o CBM registrou execução de metas físicas. Como se trata de ação cuja implementação está condicionada à ocorrência das situações calamitosas ou emergenciais, a atribuição de metas físicas tende a sofrer distorções, o que vem se evidenciando desde o exercício anterior.

Construção de							
Bases para o				Base	1		
Grupamento	_	_	-	Construída	'	_	-
Aéreo Fluvial							

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo, objetiva integrar os grupamentos aéreo e fluvial do SIEDS. Em 2013, os recursos financeiros foram remanejados para Ação de "Aparelhamento dos Órgãos do SIEDS" para atender crédito suplementar relativo à aquisição de um helicóptero para o Grupamento Aéreo (GRAESP). A ação não sofreu prejuízo nas demandas da população em função de negociação com a Infraero para utilização das bases existentes localizadas nos municípios de Belém, Altamira, Marabá e Santarém. Com relação ao Grupamento Fluvial (GFLU), além da gestão das ações fluviais da Região Metropolitana de Belém, passou a coordenar todas as atividades nos municípios que necessitem da utilização de embarcações e tropas especializadas em busca e salvamento, como também, atendimento de ocorrências policiais fluviais. A ação foi reprogramada para ser executada em 2014.

EmR\$1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Construção de Novos Quartéis	6.436	3.034	47	Unidade construída/Un	5	2	40	

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo objetiva ampliar a prestação dos serviços de segurança pública na Região Metropolitana e demais municípios paraenses, tendo como órgãos responsáveis a PMPA e o CBM. Em 2013, o CBM realizou destaque orçamentário para a Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP), no valor de R\$ 1,0 milhão, para realizar as obras dos quartéis de Tailândia e Cametá que, ao final de 2013, estavam com 39,92% e 28,29% executadas, respectivamente. A PMPA também realizou destaque à SEOP para construir os quartéis de Marabá, Redenção e Santa Izabel do Pará que encerraram o exercício de 2013 com 92,51%, 96,33% e 98,14% das obras concluídas, respectivamente. Além destes, foram concluídos o Destacamento da Policia Militar de Ourém que não constava na programação de 2013 e o posto policial militar do Município de Afuá. Os recursos financeiros aplicados são oriundos de operações de crédito internas e recursos ordinários do tesouro.

Construção de Unidade Integrada Pró Paz UIPP	43.687	5.103	12	Unidade construída/Un	8	13	163
---	--------	-------	----	--------------------------	---	----	-----

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo, objetiva construir espaços que possibilitem a realização de serviços integrados de segurança pública e de atividades que contribuam para a implantação de uma cultura de paz. Programada pela SEGUP, previa para 2013 a construção de oito unidades, sendo concluídas 11 UIPP's, acima da meta prevista, nos municípios de Cachoeira do Arari, Jacareacanga, Marapanim (Marudá), Piçarra, Santarém (Nova República), Dom Eliseu, Placas, São Miguel do Guamá, Belém, Viseu e Ourém. Os recursos aplicados são oriundos de operações de crédito internas e recursos ordinários do tesouro do estado. Destaca-se que, em função da incorporação do modelo de unidade integrada do PRO PAZ às reformas de delegacias, obras com perfil semelhante foram realizadas, também, no âmbito das ações de "Apoio às Ações da Polícia Civil (FISP)" (Bragança e São Sebastião da Boa Vista), de responsabilidade da Polícia Civil.

Implantação do							
Plano de							
Segurança				Unidade	12		
Pública -	-	_	_	construída/Un	12	-	_
Região AHE							
Belo Monte							

Análise: Ação de natureza extra-orçamentária, objetiva prover serviços penitenciários no entorno da UHE Belo Monte e foi programada pela Empresa Norte Elétrica S/A (NESA), responsável pelo Consórcio para implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, no valor de R\$ 33,58 milhões. Segundo informações da Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE), em 2013, foram iniciadas as obras do Centro de Recuperação Masculino e Feminino, localizado no Município de Vitória do Xingu, da Colônia Industrial Masculina (semiaberto) e, ainda, a urbanização das vias de acesso ao Complexo Penitenciário em Vitória do Xingu, cada uma com 2% de execução.

Implementação das Ações das Unidades Regionais de Perícia Científica	1.691	95	Unidade Implementada/U n	10	10	100
--	-------	----	--------------------------------	----	----	-----

Análise: A ação tem por objetivo garantir a prestação dos serviços de perícia científica à população dos municípios paraenses e foi executada de acordo com o planejado, uma vez que as Unidades Regionais (UR) localizadas em Castanhal, Marabá, Altamira e Santarém, e os Núcleos Avançados (NA), situados em Abaetetuba, Bragança, Parauapebas, Tucuruí, Paragominas e Itaituba, funcionaram continuamente ao longo do exercício de 2013. Os recursos aplicados são oriundos de recursos próprios diretamente arrecadados e recursos ordinários do tesouro.

Em R\$1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação das Ações Integradas dos Órgãos do SESP	48.931	13.365	27	Unidade do SESP Implementada/ Un	1	1	100

Análise: A ação objetiva coordenar, de forma integrada, as ações e atividades desenvolvidas pelos órgãos do SESP, atual SIEDS, relativas à prevenção e repressão de crimes, mais especificamente quanto à atuação do Grupamento Fluvial (GFLU) e Grupamento Aéreo (GRAESP), formados por policiais militares e civis e corpo de bombeiros militar. Os recursos aplicados são oriundos de recursos de convênios e recursos ordinários do tesouro.

Implementação de Ações Técnicas Preventivas em Bens Móveis e Imóveis	246	215	87	Bem Móvel e Imóvel Fiscalizado	16.230	15.039	93

Análise: A ação tem por objetivo prevenir a ocorrência de sinistros em bens móveis e imóveis. Em 2013, houve a intensificação de vistorias anuais, "habite-se" e análise de projetos, dentre outros serviços executados pelo CBM, que realizou esses serviços em 22 municípios paraenses, com maior concentração em Belém, Santarém e Marabá com, respectivamente, 3.959, 32.017 e 1.861 bens móveis e imóveis fiscalizados. Os valores aplicados são oriundos de recursos ordinários do tesouro do estado.

Modernização							
do Centro de Perícias	1.813	1.811	100	Centro Modernizado	3	1	33
Científicas							

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo tem por objetivo melhorar o atendimento dos serviços de perícia científica à população do Estado do Pará. Para 2013 foram programadas obras de modernização no CPCRC em Belém (sede), Paragominas e Santarém. Nesse exercício foi executada obra de modernização física no Núcleo Avançado (NA) de Itaituba, por meio de destaque orçamentário à SEOP. A obra no N.A de Paragominas tem previsão de entrega no primeiro trimestre de 2014. Destaca-se que a obra da Unidade Regional (UR) de Santarém apresentou, no final do exercício, 98,26% de conclusão. Os recursos aplicados são oriundos de operações de crédito interna e recursos ordinários do tesouro do estado.

	_		_				
Modernização							
do Centro	2 225	2 202	00	Atendimento	4.026.264	3.470.044	06
Integrado de	2.325	2.292	99	Realizado/Un	4.020.204	3.470.044	86
Operações							

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo tem por objetivo garantir ao cidadão acesso aos serviços prestados pelo sistema do Centro Integrado de Operações (CIOP). Foram programadas e realizadas obras de modernização nos CIOP's dos municípios onde o sistema opera (Belém, Santarém e Marabá) por meio de destaque à SEOP. A ação utilizou parte do recurso em investimentos de locação de equipamento de vigilância eletrônica, que garante o atendimento à demanda dos serviços do CIOP's. Os recursos aplicados são oriundos de operações de crédito interna e recursos ordinários do tesouro do estado.

Realização das				Policiamento			
Ações de Polícia	16.320	15.679	96	policial	52.642	56.731	108
Judiciária				Instaurado			

Análise: A ação tem por objetivo "reduzir os índices de criminalidade no Estado do Pará, fortalecendo a atuação da polícia judiciária". A ação é desenvolvida pelas Policia Civil e Militar, a primeira no atendimento aos cidadãos nas delegacias, e pela Polícia Militar no atendimento de casos internos. Em 2013, atendeu a demanda da população dos municípios de todas as regiões de integração do estado. Na revisão do PPA, para os exercícios 2013-2014, o objetivo da ação foi alterado para "fortalecer a ação da polícia judiciária com foco no aprimoramento da investigação criminal" a fim de melhor adequá-lo ao produto estabelecido e à dimensão da intervenção realizada por meio da ação.

Em R\$1.000,00

Ação	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Realização de Ações de Unidades Especializadas	2.580	1.910	74	Procedimento policial Instaurado	5.800	2.203	38

Análise: A ação tem por objetivo assegurar a prestação dos serviços de polícia judiciária no âmbito das unidades especializadas: Delegacia da Mulher (DEAM), Divisão de Polícia Administrativa, Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), Divisão de Atendimento a Adolescente (DATA), Divisão do Meio Ambiente (DEMA). A ação foi programada para ocorrer em 11 municípios, mas foi executada somente no município de Belém. Os recursos financeiros utilizados são oriundos de recursos de convênios e recursos ordinários do tesouro do estado.

		1		ı			
Realização de							
Ações de							
Combate a	7.000	F 000	00	Ocorrência	E4 20E	00 007	40
Incêndio, Busca,	7.296	5.996	82	Atendida	54.385	26.087	48
Salvamento e							
Resgate							

Análise: A ação tem por objetivo minimizar os danos causados por sinistros e desastres à vida e bens. A ação foi executada em parte dos municípios das 12 Regiões de Integração do estado, atendendo às populações que demandaram os serviços do CBM. Além desse atendimento, é executado o serviço de manutenção das viaturas administrativas e operacionais. Destaca-se que a característica da ação de atendimento sob demanda emergencial confere dificuldade no estabelecimento de metas. Os recursos financeiros utilizados são oriundos de recursos de convênios e recursos ordinários do tesouro do estado.

Realização de Ações de Polícia	34.326	32.949	96	Posto de Serviço Implementado	8.669	183.477	2.11 6	
Ostensiva								П

Análise: A ação tem por objetivo "prevenir a ocorrência de crimes com ações de precaução, antecipando o fato, proporcionando mais segurança à população do Estado do Pará". Financiada com recursos ordinários do estado, é executada pela PMPA e atendeu, em 2013, a população dos municípios das 12 Regiões de Integração com ações de patrulhamento, incursões, barreiras e saturação, dentre outras. Observa-se o produto não pode mensurar a ação, nesse sentido, durante o processo de revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o produto foi alterado para "Policial Militar em Serviço" a fim de retificar essa distorção. Também foi alterado o objetivo da ação, visando proporcionar maior clareza à sua finalidade ("Proporcionar maior segurança à população do Estado do Pará com acões preventivas e repressivas aos delitos").

Realização de Ações de	0.550	0.050	0.7	Evento	400	000	00
Segurança e	6.559	6.356	97	Atendido/Un	432	286	66
Paz em Grandes				Atendido/on			
Eventos							

Análise: A ação tem por objetivo garantir a segurança da população do Estado do Pará e de seus bens patrimoniais através de prevenção, controle e policiamento nos locais onde são realizados grandes eventos. Todos os órgãos do SIEDS executam a ação, exceto a SUSIPE. Os eventos são pontuais e fazem parte do calendário anual de comemorações, tais como: Carnaval, Semana Santa, Operação Veraneio, Círio de Nazaré, Enem, dentre outros.

Em R\$1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Realização de Missões Especiais	6.476	5.994	93	Missão Realizada/Un	1.036	2.935	283

Análise: A ação tem por objetivo executar de forma integral e pacífica as missões especiais realizadas pelos órgãos operacionais do sistema de segurança pública, de responsabilidade da PMPA, Polícia Civil, CPC e CBM, com destaque para a Policia Militar que realizou 2.662 missões. A participação do CBM é planejada de acordo com o apoio concedido aos demais órgãos de segurança, através da execução de suas atividades operacionais, e como não foi solicitado apoio não houve execução física, e os recursos financeiros sob sua responsabilidade foram remanejados para suplementar a Ação "Realização de ações de combate a incêndio, busca, salvamento e resgate", aplicados em despesas de cunho operacional. O recurso financeiro aplicado foi oriundo de recursos de convênios e recursos ordinários do tesouro.

Realização de Perícias Técnico Científicas	1.784	1.780	100	Laudo Pericial Expedido/Un	63.500	61.104	96
--	-------	-------	-----	-------------------------------	--------	--------	----

Análise: A ação tem por objetivo dar suporte às averiguações de crimes contra pessoa, patrimônio e investigações de sinistros. Atendeu às demandas da população na sede do CPCRC (Belém), nas unidades regionais de Castanhal, Marabá, Altamira e Santarém e nos seis núcleos avançados. A programação físico- financeira está compatível com a execução da ação. O recurso financeiro aplicado foi oriundo de recursos de convênios e recursos ordinários do tesouro estadual.

Realização do Gerenciamento do FISP	1.998	1.761	88	Unidade Apoiada/Un	1	1	100
---	-------	-------	----	-----------------------	---	---	-----

Análise: A ação objetiva assegurar a aplicação dos recursos do FISP de forma eficiente. Em 2013, foram adquiridos veículos, financiada a construção da UIPP do Distrito Industrial, a reforma do salão nobre da PM e firmado Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Santa Maria das Barreiras para recuperação da delegacia e alojamento da PM naquele Município.

Realização do Policiamento Especializado	542	541	100	Missão Realizada/Un	760	865	114
--	-----	-----	-----	------------------------	-----	-----	-----

Análise: A ação tem por objetivo assegurar a realização do policiamento ambiental, escolar, assistencial, turístico, rodoviário e penitenciário. É desenvolvida pela Polícia Militar que atendeu a demanda da população dos municípios de todas as regiões de integração. Os recursos financeiros executados são oriundos de recursos ordinários do tesouro.

Reforma de Unidades	5.210	4.082	78	Missão Realizada/Un	31	17	55
Policiais				Realizada/OH			

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo tem por objetivo modernizar a estrutura física de delegacias e quartéis e é executada pela PMPA e Polícia Civil. Na programação da PMPA constava a reforma de 6 quartéis, das quais três foram concluídas: 9º BPM de Breves, 9º CIPM São Miguel do Guamá e o 4º CIPM de Cametá. Na programação da Polícia Civil constava a reforma de 25 unidades, sendo que foram realizadas oito reformas, por meio de destaque à SEOP, das quais duas foram adaptadas para UIPP. Como relatado anteriormente na Ação "Construção de Unidades Policiais Integradas", em função da reprogramação das reformas de delegacias com a mudança para o modelo de Unidades Integradas PRO PAZ, alguns resultados foram apresentados de forma dispersa; e, ainda, na Ação "Apoio às Ações da Polícia Civil", há reformas de delegacias. Os recursos financeiros executados são oriundos de operações de crédito internas e recursos ordinários do tesouro.

## PROGRAMA: PRÓ-PAZ – POR UMA CULTURA DE PAZ

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

**Órgão(s)** Executor (es):ASIPAG, CBM, CPC, DETRAN, FASEPA,FCG, FCPTN, FCV, FES, Fund. Santa Casa, Gab. Gov – Casa Civil, IAP, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SEDUC, SEEL, SEGUP, SEJUDH, SEMA, SESPA e SETER.

**Objetivo:** Promover ações de enfrentamento à violência por meio da disseminação da Cultura de Paz.

Público Alvo: População em situação de vulnerabilidade Social.

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 14 -PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

Р	PA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)	
	33.245	32.395	16.309	14.206	87	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Os recursos provenientes do tesouro estadual compuseram a principal fonte de financiamento do programa, representando 92% dos valores aplicados em relação à dotação atualizada. Da dotação inicial de R\$ 32 milhões, 49% dos recursos foram remanejados para outros programas da área. Os recursos provenientes de convênios no valor de R\$ 1,8 milhão apresentaram execução de R\$ 1,2 milhão (64%)(Gráfico 16).Os recursos próprios arrecadados pela administração indireta, que representavam menos de 1% da dotação inicial, foram remanejados para outros programas da área.

35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
5.000
Dot. Inicial
Dot. Atualizada
Liquidado

Gráfico 14 -PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁ- VEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
/FONTE	0.1.2020	APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de homicídio de adolescentes e jovens (12 a 29 anos)/Homicídios/1 00.000/SISP	Relação por cem mil habitantes entre o número de óbitos de adolescentes e jovens (12 a 29 anos) devido a homicídios e o total da população nessa faixa etária.	SEGUP/PRO PAZ	52,59	49,96	53,26	47,46	55,34
Identificação de casos de abuso e exploração sexual no Estado do Pará**/Unidade/Pro Paz Integrado	Número de casos de abuso e exploração sexual na faixa de 0 a 17 anos completo no Estado do Pará	SEGUP/PRO PAZ	1.251	1.376	3.817	1.514	3.827
Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 8 a 29 anos atendidos por ações de arte e cultura no Pro Paz/Percentual/Pro Paz/IBGE**	Relação percentual entre as crianças, adolescentes e jovens de 8 a 29 anos atendidos por ações de Arte e Cultura no Pro Paz e o total da população na faixa.	PRO-PAZ	ND	8	0,06	8	0,08

<sup>\*\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Observou-se um incremento no indicador "Taxa de Homicídio de adolescentes e jovens (12 a 29 anos) por 100.000 habitantes" em relação ao indicador do ano de 2012. Ressalte-se que para cálculo do indicador foi considerada a faixa etária de 10 a 29 anos, conforme estimativas populacionais do IBGE para os anos de 2012 e 2013, haja vista não ser disponível faixa etária idêntica cadastrada no SISP/WEB (12 a 29 anos). As ações do programa são direcionadas a este segmento que se encontra em situação de vulnerabilidade, principalmente os moradores das periferias e de centros urbanos das áreas metropolitanas.

Em relação ao indicador de "Identificação de casos de abuso e exploração sexual no Estado do Pará", observa-se que com as ações de conscientização e realização de campanhas de denúncia dos casos de abuso sexual, bem como pela expansão de atendimentos nos Espaços Pró-Paz Integrado, principalmente nos anos de 2012 e 2013, além da implementação de outros programas estaduais, houve expressiva redução da subnotificação ocorrida nos períodos anteriores e que são representados pelo indicador de referência. A partir dessa identificação de casos de abuso e exploração sexual observou-se que, no ano de 2013 houve incremento em relação ao ano de 2012 (0,26%) .Na revisão do PPA, para os anos de 2014 e 2015, o indicador foi alterado passando a denominar-se Variação de casos de abuso e exploração sexual no estado do Pará, assim como a unidade de medida foi alterada para percentual.

O comportamento do Indicador "Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 8 a 29 anos atendidos por ações de arte e cultura no Pró Paz" reflete a expansão de atendimentos para municípios como Bragança, Abaetetuba, Marabá e Santarém, uma vez que em 2012 os atendimentos foram concentrados na Região Metropolitana de Belém. Na revisão do PPA, para os anos de 2014 e 2015, o indicador foi alterado passando a denominar-se "Incremento de pessoas atendidas pelo programa Pró-Paz por uma Cultura de Paz".

#### - Implementação do Programa

A premissa do Programa é a difusão da cultura de paz e o enfrentamento das diferentes formas de violência. As ações são de infraestrutura, no sentido de revitalizar espaços esportivos e sócios culturais, e de atendimento direto à população em relação à qualificação profissional, cidadania, atendimento integral à crianças/adolescentes e mulheres em situação de violência sexual e direitos humanos. Neste sentido, fortalece a atenção pública e garante execuções de medidas específicas dirigidas à crianças, adolescentes e jovens mais vulneráveis às violações

de seus direitos. O programa fomenta a articulação e o alinhamento das políticas públicas para atender pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por se tratar de um programa de articulação, a implementação executiva é realizada pelos vários órgãos do governo, ASIPAG, CBM, CPC, DETRAN, CASA CIVIL, FCG, FCV, FCPTN, FASEPA, Fund. Santa Casa, Gab.Gov-Casa Civil, LACEN, SEAS, SEDUC, SEEL, SEGUP, SESPA, SEMA, SEJUDH, PMPA, Polícia Civil e SETER.

Por essa composição, o Programa impacta diretamente no objetivo estratégico de "Promover a Cidadania e Direitos Humanos", uma vez que mobiliza ações nos municípios que viabilizam a emissão de documentos civis, dentre os quais Carteira de Identidade, Trabalho, Cadastro de Pessoa Física (CPF), assim como atua no combate ao subregistro para garantir o acesso aos direitos e livre exercício da cidadania.

Outro objetivo estratégico sobre o qual as ações do Programa atuam diretamente, "Assegurar a Prevenção Social da Violência e Criminalidade e Redução da Impunidade", uma vez que suas ações são direcionadas à criança, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Visando a continuidade da política pública de inclusão social do Estado, o Programa "Pro Paz Presença Viva, por uma Cultura de Paz" foi vinculado à Casa Civil da Governadoria por meio da Lei nº 7.773, de 23 de dezembro de 2013.

#### Principais Realizações:

- ✓ Revitalização e construção de espaços de atuação relacionados à cultura de paz. Pólo UFPA, UFRA, Mangueirão, APOENA-FASEPA, e construção do complexo esportivo do Município de Mojuí dos Campos;
- ✓ Construção e implantação do serviço do Pró-Paz Integrado no Município de Bragança, além de obras concluídas nos Municípios de Tucuruí, Paragominas e Altamira;
- Atendimento de mais de 3.100, crianças, adolescentes e jovens moradores de áreas consideradas de risco em cinco polos da Região Metropolitana de Belém (Campus III da UFPa, IESP em Marituba, Mangueirão no Estádio Olímpico do Pará, UFRA no bairro da Terra Firme e Praça Doroty Stang no bairro da Sacramenta), promovendo a inclusão social pela educação, arte cultura e cidadania;
- ✓ Realização de Caravanas da Cidadania nas Regiões de Integração do Baixo Amazonas e Marajó, com emissão de 47.256 documentos civis, além de

- encaminhamento para emissão de certidão de nascimento e atendimento jurídico em parceria com a defensoria Pública do Estado;
- Realização de Caravanas Oftalmológicas, por meio da SESPA, realizando 43.419 consultas, 16.584 procedimentos cirúrgicos e 169.080 exames nas regiões do Marajó, Guamá e Rio Caeté e, ainda, no município de Santarém, sendo atendidos 29 municípios.

## Avaliação das Ações do Programa

EmR\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implantação de Espaços Pró-Paz Integrado	6	6	100	Unidade Implantada/Un	4	-	-	

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo tem o objetivo de viabilizar espaços para o atendimento integrado dos cidadãos. Programada para ser executada pela SEGUP, visava a implantação de quatro espaços nos municípios de Belém, Capanema, Marituba e Santarém. A implantação desses espaços foi realizada pela Polícia Civil e, atualmente, encontram-se em fase de conclusão, dentre outras, a reforma com adaptação de espaço PRO PAZ em convênio com a Prefeitura Municipal de Paragominas; a reforma com adaptação de espaços PRO PAZ integrado em Altamira, por meio de recursos do FISP; e a reforma e adaptação de espaços PRO PAZ Integrado em Tucuruí. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a Polícia Civil passou a ser executora dessa ação que teve seu objetivo alterado visando adequá-lo à ampliação do público alvo do programa que irá atender crianças, adolescentes e mulheres. A ação é financiada com recursos ordinários do tesouro estadual.

Análise: A ação objetiva desenvolver ações de capacitação aos operadores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA), visando ao fortalecimento da política de atendimento socioeducativo a esse público. Executada pela FASEPA e SEJUDH, a programação de capacitação previa o atendimento de oito municípios, tendo alcançado 17, Abaetetuba, Ananindeua, Aurora do Pará, Barcarena, Belém, Benevides, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Irituia, Itaituba, Mãe do Rio, Marituba, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. Os recursos financeiros aplicados são oriundos de recursos ordinários do tesouro estadual. Na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foi alterado o objetivo da ação, além do respectivo produto para "pessoa qualificada", com o intuito de estabelecer maior clareza ao objetivo da ação e permitir melhor correlação ao respectivo produto.

Operacionalização das Ações 914 813 89 Ação 100 100 100 Administrativas

Análise: A ação objetiva viabilizar a gestão administrativa do programa PRO PAZ, dando suporte à coordenação técnica e às atividades operacionais do programa. Os recursos financeiros aplicados são provenientes de operações de crédito internas e recursos ordinários do tesouro estadual.

Pró-Paz Arte e Cultura	2.007	1.880	94	Pessoa Atendida/Un	54.440	40.486	74
---------------------------	-------	-------	----	-----------------------	--------	--------	----

Análise: A ação tem o objetivo de promover a inclusão social pela educação, arte e cultura de crianças, adolescentes e jovens. As oficinas de arte e cultura foram executadas pela FCG, FCPTN, FCV e IAP que realizaram ações nos espaços do PRO PAZ situados em Belém e Marituba, além de atendimentos nos municípios de Abaetetuba, Bragança, Marabá e Santarém. O financiamento da ação envolveu recursos ordinários do tesouro estadual.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Pró-Paz Comunidade	266	159	60	Projeto Apoiado/Un	18	3	17	

Análise: A ação objetiva apoiar o desenvolvimento de projetos e ações para o enfrentamento da violência. A programação inicial previa o apoio a 18 projetos, com atendimento mínimo de um município por região de integração. Foram apoiados três projetos nos municípios de Belém (2) e Ananindeua (1), e os valores aplicados foram oriundos de recursos ordinários do tesouro estadual.

Pró-Paz Encontros da Juventude	547	547	100	Jovem Atendido/Un	2.000	415	21
--------------------------------------	-----	-----	-----	----------------------	-------	-----	----

Análise: A ação tem o objetivo de promover diálogos permanentes sobre políticas públicas para juventude por meio de encontros temáticos. A programação inicial previa atender dez regiões de integração e foram atendidas 11 regiões. Na Revisão do PPA, para o exercício 2014/2015, esta ação foi incorporada à Ação "PRO PAZ Juventude", como forma de racionalizar e maximizar as ações que tem como principal foco de atendimento o público jovem. Os recursos financeiros aplicados são oriundos de recursos ordinários do tesouro estadual.

Pró-Paz Escola	756	720	95	Escola Beneficiada/Un	1.320	372	28
----------------	-----	-----	----	--------------------------	-------	-----	----

Análise: A ação objetiva promover a integração da escola com a comunidade com ações de educação e cidadania para a prevenção e enfrentamento à violência. A ação é executada por quatro órgãos, CBM, PMPA, SEDUC, SEMA, mas apenas o CBM e a PMPA a executaram, razão pela qual o resultado físico apresenta-se abaixo do programado. A SEDUC, que programou atender 298 escolas, informou que realizou redução orçamentária para fazer frente a outras ações. A SEMA programou atender 729 escolas, porém o projeto não foi implementado como programado. Os recursos aplicados são ordinários do tesouro estadual (vinculados à educação).

Pró-Paz Espaço	967	935	97	Jovem	2.000	-	_
l da Juventude	001	333	0,	l atendido/Un	2.000		

Análise: A ação objetiva congregar ações sócio-educativas em um espaço físico para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude. Os órgãos executores, SEAS e IAP, programaram atender, em 2013, 2.000 jovens no município de Belém. Como o espaço físico para a realização da ação não foi concluído, o IAP realizou suas atividades na Ação "PRO PAZ nos Bairros", e a SEAS não efetivou seus atendimentos por falta de espaço adequado. Na Revisão do PPA, para o exercício de 2014-2015, esta ação foi incorporada na Ação "Pró-Paz Juventude". Os recursos financeiros aplicados são oriundos de recursos do tesouro estadual.

Pró-Paz Esporte e Lazer	959	959	100	Espaço Revitalizado/Un	8	5	63
Lazei				revitalizado/Uli			

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo tem o objetivo de revitalizar espaços esportivos e sócio culturais para o desenvolvimento de projetos e ações locais de cultura e paz. A SEEL programou revitalizar espaços em oito municípios e foi realizada por meio de destaque orçamentário à SEOP. A execução física atendeu aos municípios de Belém (4) e Mojuí dos Campos (1), que constavam na programação inicial. Os recursos financeiros aplicados são oriundos de operações de crédito internas e recursos ordinários.

Pró-Paz Integrado Crianças e Adolescentes	2.402	1.512	63	Atendimento Realizado/Un	21.190	17.170	78
Addiescerites							

Análise: A ação tem por objetivo garantir o atendimento integral e interdisciplinar a crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. A ação é executada pelo CPCRC, FSCMPA, Polícia Civil e SESPA que programaram atender a demanda municipal em nove regiões de integração, mas atenderam, efetivamente, as regiões Metropolitana, Xingu, Carajás, Baixo Amazonas e Lago de Tucuruí. Na Revisão do PPA, para o exercício 2014-2015, esta ação foi incorporada à Ação "PRO PAZ Integrado", potencializando a atuação do estado no enfrentamento à violência. Os recursos financeiros aplicados são oriundos do FES, recursos ordinários do tesouro estadual e operações de crédito internas.

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida(D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Pró-Paz Integrado Mulher	986	417	42	Atendimento Realizado/Un	29.876	19.201	64	

Análise: A ação tem por objetivo garantir o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres em situação de violência. É executada pelo CPCRC, Polícia Civil, SEAS e SEJUDH que programaram atender a demanda de diversos municípios integrantes das 12 regiões de integração. A execução da ação, entretanto, concentrou-se nas regiões Metropolitana, Xingu, Baixo Amazonas e Lago de Tucuruí. Na revisão do PPA, para o exercício 2014-2015, esta ação foi incorporada à Ação "PRO PAZ Integrado", potencializando a atuação do estado quanto ao enfrentamento à violência. O financiamento ocorreu exclusivamente com recursos ordinários do estado, embora na previsão inicial constasse recursos de convênios que não foram efetivados.

Pró-Paz Jovem Trabalhador	2.031	1.877	92	Jovem Qualificado/Un	3.900	1.460	37
------------------------------	-------	-------	----	-------------------------	-------	-------	----

Análise: A ação tem por objetivo promover a qualificação de jovens no Estado do Pará. É executada pela Secretaria de Estado de Trabalho (SETER) que programou, inicialmente, todas as qualificações para a Região Metropolitana (Município de Belém), mas alcançou 16 municípios (Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Benevides, Curuçá, Gurupá, Igarapé-Miri, Irituia, Marapanim, Moju, Oeiras do Pará, Paragominas, Ponta de Pedras, Salinópolis, Salvaterra e Soure). Na Revisão do PPA, para o exercício de 2014-2015, esta ação foi incorporada à Ação "PRO PAZ Juventude", com vistas a integrar e articular as diversas ações direcionadas ao público jovem. Os recursos financeiros aplicados são oriundos de recursos ordinários e convênios.

Análise: A ação objetiva oportunizar o desenvolvimento social às crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade e risco social. É executada pela Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL) e Instituto de Artes do Pará (IAP) que programaram 2.900 atendimentos em Belém, mas atenderam efetivamente 44.200 pessoas, muito acima da meta programada. As atividades de esporte, lazer e cultura foram desenvolvidas nos espaços polos do programa (UFPa, UFRA, IESP, Mangueirão e Praça Doroty Stang). Os recursos aplicados são oriundos de recursos ordinários do tesouro estadual.

Pró-Paz Cidadania	2.096	2.066	99	Pessoa Atendida/Un	220.401	70.411	32
Cidadailla							

Análise: A ação tem o objetivo de promover ações de cidadania no território paraense. Programada inicialmente por 14 órgãos, foi redimensionada pela Coordenação do Programa no decorrer do exercício em função de verificar-se sombreamento com outras ações desenvolvidas por esses órgãos. Efetivamente sete órgãos executaram a ação (ASIPAG, IAP, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SEGUP e SEJUDH), com mudança de foco e metodologia de trabalho em relação aos anos anteriores, em atividades realizadas por ocasião das Caravanas da Cidadania com serviços voltados à emissão de documentos, assistência jurídica, orientações empresariais, dentre outros, que ocorreram nas Regiões Baixo Amazonas, Tocantins, Lago de Tucuruí e Marajó. A ação apesar de prever também aplicação de recursos arrecadados pela administração indireta foi financiada em sua totalidade com recursos ordinários do tesouro do estado.

# PROGRAMA: SEGURANÇA NO TRÂNSITO

**Órgão Responsável:** Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN-PA)

Órgão(s) Executor (es):Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN-PA)

Objetivo: Reduzir a ocorrência de acidentes de Trânsito no Estado do Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 15 - Segurança no Trânsito - Recurso Financeiro, 2013

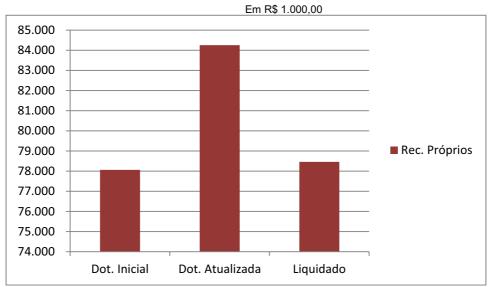
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
78.063	78.063	84.247	78.458	93

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Os recursos provenientes da arrecadação direta do DETRAN-PA representaram a única fonte de financiamento do Programa. A dotação inicial, de R\$78 milhões foi suplementada, atingindo ao final do exercício R\$ 84 milhões. A execução financeira de 93% contribuiu para a execução das ações operacionais, sendo 94% desse recurso destinados a despesas de custeio(Gráfico 17).

Gráfico 15- Segurança no Trânsito - Recurso Financeiro por fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

#### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNID ADE /FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVE L PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de acidentes de trânsito com vitimas por 10.000/veículos	Relação entre o nº de acidentes de trânsito com vítimas para cada 10.000 veículos registrados		107	97	133	92	153
Taxa de vítimas de acidentes de trânsito por 10.000/veículos	Relação entre o nº de vítimas de acidentes de trânsito para cada 10.000 veículos registrados.	DETRAN-PA	125	112	163	101	184

Os indicadores de segurança viária utilizados como referência para apuração dos resultados do Programa possibilitam conhecer a situação quanto à frequência de acidentes de trânsito no estado e sua periculosidade.

Em relação ao indicador taxa de acidentes de trânsito com vítimas (feridas e fatais) por 10.000/veículos, observa-se aumento de 15% no número de acidentes em comparação com o período anterior, significando que o número de acidentes cresceu em uma proporção maior que a frota de veículos que obteve crescimento de13%. Esta situação requer especial atenção, principalmente em relação às ações de educação no trânsito, que devem ser ampliadas e/ou executadas de forma a atingir mais proximamente as metas propostas.

Quanto ao indicador taxa de vítimas de acidentes de trânsito por 10.000/veículos, observa-se praticamente o mesmo movimento do anterior, com o crescimento do número de acidentes cresce também o número de vítimas, inclusive com aumento da gravidade dos acidentes. Como causas mais perceptíveis deste agravamento relacionam-se a falta de atenção dos condutores, excesso de velocidade, consumo de bebida alcoólica, stress do condutor de veículos, insuficiente conhecimento dos cidadãos sobre direitos e deveres no trânsito.

### - Implementação do Programa

O Programa é implementado pelo Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN-PA), em consonância com o Departamento Nacional de Trânsito

(DENATRAN), visto que o órgão é responsável em implementar as leis que regem o tráfego e regulamentam os veículos, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, (CTB). Neste sentido, o DETRAN-PA está presente em 46 municípios do Estado do Pará, além da capital. O programa baseia-se em ações operacionais, assim como em ações de construção e reforma de obras das Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRAN) e de sinalização viária, para melhor viabilizar o sistema de trânsito e, consequentemente, preservar a vida dos cidadãos que trafegam nas vias públicas.

Em relação aos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico de Governo, o Programa Segurança no Trânsito impacta no objetivo "Assegurar a prevenção social da violência e criminalidade e redução da impunidade", uma vez que suas ações têm a finalidade de prevenção de acidentes e redução das atuais taxas de acidentes de trânsito.

# Principais Realizações:

- ✓ Realização de 3.774 operações de segurança e fiscalização no trânsito. Destaca-se as operações desenvolvidas no período de maior fluxo nas estradas, a exemplo da operação "Verão", "Carnaval", "Semana Santa" e "Final de Ano", quando se intensificaram as fiscalizações e aplicação do maior número de autuações, levando-se em conta a infração por dirigir alcoolizado, em referência a "Lei seca" que entrou em vigor no país em novembro de 2008;
- ✓ Expedição de 349.398 documentos de habilitação de condutores de veículos,
   Carteira Nacional de Habilitação ( CNH ).;
- Expedição de 1.004.545 documentos de registro de veículos, garantindo acesso à população aos serviços que garantam todos os procedimentos para que o proprietário tenha em mãos o documento do seu veículo, entre Certificado de Registro de Veículos (CRV) e Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo (CRVL).

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico					
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Construção de Agências do DETRAN no Interior	-	-	-	Agência Construída/Un	6	-	-		
Análise: Ação que integra a Agenda Mínima de Governo tem o objetivo de ampliar a cobertura dos serviços prestados pelo DETRAN-PA. Programada para ser executada em seis municípios de quatro regiões de integração, não apresentou resultados físicos no exercício, tendo sido concluídos os projetos técnicos da obra e iniciado processo licitatório. Ação financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão.									
Implementação das Ações de Educação no Trânsito	631	591	94	Ação Educativa Realizada/Un	360	215	60		
desenvolvimento foram realizadas campanhas em eventos como Carnaval, Semana Santa e programações de palestras, (entrevistas, reuniões e caminhadas para divulgação do tema. Considerada como ação estratégica para atingimento do objetivo do Programa, previu atuação em cinco regiões de integração em 13 municípios, mas contemplou o total de 17 municípios: Abaetetuba, Acará, Ananindeua, Belém, Benevides, Bragança, Cachoeira do Arari, Cametá, Capitão Poço, Igarapé Miri, Ipixuna, Salinópolis, Salvaterra, Santa Bárbara, Soure, Tracuateua e Tucuruí. A ação é financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta.									
contemplou o tot do Arari, Cametá	tal de 17 mu n, Capitão Po	nicípios: Aba ço, Igarapé N	etetuba, Acará Iiri, Ipixuna, S	a, Ananindeua, Belé alinópolis, Salvaterra	m, Benevides, a, Santa Bárba	Bragança, Ċ ra, Soure, Tra	achoeira acuateua		
contemplou o tol do Arari, Cametá e Tucuruí. A ação Implementação das Ações de	tal de 17 mu l, Capitão Po o é financiada	nicípios: Aba ço, Igarapé M a com recurso	etetuba, Acará diri, Ipixuna, Sa os próprios dire	a, Ananindeua, Belé alinópolis, Salvaterra etamente arrecadad Documento de	m, Benevides, a, Santa Bárba os pela adminis	Bragança, Ċ ra, Soure, Tra stração indiret	achoeira acuateua a.		
contemplou o tol do Arari, Cametá e Tucuruí. A ação Implementação das Ações de Habilitação de Condutores de Veículos	tal de 17 mu a, Capitão Po o é financiada 40.163	nicípios: Aba ço, Igarapé M a com recurso 39.501	etetuba, Acará firi, Ipixuna, S os próprios dire 98	a, Ananindeua, Belé alinópolis, Salvaterr etamente arrecadad Documento de Habilitação Expedido/Un	em, Benevides, a, Santa Bárba os pela adminis 370.543	Bragança, Ċ ra, Soure, Tra stração indiret	achoeira acuateua a. 94		
contemplou o tol do Arari, Cametá e Tucuruí. A ação Implementação das Ações de Habilitação de Condutores de Veículos Análise: A ação	tal de 17 muia, Capitão Po o é financiada 40.163 objetiva gara	nicípios: Abacço, Igarapé Macom recurso 39.501 antir o servicexecutada er	etetuba, Acará diri, Ipixuna, Sa os próprios dire 98 ço de habilita n todas as rec	a, Ananindeua, Belé alinópolis, Salvaterr etamente arrecadad Documento de Habilitação	em, Benevides, a, Santa Bárba os pela adminis 370.543 e tem como	Bragança, Cra, Soure, Tra, Soure, Tração indiret 349.389 órgão respo	achoeira acuateua aa. 94 nsável o		
contemplou o tol do Arari, Cametá e Tucuruí. A ação Implementação das Ações de Habilitação de Condutores de Veículos Análise: A ação DETRAN-PA. Prodiretamente arrectimplementação das Ações de Regularização de Veículos	al de 17 muia, Capitão Po o é financiada 40.163 objetiva gara ogramada e cadados pela 24.170	nicípios: Abacço, Igarapé Na com recurso 39.501  antir o servicexecutada er administraçã	etetuba, Acará liri, Ipixuna, Sos próprios dire  98  go de habilita n todas as rego o indireta.	n, Ananindeua, Beléalinópolis, Salvaterratamente arrecadado Documento de Habilitação Expedido/Un  ção de condutores giões de integração Documento de Veículos Expedido/Un	em, Benevides, a, Santa Bárba os pela adminis 370.543  e tem como é financiada o	Bragança, Cra, Soure, Trastração indiref  349.389  órgão responerom recursos	gachoeira acuateua ra. 94 nsável o próprios		
contemplou o tol do Arari, Cametá e Tucuruí. A ação Implementação das Ações de Habilitação de Condutores de Veículos Análise: A ação DETRAN-PA. Prodiretamente arrectimplementação das Ações de Regularização de Veículos Análise: A ação Análise: A ação	al de 17 muia, Capitão Po o é financiada 40.163 objetiva gara ogramada e cadados pela 24.170 tem por obje ealizada em	nicípios: Abacço, Igarapé Macom recurso 39.501 antir o service executada er administraçã 23.915 etivo garantir todas as re	etetuba, Acará liri, Ipixuna, Sas próprios dire  98  go de habilita n todas as rego indireta.  99  o serviço de giões de inte	a, Ananindeua, Beléalinópolis, Salvaterratamente arrecadade  Documento de Habilitação Expedido/Un  ção de condutores giões de integração Documento de Veículos	em, Benevides, a, Santa Bárba os pela adminis  370.543  e tem como é financiada o  905.562	Bragança, Cra, Soure, Tra, Soure, Tra, Soure, Tra, Stração indiret  349.389  órgão respondent recursos  1.004.545	94 nsável o próprios 111 do Pará.		

Análise: A ação tem por objetivo garantir a circulação de veículos legalizados e condutores habilitados no Estado do Pará, em comprimento ao Código de Trânsito Brasileiro. A ação é implementada por meio de operações de fiscalização que contemplam a abordagem, autuações e remoções de veículos que se apresentam fora das qualificações da lei, em parceria do DETRAN com a PMPA. Programada e realizada em todas as regiões de integração, é financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão.

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação das Agências do DETRAN	2.495	2.367	95	Unidade Implantada/Un	46	46	100	

Análise: A ação tem por objetivo proporcionar o atendimento dos serviços do DETRAN no interior do Estado, com pagamento de aluguéis, despesas de manutenção, diárias, suprimentos de fundos e outras. Programada para ser executada todas as regiões de integração é financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão.

Qualidade nos Serviços do	51	51	100	Unidade Atendida/Un	5	42	840
DETRAN				7 (101141447 011			

Análise: A ação tem por objetivo fomentar as agências de trânsito no processo de transformação gerencial, com ênfase no alcance de resultados positivos para a sociedade. Por meio desta ação foram realizadas visitas técnicas às agências do DETRAN para verificação das condições de funcionamento e resolução dos problemas encontrados. A ação foi implementada em 42 municípios, abrangendo todas as regiões de integração. É financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão.

Reforma de				Agência		_	
Agências do DETRAN	1.785	656	37	Reformada/Un	16	6	38

Análise: A ação que integra a Agenda Mínima de Governo tem o objetivo de melhorar a infraestrutura física de agências do DETRAN. Programada para ser executada em 18 municípios nas 12 regiões de integração, foram realizadas reformas nas unidades dos municípios de Belém, Capanema, Castanhal, Jacundá, Novo Progresso e Vigia; outras reformas previstas encontram-se em fase de elaboração de projetos e em licitação. Esta ação é financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão.

Sinalização Viária	5.003	3.754	75	Município Atendido	25	6	24
-----------------------	-------	-------	----	--------------------	----	---	----

Análise: A ação tem por objetivo realizar a sinalização das vias urbanas e rurais nos municípios do Estado do Pará. Programada para ocorrer em 25 municípios das 12 regiões de integração, foi executada nos municípios de Augusto Corrêa, Belém, Belterra, Marituba, Santa Maria do Pará e São Miguel do Guamá. A meta física não foi atingida em razão dos projetos de sinalização viária não terem sido concluídos, encontrando-se ao final do exercício em fase de levantamento técnico. A ação é financiada com recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão.

# PROGRAMA: GESTÃO INTEGRADA DO CONHECIMENTO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

Órgão(s) Executor (es): SEGUP, Pol. Civil, CBM, CPC, DETRAN, SUSIPE e PMPA

**Objetivo:** Proporcionar o compartilhamento da informação e da gestão do conhecimento.

Público Alvo: Órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública.

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 16- Gestão Integrada do Conhecimento - Recurso Financeiro, 2013

EmR\$ 1.000,00

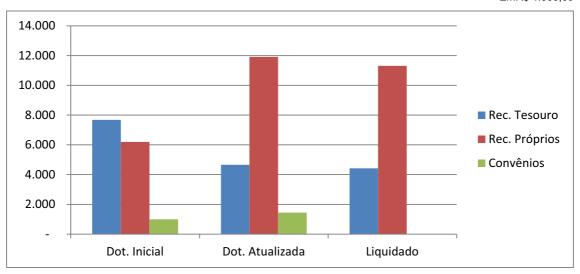
PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
14.874	14.874	18.016	15.727	87

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa apresentou dotação atualizada com fontes do recurso tesouro do estado, recursos de convênio e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta (Gráfico 18). Estes últimos foram programados, inicialmente, em R\$6,2 milhões e foram suplementados em cerca de 90% no decorrer do exercício, representando 66% dos recursos efetivamente aplicados no Programa. Apenas os recursos previstos na fonte de convênios não apresentaram execução. Tais recursos seriam advindos, dentre outros, de Convênio celebrado entre a SEGUP e o Ministério da Justiça, tendo como objeto a aquisição de equipamentos para radiocomunicação, cuja realização não foi concluída em 2013, por necessidade de ajustes técnicos na compatibilidade entre os equipamentos e o sistema estadual.

Gráfico 16 - Gestão Integrada do Conhecimento - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

EmR\$ 1.000,00



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/Unidade /Fonte	Fórmula de Cálculo	Responsável pela Apuração	Base de Referência		Indicador 2012		Indicador 2013	
			Data Apuração	Resultado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Nº de Regiões Integradas / Unidade/ SEGUP, PC, PM, CBM, DETRAN, SUSIPE, CPC	Número de Regiões com sistema de informações integradas (pelo menos 1 município integrado).	SEGUP	Jun/ 2011	ND	3	15	6	15
Nº de Municípios Integrados / Unidade/ SEGUP, PC, PM, CBM, DETRAN, SUSIPE, CPC	Número absoluto de municípios com Sistema de Informações integradas.	SEGUP	Jun/ 2011	ND	5	134	10	139

Os indicadores formulados tem como objetivo identificar o resultado da interligação das regiões e municípios do estado pelo sistema SISP-WEB, que é o sistema utilizado para a lavratura de todos os procedimentos policiais e registro de

ocorrências do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), em cada uma das 15 Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISP's), quais sejam: Região da Capital, Região Metropolitana, Região do Guamá, Região do Tocantins, Região do Marajó Oriental, Região Rio Caeté, Região Capim, Região Marajó Ocidental, Região Lago de Tucuruí, Região Carajás, Região Xingu, Região Baixo Amazonas, Região Araguaia, Região Alto Xingu e Região Tapajós.

O registro de ocorrências é considerado crucial para que o sistema de segurança pública estadual analise o panorama de criminalidade de determinado município e/ou região, sendo inclusive instrumento de investigação para novos procedimentos, pois possibilita a partir dessa análise traçar o comportamento da criminalidade, identificando padrões e até mesmo autores das ocorrências.

Na Avaliação do PPA 2012/2015, relativa ao exercício 2012, não foram apresentados os resultados dos indicadores pelo órgão responsável, informação essa que agora é apresentada, assim como o resultado apurado no exercício 2013, com resultados bem acima da expectativa inicial, com todas as regiões do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS) integradas, e com cobertura em 139 municípios do estado, o que supera inclusive o resultado previsto para 2015, que era de 12 regiões e 21 municípios integrados ao sistema.

#### - Implementação do Programa

O Programa foi formulado a partir da identificação da necessidade de articular o gerenciamento das informações e do conhecimento que dão suporte à atuação dos órgãos do sistema de segurança pública, considerando a premissa de que conhecer as realidades vivenciadas pela população em todas as regiões do estado é fundamental para a análise de problemas e solução das demandas, sendo, pois, a informação precisa, oportuna e concisa fundamental para a efetividade do Sistema de Segurança Pública.

Pelo desenvolvimento das ações e os resultados apurados dos indicadores relatados, considera-se que o objetivo de proporcionar o compartilhamento das informações no sistema praticamente foi concluído antes do inicialmente previsto.

Em função dessa análise, na Revisão do PPA realizada em 2013, com reflexos para os exercícios 2014-2015, o Programa foi excluído e a continuidade de suas estratégias serão implementadas por meio dos Programas "Segurança pela Paz" e "Valorização do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública", notadamente no que se refere ao fortalecimento da cultura de inteligência, produção e gestão do conhecimento.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Liquidado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implantação do Sistema de Identificação Biométrica	983	-	-	Sistema Implantado/Un	1	-	-	

Análise: A ação, sob responsabilidade da Polícia Civil, apresenta como objetivo "garantir a unicidade do cidadão" e destina-se à implantação do sistema de biometria nos registro de identificação civil no estado. Programada para ser executada em 2012, não foi efetivamente implementada em 2013, porém o Sistema Biométrico está sendo desenvolvido internamente no órgão e a aquisição dos equipamentos encontra-se em fase de elaboração de edital, com previsão de realização da ação a partir de fevereiro de 2014. Os recursos da ação são provenientes da fonte de convênios. Ressalte-se que com a exclusão do Programa na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação migrou para o Programa "Segurança pela Paz".

Implementação das Ações dos Serviços de Inteligência	1.295	1.234	95	Relatório Emitido/Un	11.440	23.805	208
---	-------	-------	----	-------------------------	--------	--------	-----

Análise: A ação objetiva subsidiar a tomada de decisões na área da segurança pública e é executada pelos seguintes órgãos: CBM, CPC Renato Chaves, DETRAN, SEGUP, SUSIPE, Polícia Militar e Polícia Civil. Em 2013, foi programada para ser executada em todas as regiões de integração e em todos os municípios, com recursos ordinários do tesouro estadual e diretamente arrecadados pela administração indireta. Ressalte-se que com a exclusão do Programa na revisão citada, a ação será implementada no Programa "Segurança pela Paz".

Implementação do Disque Denúncia	-	-	-	Denúncia Registrada/Un	20.000	23.543	118
--	---	---	---	---------------------------	--------	--------	-----

Análise: A ação objetiva possibilitar que o cidadão tenha um canal seguro para registrar sua denúncia junto aos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública. Programada pela SEGUP, as despesas relativas à manutenção do serviço foram realizadas pela Polícia Civil, visto que a infraestrutura do serviço está localizada nesse órgão. O valor de R\$ 30 mil, programado pela SEGUP para 2013, foi remanejado para outras ações, sendo registradas as metas físicas correspondentes. Ressalte-se que com a exclusão do Programa na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação migrou para o Programa "Segurança pela Paz".

Implementação do Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação	15.730	14.485	92	Unidade Implementada/Un	330	234	71
--	--------	--------	----	----------------------------	-----	-----	----

Análise: A ação tem o objetivo de modernizar a estrutura tecnológica dos órgãos de segurança pública. Foi programada para ser executada em todos os municípios de todas as regiões de integração com recursos do tesouro e próprios da administração indireta. Ressalte-se que com a exclusão do Programa na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação migrou para o Programa "Segurança pela Paz".

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Liquidado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Realização de Pesquisa e Estudos na área de Segurança Pública	7	7	100	Pesquisa Realizada/Un	52	7	13	

Análise: A ação objetiva gerar conhecimentos relativos à área de segurança pública enquanto subsídio para elaboração e avaliação de políticas públicas. Programada para ser executada pelos órgãos: CBM, CPCRC, DETRAN, PMPA, Polícia Civil e SEGUP, apenas DETRAN e SEGUP realizaram efetivamente a ação. Observou-se durante o exercício que é necessário identificar a natureza das diversas pesquisas realizadas, bem como seus resultados, a fim de proporcionar maior identidade ao produto. Dos 31 municípios programados, sete foram contemplados: Abaetetuba, Belém, Eldorado dos Carajás, Igarapé Açu, Igarapé Miri, Juruti e Ulianópolis. A ação foi realizada com recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Ressalte-se que com a exclusão do Programa na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação migrou para o Programa "Segurança pela Paz".

#### PROGRAMA: PACTO PELA LIBERDADE

Órgão Responsável: SUSIPE,

Órgão(s) Executor (es): SUSIPE, SEEL, SESPA, NESA

Objetivo: Promover a reintegração social do preso, internado e egresso do sistema

penitenciário.

Público Alvo: Presos, internados e egressos do sistema penitenciário.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 17- Pacto pela Liberdade - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
92.343	85.276	80.038	63.111	79

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Os recursos provenientes do tesouro estadual compuseram a principal fonte de financiamento do programa, conforme dotação atualizada, representando 98% dos valores previstos e 98% dos valores liquidados (Gráfico 19). Da dotação inicial de R\$ 92,3 milhões, R\$ 7 milhões referem-se à ação extra-orçamentária "Implantação do Complexo Penitenciário de Belo Monte", sob responsabilidade da NESA, razão pela qual o valor previsto no PPA difere do autorizado no Orçamento Geral do Estado (OGE). Dentre os recursos que compõem a fonte do tesouro estadual, citam-se os recursos do tesouro vinculados à Educação e ao Fundo Estadual de Saúde (FES), além de recursos vinculados referentes a outras captações.

Os recursos próprios arrecadados pela administração indireta, não previstos inicialmente no Programa, importaram em R\$ 285 mil e apresentaram execução de 65% da dotação autorizada para o exercício.

Em R\$ 1.000,00 90.000 80.000 70.000 60.000 Rec. Tesouro 50.000 ■ Rec. Próprios 40.000 Convênios 30.000 20.000 10.000 Dot. Inicial Dot. Atualizada Liquidado

Gráfico 17- Pacto pela Liberdade - Recurso Financeiro por fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE /FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁ VEL PELA	ONSÁ Indicador de PELA Referência		2012		2013		
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado		
Proporção de reincidência criminal/ Percentual/ SUSIPE	Relação percentual entre o nº de presos reincidentes e o nº total de presos nas casas penais		44	43,56	50,73 (Masc.) 31,01 (Fem.)	43,11	47,32 (Masc.) 29,12 (Fem.)		
Proporção de reincidência de egressos assistidos pela Fábrica Esperança/ Percentual /SUSIPE	Relação percentual entre o nº de presos reincidentes que são egressos do sistema penal e o nº total de egressos assistidos pela Fábrica Esperança.	SUSIPE/Pa	3,6	3	2,89	2,5	0,79		

O indicador "Proporção de Reincidência Criminal", cujo resultado apurado indica esta proporção por sexo, vem diminuindo em relação ao ano anterior, tanto em relação aos homens, como para as mulheres, demonstrando que o objetivo do programa vem sendo cumprido, por meio de ações que executam medidas sócio-educativas a exemplo da educação básica e profissional, destinada a população carcerária.

O indicador "Proporção de Reincidência de Egressos Assistidos pela Fábrica Esperança", cujo resultado apurado indica a proporção de reincidência de 0,79% desses egressos, significa que menos de 1% retornou à vida anterior. Em comparação ao resultado de 2012, que apresentou proporção de 2,89%, o resultado indica que a Fábrica Esperança cumpre seu objetivo com a geração de oportunidade de trabalho ao egresso, permitindo sua reinserção social.

## - Implementação do Programa

A existência de superlotação carcerária nas casas penais paraenses foi o principal problema que originou o Programa "Pacto pela Liberdade". Nesse sentido, investimentos foram concentrados na construção de novas unidades prisionais, destinadas a debelar o déficit de vagas no sistema estadual. Entretanto, em sua formulação estabeleceu, também, como estratégia ações destinadas à educação do condenado e do internado, com vistas à sua recuperação social, por intermédio da execução administrativa das penas privativas da liberdade e das medidas de segurança detentivas.

As ações do Programa são implementadas pela SUSIPE, que está presente com unidades prisionais nas 12 Regiões de Integração do Estado e em parceria com a SEDUC, SEEL e SESPA, em consonância com a Lei de Execução Penal (LEP).

Em relação aos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico de Governo, o Programa "Pacto pela Liberdade" impacta nos objetivos de "Promoção da Cidadania e Direitos Humanos" e de "Assegurar a Prevenção social da Violência e Criminalidade e Redução da Impunidade", uma vez que suas ações tem a finalidade de buscar a política de proteção à vida e de prevenção ao crime.

No que se refere aos resultados apresentados em relação à ampliação do número de vagas no sistema, foram iniciadas obras para disponibilização, em 2014, de 2.796 vagas.

#### Principais Realizações:

- ✓ Ativação do Centro de Recuperação Regional de Breves, com 128 vagas masculinas;
- ✓ Implementação da Unidade Materno Infantil (UMI), com 14 leitos infantis em anexo ao centro de reeducação feminino, no Município de Ananindeua;

- ✓ Parceria com a Associação Pólo Produtivo do Pará, que possibilitou à Fábrica Esperança fabricar 1.000 peças de vestuário por dia, assim como passou a contar com uma nova panificadora com produção de mais de 20 itens;
- ✓ Disponibilização de salas de aula em 64% das unidades prisionais, visando à inclusão dessa população no mercado de trabalho, com atendimento de 1.226 custodiados, resultante de convênios celebrados entre a SEDUC e secretarias municipais de educação, que tem como objeto a oferta da educação básica por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Construção de Novas Unidades Prisionais	16.730	8.574	51	Vaga disponibilizada/Un	2.855	128	4	

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo sob responsabilidade da SUSIPE, tem o objetivo de ampliar o número de vagas no Sistema Penitenciário Estadual. Quatro obras estão sendo executadas pela SEOP, por meio de destaque orçamentário, e sete estão sob execução da SUSIPE. Na programação física e territorial constam obras em sete regiões de integração, com previsão de 2.855 novas vagas. Atualmente, essas obras estão em andamento com entrega prevista para 2014 nas regiões Metropolitana, Xingu, Baixo Amazonas, Guamá, Caeté e Capim, com total de 2.796 novas vagas. Em 2013, foi concluída uma unidade prisional no município de Breves com 128 vagas, embora esse município não estivesse na programação inicial. Os recursos financeiros aplicados são oriundos de operações de créditos internas, recursos provenientes de convênios, de contrapartida de convênios e de recursos ordinários.

Implantação do							
Complexo				Unidade			
Penitenciário de	-	-	-	Implantada/Un	1	-	-
Belo Monte				•			

Análise: A ação, de caráter extra-orçamentário, objetiva prover serviços penitenciários no entorno da Hidrelétrica de Belo Monte. Sua execução é de responsabilidade da Norte Energia S/A (NESA) que programou a implantação da unidade no Município de Altamira, com valor inicial de R\$ 7,06 milhões. Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o município de implantação foi alterado para Vitória do Xingu. A SUSIPE informou que em dezembro de 2013 foram iniciadas as obras de urbanização das vias de acesso ao Complexo, até então com 2% de execução dos serviços.

Implementação de							
Ações de	15	15	100	Custodiado	2 024	1 226	24
Educação Básica e	15	15	100	Atendido/Un	3.924	1.226	31
Profissional							

Análise: Ação foi formulada com o objetivo de ofertar o serviço educacional de alfabetização, fundamental, médio e profissional à população carcerária e tem como órgãos executores a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a SUSIPE. Sua execução ocorreu por meio de convênio celebrado entre esses órgãos, tendo como objeto a oferta de Educação Básica através da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A programação inicial previa o atendimento de 2.224 custodiados pela SEDUC e de 1.700 pela SUSIPE. Entretanto, apenas a SUSIPE registrou realização física da ação, resultante também de convênios celebrados com secretarias municipais de educação. No âmbito da SEDUC, os recursos em grande parte foram remanejados para execução de atividades que divergem do objetivo da ação (despesas relacionadas a diárias para as atividades do "Pacto pela Educação"). Ressalte-se que na Revisão do PPA, para o período 2014-2015, esta ação passou a integrar a Ação "Implementação do Serviço de Assistência Integral ao Preso, Internado e Egresso do Sistema Penitenciário", no âmbito do mesmo Programa, cujo objetivo consiste em promover atendimento integral ao preso, internado e egresso do sistema, conforme determina a Lei de Execução Penal.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação das Ações do Hospital de Custodia	70	6	8	Custodiado Atendido	320	-	-	

Análise: A ação, de responsabilidade da SESPA, objetiva garantir a prestação dos serviços de saúde aos custodiados. Inicialmente, foi programada no valor de R\$1 milhão proveniente de recursos ordinários do estado, visando à reforma das instalações físicas do Hospital de Custódia. No entanto, essa atividade não ocorreu e a SESPA remanejou a maior parte do recurso para outras ações. Em 2013, o atendimento aos custodiados continuou sendo realizado nas condições anteriores, em parceria com a SUSIPE. Durante o exercício buscou-se maior articulação entre SUSIPE e SESPA para a efetivação das melhorias programadas no atendimento, sendo reprogramada para 2014, cabendo a ressalva quanto à nomenclatura da ação, tendo em vista que o recurso alocado refere-se à implantação da referida unidade hospitalar, localizada no Município de Santa Izabel do Pará. A ação é financiada com recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES).

Implementação das Atividades da Fábrica Esperança	5.000	5.000	100	Egresso Atendido/Un	270	208	87
---	-------	-------	-----	------------------------	-----	-----	----

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo tem o objetivo de gerar trabalho aos egressos do sistema penal por meio de projetos de reinserção social. A ação disponibilizou atendimento aos egressos com oportunidade de trabalho em órgãos públicos e atividades da própria fábrica. Em 2013 passou a contar com uma nova panificadora com produção de mais de 20 itens e capacidade diária de atendimento de 3.000 lanches. Também é desenvolvida programação de capacitação de egressos, destacando-se a realização de 24 cursos de capacitação e treinamento. A programação espacial contempla o Município de Belém, no qual está localizada a Fábrica. Os recursos aplicados na ação são oriundos de recursos ordinários do tesouro estadual.

Implementação do							
Atendimento ao	52.462	47.779	91	Pessoa atendida/Un	12.873	12.290	95
Serviço Penitenciário							

Análise: A ação objetiva garantir a humanização no serviço prisional e está diretamente relacionada à prevenção social da violência e criminalidade e à promoção da cidadania e direitos humanos, como meio de diminuição da reincidência criminal. Nesta ação são realizadas as despesas de manutenção das 42 Unidades Prisionais, localizadas em todas as regiões de integração, atendendo ao município e seu entorno. Dispõe de recursos ordinários do estado e de recursos próprios da administração indireta e obteve excelente execução.

Penitenciário		Implementação do Projeto Pintando a Liberdade dos Internos do Sistema	1.321	-	-	Pessoa Atendida/Un	125	-	-	
---------------	--	--	-------	---	---	-----------------------	-----	---	---	--

Análise: A ação objetiva promover a oportunidade de trabalho e renda aos internos do sistema penitenciário, proporcionando a redução de pena mediante a produção de materiais esportivos. Foi programada pela SEEL, no âmbito do Programa "Pintando a Liberdade" do Ministério do Esporte. Em 2012, apresentou dificuldades de execução devido a não concretização do convênio junto ao Ministério dos Esportes para esse fim, e em 2013 não apresentou resultados efetivos, visto que ainda permanece a pendência quanto à regularização do convênio.

Implementação do Serviço de Assistência Integral ao Preso, Internado e Egresso do Sistema Penitenciário	616	41	Pessoa Assistida/Un	12.383	10.461	84
---	-----	----	------------------------	--------	--------	----

Análise: A ação objetiva promover a assistência integral, por meio da realização de ações integradas de saúde, trabalho e assistência. Programada para ser executada em dez regiões de integração, foi implementada em 20 municípios e financiada com recursos ordinários do estado, recursos transferências e convênios e de recursos diretamente pela administração indireta.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Modernização das Unidades Prisionais	440	110	25	Unidade Modernizada/Un	42	38	90	

Análise: A ação tem o objetivo de assegurar a qualidade dos serviços prisionais por meio da aquisição de mobiliário e equipamentos de informática destinados à melhoria das condições de funcionamento. Em 2013, foi programada para ser executada em 21 municípios em todas as regiões de integração, com recursos de transferência de convênios, ordinários e outros, e apresentou desempenho excelente com 90% de execução.

Reforma de Unidades	2.500	1 011	40	Unidade	4	7	175
Prisionais	2.500	1.011	40	Reformada/Un	4	'	175

Análise: A ação objetiva adequar as condições físicas das unidades prisionais, proporcionando condições dignas de estadia ao preso. Programada para ser executada nos municípios de Belém, Marituba, Santa Izabel do Pará e Cametá, as reformas foram realizadas nos municípios de Ananindeua, Belém, Bragança, Mocajuba, Tucuruí e Santa Izabel do Pará (neste último município foram realizadas duas reformas). A ação é financiada com recursos ordinários do estado, convênios e transferências e recursos diretamente arrecadados pela administração indireta.

# PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP)

Órgão(s) Executor (es): CBM, CPC, DETRAN, FASPM, FUNSAU, PMPA, Polícia Civil,

SEGUP, SUSIPE

Objetivo: Valorizar os profissionais do SESP.

Público Alvo: Servidor do SESP.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 18 -Valorização do Servidor Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
170.760	170.760	158.248	150.397	95

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Os recursos provenientes do tesouro estadual, programados inicialmente em R\$ 155,9 milhões, é a principal fonte de financiamento do programa, representando 90% dos recursos financeiros liquidados (Gráfico 20).Outras fontes de financiamento relativas a recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta e os recursos de convênios também compuseram a estrutura de financiamento. Destaca-se que as ações de auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio fardamento corresponderam a 91% das despesas do programa.

Em R\$1.000,00 180.000 160.000 140.000 120.000 Rec. Tesouro 100.000 ■ Rec. Próprios 80.000 60.000 ■ Convênios 40.000 20.000 Dot. Inicial Dot. Atualizada Liquidado

Gráfico 18- Valorização do Servidor Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP) - Recurso Financeiro por fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁV EL PELA	Indicador de Referência	20	)12	2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de capacitação da Polícia Militar/Percentual /PMPA	Relação percentual entre o número de policiais militares capacitados e o total de policiais, no período do PPA 2012-2015.	PMPA	38,12	11	23,64	16	37,94
Taxa de agentes prisionais capacitados/ Percentual/SUSI PE	Relação percentual do número de agentes prisionais atualizados e o total de agentes prisionais	SUSIPE	36	42	32,86	42	39,24
Taxa de capacitação da Polícia Civil/Percentual/ PC	Relação percentual entre o número de policiais civis capacitados e o total de policiais civis	Polícia Civil	23	40	29,57	40	24,61
Taxa de capacitação do Corpo de Bombeiros Militar/Percentual /CBM	Relação percentual entre o número de bombeiros capacitados em relação ao total de bombeiros	СВМ	23	30	61,97	30	53

Os indicadores mensuram a taxa de capacitação dos servidores do sistema de segurança pública estadual por instituição aos quais estão vinculados. Os

resultados apresentaram-se dentro do previsto, com exceção da taxa apresentada pela Polícia Civil, situação similar à apresentada no exercício anterior. Ressalte-se que na apuração realizada consideraram-se apenas as realizadas no âmbito do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP), pioneiro no Brasil como instituição voltada à capacitação de servidores de todo o sistema de segurança pública no âmbito dos estados.

## - Implementação do Programa

O desempenho das instituições policiais depende da qualificação adequada, contínua e permanente de seus integrantes, e direcionada à formação de servidores que atuem como educadores e promotores de direitos humanos e da cultura de paz, com carreiras estruturadas de forma condizente com as funções desempenhadas.

Nesse sentido, uma das estratégias utilizadas para o alcance do objetivo do Programa foi a promoção de cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento em parcerias com outras instituições de ensino, para ampliar a capacidade de execução do programa e consolidar o IESP como instituto central de ensino do Sistema de Segurança Pública do Pará. Além disso, foram implementadas ações relativas à assistência psicossocial, e a manutenção de benefícios trabalhistas, como auxílio alimentação, transporte e fardamento.

Em relação aos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico de Governo o Programa "Valorização do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública" impacta nos objetivos de "Assegurar a Prevenção Social da Violência e Criminalidade e Redução da Impunidade, Promover a Cidadania e Direitos Humanos" e "Valorizar o Servidor Estadual", uma vez que, as ações tem a finalidade de valorizar o Servidor do Sistema de Segurança Pública.

#### Principais Realizações:

- ✓ Concessão de auxílio fardamento a cabos e soldados da PMPA e do Corpo de Bombeiros;
- ✓ Capacitação de 2.700 servidores do sistema de segurança pública, por meio do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP), oportunizando cursos deformação, aperfeiçoamento e qualificação;
- ✓ Capacitação de 1.041 servidores da SUSIPE por meio da Escola de Administração Penitenciaria (EAP), ofertando cursos e treinamentos para melhor prestação dos serviços.

#### Avaliação das Ações do Programa

EmR\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico					
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado(B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado(F)	% (G=F/E)		
Auxílio Alimentação	110.372	110.348	100	Servidor Beneficiado/Un	29.043	26.056	90		

Análise: A ação objetiva contribuir para o custeio da despesa com alimentação do servidor publico e é realizada por todos os órgãos que compõem o sistema estadual de segurança pública. Programada para ser executada em todas as regiões de integração, esta ação é financiada com recursos ordinários do estado e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta.

Auxílio Fardamento	19.940	19.94	100	)	Servidor Beneficiado/Un	14.550	13.263	76

Análise: A ação objetiva contribuir para o custeio da despesa com fardamento dos cabos e soldados. Executada pela PMPA e CBM, equivale ao valor de um soldo para cabos e soldados, tendo sido pago, conforme prevê a regulamentação, duas vezes ao ano (julho e novembro). Programada e realizada com atendimento de servidores em todas as regiões de integração, é financiada com recursos ordinários do estado. A concessão do benefício atendeu12.588 cabos e soldados da PMPA e CBM, além do atendimento de militares que alcançaram alteração de patentes, conforme registros realizados pela PMPA.

Auxilio 4.250 22 1 Servidor Beneficiado/Un 7	1
--	---

Análise: A ação objetiva apoiar os contribuintes do Fundo de Assistência da Polícia Militar (FASPM) com auxílio para construir, reformar e adquirir moradia. Programada pelo FASPM para atender servidores do sistema de segurança pública nos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara e Curuçá, não atingiu a meta programada devido à inexistência de demanda no período. A ação é financiada com recursos próprios do FASPM.

Auxilio	6.171	6.166	100	Servidor	8.975	5.844	65
Transporte				Beneficiado/Un			

Análise: Esta ação é executada por sete órgãos que compõem o SESP, atual SIEDS, com o objetivo de subsidiar a locomoção do servidor público no trecho residência/trabalho/residência, viabilizando a concessão do benefício. Observou-se equilíbrio na execução da ação, com pequeno desvio em função da baixa execução da ação pelo CBM e pela PMPA, nos quais a quase totalidade dos servidores utilizam a gratuidade do transporte. A programação para atender 10 e 100 servidores, respectivamente, não foi realizada conforme planejado. Sugerese que os dois órgãos citados revejam a necessidade de programação desses valores para os próximos exercícios.

Formação							
de Agentes do Sistema de Segurança Pública	2.471	1.757	71	Agente Formado/Un	4.738	130	3

Análise: A ação objetiva capacitar os agentes do sistema de segurança pública e apresenta como órgãos executores a SEGUP, PMPA, Polícia Civil, SUSIPE, CBM e DETRAN. Em função do atraso na finalização do concurso público para o quadro da PMPA, somente em novembro foi iniciada a formação de 1.957 cabos e soldados, que será finalizada no exercício de 2014. A SUSIPE programou a formação de 1.000 servidores, entretanto não houve realização da ação em função da reestruturação do órgão não ter sido finalizada, refletindo no resultado físico que ficou abaixo da meta estabelecida. A ação foi programada para ser desenvolvida em todas as regiões de integração, abrangendo 12 municípios, entretanto sua execução foi centralizada na Região Metropolitana, nos municípios de Belém e Marituba, onde está localizado o Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP). Foi financiada com recursos ordinários do tesouro do estado e recursos provenientes de transferências, convênios e outros.

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado(B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado(F)	% (G=F/E)	
Realização de Ações de Assistência aos Agentes de Segurança Pública	6.289	5.010	80	Atendimento Realizado/Un	92.320	60.572	66	

Análise: A ação objetiva proporcionar assistência biopsicossocial ao servidor, é executada pela PMPA, Polícia Civil, DETRAN, SUSIPE, SEGUP, além do Fundo de Saúde dos Servidores Militares do Pará (FUNSAU). Foi programada para ser executada em cinco municípios nas regiões Metropolitana, Caeté, Marajó, Guamá e Baixo Amazonas, mas estendeu-se a 15 municípios, alcançando também as regiões do Tocantins, Carajás e Lago de Tucuruí. Como aporte financeiro utilizou as fontes de recursos ordinários do estado, recursos próprios e diretamente arrecadados pela administração indireta e do FUNSAU.

Realização							
de Capacitação do Servidor	3.112	2.913	94	Servidor Capacitado/Un	7.527	7.589	101

Análise: A ação tem como objetivo contribuir para a melhoria da atuação dos profissionais na área de segurança do estado. Nesse sentido, foi programada por todos os órgãos do sistema, além do FASPM, por meio da realização de cursos de formação, aperfeiçoamento e qualificação para os servidores do sistema. Por intermédio do IESP, foram realizados cursos de pós-graduação (especialização e mestrado), capacitações pela Escola de Administração Penitenciária (EAP), da SUSIPE, e foram viabilizadas, também, participações em cursos e congressos realizados fora do Estado do Pará. Esta ação foi programada para ocorrer em todas as regiões de integração e, em 2013, foi executada em 23 municípios, financiada com recursos provenientes de transferências, convênios e outros, contrapartida de convênios, recursos ordinários, recursos próprios da administração indireta e do FUNSAU.

Realização de Serviço de 5.644 4.240 75 Assistência Social	Atendimento Realizado/Un 22.290	28.134	126
--	------------------------------------	--------	-----

Análise: A ação apresenta como objetivo garantir benefícios assistenciais a policiais militares e é executada pelo FASPM e FUNSAU, utilizando recursos próprios do Fundo de Assistência dos Servidores Militares (FASM). Em 2013 foram realizados atendimentos em todas as regiões de integração, com maior concentração em Belém, com 24.719 registros.

#### PROGRAMA: PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

**Órgão(s) Executor (es):**CBM, CPC, DETRAN, IMETROPARÁ, PMPA, Polícia Civil, SEAS, SEGUP, SEJUDH, e SUSIPE.

Objetivo: Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão.

Público Alvo: Pessoas em vulnerabilidade social.

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 19 - Pacto pelos Direitos Humanos - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE 2013(B)	Dot. Atualizada OGE 2013(C)	Liquidado 2013(D)	% Execução (E=D/C)
13.322	14.302	12.642	9.215	73

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Do total de recursos orçamentários alocados inicialmente no Programa, no valor de R\$ 13,3 milhões, 83% corresponderiam à fonte de recursos do tesouro e 17% a fontes de recursos de convênios e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta (15% e 2%, respectivamente).

Os recursos provenientes do tesouro estadual compuseram a principal fonte de financiamento das ações do Programa, representando 80% dos valores liquidados. Os recursos provenientes de convênios apresentaram execução de 63% da dotação atualizada, enquanto que os recursos próprios arrecadados pela administração indireta representaram 91% (Gráfico 21).

14.000
12.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot. Inicial

Dot. Atualizada

Em R\$ 1.000,00

Rec. Tesouro

Rec. Próprios

Convênios

Gráfico 19- Pacto pelos Direitos Humanos - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE /FONTE  FÓRMULA DE CÁLCULO		ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento na fiscalização de Instrumentos metrológicos de qualidade e pré- medidos/ Percentual/ IMETRO	Variação percentual entre o nº de fiscalização de instrumentos metrológicos, de qualidade e prémedidos no ano em relação ao ano anterior.	IMETRO	ND	5	-19	5	3,41
Variação na expedição de documentação civil básica/ Percentual/ SEJUDH	Variação percentual entre o nº expedição de documentação civil básica no ano em relação ao ano anterior.	SEJUDH	13	13	72	15	-17,25

Quanto à apuração dos resultados, o primeiro indicador, relacionado à garantia de direitos do consumidor, apresentou-se inferior ao previsto, mas indicou evolução em relação à situação retratada no ano de 2012.O segundo indicador "Variação na expedição de documentação civil básica", apresentou redução em relação a 2012, resultado que pode ser atribuído à excessiva demanda no ano anterior, que ocorreu devido à carência de material em certo período, compensada por diversas operações e mutirões de expedição de documentos executados para suprir a

demanda reprimida. Assim, com a normalização dos serviços, as emissões voltaram para patamares normais.

Na Revisão do PPA realizada em 2013, com reflexos para os exercícios 2014 e 2015, houve a inclusão de um novo indicador, destinado a acompanhar o desempenho das ações no combate ao subregistro.

## - Implementação do Programa

O desenvolvimento das políticas de direitos humanos no estado deve estar baseado no fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas. Nesse contexto, o Programa foi elaborado alinhado ao objetivo estratégico de Promoção da cidadania e direitos humanos, com vistas à inclusão social. Apresenta como principais estratégias a articulação intersetorial, a implementação de políticas públicas de atendimento às populações vulneráveis e à reparação de direitos violados, o apoio aos movimentos sociais com atuação nos direitos humanos, a consolidação do controle social pela atuação dos conselhos, a garantia de direitos nas relações de consumo e a sensibilização para a municipalização de ações e políticas de direitos humanos, além da realização de campanhas educativas em Direitos Humanos.

O Programa "Pacto pelos Direitos Humanos" está estruturado em 17 ações, sob responsabilidade de 10 órgãos executores. No processo de revisão do PPA, em 2013, com efeitos a partir de 2014, foram excluídas nove ações por apresentarem similaridade e afinidade com outras ações do mesmo Programa e dos Programas "Transparência e Controle Social" e "PRÓ- PAZ – Por Uma Cultura de Paz".

## Principais Realizações:

- ✓ Expedição de 732.276 documentos civis, possibilitando o acesso gratuito à documentação civil básica;
- ✓ Realização de 168.483 fiscalizações em estabelecimentos de instrumentos metrológicos, de qualidade e pré-medidos, incluindo denúncias e verificação nos instrumentos como balancas, veículo tanque e medidor de energia;
- ✓ Atendimento a 312 comunidades, localizadas em mais de 31 municípios do Estado, reduzindo o distanciamento entre sociedade e os órgãos de Segurança Pública na prevenção da violência e da criminalidade;

- ✓ Realização de 25.733 atendimentos na sede da SEJUDH, nas Casas de Justiça e Cidadania, assim como nas Estações Cidadania, efetivando os direitos contidos no "Código de Defesa do Consumidor";
- Criação do "Oportuniza Pará", programa criado com o objetivo de viabilizar a garantia de direitos à comunidade Lésbica, Gay, Bissexual e Transexual (LGBT), com destaque para a emissão da carteira de identidade com nome social para população LGBT, a partir de outubro de 2013;
- ✓ Realização de 17 capacitações dos profissionais integrados na rede de atendimento à mulher em situação de violência: CRAS, CREAS, UBS; polícias Civis e Militares, Centros de Referências, Defensorias Públicas, Promotorias de Justiça, Varas de Violência Doméstica, Conselhos Tutelares, IML e profissionais da educação, atendendo 1.005 agentes;
- ✓ Realização de campanhas alusivas e implementação do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além e realização de Reunião Técnica da Região do Xingu (Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu), que envolveu 120 participantes.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))	
Implantação de Agências Regionais e Unidades Locais do ImetroPará	120	8	7	Unidade Implantada/Un	1	-	-	

Análise: A ação, executada pelo Instituto de Metrologia do Pará (IMETROPARA), tem como objetivo ampliar a fiscalização junto às empresas, por meio da implantação de agência no Município de Marabá, com recursos provenientes de transferência, convênios e outros. O percentual liquidado da dotação orçamentária refere-se a serviços técnicos profissionais na área de meio ambiente, plotagens e outros. Encontra-se em fase de estudo e análise de procedimentos a aquisição de imóvel (com terreno e/ou edificação), nas cidades de Santarém e Marabá, e de assinatura do Termo de Convênio e Cooperação com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com o objetivo de instalar o Centro Tecnológico.

Emissão de Documento Civil Básico	846	839	99	Documento Expedido/Un	957.654	732.276	76
---	-----	-----	----	--------------------------	---------	---------	----

Análise: A ação tem por objetivo possibilitar o acesso gratuito à documentação civil básica (carteira de identidade, certidão de nascimento, etc.), e é executada pela Polícia Civil e SEJUDH, abrangendo todas as regiões de integração do estado e seus respectivos municípios, sendo financiada com recursos ordinários do tesouro do estado.

	Financeiro			Físico			
Ações	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))
Implementação das Ações de Fiscalização da Metrologia Legal	2.493	1.587	64	Fiscalização Realizada/Un	55.184	168.483	305

Análise: A ação que tem como objetivo realizar fiscalização de instrumentos metrológicos, de qualidade e prémedidor, tais como balanças de precisão, balanças rodo (caminhões pesados), impressoras de balanças, balanças comerciais e taxímetros, entre outros, e resulta na aprovação ou reprovação desses equipamentos colocados à disposição do consumidor, sob execução do IMETROPARA. Tem realização em todas as regiões de integração e é financiada com recursos ordinários, de transferência e outros. Os resultados alcançados evidenciam a dinamização das fiscalizações realizadas no exercício, com aplicação de recursos abaixo do inicialmente previsto.

Implementação de Ações de Articulação com a Sociedade Civil e Órgãos da Segurança Pública	401	401	100	Comunidade Atendida/Un	356	312	88
---	-----	-----	-----	---------------------------	-----	-----	----

Análise: A ação programada pela SEGUP, CBM, CPC, PMPA e PC, foi realizada efetivamente pela SEGUP, PC e CPC. Tem como objetivo reduzir o distanciamento entre a sociedade e os órgãos de segurança pública. Para este fim, utiliza como estratégia o fortalecimento dos conselhos comunitários de segurança, que atuam como unidades de apoio à polícia estadual nos municípios, nas relações comunitárias, e vinculam-se, por adesão, às diretrizes emanadas pela SEGUP, sob responsabilidade da Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança. Programada inicialmente para atender 13 municípios, foi executada em 31 municípios, com meta física próxima ao previsto.

Implementação de Ações de Proteção e 775 535 69 Atendimento Realizado/Un Consumidor	20. 010	25.733	129
---	---------	--------	-----

Análise: A ação, com o objetivo de "efetivar os direitos contidos no Código de Defesa do Consumidor", foi programada para ser executada em todas as regiões de integração, com exceção da Região do Tapajós, e apresenta como fonte de financiamento recursos ordinários do tesouro estadual, incluindo recursos próprios do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos. Tem como órgãos executores a SEJUDH e o IMETROPARA, sendo que a quase totalidade dos atendimentos, 25.733, foi realizada por meio da SEJUDH. Esses atendimentos são realizados na sede da SEJUDH, nas Casas de Justiça e Cidadania, assim como nas Estações Cidadania.

Implementação de Ações para a Inclusão das Pessoas com Deficiência e Sofrimento Psíquico	1	1	100	Evento Realizado/Un	4	-	-
--	---	---	-----	------------------------	---	---	---

Análise: A ação tem por objetivo promover ações para o respeito dos direitos humanos de pessoas com deficiência e sofrimento psíquico. Programada para ser executada pela SEJUDH, a ação não foi realizada no exercício de 2013, no entanto foram despendidos recursos financeiros em diárias aos municípios de Água Azul do Norte e Conceição do Araguaia. Na Revisão do PPA de 2013, com efeitos para 2014-2015, a ação migrou para a ação "Promoção da Educação em Direitos Humanos", dada a similaridade dos objetivos das ações referidas.

	Financeiro			Físico			
Ações	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))
Implementação de Ações para Promoção dos Direitos Humanos de Grupo Vulneráveis	914	522	57	Evento Realizado/Un	20	17	85

Análise: A ação que tem como objetivo a "promoção da educação em direitos humanos", tem abrangência em todas as regiões de integração, com exceção das regiões do Tapajós e Araguaia. No processo de Revisão do PPA em 2013 a ação foi excluída e passará a ser executada, dada a similaridade, na Ação "Promoção em Direitos Humanos", no mesmo Programa.

Implementação de Ações para Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes		46	100	Evento Realizado/Un	4	9	225
--	--	----	-----	------------------------	---	---	-----

Análise: A ação teve excelente execução, considerando os recursos aplicados e os resultados alcançados. O objetivo é "promover ações de conscientização ao combate do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes". A ação foi excluída por ocasião da Revisão do PPA em 2013, e nos exercício 2014 e 2015 será executada no âmbito da Ação "Promoção em Direitos Humanos", no mesmo Programa.

Implementação de							
Ações para o	222	106	0.4	Evento	22	20	91
Enfrentamento ao	233	196	84	Realizado/Un		20	91
Tráfico de Pessoas							

Análise: A ação, que tem o objetivo de combater o tráfico de pessoas, foi executada através da realização de eventos, com bons resultados, tanto físico quanto financeiro. A ação foi excluída na Revisão do PPA em 2013, e nos exercício 2014 e 2015 será executada no âmbito da ação "Promoção em Direitos Humanos", no mesmo Programa, dada a similaridade dos objetivos das ações em pauta.

Implementação de							
Ações para o				Documento			
Enfrentamento do Sub	416	317	76	Expedido/Un	3.500	1.292	37
Registro Civil de				Expedido/Off			
Nascimento							

Análise: A ação, executada pela SEJUDH, pretende erradicar o sub registro civil de nascimento. A execução da ação articula-se com ações de outros órgãos relacionados ao tema, como por exemplo, a Secretaria de Assistência Social do Estado (SEAS), que desenvolve ações com a gestão municipal de assistência social, incentivando a busca ativa para o combate ao sub registro, executando atividades por meio do Programa "PRO PAZ", na ação "Pró- Paz Cidadania".

Implementação de Unidade Integrada de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos	19	19	100	Defensor de Direitos Humanos Protegido/Un	49	26	53

Análise: A ação tem como objetivo proteger pessoas incluídas no "Programa Estadual de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos" que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade em função de suas atividades. A ação foi programada para 12 municípios em todas as regiões de integração, com exceção das regiões do Guamá e Lago do Tucuruí, sendo executada apenas em três municípios. Na Revisão do PPA em 2013, com efeitos para 2014-2015, as atividades desta ação passarão a ser implementadas por meio da ação "Implementação de Ações para Proteção de Pessoas Ameaçadas", no mesmo Programa.

	Financeiro			Físico			
Ações	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))
Promoção da Educação em Direitos Humanos	132	1	1	Evento Realizado/Un	25	2	8

Análise: A ação tem como objetivo "a implementação de educação para promoção dos direitos humanos de grupos vulneráveis", e é financiada com recursos provenientes de transferência, convênios e outros. Programada para ser executada por três órgãos apresentou baixa execução, porque a PMPA optou por implementar as atividades na ação específica de capacitação, realizando, assim, remanejamento de recursos. Apenas a SEJUDH apresentou resultado físico da ação. Desse modo, programada para ser executada em três municípios, em três regiões de integração, realizou um evento em Belém.

Realização das Ações da Corregedoria do 1.106 1.0 SESP	77 97	Procedimento Instaurado/Un	4.656	2.614	56
--	-------	-------------------------------	-------	-------	----

Análise: A ação tem como objetivo "assegurar a transparência das ações dos agentes do Sistema Estadual de Segurança Pública (SESP), evitando o desvio de conduta". Executada pela Polícia Civil, DETRAN, CPC, PMPA E SUSIPE, é financiada com recursos ordinários do estado e por recursos diretamente arrecadados pela administração indireta.

Implementação de ações para Garantia dos Direitos da Mulher	1.310	358	27	Evento Realizado/Un	13	33	254
dos Direitos da Mulher							

Análise: A ação objetiva "possibilitar o protagonismo da mulher, no exercício pleno da cidadania". Programada para as regiões Metropolitana e Lago de Tucuruí, em cinco municípios, foi executada em três municípios (Abaetetuba, Ananindeua e Belém), com realização de reuniões e palestras sobre a temática. Apesar de a ação ter sido programada pela SEJUDH e CPC, somente a primeira apresentou execução física. Nos exercícios 2014-2015, as atividades correlatas à ação serão realizadas no âmbito da ação "Promoção da Educação em Direitos Humanos", no mesmo Programa.

Implementação de							
Ações para Proteção de Pessoas	3.672	3.147	86	Pessoa Atendida/Un	-	-	-
Ameacadas							

Análise: A ação objetiva viabilizar a execução de programas de proteção de pessoas ameaçadas de morte, Provita e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Programada para Região Metropolitana de Belém com recursos provenientes de transferências de convênios, de contrapartida, recursos ordinários e outros, não apresentou execução física. A execução de 86% dos recursos financeiros é resultado de contrapartida de convênios entre a SEJUDH e PROVIT, SDDH, CEDECA/EMAUS, programa PPCAAM. Na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação teve seu objetivo redefinido, ampliando a abrangência da proteção aos defensores de direitos humanos.

Implantação de Delegacia da Mulher	-	-	-	Delegacia Implantada/Un	10	-	-
Análise: A ação que obj	ietiva amplia	r a oferta de	serviços		ulher, abrange	quatro muni	cípios nas

Análise: A ação que objetiva ampliar a oferta de serviços de atendimento a mulher, abrange quatro municípios nas regiões Metropolitana, Tocantins e Rio Caeté. De acordo com o órgão responsável, Polícia Civil, no decorrer do exercício, vários fatores impossibilitaram a realização da ação, tais como a falta de terreno disponível para a construção de unidades, a falta de efetivo policial para a lotação nas delegacias, dentre outros. Entretanto, em parceria com o Programa "PRO PAZ", vem sendo implantados serviços de atenção integral a mulheres em situação de violência, por meio da prestação de serviços médico, psicossocial, de defesa social e perícia legal, promovendo o atendimento interdisciplinar e de qualidade às vítimas e suas famílias em um só espaço. Em 2014-2015, a construção desses espaços passará a ser executada na ação "Implantação de Espaço PRO PAZ Integrado".

Realização das Ações	158	158	100	Denuncia	720	857	110
de Ouvidoria do SESP	130	130	100	Encaminhada/Un	120	037	119

Análise: A ação objetiva garantir à população do Estado do Pará mecanismos imparciais de denúncia. Abrange apenas a Região Metropolitana de Belém e evoluiu conforme o programado. No período 2014-2015, de acordo com a Revisão do PPA de 2013, as atividades desta ação serão desenvolvidas no âmbito da ação "Promoção da Educação em Direitos Humanos".

## PROGRAMA: IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

**Órgão(s) Executor (es):** SEJUDH, , SEDUC, SEEL, FCV, SESPA, 10° CRS - Altamira, 11° CRS - Marabá, 12° CRS - C. Araguaia, 13° CRS - Cametá, 1° CRS - Belém, 2° CRS - Santa Izabel, 3° CRS - Castanhal, 4° CRS - Capanema, 5° CRS - S. M. do Guamá, 6° CRS - Barcarena, 7° CRS - Região das Ilhas, 8° CRS - Breves e 9° CRS - Santarém.

**Objetivo:** Garantir direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais e negras.

Público Alvo: Populações tradicionais do estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 20- Igualdade Étnico-Racial e Social - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado	% Execução
	2013(B)	OGE 2013(C)	2013(D)	(E=D/C)
2.701	2.701	4.353	349	8

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa apresentou como estrutura de financiamento recursos do tesouro estadual, e recursos em cooperação e/ou convênios do Governo Federal e Municipal (Gráfico 22). Da dotação inicial de R\$ 2,7 milhões, referentes à fonte de recursos do tesouro, 74% foram remanejados para outros programas, dentre eles recursos ordinários específicos da educação e do Fundo Estadual de Saúde (FES). A fonte de recursos de convênios apresentou execução orçamentária de R\$ 41 mil.

4.000
3.500
2.500
2.000
1.500
1.000
Dot. Inicial

Dot. Atualizada

Liquidado

Gráfico 20 -Igualdade Étnico-Racial e Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: GP-Pará/SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE /FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Proporção de populações tradicionais existentes no Estado do Pará cadastradas e atendidas pela SESPA/Percentual/SESPA, INCRA e MS	Relação percentual entre o nº total de populações tradicionais no Estado do Pará cadastradas no perfil epidemiológico e atendidas pela SESPA, com ações de saúde, em relação ao total da população tradicional, no período do PPA 2012-2015.	SESPA	0	25	40	50	40
Variação na realização de eventos pela SEJUDH/Percentual/SEJUDH	Variação percentual entre o nº de eventos realizados no ano em relação ao ano anterior.	SEJUDH	ND	8	7	33	14

Os indicadores elaborados para avaliação dos resultados do Programa apresentaram apuração abaixo do esperado no exercício. Quanto à proporção de

populações tradicionais atendidas com serviços de saúde, considera-se que a política de assistência a esta população específica encontra-se em fase inicial, assim o não alcance da meta pode ser entendido como reflexo dessa situação. Quanto ao indicador "Variação na Realização de Eventos pela SEJUDH", o mesmo não foi apresentado na avaliação do PPA no exercício anterior, situação que ora se corrige, porém a variação percentual prevista para o período de 2012/2013 não foi alcançada.

## - Implementação do Programa

O Programa foi elaborado com o intuito de debelar a desigualdade social e econômica fundamentadas em critérios étnico-raciais e sociais, vinculado ao objetivo estratégico de "Promover a Cidadania e Direitos Humanos", por meio da realização de ações integradas de políticas públicas específicas, como educação, saúde, segurança pública e alimentar, cultura, sustentabilidade ambiental e econômica, defesa do território, transporte e comunicação, que atendam de forma específica e qualificada as populações tradicionais do Estado do Pará.

Apesar da baixa execução orçamentária do Programa, empreenderam-se ações tais como a conclusão de seis unidades escolares, nos Municípios de Tomé Açu (3), Capitão Poço (1), São Geraldo do Araguaia (1) e Tucuruí (1). Além destas, houve investimentos na construção de unidades escolares nos municípios de Oriximiná, Bom Jesus do Tocantins, Capitão Poço e Paragominas, cujas obras serão finalizadas em 2014.

Observa-se que os resultados apresentados pelo Programa estão aquém da expectativa gerada a partir do objetivo traçado, e requerem um olhar mais atento por parte dos responsáveis pela sua execução, assim como maior efetividade na programação física e orçamentária de suas ações.

Esse quadro é diametralmente oposto ao significado, relevância e premência da ação de Governo na área, não só de forma direta, por meio de medidas de atendimento na atenção básica à saúde, fortalecimento dos serviços na área da educação, dentre outros, como também pelo estabelecimento de parcerias com as esferas de governo federal e municipais e com a sociedade civil organizada, incrementando no Programa o aspecto de articulação desse conjunto de políticas públicas.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Construção de Escolas Indígenas e Quilombolas	3.781	41	1	Escola Construída/ Un	1	6	600

Análise: Esta ação integra a Agenda Mínima de Governo e foi formulada com o objetivo de ampliar o acesso à educação básica dos povos indígenas e quilombolas. Previa para 2013 a construção de uma escola no município de Tomé Açu, no entanto foram concluídas seis escolas em áreas indígenas, cujas obras foram iniciadas em anos anteriores, beneficiando a população dos Municípios de Tomé-Açu, Capitão-Poço, São Geraldo do Araguaia e Tucuruí, especificamente das aldeias de Acará-mirim, Cuxiu-mirim, Suruí, Ti Trocara e Pinawa. Em relação à execução orçamentária houve empenho e liquidação de R\$ 41 mil referente à obra da Aldeia Cajueiro, em Paragominas.

Implementação da								
Educação Básica às	24	24	100	Aluno	5.513			
Com e Povos	24	24	100	atendido/Un	3.513	_	_	
Tradicionais								

Análise: A ação que objetiva ampliar o acesso à educação básica para as comunidades e povos tradicionais, é executada pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Os recursos inicialmente previstos para a ação, na ordem de R\$ 615 mil, foram remanejados em grande parte para outras ações, resultando em uma dotação atualizada de R\$24 mil, aplicada em despesas de diárias e passagens em ações relacionadas ao apoio à educação básica de povos tradicionais. Programada para 21 municípios a ação não apresentou resultados físicos registrados pelo órgão em 2013.

Implementação de Ações de Igualdade Étnico-Racial	148	148	100	Evento Realizado/Un	13	8	62
---	-----	-----	-----	------------------------	----	---	----

Análise: A ação tem por objetivo " articular as políticas de promoção dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos e populações negras urbanas". Utiliza como dinâmica a realização de fóruns, reuniões e debates sobre essa temática. A ação foi programada com abrangência nas regiões de integração Metropolitana, Rio Capim, Marajó e Guamá, mas foi efetivamente executada na Região Metropolitana.

	1			,			
Implementação de Ações de Saúde às Pop. Indígenas e Tradicionais	254	11	4	Comunidades Indígenas e Tradicionais Atendidas/Un	92	82	89

Análise: A ação objetiva viabilizar o acesso aos serviços de atenção básica para as populações indígenas e tradicionais. Programada para ser realizada em 80 municípios em 12 regiões de integração, com recursos ordinários FES e SUS/Fundo a Fundo, atendeu 26 municípios em 10 regiões. A partir de 2014, a Secretaria de Estado de Saúde (SESPA), as Unidades Regionais e o FES desenvolverão um plano de trabalho específico para definição da programação das atividades vinculadas a esta ação.

Realização de Ações de Arte e Oficio em Com. Indígenas, Pop.Trad. e Negras Urbanas	147	124	84	Pessoa Atendida/Un	2.000	1.702	85

Análise: A ação que objetiva assegurar a preservação do patrimônio histórico e social das populações negras, indígenas e comunidades tradicionais, mediante ações de arte e ofício, é executada pela Fundação Curro Velho (FCV). Programada para ser executada em 24 municípios em 12 regiões de integração, com recursos ordinários, atendeu populações em 18 municípios.

## PROGRAMA: COMBATE ÀS DROGAS

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS)

Órgão(s) Executor (es): SEAS, SEJUDH, SESPA, PMPA e Policia Civil

Objetivo: Promover ações que fortaleçam o enfrentamento ao uso de drogas

Público Alvo: Usuários de drogas

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 21 - Combate às Drogas - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

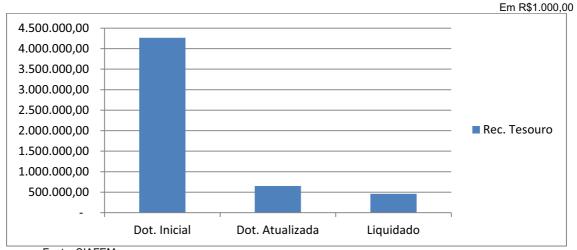
	PPA 2013(A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado	% Execução
		2013(B)	OGE 2013(C)	2013(D)	(E=D/C)
Ì	4.029	4.266	654	462	71

Fonte: GEpPA / SIAFEM

A dotação inicial do programa foi composta por recursos provenientes do tesouro estadual, especificados nas fontes de recursos ordinários, recursos específicos do Fundo Estadual de Saúde (FES)/Ordinários e do FES/SUS Fundo a Fundo.

Dos recursos destinados inicialmente ao programa em 2013, houve remanejamento de 85% para outras ações de governo (Gráfico 23). Dentre os recursos da dotação inicial, R\$2,5 milhões referiam-se a investimentos destinados à Construção da Divisão de Entorpecentes e à Construção de Centros Especiais para Dependentes Químicos, obras que integram da Agenda Mínima de Governo.

Gráfico 21- Combate às Drogas - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNIDADE /FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	20	012	2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Prisões efetuadas em decorrência do tráfico de drogas/Unidade/SISP	Número de prisões efetuadas em decorrência de envolvimentos com drogas.	SEGUP	3.030	3.333	7.976	3.666	6.964
Taxa de cobertura de centros de atenção psicossocial (CAPS AD- álcool e drogas)/centro- 100.000 hab./SESPA- SISPACTO	Relação por cem mil habitantes entre o nº de Centros de Apoio Psicossocial álcool e drogas (CAPSAD) e a população.	SESPA	0,55	0,69	0,5	0,76	0,62
Variação na realização de eventos pela SEJUDH/Percentual/ SEJUDH	Variação percentual entre o nº de eventos realizados no ano em relação ao ano anterior.	SEJUDH	25	10	13	35	77

Observa-se relativo alcance das metas estabelecidas para avaliação dos resultados do programa, No que diz respeito às ações de repressão ao tráfico, o indicador mensurado apresentou-se acima da meta prevista. Na rede de Atenção Psicossocial houve avanços, pois no ano de 2010 a cobertura de CAPS era de 0,50 e no ano de 2013 foi de 0,62%, no entanto ainda inferior à expectativa inicial de alcance dos resultados previstos para este ano. No entanto, avalia-se que houve ampliação da acessibilidade e da retaguarda para o atendimento do usuário de transtorno mental decorrente ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas.

## - Implementação do Programa

No contexto internacional, o Brasil está entre os países mais citados na rota do tráfico de drogas enviadas para países sul americanos e europeus, com reflexos em todos os estados brasileiros. Nos últimos anos o Pará tem apresentado elevação nas estatísticas, com o crescimento do número de usuários de drogas, principalmente jovens, do número de homicídios, e dos casos de violência nas escolas muitas vezes ligada a todos os tipos de drogas chamadas ilícitas tais como cocaína, maconha, crack, solvente dentre outras,

Como principais eixos de trabalho para as ações integradas no combate ao uso de drogas, o Programa apresenta ações de caráter preventivo, para redução da oferta, tratamento e reinserção social, assim como repressivos, por meio da operacionalização da Divisão de Narcóticos, da SEGUP.

Observa-se que os resultados apresentados pelo programa, estão aquém da expectativa gerada pelo objetivo traçado, e requerem maior efetividade na execução das ações, com adequada articulação, pactuação e clareza na interface com as demais políticas públicas, o que se avalia ser possível a partir da implantação do Plano de Ações Integradas de Políticas sobre Drogas, em 2012.

## Principais Realizações:

- ✓ Realização de ações compartilhadas com o Conselho Estadual sobre Drogas (CONED/PA);
- ✓ Capacitações no âmbito do "Programa Educativo e Reflexivo de Atenção a Jovens Usuários de Drogas (PED JOVEM)" para profissionais da área de segurança pública, educação e justiça, que ocorreram em parceria com a SEDUC em Abaetetuba, Mosqueiro e Santa Bárbara;
- ✓ Desenvolvimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) pela Polícia Militar do Estado do Pará.

### Análise das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))	
Construção da Divisão de Entorpecentes	39	37	97	Unidade Construída/Un	1	-	-	

Análise: A ação, componente da Agenda Mínima de Governo, objetiva ampliar o serviço de repressão ao narcotráfico, por meio da construção de instalações físicas próprias para a estruturação da Divisão de Repressão ao Narcotráfico, a ser implantada em Belém. A referida obra foi programada para início em 2012, mas, provisionada com recursos ordinários do tesouro do estado, foi licitada em setembro de 2013 e estão em andamento desde outubro de 2013 e com previsão de término para outubro de 2014.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))
Construção de Centros Especiais para Dependentes Químicos	-	-	-	Unidade Construída/Un	4	-	-

Análise: A ação, componente da Agenda Mínima de Governo, foi concebida com o objetivo de "ampliar a oferta de serviços para o tratamento de dependentes químicos no estado", com a construção de centros especiais nos municípios de Abaetetuba, Belém e Marabá. Apresentou programação no PPA de recursos financeiros no valor de R\$ 2 milhões, oriundos de recursos ordinários da saúde. Entretanto, no OGE 2013, o recurso foi reprogramado para R\$ 1,07 milhão (fonte FES) e remanejado para outras ações. Em 2013, o Município de Abaetetuba apresentou área de concessão para construção do Centro, por essa razão, a ação não alcançou o resultado esperado em 2013, ou seja, a efetiva implantação do centro.

Qualificação dos Profissionais da Rede	121	87	73	Profissional Capacitado/Un	900	496	55
Pública e Privada				Capacitado/Un			

Análise: A ação tem como objetivo "capacitar os profissionais atuantes nas áreas relacionadas ao enfrentamento ao uso de drogas" (saúde, segurança, educação, assistência, entre outras), por meio de um programa de capacitação continuada, com apoio da ETSUS, EGPA e UFPA. Programada para ser executada em todas as regiões de integração do estado, foi desenvolvida efetivamente em 37 municípios: Região Metropolitana (2); Marajó (13); Tocantins (9), Baixo Amazonas (10); Araguaia (1); Rio Capim (1); e Xingu (1). A baixa execução física da ação (55% do programado) denota dificuldades na implementação das atividades, apesar de constar no eixo de capacitação do Plano de Ações Integradas de Políticas sobre Drogas no Estado do Pará.

Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD	136	136	100	Pessoa Atendida/Un	47.800	33.493	70

Análise: A ação apresenta como objetivo "educar a sociedade paraense com ações preventivas contra o uso indevido de drogas e a violência", por meio da implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), executado pela Polícia Militar do Estado (PMPA), com uma equipe de policiais pedagogos dedicados ao trabalho e ao apoio de programas sociais que auxiliam no trato com a juventude de escolas públicas estaduais. Programada para ser executada em 22 municípios e financiada com recursos ordinários do tesouro do estado, a ação, de caráter continuado, foi desenvolvida em 18 Municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Benevides, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá, Oriximiná, Paragominas, Redenção, Salinópolis, Santa Izabel do Pará, Santarém, São Geraldo do Araguaia, Soure e Tucuruí,

Implementação da							
Rede de Atenção	232	72	31	Município	144	82	57
Psicossocial, Alcool e	202	\	31	Atendido/Un		02	
Outras Drogas							

Análise: A ação objetiva "fortalecer a rede de atenção psicossocial, álcool e outras drogas, para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS". Foi programada para atender 144 municípios, sendo atendidos 82. Observa-se que a atividade de atenção básica, de competência municipal, necessita de incremento para fazer face às demandas pelos serviços de forma a alcançar os objetivos do Programa.

							ψ 1.000,00	
	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E))	
Operacionalização das Ações da Divisão Estadual de Narcóticos	20	20	100	Procedimento Policial Instaurado	5.185	3.958	76	

Análise: A ação objetiva "assegurar a prestação dos serviços da Divisão Estadual de Narcóticos" e é executada pela Polícia Civil. Inicialmente programada para registro dos procedimentos centralizados em Belém, apresentou registros em 125 municípios. Em 2013, a execução orçamentária inicial era de R\$120 mil na fonte de recursos ordinários do tesouro do estado, sendo remanejados recursos para outras ações. O valor remanescente foi aplicado no pagamento de diárias para realização de diligências policiais para combater o tráfico de drogas no estado.

Π	mplementação das								
1	Ações de Prevenção					Evento			
(	e Redução de Danos	1	07	107	100	Realizado/Un	16	23	144
	do Consumo de					Realizado/OH			
[	Drogas								

Análise: A ação, executada pela SEJUDH, objetiva "promover iniciativas para prevenção ao uso de drogas, por meio de realização de eventos e divulgação de material informativo" sobre a temática. A ação foi realizada nos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Capanema, Marapanim, Marituba e Salinópolis.

# PROMOÇÃO SOCIAL

O desenvolvimento humano e social dos paraenses remete à conjugação de diretrizes estratégicas e atuação intersetorial de modo a gerar intervenções públicas em cenários demarcados por oportunidades econômicas, e ao mesmo tempo, por significativas limitações quanto ao acesso por todos os segmentos da população.

Com base nos dados do IBGE (2010) e para efeito de análise em relação aos indicadores nacionais, o estado registrou renda média per capta de R\$529,57, valor abaixo da média nacional, nível de escolaridade de jovens e adultos que concluíram o ensino médio de apenas 31%, além de apresentar baixa agregação de tecnologias ao setor produtivo. Nesse contexto, a área de Promoção Social se institui e tem como propósito possibilitar por meio de políticas públicas articuladas condições estruturantes para ampliar a inserção social e econômica no estado.

Vinculada aos objetivos estratégicos de governo, a busca pelo conhecimento direciona programas voltados para a melhoria e interiorização da qualidade da educação, ampliação do ensino profissionalizante, incorporação de novas tecnologias ao sistema produtivo local, desenvolvimento da ciência e pesquisa com foco na sustentabilidade.

No âmbito do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 a área se estrutura em sete programas vinculados à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, coordenados e executados pelos Órgãos SEDUC, SECULT, SEEL, UEPA, IAP, FCPTN, FCG, FCV, os quais atuam com 91 ações e 22 indicadores. Os programas "Educação Pública de Qualidade" e "Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará" são considerados estratégicos ao processo de desenvolvimento do estado.

Desse modo, as ações, projetos e programas têm priorizado a reestruturação da educação pautada na qualidade do ensino, com investimentos em construções de novas escolas, reforma e ampliação, valorização do profissional de educação, aperfeiçoamento da gestão educacional, implementação do transporte escolar e ampliação da educação profissional. Ressalta-se que o fortalecimento das escolas profissionalizantes no estado implicará diretamente na formação de mão-de-obra e geração de ocupações produtivas.

Em 2012, os indicadores adotados para aferição dos programas da educação básica que se referem à "Taxa de abandono da rede estadual no Ensino Médio", "Taxa de aprovação da rede estadual no Ensino Médio" e, "Taxa de distorção série idade da rede estadual no Ensino fundamental" apresentam índices abaixo do programado. Os

resultados de 2013 estão atrelados ao término do exercício escolar previsto para abril/2014, sendo que sua aferição compõe os dados do INEP a serem divulgados no segundo semestre de 2014.

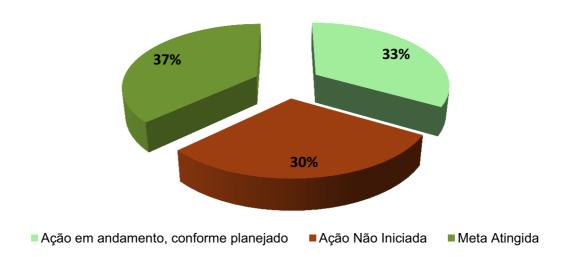
Tais resultados históricos têm balizado a adoção de novas estratégias de intervenção para a universalização da educação básica e ampliação do ensino superior por meio de novos Campi no interior implicando em maior oferta de vagas. O "Pacto pela Educação" representa um instrumento de gestão de curto e médio prazo e prevê esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil, iniciativas privadas e organismos internacionais, liderado pelo governo do estado com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino e alterar os índices da educação no estado. Com investimento em U\$ 350 milhões assegurados em contrato com o BID, o programa englobará um conjunto de ações elencadas em sete projetos a serem implementados nas dimensões: infraestrutura, melhorias para qualidade da educação e melhorias na gestão.

No campo cultural, esporte e lazer, os Programas "Nossa Arte, Nossa Cultura", "Revitalização Preservação da Memória e Identidade Cultural", "Esporte e Lazer" e "O Pará Que Lê" imprimem a riqueza manifestada pela diversidade de expressões, saberes e territorialidade singulares ao povo paraense. Para tanto, as ações previstas estão sendo direcionadas à construção de novos equipamentos esportivos e culturais; à consolidação de grandes eventos culturais e desportivos; à produção local de eventos culturais; à iniciação e formação de novos artistas e talentos esportivos; no aperfeiçoamento do artista; na dinamização da leitura com novas bibliotecas, incentivo à produção literária e na consolidação da Feira do livro.

O conjunto dessas iniciativas vem incentivando e fortalecendo a cadeia produtiva cultural e esportiva. No entanto, convém pontuar a necessária ampliação da descentralização dessas ações ao interior do estado, o que implica também, em maior capacidade de captação de recursos para implementação da política cultural no estado.

Na área da Promoção Social, 27 ações constituem o compromisso da Agenda Mínima de Governo, sendo: 10 ações na área da cultura, 9 na área de educação e 8 na área de esportes e lazer. Em 2013, esta área apresentou os seguintes resultados:

Gráfico 22 Agenda Mínima na Área de Promoção Social: Educação, Cultura, Esporte e Lazer



Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014

Quadro 3 Agenda Mínima na Área de Promoção Social: Educação, Cultura, Esporte e

# **METAS ATINGIDAS**

- ✓ Incentivo à cultura;
- ✓ Festival de Ópera, Nazaré em Todo Canto, Natal com Arte em toda Parte, Arraial de Todos os Santos;
- ✓ Feira do Livro;
- ✓ Reforma e modernização do Parque Aquático da UEPA, na Escola de Educação Física;
- ✓ Implantação do Curso de Medicina em Marabá;
- ✓ Terruá Pará: Promoção e divulgação do artista paraense;
- ✓ Jovens Talentos da Música;
- ✓ A volta do Gran Prix de Atletismo;
- ✓ Desenvolvimento de Competências Profissionais;
- ✓ Interiorização da Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz.

## AÇÕES EM ANDAMENTO, CONFORME PLANEJADO

- ✓ Apoio às Manifestações Culturais do Estado;
- ✓ Fabricação de Ídolos;
- ✓ Mais três Escolas de Trabalho e Produção;
- ✓ Construção de escolas Indígenas e Quilombolas;

- ✓ Construção da Praça do Esporte e Lazer Complexo Esportivo no entorno do estádio Olímpico – 1ª. etapa;
- ✓ Implantação do Parque Ambiental do Utinga 1ª. Etapa;
- ✓ Construção de Ginásios Poliesportivos em Santarém;
- ✓ Ampliação e reforma da rede física de educação do Estado 600 novas salas e 600 escolas reformadas;
- ✓ Conclusão do estádio de Futebol de Santarém (Colosso do Tapajós);
- ✓ Construção de 75 quadras cobertas de esportes nos municípios.

## **AÇÕES NÃO INICIADAS**

- ✓ Parque da Soledade: revitalização do Cemitério da Soledade e entorno;
- ✓ Jardim das Palmas: novo espaço de cultura no entorno do terminal hidroviário;
- ✓ Implantação de centros de estudos e desenvolvimento de pesquisas científicas e de tecnologias;
- ✓ Implantação de unidades da UNITEC Universidade Tecnológica do Pará;
- ✓ Implantação do sistema de premiação incentivo à meritocracia entre professores e alunos da rede estadual de educação;
- ✓ Construção de Ginásios Poliesportivos em Marabá;
- ✓ A volta dos Jogos Indígenas.

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014

# PROGRAMA: EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Órgão(s) Executor (es): SEDUC e FCG

Objetivo: Assegurar educação básica de qualidade aos alunos visando à

permanência no processo de formação escolar. **Público Alvo:** Alunos da escola pública estadual.

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 22 Educação Pública de Qualidade - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
2.460.734,01	2.460.734	2.719.205,59	1.995.705	72

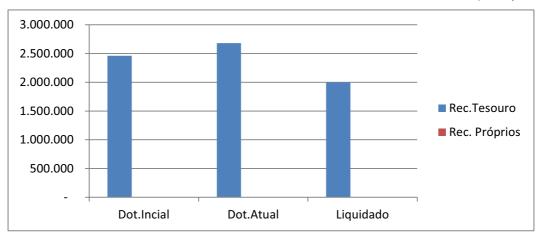
Fonte: GEpPA / SIAFEM

As fontes de recursos foram compostas por Recursos Ordinários, Fundo Nacional da Estadual Básica (FUNDEB), Operações de Crédito externas e internas, Arrecadação pela Administração Indireta e Transferência de Convênios e outros (Gráfico 25).

O programa teve execução de 72% que representa R\$ 1,99 bilhão do programado. Deste valor, R\$ 1,58 bilhão provém da fonte FUNDEB, representando a principal fonte de financiamento.

Ressalta-se que as fontes Quota Parte do Salário Educação – Quota Estadual programado inicialmente em 40 milhões, suplementado para R\$ 1,63 milhões e executada R\$ 558 milhões, 34% da dotação atualizada. Destaca-se que deste valor, R\$ 707,47 mil, 44,71% são recursos destinados ao ensino fundamental, e R\$ 752,77, 47,57% ao ensino médio.

Gráfico 23 Educação Pública de Qualidade - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNIDADE/FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2012		2013	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de abandono da rede estadual no ensino médio	Relação percentual entre os alunos que abandonaram o ensino médio pelo total de alunos matriculados no ensino médio.		20,8	20,47	18,68	20,31	
Taxa de aprovação da rede estadual no ensino médio	Relação percentual entre os alunos aprovados no ensino médio pelo total de alunos matriculados no ensino médio.		66,9	70,99	67,94	73,13	
Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino fundamental	Relação percentual entre os alunos matriculados no ensino fundamental com 6 a 14 anos pelo total de alunos matriculados no fundamental.	SEDUC / INEP	44,2	42,73	42,08	42,01	
Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino médio	Relação percentual entre os alunos matriculados no ensino médio com 15 a 17 anos pelo total de alunos matriculados no médio.		63,6	58,53	58,15	53,15	

Os indicadores adotados para aferição do Programa da educação básica, que se referem à "Taxa de abandono da rede estadual no Ensino médio" e a "Taxa de

aprovação da rede estadual no ensino médio", apresentaram, em 2012, resultados inferiores aos esperados, enquanto a "Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino fundamental" e a "Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino médio" corresponderam aos resultados previstos para o exercício.

Os resultados de 2012, nos indicadores "Taxa de abandono da rede estadual no ensino médio" e "Taxa de distorção série idade da rede estadual no ensino fundamental" demonstraram um bom desempenho, superando as expectativas de redução previstas

Os resultados de 2013 não estão ainda disponíveis, uma vez que se vinculam ao término do exercício escolar, previsto para abril de 2014, sendo que sua aferição compõe os dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais - INEP a serem divulgados no segundo semestre de 2014.

### - Implementação do Programa

O Programa Educação Pública de Qualidade expressa em seu objetivo assegurar a viabilização do processo de formação escolar com vista a alterar os atuais índices educacionais do estado em relação à média nacional. Como estratégia ao desenvolvimento social, coaduna-se aos objetivos estratégicos de governo, sendo a busca do conhecimento condição para a melhoria e interiorização da qualidade da educação e à ampliação do ensino profissionalizante. Coordenado pela SEDUC, responsável pela política estadual de educação, compõe-se de 25 ações executadas pela SEDUC e FCG.

Em 2013, as ações, programas e projetos, inseriram 240.830 alunos do ensino fundamental, 339.774 do ensino médio e técnico profissionalizante e 98.504 da educação de jovens e adultos, totalizando 679.108 alunos atendidos, nos 144 municípios do estado.

Como estratégia complementar à cobertura da educação básica regular, em especial do Ensino Médio, dificultada pela dimensão territorial do estado e pelas especificidades regionais, o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) foi presente em 444 localidades de 98 municípios paraenses, contando com cerca de 1.191 professores para 35.919 alunos (média de 30 alunos/professor).

A implantação de Escolas de Tempo Integral, compromisso da Agenda Mínima de Governo, que visa elevar o tempo efetivo do aluno na escola, facilitar a

aprendizagem e convivência social, alcançou 50% da meta programada. Experiência iniciada na Região Metropolitana (Belém, Ananindeua, Marituba) atendeu 1.375 no ensino fundamental e 450 alunos no ensino médio. Prevista para 2014, foi implantada em 2013, uma unidade em Castanhal. A demanda pela expansão da ação a outras regiões do estado se expressa, sobretudo, em áreas de maior vulnerabilidade social.

Destaca-se o baixo desempenho fisico-financeiro das ações "Alfabetização de jovens, adultos e idosos", "Implementação de Ações de Prevenção da Violência nas Escolas da Rede Pública Estadual", "Implementação de Ações e Práticas Educativas Voltadas ao Meio Ambiente" e "PROJOVEM Urbano". Esses resultados implicaram no alcance da efetividade de ações intersetoriais importante à complexidade do ambiente escolar e na redução dos índices de erradicação do analfabetismo entre adultos no estado.

A construção e reformas de unidades escolares, ação da Agenda Mínima, programadas em onze regiões de integração, apresentaram desempenho físico abaixo do programado, sinalizando ao órgão executor a revisão de seus cronogramas e maior acompanhamento às obras de infraestrutura escolar.

A educação profissional, vertente estruturante do programa, em parcerias com o PRONATEC, possibilitou a oferta de 40 cursos em 19 escolas do estado. Estruturada em cursos de formação inicial e continuada, essa ação conecta com as oportunidades de mercado de trabalho e ocupações produtivas integrantes de dinâmicas econômicas locais e regionais.

Na revisão do PPA para os exercícios 2014-2015, a ação "Implantação de Centros de Estudos e Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - Polos do Conhecimento" foi transferida para o Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento", tendo em vista a melhor adequação de seus objetivos aos do programa.

### Principais Realizações:

- ✓ Capacitação de 6.000 professores de Língua Portuguesa e Matemática, do 5º ao 9º ano da rede estadual de ensino para o uso pedagógico dos resultados do IDEB e ao reforço das habilidades contidas nos descritores da Prova Brasil/MEC, através do Programa "Aprender Mais";
- ✓ Atendimento de cerca de 70.000 pessoas no estado, por meio do Programa "Brasil Alfabetizado", em que a adoção diversificada de metodologias e práticas pedagógicas específicas ao público alvo, pessoas acima de 15 anos, vem impactando positivamente nos índices de analfabetismo;

- ✓ Ampliação do tempo de permanência na escola e diversidade de práticas pedagógicas aplicados a 562 escolas, com projetos e programas efetivados em parceria com o governo federal e instituições de apoio e fomento à educação;
- ✓ "Escolas de Tempo Integral" em 10 escolas da rede estadual, sendo uma em Benevides, uma em Ananindeua e oito em Belém, atendendo 1.375 alunos do ensino fundamental e 450 alunos do ensino médio;
- ✓ Acesso a 18.231 alunos nas modalidades "Ensino Médio Integrado" e "Programa de Educação Profissional Articulado à Educação de Jovens e Adultos" (PROEJA);
- ✓ Garantia da distribuição da Merenda Escolar para 379.950 alunos da rede estadual de ensino;
- ✓ Acesso a transporte escolar de 130.345 alunos da zona rural às unidades escolares, por meio de convênios com 130 municípios;
- ✓ Construção e reformas de mais de 200 escolas, com a conclusão de 53 e em construção 47 novas escolas de 12 salas de aula, das quais 11 tecnológicas;
- ✓ Conclusão de seis escolas e sete em construção, destinadas a etnias indígenas, obras da Agenda Mínima de Governo;
- ✓ Aquisição de mobiliários para atendimento a 171.535 alunos e 2.426 professores, além de 12.458 tablets educacionais e 146 ônibus escolares para 87 municípios paraenses;
- ✓ Atendimento a 33 municípios em 11 regiões de integração (Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caetés, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu), com a formação e capacitação de 2.487 alunos das áreas rurais do estado, através do Programa "ProJovem Campo -Saberes da Terra":
- ✓ Implantação do Sistema Modular de Ensino na Aldeia Djudekô, no Município de Parauapebas; na Comunidade de Escravidão, no Município de Aveiro; e na Reserva Indígena Solimões e Povo Camaruara, Município de Santarém.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos	16.516	1.105	7	Pessoa Atendida	87.000	42.111	48

Análise: Executada pela SEDUC, tem como objetivo reduzir o índice de analfabetismo no Pará. Executado por meio de parceria entre Estado, União e Municípios, em ações integradas ao Programa "Brasil Alfabetizado". Implementada por meio do Programa MOVA PARÁ Alfabetizado garantiu a alfabetização de jovens, adultos e idosos no estado, além de capacitação de coordenadores e alfabetizadores que atuam no Programa em municípios de todas as regiões de integração. Foram aplicados na ação recursos ordinários e recursos provenientes de transferência da União que apresentaram execução fisico-financeira abaixo da programação.

Ampliação da Rede Física de Educação 15.721 4.714 33 Escola Ampliada 161 16 10 do Estado do Pará

Análise: Ação de Agenda Mínima. Executada pela SEDUC objetiva assegurar condições adequadas de funcionamento em todas as unidades de ensino. Foram aplicados recursos ordinários e provenientes de transferência da União . Em 2013, foi registrada a conclusão das obras de ampliação em 5 escolas: 1 em Belém (EE Tenoné), 1 em Monte Alegre (EE Fernando Henrique), 1 em Ananindeua (EFM José Valente), 1 em Redenção (EE Deusuita), 1 em Oriximiná (EE Nicolino de Souza). Ressalte-se que o estágio de execução das obras se encontra com mais de 60% de execução.

Aperfeiçoamento da Gestão Educacional 4.983 1.386 28 Pessoa Capacitada 1.217 2.279 187

Análise: A ação visa garantir a melhoria do desempenho interno e externo do processo da gestão educacional. Foram aplicados recursos ordinários e provenientes de transferência da União (FUNDEB). Na sua execução foram desenvolvidas estratégias voltadas à articulação permanente com as equipes de gestores e técnicos das Unidades Regionais de Educação-URES, bem como à capacitação de membros de conselhos escolares e gestores. O produto foi alterado por ocasião da Revisão do PPA, em 2013, com efeito para 2014, passando a ser identificado como "Pessoa Atendida". Dos municípios previstos, o único que não teve execução foi Santa Izabel do Pará, entretanto, municípios não previstos foram atendidos: Augusto Corrêa, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Traquateua e Viseu.

Apoio à Educação Infantil	2	2	100	Município Atendido	143	2	1
------------------------------	---	---	-----	--------------------	-----	---	---

Análise: A ação objetiva fortalecer os municípios na implementação da Educação Infantil. A fonte de recursos foi oriunda de recursos ordinários, aplicados em despesas com suprimento na Região Metropolitana. Com baixa execução física, esta ação deverá ser redimensionada em 2014.

Análise: Executada pela SEDUC, a ação objetiva ampliar vagas na educação de ensino médio e previu, inicialmente, a construção de 37 novas unidades escolares. As fontes dos recursos são provenientes de recursos estaduais e repasse do e transferências de convênio da União. Foram concluídas 13 escolas nos municípios Belém, Vigia Capitão Poço, Tucuruí e Tomé-Açu, Encontram-se em construção unidades escolares nos municípios de Belém, Abaetetuba, Ananindeua, Novo Repartimento, Alenquer, Maracanã, Paragominas, Marabá, Tucumã, Água Azul do Norte, Cametá, Curuá, Curuçá, Faro, Floresta do Araguaia, Garrafão do Norte, Irituia, Marabá, Maracanã, Mocajuba, Óbidos, Tucuruí, Tailândia, Santana do Araguaia e Moju.

Distribuição da Merenda Escolar	36.245	22.600	62	Aluno Atendido	651.553	379.950	58
------------------------------------	--------	--------	----	----------------	---------	---------	----

Análise: Executada pela SEDUC, a ação visa contribuir para a melhoria do rendimento escolar. Foi efetivada por meio de repasse financeiro a 58 prefeituras que possuem a merenda escolar municipalizada. A aplicação dos recursos foi efetivada com despesas para aquisição de materiais de consumo relacionados ao objetivo da atividade. Os recursos foram compostos pelo tesouro estadual e recursos provenientes da União (PNAE).

		Em R\$ 1.000,00							
		Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Educação de									
Jovens e Adultos – EJA	166.894	132.801	80	Aluno Atendido	105.400	98.504	93		
Análise: Ação executada pela SEDUC objetiva a implementação da educação básica, de acordo com as especificidades de jovens e adultos. Sua abrangência envolveu todos os municípios das doze regiões de integração. Foram aplicados recursos ordinários e recursos provenientes de transferência da União (FUNDEB).									
Educação Profissional	15.326	3.059	20	Aluno Atendido	22.133	20.594	93		
Análise: Executada pela SEDUC, a ação objetiva a formação por meio do ensino profissionalizante coadunada com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e Renda-Pronatec. A execução física foi alcançada de acordo com o programado e com recursos oriundos do tesouro estadual e transferência de recursos da União. Foram atendidos alunos em Abaetetuba, Belém, Cametá, Itaituba, Marituba, Monte Alegre, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santa Izabel do Pará e Tailândia.									
Formação de Instrumentistas Musicais no Interior	34	32	94	Pessoa Atendida	2.750	3.378	123		
Análise: Executada p descentralizando a f recursos foi provenio Colares, Igarapé-Miri. Sobre a espacializaçã	ormação de ente de recu , Oeiras do F	instrumentist ursos ordinár Pará, Ponta c	as, incluindo ios. Os mu le Pedras, S	o o apoio às banda nicípios atendidos f antarém, São Caeta	s musicais no oram Bragança no de Odivelas,	interior. Sua , Cametá, C	fonte de astanhal,		
Implantação da Universidade Tecnológica do Pará	-	-	0	Universidade Implantada	1	-	-		
Análise: Ação integra as vocações econôm efetivação da ação er	icas das regi	ões de integ							
Implantação de Centros de Estudos e Desenvolvimento de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - Polos do Conhecimento		-	0	Pólo de Conhecimento Implantado	1	-	-		
Análise: Ação integra científica na educaçã para 2014-2015, a a Sustentável".	o básica. Pro	evista para ir	nplantação e	em Belém, a ação ná	ăo foi executada	a. Na revisão	do PPA,		
Implantação de Escolas de Educação Tecnológica do Pará	13.105	7.891	60	Escola Implantada	14	18	129		
Análise: Ação da Age fontes de recursos fo									

fontes de recursos foram oriundas do tesouro estadual e transferência de recursos da União. Essa diretriz coaduna com os eixos do PRONATEC, que busca expandir e interiorizar a oferta de cursos de educação profissional técnico de ensino médio, bem como cursos de formação inicial e continuada. Com meta física alcançada, são ofertados 40 cursos em 18 escolas, localizadas nos municípios de Abaetetuba, Belém, Cametá, Irituia, Marituba, Monte Alegre, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santa Izabel do Pará e Tailândia. São 18.231 alunos atendidos nas modalidades "Ensino Médio Integrado" e PROEJA. Encontram-se em andamento as obras nos municípios de Barcarena (92%), Breves (59 %), Novo Progresso (65%), Oriximiná (83%), Parauapebas (27%), Santana do Araguaia (73%), Santarém (55%), Tomé Açu (220%), Tucuruí (75%), Vigia (99%), Xinguara (40%), Tailândia (80%), Salvaterra (56%), Cametá (90%), Itaituba (99%), Monte Alegre (98,22%).

		Financeiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implantação de Escolas em Tempo Integral	49	47	97	Escola Implantada	10	2	20

Análise: Executada pela SECUC, a ação busca melhorar o processo ensino-aprendizagem e elevar o tempo efetivo da permanência do aluno na escola, a fim de aprimorar a aprendizagem e a convivência social. No período 2011-2012 foi implantado o projeto piloto em 10 escolas da rede estadual, sendo 1 em Benevides, 1 em Ananindeua e 8 em Belém, atendendo 1.375 alunos do Ensino Fundamental e 450 alunos do Ensino Médio. Em 2013, mais 2 escolas foram implantadas, com funcionamento integral previsto para 2014, sendo uma no município de Belém (Escola Dr. Carlos Guimarães) que atenderá cerca de 379 alunos e no Município de Castanhal, Escola Maria das Merces Connor, com capacidade para 826 alunos. A fonte de recursos foi proveniente de recursos ordinários.

Implementação das							
Ações de							
Diversidade e	145	138	95	Pessoa Atendida	5.239	61	1
Inclusão							
Educacional							

Análise: A ação objetiva promover atividades na educação básica, adequadas ao combate ao preconceito e desigualdade. Em 2013, a execução possibilitou a participação de técnicos em eventos temáticos, apoio e participação em campanhas alusivas ao enfrentamento ao racismo, e apoio às conferências municipais. Foram capacitadas para o mercado de trabalho, 61 pessoas em Santarém. As fontes de recursos foram oriundas do tesouro estadual e transferência de convênios e outros.

Implementação das							
Ações				Conselho			
Desenvolvidas pelo	3.029	2.917	96	Fortalecido	1	1	100
Conselho Estadual				1 Ortalectuo			
de Educação							

Análise: Ação executada pela SEDUC destina-se ao fortalecimento do Conselho Estadual de Educação em Belém, com cumprimento de meta conforme foi previsto. Considera-se esta ação relevante e estratégica para o controle social da política educacional do estado. A fonte de recursos da ação é proveniente apenas de recursos ordinários.

da politica cadoacional do estado. A forte de recuisos da agad e proveniente apenas de recuisos eramanos.								
Implementação de Ações de								
Prevenção da Violência nas	100	67	67	Escola Beneficiada	12	0	-	
Escolas da Rede								
Pública Estadual								

Análise: Ação sob responsabilidade da SEDUC, objetiva reduzir a violência nas unidades escolares da rede pública estadual. Em 2013, a ação não foi executada.

0010.0.00 .0,							
Implementação de							
Ações do Programa							
ProJovem Pará –	3.775	2.060	55	Jovem Atendido	2.860	4.027	141
Modalidade Campo							
- Saberes da Terra							

Análise: Ação sob a coordenação da SEDUC objetiva a melhoria de vida e trabalho aos cidadãos do campo por meio da educação. O Programa mobilizou 38 municípios, superando a meta física. Foram realizados 06 encontros com a juventude do campo, fortalecendo sua organização e identidade, fomentando discussões sobre a produção, a geração de renda e a sustentabilidade da região. Destaca-se a celebração de Termo de Cooperação Técnica Pedagógica, para atender jovens agricultores, em nível de ensino fundamental e médio, através da CFR (Casas Familiares Rurais). As fontes de recursos foram tesouro estadual e transferência de convênios e outros.

		Fi			F/ •	Em F	R\$ 1.000,00	
		Financeiro	ſ	Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	•		% (G=F/E)	
Implementação de Ações e Práticas Educativas Voltadas ao Meio Ambiente	448	202	45	Pessoa Atendida	18.210	2.214	12	
Análise: Ação executada pela SEDUC visa promover práticas educativas contribuindo para mudança de hábitos e conceitos. Dentre as atividades desenvolvidas, ressalta-se a realização da formação da COE-ESTADUAL para a IV Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente e a viabilização de parcerias ao projeto "Florestabilidade-Educando para o manejo florestal 2013". Os recursos foram oriundos do tesouro estadual e transferência de convênios e outros								
Implementação do Ensino Fundamental	1.267.541	869.386	69	Aluno Atendido	285.398	240.830	84	
Análise: Ação executada pela SEDUC, busca promover a formação, com qualidade, no nível fundamental e suas modalidades nas escolas da rede pública estadual. Apresentou desempenho adequado quanto ao planejamento dos recursos orçados e às metas físicas mensuradas. Dentre os municípios previstos, não houve execução em Augusto Corrêa. Os recursos foram oriundos do tesouro estadual e transferência do FUNDEB.								
Implementação do Ensino Médio	1.034.161	851.930	82	Aluno Atendido	728.717	319.180	44	
Análise: Ação sob a qualidade, no nível r estadual de ensino, a física programada. C internas.  Implementação do	médio e suas a ação aprese	modalidade entou execuç	s nas escola ão financeira	as da rede pública e a coerente, no entant	estadual. Com a o, sem alcance	atuação em t da totalidade	oda rede da meta	
Ensino Musical em Nível Médio Profissionalizante	1.373	1.248	91	Aluno Atendido	73	80	110	
Análise: Ação execumercado de trabalho. recursos orçados e à de 30 alunos partici estadual e transferênces.	Apresenta si s metas física pantes em c	uperação de is mensurada ada, e públic	meta física e s. Destacam	e desempenho adequ n-se a realização de d	ado, demonstra diversos recitais	ndo equilíbrio em Belém, co	entre os om média	
Implementação do Ensino Musical Fundamental	107	106	100	Aluno Atendido	1.600	1.530	96	
Análise: Ação executada pela Fundação Carlos Gomes (FCG), visa atender alunos do ensino fundamental, desenvolvendo a educação musical. Apresentou desempenho adequado quanto ao planejamento dos recursos orçados e às metas físicas mensuradas. Foram aplicados recursos ordinários, notadamente em ações voltadas ao atendimento de jovens aprendizes contemplando 3.378 pessoas dos municípios de Bragança, Cametá, Castanhal, Colares, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Santarém, São Caetano de Odivelas, Soure, Vigia e Viseu.								
Implementação do Transporte Escolar	17.424	16.595	95	Aluno Atendido	107.530	130.345	121	
Análise: A ação executada pela SEDUC, objetiva garantir transporte escolar aos alunos da educação básica. As fontes de recursos foram oriundas do Tesouro estadual. Apresentou desempenho adequado, tanto dos recursos orçados previstos, quanto da meta física alcançada, viabilizando transporte escolar para os alunos residentes na zona rural e ribeirinhos, por meio de convênios com 130 municípios e repasse a três municípios.								
Modernização do Parque Tecnológico	3.985	1.769	44	Unidade Modernizada	1	-	-	
Análise: Ação executada pela SEDUC visa melhorar a eficiência e eficácia na prestação de serviços educacionais. Não houve produto em 2013. Os recursos aplicados, do tesouro estadual possibilitaram visitas técnicas e implementação de serviços em vários municípios do estado. Na revisão do PPA e visando maior efetividade do controle e acompanhamento, esta ação foi transferida para o Programa Controle Externo Municipal.								

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
PROJOVEM Urbano	9.687	4.778	49	Aluno Atendido	134	-	0	

Análise: A ação, executada pela SEDUC, visa proporcionar formação integral aos jovens por meio da associação entre formação básica, qualificação profissional e a participação cidadã. Não houve execução nos 16 municípios programados. A execução financeira foi direcionada para contratação de equipes de gestão, pedagógica e administrativa, necessárias ao projeto. As fontes de recursos foram Tesouro estadual e transferência do FUNDEB.

Reforma da Rede Física de Educação	57.957	35.334	61	Escola Reformada	109	66	61
do Estado do Pará							

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima, executada pela SEDUC, busca adequar as condições físicas das unidades de ensino. Foram realizados 66 projetos, incluindo reformas em escolas e quadras de esportes (concluídas ou em andamento) nos municípios: Abaetetuba, Abel Figueiredo, Ananindeua, Aurora do Pará, Anajás, Almeirim, Bagre, Belém, Cametá, Cachoeira do Arari, Canaã dos Carajás, Castanhal, Colares, Conceição do Araguaia, Concórdia do Pará, Curralinho, Garrafão do Norte, Igarapé Açu, Igarapé Miri, Itaituba, Marabá, Marituba, Medicilândia, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Prainha, Portel, Redenção, Rurópolis, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Santarém, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, São Domingos do Capim, São Geraldo do Araguaia, Terra Santa, Tomé-Açu e Vigia. Os recursos financeiros foram oriundos do Tesouro estadual.

## PROGRAMA: ESPORTE E LAZER: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer

Órgão(s) Executor (es): SEEL, SEOP, SEDUC

Objetivo: Aumentar o acesso à prática esportiva e de lazer.

Público Alvo: População do Estado do Pará

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 23 Esporte e Lazer: Um Caminho para a Inclusão Social - Recurso Financeiro, 2013.

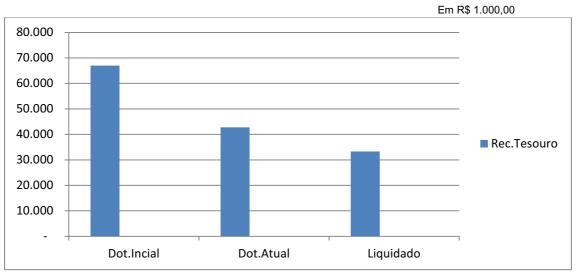
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
66.533,40	77.013.403	42.864.491,99	33.295.843,52	78

Fonte: GP-Pará / SIAFEM

Os recursos programados no PPA foram provenientes de Recursos Ordinários, do Fundo Estadual de Esporte e Lazer, de Operação de Crédito Internas, e de Transferência de Convênios e Outros, que totalizaram R\$ 66,53 milhões, atualizados ao longo do exercício para R\$ 42,78 milhões, dos quais foram executados 78%. Do total executado, 34% foram recursos de Operação de Crédito, que representou a principal fonte de financiamento (Gráfico 26).

Gráfico 24 Esporte e Lazer: Um Caminho para a Inclusão Social - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

### Análise dos Resultados do Programa

### - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	INDICADOR DE REFERÊNCIA	20	12	2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de Eventos Esportivos e de Lazer	Variação percentual entre o número de eventos esportivos e de lazer realizados no ano em relação ao ano anterior	SEEL	10	20	54	20	48,15
Incremento de pessoas atendidas nos projetos de esporte e lazer	Pessoas atendidas nos projetos de esporte e lazer realizados no ano		5.620	6.238	4.800	6.280	4.902
Taxa de Formação de Atleta	Número de atletas até o 6º lugar nas competições nacionais pelo total de atletas bolsistas.		33	28,14%	68,92%	70	84

O desempenho obtido em 2013 demonstra maior eficácia em ações destinadas ao esporte de rendimento e eventos esportivos de caráter local, regional e nacional. As iniciativas esportivas e de lazer, cujos objetivos envolviam projetos da comunidade, alcançou desempenho abaixo da meta, conforme demonstra o indicador "Incremento de pessoas atendidas nos projetos de esporte e lazer". Tal resultado foi impactado pela não efetivação em 2013 das ações "Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico do Pará" e "Pará Aquático" que tiveram suas metas reprogramadas para 2014.

Em 2012, a "Taxa de Formação de Atleta" superou em mais de duas vezes o índice previsto, o que representou um incremento significativo do número de atletas até o 6º lugar nas competições nacionais em relação ao total de atletas bolsistas. Em 2013, esta taxa também registrou um aumento de 14% sobre o índice previsto. Já o indicador que mede o incremento de eventos esportivos e de lazer alcançou um resultado superior ao previsto em 140, sinalizando a efetividade do conjunto de ações de apoio e investimentos à formação de atletas e equipamentos públicos acessíveis à população.

### - Implementação do Programa

O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer exige a criação de estratégias ao acesso à prática esportiva e de lazer com foco na promoção da inclusão social. Essa lógica vincula-se ao objetivo estratégico de governo voltado à Promoção da Cidadania e Direitos Humanos e baliza os eixos do Programa "Esporte e Lazer: Um caminho para a Inclusão Social", coordenado pela Secretaria de Esporte e Lazer (SEEL).

O programa é constituído de 11 ações estratégicas, sendo quatro ações integrantes da Agenda Mínima de Governo. A ação "Implementação de Atividades Esportivas, Desportivas e Culturais Educacionais" é gerida pela SEDUC, cabendo à Secretaria de Obras Públicas (SEOP) a execução das obras de implantação de espaços destinados ao esporte e lazer.

O programa apresentou resultados significativos à prática esportiva e de lazer com o atendimento a 1.613 atletas, por meio de incentivos e apoios financeiros, implementação ao esporte paraolímpico, pela manutenção do acesso de idosos à prática esportiva e de lazer, além do resgate à realização de eventos esportivos de porte nacional no estado. Essa iniciativa garantiu apoio ao atleta paraense e ao público a participação em ações importantes no circuito nacional esportivo.

Ressalta-se que 58% das ações obtiveram a meta alcançada, percentual que foi influenciado pelos resultados físicos e orçamentários da execução parcial dos espaços destinados a prática do esporte e lazer em Belém (Região Metropolitana) – Construção do Complexo Esportivo no entorno do Estádio Olímpico do Pará, em Belém e em Santarém (Baixo Amazonas) – o Ginásio Poliesportivo e o Estádio Colosso do Tapajós.

O desempenho restrito do programa pode ser atribuído a não execução da Ação "Pará Aquático – Meu Rio, Minha Rua" e a baixa execução da Ação "Implementação de Atividades Esportivas, Desportivas e Culturais Educacionais". Reprogramadas para 2014, sua execução e efetividade deverão impactar em maior espacialidade das ações no estado, na intersetorialidade, com ênfase ao esporte escolar, e, ainda, no necessário aproveitamento às características regionais à prática de esportes aquáticos.

### Principais Realizações:

- ✓ Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo Estádio
   Olímpico do Pará, em andamento, com percentual de 19,76%;
- ✓ Construção do estádio Colosso do Tapajós, em Santarém, em andamento, com 23% da obra executada; e Construção do Ginásio Poliesportivo de Santarém, 30.23%;
- ✓ Aumento para 170 atletas representantes do Pará em competições de níveis regional, nacional e internacional através do Programa Fabricação de Ídolos, em relação à meta atingida de 146 atletas, em 2012;
- ✓ Apoio a 306 atletas para representar o Pará em diversos eventos, dentre os quais, Grande Prêmio Sul-Americano de Muay Thai Tradional, ocorrido em Goiás, e o Ultimate Fighter Championship (UFC), categoria Peso-Galo, nos Estados Unidos;
- ✓ Incentivos e apoio a federações, técnicos e atletas com idade de até 17 anos, custeando viagens, alimentação e hospedagens de 66 jovens revelações paraenses em diversas competições esportivas oficiais no Brasil e no mundo;
- ✓ Apoio à participação de atletas paraenses na Meia Maratona Internacional do Rio de Janeiro, medalha de ouro, com paratleta do projeto "Fabricação de Ídolos"; e 1ª Etapa Brasileira de Atletismo do Circuito Loteria/Caixa, em São Paulo, segundo lugar na prova dos 400m rasos, com a participação de dois bolsistas do Programa "Fabricação de Ídolos";
- ✓ Atendimento a 2.300 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, na Região Metropolitana de Belém, por meio do Programa "PRO PAZ";
- ✓ Revitalização de espaços esportivos nos Polos PRO PAZ, APEAMA, UFPA e UFRA, localizados em Belém;
- ✓ Atendimento a 1.547 pessoas, por meio do Projeto "Vida Ativa na Terceira Idade";
- ✓ Apoio a grandes eventos esportivos, dentre os quais destacam-se o Campeonato Brasileiro Juvenil de Natação, o XXXVII Troféu Norte e Nordeste de Atletismo, e o Grande Prêmio Brasil Caixa/Governo do Pará de Atletismo, realizados em países como EUA, Cuba, Canadá e Portugal., além do Grand Prix de Atletismo, Campeonato Paraense de Futebol e o Campeonato Norte e Nordeste de Atletismo, eventos de nível nacional, estadual e regional, respectivamente.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro			Físic	0	
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unid. de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico do Pará	15.117	11.847	78	Espaço Ampliado	1	0	-
Análise: Ação integrant	te da Agenda	Mínima de Go	verno, exec	utada pela SEEL	, objetiva dis	ponibilizar esp	aços para a

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela SEEL, objetiva disponibilizar espaços para a prática do esporte e lazer à população do Estado do Pará. A construção da praça de esporte e lazer do Estádio Olímpico está sendo realizada com recursos provenientes de operação de crédito junto ao BNDES, sua execução encontra-se em andamento com o percentual de 19,76% e movimentação financeira de R\$ 11,847 milhões. A conclusão da obra, que iniciou em 2012, está prevista para 2014.

Construção de				Espaco			
Espaços de Esporte e	440	430	98	Construído	52	1	2
Lazer				Constitute			

Análise: A ação integrante da Agenda Mínima de Governo, objetiva oferecer espaços adequados às práticas esportivas e de lazer. Da meta prevista para o exercício somente 2% foi alcançada. O recurso destinado para esta ação foi proveniente de transferência de Convênios e Outros, de contrapartida de Convênios, de Recursos Ordinários e de recursos próprio do Fundo Estadual de Esporte e Lazer. Destaca-se a Construção do estádio Colosso do Tapajós em Santarém encerrando 2013 com 23% da sua obra executada, e a Construção do Ginásio Poliesportivo de Santarém, com execução de 30.23 %.

Apoio ao Atleta	440	430	98	Atleta Atendido	70	340	486
-----------------	-----	-----	----	-----------------	----	-----	-----

Análise: A ação objetiva patrocinar atletas em atividades esportivas e apresentou superação de meta física. A viabilização da ação possibilitou a participação dos atletas em competições locais e nacionais. O recurso alocado é proveniente do Fundo Estadual de Esporte e Lazer e de recursos ordinários. Em 2013, foi desenvolvida exclusivamente na Região Metropolitana, o que enseja a adequação de meta física para outras regiões, propiciando maior acesso da prática do esporte e lazer no estado.

Ì	Eghrigação do Ídolos	1 022	1 020	100	Atlata Atandida	170	162	06
- 1	Fabricação de Idolos	1.933	1.930	100	Atleta Atendido	170	163	96

Análise: A ação integrante da Agenda Mínima de Governo objetiva promover o atleta de rendimento para os cenários nacional e internacional. Apresentou desempenho fisico-financeiro eficaz, possibilitando a concessão de bolsa a atletas cadastrados no programa. Os recursos são provenientes do Fundo Estadual de Esporte e Lazer-FEEL e de Recursos Ordinários. Em 2013, foi desenvolvida na Região Metropolitana.

Implementação das							
Ações do Esporte	114	113	99	Atleta Atendido	60	116	193
Paradesporto							

Análise: A ação objetiva promover os atletas com deficiência e mobilidade reduzida nas atividades esportivas. Trata-se de ações e projetos específicos a diversas categorias. Cabe destaque, em 2013, a participação de atletas nas competições: XVII Meia Maratona Internacional no Rio de Janeiro, 1ª etapa Grand Prix Infraero de Judô para cegos e deficientes visuais em São Paulo, I Etapa Nacional de Atletismo - circuito Loteria Caixa em São Paulo. Apresentou desempenho fisico-financeiro eficaz, sendo os recursos alocados provenientes do Fundo Estadual de Esporte e Lazer e de recursos Ordinários.

Ações de Esporte e	Implementação de Ações de Esporte e	105	99	94	Pessoa Atendida	500	1.221	244
--------------------	-------------------------------------	-----	----	----	--------------------	-----	-------	-----

Análise: A ação objetiva promover atividades esportivas e de lazer à população, com foco na diversidade cultural. Os recursos integrantes do Fundo Estadual de Esporte e Lazer e de recursos ordinários foram aplicados abaixo do previsto e permitiram superação de meta física. Programado para o Município de Belém, o atendimento foi ampliado aos municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Marapanim, Ponta de Pedras e São Miguel do Guamá. Por meio de entidades não governamentais, destaca-se o atendimento de 108 crianças e adolescentes pela Associação de Meio Ambiente de Educação e Cidadania (SOMEC), em Marapanim; e 660 pessoas e adolescentes pela Associação de Pais e Amigos da Cidade Nova, em Ananindeua. Fruto de emenda parlamentar, o Instituto Marina Andrade atendeu com práticas esportivas 200 crianças e adolescentes de Ananindeua, na Região Metropolitana.

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unid. de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação de Atividades Esportivas, Desportivas e Culturais Educacionais	443	436	99	Aluno Atendido	196.766	11.197	6	
Análise: A ação tem	como objetivo	melhorar o	rendimento	escolar do alui	no. Executad	da pela SEDU	JC, a ação	

Análise: A ação tem como objetivo melhorar o rendimento escolar do aluno. Executada pela SEDUC, a ação apresentou desempenho financeiro dentro do programado, no entanto, registrou baixa execução da meta física. O recurso foi proveniente de contrapartida de convênios e recursos Ordinários. Nesta ação, destaca-se a realização dos Jogos Paraolímpicos que oportunizou a participação de alunos com deficiência física e visual das redes estadual, municipal e privada, em eventos esportivos e desportivos.

Implementação do Estádio Olímpico do Pará	2.539	2.447	96	Espaço Implementado	1	1	100
---	-------	-------	----	------------------------	---	---	-----

Análise: A ação objetiva assegurar infraestrutura adequada para prática de atividades físicas, esportivas e de lazer. Apresentou desempenho físico financeiro adequado à programação. Com recursos provenientes de convênios e recursos Ordinários, garantiu a manutenção e adequação do Estádio Olímpico às exigências necessárias à realização de grandes eventos, como GRAND PRIX de Atletismo e os jogos de campeonatos estaduais e nacionais.

Novos Talentos para	925	922	100	Atleta Atendido	230	2 272	1.031
o Esporte	923	922	100	Allela Aleriuluo	230	2.312	1.031

Análise: A ação objetiva apoiar o desenvolvimento de novos atletas nas modalidades esportivas. A superação de meta física em relação ao previsto deve-se à inclusão de projetos originados de emendas parlamentares, como a que se destina apoiar a Federação Paraense de Jiu-jitsu, para expansão do Projeto Longe das Ruas, envolvendo 3.350 crianças de sete municípios: Belém (1.050), Icoaraci (400), Guamá (200), Pedreira (200), Telégrafo (200), Sideral (50), Ananindeua (400), Castanhal (200), Parauapebas (200), Curionópolis (200), Santa Maria (150) e Capanema (100). A ação possibilitou a realização do VIII Campeonato Sulamericano de Karatê e a participação de 13 atletas no XXVI Torneio Nacional de Ginástica Artística. O recurso aplicado foi proveniente do Fundo Estadual de Esporte e Lazer e de Recursos Ordinários.

Pará Aquático - Meu	56	55	100	Aluna Atandida	1.350	0	
Rio, Minha Rua	56	55	100	Aluno Atendido	1.550	0	_

Análise: A ação objetiva difundir os esportes náuticos entre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. No exercício a ação não foi efetivada, sendo os recursos, oriundos do Fundo Estadual de Esporte e Lazer, aplicados em aquisição de materiais esportivos e visitas técnicas nos municípios Portel, Ponta de Pedras, Santarém Novo, Ourilândia do Norte, Abaetetuba e São Sebastião da Boa Vista. De acordo com a programação da SEEL, a ação será iniciada em 2014.

Realização de Eventos Esportivos E de Lazer	11.502	10.187	89	Evento Realizado	45	81	180
---	--------	--------	----	---------------------	----	----	-----

Análise: Executada pela SEEL, a ação voltada para promoção de eventos esportivos e de lazer apresentou superação de meta física. A ação atendeu 24 municípios pertencentes às doze regiões de integração. A execução financeira contou com recursos Ordinários e de transferência de convênios. Registram-se como resultados, o atendimento de 500 pessoas no projeto Vida Ativa; Campeonato Brasileiro Juvenil de Natação, em Belém, envolvendo mais de 600 atletas e 85 clubes de todo o Brasil; Qualidade de Vida - Projeto esportivo, em Dom Eliseu, com 473 pessoas beneficiadas e Vivendo a Melhor Idade - Ass. de Assistência e Lazer aos Idosos de Icoaraci beneficiando 350 idosos.

Vida Ativa na 3ª Idade	315	315	100	Pessoa Atendida	1.710	26.450	1.547
------------------------	-----	-----	-----	--------------------	-------	--------	-------

Análise: A ação executada pela SEEL objetiva proporcionar à pessoa idosa práticas esportivas e de lazer. Em 2013, a ação superou a meta física planejada. Como estratégia firmou parcerias com organizações não governamentais dentre elas: a Tuna Luso Brasileira, SESPA, Grêmio Literário Português, ALEPA e Clube do Remo, garantindo o atendimento em média de 2.083 idosos. O recurso aplicado, em quase sua totalidade, foi originário do Fundo Estadual de Esporte e Lazer e recursos Ordinários, o que possibilitou o desenvolvimento de atividades direcionadas às aulas de hidroginástica, natação, ginástica, aerodança, vôlei, memorização, xadrez, dança, artesanato, além de orientações nutricionais, atendimento médico e odontológico.

### PROGRAMA: NOSSA ARTE, NOSSA CULTURA

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura - SECULT

Órgão(s) Executor (es): FCG, FCPTN, FCV, FUNTELPA, IAP, PARATUR, SECULT,

**UEPA** 

**Objetivo:** Promover a produção e a difusão cultural do Estado do Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 24 Nossa Arte, Nossa Cultura - Recurso Financeiro, 2013

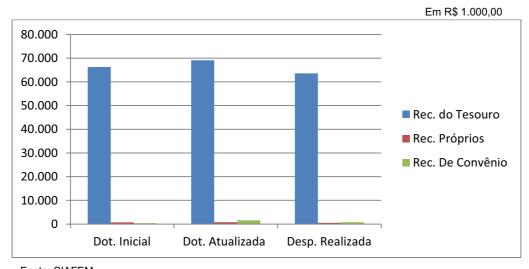
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
91.159	70.866	71.502,00	64.983,95	91

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Foram programados no PPA recursos provenientes de Convênios, Transferências, Recursos Ordinários, do Fundo Estadual de Promoção das Atividades Culturais, e de arrecadação pela Administração Indireta, que totalizaram R\$ 91.159 milhões. Ao longo do exercício, o valor programado sofreu alteração, resultando em Dotação Atualizada de R\$ 71,502 milhões, sendo 96% provenientes dos Recursos Ordinários do estado (Gráfico 27).

Gráfico 25 Nossa Arte, Nossa Cultura - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNIDADE/FONTE	FÓRMULA DE	ORGÃO RESPONSÁVEL	INDICADOR DE	20	012	2	013
	CÁLCULO	PELA APURAÇÃO	REFERÊNCIA	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de alunos capacitados na formação médio e profissional pela FCG *	Relação percentual entre o nº alunos capacitados na formação médio e profissional pela FCG no ano em relação ao ano anterior.	FCG	18	18	22,9	18	159
Incremento de artistas incentivados pela SECULT *	Relação percentual entre o nº de artistas incentivados (incentivos a cultura e jovens talentos) no ano em relação ao ano anterior.	SECULT	0	25	239	26	203
Incremento de artistas, produtores e técnicos culturais capacitados pelo IAP *	Relação percentual entre o nº artistas, produtores e técnicos culturais capacitados pelo IAP no ano em relação ao ano anterior.	IAP	-1	20		20	59
Incremento de atendimento em atividades de educação não formal *	Variação percentual entre o nº pessoas atendidas em atividades não formal no ano em relação ao ano anterior	FCV	14,04	15	124	15	18
Incremento de pessoas atendidas em eventos culturais da FCPTN *	Valor absoluto do nº de pessoas atendidas em eventos culturais realizados no ano.	FCPTN	10	15	313	15	98,6

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O programa caracteriza-se por uma gestão coordenada e executada por diversos órgãos, tendo seus indicadores baseados na formação e capacitação profissional, incremento de pessoas em eventos culturais e no apoio profissional de artistas e trabalhadores da área cultural.

Observa-se que a maioria dos indicadores registra desempenho acima do planejado, demonstrando eficácia na condução das ações do programa pelos órgãos executores. O alcance significativo dos índices nos anos 2012 e 2013 decorreram de dois fatores: a concretização de convênios direcionados à capacitação, garantindo Oficinas Temáticas em 2013 para 6.791 alunos na Região Metropolitana; e o apoio e incentivo ao artista local pelo Theatro da Paz, por meio de isenção de taxas, cessão de espaço e pagamento de cachês.

A revisão do PPA em 2013 evidenciou a necessidade de melhor aferir os resultados e os impactos do Programa para 2014. O processo resultou na redefinição dos indicadores: "Incremento de alunos atendidos na educação formal e não formal"; "Incremento de artistas, produtores e técnicos incentivados" e "Taxa de interiorização de ações culturais" que foram alinhados à capacidade de realização dos órgãos executores, de modo que sua sistematização represente a intenção e propósito da política cultural vigente no estado.

# - Implementação do Programa

A difusão e produção da cultura paraense constituem-se os principais objetivos do programa e integram-se a diretriz estratégica de governo voltado à Promoção da Cidadania e Direitos Humanos. Portanto, o Programa "Nossa Arte, Nossa Cultura" imprime em suas ações a valorização da identidade cultural, com vistas a contribuir em processos de inserção social por meio da arte e cultura em suas múltiplas dimensões.

Estruturado em 15 ações, o programa é executado pelos órgãos: Secretaria de Estado de Cultura, coordenadora da política cultural do estado; Fundação Curro Velho; Instituto de Artes do Pará; Fundação Paraense de Radiodifusão; Universidade Estadual do Pará, Fundação Carlos Gomes; e Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves.

Em 2013, apresentou desempenho financeiro significativo que possibilitou a realização de projetos e consolidação de ações como Grandes Festivais, Terruá Pará, Feira do Livro e, ainda, a ampliação do apoio a artistas e trabalhadores do circuito cultural, envolvendo um público aproximado de 1.600.000 em eventos culturais dentro e fora do estado.

Com resultados expressivos em 2013, o programa, configurado por vários órgãos executores, requer maior integração no desenvolvimento de suas ações, dada a diversidade de modelos de gestão implementados pelas Secretarias, Institutos e Fundações Públicas e Organizações Sociais envolvidos. Concorre, também, para a premência de aperfeiçoamento da integração interinstitucional a necessidade de desconcentração das ações no interior do estado, bem como de ampliação da capacidade de captação de recursos para efetivação das ações previstas pelos órgãos executores.

Na Revisão do PPA 2012-2015, para o exercício 2014, as Ações "Produção de Edições Culturais" e "Feira Pan Amazônica do Livro" foram transferidas para o Programa "O Pará Que Lê", tendo em vista a melhor adequação dos seus objetivos, oportunizando a ampliação dos seus resultados em programa voltado para o fomento à leitura.

# Principais Realizações:

- ✓ A realização de Cursos e Oficinas de Iniciação em Arte e Ofício atenderam em 2013, 17.120 pessoas. Quanto às oficinas, foram realizadas 650 oficinas de iniciação em arte e ofício nas diversas linguagens (artes visuais, cênicas, música e informática), das quais 11.931 em Belém e 2.449 em 30 municípios nas Regiões de Integração: Metropolitana, Marajó, Rio Capim, Guamá, Rio Caetés, Tocantins, Xingu, Lago de Tucuruí, Baixo Amazonas, Araguaia.
- ✓ Jovens Talentos da Música atendeu em 2013, 3.344 novos artistas, em aproximadamente 30 municípios, o que representa um incremento de 111,25% em relação ao exercício de 2012, com execução orçamentária de R\$ 978 mil.
- ✓ Foram apoiados e incentivados 389 eventos integrantes de diversas expressões culturais paraenses, destaca-se dentre eles: Círio de Nazaré; Círio de Castanhal; Aniversário de Belém; Semana Santa; Festival de Música Popular "TREME"; e Carnaval.
- ✓ O apoio às manifestações culturais se concretizou em 2013 realizando 5 festividades, na vertente dos ciclos festivos tradicionais em Belém (Região Metropolitana) Carnaval, Quadra Junina e Natal, além de duas festividades de municípios do interior do estado: a Folia do Glorioso São Sebastião, de Cachoeira do Arari (Região Marajó) e o 11º Festival de Carimbó de Santarém Novo (Região Rio Caeté).

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação de Ações de Capacitação Cultural	1.261	1.254	99	Pessoa Capacitada	2.190	12.463	569	

Análise: A ação executada pela SECULT, FCV, IAP, FCG, tem o propósito de aperfeiçoamento de profissionais para atuação no mercado cultural. Executada com recursos Ordinários apresentou resultado acima do programado, sendo significativo o desenvolvimento de ações de capacitação e qualificação do artista em dez das 12 regiões de integração do estado, atendendo 30 municípios, com 147 cursos e oficinas, e 22 eventos, entre seminários, palestras e workshops, integrando mais de 7.000 artistas. O desempenho apresentado expressa sua relevância para os objetivos do Programa.

Implementação de Espaço Ulturais 20.392 18.919 93 Espaço 24 19 79

Análise: Ação executada pela SECULT, FCV, IAP, FCG, FCPTN. A execução fisico-financeira garantiu a manutenção de 11 espaços culturais em Belém, bem como viabilizou ações e projetos desenvolvidos nos museus, teatros e espaços de comercialização, geridos por instituições governamentais e Organizações Sociais - OS. Para o cumprimento das metas, foram disponibilizados recursos Ordinários, recursos próprios da administração indireta e do Fundo Estadual da Promoção das Atividades Culturais. Dentre os espaços mantidos estão os espaços: Cine Líbero Luxardo, Teatro Margarida Schivasappa, Teatro Waldemar Henrique, Centro de Eventos Ismael Nery e Galeria Theodoro Braga. Em 2013, foram cerca de 2.383.625 visitantes, contribuindo para a consolidação desses espaços no roteiro turístico da cidade de Belém.

 Incentivo à Cultura
 10.498
 9.401
 90
 Pessoa Atendida
 1.580
 7.458
 472

Análise: A ação de Agenda Mínima, executada pela SECULT, FCV, IAP, FCPTN registrou desempenho fisico-financeiro adequado, sendo os recursos oriundos de recursos Ordinários, convênios e recursos próprios arrecadados pela administração indireta. Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se o Projeto Bumbarqueira, direcionado a 35 grupos culturais, com a participação de 400 artistas de dez municípios e público de 40 mil pessoas. Por meio de apoio financeiro foi possível a realização de eventos culturais atendendo um total de 680 pessoas, dentre quais: carnaval, manifestações juninas e festivais de verão. Esses resultados expressam a ampliação do número de artistas locais apoiados por meio de projetos e pela realização de convênios com prefeituras municipais, e emendas parlamentares.

Produção de Edições 361 337 93 Pesquisa Realizada 74 45 61

Análise: Ação executada pela SECULT, FCV, IAP, FCG. Composta por recursos Ordinários apresentou meta física abaixo da programada. Os recursos foram parcialmente remanejados para atender as ações "Incentivo à Cultura" e "Implementação de Espaços Culturais", o que implicou no desempenho da meta física. Na revisão do PPA, em 2013, esta ação será excluída do Programa e passará a integrar a partir de 2014, o Programa "Pará que Lê", melhor adequado a seus objetivos e a potencialização de seus resultados ao fomento à leitura.

Realização de Cursos e	4.000	4.000	00	D	40.044	47.400	0.4
Oficinas de Iniciação em	1.368	1.226	90	Pessoa Atendida	18.241	17.120	94
Arte e Ofício							

Análise: Ação executada pela FCPTN e FCV. Os recursos aplicados foram provenientes de transferências de convênios e outros, Recursos Ordinários e recursos Próprios arrecadados pela Administração Indireta. Apresentou desempenho fisico-financeiro compatível com o programado. As ações desenvolvidas viabilizaram a realização de 650 oficinas em 30 municípios, capacitando 14.410 pessoas, que tiveram acesso às linguagens de artes visuais, cênicas, musical e informática. Vinculadas à consolidação do mercado cultural, ocorreram 57 oficinas, envolvendo 810 jovens e adultos. No campo da preservação do patrimônio histórico e social das populações negras, indígenas e comunidades tradicionais, foram realizadas 47 oficinas de arte e ofício, capacitando 1.553 pessoas, em 38 comunidades tradicionais do estado.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E )
Realização de Grandes Festivais (AM)	9.090	8.697	96	Evento Realizado	11	11	100

Análise: A ação integra a Agenda Mínima de Governo. Executada pela FCPTN, FGV, SECULT, IAP, obteve o alcance das metas previstas. Os recursos utilizados foram provenientes de Recursos Ordinários, recursos próprios da administração indireta e do Fundo Estadual da Promoção das Atividades Culturais e transferência de convênios. Dentre as ações executadas destacam-se os eventos "Nazaré em Todo Canto", com participação de 44.000 pessoas, "Natal com Arte em Toda Parte", com 12.617 pessoas, "Arraial de Todos os Santos", com 476.442 pessoas, "Carnaval do Pará", com 533.059 pessoas, "Paixão do Boi" com 109.400 pessoas, Festival de Ópera com 4.395 pessoas e ainda, o Festival Internacional de Música, com público de 48.000 pessoas.

Difusão Cultural	5.800	4.964	86	Evento Realizado	320	519	162
------------------	-------	-------	----	---------------------	-----	-----	-----

Análise: Ação executada pela FCPTN, FGV, SECULT, IAP e UEPA. Constituída com objetivo de difundir os bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e das expressões culturais no estado. Para sua efetivação foram aplicados recursos Ordinários da educação, convênios e recursos próprios, registrando desempenho físico superior ao planejado. A ação sofreu redução orçamentária, sendo transferidos recursos suplementares à Ação "Implementação de Espaços Culturais". Tal movimentação não implicou nos resultados programados, que registrou total de 519 eventos realizados.

Jovens Talentos da	1.047	1.031	98	Artista Atendido	740	1.672	226
Música (AM)							

Análise: Ação sob a execução da FCG E SECULT. Trata-se de uma ação de Agenda Mínima de Governo, voltada à iniciação e formação musical para crianças e jovens. Com recursos oriundos de transferências de convênios e recursos Ordinários, registrou superação de meta física. A ação que propiciou a inserção de crianças e adolescentes à prática musical foi garantida aproximadamente em 30 municípios.

Feira Pan-Amazônica do Livro (AM)	3.275	3.240	99	Evento Realizado	2	12	600	
								- 1

Análise: Ação executada pela SECULT, integra Agenda Mínima de Governo. Viabilizada por meio de recursos orçamentários de transferências de convênios e recursos Ordinários. O evento, em Belém, mobilizou público de 404 mil visitantes, com a participação de 140 empresas e 500 editoras nacionais e internacionais e a comercialização de 841 mil livros. A ação apresentou superação de meta física. Foram realizados 12 eventos, dentre esses, o Salão do Livro, a Pan-Amazônica nos Municípios, a Pan-Amazônica nas Escolas e o Sarau Literário, que integram a etapa de preparação da Feira. Após processo de Revisão do PPA 2012-2015, esta ação foi incorporada ao Programa "O Pará que Lê", tendo em vista o alinhamento do seu objetivo à promoção e acesso ao livro e o fomento à leitura.

Implementação da Rede 2.293 Ponto de Cultura	22	1	Ponto de Cultura Atendido	60	-	-	
--	----	---	------------------------------	----	---	---	--

Análise: Ação sob a execução da SECULT. Objetiva desenvolver atividades de integração cultural, como estratégia para inclusão social e desenvolvimento humano. Seu financiamento advém de recursos de convênios - Ministério da Cultura e recursos Ordinários. Não houve execução física em decorrência do processo de prestação de contas, referentes a 48 instituições conveniadas, em análise na SECULT e no Ministério da Cultura. Em 2013, foram realizados serviços de orientação de elaboração de prestação de contas às referidas associações. A ação será viabilizada durante o exercício 2014.

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Interiorização da Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz	185	175	95	Evento Realizado	2	2	100	

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo, executada pela SECULT. Foram aplicados recursos de transferências de Convênios e de Recursos Ordinários. Apresentou desempenho fisico-financeiro adequado à programação. Dentre as ações interiorizadas, destacam-se as implementadas pela Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz e da Banda Amazônia Jazz Band, nos municípios de Castanhal e Bragança. Propiciou a contratação de serviços de logística e infraestrutura, artistas e músicos, e, ainda, a realização de oficinas propiciando intercâmbio com jovens locais.

Manutenção do Contrato	F 000	5.000	400	Repasse	40	4.4	00
de Gestão dos Espaços	5.820	5.820	100	Realizado	12	11	92
Turísticos e Culturais							

Análise: Executada pela SECULT, a ação objetiva o fomento de atividades nas áreas de produção cultural, lazer, turismo e serviço. Com a utilização de recursos Ordinários, esta ação foi viabilizada por meio de contrato de gestão efetivado com a Organização Social Associação Pará 2000, responsável pela administração dos espaços Mangal das Garças, Estação das Docas e Hangar. Em 2013, a regularidade dos repasses possibilitou a manutenção física, além da realização de atividades culturais, envolvendo mais de 2.199.625 pessoas. Dentre os impactos obtidos, destaca-se o fortalecimento desses espaços na preservação do patrimônio cultural do estado.

Promoção do Corpo Artístico do Teatro da	4.351	4.350	100	Corpo Artístico Implementado	3	2	67
Paz							

Análise: Executada pela SECULT e objetiva a difusão da cultura paraense por meio das Orquestras Sinfônicas. Os recursos financeiros aplicados integralmente na consecução dos objetivos foram provenientes de Transferência de Convênios e Outros e Recursos Ordinários. A regularização do repasse à Academia Paraense de Música possibilitou a manutenção das Orquestras Sinfônica do Teatro da Paz e Amazônia Jazz Band compostas por 70 músicos.

Realização do Terruá	2.510	2.420	96	Evento Realizado	2	5	250
Pará							

Análise: Ação de Agenda Mínima, desenvolvida pela FUNTELPA, que tem como objetivo promover a divulgação da cultura paraense no cenário nacional. A fonte dos recursos aplicados integralmente foi proveniente do Tesouro estadual e de recursos diretamente arrecadados pela Administração Indireta. O desempenho da meta física vincula-se à realização de 3 eventos preliminares em Belém, além dos 2 programados para São Paulo. O Projeto Terruá Pará vem se consolidando como estratégia de potencialização de talentos locais, bem como na difusão cultural prevista nos objetivos do Programa.

Apoio às Manifestações Culturais	3.253	3.127	96	Manifestações Culturais Apoiadas	64	396	619

Análise: A ação integra a Agenda Mínima. Executada pela SECULT, IAP, FCV com o propósito de assegurar a realização de manifestações vinculadas à identidade cultural no estado. O recurso aplicado foi procedente de transferência de Convênios, Recursos Ordinários e recursos próprios do Fundo Estadual de Promoção das Atividades Culturais. A superação da meta física pelo IAP e SECULT foi resultante da integração de projetos e ações culturais efetivadas nas regiões: Metropolitana, Marajó, Rio Capim, Guamá, Carajás, Tocantins e Rio Caeté. Dentre os projetos realizados, destaca-se o apoio às atividades comemorativas do Aniversário da Cidade de Belém, Carnaval do Pará, Semana Santa, Círio de Nazaré e projetos oriundos de emendas parlamentares.

# PROGRAMA: O PARÁ QUE LÊ

**Órgão Responsável:** Fundação Cultural Tancredo Neves (FCTN)

Órgão(s) Executor (es): FCPTN,FCV

Objetivo: Promover o acesso à informação, à leitura e à produção literária no estado.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 25 O Pará que Lê - Recurso Financeiro, 2013.

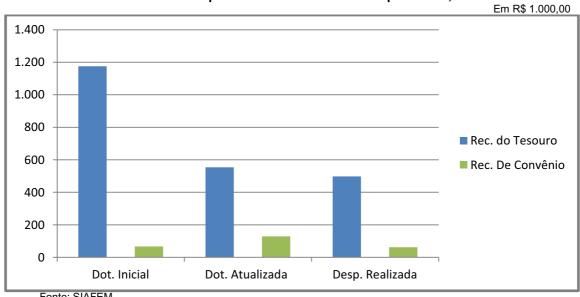
Em R\$ 1.000.00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
1.242,22	1.242,22	683,62	559,52	82

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Os recursos programados no PPA em 2013 foram provenientes de Recursos Ordinários, de Transferências, Convênios e outros, totalizando R\$ 2.145,22 milhões, os quais sofreram redução de 68%, o que resultou em uma Dotação Atualizada de R\$ 683,62 mil, cuja execução alcançou o percentual de 82%. O desempenho anual demonstrou que 88% dos recursos originaram-se do tesouro estadual, sendo portanto, a principal fonte de financiamento do programa. A execução financeira contribuiu para o desempenho alcançado pelo programa.(Gráfico 28).

Gráfico 26 O Pará que Lê - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

### Análise dos Resultados do Programa

#### - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
10.1112		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de Atendimento em atividade de educação não formal voltadas para a leitura *	Variação percentual entre o nº de pessoas atendidas em atividades não formais no ano em relação ao ano anterior	FCV	14,4	15	124	15	18
Percentual de municípios com biblioteca pública**	Relação percentual entre o nº de municípios com bibliotecas públicas em relação ao total de municípios.	FCPTN	77	84	100	90	100

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Os indicadores do programa objetivam a mensuração dos resultados voltada para o incremento das atividades e ações de incentivo à leitura e à ampliação de municípios com biblioteca pública. A apuração anual demonstrou o alcance das metas programadas, ressaltando que o último mencionado atingiu a meta prevista no PPA 2012-2015 antecipadamente em 2012. No entanto, tais indicadores não dimensionam os resultados de outras ações que contribuem e impactam no problema identificado na formulação do programa que se refere ao baixo número de leitores no estado. Sendo assim, na Revisão do PPA, com efeito para 2014, agregaram-se ao programa, as ações da área da Cultura como Produção de Edições Culturais e Feira do Livro, iniciativas que vem se consolidando como estratégias eficazes no fomento e formação de novos leitores.

A adequação dos indicadores à nova estrutura do programa resultou na formulação dos seguintes indicadores: "Incremento do número de pessoas atendidas com ações de fomento á leitura", "Incremento do número de usuários com acesso às Bibliotecas públicas" e "Taxa de interiorização de ações de fomento à leitura."

# - Implementação do Programa

Com objetivo de promover o acesso à informação, à leitura e à produção literária no estado, o programa vincula-se aos objetivos estratégicos do governo de

<sup>\*\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

promover a inclusão social garantindo os direitos fundamentais do cidadão pela promoção, proteção, defesa e gestão dos direitos humanos por meio da inclusão de políticas públicas, voltadas para a área da cultura.

Em 2013, o programa viabilizou um conjunto de ações que garantiram a dinamização e manutenção de espaços de leitura, realização de eventos ligados à leitura e apoio à implantação e implementação de bibliotecas municipais. Com foco na integração das ações literárias e culturais foram direcionados ações e projetos que envolveram um público de 400.000 pessoas de vários segmentos. Dentre o público infanto-juvenil destaca-se 150.000 pessoas atendidas na Biblioteca Arthur Vianna, espaço de referência em pesquisa aos alunos da rede pública e privada.

### Principais realizações:

- ✓ Incentivou o Hábito da Leitura no Estado por meio de doações de 10.000 publicações para bibliotecas municipais atendendo 20 Municípios (Belém, Santa Izabel do Pará, Igarapé Miri, Moju, São Miguel do Guamá, Bom Jesus do Tocantins, Tucuruí, Bujaru, Afuá, Conceição do Araguaia, Monte Alegre, Prainha, Salvaterra, Anajás, Juruti, Santo Antonio do Tauá, Viseu e São Felix do Xingu), além de escolas particulares e públicas, bibliotecas comunitárias, associações e pessoas físicas;
- Caravana da Leitura, iniciativa de fomento à leitura desenvolvimento em ônibusbiblioteca, com diversas atividades tais como: roda de leitura, painel literário, teatro de fantoches, cursos e oficinas lúdico-literárias alcançando público de 50.000 pessoas em 28 municípios, dispostos nas Regiões de Integração: Metropolitana, Guamá, Rio Capim, Caetés, Marajó, Baixo Amazonas e Tocantins;
- ✓ A Noite é uma palavra, encontro mensal de escritores paraenses com a comunidade, possibilitou a realização de saraus de poesia, exposição e comercialização de obras, registrando um público de 4.100 pessoas e apresentação de 72 poetas e escritores;
- ✓ Circuito Literário, em parceria com o Banco da Amazônia (BASA), contou com a participação de 37 escritores contemplando público de aproximadamente 4.090 pessoas, nos municípios de Belém, Ananindeua, Bragança, Capanema, Castanhal, Altamira, Óbidos, Santarém e Santa Bárbara;

- ✓ Chuvas de Livros, que incentiva a troca de livros entre os participantes, viabilizou
  a circulação de mais de 1.400 obras literárias, atingindo público de mais de 400
  pessoas, no município de Belém;
- ✓ Realização de 90.000 procedimentos técnicos de acervo como: catalogação, classificação, higienização, restauro, microfilmagem, como também seleção de acervo.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Fi	inanceiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unida de de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Fomento à Leitura	211	208	99	Pessoas Atendidas	50.400	31.852	63	

Análise: Executada pela Fundação Cultural Tancredo Neves (FCTN) e Fundação Curro Velho, a ação objetiva realizar eventos de promoção à leitura à população paraense. Destaca-se o Projeto Caravana da Leitura, com atendimento a 28 municípios nas doze regiões de integração. Com aplicação total dos recursos financeiros, originários do tesouro estadual, a ação apresentou desempenho físico abaixo do programado, resultado justificado por redução orçamentária. A transferência dos recursos foi aplicada na implementação dos Teatros Waldemar Henrique, Margarida Schivasappa, e nas demandas das ações "Incentivo à Cultura", "Arraial de Todos os Santos" e Realização de Grandes Festivais, integrantes da Agenda Mínima.

Implantação de							
Espaços de	22	22	100	Espaço	24	2	13
Acesso à Leitura		22	100	Implantado	24	J	13
e Informação							

Análise: A ação objetiva criar espaços de acesso à informação e leitura no Estado do Pará e destina-se à modernização e implementação de bibliotecas públicas nos municípios paraenses. Dos 24 municípios programados para 2013 apenas três (Anajás, Santana do Araguaia e São Geraldo do Araguaia) foram contemplados. Viabilizada por recursos do tesouro estadual, registrou baixo desempenho físico, justificado pela transferência orçamentário-financeira às ações "Modernização de Bibliotecas Públicas" e "Incentivo à Cultura". Concorreu também para o desempenho a dificuldade dos municípios do estado, em disponibilizar os espaços físicos para implantação de novas bibliotecas e ainda, pela dependência da entrega dos kits fornecidos pelo MINC, uma vez que a FCPTN apoia a implantação da ação através da concessão de mão-de-obra.

Implementação				Pessoa com			
Implementação				ressua cuiti			
da Biblioteca	0	0	0	Deficiência	2.000	0	0
Acessível				Atendida			

Análise: Executada pela Fundação Cultural Tancredo Neves, a ação objetiva promover o acesso das pessoas com deficiência à leitura e informação. Não houve execução da ação em 2013, sendo transferidos os recursos orçamentários programados à outras demandas prioritárias de governo. Tal quadro sugere a reavaliação quanto sua pertinência, tendo em vista que o público-alvo já está sendo atendido na ação "Implementação da Biblioteca Arthur Viana".

Implementação da Biblioteca Pública Arthur Vianna	101	73	72	Pessoa Atendida	100.000	132.354	132	

Análise: A ação executada pela Fundação Cultural Tancredo Neves, objetiva oportunizar espaços de estímulo à leitura e busca da informação. A execução possibilitou além da consulta bibliográfica e outros serviços ao público como: acervo digital de obras raras; cine Otaku Norte; Cinema Música e História no vestibular; e dinamização cultural no Nazaré em Todo Canto, com um público de 948 pessoas. Neste ano, a ação apresentou superação da meta física, embora com redução de recursos orçamentários.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unida de de Medida (D)		Executado (F)	% (G=F/E)	
Incentivo à Criação e Produção Literária	262	191	73	Publicação Editada	10	16	160	

Análise: Executada pela Fundação Cultural Tancredo Neves, a ação objetiva apoiar a difusão literária no Estado. A meta física foi alcançada. Dentre as atividades realizadas, destacam-se o lançamento de publicações culturais, e a realização de oficinas e workshops com escritores paraenses, por meio do Projeto "Circuito Literário" (Convênio FCTN/BASA), ocorridas nos municípios de Castanhal, Capanema, Bragança, Belém, Santarém e Óbidos. A ação foi viabilizada por recursos originários de transferências de convênios e recursos ordinários.

Modernização de Bibliotecas Públicas	87	65	74	Biblioteca Modernizada	20	18	90
--	----	----	----	---------------------------	----	----	----

Análise: Executada pela Fundação Cultural Tancredo Neves, a ação objetiva requalificar os serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas. Viabilizada por recursos do tesouro estadual e de convênios, destacam-se as ações do Programa Livro Aberto do MINC/Governo Federal. Foram implementadas bibliotecas com kit modernização, capacitação dos técnicos sobre organização de acervo e o uso do software Biblivre. Fruto de parceria com organizações governamentais, a Associação de Meio Ambiente de Educação e Cidadania (SOMEC) do município de Marapanim, realizou o atendimento de 108 crianças e adolescentes. Foram atendidos 24 municípios em nove regiões de integração (Araguaia, Carajás, Rio Capim, Metropolitana, Rio Caetés, Guamá, Tapajós, Baixo Amazonas e Xingu).

# PROGRAMA: REVITALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura

Órgão(s) Executor (es): SECULT, FCPTN, FCG, FCV, IAP, PARATUR

Objetivo: Aumentar a quantidade de patrimônio histórico restaurado no Estado do

Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 26 - Revitalização, preservação da memória e identidade cultural - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

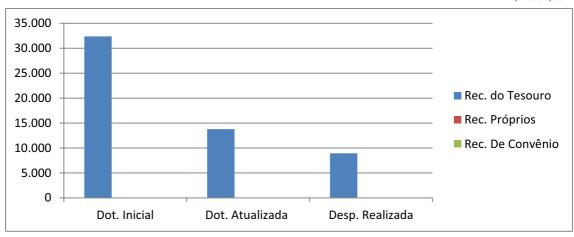
PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	% Execução *
33.392,56	32.392,56	13.812	8.944,4	65

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Os recursos programados no PPA compõem-se de Recursos Ordinários, Fundo Estadual de Promoção das Atividades Culturais, Operação de Crédito, Arrecadação pela Administração Indireta, Transferência de Convênios e Outros, totalizando R\$ 33.392 milhões, atualizados durante o exercício para R\$13,812 milhões, do quais foram realizados 65%.

Dentre os fatores que contribuíram para tal resultado, elencam-se os projetos para captação de recursos em fase de análise no Ministério da Cultura, a redução orçamentária para atender ao projeto estratégico "Parque Ambiental do Utinga" - Amazonário (1ª Fase) e o remanejamento de recursos para outras ações de governo, tendo em vista ajustes orçamentários. Do montante executado, 47% dos recursos originam-se de Recursos Ordinários, compondo a principal fonte de financiamento do Programa (Gráfico 29).

Gráfico 27 - Revitalização, preservação da memória e identidade cultural - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/	FÓRMULA DE CÁLCULO	ÓRGÃO RESPONSÁ- VEL PELA	INDICADOR DE	2012		2013	
FONTE	OALOGEO	APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento absoluto de recuperação/restauraç ão do patrimônio histórico, artístico e cultural (Obras, peças. Documentos e livros)	Número de nova recuperação/ restauração do patrimônio histórico, artístico e cultural (Obras, peças, documentos e livros) no período do PPA 2012- 2015		353	353	25.852	706	39.437
Incremento de alunos da rede pública atendidos com palestras de educação patrimonial	Variação percentual entre o nº de alunos da rede pública atendidos com palestras de educação patrimonial no ano em relação ao ano anterior.	SECULT	100	67		100	12,68
Número de patrimônio histórico, artístico e cultural (imóveis) recuperado/restaurado	Nº de recuperação/ restauração do patrimônio histórico, artístico e cultural (imóveis) no período do PPA 2012-2015.		0	1	1	3	0

No que se refere ao primeiro indicador, "Incremento absoluto de recuperação/restauração do patrimônio histórico, artístico e cultural", observa-se a inadequação entre o índice de referência programado e os resultados alcançados em 2012 e 2013. Esses resultados excepcionais em relação ao índice de referência devem-se à ampliação da capacidade técnica do Arquivo Público do Estado, Setor de Conservação e Restauro do Museu e do Espaço Casa das Onze Janelas, especialmente em trabalhos de recuperação de fotografias e documentos históricos, que alcança a média mensal de 1.715 documentos restaurados. Verifica-se, portanto, a necessidade de adequação do referido índice pela SECULT e Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves.

Quanto ao indicador voltado para educação patrimonial na rede pública, observou-se um resultado 87% abaixo do índice programado. Em 2012, não foi possível apurar o resultado do indicador, em decorrência da ausência de dados de alunos atendidos em 2011.

Com relação ao terceiro indicador, não houve a conclusão das obras de restauração de imóveis previstas em 2013, justificada pela não efetivação dos recursos orçamentários, além de dificuldades envolvendo processos licitatórios, sendo as obras reprogramadas para 2014.

# - Implementação do Programa

Vinculado ao objetivo estratégico de governo voltado à Promoção da Cidadania e Direitos Humanos, o Programa "Revitalização, Preservação da Memória e Identidade Cultural" objetiva aumentar a quantidade de patrimônio histórico restaurado no estado. Sua formulação expressa o reconhecimento da importância do patrimônio histórico à consolidação da identidade de um povo e de uma cidade, além de incrementar a economia local com a dinamização do turismo.

Constituído de nove ações e executado por seis órgãos (SECULT, FCPTN, FCG, FCV, PARATUR e IAP), cabendo à SECULT a responsabilidade pela coordenação, promoção, incentivo e difusão da política cultural do estado, bem como a gestão e manutenção de espaços culturais como teatros e o Sistema Integrado de Museus, o programa contempla três ações de Agenda Mínima de governo, quais sejam: "Implantação do Espaço Cultural Jardim das Palmas", "Implantação do Parque Ambiental do Utinga" e "Implantação do Parque da Soledade". Dentre essas ações, destaca-se a implantação do Projeto do Parque Ambiental que se trata de projeto

científico, com forte cunho cultural e ambiental. Integrado ao projeto de mobilidade urbana executado pelo Estado e Prefeitura, possibilitará também novo roteiro turístico à cidade de Belém.

Em 2013, a implementação das ações do Programa sofreu descontinuidade no seu desempenho físico, visto que não foram concretizadas as etapas previstas para a execução dos projetos "Implantação do Espaço Cultural Jardim das Palmas", "Implantação do Parque da Soledade" e "Ampliação da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves", geridas pela SECULT e FCTN, sendo suas metas e cronogramas reprogramados para 2014.

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico					
Ação	Dot. Atualizad a OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)			
Ampliação da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves	22.422	0	-	Espaço Ampliado	1	0	-			
Obra planejada com	Análise: Executada pela FCTN, a ação objetiva readequar as instalações físicas para a realização de eventos culturais. Obra planejada com recursos oriundos de convênios. Em 2013, não houve previsão de recursos ordinários para a realização total da obra. O Órgão executor aguarda aprovação do Projeto técnico encaminhado ao Ministério da Cultura.									
Aquisição de Acervo	214	15	7	Acervo Adquirido	4.008	5.494	137			
Análise: A ação foi o Integrado de Museus estado. Com recursos doações.	(SIM). Os	recursos forar	n originário	s das transferências	de Convênio e	recursos ord	linários do			
Implantação de Espaços Culturais	0	0	-	Espaço Cultural Implantado	1	0	-			
Análise: A ação foi executada pela SECULT com objetivo de atender atividades culturais a partir da implantação de espaços culturais. A ação não foi realizada em 2013. No processo de Revisão do PPA 2012-2015, as atividades migraram para a ação "Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural", formulada para viabilizar projetos voltados às restaurações e requalificações de prédios históricos.										
Implantação do Espaço Cultural Jardim das Palmas	0	0	-	Espaço Cultural Implantado	1	0	-			
Análise: Acão de Ac	enda Mínim	a de Governo	o. A ação	obietiva implantar	espaco cultural	no entorno d	o terminal			

Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo. A ação objetiva implantar espaço cultural no entorno do terminal hidroviário de Belém. Sua execução não foi viabilizada. Em 2013, foram realizados estudos preliminares ao projeto básico e ao projeto executivo complementar. A execução está prevista para o período 2014-2015.

		Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizad a OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E		% (G=F/E)		
Implantação do Parque Ambiental do Utinga	10.631	8.240	78	Parque Ambiental Implantado	1	0	-		
Análise: Ação de Agenda Mínima de Governo. Executada pela SECULT tem como objetivo preservar a área no entorno do manancial do Utinga em Belém. Com aplicação de recursos provenientes de operação de crédito internas e recursos Ordinários, o desempenho orçamentário correspondeu à 14ª medição do projeto. Em 2013, foram efetivados estudos técnicos e projetos executivos complementares. Em fase de licenciamento ambiental pela Secretaria de Meio Ambiente-SEMA, sua execução está prevista para o período 2014-2015.									
Implantação do Parque da Soledade	30	30	100	Espaço Requalificado	1	0	-		

Análise: Ação de Agenda Mínima. Sob a responsabilidade da SECULT, objetiva a requalificação do Cemitério da Soledade, espaço histórico localizado em Belém. Os recursos programados inicialmente no OGE, vinculados ao tesouro estadual, sofreram significativa redução orçamentária. Em 2013, foram viabilizados os projetos básicos e adequações técnicas ao processo licitatório, além de articulações com a Prefeitura de Belém para efetivação de Convênio de cooperação técnica e financeira, com início em 2014.

Implementação de Ações de Pesquisa Cultural	474	468	99	Pesquisa Realizada	42	583	1.388
---	-----	-----	----	-----------------------	----	-----	-------

Análise: Com o objetivo de identificar o patrimônio cultural do estado, ação desenvolvida pela SECULT, IAP, obteve execução física acima do planejado. Esse resultado corresponde à ampliação do produto referente ao cadastro de artista inserido no Mapeamento das Artes do Pará. O recurso alocado foi proveniente de transferências de convênios e recursos ordinários. Após processo de Revisão do PPA 2012-2015, esta ação sofreu readequação nos atributos denominação, e escopo.

Reabilitação do							
Patrimônio							
Histórico, Artístico,				Patrimônio			
Documental e	2.440	192	8	Cultural	40.010	2.976	7
Bibliográfico de				Reabilitado			
Interesse à							
Preservação							

Análise: Ação executada pela SECULT e FCTN tem como objetivo promover a preservação da identidade cultural. Apresentou baixa execução fisico-financeira originada por reduções orçamentárias. O recurso alocado foi proveniente de transferência de Convênios, Recursos Ordinários, arrecadação da administração indireta e do Fundo Estadual de Promoção de Atividades Culturais. A aplicação dos recursos foi destinada à restauração de documentos, peças artísticas e revitalização de fachadas de prédios históricos.

Recuperação de Espaços Culturais Degradados	0	0	-	Espaço Cultural Recuperado	2	0	-	
---	---	---	---	-------------------------------	---	---	---	--

Análise: Ação executada pela SECULT, não apresentou execução orçamentária e financeira. Resultante do processo de Revisão do PPA, em 2013, esta ação será desenvolvida na ação "Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural", o que permitirá sua melhor adequação ao escopo do Programa voltado à revitalização, preservação e identidade cultural no estado.

# PROGRAMA: UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ

Órgão Responsável: Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Órgão(s) Executor (es): FCG e UEPA

Objetivo: Ampliar o acesso à formação superior com qualidade

Público Alvo: População com ensino médio concluído

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 27 Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará - Recurso Financeiro, 2013

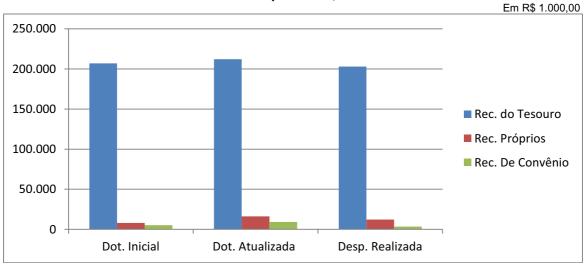
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
219.919,73	220.420	237.428,07	218.747,89	92

Fonte: GP-Pará/SIAFEM

Foram programados no PPA, Recursos Ordinários, Educação – Recursos Ordinários, Recursos provenientes de transferências e convênios, recursos próprios e Serviços Produzidos ao SUS, que totalizaram R\$ 219,91 milhões. Essa dotação orçamentária foi suplementada para R\$ 237,42 milhões, sendo executados 92% do total, dos quais 91,62% foram provenientes de Recursos Ordinários da Educação, constituindo-se na principal fonte de financiamento do Programa. (Gráfico 30).

Gráfico 28 Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

### Análise dos Resultados do Programa

#### - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA  DE CÁLCULO  ORGÃO RESPONSÁVE L PELA		Indicador de Referência	2012		2013	
	07.20020	APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de vagas ofertadas	Relação percentual entre o nº de vagas ofertadas no ano em relação ao ano anterior.		11,8	12	12,85	12	13,9
Percentual de docentes mestres e doutores na UEPA	Relação percentual entre o nº de docentes mestres e doutores em relação ao total de docentes.	UEPA	75	75	76,21	78	75,73
Taxa de evasão	Relação percentual entre o nº de alunos evadidos e o total de alunos.		5	4	4,64	4	1,95

Os indicadores definidos para aferição dos resultados vinculam-se à ampliação de vagas, formação do quadro docente e taxa de evasão. O indicador "Incremento de vagas ofertadas" reflete uma evolução do índice projetado, decorrente de vagas ofertadas em 23 cursos da UEPA em todos os campi, com oferta de 30 vagas, sendo 20 destinadas ao curso de medicina em Marabá, meta de Agenda Mínima.

Quanto à formação de docentes houve desempenho próximo ao planejado, resultando na ampliação de profissionais pós-graduados (especialistas, mestres e doutores), condição significativa ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Dentre os resultados alcançados pelo Programa, destaca-se a "Taxa de evasão", que registrou decréscimo de 51% em relação ao esperado para o exercício e, quando comparado ao resultado de 2012, o decréscimo é de 58%, o que implicará diretamente na taxa de conclusão média nos cursos de graduação.

Para efeito de mensurar a integração da UEPA ao processo de desenvolvimento econômico do estado, convém em futuro próximo, aferir o grau de inserção desses profissionais no mercado de trabalho local e regional.

# - Implementação do Programa

O Programa "Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado" objetiva ampliar a oferta de formação universitária de qualidade em instituições públicas nas diversas regiões de integração do estado. Integrada à diretriz estratégica de governo que visa agregar valor à produção por meio do conhecimento, contribui à formação de recursos humanos qualificados para atuação no processo de desenvolvimento econômico do estado.

Executado pela UEPA, o Programa está estruturado em 19 ações, cabendo à Fundação Carlos Gomes (FCG) o ensino superior musical. Em 2013, a maioria do conjunto das ações apresentou desempenho fisico-financeiro coerente com o programado.

No entanto, mediante os índices de execução em 2013, as estratégias de execução deverão ser reprogramadas nas ações: "Apoio à Formação Docente" "Implementação de Ações de Inovação e Transferência de Ciência e Tecnologia na UEPA" e ainda, na Ação "Implementação de Ações de Assistência Estudantil" que apresentaram descompasso entre a execução física-financeira.

#### Principais Realizações:

- ✓ Conclusão de duas turmas de Medicina no campus de Santarém, sendo os primeiros 32 médicos formados no interior do Estado do Pará;
- √ 42 profissionais Licenciados e Bacharéis em Letras, com habilitação em língua Brasileira de Sinais (Libras em parceria da UEPA e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- ✓ Oferta de vagas para Licenciatura Intelectual Indígena para a primeira graduação na área, em São Miguel do Guamá, para a etnia Tembé (34 alunos matriculados), e em Marabá, para as etnias Gavião e Suruí-Aikewara (47 alunos matriculados);
- ✓ Estágio Rural na Saúde: 31 municípios conveniados;
- ✓ Qualificação de 38 docentes em mestrado e doutorado; e 386 servidores técnicos administrativos em cursos de curta duração;
- ✓ Implementação de 131 projetos de extensão;
- ✓ Publicação de seis obras científicas.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	F	inanceiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Ampliação de Campi Universitários	3.303	2.670	81	Unidade Ampliada/Un	3	5	167	

Análise: Ação executada pela UEPA. A ação é dotada de recursos ordinários e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Em 2013, os resultados alcançados referem-se à reforma e construção do Campus de Igarapé Açu, reforma em Barcarena, - bloco de salas de aula e Biblioteca, e Unidade ampliada no Campus XVII de Vigia. Em Belém, foi viabilizada no Campus I, a conclusão de salas de aulas e da pós-graduação, construção de espaços físicos no Centro de Ciências Sociais e Educação; no Campus II - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, construção de anexos e adequações de espaço - a Unidade Dermatológica – CCBS e conclusão da obra Unidade do Marco, 1ª etapa ambulatorial clínica básica e especializada A26.

Apoio à				Professor			
Formação	1.659	1.197	72	Beneficiado/Un	200	42	21
Docente				Deficilciado/Off			

Análise: Executada pela UEPA, a atividade busca viabilizar a qualificação dos professores da UEPA, para a atuação na docência do ensino superior. A ação dispõe de recursos provenientes de transferência e contrapartida de convênios e recursos ordinários. O desempenho físico apresentou-se abaixo do programado. Dentre os resultados alcançados, no que se refere aos docentes liberados para cursar pós-graduação stricto-sensu, 04 (quatro) são de mestrado na UEPA, 04 (quatro) em turmas de mestrado interinstitucional e 34 (trinta e quatro) vinculados ao doutorado interinstitucional.

Implantação do							
Curso de Medicina em	1.689	685	41	Curso Implantado/Un	1	1	100
Marabá							

Análise: Ação de Agenda Mínima, com meta atingida. Executada pela UEPA, a ação visa interiorizar a oferta do curso de graduação no estado. A execução dos recursos destinada às obras para inicio da construção do Bloco da saúde e readequação dos espaços para instalação do curso de medicina no Campus VIII foi viabilizada por meio de destaque à SEOP, com obras de adequação dos espaços, cuja conclusão está prevista para 2014. Para o pleno funcionamento do curso se faz necessário a conclusão da obra prevista para junho de 2014 e a aquisição dos equipamentos de laboratórios e mobiliário.

Implementação							
das Ações de				Unidade			
Desenvolvimento	57.554	56.325	98	Atendida/Un	14	14	100
Organizacional do				Alendida/Un			
Ensino Superior							

Análise: Ação executada pela UEPA busca viabilizar ações desenvolvidas pelas unidades de assessoramento e gestão superior da UEPA. Suas fontes de recursos foram: recursos ordinários, recursos provenientes de transferência de convênios e outros e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Quanto à execução fisico-financeiro apresentou desempenho adequado, expressando sua relevância aos objetivos do Programa.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação das Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	3.029	1.000	33	Pessoa Atendida/Un	3.830	56.668	1.480

Análise: Ação executada pela UEPA que visa proporcionar o fortalecimento e a continuidade da atuação acadêmica institucional. Executada com recursos provenientes de transferência de convênios, recursos ordinários e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Com meta inicial prevista para Belém, teve seu atendimento ampliado para outros municípios: Altamira, Barcarena, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Igarapé Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia.

Implementação das Ações de Ensino-Serviço em Saúde	5.718	4.486	78	Procedimento de Saúde Realizado/Un	392.000	493.664	126
---	-------	-------	----	--	---------	---------	-----

Análise: Ação executada pela UEPA, que oportuniza a prática na área da saúde dando continuidade às atividades de ensino-serviço. A ação é dotada de recursos do SUS/serviços produzidos. Apresentou um comportamento fisico-financeiro adequado, com destaque para a ampliação da meta física, originada pela grande demanda por serviços de saúde pela população. Previsto para o Município de Belém foi possível estender para Bannach. É uma ação que obteve resultados relevantes para o fortalecimento da UEPA na região, bem como aos objetivos do Programa.

Implementação das Ações dos Centros	109.184	106.725	98	Aluno Atendido/Un	5.707	5.820	102
Universitários							

Análise: Ação executada pela UEPA visa fortalecer as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas nos Centros da Universidade. Suas fontes de recursos são compostas por recursos ordinários, recursos provenientes convênios e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Registrou comportamento equilibrado entre as metas físicas e orçamentárias, possibilitando o atendimento de todos os alunos previstos. O resultado alcançado é de grande relevância ao escopo do Programa.

Implementação							
de Ações de							
Acesso aos	15.376	10.078	66	Vaga Ofertada/Un	3.584	3.026	84
Cursos de							
Graduação							

Análise: Ação executada pela UEPA que oportuniza a oferta de vagas aos cursos de graduação por meio do processo seletivo e convênios. As fontes de recursos foram asseguradas pelo tesouro estadual, transferência de convênios e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. A UEPA ofertou vagas por meio das modalidades de acesso PRISE e PROSEL, sendo 1.400 para Belém e 1.626 para os cursos dos 15 campi da Interiorização para Belém. Foi prevista oferta de vagas apenas em Belém, no entanto, outros municípios foram atendidos: Altamira, Barcarena, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Igarapé-Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação de Ações de Assistência Estudantil	2.213	2.186	99	Aluno Beneficiado/Un	752	417	55

Análise: Ação executada pela UEPA que busca conceder auxílio financeiro aos discentes para formação acadêmica. A Ação foi viabilizada por recursos ordinários. A execução financeira ocorreu conforme o esperado, entretanto, não alcançou a meta física planejada. Dentre as ações realizadas, destaca-se concessão de bolsas de iniciação científica (UEPA/ CNPQ/FAPESPA) em Belém e nos municípios: Paragominas, Conceição do Araguaia, Marabá, Altamira, Igarapé-Açu, São Miguel do Guamá, Santarém, Tucuruí, Moju, Redenção, Barcarena, Vigia, Cametá, Salvaterra e Castanhal.

Implementação de Ações de Inovação e Transferência de Ciência e Tecnologia na UEPA	29	0,39	1	Iniciativa Apoiada/Un	2	-	0
--	----	------	---	--------------------------	---	---	---

Análise: A ação é executada pela UEPA e busca fomentar iniciativas de inovação, desenvolvimento e transferência de ciência e tecnologia. A ação é dotada apenas de recursos ordinários. Os objetivos não foram concretizados em decorrência da tramitação dos processos de registro de patentes, sob análise na instituição. A aplicação dos gastos ocorreu com equipamentos e material permanente às Unidades da UEPA.

Implementação							
de Cursos de	991	510	51	Aluno Atendido/Un	600	1.209	202
Pós-Graduação							

Análise: Ação executada pela UEPA, busca ofertar cursos de pós-graduação stricto e lato sensu, em consonância com as linhas de pesquisas institucionais. As fontes de recursos foram asseguradas por recursos ordinários, recursos provenientes de transferência de convênios e outros e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Os cursos de especialização envolveram 661 alunos e em cursos próprios de mestrado 281 alunos, ofertados nos Centros da UEPA em Belém, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém. Dentre os pós graduandos lato-sensu (especialização), 159 são discentes matriculados em especializações de Residência Médica Multiprofissional na área da Saúde. A ação superou o dobro da execução física planejada para o exercício.

Implementação do Centro de Ciências Planetário do	1.396	1.155	83	Pessoa Atendida/Un	4.000	5.432	136
Planetário do							
Pará							

Análise: Ação executada pela UEPA que visa possibilitar o acesso ao conhecimento das ciências naturais, ciências exatas e ciências da terra.. A ação é dotada por recursos ordinários e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. As metas físicas foram alcançadas com índice superior ao programado, o que denota a relevância do Espaço para a pesquisa e ensino a professores, alunos e à população em geral.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação do Ensino Superior Musical	299	290	97	Aluno Atendido/Un	78	80	103

Análise: Ação executada pela FCG busca ofertar curso de música de graduação superior. Com a utilização de recursos ordinários, a ação registrou desempenho fisico-financeiro adequado, em consonância às metas previstas. Em parceria com a UEPA atendeu alunos exclusivamente em Belém, que dentre as atividades além do ensino e extensão, foram realizados recitais e Encontro de Cordas e Violões.

Incentivo à							
Criação e	16	4	25	Publicação	10	7	70
Produção	16	4	25	Editada/Un	10	/	70
Científica							

Análise: Ação executada pela UEPA, objetiva fomentar a criação e produção científica no Estado do Pará. Sua execução foi assegurada por meio de recursos ordinários, registrando um desempenho financeiro abaixo da sua programação, embora a execução física registre meta alcançada próxima ao programado, possibilitando aumentar o acervo de trabalhos científicos e a ampliação da disseminação dos trabalhos efetivados na Universidade.

Incentivo a							
Projetos de				Drointo			
Ensino,	998	214	21	Projeto	100	197	197
Pesquisa e				Implementado/Um			
Extensão							

Análise: Esta ação é executada pela UEPA por meio de recursos ordinários, e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes e discentes da Universidade. Com execução financeira abaixo do previsto na dotação atualizada, apresentou superação de meta física. Resultado que se refere à política de captação de recursos vinculados à execução de projetos de extensão, a exemplo do Programa Federal de Extensão Universitária- PROEXT/MEC. Desta forma, em 2013, foram 131 projetos de extensão em execução.

Interiorização							
do Ensino	24.903	24.368	98	Aluno Atendido/Un	6.157	6.543	106
Superior							

Análise: Ação executada pela UEPA, que objetiva ofertar o ensino superior com qualidade aos municípios paraenses. É uma ação estruturante ao Programa, apresentou equilíbrio de execução entre as metas físicas e execução financeira. Os alunos matriculados nos municípios nos cursos de Graduação da UEPA somam 9.753, sendo 6.075 nos 15 campi da interiorização e 3.678 nos Programas PARFOR (2.626), UAB (713) e PTP (339). A espacialização da ação contempla 33 municípios onde a UEPA está presente, 15 com campus instalados e 18 com Programas Especiais EAD (Ensino a Distância).

Reforma de Unidades Acadêmicas e Unidades	9.071	6.854	76	Unidade Reformada/Un	3	4	133
Administrativas				1			

Análise: Ação executada pela UEPA que tem como objetivo proporcionar infraestrutura adequada para o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas. A Ação é dotada de recursos ordinários, próprios diretamente arrecadados pela administração indireta e operações de crédito interna. Dentre as unidades reformadas, destaca-se em Belém no CAMPUS II, a biblioteca, laboratório de linguagem, bloco de Laboratório de Análise Clínica, no bloco C do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Nas Unidades do interior foram viabilizadas reformas e adaptações em Moju, Paragominas e, Barcarena.

# PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA EDUCAÇÃO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)

Órgão(s) Executor (es): SEDUC e UEPA.

**Objetivo**: Implementar Políticas de Valorização do Servidor da Educação

Público Alvo: Servidor da Educação

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 28 Valorização do Servidor da Educação - Recurso Financeiro, 2013

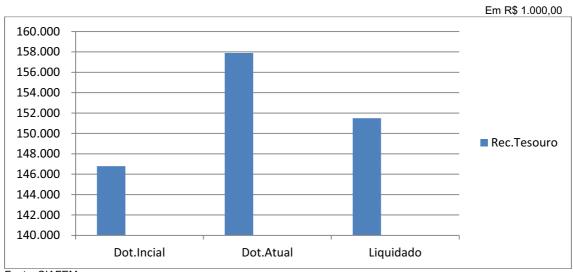
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
146.795,68	146.796	157.964,57	151.500	96

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Foram programados no PPA, recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), transferências, convênio e outros, que totalizaram R\$ 146,796 milhões. Essa dotação inicial foi suplementada ao longo do exercício para R\$ 157,897 milhões, sendo executados 96% do total. A principal fonte de financiamento do Programa consiste de Educação - Recursos Ordinários, responsável pela cobertura de 98% dos recursos executados (Gráfico 31).

Gráfico 29 Valorização do Servidor da Educação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

### Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁ- VEL PELA APURAÇÃO	SPONSÁ- EL PELA URAÇÃO		2012		013
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Número de horas de treinamento por servidor	Somatório do total de horas de treinamentos dos servidores da SEDUC dividido pelo total de servidores treinados.	CEDITO	ND	20	20	20	20
Percentual de satisfação dos servidores com o programa	Relação percentual entre o nº de servidores da educação satisfeitos em relação ao total de servidores da educação.	SEDUC	ND	25		40	

O indicador "Número de horas de treinamento por servidor" apresentou o resultado esperado para o exercício, que se mantém o mesmo de 2012, enquanto o indicador "Percentual de satisfação dos servidores com o Programa" não pode ser mensurado em função da SEDUC não ter definido uma metodologia apropriada para sua aferição. Recomenda-se a revisão ou adequação dos atuais indicadores, visto que os mesmos refletem parcialmente os objetivos do Programa.

# - Implementação do Programa

O programa incide diretamente na melhoria da qualidade da educação, visto que a ampliação da capacidade institucional está fortemente relacionada à valorização dos profissionais da educação. Estruturado em oito ações voltadas à formação continuada, auxilio e assistência a profissionais da educação, o Programa alcançou os 144 municípios do estado.

Coordenado pela SEDUC, o "Valorização do Servidor Público" desenvolveu parcerias para o aprimoramento profissional dos servidores da educação por meio das ações "Desenvolvimento de Competências Profissionais" e "Formação Inicial e Continuada de Servidores da Educação". Em 2013, contemplou um universo de 2.403 servidores em cursos de capacitação, beneficiando alunos de toda a rede estadual. Foram inseridos em programas de pós-graduação com bolsa de Mestrado e Doutorado, 210 servidores e 407 licenças para aprimoramento, sendo 224 para mestrado.

Destaca-se o Credlivro, uma política de estado de incentivo à leitura, por meio da concessão de bônus para professores e técnicos pedagógicos da SEDUC para aquisição de livros durante a Feira Pan-Amazônica do Livro, que em 2013, contemplou 18.814 profissionais da Educação.

Na busca da valorização do servidor do ensino superior e do desenvolvimento de competências, foram capacitados cerca de 300 funcionários da UEPA e ofertados aos docentes, cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais (MINTER e DINTER), em parceria com outras universidades, estando em processo de formação quatro docentes em cursos de mestrado e 34 em doutoramento.

# Principais Realizações:

- ✓ Em 2013, o governo do estado promoveu a capacitação de 2.403 servidores distribuídos nos 144 municípios do Pará. Implementou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da Educação, que instituiu diversas vantagens e benefícios.
- ✓ Enguadramento de 23.094 servidores no PCCR;
- ✓ Gratificação aos professores do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME);
- ✓ Gratificação de Risco de Vida aos professores da SEDUC que atuam na Fundação de Atendimento Sócio Educativo do Pará (FASEPA) e no Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE);
- ✓ Gratificação de Magistério na Educação Especial, cujo percentual foi alterado para 50% sobre o vencimento base;
- ✓ Gratificação Progressiva concedida aos professores, atingindo 1.523 servidores;
- ✓ Gratificação de Titularidade a 2. 446 servidores, que atualmente está sendo paga para 12.800 servidores.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Fir	nanceiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Assistência Médica e Odontológica	1.368	1.216	89	Servidor Beneficiado	814	1.283	158	

Análise: Ação executada pela UEPA busca viabilizar assistência médica, odontológica e psicossocial aos servidores públicos estaduais. Para tanto, foram alocados recursos exclusivamente ordinários. A ação superou a meta física estimada e seu desempenho orçamentário foi satisfatório. A ação beneficiou servidores de vários municípios: Altamira, Barcarena, Belém, Cametá, Conceição do Araguaia, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia. Dos municípios programados, o único que não foi atendido foi Castanhal.

Auxílio Alimentação	126.640	126.572	100	Servidor Beneficiado	39.861	38.223	96
---------------------	---------	---------	-----	-------------------------	--------	--------	----

Análise: A ação é executada pela SEDUC e UEPA. A ação é dotada apenas por recursos ordinários e executada em todas as regiões de integração. Ação executada de forma adequada com equilíbrio entre as metas físicas e orçamentárias. Os resultados impactaram nos resultados previstos para o desenvolvimento de políticas de valorização do servidor da educação no estado.

Auxílio Transporte 15.295	15.277	100	Servidor Beneficiado	18.712	16.666	99
---------------------------	--------	-----	-------------------------	--------	--------	----

Análise: A ação é executada pela SEDUC e UEPA. A ação foi composta por recursos ordinários. Ação executada de forma adequada com equilíbrio entre as metas físicas e orçamentárias. Os resultados garantem a efetivação de direitos do servidor, bem como contribui em conjunto com outras ações, à valorização do servidor, conforme prevê o escopo do Programa.

Desenvolvimento de Competências	336	225	66	Servidor Capacitado	354	1.408	398	_
Profissionais				Capacitado				

Análise: Ação de Agenda Mínima, com meta atingida. Executa pela UEPA e SEDUC, a ação busca desenvolver habilidades e competências dos servidores, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública. Por meio de recursos ordinários, a execução física foi superada, entretanto, com desempenho financeiro abaixo da planejado. As ações desenvolvidas atendem com coerência o produto e objetivo do Programa focando prioritariamente em bolsas de pósgraduação inclusive em mestrado e doutorado. A ação, programada para capacitar servidores de Belém, atendeu os servidores dos municípios: Abaetetuba, Altamira, Barcarena, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Irituia, Itaituba, Marabá, Monte Alegre, Paragominas, Salvaterra, São Domingos do Araguaia, São Miguel do Guamá e Tomé Acu.

Formação Inicial e							
Continuada de				Servidor			
Servidores da	10.634	4.585	43	Qualificado	2.919	2.403	82
Educação	10.034	4.505	45	Qualificado	2.919	2.403	02

Analise: Ação executada pela SEDUC. A ação qualifica servidores da educação da rede pública estadual. Suas fontes de recursos são: recursos de contrapartida de convênios, recursos ordinários, fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) e recursos provenientes de transferência de convênios e outros. Sua execução financeira encontra-se abaixo do programado, em descompasso com o resultado obtido referente à meta física. As informações qualitativas estão consistentes e condizentes com o produto e objetivo da ação, priorizando capacitações, oficinas e assessoramentos pedagógicos e formação de magistério indígena, qualificando servidores de vários municípios.

	Fin	anceiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executad o (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implantação do							
Sistema de							
Premiação e							
Incentivo a				Bolsista			
Meritocracia entre	-	-	-	Atendido	55	-	-
Professores e				Aterialao			
Alunos da Rede							
Estadual de							
Educação							

Análise: Ação de agenda mínima, não iniciada. Ação sob responsabilidade da SEDUC busca valorizar o desempenho de professores e alunos. Os recursos disponibilizados foram oriundos de recursos ordinários. Esta ação encontra-se em fase de estudo para implementação do sistema de premiação e meritocracia para o ano de 2014. Durante a realização das oficinas de revisão do PPA, foi deliberado junto à SEPOF que, após a extinção do Programa Valorização do Servidor da educação, esta Ação passará a integrar o Programa Educação Pública de Qualidade.

Implementação de							
Ações de							
Valorização e							
Qualidade de Vida				Atendimento			
ao Servidor da	30	30	100	Realizado	15.562	11.386	73
Educação							

Análise: A ação é executada pela UEPA e SEDUC, busca proporcionar qualidade de vida no trabalho aos servidores da educação da rede pública estadual. Os atendimentos realizados por esta ação estão centralizados em Belém e corresponde a atendimentos médicos, de enfermagem, serviço social, psicologia, fonoaudiologia, ginástica labora, entre outros. Sua fonte de recursos advém de recursos ordinários e apresentou boa execução fisico-financeira.

Potencialização do				Docente			
Credlivro	3.595	3.595	100	Atendido	22.596	18.814	83

Analise: Ação executada pela SEDUC tem por objetivo fomentar a aquisição de livros destinados à área da docência da rede pública estadual. A ação possui uma boa execução fisico-financeira. Sua execução ocorreu no momento da realização da Feira Pan-Amazônica do Livro (maio em Belém), no Salão do Livro da Região do Capim, que teve como sede o município de Paragominas, porém atendeu também os outros municípios de integração da Região (no mês de outubro), e no Salão do Livro da Região do Baixo Amazonas, no município de Santarém, como sede e abrangência dos outros municípios do Baixo Amazonas (no mês de novembro). As informações qualitativas do sistema encontram-se atualizadas e condizentes com o objetivo e produto da ação. A ação utilizou recursos ordinários como fonte de recursos.

# PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tradicionalmente, a Proteção Social engloba vários aspectos da política social. Embora haja no Brasil uma estrutura formal de Proteção Social, preconizada no texto constitucional como Seguridade Social, sabe-se que, em todo o país, o seu alcance ainda é muito restrito e insuficiente. O grande desafio continua sendo, portanto, o de garantir um conjunto de oportunidades indistintamente para todos os cidadãos brasileiros, o que sinaliza o quanto ainda se tem de avançar em direção à conquista de garantir igualdade de condições para que cada cidadão possa conduzir e realizar sua vida de forma mais autônoma e mais digna.

A política de proteção social implementada pelo governo do estado busca constantemente a redução da vulnerabilidade e risco social, por meio de programas de saúde, assistência, emprego e renda, ampliando o acesso aos direitos de cidadania.

Nesse sentido, em 2013, as ações do governo do estado correspondentes a essa Área foram estruturadas em 16 programas com abrangência territorial em todos os 144 municípios do estado, assim especificados: sete vinculados às ações de serviços e investimentos públicos na área da saúde; três na área da assistência social; três na área de direitos humanos1; e três na área do trabalho emprego e renda. Cabe ressaltar que cinco desses programas são considerados como estratégicos desta gestão de governo.

Enquadram-se nessa perspectiva os Programas de "Atenção Primária de Saúde", "Média e Alta Complexidade", "Proteção Social no SUAS", "Segurança Alimentar e Nutricional" e "Pacto pelos Direitos Humanos", por impactarem fortemente na diretriz de governo de "Promover a inclusão social", especificamente no alcance dos objetivos estratégicos: i) "Garantir a qualidade do atendimento da atenção básica, média e alta complexidade"; ii) "Incentivar o ingresso e a recolocação no mercado de trabalho"; e iii) "Promover a cidadania e direitos humanos".

A execução orçamentária desses programas dispôs, em 2013, de dotação atualizada da ordem de R\$ 1,4 bilhão, valor superior a 32% à dotação inicial. Essa alteração ocorreu, sobretudo, em decorrência dos ajustes que se fizeram necessários no curso da execução orçamentária e financeira dos programas das áreas da saúde e da assistência social, em particular.

Na área da saúde, referidos ajustes ocorreram com o objetivo estratégico de assegurar o atendimento de média e alta complexidade e de fortalecer e valorizar

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Por questões metodológicas, os programas de direitos humanos serão avaliados em conjunto com os programas de segurança e defesa social.

as ações da atenção básica nos municípios, assim como de garantir a incorporação de novas tecnologias de gestão, visando à eficácia e efetividade das diretrizes e ações institucionais de forma estratégica e participativa.

Nessa área, destaca-se no período de 2011-2013 a ampliação de 447 leitos à população do estado. Para 2014, com a requalificação e construção de 22 hospitais, em diversos municípios paraenses, pretende-se ampliar mais 1.108 leitos, totalizando, no período de 2011-2014, 1.555 novos leitos. Entretanto, faz-se necessário ainda investir na qualidade dos serviços e promover a implantação de uma rede mais resolutiva e regionalizada que garanta a ampliação do acesso aos serviços de saúde.

Na área da assistência social, os ajustes tiveram o propósito de consolidar o Programa de "Segurança Alimentar e Nutricional" e de efetivar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o estado, visando fortalecer a gestão municipal de assistência social e promovera garantia de direito às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

De modo geral, apesar da conjuntura fiscal adversa, em 2013 o balanço de cumprimento das metas da área de proteção e desenvolvimento social do executivo estadual foi muito positivo. A execução da quase totalidade da dotação atualizada (cerca de 90%) revela índice considerado relevante no contexto da gestão do orçamento público. Merece destaque a execução orçamentária dos Programas de "Atenção Primária de Saúde" e de "Média e Alta Complexidade na Saúde", com índices de execução de 89% e 74%, respectivamente; e "Cuidar para Viver", "Doar é Vida" e "Hemovida" com índices correspondentes de81%, 86% e 80%.

Poucos programas não puderam ser executados na forma ou na velocidade desejada, caso dos programas relacionados à área de "Trabalho e Renda", cujas estimativas iniciais de receita foram efetuadas com base em expectativas que, de certo modo, mostraram-se frustradas em relação à efetivação de programas federais no Pará, tais como o de "Emprego e Renda" operacionalizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Situação similar ocorreu com o Programa "Bolsa Trabalho", cuja execução não se deu na forma inicialmente prevista, tendo em vista a necessidade de ajustes na estrutura programática, operacional e financeira desse programa. Vale registrar, entre as razões desses ajustes, a necessidade de realinhamento desse programa às ações do Programa Federal "Projovem Trabalhador", sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O "Projovem Trabalhador" tem os mesmos objetivos e público-alvo do "Bolsa Trabalho", o que reforcou o Governo do Estado, em 2011, a firmar termo de

adesão ao programa com o Governo Federal. Com isso, por meio de parcerias técnica e financeira, firmadas entre o MTE e a Secretaria de Estado de Trabalho Emprego e Renda (SETER), o governo do estado imobilizou, a título de contrapartida, recursos do tesouro estadual da ordem de R\$ 1 milhão para a execução desse programa no Estado, até 2013. Vale também ressaltar que, além do governo do estado, os governos municipais e Consórcios Públicos de municípios também passaram a executar esse programa no estado, através de parcerias estabelecidas diretamente com o MTE, conforme dispõe a Portaria nº 1.657, de 12 de agosto de 2011, do MTE.

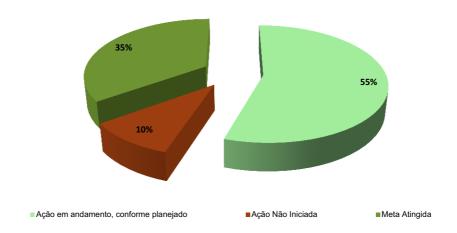
Por fim, cabe ressaltar que as alterações orçamentárias realizadas no exercício de 2013 ocorreram com o compromisso de garantir a alocação e aplicação de recursos públicos com maior eficiência, qualidade e efetividade para o cidadão paraense, o que, na Área de Proteção e Desenvolvimento Social, pode ser aferido a partir dos seguintes resultados alcançados:

- ✓ Conclusão da Unidade Materno Infantil Dr. Almir Gabriel, que passou a integrar o complexo hospitalar da centenária Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA);
- ✓ Conclusão da nova ala de oncologia do Hospital Ophir Loyola (HOL), com revitalização e adequação dos espaços de forma diferenciada, inclusive com melhoria nas condições de acessibilidade, possibilitando significativa redução do tempo médio de espera para internação;
- ✓ Continuidade das obras do Hospital Oncológico Infantil, em Belém, unidade do Hospital Ophir Loyola, que oferecerá 138 leitos de pediatria e hematologia, além de estrutura para transplante;
- ✓ Expansão das ações e serviços dos hospitais Regional do Baixo Amazonas, localizado em Santarém, e Regional de Marabá;
- ✓ Implementação da Rede de Urgência e Emergência, destacando-se o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (SAMU), habilitado em 47 municípios;
- Expansão e qualificação das ações do Programa "Atenção Primária de Saúde", organizado sob a Estratégia Saúde da Família e que tem por fundamento o trabalho em equipes multiprofissionais, conforme diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica de Saúde;
- ✓ Implantação de 161 pontos de Telessaúde em todo o território paraense, relacionados às ações de fortalecimento do Programa "Saúde da Família";
- ✓ Atendimento itinerante básico de saúde às comunidades de difícil acesso e/ou em situação de risco, com a realização de 215.684 procedimentos, beneficiando

- milhares de pessoas, inclusive com procedimentos oftalmológicos de consultas, cirurgias e exames;
- ✓ Redução média, em relação a 2012, de 70% dos casos de malária e de 29% do número de casos de doença de Chagas ocorridos em todo o Pará, ressaltandose a queda de 68% das ocorrências de doença de Chagas nos Municípios de Belém e Abaetetuba;
- ✓ Qualificação social e profissional de trabalhadores nos diferentes seguimentos produtivos da indústria, comércio e serviços, incluindo o cadastramento de 113.915 trabalhadores nas ações de intermediação de mão de obra, dos quais 38% foram encaminhados ao mercado de trabalho. A intermediação de mão de obra é uma atividade executada pela Secretária de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) /Casa do Trabalhador e que integra o Sistema Mais Emprego do MTE.
- ✓ Qualificação social e profissional de 4.007 jovens, com idade de 18 a 29 anos, por meio do Programa "ProJovem Trabalhador", e de 1.460, por meio da ação "PRO PAZ Jovem Trabalhador", no sentido de proporcioná-los condições de saída da situação de vulnerabilidade social e, também, de contribuir para a inserção desses jovens no mercado de trabalho;
- ✓ Manutenção de oito abrigos, no âmbito da proteção social especial, e do serviço de acolhimento, na modalidade "abrigo institucional", sendo dois em Marabá e Santarém, destinados a mulheres em situação de risco, e seis em Belém: um para mulheres, dois para pessoa idosa, um para crianças de 0 a 6 anos, um para migrante em trânsito e um para crianças e adolescentes com comprometimento neurológico de ordem física e mental;
- ✓ Implementação do "Plano de Capacitação sobre Álcool e outras Drogas" com a qualificação de 530 profissionais da rede pública e privada que atuam de forma integrada no atendimento especializado de intervenção ao uso de drogas no Estado.

Na Área de Proteção e Desenvolvimento Social, o balanço de execução das ações que compõem os compromissos de Agenda Mínima de Governo - dez na área da saúde, sete na área de trabalho e assistência e três na área de direitos humanos –foi também bastante positivo em 2013, conforme resultados demonstrados a seguir.

Gráfico 30- Agenda Mínima na Área de Proteção e Desenvolvimento Social: Saúde, Trabalho e Assistência Social.



Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014.

Quadro 4- Agenda Mínima na Área de Proteção e Desenvolvimento Social: Saúde, Trabalho e Assistência Social.

#### **METAS ATINGIDAS**

- ✓ Implantação do Centro de Hemodiálise;
- ✓ Conclusão e equipamentos para o novo Hospital Santa Casa;
- ✓ Ampliação e novos equipamentos para o Hospital Ophir Loyola;
- ✓ Readequação da Estrutura do Hospital Ophir Loyola;
- ✓ Casa do Trabalhador;
- ✓ PROJOVEM Trabalhador;
- ✓ Reforma, novos equipamentos e adequação do Hospital Abelardo Santos.

#### AÇÕES EM ANDAMENTO, CONFORME PLANEJADO

- ✓ Reestruturação dos Abrigos Estaduais;
- ✓ Programa Estadual de Enfrentamento ao Uso de Drogas;
- ✓ Reestruturação e requalificação de 20 Hospitais Municipais;
- ✓ Construção de dois Hospitais regionais;
- ✓ Interiorização do Hemopa;
- ✓ Implantação do Centro Estadual de Referência de Pessoa Idosa;
- ✓ Conclusão e equipamento do Hospital Oncológico;
- ✓ Construção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA);
- ✓ Criação e Construção da Divisão de Entorpecentes;
- ✓ Programa de Qualificação Profissional;
- ✓ Construção de escolas indígenas e quilombolas.

# AÇÕES NÃO INICIADAS/OU NÃO EXECUTADAS NA FORMA PREVISTA

- ✓ Bolsa Trabalho;
- ✓ Implantação de três novos Centros para Dependentes Químicos.

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014.

### PROGRAMA: ARTESANATO PARAENSE

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETER)

Órgão(s) Executor (es): SETER

**Objetivo:** Dinamizar a cadeia produtiva do artesanato paraense.

Público Alvo: Trabalhadores do Setor Artesanal.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 29 Artesanato Paraense - Recurso Financeiro, 2013.

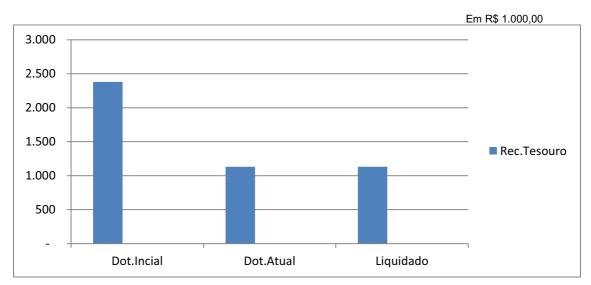
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
2.381	2.381	1.132	1.132	100

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento o Programa foi executado apenas com recursos ordinários do tesouro no valor R\$ 1,13 milhão, entretanto foram programados inicialmente R\$ 2,38 milhões. Observa-se a falta de captação de recursos externos, tais como: convênio, transferências que contribuiriam significativamente para a dinamização da cadeia produtiva do artesanato (Gráfico33).

Gráfico 31- Artesanato Paraense - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2012		2013	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de Artesãos Cadastrados no SICAB *	Variação percentual entre o nº de artesões cadastrados no Sistema de Cadastramento do Artesanato Brasileiro – SICAB no ano atual em relação ao ano anterior.	SETER -	ND	30	134,1	50	-72
Incremento do Volume de Vendas em eventos apoiados pelo Governo do Estado *	Variação percentual entre o volume de vendas em eventos (feiras regionais, nacionais e internacionais) apoiados pelo Estado no ano atual em relação ao ano anterior.	OLILIX	ND	10	100	10	-29

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Incremento de Artesãos Cadastrados no Sistema de Cadastramento do Artesanato Brasileiro (SICAB)" apresentou declínio de 72% no cadastro de artesãos, isto se deve ao alto volume de cadastramento em 2012 (1.097 artesãos) que foi resultado da implantação do sistema informatizado de cadastramento. Já em 2013, a região metropolitana estava concluída e assim, foi iniciado um plano de cobertura dos 130 municípios que ainda não haviam sido visitados para cadastramento, porém foram cobertos apenas 64 municípios, resultando num volume de 222 artesãos cadastrados.

O indicador "Incremento do Volume de Vendas" também apresentou declínio de 29% no volume de vendas em eventos (feiras regionais, nacionais e internacionais) apoiados pelo Estado. Foram comercializados 29.085 peças na II FESARTE PARÁ.

### - Implementação do Programa

O Programa "Artesanato Paraense", por meio da dinamização da sua cadeia produtiva, foi constituído para enfrentar o baixo aproveitamento do potencial

artesanal do Estado do Pará, cujo intento principal é atender ao cidadão paraense proporcionando-lhe qualidade de vida através de perspectivas de crescimento profissional, motivado pela existência de um Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), que contempla as necessidades do segmento no estado.

Quanto à espacialização do programa, percebe-se a necessidade de maior qualificação das organizações coletivas em diversos municípios do estado, por meio de ações interinstitucionais. Dessa forma, se potencializaria a diversificação, divulgação e comercialização da produção, bem como a valorização como cultura local e como segmento econômico.

Observa-se, também, que não houve registros de articulação com outros programas ou ações desenvolvidas pelo SEBRAE, PARATUR, Espaço São José Liberto e SEICOM, o que poderia potencializar a comercialização e a estruturação de uma política do artesanato mais articulada no estado.

Na revisão do PPA para o período de 2014-2015, o programa foi excluído e suas ações passarão a ser executadas pelo Programa "Geração de Trabalho, Emprego e Renda", tendo em vista a similaridade dos objetivos dos programas.

#### Principais Realizações:

- ✓ Realização da Feira em Homenagem ao Artesão Paraense, no Hangar, no período de 16 a 25 de março, que obteve volume de vendas de 16.200 peças;
- ✓ Realização da II Feira Paraense de Artesanato (FESART), no período de 03 a 11 de agosto, no Hangar, que proporcionou R\$ 550,97 mil em vendas direta nos estandes e compras dos empresários;
- ✓ Realização de Feiras POP UP;
- ✓ Incentivo à participação dos artesãos paraenses na Feira Internacional de Negócios com Artesanato, em Brasília; na Feira dos Estados, em Salvador; no 6º Salão do Artesanato de Brasília; e na Feira do Artesanato de Belo Horizonte/MG.

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Apoio à Produção e Comercialização do Artesanato Paraense	352	352	100 Artesão 5.682		1.271	22		
promoção de oficina	3, viabilizou a as de capacit rá executada	a participação ação e event pelo Prograr	o de artesã os setoriais na "Geraçã	impliar novos merca os em feiras em âm s. Com a Revisão do o de Trabalho, Emp	bito local, regional PPA para os exe	e nacional, a rcícios 2014	além da e	
Implantação do Centro de Referência do Setor Artesanal	_	Centro Implantado/Un		1	-	-		
Análise: Ação sob rode Referência do So inviabilizada por ind "Geração de Trabal "Artesanato Paraen	etor Artesana isponibilidad ho, Emprego	ıl, programad e orçamentár e Renda", te	o para Bele ia. A partir ndo em vis	ém, foi encaminhado de 2014, esta ação ta a similaridade en	à SEOP, porém será executada pe	sua execução elo Programa	o foi	
Implementação do Centro de Referência do Setor Artesanal	_	_	-	Trabalhador Atendido/Um	1.550	_	-	
Análise: Ação sob re ligada à Implantaçã						está diretam	iente	
Qualificação Social e Profissional do Trabalhador do Setor Artesanal	780	780	100	Trabalhador Qualificado/Un	1.500	1.400	93	

Análise: Ação executada pela SETER alcançou seu objetivo de qualificar o artesão paraense. Os cursos e oficinas realizados envolveram 1.400 trabalhadores de 25 municípios, possibilitando a qualificação profissional e a valorização do artesanato local. A partir de 2014, esta ação será executada pelo Programa "Geração de Trabalho, Emprego e Renda", tendo em vista a similaridade entre os objetivos deste com o Programa "Artesanato Paraense", excluído após Revisão do PPA em 2013.

# PROGRAMA: ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA)

Órgão(s) Executor (es): CRS, SESPA, SEOP e SUSIPE.

Objetivo: Fortalecer os municípios para o atendimento na rede de atenção primária.

Público Alvo: Usuários do SUS.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 30- Atenção Primária de Saúde – Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

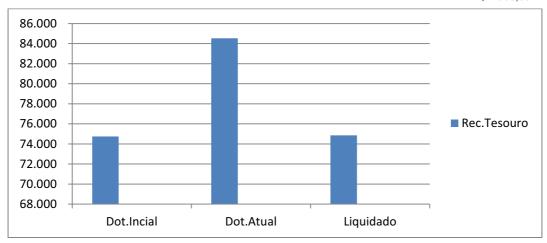
PPA 2013 (A)	PPA 2013 (A) Dot. Inicial OGE Dot. 2013 (B) C		Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)	
74.349	74.748	84.529	74.858	89	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos das fontes de convênios do SUS, do Fundo Estadual de Saúde – Fundo a Fundo, e de recursos ordinários do FES, todos integrantes do tesouro do estado que totalizam R\$ 74,35 milhões. Esse total foi ajustado ao longo do exercício para R\$ 84,52 milhões, dos quais foram executados 89%. A principal fonte de financiamento é a de recursos ordinários do FES, que corresponde a 98% da execução do programa (Gráfico 34).

Gráfico 32- Atenção Primária de Saúde – Recursos Financeiro por Fonte, 2013.

Em R\$ 1.000,00



Fonte: SIAFEM

Os recursos originários do Fundo Estadual de Saúde – Fundo a Fundo, foram programados, inicialmente, em R\$ 2,60 milhões, sendo suplementados para R\$ 3,28 milhões e executado R\$ 1,24 milhão, correspondendo a 38% do total disponível.

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO Referência  ORGÃO 2012 2012		2012		013	
		_		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Percentual de cobertura populacional estimada das Equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família *	Número de equipes de saúde bucal da estratégia saúde da família implantada x 3.450 pessoas / População no mesmo local e período x 100.		23	31	24,7	37	34,94
Percentual de mulheres na faixa etária de 25 a 29 anos que realizam exames citopatológicos do colo do útero *	Nº de exames citopatológicos do colo do útero, em mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos, em determinado local e ano/ População feminina, nesta faixa etária, em determinado local e ano.	SESPA	0,16	0,18 <sup>2</sup>	0,32	0,2	0,3
Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família	Uma Equipe de Estratégia Saúde da Família para em média 3.450 habitantes.		41,6	45	42,6	50	46,5
Taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade = óbitos de menores de 1 ano x 1000 Nascidos vivos.		18,06	16,64	17,17	15,98	17,9

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Percentual de Cobertura Populacional Estimada das Equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família", apesar de não ter alcançado o índice desejado para 2013 de 37%, obteve crescimento considerável quando comparado a 2011 (23,4%), uma vez que historicamente esse indicador esteve sempre em crescimento mínimo. O Programa Federal "Brasil Sorridente", implantado no ano de 2004, apresentou crescimento de 23% em sete anos (2004 a 2010), e em

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Os índices apresentados precisam ser retificados, uma vez que foram inseridos equivocadamente no PPA. Os índices corretos são 0,18% previsto para 2012; 0,32% realizado em 2012; e 0,20% previsto para 2013 (e não 18% previsto para 2012; 32% realizado em 2012; e 20% previsto para 2013).

três anos (2011 a 2013) obteve-se crescimento em torno de 11%, 50% superior ao crescimento da cobertura populacional no período de 2004 a 2010.

O indicador "Proporção da População Cadastrada pela Estratégia Saúde da Família" atingiu 46,5%, não alcançando a estimativa desejada de 50%. Entretanto, esse resultado ao ser comparado com o ano de 2012 demonstra que houve crescimento de 3,9% na população cadastrada. A SESPA está trabalhando para melhorar ainda mais a cobertura do Programa. Estima-se que esse crescimento e a qualidade do atendimento das equipes Estratégia Saúde da Família (ESF) serão evidenciados a partir de 2014 com a atuação dos médicos do Programa Federal "Mais Médicos" e com as obras do Programa Federal "Requalifica UBS".

O indicador "Taxa de Mortalidade Infantil" não alcançou o resultado esperado de 15,98%, porém ainda é deficiente a cobertura do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) no estado, que aponta para percentuais de subnotificação importantes. Ainda que não na proporção desejada, o comportamento do indicador de mortalidade infantil vem registrando tendência de queda.

O indicador "Percentual de mulheres na faixa etária de 25 a 29 anos que realizam exames citopatológicos do colo do útero", de 0,3%, superou a meta estabelecida para o período de 0,20%. Esse resultado é fruto de campanhas educativas exitosas.

## - Implementação do Programa

A atenção primária de saúde no Estado do Pará está organizada sob a Estratégia Saúde da Família (ESF), que tem por fundamento o trabalho em equipes multiprofissionais, conforme orienta as diretrizes da política nacional de atenção básica de saúde.

O programa dispõe de ações voltadas para viabilizar a integridade da atenção primária nos municípios; oportunizar o acesso e uso racional de medicamentos básicos; fortalecer a Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde; e, realizar atendimento itinerante básico de saúde às comunidades de difícil acesso e/ou em situação de risco iminente.

Por meio dos 13 Centros Regionais de Saúde, a SESPA promove o fortalecimento dos municípios para o atendimento na rede de atenção primária, e o Fundo Estadual de Saúde apoia financeiramente a prestação desses serviços, por meio de repasses fundo a fundo, contribuindo para a redução da precariedade na cobertura de serviços de atenção básica.

No Mapa Estratégico de Governo, o programa permanece impactando fortemente no objetivo de garantir a qualidade do atendimento da atenção básica, média e alta complexidade.

## Principais Realizações:

- ✓ Cobertura populacional de 82,12%, com a Estratégia Agente Comunitário de Saúde;
- √ 14.394 equipes implantadas e 18.938 credenciadas pelo Ministério da Saúde na Estratégia Agente Comunitário de Saúde;
- ✓ Cobertura de 42,6% da população paraense, com a Estratégia Saúde da Família;
- √ 983 equipes implantadas e 1.031 equipes credenciadas da ESF pelo Ministério da Saúde;
- ✓ Intermediação para contratualização pelos municípios de 793 equipes de Atenção Básica, 508 de Saúde Bucal, 39 de Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e 27 de Centro de Especialidades Odontológicas;
- ✓ Capacitação de 130 servidores das secretarias municipais de saúde para atuação na Atenção Básica às Populações Indígenas e Tradicionais;
- ✓ Realização de 24 pesquisas em assentamentos para diagnóstico das condições de vulnerabilidade das populações tradicionais;
- ✓ Realização de 202.858 procedimentos de saúde na Caravana Pró-Paz Presença Viva, dentre os quais 10.222 procedimentos de Catarata (Pterígio, Yag) e 2.604 procedimentos de Estrabismo, totalizando 40.388 pessoas atendidas na Caravana Oftalmológica, além de 14.957 receitas medicamentosas atendidas, 208.571 medicamentos dispensados, beneficiando 70.710 pessoas.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Apoio às Ações da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica	20.438	19.804	97	Município Atendido/Un	144	144	100	

Análise: A ação alcançou a meta física de apoiar os 144 municípios paraenses no acesso e uso racional dos medicamentos para atenção primária. Com recursos financeiros provenientes do tesouro estadual e do SUS/Fundo a Fundo, os municípios foram atendidos pela SESPA e, no caso das unidades prisionais e centrais de triagem, atendidos na sua totalidade pela SUSIPE. Destaca-se a dificuldade enfrentada por parte dos Centros Regionais de Saúde (5° CRS - S. M. do Guamá, 7° CRS - Região das Ilhas e 13° CRS - Cametá) quanto à disponibilidade de profissionais farmacêuticos habilitados, dificultando a execução da ação. A partir de 2014, as atividades desta ação serão executadas no âmbito do Programa "Assistência Farmacêutica", criado no momento da revisão do PPA em 2013, objetivando uma melhor execução e monitoramento dos resultados.

Análise: As atividades inerentes à ação referem-se à saúde do idoso e da mulher, saúde bucal, atenção psicossocial, dentre outros, e traduzem-se em diversos resultados, como campanhas, visitas técnicas, vistorias, e qualificação de agentes comunitários de saúde. Trata-se de ação de apoio à gestão municipal de saúde, viabilizada por meio da SESPA e dos 13 Centros Regionais de Saúde, que aplicaram na sua totalidade recursos provenientes do tesouro estadual para atendimento de 68% da meta prevista.

Implementação das Ações de Publicidade na Saúde	180	-	-	Publicação Divulgada/Un	6	-	-
--	-----	---	---	----------------------------	---	---	---

Análise: Ação sob responsabilidade da SESPA. Não houve execução fisico-financeira da ação no exercício. Na Revisão do PPA, em 2013, esta ação migrou para o Programa "Comunicação Pública Governamental" por apresentar maior afinidade com seu objetivo.

Implementação das Ações do Presença Viva	9.818	9.586	98	Procedimento de Saúde Realizado/Un	826.546	639.733	77
--	-------	-------	----	---------------------------------------	---------	---------	----

Análise: Ação executada pela SESPA, Fundação Santa Casa e por 10 Centros Regionais de Saúde, visa ao atendimento itinerante básico de saúde às comunidades de difícil acesso e/ou em situação de risco iminente. Em parceria com o Programa "PRO PAZ", teve execução de 77% da meta programada, com aplicação de recursos do tesouro estadual. Na Revisão do PPA, para 2014-2015, foi reestruturada e, a partir de 2014, passará a realizar, também, o atendimento de saúde especializado, migrando suas atividades para o Programa "Média e Alta Complexidade em Saúde".

Implementação de Serviços da	14.184	7.219	51	Município Atendido/Un	144	142	99
Atenção Primária							

Análise: Executada pela SESPA e todos os 13 Centros Regionais de Saúde, a ação tem como objetivo viabilizar a integralidade da atenção primária através de repasse financeiro a todos os municípios do estado. Observa-se que a meta financeira foi superestimada no momento da programação, pois a meta física foi atingida com a metade dos recursos disponibilizados, provenientes do tesouro estadual, SUS/convênio e SUS/Fundo a Fundo.

#### PROGRAMA: ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Órgão Responsável: Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA)

Órgão(s) Executor (es): FASEPA, NESA.

Objetivo: Desenvolver serviços socioeducativos a quem se atribui à prática de ato

infracional.

Público Alvo: Adolescentes e jovens em conflito com a lei.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 31- Atendimento Socioeducativo - Recursos Financeiros, 2013.

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução	
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)	
11.799	11.799	7.144	6.469	91	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos próprios da FASEPA, convênios e recursos ordinários do tesouro, totalizando R\$ 11,79 milhões, os quais foram reduzidos durante o exercício para R\$ 7,14 milhões e desses executados 91%.

A principal fonte de financiamento do programa é a de recursos ordinários do tesouro, representando 94% da execução financeira. As demais fontes correspondem a 5,4% do valor total executado, oriundas de recursos provenientes de ações da Petrobrás, da ordem de R\$ 604,44 mil, incorporando à Fonte de recursos próprios da FASEPA, sendo executados 14% desse valor; e de convênios, programados inicialmente em R\$ 1,21 milhão, apontando para estimativas de captação superestimadas, uma vez que foram captados apenas R\$ 317 mil, e desses executados R\$ 266,69 mil (84,13%) (Gráfico 35).

12.000.000
10.000.000
8.000.000
4.000.000
2.000.000
Dot.Incial Dot.Atual Liquidado

Gráfico 33- Atendimento Socioeducativo - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

#### - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇAU		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de cumprimento de medida *	Razão entre o nº de processos encerrados por cumprimento de medida em relação ao total de sentenciados.	FASEPA	9	15	6	20	6

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Taxa de Cumprimento de Medida" (socioeducativa) não alcançou o índice esperado, entretanto, dos 630 sentenciados em 2013, 36 adolescentes tiveram processos encerrados, 165 obtiveram progressão de medida socioeducativa (internação/semiliberdade) para liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade.

Destaca-se que o encerramento de medida socioeducativa depende de uma decisão judicial, devendo ser trabalhado junto ao sistema de justiça a garantia não somente da progressão, mas, principalmente, do encerramento de medidas, em especial para aqueles jovens que já possuem vida estruturada fora da instituição, e, se necessário, que sejam incluídos no atendimento aos egressos da FASEPA.

#### - Implementação do Programa

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) é o órgão responsável pela garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Está presente nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Santarém e Marabá, com 14 unidades de atendimento.

O programa apresenta como demanda o crescente número de adolescentes em situação de conflito com a lei. Está estruturado em quatro eixos de atendimento a adolescentes: i) sob regime de internação; ii) sob regime de semiliberdade; iii) sob regime de meio aberto; e iv) atendimento a egressos. Ressaltase que o regime de meio aberto é de competência municipal, cabendo ao estado apoiar o município na execução das medidas socioeducativas, por meio de assessoramento, capacitação e monitoramento.

Na questão espacial, sua maior estratégia de alcance de cobertura está voltada ao atendimento de adolescentes em meio aberto, que compreendem as medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Em 2013, foram realizadas oficinas regionais para implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em diversos municípios do estado, contribuindo para o fortalecimento da política de atendimento socioeducativo.

O programa está situado no Mapa Estratégico de Governo na diretriz da "Promoção e da Inclusão Social", contribuindo para o objetivo estratégico de "Promoção da Cidadania e Direitos Humanos".

Com a revisão do PPA em 2013, para o exercícios 2014-2015, as ações desse programa foram incorporadas ao Programa "Proteção Social no SUAS e SINASE", por apresentarem similaridade, proporcionando melhor transparência e otimização dos gastos públicos.

## Principais realizações:

- ✓ Realização do II Encontro Estadual de Atendimento Socioeducativo, que contou com a representação de 36 municípios paraenses;
- ✓ Realização do I Encontro Estadual do Mover (Movimento pela Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente), com a participação de 52 municípios;
- ✓ Elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo;

- ✓ Inserção de 97% dos socioeducandos no sistema regular de ensino;
- ✓ Aprovação de seis alunos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA);
- ✓ Realização do Exame Nacional de Ensino Médio para 19 adolescentes das Unidades de Internação;
- ✓ Participação de 42% dos socioeducandos em ações de qualificação;
- ✓ Certificação de 60 adolescentes em cursos profissionalizantes do programa
   Nacional de Educação Tecnológica(PRONATEC);
- ✓ Participação de 53 adolescentes no Projeto Terra Viva, que realizou cursos de reciclagem, pneus móveis, olericultura, compostagem e vivericultura;
- ✓ Concessão de bolsas remuneradas a 19 adolescentes que realizam atividades laborais nos seguintes órgãos: ARCOM, FUNTELPA, FHCGV, IAP, IGPREV, JUCEPA, LOTERPA, SEPOF, TJE, Ministério Público e Defensoria Pública.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Apoio às Ações Socioeducativas em Meio Aberto	13	11	84	Município Atendido/Un	44	14	32

Análise: Esta ação direciona-se ao desenvolvimento de serviços socioeducativos a quem se atribui a prática de ato infracional. Executada pela FASEPA apresenta baixa execução física, sendo os recursos financeiros originários do tesouro estadual. Foram atendidos apenas 14 municípios, dos quais, nove não estavam programados no PPA, integrantes das regiões Rio Guamá, Rio Capim, Metropolitana, Marajó, Rio Caetés, Lago de Tucuruí, Baixo Amazonas e Xingu. Destaca-se a realização de oficinas regionalizadas para implantação de serviços de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade nos Municípios de Santarém, Bragança e Castanhal, e do II Encontro Estadual de Atendimento Socioeducativo, em Belém. Esta ação, nos exercícios 2014-2015, será executada pelo Programa "Proteção Social no SUAS e SINASE", justificando-se sua transferência pela similaridade do seu objetivo com o objetivo do programa.

	Implementação da Modernização da Gestão	-	-	-	Instrumento de Gestão Implantado/Un	3	-	-	
--	---	---	---	---	---	---	---	---	--

Análise: Ação sob a responsabilidade da FASEPA, não foi executada em 2013, visto que não houve disponibilização financeira para a implementação dos instrumentos de gestão, programada para os Municípios de Belém, Marabá e Santarém. O atraso nas obras de construção das novas unidades do Centro de Internação Adolescente Masculino (CIAM), em Marabá, e do Centro Socioeducativo Masculino (CSEM), em Belém, fez com que não fossem implantados o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esses instrumentos de gestão implantados promoverão agilidade no trâmite processual de todos os adolescentes incluídos no sistema socioeducativo do estado. Nos exercícios 2014-2015, conforme Revisão do PPA em 2013, esta ação será executada pelo Programa "Proteção Social no SUAS e SINASE", justificando-se sua transferência pela similaridade do seu objetivo com o objetivo do programa.

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação das Ações do Fórum Estadual de Medidas Socioeducativas	4	4	100	Evento Realizado/Un	8	-	-	

Análise: Ação sob a responsabilidade da FASEPA, não foi executada em 2013, porém, destaca-se o II Encontro de Atendimento Socioeducativo ocorrido em agosto, em Belém, com a participação de 36 municípios; e a realização das oficinas regionais para implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em diversos municípios do estado, contribuindo para o fortalecimento da politica de atendimento socioeducativo. O recurso financeiro executado foi utilizado em sua totalidade para a confecção de folders para o referido encontro. Nos exercícios 2014-2015, conforme Revisão do PPA em 2013, esta ação será executada pelo Programa "Proteção Social no SUAS e SINASE", justificando-se sua transferência pela similaridade do seu objetivo com o objetivo do programa.

Implementação de							
Ações ao							
Adolescente				Adalaaaanta			
Portador de	82	80	98	Adolescente	10	1	10
Transtorno Mental				Atendido/Un			
Autor de Ato							
Infracional							

Análise: Ação sob a responsabilidade da FASEPA, não foi executada conforme o previsto. A meta física programada era atender dez adolescentes em Belém, portadores de transtorno mental e autores de atos infracionais. Apenas um adolescente foi atendido em 2013. A ação finalizou em setembro, com a devolução do adolescente à família após avaliação técnica, uma vez que os portadores de transtorno mental necessitam de atenção integral à saúde mental pautada em política de inclusão e não de internação. Os recursos financeiros foram empregados, entre outros, na manutenção de unidades de atendimento, visita domiciliar, e passagens terrestres, fluviais e aéreas. Esta ação em 2014 passará a ser desenvolvida pela SESPA, conforme a Lei Nº 12.594/2012 - SINASE, referente a competências e responsabilidades para o atendimento a esse público. Nos exercícios 2014-2015, conforme Revisão do PPA em 2013, esta ação será executada pelo Programa "Proteção Social no SUAS e SINASE", justificando-se sua transferência pela similaridade do seu objetivo com o objetivo do programa.

Implementação de							
Ações de Atendimento a	7	-	-	Adolescente Atendido/Un	200	83	42
Egressos							

Análise: De responsabilidade da FASEPA, a ação prevê o acompanhamento a adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas. A ação foi parcialmente executada sem a utilização dos recursos financeiros previstos, visto que foram efetivados convênios de forma continuada com órgãos públicos, que dentre as ações conveniadas, asseguram a concessão de bolsa remunerada. A pertinência da ação foi avaliada durante o processo de Revisão do PPA em 2013, e será executada no período 2014-2015, como ação detalhada no Programa "Proteção no SUAS e SINASE".

Implementação de Ações de Atendimento Socioeducativo de Internação	6.167	5.577	90	Adolescente Atendido/Un	470	1.951	415	
--	-------	-------	----	----------------------------	-----	-------	-----	--

Análise: Ação executada pela FASEPA, objetiva realizar o atendimento integral aos usuários das unidades de acolhimento e internação. Apresentou resultados consideráveis em 2013. Dos 470 adolescentes programados, foram atendidos 1.951, o que demonstra o aumento da demanda nessas unidades. Foram realizados 90% da meta financeira, aplicando-se recursos de operações de crédito internas, contrapartida de convênios, recursos ordinários, recursos próprios arrecadados pela administração indireta, e outros. O órgão responsável pela ação, a FASEPA atendeu adolescentes nos Municípios de Belém, Benevides, Ananindeua, Santarém e Marabá.

Em R\$ 1.000.00

					L1	Π Ι ΑΨ Τ.000,00		
	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação de Ações de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	640	594	93	Adolescente Atendido/Un	120	260	217	

Análise: Ação executada pela FASEPA, objetiva realizar o atendimento aos adolescentes sob o regime de semiliberdade. Em 2013, a aplicação financeira apresentou desempenho adequado, sendo os recursos provenientes do tesouro e próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a inserção e acompanhamento na escola e no ambiente profissional, efetivados por meio de convênios com órgãos públicos, onde exercem e recebem bolsa remunerada. Foi executada em Ananindeua, Belém e Santarém. Nos exercícios 2014-2015, conforme Revisão do PPA em 2013, esta ação será executada pelo Programa "Proteção Social no SUAS e SINASE", justificando-se sua transferência pela similaridade do seu objetivo com o objetivo do programa.

Implementação do Serviço de Atendimento	231	202	88	Adolescente Atendido/Un	1.200	1.256	105
Social							

Análise: Ação realizada pela FASEPA. Visa atender os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas por meio de ações e serviços socioassistenciais. Apresentou desempenho físico e financeiro compatível com o programado. Foram utilizados recursos do tesouro estadual. Na Revisão do PPA em 2013, esta ação foi excluída assim como o programa que será incorporado ao Programa "Proteção no SUAS e SINASE", tendo em vista a similaridade de seus objetivos.

### PROGRAMA: BOLSA TRABALHO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETER)

Órgão(s) Executor (es): SETER, SEPOF, FDE e Encargos SEPOF

Objetivo: Ampliar o acesso e permanência dos jovens no mundo do trabalho.

Público Alvo: Jovens de 18 a 29 anos.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 32- Bolsa Trabalho - Recurso Financeiro, 2013

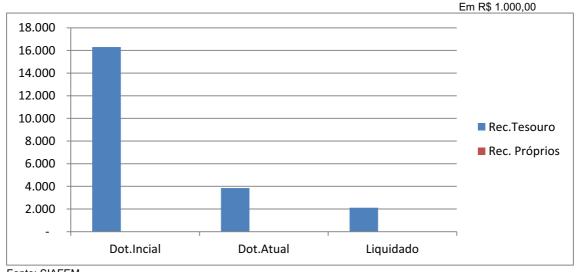
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Realizado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
16.396	16.296	3.855	2.121	55

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa é financiado 100% com recursos do tesouro do estado, nas fontes de recursos provenientes de convênio vinculados ao tesouro, recursos ordinários, recursos próprios do Fundo de Desenvolvimento Econômico, totalizando inicialmente R\$ 16,39milhões, os quais foram reduzidos para R\$ 3,85 milhões e desses, executados R\$ 2,12 milhões, ou 55% da dotação disponível(Gráfico 36).

Gráfico 34- Bolsa Trabalho - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

#### Análise dos Resultados do Programa

#### - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	UNIDADE/ FORMULA DE		Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de Qualificação Profissional do Programa	Relação percentual entre o nº de jovens bolsistas qualificados (matriculados) em relação ao total de jovens com bolsa.	SETER	40	100	50	100	84
Participação de Jovens Bolsistas inseridos no Mundo do Trabalho	Relação percentual entre o nº de jovens inseridos no mundo do trabalho em relação ao total de jovens bolsistas.		30	30	48	30	18

Os indicadores de resultado do programa, "Taxa de Qualificação Profissional do Programa" e "Participação de Jovens Bolsistas inseridos no Mundo do Trabalho", não alcançaram os resultados previstos, tendo em vista a não implementação efetiva do programa em 2013, decorrente da publicação, em 2012, da nova lei do "Bolsa Trabalho" (nº 7.958/2012) que trouxe mudanças significativas às regras do programa, provocando a suspensão da execução de ações em 2013 para fins de adequação às exigências do novo marco legal.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Bolsa Trabalho" é integrante da Agenda Mínima de Governo e tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência dos jovens no mundo do trabalho, com atendimento ao público jovem na faixa etária de 18 a 29 anos. A previsão de atendimentopara2013, considerando as sete ações do programa, era de aproximadamente 36.000 jovens, entretanto, os resultados quantitativos não alcançaram os programados, considerando que apenas 4.194 jovens foram atendidos através de cursos de qualificação social e profissional.

É importante ressaltar que no Programa "Bolsa Trabalho", apenas a Ação PROJOVEM Trabalhador foi executada, apresentando resultado físico acima da meta idealizada, uma vez que houve a descentralização das atividades atendendo todas as regiões de integração do estado e não apenas a Região Metropolitana, como programado inicialmente.

Com a revisão do PPA em 2013, para os exercícios 2014-2015, algumas ações migraram para o Programa "Pará Competitivo", em função da concepção e do

público alvo guardar forte vinculação com esse programa, como é o caso das ações "Operacionalização do Fundo de Aval" e "Concessão de Micro Crédito ao Jovem Bolsista", que serão executadas no âmbito da ação "Apoio a Micro e Pequenos Empreendedores – CREDCIDADÃO".

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico		1.000,00		
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Concessão de Micro Crédito ao Jovem Bolsista - CREDCIDADÃO	1.500	-	-	Bolsista Atendido/Un	1.948	-	-		
Análise: Ação sob responsabilidade da CREDICIDADÃO/SEPOF. A viabilização desta ação decorre da consecução das etapas iniciais voltadas à orientação e capacitação do jovem bolsista que não foram concretizadas em 2013. Nos exercícios 2014-2015, esta ação será realizada no Programa "Pará Competitivo", sob a ação denominada "Apoio a Micro e Pequenos Empreendedores - CREDCIDADÃO", para atendimento ao jovem bolsista.									
Concessão do Bolsa Trabalho	-	-	-	Bolsista Atendido/Un	6.475	-	-		
Análise: Ação integrante da Agenda Mínima, sob a responsabilidade da SETER. A viabilização desta ação decorre da consecução das etapas iniciais voltadas à seleção, orientação e capacitação do jovem bolsista, que não foram concretizadas em 2013.									
Implementação de Ações do Bolsa Trabalho	-	-	-	Bolsista Atendido/Un	13.000	-	-		
				bilização desta ação					
Operacionalização	eleçao, orienta	açao e capac	itação do jo	ovem bolsista, que não Organização		iizadas em 20	)13.		
do Fundo de Aval	-	-	-	Atendido/Un	12	-	-		
	esponsabilida	ade da SETE	R e coord	lenação da SEPOF. <i>F</i>	viabilização d	desta ação d	ecorre da		
em 2013. Na revisão visto que é uma ação	o do PPA, pa	ara os exercí	cios 2014-	apacitação do jovem l 2015, a ação migrou EDCIDADÃO.					
Orientação Profissional ao Jovem Bolsista	-	-	-	Jovem Atendido/Un	13.000	-	-		
				bilização desta ação ovem bolsista, que não					
PROJOVEM Trabalhador	2.355	2.121	90	Jovem Atendido/Un	1.418	4.194	296		
Análise: Ação executada pela SETER e integrante da Agenda Mínima de Governo, tem como objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Esta ação apresentou resultado físico acima da meta programada. Destaca-se que apenas a Região Metropolitana foi programada no PPA, entretanto, foram atendidas todas as regiões de integração do estado. Quanto à composição dos recursos financeiros, originaram-se de convênios (Ministério do Trabalho) e do Tesouro estadual.									
Qualificação Social e Profissional do Jovem Bolsista	-	-	-	Jovem Qualificado/Un	6.475	-	-		
				ação desta ação deco ue não foram concretiz			as iniciais		

## PROGRAMA: CUIDAR PARA VIVER

Órgão Responsável: Hospital Ophir Loyola (HOL)

Órgão(s) Executor (es): HOL, FSCMPA, SESPA e SEOP

Objetivo: Garantir o atendimento aos pacientes com câncer através da rede estadual

de atenção oncológica com diagnóstico e tratamento adequado.

Público Alvo: Portadores de neoplasia

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 33- Cuidar para Viver - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

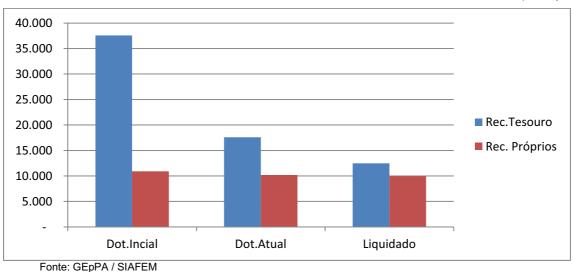
DDA 2012 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
PPA 2013 (A)	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
48.465	48.465	27.759	22.436	81

Fonte: GP-Pará/SIAFEM

Quanto à estrutura financeira, foram programados no PPA recursos provenientes do tesouro estadual (FES – Recursos Ordinários, Operações de Crédito Internas e SUS/Convênios) e da arrecadação da administração indireta do Hospital Ophir Loyola, que juntos somam a dotação inicial orçamentária de R\$ 48,46 milhões. (Gráfico 37)

Gráfico 35- Cuidar para Viver - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

Em R\$ 1.000,00



Os recursos do tesouro correspondem a 56% dos recursos executados no programa, sendo programados inicialmente R\$ 37,56 milhões, atualizados para R\$ 17,58 milhões e executados R\$ 12,46 milhões, alcançando 70% de execução financeira (Gráfico 37).

Os recursos próprios diretamente arrecadados pelo Hospital Ophir Loyola representam 44% da execução financeira do programa, sendo a principal fonte serviços produzidos ao SUS, com uma execução de R\$ 9,89 milhões.

### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO	110101011010	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de estadiamento precoce (tipo 0 e 1) *	Relação percentual entre o número de estadiamento precoce (tipo 0 e 1) e o número de casos estadiados x 100	HOL	19,95	21,95	19,75	24,14	16,21
Taxa de mortalidade por neoplasia **	Relação percentual entre o total de óbitos no período e o número de internações no mesmo período x 100		17,9	16	16,8	15	18,35

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Taxa de Estadiamento Precoce (tipo 0 e 1)", que representa o diagnóstico da neoplasia ainda em fase inicial, obteve, em 2013, índice de 16,21%, inferior ao programado de 24,14%, e abaixo, ainda, da taxa registrada em 2012. O indicador "Taxa de mortalidade por neoplasia" também não alcançou o índice desejado de 15%. Contribui para esses resultados a baixa resolutividade da rede básica, fazendo com que muitos pacientes cheguem ao Hospital Ophir Loyola com a doença em estágio avançado, dificultando o tratamento e cura para a neoplasia.

<sup>\*\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

#### - Implementação do Programa

O programa está estruturado em ações que contemplam a prestação de serviço de diagnóstico e terapia; atenção integral aos portadores de neoplasia; melhoramento da infraestrutura do HOL; e, o acolhimento ao egresso.

O Hospital Ophir Loyola e a Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) proporcionaram ampliação no tratamento oncológico (quimioterapia, radioterapia, dentre outros), porém, tais serviços encontram-se centralizados na Região Metropolitana, uma vez que representam procedimentos de alta complexidade e alto custo, tanto para o tratamento, quanto para controle e diagnóstico. Destaca-se que o HOL por ser referência estadual é retaguarda regional para o tratamento do câncer das unidades federadas mais próximas, como Amapá, Maranhão e Tocantins.

Com o propósito de reduzir a fila de espera por esses tratamentos e descentralizar o serviço, está sendo concluída a obra da UNACON do Hospital Regional de Tucuruí, que oferecerá serviços de quimioterapia, radioterapia, braquiterapia, cirurgias oncológicas e cuidados paliativos, com ampliação de 12 leitos de alta especialidade e a obra do Hospital Oncológico Infantil, anexo ao Hospital Ophir Loyola, que funcionará com 96 leitos e oferecerá serviços de UTI, leitos de observação, centros cirúrgicos, e unidade de imagenologia.

O programa teve um bom desempenho na execução das ações em 2013, porém apresentava similaridade com outro programa. Assim, no intuito de otimizar os recursos públicos, suas ações em 2014, passarão a ser executadas no Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", visando melhor execução e monitoramento dos resultados. Não havendo prejuízo no atendimento do público-alvo.

#### Principais realizações:

- ✓ Conclusão da nova ala de oncologia do HOL, ampliando o atendimento a pacientes oncológicos, refletindo em significativa redução do tempo médio de espera para internação de 90 para 30 dias, equivalente a 66% de redução;
- Retomada das obras do Hospital Oncológico Infantil, que oferecerá 138 leitos de pediatria e hematologia e estrutura para transplantes;
- ✓ Conclusão da obra da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) em Tucuruí.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Acolhimento aos Egressos Portadores de Neoplasias	51	38	74	Pessoa Alojada/Un	1.500	1.461	97	

Análise: Ação executada pelo Hospital Ophir Loyola, objetiva garantir alojamento às pessoas não residentes em Belém. A execução foi viabilizada com recursos provenientes do Fundo SUS e obteve execução fisico-financeira compatível com o programado. Esta ação foi excluída na Revisão do PPA, para 2014-2015, em decorrência da exclusão do Programa "Cuidar para Viver", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo ao público- alvo.

Conclusão do Hospital Oncológico	6.464	3.520	54	Unidade Implantada/Un	1	-	0	
								L

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pelo Hospital Ophir Loyola (HOL). Prevê o aumento da oferta de leitos e serviços de diagnóstico e terapia para crianças portadoras de neoplasias através do Centro Oncológico Pediátrico, Unidade anexo ao HOL. Com aplicação de recursos oriundos de operação de crédito interna e do FES/Ordinário, em 2013, a obra foi retomada após alterações nos projetos arquitetônicos e complementares, apresentando percentual de execução de 60%, com previsão de entrega em 2014.

Expansão da Visita Domiciliar Oncológica	-	-	-	Visita Domiciliar Realizada/Un	1.700	658	39
--	---	---	---	-----------------------------------	-------	-----	----

Análise: Ação executada pelo HOL, visa ampliar o atendimento domiciliar aos pacientes na condição "Fora de Possibilidade Terapêutica Atual". A execução física expressa pelo atendimento a 98 crianças e 479 adultos, apresentou-se abaixo do programado. Não houve disponibilização financeira e sua execução foi viabilizada com recursos da ação "Atenção Integral aos Portadores de Neoplasia". Esta ação foi excluída na Revisão do PPA em 2013, em decorrência da exclusão do Programa "Cuidar para Viver", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo ao público-alvo.

Implantação de							
Serviços de	2.562	1.566	61	Serviço	1	1	100
Diagnóstico e	2.002	1.000	01	Implantado/Un		'	100
Terapia							

Análise: Ação executada pelo HOL e Hospital Regional de Tucuruí, visa aumentar a oferta de serviços de diagnóstico e terapia para neoplasia. Em 2013, a Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) foi concluída. Na sua execução, foram aplicados recursos provenientes do FES/Ordinário e SUS/convênio. Na Revisão do PPA em 2013, a ação foi excluída em decorrência da exclusão do Programa "Cuidar para Viver", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo ao público-alvo.

- 1								
	Implementação das Ações de Atenção Integral aos Portadores de Neoplasias	14.327	13.992	98	Procedimento de Saúde Realizado/Un	648.000	693.146	107

Análise: A ação tem como finalidade proporcionar assistência integral aos portadores de neoplasia. É executada exclusivamente pelo HOL, instituição de referência em oncologia no estado. Com aplicação adequada das metas físicas e financeiras, os recursos financeiros foram provenientes do tesouro, Fundo/SUS e recursos próprios diretamente arrecadados pelo HOL. Dentre os procedimentos realizados, ressalta-se que 114.887 destinaram-se a consultas especializadas. No processo de Revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação será incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo ao público-alvo, em decorrência da exclusão do Programa "Cuidar para Viver".

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação de Serviços de Diagnóstico e Terapia	1.292	301	23	Procedimento de Saúde Realizado/Un	55.662	5.174	9	

Análise: Ação executada pela SESPA, HOL, Hospital Regional de Tucuruí, e FSCMPA, visando ofertar serviços de diagnóstico e terapia para neoplasia . Registrou baixa execução fisico-financeira, sendo a meta física alcançada resultante do desempenho da FSCMPA que ultrapassou a programação de 2.530 procedimentos de saúde. A FSCMPA informou que a execução orçamentária desta ação está foi realizada na Ação de "Implementação das ações de MAC". Por tal motivo foi solicitado à exclusão da ação para 2014 e a mesma deverá constar como ação detalhada no Programa de "Média e Alta Complexidade". Os demais órgãos não executaram a ação, registrando que a implantação dos serviços pelo Hospital Regional de Tucuruí dependia da conclusão da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), entregue no segundo semestre de 2013. O atendimento desses serviços à população da região será viabilizado em 2014.

Modernização do Parque Tecnológico do Hospital Ophir Loyola	1.865	1.834	98	Equipamento Instalado/Un	681	1.491	219
---	-------	-------	----	-----------------------------	-----	-------	-----

Análise: Esta ação faz parte da Agenda Mínima de Governo e é executada pelo HOL, com recursos financeiros originados do FES - SUS/serviços produzidos e FES/Ordinário. Apresentou execução financeira compatível com a programada e superação de meta física. A ação garantiu a qualificação dos serviços de diagnóstico e tratamento de neoplasia, por meio da aquisição de novos aparelhos que melhoraram o processo de diagnóstico por imagem, possibilitando melhorias no atendimento aos portadores de neoplasia.

Readequação da							
Estrutura do Hospital Ophir	1.193	1.185	99	Unidade Readequada/Un	1	3	300
Lovola							

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pelo HOL, visando à modernização da estrutura do hospital. Alcançou desempenho adequado, por meio da aplicação de recursos provenientes do tesouro FES/Ordinário. Foi realizada reforma e readequações físicas em dez setores do hospital, dentre esses, nas clínicas cirúrgica e hematológica, resultando na oferta de 34 novos leitos.

#### PROGRAMA: DOAR É VIDA

Órgão Responsável: Hospital Ophir Loyola (HOL)

Órgão(s) Executor (es): FHCGV, HEMOPA, HOL, SESPA.

**Objetivo:** Ampliar a sobrevida de pessoas que necessitam de transplante.

**Público Alvo:** Portadores de agravos que necessitam de transplante.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 34- Doar é Vida - Recurso Financeiro, 2013.

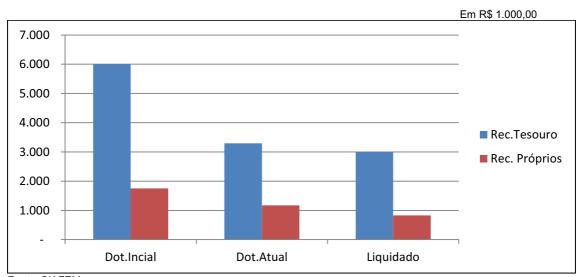
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
7.760	7.760	4.466	3.831	86

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos ordinários do tesouro estadual e recursos próprios do HEMOPA, FHCGV e HOL que totalizaram R\$ 7,76 milhões. Essa dotação inicial foi reduzida ao longo do exercício em 44%, sendo executado da dotação orçamentária atualizada, de R\$ 4,46 milhões, o equivalente a 86%. Do total executado,78% foram recursos provenientes do tesouro estadual, configurando-se essa a principal fonte de financiamento do programa (Gráfico 38).

Gráfico 36- Doar é Vida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

A fonte de recursos próprios da administração indireta foi programada inicialmente em R\$ 1,75 milhão, sendo atualizada para R\$ 1,17 milhão, devido a ajustes orçamentários do HEMOPA. Dessa dotação atualizada, foram efetivamente executados R\$ 831,44 mil, representando 70,90%, sendo os 30% restantes correspondentes a recursos programados e não executados pelos órgãos HEMOPA e FHCGV, que impactaram na execução financeira do programa.

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
	Relação entre o	APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de transplantes realizados *	Relação entre o número de transplantes realizados no período e o número de pacientes em fila de espera no mesmo período.	SESPA	7	8	42	8,5	18,3
Índice de efetividade de transplante – IET	Número de órgãos transplantados, dividido pela população do Estado, vezes um milhão.	HOL	22,6	32,9	44	39,5	38,4

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Taxa de Transplantes Realizados", de 18,3% superou a meta estabelecida para o período de 8,5%. Esse resultado deve-se ao fato de que desde 2012 a SESPA está considerando para efeito de cálculo não só os transplantes de órgãos, mas também os de tecidos, como é o caso do transplante de córnea.

Por sua vez, o "Índice de Efetividade de Transplante – IET" não alcançou a meta estabelecida de 39,5%, tendo em vista a baixa captação de órgãos e tecidos para transplante.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Doar É Vida" está estruturado em quatro eixos: i) Captação de órgãos e tecidos para transplante; ii) Realização de exames de apoio diagnóstico para transplante; iii) Realização de transplantes; e, iv) Implantação de novos serviços de transplante. A eficiência e efetividade das ações do programa buscam reduzir a crescente demanda por transplantes, principalmente os renais, a insuficiente oferta de

serviços, baixa captação de órgãos e pouca sensibilização dos familiares para doação de órgãos.

A redução da demanda por transplantes está diretamente relacionada à implantação de novos serviços, principalmente no interior do estado. Destaca-se a realização de transplantes nos Hospitais Regionais de Santarém e Redenção, contribuindo para a descentralização destes procedimentos de alta complexidade. Entretanto, os transplantes cardíacos, realizados pela Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), ainda aguardam por regulamentação e formação de equipes junto ao Ministério da Saúde.

Impacta também na realização de transplantes a disponibilidade de órgão e tecidos, motivo pelo qual é imprescindível a realização de campanhas educativas junto à sociedade no sentido de conscientizar a população quanto à importância da doação de órgãos, objetivando salvar e/ou melhorar a vida de pacientes que necessitam de transplante.

As ações do programa contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos de Governo: "Promover a cidadania e direitos humanos"; e "Garantir a qualidade do atendimento da atenção básica, média e alta complexidade".

No intuito de otimizar os recursos públicos e visando a melhor execução e monitoramento dos resultados, as ações do Programa "Doar é Vida" passarão, a partir de 2014, a ser executadas no Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo do atendimento ao público-alvo.

#### Principais Realizações:

- ✓ Realização pelo HOL de 40 transplantes de rins, 182 de córnea e quatro de válvulas cardíacas;
- Captação e disponibilização pelo HOL de 14 fígados para transplante fora do estado.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Captação de Órgãos e Tecidos para Transplante	521	124	24	Órgão, Tecido Disponibilizado / Un	595	371	62	

Análise: A ação objetiva disponibilizar órgãos e tecidos para transplante, sendo executada pelo HOL, HEMOPA e SESPA. A ação, com recursos originários do FES-SUS/ e FES-recursos ordinários, apresentou baixa execução financeira. Quanto à execução física, destacam-se dentre as realizações: 40 transplantes de rins, 182 de córnea e quatro de válvulas cardíacas e a captação e disponibilização para outros estados de 14 órgãos para transplante. O HEMOPA participa do programa viabilizando exames necessários em pacientes com indicação para transplante. Esta ação foi excluída na Revisão do PPA, exercício 2013, em decorrência da exclusão do Programa "Doar é Vida", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde".

Implantação de							
Serviços para				Serviço	4		
Realização de	-	-	-	Implantado/Un	ı	-	_
Transplantes							

Análise: Ação de responsabilidade da FHCGV tem como objetivo ampliar a oferta ao paciente com necessidade de transplante no Estado do Pará. Foi programada no PPA com recursos ordinários e serviços produzidos ao SUS, para implantação do serviço de transplante de coração no Hospital de Clinicas Gaspar Vianna, o qual ainda não foi executado por dificuldade de formação da equipe multidisciplinar devido à carência de pessoal habilitado no estado. Esta ação foi excluída na Revisão do PPA, exercício 2013, em decorrência da exclusão do Programa "Doar é Vida", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde".

Implementação	•			Transplants			
de Serviços para	921	739	80	Transplante Realizado/Un	239	58	24
Transplante				Realizado/Off			

Análise: Ação executada pelo Hospital Ophir Loyola e FHCGV, com a finalidade de realização de transplante de órgãos e tecidos. Sua execução foi viabilizada por recursos financeiros provenientes do FES/SUS. Dentre os resultados alcançados pelo HOL, destaca-se a realização de 38 transplantes de rins e 20 de córneas. Contribuiu para o alcance parcial das metas físicas, o processo de regulamentação do HCCGV, pelo Ministério da Saúde, e da composição da equipe multiprofissional necessária à implantação dos serviços nessa unidade de saúde. Esta ação foi excluída na Revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, em decorrência da exclusão do Programa "Doar é Vida", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo aos serviços continuados efetivados.

Implementação de Suporte	3.024	2.968	98	Exame Realizado/Un	30.120	20.828	69
Diagnóstico				rtealizado/off			

Análise: Ação executada pela HEMOPA e FHCGV, com o objetivo de garantir celeridade na realização de exames de apoio diagnóstico para transplante. Apresentou execução financeira pouco acima da meta física programada. A aplicação de recursos originários do FES/Ordinário e FES-SUS foi executada apenas pelo HEMOPA que viabilizou, dentre outros, 6.806 exame para tipificação de HLA, condição importante para doação de medula óssea. A impossibilidade de realização dos serviços programados pela FHCGV, que não dispõe de condições técnicas regularizadas pelo Ministério da Saúde, contribuiu para o alcance parcial do atendimento planejado para 2013. Esta ação foi excluída na Revisão do PPA, exercício 2013, em decorrência da exclusão do Programa "Doar é Vida", sendo sua finalidade incorporada ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", sem prejuízo aos serviços continuados.

# PROGRAMA: EDUCAÇÃO NA SAÚDE

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA)

Órgão(s) Executor (es):CRS, ETSUS, FHCGV, Fundação Santa Casa, HAS,

HEMOPA, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, SESPA.

Objetivo: Promover a formação dos trabalhadores em saúde.

Público Alvo: Profissional de saúde.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 35- Educação na Saúde - Recurso Financeiro

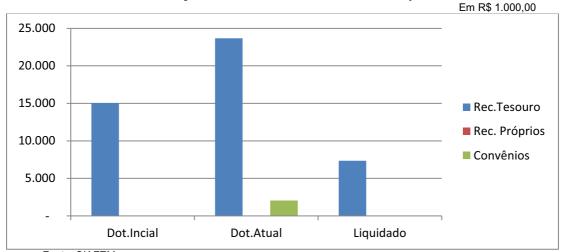
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
18.293	18.493	16.211	9.541	59

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos das fontes de transferências de convênios, recursos ordinários do FES, recursos de serviços produzidos ao SUS e recursos fundo a fundo do SUS e do FES, que totalizaram R\$ 18,29 milhões, sendo executados R\$ 9,54 milhões, que correspondem a 59% da dotação orçamentária atualizada ao longo do exercício. Desse valor, 93,75% são recursos do tesouro, sendo a fonte recursos ordinários do FES a principal fonte de financiamento do programa.(Gráfico 39).

Gráfico 37- Educação na Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

Os recursos próprios arrecadados correspondem a serviços produzidos ao SUS pelo HEMOPA e FHCGV, que somam o valor de R\$ 586,72 mil, dos quais foram efetivamente gastos R\$ 363,66 mil, ou 62% do valor programado inicialmente.

Do valor total executado pelo programa, apenas 2,44% correspondem a recursos de convênio arrecadados pelo HEMOPA, no valor de R\$ 626,64 mil, dos quais foram utilizados R\$ 233,53 mil, ou 37% do valor disponível.

## Análise dos Resultados do Programa

### - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		012 2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de Especialistas formados *	Relação percentual entre os especialistas formados e o total das vagas preenchidas	FSCMP / HOL / FHCGV	ND	31	31	70	26
Taxa de Trabalhadores qualificados *	Relação percentual entre o nº de trabalhadores qualificados e o total de inscritos	FSCMP / HOL / FHCGV	ND	18	131	70	123
Taxa de Trabalhadores qualificados do SUS *	Relação percentual entre o nº de trabalhadores qualificados e o total de inscritos	SESPA	90	45	175	90	105

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Taxa de Especialistas Formados" representa a formação em residência médica e multiprofissional em diversas especialidades na área da saúde. Tais residências são realizadas pela FSCMPA, FHCGV e HOL e o baixo resultado alcançado, 63% abaixo do valor previsto, deve-se em parte à evasão dos alunos. Destaca-se que o número de especialistas formados irá impactar diretamente na disponibilidade de profissionais, principalmente médicos especialistas, influenciando na prestação de serviços de média e alta complexidade.

#### - Implementação do Programa

Um dos principais desafios da política de educação na saúde é aprimorar os procedimentos de qualificação dos profissionais para atuação no SUS, garantindo com esse processo, o aprimoramento de técnicas e conhecimentos para fortalecer a atuação de equipes multidisciplinares e, por conseguinte, a qualidade da oferta dos serviços. Assim sendo, o Programa "Educação na Saúde" adota a estratégia de promover residências médicas e multiprofissionais e de implementar pesquisas pertinentes à área da saúde.

Na revisão do PPA para o ano de 2014, o programa foi excluído, tendo em vista o realinhamento dos programas de governo e a compatibilização com o Plano Estadual de Saúde, sendo que suas atividades serão executadas por meio do novo Programa "Gestão Estadual do SUS", visando a melhor execução e monitoramento dos resultados.

## Principais Realizações:

- ✓ Implantação de 161 pontos de TELESSAÚDE;
- ✓ Formação Inicial e Continuada de 4.329 trabalhadores do SUS nas áreas de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS;
- ✓ Qualificação para Agente Comunitário de Saúde (ACS), no enfrentamento de crack e outras Drogas;
- ✓ Qualificação para Agentes de Combate às Endemias, Cursos Técnicos em Hemoterapia, Citopatologia, Saúde Bucal e Vigilância em Saúde.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Implementação das Ações de Residência em Saúde	5.227	5.092	97	Profissional Formado/Un	446	115	26	

Análise: A ação tem como objetivo viabilizar a formação técnica especializada de profissionais na área de saúde. Realizada pelos órgãos FHCGV, FSCMPA e HOL, possibilitou a formação de 115 profissionais. O alcance parcial da meta física deve-se ao produto definido para a ação, "profissional formado", que só ocorre a cada dois anos, período para conclusão de Residência em Saúde.

Implementação de ações de Pesquisa 73 19 Pesquisa Realizada/Un 188	231	123
--	-----	-----

Análise: Ação sob execução da SESPA, HOL, ETSUS, HEMOPA, FSCMPA, HAS e FHCGV. Seu objetivo direcionase à produção de conhecimento para a melhoria da gestão e assistência à saúde. A execução foi resultante do desempenho do HEMOPA, HOL e FHCGV, que superaram a meta programada. A baixa execução financeira explica-se pela não execução pelos demais órgãos responsáveis.

Implementação de ações de Educação Permanente na saúde.	10.604	4.376	41	Pessoa Beneficiada/Un	18.430	19.573	106
---	--------	-------	----	--------------------------	--------	--------	-----

Análise: A ação tem o objetivo de formar trabalhadores na área da saúde. Executada pela SESPA, Centro Regionais de Saúde, Hospitais Regionais, ETSUS, UEPA, FHCGV, HEMOPA, HOL, HAS, LACEN, FSCMPA, teve sua meta física alcançada sem a correspondência na execução financeira, cujos recursos originaram-se de Recursos Ordinários/FES e FES/SUS. Dentre as iniciativas realizadas, destacaram-se ações de formação e capacitação técnica e operacional de servidores, gestores e trabalhadores do SUS em todas as regiões de integração.

# PROGRAMA: GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETER)

Órgão(s) Executor (es): SETER, IDESP

Objetivo: Promover ações que permitam a inserção de trabalhadores no mundo do

trabalho.

Público Alvo: Trabalhadores empregados e desempregados a partir de 16 anos.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 36- Geração de Trabalho, Emprego e Renda - Recurso Financeiro

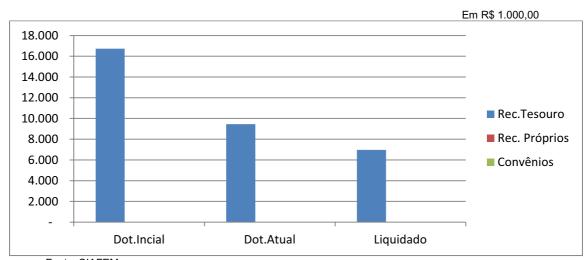
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Realizado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
16.877	16.727	9.455	6.969	74

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos de convênios vinculados ao tesouro e recursos ordinários, no valor de R\$ 16,87 milhões, que foram reduzidos para R\$ 9,45 milhões, sendo executados desses R\$ 6,96 milhões, ou seja, 74% da dotação atualizada. Destaca-se que o programa é financiado 100% com recursos do tesouro do estado, em parceria com o Ministério do Trabalho. (Gráfico40)

Gráfico 38- Geração de Trabalho, Emprego e Renda - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO Referênc		20	012	2013	
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de aproveitamento de vagas *	Relação percentual entre o nº de trabalhadores colocados pela SETER e o nº de vagas captadas pela SETER.	SETER	71	75	66	75	50
Taxa de desocupação *	Relação percentual entre o total da população desocupada e o total da população economicamente ativa.	IDESP	8,51	7,3	8,2	6,93	ND
Taxa de intermediação de emprego *	Relação percentual entre o nº de trabalhadores colocados no mercado de trabalho formal pelo SETER no ano em relação ao total de trabalhadores cadastrados no Sistema SINE no ano.	SETER	25	30	38	35	13
Taxa de trabalhadores qualificados	Relação percentual entre o nº de trabalhadores qualificados pela SETER em relação ao total de trabalhadores cadastrados no Sistema SINE.	SETER	5,19	10	46	20	10

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Os indicadores de resultado do programa, "Taxa de Aproveitamento de Vagas", "Taxa de Intermediação de Emprego" e "Taxa de Trabalhadores Qualificados" obtiveram índices abaixo dos estabelecidos no PPA para 2013 e, até mesmo, dos apurados em 2012. Apesar desses resultados, o Estado do Pará, nos últimos três anos, vem obtendo saldo positivo na geração de emprego nos diversos segmentos produtivos de indústria, comércio e serviços.

Quanto ao indicador "Taxa de Desocupação" não pode ser apurado pois a pesquisa fonte do indicador, PNAD/IBGE, referente a 2012, não foi divulgada até esta data.

Com a revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, foi acrescentado o indicador "Incremento de Novos Empregos no Mercado Formal", para melhor identificação dos resultados do programa.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Geração de Trabalho, Emprego e Renda" visa enfrentar o problema da dificuldade de inserção do trabalhador no mundo do trabalho. Possui ações voltadas para atender o cidadão, a partir de 16 anos, proporcionando-lhe qualidade de vida através de perspectivas de crescimento profissional, obtidas através da geração de emprego e renda.

O programa está estruturado em seis eixos: i) atendimento aos trabalhadores empregados e desempregados; ii) intermediação de mão de obra; iii) qualificação social e profissional; iv) inserção de trabalhadores no mundo do trabalho; v) operacionalização do seguro desemprego; e vi) apoio a empreendimentos da economia solidária.

As ações que mais proporcionaram influência positiva aos resultados do programa foram: "Implementação de Ações de Apoio a Pessoa com Deficiência", atendendo 4.498 deficientes, e "Implementação de Ações de Apoio ao Trabalhador Autônomo", com o atendimento a 10.788 trabalhadores.

Em relação aos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico de Governo, o programa impacta fortemente no objetivo de "Incentivar o ingresso e a recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho".

Na revisão do PPA, para o período de 2014-2015, o programa recebeu ações do Programa "Artesanato Paraense" por apresentarem similaridade de objetivos e com a finalidade de otimizar os gastos públicos.

## Principais Realizações:

- ✓ Realização da I Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente, organizada pelo MTE, em parceria com o Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho;
- ✓ Realização do Plano Territorial de Qualificação, com a qualificação de 766 educandos, em oito municípios paraenses (Altamira, Santarém, Barcarena, Belém, Tucuruí, Canaã, Marabá e Parauapebas).

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Apoio a Empreendimentos da Economia Solidária	5	5	100	Empreendimento Incubado/Un	15	-	0

Análise: Ação sob responsabilidade da SETER, com meta física não executada e baixa execução financeira, sendo aplicados os recursos na participação em eventos, realização de visitas e de vistorias técnicas nas regiões Metropolitana, Guamá, Rio Capim e Rio Caeté, não programada inicialmente. Foram realizadas articulações com o Fórum Paraense de Economia, avaliações de projetos voltados para mulheres e definição da III Conferência Estadual de Economia Solidária, prevista para maio de 2014. Em função do resultado não ter sido alcançado em 2013, a meta física foi redefinida para 10 incubadoras, na Revisão do PPA, para os exercícios 2014 - 2015.

Casa do Trabalhador	162	162	100	Trabalhador	3.075	_	0
Itinerante	102	102	100	Atendido/Un	3.073	_	

Análise: Ação executada pela SETER, integrante da Agenda Mínima de Governo, visa aumentar a cobertura de atendimento aos trabalhadores no estado. Esta ação não apresentou registro de meta física realizada no Sistema GP-Pará, sendo os recursos aplicados em atividades técnicas relacionadas à "Operacionalização do Seguro Desemprego" e ações do "PROJOVEM Trabalhador", como o monitoramento de convênios de qualificação profissional, fiscalização do "Cheque Moradia" liberados para trabalhadores e a viabilização do seguro desemprego destinados a pescadores artesanais.

Fomento ao	5	5	100	Empreendimento	700	1 227	100
Empreendedorismo	၂	) 3	100	Atendido/Un	700	1.321	190

Análise: Ação executada pela SETER. A ação atingiu o objetivo previsto, sendo atendidos empreendimentos de 21 municípios do estado, além dos Municípios de Primavera, Quatipuru, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo e São João de Pirabas. Com aplicação total dos recursos ordinários, foram viabilizadas participações em reuniões setoriais, fiscalização de projetos, e promoção e supervisão de 37 cursos de qualificação profissional.

Implantação da Casa do Trabalhador	266	100	Casa do Trabalhador Implantado/Un	1	0	-
---------------------------------------	-----	-----	---	---	---	---

Análise: Ação executada pela SETER. Esta ação integra a Agenda Mínima de Governo. Prevista para ser executada no Município de Capanema, os recursos oriundos do tesouro estadual foram remanejados para implementação de ações de apoio ao trabalhador, desenvolvidas na Casa do Trabalhador, integrada ao Espaço Cidadania, em Santarém, inaugurado em 2012. Foram atendidos trabalhadores e profissionais autônomos em ações de intermediação de mão de obra, qualificação, e seguro desemprego. Ressalta-se que a implantação da casa do trabalhador em Capanema foi reprogramada para o exercício de 2014.

Implantação da							
Rede de				Boletim Estatístico			
Monitoramento de	67	67	100	Disponibilizado/Un	12	12	100
Trabalho e Renda do				Disportibilizado/Off			
Pará							

Análise: Ação executada pelo IDESP. A ação objetiva disponibilizar informações atualizadas sobre o mercado de trabalho e renda. Foi efetivada por meio de recursos ordinários e a meta física alcançada com 12 relatórios mensais elaborados, tendo como base os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério de Trabalho e Emprego. Para os exercícios de 2014-2015, esta ação será desenvolvida pela nova ação "Monitoramento do Trabalho e Renda no Pará", no âmbito do mesmo Programa, "Geração de Trabalho, Emprego e Renda".

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação da Casa do Trabalhador	37	37	100	Casa do Trabalhador Implementado/Un	36	5	14

Análise: Ação executada pela SETER. A ação tem como propósito o desenvolvimento de ações de atenção aos trabalhadores, integrando o sistema público de emprego e programas de apoio ao trabalhador. Com recursos oriundos do Ministério do Trabalho e do tesouro estadual, apresentou baixa execução física, atendendo as Unidades de Belém, Igarapé-Miri, Castanhal e Abaetetuba. Foram realizadas ações de infraestrutura física, atividades técnicas, concessão de benefícios ao trabalhador/ empreendedor e interlocução com órgãos setoriais.

Implementação de Ações de Apoio à Pessoa com Deficiência 825 4.498 545
Deficiência Atendida/Un

Análise: De responsabilidade da SETER, a ação refere-se à orientação e intermediação do trabalhador com deficiência, ao mercado de trabalho. Apresentou superação de meta física, com atendimento nos Municípios de Belém, Altamira, Barcarena, Bragança e Castanhal, sem execução financeira. Esse resultado deve-se, principalmente, ao atendimento integrado, realizado no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC), coordenado pela SEAS e implementado com recursos de convênios (MDS) e recursos ordinários. Destaca-se que em Belém, foram atendidas pela SETER, 3.919 pessoas em ações de orientação, capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Implementação de Ações de Apoio ao Trabalhador Autônomo	-	-	Trabalhador Autônomo Atendido/Un	300	10.788	3.596	
---	---	---	--	-----	--------	-------	--

Análise: Ação executada pela SETER. A ação apresenta superação de meta física. Seu desempenho foi decorrente do atendimento continuado na Casa do Trabalhador e nos Postos do SINE localizados no interior do estado. Foram realizadas orientações, palestras, cadastramentos, atendimento social e encaminhamentos para cursos e serviços, não sendo demandados recursos financeiros específicos para o alcance da meta programada.

Implementação de							
Ações de	2.470	1.630	66	Trabalhador	41.110	13.003	32
Intermediação de	2.470	1.030	00	Colocado/Un	41.110	13.003	32
Mão de Obra							

Análise: Ação executada pela SETER. Esta ação visa a colocação e recolocação do trabalhador ao mundo do trabalho. Integrante do Sistema Mais Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desenvolvida pela SETER/Casa do Trabalhador, proporcionou a contratação efetiva de 14.642 pessoas, tendo sido cadastrados 113.915 trabalhadores, dos quais 43.313 (38%) foram encaminhados a oportunidades de emprego. A baixa execução física é justificada, principalmente, pela baixa escolaridade e qualificação dos trabalhadores candidatos aos postos de trabalho.

Implementação de							
Ações de Qualificação Social e	5.580	4.544	81	Trabalhador Qualificado/Un	15.355	10.793	70
Profissional							

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima, executada pela SETER, objetiva implementar ações de qualificação ao trabalhador. Efetivada com recursos do tesouro estadual e de convênios federais, apresentou resultados fisico-financeiro parciais. Ainda assim, por meio do Plano Setorial de Qualificação Profissional (PLANSEQ) e do Plano Territorial de Qualificação Profissional (PLANTEC), possibilitou a qualificação profissional de trabalhadores de 43 municípios, nas regiões de integração Marajó, Tocantins, Metropolitana, Xingu, Lago de Tucuruí, Carajás, Baixo Amazonas e Rio Caetés.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Observatório do Trabalho	44	44	100	Relatório Gerado/Un	12	3	25

Análise: A ação objetiva promover conhecimento sobre o mundo do trabalho. Por meio de parceria entre a SETER e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), sendo viabilizada a formulação de três relatórios quadrimestrais. No segundo semestre de 2013, foram realizadas três oficinas para disseminar informações sobre o mercado de trabalho, bem como subsidiará a gestão da política de emprego e renda no estado. Para os exercícios 2014-2015, esta ação será desenvolvida pela nova ação "Monitoramento do Trabalho e Renda no Pará", que será executada no mesmo Programa "Geração de Trabalho, Emprego e Renda".

Operacionalização do Seguro Desemprego	818	208	25	Trabalhador Atendido/Un	52.171	91.537	175

Análise: A ação apresentou superação da meta física, apesar da baixa execução financeira. Para sua execução, recebeu o remanejamento financeiro da ação "Casa do Trabalhador Itinerante", sendo atendidos 39 municípios nas 12 regiões de Integração. Do total de 118.390 trabalhadores recepcionados, 78.834 (66,6%) destinaram-se ao Seguro Desemprego Formal e 39.556 (33,4%) ao Seguro Defeso Pescador Artesanal.

#### PROGRAMA: HEMOVIDA

**Órgão Responsável:** Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Pará (HEMOPA)

Órgão(s) Executor (es): HEMOPA.

**Objetivo:** Aumentar a cobertura dos serviços de hematologia e hemoterapia.

**Público Alvo:** Pacientes que necessitam de serviços de hemoterapia e portadores de doenças hematológicas.

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 37 - Hemovida - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
18.969	18.969	19.653	15.702	80

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual, recursos próprios da administração indireta do HEMOPA e de convênios, que totalizaram R\$ 18,96 milhões. Esse valor foi suplementado no exercício para R\$ 19,65 milhões, dos quais foram executados o equivalente a 80%.

Dos recursos executados, 51,28% são provenientes de arrecadação direta do HEMOPA, que representa a principal fonte de financiamento do programa. Inicialmente, programada em R\$ 9,34 milhões, a fonte foi atualizada no exercício para R\$ 10,92 milhões e executada em R\$ 8,05 milhões, correspondentes a 73,74% do total disponível.

A fonte de serviços produzidos para o SUS, integrante da arrecadação do HEMOPA, não alcançou o valor inicialmente programado no PPA de R\$ 7,56 milhões, devido à inadimplência na receita dos procedimentos de alto custo, como a Tipagem de HLA, realizada pelo Laboratório de Imunogenética, que está sem pagamento pela SESMA/Ministério da Saúde.

Destaca-se a fonte de recursos do tesouro que apresentou execução de R\$ 7,55 milhões, 96% da dotação orçamentária disponível, de R\$ 7,85 milhões, representando 48,10% dos recursos financeiros do programa.

A fonte proveniente de convênios tinha como dotação inicial R\$ 292,19 mil e, no decorrer do exercício, foi suplementada para R\$ 877,56 mil, dos quais apenas 11% foram executados, correspondentes a R\$ 95,85 mil (Gráfico 41)

12.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot.Incial
Dot.Atual
Liquidado

Em R\$ 1.000,00

Rec.Tesouro
Convênios

Gráfico 39- Hemovida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

Fonte: SIAFEM

Análise dos Resultados do Programa - Indicadores do Programa

	do i rogiama					1	
INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE F CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2012		2013	
		AI UKAÇAO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento do Atendimento médico a pacientes portadores de doenças hematológicas	Variação percentual entre o nº de atendimentos realizados no ano de apuração em relação ao registrado no ano anterior	НЕМОРА	5,3	5	-4,13	5	9,02
Índice de cobertura Transfusional*	Nº de transfusões realizadas no ano de referência, em relação ao nº de leitos existentes no Estado. O parâmetro recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de 8 a 10 transfusões por leito /ano.		8,19	8,25	6,77	8,3	5,47

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Incremento no atendimento médico a pacientes portadores de doenças hematológicas" apresentou declínio de 4,13% em relação ao previsto, no número de atendimentos médico a esses pacientes em 2012, em virtude do HEMOPA ter priorizado as capacitações da hemorrede, Rede SUS, doenças falciformes e outras hemoglobinas, na capital e interior do estado, com o objetivo de proporcionar o diagnóstico e o atendimento inicial dos pacientes em seu local de origem, reduzindo a concentração na capital. Porém, tal priorização diminuiu a disponibilidade de médico para o atendimento ao paciente no HEMOPA, uma vez que os médicos eram os palestrantes das capacitações, impactando negativamente no resultado do indicador. Em 2013, o atendimento ao paciente foi normalizado e o indicador alcançou 9,02%, superando o programado.

Embora o apurado no indicador "Índice de cobertura transfusional" esteja abaixo da meta, não houve desabastecimento na demanda da rede hospitalar. Ressalte-se que o número total de leitos do estado, referência oficial DATASUS, não classifica pela complexidade dos leitos, e a demanda transfusional ocorre em leitos de média e alta complexidade, que não representam a totalidade dos leitos cadastrados. Por essa razão, o HEMOPA embora não atingindo o parâmetro recomendado de 8 bolsas/leito/ano, ainda assim, supre a necessidade da rede hospitalar de todo o estado.

### - Implementação do Programa

O Programa "Hemovida" atua em duas áreas distintas: i) Assistência Hemoterápica, que garante o atendimento da demanda de hemocomponentes para transfusão; e, ii) Assistência Hematológica, que assegura o atendimento ao paciente hematológico.

No que tange à hierarquização dos serviços, o estado possui uma hemorrede configurada com níveis de atuação distintos, representada por um Hemocentro Coordenador (Belém), três Centros de Hemoterapia Regionais (Castanhal, Marabá e Santarém), cinco Núcleos de Hemoterapia (Abaetetuba, Altamira, Capanema, Redenção e Tucuruí) e as Agências Transfusionais, de caráter público, filantrópico ou privado, que aliadas à politica de regionalização estadual, vem apresentando uma evolução na prestação do serviço, garantindo cobertura hemoterápica.

As ações do programa impactam nos objetivos estratégicos de governo de promover a cidadania e direitos humanos, e no objetivo de garantir a qualidade do

atendimento da atenção básica, média e alta complexidade, visto que o HEMOPA é a única unidade fornecedora de sangue na esfera pública para todo o Estado do Pará.

Na revisão do PPA para o ano de 2014, o programa foi excluído visando melhor execução e aproveitamento dos resultados. As ações foram incorporadas pelo Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", uma vez que assistência hemoterápica e hematológica referem-se a procedimentos de média e alta complexidade.

### Principais Realizações:

- ✓ Modernização do parque tecnológico e implantação de novas tecnologias no processamento de sangue, na triagem sorológica de doenças transmissíveis pelo sangue e na imunohematologia;
- ✓ Participação no controle de qualidade externo europeu em imunohematologia, que garante uma maior qualidade e segurança no processo transfusional;
- ✓ Modernização da triagem sorológica, com substituição gradativa da metodologia Elisa para quimioluminescência, nos testes de triagem para HIV, HCV, HTLV, Chagas e HBV, melhorando a garantia da qualidade dos resultados e produtos disponibilizados à população, além da redução nos custos e diminuição do descarte sorológico;
- ✓ Distribuição de 95.778 bolsas de hemocomponentes nas regiões Tocantins, Xingu, Metropolitana, Rio Caeté, Guamá, Carajás, Araguaia, Baixo Amazonas e Lago de Tucuruí;
- ✓ Realização de 23.980 consultas hematológicas, beneficiando aproximadamente 19.000 pacientes;
- ✓ Ampliação na captação de doadores à doação de sangue e medula óssea, totalizando 123.856 candidatos e superando a meta anual em 4%, principalmente nos Municípios de Abaetetuba e Castanhal.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Capacitação em Hemovigilância	1	0,53	38	Curso Realizado/Un	23	33	143	

Análise: Executada pelo HEMOPA com a finalidade de qualificar profissionais de saúde no gerenciamento a riscos inerentes ao ato transfusional. A ação superou a meta física programada, em contraposição à baixa execução financeira, com recursos oriundos do Fundo Estadual da Saúde (FES). A ação teve abrangência nos Municípios de Abaetetuba, Altamira, Belém, Capanema, Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém e Tucuruí. Com o intuito de melhor execução e otimização dos resultados, o Programa "Hemovida" foi excluído e suas ações remanejadas ao Programa de "Média Complexidade na Saúde", na Revisão do PPA em 2013.

Captação de Candidatos à Doação de Sangue e Medula Óssea	357	204	57	Doador Captado/Un	119.440	123.856	104
---	-----	-----	----	----------------------	---------	---------	-----

Análise: A ação executada pelo HEMOPA e planejada para atuar em nove Municípios (Abaetetuba, Altamira, Belém, Capanema, Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém e Tucuruí), com recursos provenientes do FES/SUS, convênios e da transferência de recursos arrecadados pela administração indireta. Apresentou resultados físicos significativos, alcançando o seu objetivo de aumentar a quantidade de doadores de sangue e de medula óssea. Na revisão do PPA para 2014-2015, as ações do Programa "Hemovida" foram incorporadas ao Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde".

Implantação de Unidades na Hemorrede	0	0	-	Unidade Implantada/Un	2	-	-
nemonede							

Análise: Ação sob a responsabilidade do HEMOPA, como propósito de ampliar o atendimento de serviços de hemoterapia no estado, e recursos programados do FES/recursos ordinários. Não houve execução em 2013, ressaltando-se que as agências transfusionais foram planejadas para funcionar nas dependências dos hospitais regionais, que se encontram em fase de implantação nos Municípios de Itaituba e Castanhal.

, i			3				
Implementação da Ações de Hematologia	1.160	771	66	Consulta Realizada/Un	26.156	23.980	92

Análise: Esta ação é executada exclusivamente pelo HEMOPA e objetiva assegurar o atendimento hematológico. Registrou o alcance da meta física programada e dentre as ações realizadas, viabilizou mais de 2.180 consultas/mês. O atendimento foi possibilitado por meio de recursos do FES/SUS, convênios e da transferência de recursos arrecadados pela administração indireta.

Interiorização do HEMOPA	57	57	100	Unidade Implantada/Un	2	-	-

Análise: Esta ação faz parte da Agenda Mínima de Governo, com vistas à ampliação dos serviços para melhor atender a demanda dos municípios e capital. Os recursos financeiros foram aplicados na contratação dos projetos arquitetônico e complementares do prédio anexo à sede do HEMOPA, em Belém, cuja obra tem conclusão prevista para 2014. A implementação da ação estava programada a ocorrer nos Municípios de Belém e Castanhal.

Implementação das				Bolsa de			
Ações de	18.075	14.669	81	Hemocomponente	183.348	95.778	52
Hemoterapia				Distribuída/Un			

Análise: A ação executada pelo HEMOPA apresentou execução fisico-financeira parcial em relação ao programado. Possibilitou a distribuição de 95.778 bolsas para todo o estado, garantindo atendimento da demanda de hemocomponentes destinado à transfusão. A aplicação dos recursos foi viabilizada por meio do FES/SUS, convênios e da transferência de recursos arrecadados pela administração indireta.

# PROGRAMA: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA SAÚDE

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA)

**Órgão(s) Executor (es):** CRS, ASIPAG, CBM, FES, FHCGV, FSCMPA, HAS, HOL, HRCA, HRCM, HRS, HRT, LACEN, SESPA e SEOP.

Objetivo: Fortalecer os serviços especializados de média e alta complexidade.

Público Alvo: Usuários do SUS.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 38- Média e Alta Complexidade na Saúde - Recurso Financeiro, 2013.

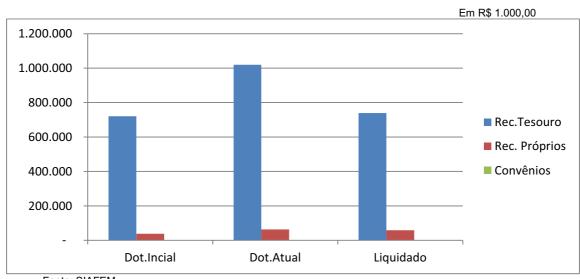
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
758.661	757.761	1.082.857	798.213	74

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento do programa, foram programados no PPA, recursos das fontes de convênio, ordinários do FES, serviços produzidos ao SUS, arrecadação própria da FSCMPA e FHCGV, que totalizam R\$ 758,66 milhões. Do total executado, correspondente a 74% da dotação orçamentária atualizada no exercício, de R\$ 1,08 bilhão, 92% originaram-se de recursos do tesouro, e desses, R\$556,19 milhões são ordinários do FES, que representa a principal fonte de financiamento do programa (Gráfico42).

Gráfico 40- Média e Alta Complexidade na Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

Destaca-se a fonte de recursos provenientes dos serviços produzidos pelo SUS, que compõe os recursos próprios da FSCMP, FHCGV e HOL, que apresentou dotação inicial de R\$ 37,24 milhões, sendo suplementada para R\$ 62,48 milhões e executada em R\$ 58,65 milhões, equivalendo a 94% do total disponível.

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO		20	012	2013		
		APURAÇAU		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes	Relação entre o número de leitos hospitalares de internação (SUS) e população residente, (expressa a cada mil habitantes)		1,5	1,6	1,4	1,6	1,55 <sup>3</sup>
Taxa de consultas especializadas selecionadas *	Relação percentual entre o nº de consultas especializadas selecionadas (nefrologia, hematologia, infectologia, oncologia, cardiologia, oftalmologia, endocrinologia, urologia, reumatologia, otorrinolaringologia, neurologia, proctologia, ortopedia e psiquiatria) realizadas em relação ao total de consultas especializadas.	DATASUS/CNES	42,4	44,5	22,06	45	19,8

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes" cresceu quando comparado com o ano de 2012. De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES/DATASUS, do Ministério da Saúde (set/ 2013), o Pará possui 11.848 leitos SUS, de internação e complementar, que totalizam 1,51 leitos por mil habitantes. Entretanto, quando são incluídos todos os leitos que efetivamente estão disponíveis para a população, mas ainda não habilitados pelo SUS, como no caso do Hospital Jean Bittar, o número total de leitos passa para 12.145 leitos, que representam 1,55 leitos por mil habitantes, indicando que a meta prevista para 2013 foi atendida (1,6 leitos/mil hab.). Registre-se que os leitos ainda

<sup>3</sup> Foram levados em consideração todos os leitos disponíveis para a população. Fonte SESPA, 2013.

\_

não habilitados pelo SUS estão sendo financiados exclusivamente com recursos do governo do estado.

O indicador "Taxa de consultas especializadas selecionadas" obteve resultado inferior ao previsto. A Portaria nº 1.101/2002 do MS estabelece que 22% das consultas gerais/habitante sejam de consultas especializadas, isto é, das 15.644.410 consultas gerais estimada que deveriam ser realizadas, conforme a portaria, 3.441.770 seriam de consultas especializadas. Portanto, no momento da elaboração do indicador o resultado previsto foi calculado equivocadamente, sendo o correto 22%.

Foram realizadas no Estado do Pará, em 2013, 1.909.703 consultas especializadas (12,2%) e 3.099.703 consultas especializadas selecionadas (19,8%). O não alcance do percentual estabelecido pelo MS (de 22%) se deve ao subregistro de consultas no interior do estado, não sendo inserido no sistema a quantidade real de consultas realizadas.

Na revisão do PPA para 2014-2015, os indicadores do programa foram modificados a fim de expressar melhor o desempenho do conjunto das ações e passarão a ser: "Índice de efetividade de transplante (IET)"; "Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes"; "Percentual de pacientes com diagnóstico de neoplasia maligna com início do tratamento em 60 dias"; e "Proporção de estabelecimentos hospitalares e ambulatoriais com serviços de média e alta complexidade para atendimento público".

#### - Implementação do Programa

Esse programa busca atender demandas advindas não só da população do Pará, mas também das unidades federadas mais próximas como Amapá, Maranhão e Tocantins. Por isso, há necessidade de descentralização e desconcentração dos serviços, principalmente com a conclusão das obras de novos hospitais e requalificação de hospitais municipais existentes, o que aumentará não só o número de leitos do SUS como também a quantidade de consultas especializadas e de procedimentos de média e alta complexidade realizados.

Iniciativas como construções, reformas, adequações e aquisição de novos equipamentos para as redes físicas de unidades hospitalares, dentre outras, são necessárias para a positiva efetivação do programa, que procura fortalecer os serviços especializados de média e alta complexidade e garantir esses serviços para a

população, pautada no respeito aos direitos das pessoas em relação à qualidade dos serviços ofertados, com garantia de resolução diagnóstica e terapêutica, qualificação e requalificação das redes assistenciais.

No intuito de otimizar os recursos públicos, como também por apresentar similaridade entre as ações executadas, os programas "Cuidar para Viver", "Doar é Vida" e "Hemovida" foram extintos e suas ações remanejadas para o Programa "Média e Alta Complexidade na Saúde", a partir de 2014. Ressalta-se que a migração das ações não prejudicará o atendimento ao público alvo.

#### Principais Realizações:

- ✓ Conclusão da Unidade Materno Infantil Dr. Almir Gabriel, com 406 leitos, sendo 60 para UTI Neonatal, 10 para URI Pediátrica, 124 para obstetrícia e alto risco e 72 leitos para pediatria;
- ✓ Acréscimo de 10% no número de atendimentos realizados pelo Centro Hospitalar Jean Bittar, com a realização de 1.139 cirurgias, 1.328 internações, sendo 184 no Centro de Terapia Intensiva (CTI), e 10.947 consultas ambulatoriais;
- ✓ Requalificação dos hospitais municipais, com obras em execução nos Municípios de Abaetetuba (63%), Afuá (60%), Bagre (99%), Barcarena (17%) e Ipixuna do Pará (68%); e obras concluídas em São Domingos do Capim;
- ✓ Implantação dos serviços de quimioterapia, radioterapia e braquiterapia, procedimentos de biópsias (mama e próstata), clínica e cirurgias oncológicas, hemodiálise, atendimento de urgência em traumato-ortopedia, obstetrícia de alto risco com UTI, UCI neonatal e UTI obstétrica, e, ainda, ampliação da UTI adulto de seis para 20 leitos, UTI neonatal de 7 para 10 leitos, e UCI de 3 para 9 leitos, no Hospital Regional do Baixo Amazonas;
- ✓ Implantação dos serviços de hemodinâmica e de terapia renal substitutiva, com 20 máquinas de hemodiálise, ampliação da internação, com 30 novos leitos, e do centro cirúrgico com mais uma sala para realização de procedimentos cirúrgicos, no Hospital Regional de Marabá;
- ✓ Readequação do Hospital Galileu, com capacidade de 120 leitos, sendo 50 para clínica médica, 30 para cardiológica, 20 cirúrgica e 20 para ortopedia, contribuindo para redução da demanda sobre o Hospital Metropolitano;

- ✓ Dispensação de 4.820 cadeiras de rodas e 1.162 Órteses e Próteses, atendendo todas as regiões do estado;
- ✓ Realização de serviços de Reabilitação Física e Motora, Saúde Visual, Saúde Auditiva, Saúde Intelectual, Odontologia Especial, acompanhamento dos Programas de Distrofia Muscular e Esclerose Lateral Amiotrófica; Esclerose Múltipla, às pessoas com deficiência.

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro				Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Adequação do Hospital Abelardo Santos	37.865	6.127	16	Hospital Modernizado/Un	-	1	100		

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pelo Hospital Abelardo Santos. Tem por objetivo a modernização do parque tecnológico e estrutura física do Hospital Abelardo Santos. A meta foi alcançada na sua totalidade, com aplicação de 59% dos recursos provenientes do FES/ordinário e de operação de crédito interna. Ressalte-se que esta ação foi reformulada na Revisão do PPA, para 2014-2015, sendo os recursos programados transferidos para "Construção do Novo Hospital Abelardo Santos", que terá 250 leitos e novos serviços de saúde especializados, em 12 pavimentos. A obra de construção do novo hospital já foi iniciada.

Análise: A ação tem como objetivo oportunizar a acessibilidade à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida e é executada em parte pelos Centros Regionais de Saúde - CRS (1º - Belém, 3º - Castanhal, 4º - Capanema, 9º - Santarém, 10º - Altamira, 11º - Marabá, 12º - C. Araguaia e 13º - Cametá), dentre os quais se destaca o 1º CRS com um total de 817 dispensações. Além dos CRS, executaram a ação a ASIPAG, com 400 dispensações, e SESPA com 21.918 dispensações. Os recursos aplicados são provenientes do FES/ordinário.

Construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	5.061	2.149	42	UPA Construída/Un	5	-	-
--	-------	-------	----	----------------------	---	---	---

Análise: Ação programada na Agenda Mínima de Governo, obteve um baixo índice de execução fisico-financeira. Em 2013, a obra de readequação do Hospital Regional de Ipixuna do Pará encontra-se em andamento, com percentual de execução de 65%. Ressalte-se que esta ação foi excluída no momento da Revisão do PPA, para 2014-2015, visto que todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) passarão a ter financiamento tripartite, sendo a construção das mesmas efetivadas com recursos do governo federal repassados diretamente para os municípios.

Implantação de							
Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - EAS	1.645	1.399	85	Unidade Implantada/Un	1	1	100

Análise: Ação executada pela FHCGV, que tem o objetivo de ampliar a capacidade física instalada da rede assistencial. Os recursos são provenientes de recursos produzidos ao SUS e recursos Ordinários do FES e foram usados na aquisição de equipamentos para o Centro de Hemodiálise Monteiro Leite, unidade gerenciada pela FHCGV, implantado desde 2011. No intuito de otimizar recursos públicos e por apresentarem similaridade, a partir de 2014, esta ação passará a absorver as atividades da ação "Implantação de Serviços de Média e Alta Complexidade", conforme Revisão do PPA para os exercícios 2014-2015.

		Financeiro			Físico					
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)			
Implantação de Hospitais de Média e Alta Complexidade	78.305	6.970	8	Hospital Implantado/Un	6	-	1			

Análise: A ação faz parte da Agenda Mínima de Governo, executada pela SESPA. Objetiva ampliar a capacidade instalada para atendimento de média e alta complexidade. Foi programada a implantação de hospitais regionais nos Municípios de Altamira, Barcarena, Castanhal, Capanema, Itaituba e Sta. Luzia do Pará. Desses, os hospitais de Barcarena e de Itaituba estão com as obras em andamento, com percentual de execução de 17% e 3%, respectivamente. Os recursos financeiros utilizados foram advindos de recursos ordinários do FES.

Análise: A ação executada pela FSCMPA, visa ampliar a oferta de serviços de média e alta complexidade em saúde. A ação, que aplicou recursos ordinários do FES, possibilitou as obras de reformas e adaptação de espaços no prédio antigo da Fundação Santa Casa. A partir de 2014, passará a integrar a ação "Implantação de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS)", objetivando uma melhor execução e monitoramento dos resultados.

Análise: Esta ação faz parte da Agenda Mínima de Governo e objetiva aumentar a oferta dos serviços de assistência materno-infantil disponíveis no Estado do Pará. O novo Hospital da Santa Casa foi concluído e inaugurado em agosto de 2013. Para 2014, há programação de continuação da ação com aquisição e implantação de equipamentos. Os recursos financeiros aplicados são provenientes do FES/ordinário e operação de crédito interna.

Implantação do Serviço de Telemedicina	-	-	-	Serviço de Telemedicina Implantado/Un	14	-	-
--	---	---	---	---	----	---	---

Análise: Ação sob a coordenação da SESPA. Em 2013, não houve execução fisico-financeira desta ação, cujo objetivo é aumentar a capacidade diagnóstica na média complexidade, que se constitui numa ferramenta indispensável no diagnóstico do infarto do miocárdio, principalmente nas regiões de difícil acesso. Conforme programado no Plano Estadual de Atenção Integral às Urgências 2012-2015, no ano de 2011, foram implantados 40 pontos de telemedicina nas regiões Baixo Amazonas (Alenquer, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém); Carajás (Palestina do Pará e Parauapebas); Guamá (Curuçá); Lago de Tucuruí (Tucuruí); Marajó (Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure); Metropolitana (Ananindeua, Belém e Marituba); Rio Caeté (Bragança e Salinópolis), Xingu (Altamira, Itaituba, Medicilândia, Pacajá e Uruará); e Tocantins (Barcarena). A instalação desses pontos está associada à inauguração das Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Ressalte-se que esta ação, conforme a revisão do PPA em 2013, terá suas atividades inseridas na ação "Implementação de Ações de Média e Alta Complexidade", para os exercícios 2014-2015, objetivando melhor execução e monitoramento dos resultados.

		Financeiro		Em R\$ 1.000,00 <b>Físico</b>						
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)			
Implementação da Assistência Farmacêutica de Média e Alta Complexidade	36.218	23.513	65	Medicamento Disponibilizado/Un	17.076.518	19.800.668	116			
Análise: Ação executada pela SESPA e pelo 1º Centro (Belém) e 10º Centro (Altamira), FHCGV, Hospital Abelardo Santos, Hospital Regional de Conceição do Araguaia, Hospital Regional de Cametá, Hospital Regional de Salinópolis, e Hospital Regional de Tucuruí. Esta ação, que tem o objetivo de viabilizar o uso racional de medicamentos de média e alta complexidade, registrou superação de meta física, sem, contudo, executar a totalidade dos recursos, provenientes de recursos ordinários e FES/Fundo a Fundo. Ressalte-se que, a partir de 2014, as atividades referentes à ação serão executadas no âmbito do Programa "Assistência Farmacêutica", criado na Revisão do PPA em 2013, objetivando melhor execução e monitoramento dos resultados.										
Implementação da Rede de Urgência e Emergência	19.454	14.149	73	Serviço de Saúde Implementado/Un	144	144	100			
CRS – Capanema, 6°	Análise: A ação é executada pela SESPA e CBM, além de sete hospitais e quatro Centros Regionais de Saúde (4° CRS – Capanema, 6° CRS – Barcarena, 10° CRS – Altamira e 12° CRS – Conceição do Araguaia), por meio de recursos provenientes do tesouro e do FES/Fundo a Fundo, com o objetivo de fortalecer a rede de urgência e emergência no estado									
Implementação das Ações de Assistência à Parturiente e ao Neonato	14.223	11.018	77	Procedimento de Saúde Realizado/Un	179.942	39.040	22			
Análise: A ação é exe Hospital Regional de Com fonte de recurso as atividades desta ao objetivando melhor ex	Tucuruí, e ob os proveniente ção passarão	jetiva garanti es do Tesouro a integrar a	r assistênc o estadual ação "Impl	ia especializada e int e do FES/Fundo a Fu ementação de Ações	egral à saúde d Indo, na Revisa	da mãe e do n ão do PPA em	neonato. n 2013,			
Implementação das Ações de Atenção às Vítimas de Escalpelamento	44	10	22	Assistência Especializada Prestada/Un	1.403	415	30			
Análise: A ação executada pela Fundação Santa Casa, objetiva assegurar o tratamento médico, hospitalar e psicossocial às vítimas de escalpelamento. As metas física e financeira apresentaram resultados compatíveis, abaixo da programação, tendo sido aplicados recursos provenientes do FES/ordinário. Na Revisão do PPA para 2013-2014, as atividades desta ação passarão a integrar a ação "Implementação de Ações de Média e Alta Complexidade", a partir de 2014, objetivando melhor execução e monitoramento dos resultados.										
Implementação das Ações do Banco de Leite Humano	-	-	-	Leite Coletado/L	5.412	4.759	88			
enquanto sua execuç Complexidade". Por e atividades desta ação	Leite Humano									

		Financeiro			Físico		
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação de Ações de Média e Alta Complexidade	421.605	288.567	68	Procedimento de Saúde Realizado/Un	30.548.760	17.683.684	58

Análise: A ação proporciona o atendimento de média e alta complexidade em saúde. Dentre as 19 instituições que executaram a ação, 12 não atingiram a meta prevista. Os órgãos que contribuíram para o alcance parcial dos resultados programados pela Ação foram: 1º CRS, 2º CRS, 4º CRS, 9º CRS, 10º CRS,12º CRS e 13º CRS, bem como FHCGV, HAS, HOL, HRCM e LACEN. Ressalta-se a relevância desta ação ao Programa, que se propõe a enfrentar a baixa resolutividade no atendimento aos usuários do SUS. Os recursos orçamentários são provenientes do FES/Fundo a Fundo, FES - SUS/serviços produzidos, recursos ordinários e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta.

Implementação de							
Co-gestão				Convênio			
Hospitalar e de	1.851	1.851	100	Celebrado/Un	7	6	86
Serviços				Celebrado/Off			
Assistenciais							

Análise: Ação executada pela SESPA, com adequado resultado físico e financeiro no exercício de 2013. Visa estabelecer compromissos e metas para sustentabilidade da gestão hospitalar e de serviços assistenciais, por meio de convênios da SESPA com as seguintes instituições: Associação Amazônica Evangélica; Programa de Residência Médica Oftalmo e Otorino do Hospital Betina Ferro; e Instituto Pobres Servos da Divina Providência Unacon do Hospital João de Barros Barreto. Os recursos utilizados são provenientes do FES/ordinário e possibilita a ampliação dos serviços e atendimentos especializados na rede pública e privada de saúde.

Implementação do Tratamento Fora de	15.302	14.897	97	Usuário Atendido/Un	18.071	13.398	74
Domicílio – TFD				7 110110107 011			

Análise: A ação, executada pela SESPA e Centros Regionais de Saúde (com exceção do 1°CRS – Belém e 6°CRS - Barcarena), visa garantir ao usuário do SUS tratamento especializado fora de seu domicílio. Os recursos utilizados, provenientes do FES/ordinário, permitiram o atendimento de 74% da demanda prevista.

Manutenção do Contrato de Gestão dos Hospitais	383.459	376.290	98	Repasse Realizado/Un	72	72	100
--	---------	---------	----	-------------------------	----	----	-----

Análise: Ação executada pela SESPA, em 2013 atendeu o objetivo de repassar recursos mensalmente para gestão dos seis hospitais regionais: Sudeste, Baixo Amazonas, Transamazônica, Araguaia, Marajó e Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência. Foram utilizados recursos financeiros provenientes do tesouro, FES/Fundo a Fundo, permitindo a interiorização de serviços continuados, ampliação de leitos, bem como de serviços especializados (biópsias de mama e próstata, clínica e cirurgias oncológicas e nefrologia).

Requalificação dos Hospitais Municipais	15.864	10.497	66	Hospital Requalificado/Un	26	3	12
--	--------	--------	----	------------------------------	----	---	----

Análise: Esta ação faz parte da Agenda Mínima de Governo e visa garantir resolutividade da rede assistencial de saúde, com a requalificação de 26 hospitais de pequeno porte existentes em diversos municípios, para média e alta complexidade. Em 2013, foram obtidos os seguintes resultados: três obras concluídas (Hospital Municipal de Bagre, Hospital Galileu, em Ananindeua, e Unidade Básica de Saúde de São Domingos do Capim); três obras em andamento (Hospital Municipal de Afuá, com 61,17% de execução, Hospital Municipal de Barcarena com 16,63% de execução, e Hospital Santa Rosa, em Abaetetuba, com 63,54% de execução); e uma obra iniciada, mas paralisada, em vista do contrato ter expirado (Centro de Saúde de Garrafão do Norte). Os demais hospitais encontram-se em estágios diferenciados de execução, em fase de elaboração de projeto e/ou licitação de obras.

# PROGRAMA: PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS)

**Órgão(s) Executor (es):** ASIPAG, SEAS, Gab. do Governador – Casa Civil, Gab. do Vice-Governador, LOTERPA.

Objetivo: Reduzir as situações de vulnerabilidade e risco social

Público Alvo: Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 39- Proteção Social no SUAS - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
40.778	40.778	73.723	35.044	48

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos das fontes de convênio; repasse fundo a fundo (FEAS), fundo de apoio ao registro civil, ordinários, operações de crédito internas, próprios da administração indireta, fundo estadual de direitos da criança e do adolescente, e do tesouro, totalizando R\$ 40,77 milhões, sendo executados 48% da dotação atualizada, equivalentes a R\$ 73,72 milhões.

A principal fonte de financiamento é o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) que executou R\$ 26,55 milhões, 75,8% do total liquidado. Destaca-se que 99,9% dos recursos do programa compõem-se de recursos ordinários do tesouro do estado.

Os recursos oriundos do repasse fundo a fundo foram programados, inicialmente, em R\$ 2,04 milhões, sendo suplementados para R\$ 4,01 milhões e executados R\$ 2,69 milhões, correspondendo a 67% da dotação disponível.

A fonte de recursos provenientes do fundo de apoio ao registro civil tinha como dotação inicial R\$ 3,61 milhões e foi suplementada para R\$ 5,83 milhões, sendo executados R\$ 2,46 milhões, equivalentes a 42% da dotação atualizada. Essa fonte destina-se exclusivamente a financiar ações de combate ao subregistro.

A fonte de recursos próprios diretamente arrecadados pela LOTERPA, que apoiou financeiramente projetos socioassistenciais, demonstrou baixa execução, no valor de R\$ 18,20 mil, quando comparada à dotação inicial de R\$ 47,00 mil. Destacase que esta fonte corresponde a menos de 1% dos recursos liquidados no programa (Gráfico 43).

Em R\$ 1.000,00 80.000 70.000 60.000 50.000 ■ Rec.Tesouro 40.000 ■ Rec. Próprios 30.000 Convênios 20.000 10.000 Dot.Incial Dot.Atual Liquidado Fonte: SIAFEM

Gráfico 41- Proteção Social no SUAS - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	ESPONSÁVEL de PELA		012	20	013
	APURAÇ			Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Taxa de acesso as famílias ao CRAS*	Número de família s atendidas pelo CRAS em relação ao número de famílias beneficiarias do - Programa Bolsa Família	SEAS	5,87	8	8,7	9	9,71

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador obteve índice de 9,71% de famílias atendidas pelo Centro de Referências de Assistência Social (CRAS), em relação ao total registrado no Programa Federal "Bolsa-Família". Esse resultado, acima do previsto, deve-se, em parte, à realização de monitoramento, assessoramento e vigilância socioassistencial nos 144 municípios paraenses, por parte da SEAS. Apesar de ter superado o índice previsto,

esse indicador não reflete a redução do número de famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco social no Estado do Pará.

Mediante a complexidade do problema relativo ao Programa, alto índice de situações de vulnerabilidade e risco social de indivíduos e famílias no estado, e tendo em vista a incorporação das atividades da FASEPA nesse programa, por ocasião da revisão do PPA em 2013, para os exercícios de 2014-2015, os indicadores passarão a ser: "Cobertura de municípios fortalecidos na gestão do SUAS e SINASE" e "Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa", os quais pretendem expressar de forma mais objetiva o desempenho do conjunto de ações do programa para o alcance de seus objetivos.

#### - Implementação do Programa

O programa visa reduzir as situações de vulnerabilidade e risco social de indivíduos e famílias, por meio de ações nos níveis de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, fortalecendo a gestão do SUAS nos municípios, para qualificação dos serviços socioassistenciais. Focaliza suas intervenções junto à população em situação de vulnerabilidade social que vem se constituindo em política estratégica para reversão da pobreza e da desigualdade.

Propõe-se, ainda, a dar apoio aos municípios para o fortalecimento da gestão municipal por meio de cofinanciamento, assessoramento e monitoramento sistemáticos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para a implantação e implementação de Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Os serviços no nível de proteção social especial de alta complexidade foram realizados em três municípios das regiões Metropolitana (Belém), Carajás(Marabá) e Baixo Amazonas (Santarém), que garantiram proteção integral a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

#### Principais Realizações:

- ✓ Elaboração do Plano Estadual de Assistência Social;
- Implantação do cofinanciamento com transferências fundo a fundo para os 144 municípios do estado;
- ✓ Realização da IX Conferência Estadual de Assistência Social, com participação de 1.500 pessoas;
- ✓ Acolhimento Psicossocial a 1.491 pessoas com deficiência.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Ações de Atenção às Pessoas Acometidas pela Hanseníase	16.686	16.686	100	Pessoa Beneficiada/Um	2.835	2.452	86

Análise: Executada pela FEAS, a ação teve boa execução, de acordo com seu objetivo de conceder o benefício conforme a Lei Estadual Nº 05/90. A previsão financeira foi suplementada com recursos vinculados ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), que permitiu o atendimento a 102 municípios, beneficiando 2.452 pessoas. A concessão do benefício condicionada à inserção no Cadastro Único (CADÚnico) favorece o acesso às ações socioassistenciais, contribuindo para a qualidade de vida e autoestima dos beneficiários.

Apoio a Projetos Socioassistenciais	45 18	40	Instituição Publica Apoiada/Um	1	13	1.300	
--	-------	----	--------------------------------------	---	----	-------	--

Análise: Esta ação é executada pela LOTERPA, e objetiva contribuir financeiramente para a execução de projetos socioassistenciais. Foi programado no PPA, o atendimento a uma instituição pública, no entanto, foram atendidas 13 instituições. A LOTERPA, em parceria com órgãos públicos estaduais, apoiou projetos socioeducativos e socioassistenciais executados por instituições governamentais e não governamentais, dentre as quais FCV, FSCMPA e SUSIPE, beneficiando 1.761 pessoas. Destaca-se o projeto "Livro Solidário", em parceria com a Casa Civil e a IOE, com doação de 567 livros novos, voltados para o público infanto-juvenil que passa por tratamento nas alas pediátricas do HOL. Na Revisão do PPA, em 2013, o produto referente à meta física foi redefinido para atendimento a 08 instituições.

Apoio ao Desenvolvimento da Gestão do SUAS	3.110	2.487	80	Município Atendido/Un	144	144	100
--	-------	-------	----	--------------------------	-----	-----	-----

Análise: Ação executada pela FEAS, IDESP e SEAS, alcançou o objetivo planejado. Financiada com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), viabilizou atividades de monitoramento, assessoramento e vigilância socioassistencial às gestões municipais de assistência social. Coordenada pela SEAS, com suporte técnico do IDESP, em ações de estudos e pesquisas, destaca-se em 2013, a realização de três Oficinas Regionais Inter setoriais de Gestão do CADÚnico e Programa Bolsa Família, qualificando 194 pessoas de 54 municípios de seis regiões de integração, Xingu, Metropolitana, Rio Caetés, Rio Guamá, Marajó e Tocantins.

Apoio às Organizações não Governamentais Integrantes da Rede Socioassistencial	1.179	582	49	Organização não Governamental Apoiada/Un	9	5	56

Análise: Ação de responsabilidade da FEAS e SEAS, objetiva fortalecer a rede socioassistencial no estado. Executada pela SEAS foi financiada com recursos de convênio (MDS), Fundo Estadual da Criança e Adolescente, Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e recursos ordinários do estado. Os resultados físico e financeiro demonstram o alcance parcial da ação, impactando na resolução de situações de vulnerabilidade e extremo risco pessoal e/ou social de crianças e adolescentes.

Cofinanciamento da	200	100	<b>5</b> 4	Município	144		
Gestão do SUAS	200	108	54	Cofinanciado/Um	144	_	_

Análise: Ação sob a responsabilidade da FEAS e SEAS, com recurso previsto do FEAS, objetiva apoiar a gestão municipal para o desenvolvimento de ações e serviços no âmbito da Proteção Social Básica e Especial. A etapa de orientação e cadastramento no SUAS Web foi realizada nos polos de Redenção, Marabá, Paragominas, Santarém, Altamira e Belém, resultando em 95 municípios habilitados, e responde pela execução de 54% dos recursos previstos para 2013.

Em R\$ 1.000,00							(\$ 1.000,00		
	ı	inanceiro	1		Físico	1			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Gestão do Trabalho no SUAS	452	86	19	Município Apoiado/Um	144	<del>-</del>	-		
Análise: Ação sob a responsabilidade da FEAS e SEAS. A ação não alcançou seu objetivo em 2013. A ação pauta-se no apoio aos municípios quanto à adoção de política adequada orientadora da gestão, formação, qualificação e regulação do trabalho no SUAS. O financiamento compõe-se de recursos estaduais e de convênios, sendo licitadas em 2013, para execução em 2014, as ações do Programa CAPACITA SUAS. Os recursos foram aplicados na participação de gestores e técnicos estaduais em eventos de capacitação e reuniões setoriais. O desempenho físico e financeiro impactou diretamente no cumprimento do cronograma previsto no Plano Estadual que visa o aprimoramento e qualificação dos serviços socioassistenciais no estado.									
Implantação de Unidades Regionais de Assistência Social	-	-	-	Unidade Regional Implantada/Um	1	-	-		
Análise: Ação sob a responsabilidade da SEAS previa a implantação de uma Unidade Regional de Assistência Social em Santarém, que não foi executada em 2013. Atualmente, está em discussão a adequação dos espaços onde funcionam os CREAS Regionais, para implantação das unidades de gestão regional da SEAS, com a perspectiva de efetivação em 2014.									
Implantação do Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa	135	-	-	Centro Implantado/Um	1	-	-		
Análise: A ação, executa obra do Centro Estadua entorno do Hospital Reg equívoco de registro no	l de Referênd jional Abelard	cia à Pessoa do Santos, no	Idosa está Distrito d	em fase inicial de c	onstrução e se	rá localizado	no		
Implementação das Ações de Alta Complexidade	9.815	8.734	89	Pessoa Atendida/Um	420	212	50		
Análise: Ação executada garantir a proteção integ dos recursos, composto Abrigos de Mulheres loc	gral a famílias por 95% do	s e/ou indivídi Tesouro esta	uos com v dual, poss	ínculos familiares ro sibilitou a manutençã	mpidos ou frag io de seis abrig	ilizados. A ap Jos em Belém	licação e os		
Em R\$ 1.000,00Implementação das Ações do Fundo de Registro Civil	5.833	2.461	42	Ressarcimento Realizado/Um	61.050	183.918	301		
Análise: Ação executada pela SEAS. Apresentou desempenho físico superior ao programado, possibilitando o ressarcimento de 186.393 registros de nascimento aos cartórios de registro civil, sendo 152.343 referente à 1ª via do documento. Executada por meio do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará garantiu atendimento a 124 municípios. Na revisão do PPA em 2013, esta ação foi excluída e será desenvolvida no âmbito do Programa "Pacto pelo Direitos Humanos", por apresentar afinidade com o objetivo do programa.									
Implementação das Ações dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social– CREAS	1.200	836	70	Município Apoiado/Un	3	10	333		
Análisa: Acão objetiva an	rimorar oc co	nicos osposis	مانحمطمم طم	mádia complovidado	ana mamárina d	a Ciatama l'Ini	00 40		

Análise: Ação objetiva aprimorar os serviços especializados de média complexidade aos usuários do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com recursos do Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS). Obteve superação de meta física com atendimento aos Centros de Referências (CREAS) integrantes da região de Marajó (Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure) e Baixo Amazonas (Santarém). Ressaltase, que na Revisão do PPA para o período 2014-2015, esta ação foi excluída e suas atividades serão desenvolvidas no âmbito da ação "Implementação de Unidades Regionais de Assistência Social".

	F	inanceiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Implementação de Unidades Regionais de Assistência Social	2	-	-	Unidade Regional Implementada/Um	1	-	-		
Análise: Esta ação depende de outra executada pela FEAS, "Implantação de Unidades Regionais de Assistência Social", que não foi executada em 2013. Encontra-se em discussão a adequação dos espaços onde funcionam os CREAS Regionais, para implantação/implementação das unidades de gestão regional da SEAS, com a perspectiva de virem a ser efetivada a partir de 2014.									
Implementação do Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa	-	-	-	Atendimento Realizado/Um	14.400	-	-		
Análise: Esta ação depe Pessoa Idosa", que não fase inicial de construçã	foi executada	a em 2013. A	A obra do	Centro Estadual de I	Referência à P	essoa Idosa e	está em		
Implementação do Centro Integrado da Pessoa com Deficiência	33.211	1.306	4	Centro Implementado/Um	1	1	100		
Análise: Ação executada pela SEAS objetiva a promoção de ações de inclusão e acessibilidade voltadas à pessoa com deficiência no Município de Belém, implementadas por meio das ações desenvolvidas no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC) através de parcerias com a SEAS, SETER, SESPA, COHAB e SEJUDH, que efetivaram os seguintes atendimentos: 1.491 psicossocial; 3.713 intermediação de mão de obra; 20.614 em procedimentos na área da saúde; 114 infocentros; e concessão de 436 "Cheques Moradia" especial. Os recursos utilizados foram oriundos dos recursos do Tesouro estadual e recursos vinculados ao FEAS /MDS.									
Reestruturação dos Abrigos Estaduais	1.855	1.742	94	Abrigo Reestruturado/Un	2	-	-		

Análise: Esta ação, integrante da Agenda Mínima de Governo, apresentou inconsistência no registro da meta física, visto que foi concluída a reestruturação do Abrigo Domingos Zaluth e encontra-se em andamento as obras da Unidade de Acolhimento da Pessoa Idosa "Socorro Gabriel", localizada em Val de Cães, e da Unidade de Acolhimento da Pessoa Idosa "Lar da providência", com previsão de entrega em 2014. Os recursos financeiros aplicados são provenientes de Operações de Crédito Internas, de Contrapartida de Convênios e Ordinários.

# PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS)

Órgão(s) Executor (es): ASIPAG, CEASA, Fundação Santa Casa, SAGRI, SEAS, SEPAq, SESPA.

Objetivo: Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada.

Público Alvo: Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 40Segurança Alimentar e Nutricional - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

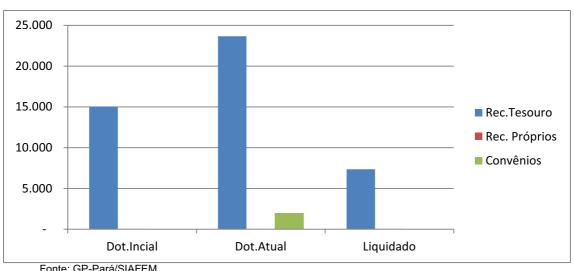
PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	% Execução *
15.029	15.081	25.705	7.385	29

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual, recursos próprios da administração indireta da CEASA e convênios, que totalizaram R\$15,02 milhões, sendo executados R\$ 7,38 milhões, equivalentes a 29% da dotação orçamentária atualizada no exercício, de R\$ 25,70 milhões (Gráfico44).

Gráfico 42Segurança Alimentar e Nutricional - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

Em R\$ 1.000,00



Fonte: GP-Pará/SIAFEM

A principal fonte de financiamento do programa é a de recursos oriundos de convênios vinculados ao tesouro do estado, através da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), programados inicialmente em R\$ 12,77 milhões, suplementados para R\$ 20,00 milhões, dos quais executaram-se R\$ 6,05 milhões, correspondentes a 30,25%.

# Análise dos Resultados do Programa

#### - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	PONSÁVEL de 2012 2013		013		
				Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de pessoas atendidas pelo Programa de Segurança Alimentar e Nutricional*	Variação percentual entre o nº de atendimentos realizados no ano de apuração em relação ao registrado no ano anterior		ND	14	15	25	26,90
Taxa de atendimento do Programa Segurança Alimentar e Nutricional*	Relação percentual entre o nº de pessoas atendidas pelo programa de segurança alimentar e nutricional (PSAN) e o total de pessoas inscritas no CADÚNICO.	SEAS	0,5	1	-	1,5	11,42

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Incremento de pessoas atendidas pelo Programa de Segurança Alimentar e Nutricional" obteve um incremento de 1,90% entre o previsto e o realizado, o que se deve em parte à ampliação da cobertura de municípios quanto ao monitoramento e acompanhamento das ações e convênios firmados pela SEAS, que alcançou os 144 municípios paraenses em 2013.

Quanto à "Taxa de Atendimento do Programa Segurança Alimentar e Nutricional", observa-se acréscimo excepcional entre os resultados previsto e realizado, que se deve à inclusão do atendimento pelo Restaurante Prato Popular-Entroncamento, atividade contemplada no programa, que registrou em 2013, 72.000 pessoas atendidas, impactando fortemente no resultado desse indicador.

#### - Implementação do Programa

O programa prioriza pessoas que estão abaixo da linha da pobreza e são fomentados e financiados projetos de produção de alimentos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar, tendo como referência inovações tecnológicas apropriadas, assim como o estímulo ao consumo de produtos pesqueiros e agrícolas na merenda escolar, servidas nas prefeituras do estado.

O fortalecimento das cadeiras produtivas do Estado do Pará causou impacto positivo para 14.578 famílias, prioritariamente às beneficiadas pelo Programa Federal "Bolsa Família", bem como foram beneficiados 1.475 produtores familiares, com incentivo e aquisição da produção, por meio do Programa Federal de "Aquisição de Alimentos" (PAA).

É de grande importância salientar que nesse programa, encontra-se em execução em Belém, a obra do Restaurante Popular, em parceria com o governo federal, que objetiva o atendimento à população em vulnerabilidade social, com previsão de conclusão para 2014, e que tem por meta atender 6.000 usuários/mês, num total anual de 72.000 pessoas beneficiadas.

Com a revisão do PPA em 2013, para os exercícios 2014-2015, esse programa teve seu público-alvo alterado de "pessoas abaixo da linha da pobreza" para "pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, prioritariamente àquelas abaixo da linha da pobreza".

#### Principais Realizações:

- ✓ Fortalecimento de cadeias produtivas que vem resultando em impactos positivos para 14.578 famílias inseridas nos projetos em andamento;
- ✓ Foram beneficiados 1.475 produtores familiares, com incentivos e compra da produção, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- ✓ O programa subsidiou, em 2013, 6.000 refeições/mês, repassadas à população com custo mínimo de R\$ 1,00;

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Concessão de Bolsa- Qualificação	225	36	16	Bolsa Concedida/Un	3.198	290	9	

Análise: A ação executada pela SEAS apresentou baixa execução, não atingindo em sua totalidade o objetivo de conceder auxílio financeiro aos trabalhadores das cadeias produtivas locais. Em 2013, foram efetivadas a atualização cadastral dos beneficiários e a definição dos procedimentos para o acesso à concessão do benefício da Bolsa Qualificação. Financiada por meio de recursos ordinários, apenas os Municípios de Breves, Cachoeira do Arari, Portel e Salvaterra – da Região do Marajó – foram atendidos. Ressalta-se que não foram comtemplados os 31 municípios programados no PPA, para atendimento em 2013.

Análise: Ação executada pela SEAS objetiva o atendimento a famílias integrantes de cadeias produtivas locais, prioritariamente as beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. A execução física foi muito além do programado, em contraposição à execução dos recursos financeiros, provenientes de convênios, contrapartida de convênios e Recursos Ordinários, abaixo do valor programado.

Implantação de							
Equipamentos				Unidade			
Públicos de	3.135	452	14	Construída/Un	1	-	0
Alimentação e				Constitutation			
Nutrição – EPAN							

Análise: Executada pela SEAS, a ação não foi executada no que se refere à implantação de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPAN), no Município de Altamira. O recurso aplicado, resultante de recursos de convênios firmados com o MDS e recursos do tesouro estadual, viabilizou a construção de cozinhas comunitárias em Rondon do Pará (iniciada em 2012, a obra foi concluída em 2013) e em Xinguara e Ulianópolis (as obras estão em andamento, com previsão de entrega em 2014). Nesta ação também se efetiva a execução da obra do Restaurante Popular em Belém, com previsão de conclusão para 2014.

Implementação de Ações de Aquisição de	3.235	897	28	Produtor Beneficiado/um	1.885	4.220	224
Alimentos							

Análise: Executada pela SEAS e ASIPAG, a ação objetiva fortalecer economicamente o pequeno produtor familiar com aquisição de sua produção. Foi executada por meio do convênio Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre o MDS e SEAS, com término em junho de 2013. A suplementação dos recursos estaduais foi viabilizada a partir do convênio entre a ASIPAG e o MDS, o que impactou na superação de meta física planejada. Foram atendidos 46 municípios em oito regiões de integração, sendo que cinco deles não estavam programados no PPA – exercício 2013: Portel, Brejo Grande do Araguaia, Juruti, Oriximiná e Óbidos.

Implementação de Ações de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	5 71	71 Trabalhador 8:	21 3.652 445
---	------	-------------------	--------------

Análise: Executada pela SEAS e SESPA, a ação apresentou superação da meta física de 345% além do programado, devido à inconsistência quanto à formulação da meta física. Identificada tal situação, a meta foi corrigida na revisão do PPA para os exercícios 2014-2015. Em 2013 foram executados 71% dos recursos previstos, provenientes do FES – recursos ordinários, SUS/Fundo a Fundo e recursos ordinários.

		Financeiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	3.089	460	15	Município Atendido/Um	117	33	28

Análise: Executada pela SEAS e SESPA, a ação foi planejada para fortalecer os municípios no enfrentamento às situações de insegurança alimentar e nutricional. Em 2013, a ação não alcançou a meta física programada. Foram atendidos 33 municípios, em atividades como: manutenção do Restaurante Prato Popular, em Belém, com oferta de 300 refeições/dia a baixo custo; oferta de espaço pela CEASA, para comercialização de pequenos produtores; realização de projetos de auto consumo em comunidades rurais; e, ainda, doações de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Implementação de Ações para Oferta de Alimentação	13	13	100	Unidade Implementada/Un	1	-	0
---	----	----	-----	----------------------------	---	---	---

Análise: Ação sob- responsabilidade da CEASA tem como objetivo manter os restaurantes populares, cozinha comunitárias, banco de alimentos, feiras populares e entidades socioassistenciais. A ação previa em 2013, em parceria com a SEAS, a implementação de uma cozinha comunitária em Belém, que não ocorreu. Os recursos executados foram aplicados no serviço de acompanhamento técnico realizado pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento à Pesquisa (FADESP).

#### Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incidência de agravos imunopreveníveis *	Somatória do nº de casos confirmados de Sarampo, Rubéola, Tétano acidental, Coqueluche, Difteria e Febre Amarela sobre a população total vezes 100 mil habitantes.	SESPA	1,37	1	0,71	0,9	0,16
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerrados oportunamente após notificação.	Nº de casos de DNC encerrados oportunamente, residentes em determinado local e notificados em determinado ano / Nº de casos de DNC, residentes em determinado local e notificados em determinado local e notificados em determinado ano x 100.	SESPA	70	72	76	74	74,23

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Incidência de Agravos Imunopreveníveis" obteve resultado expressivo em 2013, aproximando-se de zero e, com isso, superando o resultado previsto. Tal resultado exitoso deve-se às estratégias adotadas de intensificação vacinal e qualificação de recursos humanos nas salas de vacinas, garantindo a cobertura vacinal, o que proporcionou a erradicação de doenças como a poliomielite, eliminação do sarampo e rubéola, processo de eliminação do tétano neonatal, redução e controle da meningite por Haemophilus influenzae e meningogoco C, entre outras.

O indicador "Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente após Notificação" alcançou o resultado desejado para 2013, 74,23%. Tal resultado é oriundo de estratégia de conscientização junto ao município para registro e encerramento de doenças de notificação compulsória.

# - Implementação do Programa

O Programa "Vigilância em Saúde" consiste na implementação dos sistemas de vigilância estadual e municipal, de modo a fortalecer a infraestrutura técnico-

operacional e o processo de monitoramento e análise das ações necessárias para a prevenção e o controle de riscos e agravos com tuberculose, hanseníase, DST/AIDS, vigilância sanitária, saúde do trabalhador e vigilância epidemiológica, incluindo a imunização. Foi implementado em todos os 144 municípios do estado, respeitando a regionalização.

Com o objetivo de reduzir e/ou eliminar a exposição da população paraense aos diversos riscos, em especial a incidência de doenças, o programa foi implementado pelos 13 CRS, FSCMPA, HAS, HOL, HRCM, HRS, HRT, LACEN, FES e SESPA, que, trabalhando em conjunto, garantiram cobertura em todo o território estadual, cumprindo metas e indicadores.

No processo de revisão do PPA para 2014-2015, o programa sofreu alteração de atributo, com a inclusão de um indicador direcionado à malária, tendo em vista a grande repercussão da doença no estado em 2013.

#### Principais Realizações:

- ✓ Redução no Coeficiente de Mortalidade Geral (CGM), obtendo índice de 3,52% em 2013:
- ✓ Qualificação de 1. 174 profissionais de saúde, intensificando as ações do controle e combate da doença de Chagas;
- ✓ Redução no número de casos de doença de Chagas em 29,9% no estado e 68% nos Municípios de Belém e Abaetetuba;
- ✓ Qualificação de 55 laboratórios gerais para diagnóstico de vírus respiratório; uma para entomologia; 95 para malária e doença de Chagas e duas para leishmaniose visceral humana e canina;
- ✓ Qualificação de 668 profissionais no diagnóstico laboratorial de agravos de saúde pública, beneficiando os 144 municípios;
- ✓ Supervisão de 404 laboratórios, de um total de 585 cadastrados, atingindo 70% da meta institucional.

# PROGRAMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA)

Órgão(s) Executor (es): CRS, FSCMPA, HAS, HOL, HRCM, HRT, LACEN, HRS,

FES e SESPA.

Objetivo: Prevenir exposição a riscos de saúde.

Público Alvo: População em risco do Estado do Pará.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 41- Vigilância em Saúde - Recurso Financeiro, 2013.

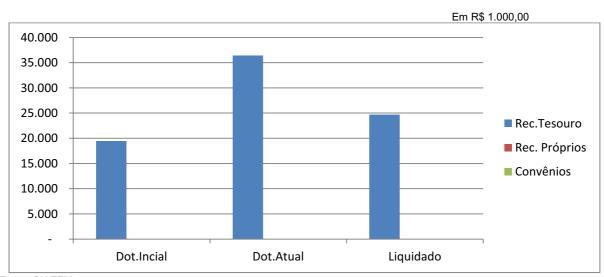
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
19.474	19.474	36.455	24.721	68

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos provenientes de serviços produzidos ao SUS, de fundo a fundo do FES, de taxa de fiscalização sanitária e ordinários do FES, que totalizam R\$ 19,47 milhões. Essa dotação inicial foi reajustada ao longo do exercício para R\$ 36,45 milhões, sendo executados 68% desse total. O programa é financiado quase na totalidade (99,97%) com recursos ordinários do tesouro do estado, tendo como principal fonte de financiamento recursos do fundo a fundo do FES, que representa 85% do total executado (Gráfico 45).

Gráfico 43- Vigilância em Saúde - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Implementação de Ações de Vigilância de Fatores de Risco e Agravos	27.322	17733	65	Município Atendido/Un	144	144	100

Análise: Executada pelo LACEN, SESPA e os 13 Centros Regionais de Saúde (CRS). Trata-se de uma ação continuada, cujo objetivo é prevenir a ocorrência de agravos decorrentes de fatores de risco ambientais, epidemiológicos, endêmicos e ocupacionais. Desenvolvida por meio de seminários, palestras, visitas técnicas e campanhas de vacinação, a ação foi realizada utilizando recursos provenientes do Tesouro e SUS/Fundo a Fundo, atendendo todos os municípios programados.

Implementação de Ações de Vigilância de Produtos, Serviços e Medicamentos	8.949	6.871	77	Município Atendido/Un	144	138	96
---	-------	-------	----	--------------------------	-----	-----	----

Análise: Executado pela SESPA, LACEN e os 13 Centros Regionais de Saúde. O objetivo da ação é assegurar produtos e serviços de qualidade à população do Estado, através de inspeção na produção de alimentos e medicamentos, água para hemodiálise, dentre outras atividades. Executada por meio de recursos provenientes do Tesouro e SUS/Fundo a Fundo, a ação obteve uma espacialização significativa, abrangendo a maioria dos municípios do estado.

Implementação de							
Ações de							
Vigilância	184	116	63	Agravo	2.024	5.867	200
Epidemiológica em	104	116	63	Notificado/Un	2.031	5.007	289
Ambiente							
Hospitalar							

Análise: A ação visa assegurar o registro de agravos de notificação compulsória. Executada pelos órgãos FSCMPA, HAS e HOL, apresentou desempenho acima do esperado, superando as metas inicialmente programadas. Os recursos financeiros são provenientes do tesouro e do SUS/Fundo a Fundo. No intuito de uma execução mais efetiva e um processo de controle, monitoramento e avaliação otimizado, essa ação foi remanejada ao Programa "Média e Alta complexidade na Saúde", após processo de Revisão do PPA em 2013.



# **INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

A dimensão territorial do Estado do Pará e o processo recente de ocupação do seu território - apoiado na priorização do transporte rodoviário em detrimentos dos demais modais, em especial o fluvial, e na formação da rede urbana espraiada ao longo dos eixos rodoviários, que favorecem o crescimento dos centros urbanos acima da capacidade do Estado em oferecer serviços públicos de qualidade, em especial saneamento e habitação -,aliados ao modelo econômico, historicamente extrativista, que relegou o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, enquanto mecanismos de modificação da realidade social, constituem-se nas principais dificuldades enfrentadas pela Área da Infraestrutura e Logística para implementação das políticas de governo.

A Secretaria Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (SEINFRA) coordena, de forma articulada com os órgãos setoriais, a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas às áreas de transporte, habitação, saneamento, ciência, tecnologia e inovação, energia e meio ambiente4, apoiada na diretriz de governo de estimular o crescimento econômico de forma sustentável, visando à redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, o Plano Plurianual 2012-2015 estabeleceu 15 programas a serem executados por essa área, envolvendo 138 ações, das quais 34 integram a Agenda Mínima de Governo.

No setor transporte, as ações de governo abrangem os modais rodoviário, aeroviário e hidroviário.

No modal rodoviário, investimentos estão sendo feitos na restauração, conservação e pavimentação de rodovias. No período 2011-2013, foram feitas intervenções em 1.266 km de rodovias, com investimentos de R\$ 1 bilhão, e, ainda, construção de 2.565 m de pontes de concreto, com investimentos da ordem de R\$ 168,6 milhões. Com o objetivo de melhorar o sistema viário urbano em diversos municípios, nesse período, o governo estadual pavimentou 227 km de vias, por meio do Projeto "Asfalto na Cidade", e encontra-se em andamento a pavimentação de 146 km. Destacam-se, também, as ações do Projeto "Ação Metrópole", com vistas à melhoria da mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belém, que tiveram início em 2012 com previsão de conclusão em 2016, e foram asseguradas com a

\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Por questões metodológicas, os programas de meio ambiente serão avaliados em conjunto com os programas da área de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção.

contratação de empréstimo de R\$ 320 milhões, junto à Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Quanto ao modal hidroviário, em 2013 foram feitos investimentos da ordem de R\$ 1,8 milhão para a conclusão das obras de reforma e adequação dos terminais hidroviários dos municípios de Porto de Moz, Barcarena e São Sebastião da Boa Vista. Para 2014, estão previstas as conclusões das obras dos terminais hidroviários de Gurupá e Itaituba, que somam investimentos de R\$ 3,6 milhões. Na capital, destaca-se a obra de reforma e adequação do Armazém 9 da Companhia das Docas do Pará (CDP) para implantação do Terminal Hidroviário de Belém, em fase de conclusão.

A implantação e melhoramento de aeródromos públicos nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Marajó, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu são algumas das ações programadas para melhoria da infraestrutura aeroviária. Para tanto, foram concluídos os projetos executivos, com início das obras em 2014.

No que se refere ao déficit e a inadequação habitacionais, desafios dessa área, principalmente nas áreas de maior concentração populacional, o governo do estado, por meio da COHAB, desenvolve ações voltadas prioritariamente às famílias de baixa renda, como "Construção de Habitação de Interesse Social"; "Implementação das Ações do Cheque Moradia"; e "Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e Subnormais", que compõem o programa "Habitar para Viver Melhor", e integram a Agenda Mínima de Governo. Dentre essas, destaca-se o atendimento do Cheque Moradia que, no período 2011-2013, superou em investimento a meta prevista até 2014, além de ampliar o atendimento, não só no que diz respeito ao público alvo como no número de municípios, cujos habitantes passaram a ter acesso às ações do Cheque Moradia.

Por meio do Programa "Saneamento é Vida", desenvolvido pela COSANPA e SEIDURB, o governo do estado realizou ações no sentido de melhorar o acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No período 2011-2013, foram feitos investimentos em obras de recuperação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em várias localidades dos municípios de Altamira, Belém, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Itaituba, Marabá e Santarém, todas concluídas. Além das obras em andamento, outras estão com previsão de início para 2014, como a revitalização e modernização da Estação de Tratamento de Água do Complexo Bolonha – 1ª etapa e a reforma e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto da Bacia do Bengui – ETE Bengui IV.

As ações de ciência e tecnologia guardam estreita relação com o desenvolvimento estadual, notadamente no que diz respeito à incorporação de novas tecnologias e agregação de valor aos produtos estaduais. Neste sentido, o governo do estado incluiu como um dos compromissos da Agenda Mínima a consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT Guamá), em parceria com a Universidade Federal do Pará. Em 2013, foram concluídos 42% do complexo arquitetônico e 98% do complexo urbanístico, com investimento total de R\$ 4,2 milhões e previsão de finalização para 2014. Ressalta-se que a Área de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção contribui, também, à incorporação de novas tecnologias na produção estadual.

O Programa "Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ", compromisso da Agenda Mínima de Governo, ultrapassou sua função inicial de promover a inclusão digital da população paraense, uma vez que impulsiona e contribui para o desenvolvimento dos mais variados setores e atividades produtivas. Estima-se que atualmente o sinal alcance o equivalente a 5,7 milhões de habitantes, distribuídos em 72 municípios de 11 regiões de integração do estado, o que significa que cerca de 70% dos paraenses são potencialmente conectáveis a internet.

O setor de energia integra a área com um programa específico, "Energia no Pará", ressaltando-se que se trata de política pública de responsabilidade do governo federal, à qual o governo do estado contribuiu em 2013, com a implantação de iluminação pública em 15 km de trecho urbano da Rodovia Transamazônica, no Município de Marabá.

A Área da Infraestrutura e Logística participa da Agenda Mínima de Governo com 34 ações, sendo 13 do setor transporte, 3 de habitação, 6 de saneamento, 11 de ciência, tecnologia e inovação e 1 de energia, com resultados positivos, demonstrando que todas as ações foram iniciadas e que a maioria encontra-se em desenvolvimento de acordo com o planejamento efetuado.

37%
63%
■ Ação em andamento, atrasada ■ Ação em andamento, conforme planejado

Gráfico 44- Agenda Mínima na Área de Infraestrutura e Logística

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014.

Quadro 5- Agenda Mínima na Área de Infraestrutura e Logística

# AÇÕES EM ANDAMENTO, CONFORME PLANEJADO.

- / Implantação do Terminal Hidroviário de Belém;
- ✓ Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá;
- ✓ Elaboração de Planos Diretores Municipais de Saneamento Básico;
- ✓ Urbanização de assentamentos precários Bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco);
- ✓ Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário;
- ✓ Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário;
- ✓ Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água;
- ✓ Implantação do Sistema BRT (Bus Rapid Transit) na Região Metropolitana de Belém –
   1ª Etapa;
- ✓ Implantação de alternativas viárias à rodovia BR-316 Avenidas Liberdade e Independência;
- ✓ Implantação de alternativas viárias à rodovia BR-316 Avenida João Paulo II;
- ✓ Duplicação da Av. Perimetral trecho UFPA/Almirante Barroso;
- ✓ Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba;
- ✓ Implementação das Ações do Cheque Moradia;
- ✓ Implementação do Projeto Asfalto na Cidade;
- ✓ Recuperação de Pontes;
- ✓ Construção de Pontes;
- ✓ Ações para Cidadania Digital;
- ✓ Concessão de bolsas aos monitores de infocentros;
- ✓ Construção da Rodovia PA-279;
- ✓ Construção de Rodovias;

- ✓ Conservação de Rodovias;
- ✓ Restauração de Rodovias.

## AÇÕES EM ANDAMENTO, ATRASADAS.

- ✓ Implantação de Infovias;
- ✓ Implementação de Infovias;
- ✓ Implantação de Infocentros;
- ✓ Implementação de Infocentros;
- ✓ Implantação de Cidade Digital;
- ✓ Implementação de Cidade Digital;
- ✓ Implantação de pontos livres de acesso a internet;
- ✓ Implementação dos pontos livres de acesso a internet;
- ✓ Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e Subnormais;
- ✓ Construção de Habitação de Interesse Social;
- ✓ Construção de Infraestrutura Aeroviária;
- ✓ Adequação de vias da rede de transporte coletivo na Região Metropolitana de Belém (RMB);
- ✓ Participação do Estado no Programa Luz para Todos (Universalização).

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014·.

# PROGRAMA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)

Órgão(s) Executor (es): FAPESPA e SECTI

**Objetivo:** Promover a produção, aplicação e difusão do conhecimento científico e tecnológico voltado às necessidades do desenvolvimento sustentável do Estado.

**Público Alvo:** Pesquisadores, estudantes, atores das cadeias produtivas estratégicas e das doenças negligenciadas.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 42- Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000.00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
77.044,00	77.043,94	71.749,11	22.191,48	31

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual e recursos provenientes de transferências de convênios e outras transferências que totalizaram R\$ 77,04 milhões. Da dotação inicial, 60% correspondem a recursos da fonte do tesouro e o restante são recursos provenientes de transferências de convênios e outras transferências. No entanto, durante a execução houve redução dos recursos do tesouro em 46% e suplementação dos recursos provenientes de convênio em 47%, além de ingresso de recursos próprios arrecadados pela administração indireta. Com essas alterações, o total de recursos orçamentários disponível para o Programa passou a ser de R\$ 71,74 milhões, dos quais foram liquidados 31%, sendo que desse total 73% correspondem a recursos provenientes de fontes do tesouro (Gráfico 47).

Em R\$ 1.000,00 50.000 45.000 40.000 35.000 30.000 Rec.Tesouro 25.000 ■ Rec. Próprios 20.000 Convênios 15.000 10.000 5.000 Dot.Incial Dot.Atual Liquidado

Gráfico 45- Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁ VEL PELA	Indicad or de Referên	2	012	2013		
		APURAÇÃO	cia	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Avaliação de desempenho de redes de pesquisa ARP/UNIDADE/SE CTI*	ARP= Sistema de informação de acompanhamento de redes de pesquisa implantado + quantidade de relatórios de acompanhamento e/ou de avaliação desempenho das redes de pesquisa produzidos.	SECTI	0	2	0	4	0	
Número de Laboratórios Cadastrados no Sistema de Informações em CT&I do Estado do Pará/UNIDADE/SE CTI	Número de Laboratórios cadastrados ou atualizados no sistema de Informações sobre CT&I do Estado do Pará.	SECTI	0	15	0	25	7	
Média de comunidades beneficiadas por projeto incentivado/comuni dades beneficiadas / projeto/FAPESPA	Total de comunidades beneficiadas com práticas pelas redes dividido pelo número de projetos incentivados.	FAPESPA	5	6	1,90	7	7	
Taxa de inscritos atendidos com bolsa de pesquisa/PERCENT UAL/FAPESPA	Relação percentual entre o número de bolsas de pesquisas concedidas e o total de inscritos.	FAPESPA	39,40	41	41	43	43	

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

O programa possui quatro indicadores dos quais dois alcançaram os resultados previstos, um teve resultado abaixo do esperado, e um não apresentou resultado.

Esse indicador "Avaliação de desempenho de redes de pesquisa", cujo resultado da apuração é zero, depende prioritariamente da implementação da ação "Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisa em Saúde", que se encontra suspensa, pois seus recursos foram direcionados ao atendimento do Convênio nº025/2012 – SECTI/AMABRASIL, com objetivo de viabilizar a implementação de modelagem de uma parceria público-privada do tipo administrativa, visando à construção de um laboratório para desenvolvimento de medicamentos, inclusive biológicos no Estado do Pará.

Quanto ao indicador "Número de Laboratórios Cadastrados no Sistema de Informações em CT&I do Estado do Pará", cujo resultado está abaixo do esperado, o atraso na liberação dos recursos financeiros do projeto, que está sendo executado através do Convênio nº012/2012 SECTI/UFPA, impactou significativamente na realização de coleta in loco de dados das Instituições de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (ICT's) e, consequentemente, impediu o cadastramento do número de laboratórios previstos na ação.

## - Implementação do Programa

O Programa "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável" está estruturado em dez ações executadas pela FAPESPA e SECTI e foi elaborado visando promover ações que estimulem a produção, aplicação e difusão do conhecimento científico, por meio de ações como o desenvolvimento de redes de pesquisa, concessão de bolsas de pesquisa em ciência e tecnologia, incentivo a projetos de pesquisa, entre outras. Atualmente, financia 522 bolsas na área de ciência e tecnologia, sendo 336 de iniciação científica, 77 de mestrado, 52 de doutorado, 16 de desenvolvimento tecnológico industrial, uma de extensão, duas de apoio a pesquisador que atua na área de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), 33 de apoio técnico e cinco para monitores de infocentros.

Quanto ao desenvolvimento de redes de pesquisa, por meio do programa, estão sendo viabilizados projetos voltados ao desenvolvimento de rede de pesquisa em fruticultura tropical, como "Melhoramento da Cadeia do Açaí" e "Melhoramento da

Cadeia do Cacau", além do apoio ao desenvolvimento da Rede Paraense de Pesquisa em Software.

Na revisão do PPA para o período 2014-2015, no sentido de fortalecer as ações voltadas à ciência, tecnologia e inovação, contribuindo de forma mais efetiva para o alcance de seus resultados, este programa, junto com os Programas "Sistema Paraense de Inovação" e "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação", foi agregado em único programa, com a denominação de "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável", com 16 ações.

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisa em Áreas Produtivas Estratégicas	771	173	22	Rede de Pesquisa Apoiada/Un	2	-	-	

Análise: Ação executada pela SECTI, com o objetivo de "fomentar a criação de redes de pesquisa em áreas produtivas estratégicas que promovam o desenvolvimento tecnológico e a verticalização das cadeias produtivas". Quanto à sua implementação, foram realizadas ações preliminares, como o lançamento de editais de três projetos: Apoio ao Desenvolvimento de Rede de Pesquisa em Fruticultura Tropical: Melhoramento da Cadeia do Açaí; Melhoramento da Cadeia do Cacau; e Apoio ao Desenvolvimento da Rede Paraense de Pesquisa em Software. A meta prevista para 2013, de apoio a duas redes de pesquisa, não foi alcançada. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, os recursos efetivamente aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários). Vale ressaltar que parte dos recursos orçados na ação foi remanejado para a ação "Identificação e Mapeamento de Competências em Ciência, Tecnologia e Inovação", para atender convênio entre a SECTI e a Organização de Desenvolvimento Cultural e Preservação Ambiental (AMABRASIL).

Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisas em Saúde	1.117	521	47	Rede de Pesquisa Apoiada/Un	2	-	-	
---	-------	-----	----	--------------------------------	---	---	---	--

Análise: Ação executada pela SECTI, com o objetivo de "fomentar a criação de redes de pesquisa na área de saúde". Quanto à sua implementação, foram realizadas ações preliminares, como o lançamento do edital do projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Rede de Pesquisa em Saúde: Plantas Medicinais e Fitoterápicos; readequação do projeto de redes de pesquisa apoiado pelo Ministério da Saúde (MS), intitulado Farma Viva; e contratação de consultoria para elaboração do projeto de construção de laboratório de medicamentos. A meta prevista para 2013, de apoio a duas redes de pesquisa, não foi alcançada. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, os recursos efetivamente aplicados são provenientes, exclusivamente, do tesouro estadual (recursos ordinários). Vale ressaltar que na revisão do PPA, esta ação foi excluída e a partir de 2014, as atividades nela desenvolvidas passarão a ser executadas na ação "Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisa em Áreas Produtivas Estratégicas", dada a similaridade entre ambas.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Concessão de Bolsas para Pesquisa em Ciência e Tecnologia	14.344	4.614	32	Bolsa Concedida/Un	1758	522	30	

Análise: A Ação, executada pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA), tem como objetivo "possibilitar a geração de conhecimento significativo para o desenvolvimento da ciência tecnológica na região amazônica", cuja abrangência é maior do que as atividades efetivamente executadas pela ação, uma vez que, possibilitar a geração de conhecimento implica em outras ações que não apenas a concessão de bolsas. Neste sentido, o objetivo da ação deveria ser mais específico e direcionado às atividades executadas. Quanto à sua implementação, a concessão de bolsas se dá por meio de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, como universidades e outras instituições, nas modalidades "iniciação científica", "mestrado" e "doutorado". Em 2013, a meta realizada alcançou 30% da meta prevista no PPA e abrangeu 7 regiões de integração das dez programadas. Não tendo sido contempladas as regiões do Baixo Amazonas, Guamá, Lago Tucuruí, Rio Capim e Tapajós. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, dos recursos efetivamente aplicados apenas 1% é proveniente dessa fonte, sendo a ação financiada principalmente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Gestão das Atividades de Ciência e Tecnologia	41	41	100	Relatório de Avaliação Produzido/Un	2	-	-	
--	----	----	-----	---	---	---	---	--

Análise: Ação executada pela SECTI, com o objetivo de "realizar atividades gerenciais, de acompanhamento e de avaliação das ações estruturantes de ciência e tecnologia". Uma vez que gerenciar, acompanhar e avaliar ações são atividades intrínsecas de cada ação, as despesas com estas atividades devem ser apropriadas à ação correspondente, não sendo necessário uma ação específica para esse fim. Neste sentido, na revisão do PPA, esta ação foi excluída. Quanto à sua implementação, os recursos aplicados foram para atender despesas com diárias, passagem e locomoção, de forma a viabilizar participação em reuniões, entre outras despesas administrativas (contribuições). Quanto à fonte de financiamento, a ação foi financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Identificação e							
Mapeamento de				Sistema de			
Competências em	1.031	1.011	98	Informação	5	2,8	56
Ciência, Tecnologia				Implantado/ Un			
e Inovação							

Análise: A Ação executada pela SECTI com o objetivo de "desenvolver o observatório estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação". Para melhor monitoramento da execução, na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, a unidade de medida foi alterada para "percentual". Quanto à sua implementação, os 56% de meta alcançada dizem respeito a ações preliminares, não tendo sido implantado nenhum sistema de informação dos cinco que foram programados e distribuídos nas regiões do Baixo Amazonas (1), Carajás (1) e Metropolitana (3). Os recursos executados foram para atender convênios com a organização AMABRASIL (R\$ 856,3 mil) e com a UFPA (R\$ 154,3 mil). Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, a ação foi financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Implementação de							
Laboratórios de				Laboratório	7		
Ciência e	_	-	_	Equipado/Un	/	-	-
Tecnologia							

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "equipar os laboratórios de instituições de ensino e pesquisa, hospitais e instituições de perícias criminais do Estado". Na revisão do PPA, a ação foi excluída, por se entender que é parte da ação "Apoio ao Desenvolvimento de Redes de Pesquisa em Áreas Produtivas Estratégicas". Quanto à sua implementação, embora estivessem programados sete laboratórios a serem equipados, todos na Região Metropolitana, não houve execução da ação em 2013.

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Incentivo à Formação de Redes de Pesquisa	5.838	3.580	61	Rede de Pesquisa Apoiada/Un	61	23	38	

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem o objetivo de "fomentar a produção de conhecimento para áreas consideradas prioritárias". Na revisão do PPA a ação foi excluída por se entender que há sombreamento com a ação "Incentivo a Projetos de Pesquisa em Ciência e Tecnologia". Quanto à sua implementação, foram atendidos 23 projetos em rede de pesquisa em ciência e tecnologia, por meio de convênios com instituições de ensino e pesquisa. Das oito regiões de integração programadas no PPA, só houve execução em Belém, na Região Metropolitana. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, a ação foi financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

		T T T T T T T T T T T T T T T T T T T	1	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		1	1
Incentivo a Projetos de Pesquisa em Ciência e Tecnologia	48.558	12.236	25	Projeto de Pesquisa Apoiado/Un	217	213	98

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem o objetivo de "fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação". Quanto à sua implementação, foram atendidos 213 projetos individuais de pesquisa em ciência e tecnologia, por meio de convênios com instituições de ensino e pesquisa. Das 11 regiões de integração programadas no PPA, houve execução em oito regiões: Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Metropolitana, Rio Capim, Rio Caeté, Tocantins e Xingu. A ação foi financiada com recursos de convênios e recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Sistema de							
Avaliação de	24			Sistema	4		
Desempenho de	34	-	-	Implantado/ Un	l I	_	-
Redes de Pesquisa							

Análise: Ação executada pela SECTI, com o objetivo de "realizar atividades gerenciais de acompanhamento e avaliação do desempenho das ações de ciência, tecnologia e inovação no Estado do Pará". Na revisão do PPA, a ação foi excluída por se entender que é uma etapa da ação "Incentivo a Projetos de Pesquisa em Ciência e Tecnologia". A ação foi programada para a Região Metropolitana, em Belém, no entanto, não houve execução em 2013, em função da limitação de dotação orçamentária.

Transferência de Tecnologias Sociais para o	16	16	100	Tecnologia Social Disseminada/Un	3	3	100
Desenvolvimento							

Análise: Ação executada pela SECTI, com o objetivo de "disseminar as tecnologias sociais identificadas junto às comunidades, instituições de ensino, pesquisa e extensão, ONGs e empresas, garantindo sua reaplicação em benefício da melhoria da qualidade de vida da população local/regional e indução da capacidade de governança das comunidades". Quanto à sua implementação, a ação foi programa para ser executada nos municípios de Castanhal, Paragominas e Santarém, no entanto ocorreu somente em Belém. Em 2013, foram realizadas ações preliminares para viabilizar o projeto "Tecnologias Sociais para Aproveitamento de Água de Chuva", bem como a realização do I Fórum Paraense de Tecnologias Sociais. Quanto à fonte de financiamento, a ação foi financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

# PROGRAMA: DISSEMINAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**Órgão Responsável:** Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA)

Órgão(s) Executor (es): FAPESPA e SECTI

**Objetivo:** Promover a difusão do conhecimento científico, tecnológico e de inovação, voltadas às necessidades do crescimento e desenvolvimento sustentável do Estado.

Público Alvo: Pesquisadores e Estudantes.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 43- Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
2.732,15	2.432,15	1.306,29	734,24	56

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual e recursos provenientes de transferências (convênios e outras transferências), que totalizaram R\$ 2,7 milhões. Da dotação inicial orçada no OGE (R\$ 2,4 milhões), 93% correspondem a recursos da fonte do tesouro, a principal fonte de financiamento do programa, e o restante são recursos provenientes de transferências (convênios e outras transferências). Durante a execução orçamentária e financeira do programa, houve redução dos recursos do tesouro para R\$ 1,3 milhão, dos quais foram liquidados 56%, que correspondem a recursos do tesouro estadual. (Gráfico 48)

16.000
14.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot.Incial
Dot.Atual
Liquidado

Gráfico 46- Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁV EL PELA	Indicador de Referência	2012 2013		013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de Publicações Incentivadas/PER CENTUAL/FAPE SPA*	Variação percentual entre o número de publicações incentivadas inovadoras no ano em relação ao ano anterior	FAPESPA	ND	10	27	14	87

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

O Programa possui um indicador que mensura o incremento do número de publicações voltadas às iniciativas inovadoras em relação ao ano anterior. Observa-se que nos dois anos de execução do programa a apuração do indicador ficou acima do estimado para o período. Vale ressaltar que na revisão do PPA para o período 2014-2015, dentre os ajustes realizados esse indicador foi substituído pelo indicador "Pesquisador atendido em ações de disseminação do conhecimento científico".

### - Implementação do Programa

O Programa "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação" está estruturado em cinco ações executadas pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). Na revisão do PPA para o período 2014-2015, no sentido de fortalecer as ações voltadas à ciência, tecnologia e inovação, contribuindo de forma mais efetiva para o alcance de seus resultados, as ações deste programa passarão a ser executadas pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável". Destacamos com principal realização do programa a Realização da VI Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.

# Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Apoio à Participação de Pesquisadores em Eventos Nacionais e Internacionais	24	-	-	Pesquisador Atendido/Un	151	-	-	

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem como objetivo "possibilitar que pesquisadores divulguem os resultados de suas investigações em eventos nacionais e internacionais". Quanto à sua implementação, a ação foi programada em 11 regiões de integração, no entanto, em 2013 não houve execução, por limitação de dotação orçamentária. Com a exclusão do Programa "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Apoio a Publicações	57	-	-	Publicação Científica	57	-	-	
Científicas				Apoiada/Un				

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem como objetivo "viabilizar a publicação dos resultados das pesquisas realizadas com apoio da FAPESPA." Quanto à sua implementação, a ação foi programada para ser viabilizada em 11 regiões de integração, no entanto, em 2013, não houve execução por limitação de dotação orçamentária. Com a exclusão do Programa "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação" para o Desenvolvimento Sustentável".

Apoio à							
Realização de	453	436	96	Evento	85	85	100
Eventos	455	430	90	Apoiado/Un	05	05	100
Científicos							

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem como objetivo "disseminar o conhecimento científico e tecnológico através do empreendimento de eventos científicos no Estado do Pará". Quanto à sua implementação, a ação foi programada para 10 regiões de integração, no entanto, em 2013, abrangeu apenas o Município de Belém, onde foram realizados todos os 85 eventos programados. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico				
Ação  Premiação em Ciência,	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
	77	50	65	Pesquisa Premiada/Un	6	2	33	

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem como objetivo "incentivar a produção de dissertações e teses em ciência, tecnologia e inovação". Quanto à sua implementação, a FAPESPA promoveu a entrega do Prêmio Paraense de Jornalismo Científico para Ismael S. Machado e Ana Cristina Oliveira G. Siqueira e do Prêmio Paraense Destaque Científico para Horácio Schneider, em Belém. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Realização de Eventos para Popularização de Ciência, Tecnologia e Inovação	695	248	36	Evento Realizado/Un	14	14	100
---	-----	-----	----	------------------------	----	----	-----

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "realização de atividades massificadoras, fixas e itinerantes de popularização do conhecimento científico e tecnológico, em âmbito estadual". Quanto à sua implementação, a meta programada foi alcançada com a realização de vários eventos, entre eles a VI Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, abrangendo sete regiões de integração, conforme o programado no PPA. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Disseminação de Ciência, Tecnologia e Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

# PROGRAMA: INCLUSÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO - NAVEGAPARÁ

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Órgão(s) Executor (es): FAPESPA, PRODEPA e SECTI.

**Objetivo:** Ampliar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Estado para a melhoria na acessibilidade digital.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 44- Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
16.767,14	16.767,14	14.814,22	6.237,32	42

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual e recursos próprios arrecadados pela administração indireta (PRODEPA), que totalizaram R\$ 16,76 milhões. No entanto, durante a execução, houve redução de 43% dos recursos do tesouro e suplementação das fontes de recursos próprios e convênios, correspondendo à dotação orçamentária de R\$ 14,81 milhões para o programa, no exercício. Dessa, foram liquidados R\$ 6,2 milhões, dos quais 42% correspondem a recursos do tesouro e 58% são provenientes de outras fontes (recursos próprios arrecadados pela administração indireta e convênios)(Gráfico 49).

16.000
14.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot.Incial
Dot.Atual
Liquidado

Gráfico 47- Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	20	2012		013
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Índice da População Beneficiada pelo Programa NAVEGA PARÁ/PERCENTUA L/PRODEPA*	Índice da população atendida pelo Programa = População do Município atendido pelo Programa X 100 / Total da População do Estado do Pará (IIID= NHSM X 100 / NHE)	PRODEPA	ND	57,25	66,53	60,78	67,08
Número de Infocentros Implantados (Estado e Parceiros) /UNIDADESECTI*	Número de infocentros implantados (Estado e Parceiros)	SECTI	5	56	1	25	6

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O Programa possui dois indicadores: "Índice da População Beneficiada pelo Programa NAVEGAPARÁ" e "Número de Infocentros Implantados (Estado e Parceiros)". Quanto ao primeiro, observa-se expansão da cobertura do programa com a disponibilização de serviços a um número maior de pessoas nos diversos municípios do estado. Nos dois anos observados, o indicador superou a meta prevista e estima-se

que, atualmente, o sinal de internet alcance o equivalente a 5,7 milhões de habitantes, distribuídos em 72 municípios de 11 regiões de integração do estado.

O segundo indicador refere-se ao número de novos infocentros implantados. O baixo resultado do indicador no período 2012-2013 deve-se à priorização em recuperar e reativar infocentros que estavam desativados ou funcionando precariamente, ao invés da criação de novos infocentros. Ao longo do exercício de 2013, foram realizadas visitas técnicas em infocentros localizados na capital e nos demais municípios, com o objetivo de revitalizar os espaços já existentes.

Na revisão do PPA para o período 2014-2015, esses indicadores foram substituídos pelos indicadores "Número de Municípios Atendidos pelo Programa NAVEGAPARÁ" e "Número de Unidades Estaduais Integradas à Rede Estadual de Comunicação de Dados", que melhor expressam as ações desenvolvidas pelo Programa.

## - Implementação do Programa

O Programa "Inclusão Digital para o Desenvolvimento – NAVEGAPARÁ" está estruturado em dez ações executadas pela FAPESPA, PRODEPA e SECTI. Na revisão do PPA para o período 2014-2015, foram excluídas as ações "Implantação de Pontos Livres de Acesso à Internet" e "Implementação de Pontos Livres de Acesso à Internet", por serem uma etapa das ações de "Implantação de Cidade Digital" e "Implementação de Cidade Digital", respectivamente.

A presença do NAVEGAPARÁ no território estadual ultrapassa sua função inicial de promover a inclusão digital da população paraense, uma vez que impulsiona e contribui para o desenvolvimento dos mais variados setores e atividades produtivas. Dada a sua importância, o Programa faz parte da Agenda Mínima de Governo. Atualmente, 178 infocentros estão ativos e sendo mantidos pela PRODEPA, alguns em parceria com os governos municipais; 72 cidades digitais foram implantadas em 11 regiões de integração; e 95 pontos livres de acesso à internet estão distribuídos em 46 municípios.

# Principais Realizações:

 ✓ Implantação de cinco novos pontos livres de acesso à internet nos municípios de Acará, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Tomé Açu;

- ✓ Implantação de cinco novas infovias nos municípios de Acará, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Tomé Açu; e,
- ✓ Substituição de equipamentos obsoletos por computadores novos e com melhor desempenho nos 117 infocentros em operação.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

Ação  Ações para	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Ações para Cidadania Digital	6	-	-	Projeto Beneficiado/Un	21	-	-	

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela FAPESPA, tem como objetivo "realizar práticas artísticas, culturais e ações educativas de incentivo à inclusão digital das comunidades e municípios do estado", como forma de conjugar as habilidades do uso do computador e internet com ações educacionais e artísticas, contribuindo para o desenvolvimento local e melhoria das condições de vida da comunidade. Esta ação, de característica integradora, é realizada conjuntamente com outras ações da SECTI, SECOM, SEDUC, PRODEPA e FUNTELPA. Não houve execução da ação em 2013 e a mesma foi reprogramada para 2014.

Concessão de				5.			
Bolsas aos Monitores de	58	46	79	Bolsa Concedida/Un	100	126	126
Infocentros							

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela FAPESPA, tem por objetivo "garantir monitoria e orientação técnica para acessibilidade digital nos Infocentros instalados nos municípios". A ação está diretamente relacionada à expansão dos Infocentros. Quanto à sua implementação, abrangeu os municípios de Abaetetuba, Almeirim, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Bragança, Capanema, Castanhal, Marabá, Maracanã, Marituba, Nova Timboteua, Salinópolis, Santa Maria do Pará, Santarém e Tucuruí, entre manutenção e concessão de novas bolsas e outras já existentes. A ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Implantação de Cidade Digital	2.745	639	23	Cidade Digital Implantada/Un	29	5	17
Cidade Digital				i ilipiantaua/on			

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI e PRODEPA, tem por objetivo "viabilizar acesso à rede de telecomunicações nos municípios do estado". Nesse sentido, a abrangência da ação é bem mais ampla, uma vez que está relacionada com outras variáveis que compõem a estrutura do programa NAVEGAPARÁ: infocentros, infovias e pontos livres de acesso à internet. As Cidades Digitais são localidades ou municípios que recebem o sinal, em banda larga, do NAVEGAPARÁ, para uso da internet em praças públicas, prefeituras e órgãos da administração pública, como: escolas, secretarias municipais e estaduais, postos de saúde, hospitais, delegacias, quartéis da Polícia Militar e dos Bombeiros Militares, dentre outros. Atualmente, estão implantadas 72 cidades digitais em 11 regiões de integração, sendo que em 2013 foram implantadas 5 cidades digitais nos municípios de Acará, Eldorado dos Carajás, Tomé Açú, Parauapebas e Curionópolis. A ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Implantação de Infocentros	3.094	1792	58	Infocentro Implantado/Un	25	6	24
----------------------------	-------	------	----	-----------------------------	----	---	----

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI e PRODEPA, tem por objetivo "prover locais de acessibilidade digital às comunidades e população em geral de todos os municípios do estado". Quanto à implementação, em 2013, foram implantados seis novos Infocentros nos municípios de Santarém (1), Belém (1) e Santa Izabel do Pará (4), abaixo da meta inicialmente programada, por ter sido priorizado nesse exercício a revitalização de espaços já existentes. Atualmente, existem 178 Infocentros implantados em 47 municípios do Estado do Pará, a maioria em parceria com entidades sem fins econômicos, localizadas em áreas carentes. A ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

m R\$ 1,000.00

	Financeiro			Físico					
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Implantação de Infovias	5.081	536	11	Município Interligado/Un	17	5	29		
Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI, tem por objetivo "disponibilizar infraestrutura adequada de redes de telecomunicações nos municípios do Estado do Pará". No exercício de 2013, foram implantadas cinco novas infovias - que são linhas digitais por onde trafegam os dados das redes eletrônicas e cuia									

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI, tem por objetivo "disponibilizar infraestrutura adequada de redes de telecomunicações nos municípios do Estado do Pará". No exercício de 2013, foram implantadas cinco novas infovias - que são linhas digitais por onde trafegam os dados das redes eletrônicas e cuja implantação é condição para a instalação de Infocentros e cidades digitais - nos municípios de Parauapebas, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Tomé Açu e Acará, beneficiando cerca de 320.000 habitantes. A ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Implantação de							
Pontos Livres de	389			Ponto Livre	17	5	29
Acesso à	309	-	_	Implantado/Un	17	5	29
Internet							

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI, tem como objetivo "disponibilizar conexões de acesso à rede mundial de internet nos municípios do estado". Quanto à implementação, em 2013, foram implantados cinco pontos livres nos municípios de Acará, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Tomé Açú, aquém da meta inicialmente programada. Quanto à execução financeira, foi empenhado e não liquidados o valor de R\$ 331,18 mil. A ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários). Na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação foi excluída por se entender que é uma etapa da ação "Implantação de Cidade Digital".

Implementação da Cidade Digital	1.534	1.534	100	Cidade Digital Implementada/Un	85	72	85
---------------------------------------	-------	-------	-----	-----------------------------------	----	----	----

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela PRODEPA, tem como objetivo, "manter o funcionamento regular da infraestrutura de acesso à rede de telecomunicações nos municípios do Estado do Pará". Quanto à implementação, em 2013, foram mantidas as 72 cidades digitais existentes. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são recursos próprios arrecadados pela PRODEPA.

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela PRODEPA, tem como objetivo "manter o funcionamento e acessibilidade digital plena dos Infocentros instalados nos Municípios". Quanto à implementação, uma vez que não houve expansão das cidades digitais, foram mantidos os 178 Infocentros existentes, incluindo os cinco novos implantados em 2013. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são recursos próprios arrecadados pela PRODEPA.

Implementação							
de Infovias	1.475	1.341	91	Infovia Mantida/Un	85	70	82

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela PRODEPA, tem como objetivo "manter regular o funcionamento da infraestrutura de redes de telecomunicações dos municípios do Estado do Pará". Quanto à implementação, foram mantidas 70 infovias, incluindo as cinco novas implantadas em 2013. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são recursos do tesouro estadual (recursos ordinários), bem como recursos próprios arrecadados pela PRODEPA.

Implementação dos Pontos Livres de Acesso à Internet	6	5	88	Ponto Livre Implementado/Un	85	95	112

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI, tem como objetivo "manter o pleno funcionamento das conexões de acesso à internet instaladas nos municípios". Na revisão do PPA, para 2014-2013, esta ação foi excluída por entender-se que é uma etapa da ação "Implementação de Cidade Digital". Quanto a sua implementação, em 2013 foram mantidos 95 pontos livres entre novos e os existentes, superando a meta inicialmente programada. Quanto à fonte de financiamento, a ação é financiada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

# PROGRAMA: SISTEMA PARAENSE DE INOVAÇÃO

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Órgão(s) Executor (es): FAPESPA, FUNDAÇÃO GUAMÁ e SECTI.

**Objetivo:** Promover a inovação tecnológica para o aumento da competitividade estadual.

**Público Alvo:** Instituições de Ciência & Tecnologia e Inovação (C & TI), empresas e órgãos governamentais.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 45- Sistema Paraense de Inovação - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
18.476,15	17.549,28	22.887,06	7.672,44	34

Fonte: GP-Pará/SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no PPA recursos do tesouro estadual e recursos provenientes de transferências (convênios e outras transferências) que totalizaram R\$ 18,47 milhões. Da dotação inicial orçada no OGE (R\$ 17,54 milhões), 60% correspondem a recursos da fonte do tesouro, principal fonte de financiamento do programa, e 40% são recursos provenientes de transferências (convênios e outras transferências). Durante a execução, houve redução dos recursos do tesouro e suplementação de 94% na fonte convênio, o que elevou a dotação orçamentária do programa para R\$ 22,88 milhões, dos quais 34% foram liquidados. Do total de recursos liquidados 64% (R\$ 4,8 milhões) correspondem a recursos do tesouro (recursos ordinários e operações de crédito internas). (Gráfico 50)

16.000
14.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot.Incial
Dot.Atual
Liquidado

Gráfico 48- Sistema Paraense de Inovação - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNIDA DE/FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁV EL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	2012		2013	
			Referencia	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Grau de Implantação e Desempenho do Sistema Paraense de Inovação/PERCENTUA L/SECTI	SPI = PCTG + PCTTO + PCTTA + INC + 2xGCI + 2xTIB + 2xDCIE / 10 SPI = Taxa de implantação e desempenho do Sistema Paraense de Inovação (SPI)	SECTI	2	32	29	70	60,8
Incremento de bolsas para ações inovadoras/PERCENTU AL/FAPESPA *	Variação percentual entre o número de bolsas concedidas para ações inovadoras no ano em relação ao ano anterior.	FAPESPA	ND	33	-	25	26

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

O programa possui dois indicadores: "Grau de Implantação e Desempenho do Sistema Paraense de Inovação" e "Incremento de bolsas para ações inovadoras". O primeiro mensura o grau de implantação e desempenho do Sistema Paraense de Inovação e, para isso, considera todas as ações desenvolvidas pela SECTI no programa, como as ações de implantação dos parques de ciência e tecnologia do Tapajós e Tocantins e a consolidação e gestão do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá). A meta prevista para 2013 ficou abaixo do previsto para o referido exercício e também em comparação ao ano anterior.

Quanto ao "Incremento de Bolsas para Ações Inovadoras", observa-se que o resultado do indicador ficou acima do previsto. Vale ressaltar que na revisão do PPA, para o período 2014-2015, o Programa "Sistema Paraense de Inovação" foi incorporado ao Programa "Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável", que passou a ser denominado de "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável", entre outros ajustes realizados, está a exclusão desse indicador.

# - Implementação do Programa

O Sistema Paraense de Inovação está estruturado em oito ações executadas pela FAPESPA, Fundação Guamá e SECTI. A Fundação Guamá é a responsável pela gestão do PCT-Guamá, por meio de convênio com a SECTI.

O programa tem como principal ação a consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá, que integra a Agenda Mínima de Governo. Em 2013, as obras do Parque tiveram a conclusão de 42% do complexo arquitetônico e 98% do complexo urbanístico.

Na revisão do PPA para o período 2014-2015, no sentido de fortalecer as ações voltadas à ciência, tecnologia e inovação, contribuindo de forma mais efetiva para o alcance de seus resultados, as ações deste programa passarão a ser executadas pelo programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Aplicação da Gestão do Conhecimento para Inovação	211	207	98	Prática Adotada/Un	23	14	61

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "estimular a adoção de práticas de gestão do conhecimento para viabilização da inovação". Quanto à sua implementação, a mesma foi executada em oito regiões de integração das dez programadas, com 61% da meta física alcançada. Quanto à fonte de recursos, a ação foi executada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Apoio à Incubação de Empresas de Base	274	70	26	Incubadora Apoiada/Un	7	1	14
Tecnológica				7			

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "promover o fortalecimento de incubadoras de empresas voltadas ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores de base tecnológica". Quanto à sua implementação, foi executada em Belém, na Região Metropolitana, e alcançou 14% da meta física programada, em correspondência à execução orçamentária. Quanto à fonte de financiamento, embora no PPA estivessem previstos recursos provenientes de convênios, os recursos efetivamente aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Concessão de Bolsas	15.060	2 972	20	Bolsa / Auxílio	22	27	117
e Auxílios à Inovação	15.060	2.972	20	Concedido / Un	23	21	117

Análise: A Ação, executada pela FAPESPA, tem como objetivo "incentivar a produção de conhecimentos que proporcionem o desenvolvimento de processos e/ou produtos inovadores para a economia paraense". Quanto à sua implementação, embora programada para ser executada apenas em Belém, Região Metropolitana, e utilizando apenas 20% da dotação orçamentária prevista, o que demonstra inconsistência entre o planejamento físico e orçamentário, a ação atendeu também ao município de Altamira, na região Xingu, superando a meta programada. No que se refere à fonte de financiamento, a ação foi executada, principalmente, com recursos provenientes de convênios. Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Consolidação do				Parque de Ciência e			
Parque de Ciência e	1.247	1.247	100	Tecnologia	3	3,66	122
Tecnologia Guamá				Guamá			
				Consolidado/Prc			

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela SECTI, tem como objetivo "expandir ambiente indutor e viabilizador de inovação voltado ao desenvolvimento sustentado da Região Metropolitana de Belém". Em 2013, foram executados 3,66% do Parque, acima do percentual programado. Atualmente, encontra-se com 42% do complexo arquitetônico e 98% do complexo urbanístico concluídos. Quanto à fonte de recursos, foi executada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, esta ação passará ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá	-	-	-	Parque de Ciência e Tecnologia Guamá Implementado/ Un	-	-	-	

Análise: Ação extra-orçamentária, executada pela Fundação Guamá, tem como objetivo "assegurar a manutenção e o funcionamento do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá". A sua execução ocorre por meio de contrato de gestão, com a transferência de recursos da SECTI para a Fundação Guamá. Entretanto, essa transferência financeira tem sido realizada no âmbito da ação "Consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia Guamá", razão pela qual essa ação foi excluída no processo de revisão do PPA para os exercícios 2014-2015.

Implantação do Parque de Ciência e 67 2 3 Tecnologia Tapajós	Parque de Ciência e Tecnologia Implantado/Prc	4	6
--	---	---	---

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "criar ambiente indutor e viabilizador de inovação para o desenvolvimento sustentado da região oeste do estado". Quanto à sua implementação, em 2013, foram realizadas ações preliminares como a criação da entidade gestora do Parque e o licenciamento ambiental, que correspondem a 6% do programado para esse exercício. A ação foi executada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários). Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

Implantação do Parque de Ciência e Tecnologia Tocantins	5.565	2.977	53	Parque de Ciência e Tecnologia Implantado/ Prc	66	-	-	
---	-------	-------	----	---	----	---	---	--

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "criar ambiente indutor e viabilizador de inovação para o desenvolvimento sustentado da região sudeste do estado". Quanto à sua implementação, foram realizadas atividades preliminares, como articulação com os agentes locais de inovação para viabilizar parcerias necessárias à implantação do Parque, que responderam por 33% dos recursos realizados no exercício. Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

da	ução à Aplicação Tecnologia	461	196	43	Serviço Realizado/Un	11	10	91	
Ind	ustrial Básica – TIB				Nealizado/OTI				

Análise: A Ação, executada pela SECTI, tem como objetivo "incentivar a realização de serviços de propriedade intelectual, de metrologia, de avaliação da conformidade, de normalização e de gestão tecnológica para agregação de valor a bens, serviços e processos". Quanto à sua implementação, foram realizadas palestras, seminários e capacitações nas regiões Baixo Amazonas, Carajás, Marajó, Metropolitana e Tocantins, com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários), que exigiram 43% dos recursos orçamentários disponíveis à ação. Com a exclusão do Programa "Sistema Paraense de Inovação" na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável".

#### PROGRAMA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN).

Órgão(s) Executor (es): ARCON, DETRAN, SEIDURB, SEOP e SETRAN.

**Objetivo:** Adequar a infraestrutura e serviços de transporte rodoviário e aeroviário no Estado do Pará.

**Público Alvo:** Usuários dos sistemas de transporte rodoviário e aeroviário do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 46- Caminhos para o Desenvolvimento - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
443.147	443.497	730.338	497.046	68

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa foi inicialmente orçado para ser executado com recursos do tesouro estadual (Recursos Ordinários, Royalties e Operações de Crédito), correspondentes a 67,37%, recursos provenientes de transferências (convênios e outras transferências), equivalentes a 26,57%, e 6,05% de recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Durante a execução orçamentária, os recursos provenientes do tesouro estadual foram suplementados em 39% e os recursos relativos às transferências foram reduzidos em 37%. Com essas alterações, houve um incremento de 66% nos recursos disponibilizados para o Programa. Do total de recursos liquidados, 83% correspondem a recursos do tesouro estadual e o restante (17%) a recursos próprios e transferências (Gráfico 51).

Em R\$ 1.000,00

500.000

400.000

300.000

200.000

Dot.Incial

Dot.Atual

Liquidado

Gráfico 49- Caminhos para o Desenvolvimento - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

Indicador/		Órgão		2	012	2013		
Unidade/ Fonte	Fórmula de Cálculo	Responsável pela Apuração	Indicador de Referência		Realizado	Previsto	Realizado	
Aumento da Malha Rodoviária Estadual Pavimentada/Km/ SETRAN	Quilometros de rodovias pavimentadas no período	SETRAN	18,5	-	-	112,23	164,66	
Percentual da Malha Aeroviária em Operação Plena/PERCEN- TUAL/SETRAN	Relação percentual entre o número de aeródromos/helipontos em operação plena pertencentes ao Estado do Pará e o total da malha aeroviária do Estado do Pará.	SETRAN	26	-	-	41	-	
Percentual da Malha Rodoviária Estadual Restaurada e Conservada/PER- CENTUAL/SETRAN	Relação percentual entre o total de km de rodovias restauradas e conservadas do Estado do Pará e o total de km de rodovias da malha rodoviária do Estado do Pará	SETRAN	4,7	-	-	7,33	4,71	
Número de terminais rodoviários homologados/UNI- DADE/ARCON*	Número de terminais rodoviários homologados no ano	ARCON	23	28	-	33	23	

Indicador/		Órgão		2	012	2013	
Unidade/ Fonte	Fórmula de Cálculo	Responsável pela Apuração	Indicador de Referência		Realizado	Previsto	Realizado
Percentual de Municípios Atendidos por Serviços Regulados de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros/PERCE NTUAL/ARCON*	Número de municípios atendidos por serviços regulados de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros / Número total de municípios (143)	ARCON	56	-	-	63	60

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

Para fins de mensuração do desempenho do programa, foram formulados cinco indicadores. Quanto ao aumento da malha rodoviária estadual pavimentada, observa-se que o resultado superou o total previsto para o período. O mesmo não ocorreu com o indicador que mede o percentual de restauração e conservação da malha rodoviária, que ficou abaixo do previsto. No entanto, esse indicador não inclui obras estratégicas ao longo das rodovias, como a construção de 1.564,55 metros de pontes de concreto que compõem a infraestrutura rodoviária e garantem a continuidade do tráfego.

No que diz respeito ao percentual da malha aeroviária em operação plena, não há registro do indicador pelo órgão responsável pela apuração, porém encontramse em processo de tramitação as ações necessárias junto aos órgãos competentes que procedem à homologação de aeroportos, estando previsto para 2014 o início de várias obras de implantação e de melhoramento de aeródromos públicos nas regiões de integração do estado.

Os dois outros indicadores referem-se às ações de regulação, controle e fiscalização executados no programa. Quanto ao indicador que apura o número de terminais rodoviários homologados, o resultado apurado ficou 30% abaixo do previsto, enquanto o percentual de municípios atendidos por serviços regulados de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, embora abaixo do previsto para o exercício 2013, demonstra que os resultados estão próximos de serem alcançados.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Caminhos para o Desenvolvimento" está estruturado em 17 ações, executadas pela ARCON, DETRAN, SETRAN, SEOP e SEIDURB, das quais

oito fazem parte da Agenda Mínima de Governo. Na revisão do PPA, para o período 2014-2015, o programa incorporou as ações do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", no sentido de tornar mais eficiente e eficaz as políticas governamentais voltadas à infraestrutura e logística de transporte dos modais aeroviário, hidroviário e rodoviário, e de otimizar os recursos das ações voltadas para a ampliação e melhoria da mobilidade, acessibilidade e infraestrutura de transporte. Com isso, o objetivo do programa foi alterado, passando a ser "ofertar infraestrutura de serviços nos modais de transporte rodoviário, hidroviário e aeroviário com qualidade e segurança, de forma a fomentar o desenvolvimento socioeconômico do estado", bem como o público alvo passou a ser "usuários dos sistemas de transporte rodoviário, hidroviário e aeroviário do Estado do Pará".

Quanto à espacialização, no período 2012-2013, as ações do Programa alcançaram as 12 regiões de integração.

#### Principais realizações:

- ✓ Pavimentação da PA-481, PA- 409 e PA-403, que interligam o município de Abaetetuba à Vila do Conde, em Barcarena, e a outras localidades, como a Vila de Beja, contemplando 30 km de estrada e a construção de duas pontes em concreto sobre os rios Arapiranga e Guajará de Beja;
- ✓ Revitalização da PA-150, que liga os municípios de Moju a Marabá, passando por Goianésia do Pará, Jacundá e Nova Ipixuna;
- ✓ Pavimentação da rodovia Perna Sul (PA-252), com 34 km de extensão, ligando a rodovia da Alça Viária ao entroncamento da PA-252 (Acará);
- ✓ Pavimentação da rodovia PA-127, que interliga a BR-316 aos municípios de Igarapé-Açu, Maracanã e Magalhães Barata, com 76 km de extensão;
- ✓ Pavimentação da rodovia PA-238, que liga os municípios de Vigia de Nazaré e Colares, a partir da PA-140, com 26 km de extensão;
- ✓ Restauração da rodovia Alça Viária, com 69,2km de extensão;
- ✓ Restauração da rodovia PA-275, que interliga os municípios de Eldorado dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas, com 66 km de extensão;
- ✓ Restauração de 52 km da rodovia PA-279, no trecho que vai do Rio Carapanã, no Município de Tucumã, até São Félix do Xingu;

- ✓ Substituição de duas pontes de madeira por novas estruturas de concreto armado uma sobre o Rio Arapiranga, com extensão de 33 m, e outra sobre o Rio Guajará de Beja, com 17 m de extensão;
- ✓ Substituição de pontes de madeira por novas estruturas em concreto armado na rodovia PA-458, em Bragança, no acesso à praia de Ajuruteua, no nordeste do Pará. No total são 278 m de pontes em concreto armado nos furos da Ostra, do Meio (Chato), do Café e da Estiva;
- ✓ Substituição de ponte de madeira por nova estrutura de concreto armado sobre o Rio Itapecuru, extensão de 67,50 m, no trecho Alça Viária/PA-252 Rodovia Perna Sul Município do Acará;
- ✓ Substituição de ponte de madeira por nova estrutura de concreto armado sobre o Rio Mãe de Deus, extensão de 30 m, ligando Salvaterra/Camará, na PA-154, Município de Salvaterra;
- ✓ Implantação de estrutura da primeira ponte em concreto armado de grande porte na rodovia PA-151, que será erguida sobre o rio Igarapé-Miri;
- ✓ Conclusão dos projetos executivos para implantação e melhoramento de aeródromos públicos nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Marajó, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu.

### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Acompanhamento e Gerenciamento de Obras	17.015	10.919	64	Obra Fiscalizada /Un	100	44	44	

Análise: A ação, executada pela SETRAN, tem o objetivo de garantir a qualidade dos serviços executados e o cumprimento dos prazos estabelecidos nas obras públicas. Em 2013, a ação foi programa apenas para a Região Metropolitana de Belém, no município sede Belém. No entanto, a ação foi ampliada para 39 municípios de diversas regiões de integração do Estado. Dos recursos efetivamente executados, 59% correspondem a recursos provenientes de royalties do petróleo, 20% de operações de crédito externas e 19% de recursos ordinários (tesouro estadual).

Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Transporte Intermunicipal de	135	73	54	Demanda Finalizada /Un	1.335	7.064	529
Intermunicipal de				i manzada / On			
Passageiros							

Análise: A ação, executada pela Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON),tem como objetivo "mediar conflitos decorrentes da atividade reguladora e fiscalizadora no que diz respeito aos serviços de transporte". O produto da ação diz respeito à quantidade de atendimentos a usuários realizados pelo órgão executor. Em 2013, o atendimento superou a meta prevista, tendo a ação alcançado todas as regiões de integração. A ação é financiada com recursos próprios da ARCON.

Em R\$ 1.000,00

	ı	inanceiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Conservação de Rodovias	55.742	38.172	67	Rodovia Conservada/Km	8.092	891	11	

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tendo como objetivo "proporcionar a trafegabilidade das rodovias estaduais com maior segurança e qualidade". Quanto à implementação, a ação foi programada para ser executada em oito regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins. Dessas, não houve execução nas regiões do Araguaia e Carajás, no entanto, a ação alcançou também as regiões do Marajó e Lago de Tucuruí que não estavam na programação inicial. As obras realizadas abrangem a recuperação asfáltica, sinalização e drenagem, entre outras. Os recursos aplicados no período analisado são provenientes do tesouro estadual (royalties hídricos e recursos ordinários).

Construção da Rodovia	45.562	42 242	93	Rodovia	50	48	02
PA-279	45.562	42.242	93	Construída/ Km	52	40	92

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tendo como objetivo "ofertar infraestrutura rodoviária adequada com qualidade e segurança". Quanto à implementação, foram executados 48 km da Rodovia PA-279, no trecho que vai do Rio Carapanã, no Município de Tucumã, até São Feliz do Xingu, em concordância à execução orçamentária da ação. No que se refere à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários).

Construção de	421	270	66	Obra Executada/	1		
Infraestrutura Aeroviária	421	219	00	Un	l I	_	-

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tendo como objetivo "ampliar a infraestrutura aeroviária no Estado do Pará". Quanto à implementação, o órgão executor realizou processo licitatório para elaboração de projetos executivos, com previsão de execução para o ano de 2014, contemplando os municípios de Novo Progresso (Região do Tapajós), Cametá e Oeiras do Pará (Região Tocantins), Tomé-Açu (Região Rio Capim), Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras (Região do Araguaia), Bom Jesus do Tocantins, São Geraldo do Araguaia (Região do Carajás), Anapú, Senador José Porfírio, Medicilândia e Pacajá (Região do Xingú) e Curuá (Região do Baixo Amazonas).

Construção de Pontes	83.469	56.723	68	Ponte Construída/M	2.968	1.082	36
----------------------	--------	--------	----	-----------------------	-------	-------	----

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tendo como objetivo "proporcionar tráfego contínuo e seguro nas rodovias estaduais". Prevista no PPA para ser realizada nas regiões de integração do Araguaia, Baixo Amazonas, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins, em 2013 alcançou 18 municípios dessas regiões, tendo como principais resultados a conclusão de 29 pontes de concreto armado em substituição da pontes de madeira. Entre essas destacam-se as pontes em concreto sobre o Rio Itapecuru, extensão de 67,50 metros, no trecho Alça Viária/PA-252 – Rodovia Perna Sul – Município do Acará e sobre o Rio Mãe de Deus, extensão de 30 metros, ligando Salvaterra/Camará, na PA-154, município de Salvaterra. Também foi duplicada a largura da ponte sobre o Rio Arraia (de 4,00 para 8,40 metros), extensão de 81 metros, trecho Conceição do Araguaia/Redenção na Rodovia PA-287. Os recursos utilizados nessa ação são provenientes de recursos do tesouro e recursos de transferência da União.

Construção de Rodovias	212.753	128.468	60	Rodovia Construída/Km	657	134	20
------------------------	---------	---------	----	--------------------------	-----	-----	----

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tendo como objetivo "ofertar infraestrutura rodoviária adequada com segurança e qualidade". Prevista para ser executada em sete regiões de integração, teve execução em seis regiões, onde na região do Xingu não houve execução de serviços, já na região do Tocantins, que não estava previsto no PPA para 2013, teve execução no município de Acará. Dentre os resultados estão: construção de 34,6 Km da rodovia que liga Alça Viária à PA-252, no município de Acará; pavimentação de 48,7 km da rodovia PA-127 no trecho Igarapé-Açú a Maracanã; e pavimentação de 26 km da rodovia PA-238, no trecho PA-140 a Colares, no município de Colares, pavimentação da PA-127 no trecho BR-316 a Igarapé-Açu - 27,00 Km, pavimentação da PA-424, no trecho da BR-316 a Colônia do Prata - 6,00 Km, pavimentação da PA-431, no trecho de Mojuí dos Campos a PA-370 – 10,00 Km e a pavimentação da PA-443 no trecho da BR-163 ao município de Belterra de 12,9 Km. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do recursos do tesouro estadual (recursos ordinários) e transferência da União.

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro	Em R\$ 1.000,00 Físico							
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)		% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)			
Controle dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	72	49	68	Serviço Controlado/Un	1.687	2.168	129			
Análise: A ação, executada pela ARCON, tem como objetivo "garantir a eficácia e a eficiência dos instrumentos de controle da prestação dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros". Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, essa ação foi agregada às ações de regulação e fiscalização, com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização de Transporte Rodoviários Intermunicipal de Passageiros". Quanto à implementação, o produto diz respeito à quantidade de prestadores de serviço de transporte público controlados pelo órgão executor, demonstrando que os resultados da ação superou o previsto com recursos inferiores aos planejados Em 2013, a ação alcançou as 12 regiões de integração do estado e foi financiada com recursos próprios da ARCON.										
Controle e Fiscalização dos Terminais Rodoviários de Passageiros	65	44	68	Fiscalização Realizada/Un	1.340	2.416	180			
Análise: A ação, executada pela ARCON, tem como objetivo "garantir que os terminais rodoviários homologados pelo Estado do Pará atendam à população dentro dos padrões e normas vigentes". Na revisão do PPA para os exercícios de 2014-2015, esta ação foi agregada à ação de regulação, com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização dos Terminais Rodoviários de Passageiros". Quanto à implementação, em 2013, a ação alcançou todas as regiões de integração do estado, superando a meta programada inicialmente. A ação é financiada com recursos próprios da ARCON.										
Fiscalização dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	1.574	1.489	95	Fiscalização Realizada/Un	1.687	2.706	160			
Análise: A ação, executado rodoviário intermunicipal de de 2014 e 2015, essa ação Controle e Fiscalização de 2013, a ação alcançou as financiada com recursos pro	e passageiros ão foi agrega e Transporte 12 regiões de	a prestação ada às ações Rodoviários e integração o	de um se de regul Intermun	rviço adequado". N ação e controle, c icipal de Passagei , superando a meta	a revisão do P om a denomir ros". Quanto a	PA para os e nação de "Re à implementa	xercícios egulação, eção, em			
Implementação do Projeto Asfalto na Cidade	96133	76.024	79	Via Pavimentada/Km	250	125	50			
Análise: A ação da Agenda urbano dos municípios por regiões de integração, com	Análise: A ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SEOP, tem como objetivo "melhorar o sistema viário urbano dos municípios por meio de pavimentação e urbanização". Em 2013, a ação alcançou 20 municípios em dez regiões de integração, com 125 Km de vias pavimentadas, abaixo da meta prevista. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários).									
Melhoramento da	3.744	1.879	50	Infraestrutura	8	-	-			
Infraestrutura Aeroviária  3.744  1.879  50  Conservada/Un  8										

Análise: Ação executada pela SETRAN, tem como objetivo "dar suporte técnico às obras de pavimentação e terraplanagem quanto ao material aplicado". Não houve execução da ação em 2013, os recursos programados para a ação foram remanejados para atender despesas coma ação "Construção da PA-279". A ação foi reprogramada para 2014

Laboratório

Adequado/Un

1

Modernização do

Solos e Asfalto

Laboratório de Concreto,

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Recuperação de Pontes	5890	2.026	34	Ponte Recuperada/M	1.010	-	-	

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tem como objetivo "proporcionar tráfego contínuo e seguro nas rodovias estaduais". Em2013, a ação foi executada em 12 municípios de sete regiões de integração do estado. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (royalties hídrico e royalties mineral). Encontram-se em construção pontes nos municípios de Igarapé Miri, Aurora do Pará e Alenquer, que substituirão as travessias por meio de balsas sob os rios Igarapé Miri, Rio Capim e Curuá, num total de 1.489 metros. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (operações de crédito internas e royalties).

Restauração de Rodovias	207.898	138.584	67	Rodovia Restaurada/Km	858	311	38
-------------------------	---------	---------	----	--------------------------	-----	-----	----

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SETRAN, tem como objetivo "restabelecer as condições originais das rodovias estaduais proporcionando trafegabilidade com maior segurança e conforto". Quanto à implementação, em 2013, foram restauradas rodovias em 23 municípios de sete regiões de integração (Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Caeté e Tocantins). Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e royalties mineral).

Regulação dos Serviços de Transporte Público Rodoviário Intermunicipal de Passageiros  50	50	99	Instrumento Normativo Elaborado/Un	40	30	75
---	----	----	--	----	----	----

Análise: Ação executada pela ARCON, tem como objetivo "ampliar e atualizar a normatização dos serviços públicos de competência do Estado, delegados a terceiros". Na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação foi agregada às ações de controle e fiscalização, com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização de Transporte Rodoviários Intermunicipal de Passageiros". Quanto à implementação, em 2013, a ação alcançou os municípios de Ananindeua, Belém e Marituba (Região Metropolitana) e Santa Izabel do Pará (Região Guamá). A ação é financiada por recursos próprios da ARCON.

1 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	P P						
Regulação dos Terminais Rodoviários de	42	19	46	Instrumento Normativo	21	-	-
Passageiros				Elaborado/Un			

Análise: Ação executada pela ARCON, tem como objetivo "ordenar com instrumentos normativos adequados a concessão de exploração dos terminais rodoviários de passageiros". Na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, está ação foi agregada à ação de controle e fiscalização, com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização dos Terminais Rodoviários de Passageiros". Quanto à implementação, foram realizadas ações de fiscalização dos terminais em vários municípios do estado. A ação é financiada por recursos próprios da ARCON.

#### PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO PORTUÁRIO E HIDROVIÁRIO

Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN).

Órgão(s) Executor (es): ARCON, CPH e SETRAN.

Objetivo: Adequar a infraestrutura e serviços de transporte hidroviário no Estado do

Pará.

Público Alvo: Usuários dos sistemas de transporte hidroviário do Estado do Pará.

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 47- Desenvolvimento Portuário e Hidroviário - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
53.506	53.605	28.061	19.114	66

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa foi inicialmente orçado para ser executado com recursos provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários, operações de crédito e royalties), correspondentes a 98,76% da dotação inicial, e o restante de recursos próprios da administração indireta (Gráfico 52).

Durante a execução orçamentária, houve redução de 48% dos recursos orçamentários previstos no OGE, sendo disponibilizados R\$ 28,06 milhões para o programa. Dos recursos liquidados, 98% correspondem a recursos do tesouro estadual, principal fonte de financiamento do Programa.

Em R\$ 1.000,00

50.000

40.000

20.000

10.000

Dot.Incial

Dot.Atual

Realizado

Gráfico 50- Desenvolvimento Portuário e Hidroviário - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

		Órgão	Indicador	2	012	2	013
Indicador/Unidade /Fonte	Fórmula de Cálculo	Responsável pela Apuração	do	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Percentual de municípios com adequação da infraestrutura hidroviária/PERCE NTUAL/SETRAN*	Relação percentual entre o número de municípios ribeirinhos atendidos com obras de adequação da infraestrutura hidroviária no período do PPA 2012-2015 e o total de municípios ribeirinhos	SETRAN	10	16	2,9	35	-
Percentual de municípios com construção de infraestrutura hidroviária/PERCE NTUAL/SETRAN*	Relação percentual entre o número de municípios ribeirinhos com construção de novas infraestrutura hidroviária no período do PPA 2012-2015 e o total de municípios ribeirinhos.	SETRAN	8	37	7,35	61	
Percentual de Municípios Ribeirinhos com Construção e Restauração de Infraestrutura Hidroviária/PERCE NTUAL/SETRAN	Relação percentual de municípios ribeirinhos com construção e restauração de infraestrutura hidroviária em relação ao total de municípios ribeirinhos do Estado do Pará	SETRAN	4,41			35	4

		Órgão	ne I	2012		2013	
Indicador/Unidade /Fonte	Fórmula de Cálculo	Responsável pela Apuração		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Percentual de Municípios Ribeirinhos Atendidos por Serviços Regulados de Transporte Hidroviário Intermunicipal de Passageiros/PERC ENTUAL/ARCON*	Números de municípios atendidos por serviços regulados de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros / números total de municípios ribeirinhos (68)	ARCON	19			24	20

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

Do total de quatro indicadores definidos para o programa, três referem-se à infraestrutura hidroviária nos municípios ribeirinhos. Tendo em vista que um deles, o "Percentual de Municípios Ribeirinhos com Construção e Restauração de Infraestrutura Hidroviária" abrange os dois outros, "Percentual de municípios com adequação da infraestrutura hidroviária" e "Percentual de municípios com construção de infraestrutura hidroviária". Foi apurado o resultado abaixo do previsto para 2013, indicando um número 88% inferior do planejado de municípios ribeirinhos contemplados com construção e restauração de infraestrutura hidroviária.

O indicador que mede o percentual de municípios atendidos por serviços regulados de transporte hidroviário intermunicipal de passageiro ficou abaixo do esperado para o período.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário" está estruturado em oito ações executadas pela ARCON, CPH e SETRAN. Na revisão do PPA, em 2013, com efeito para 2014-2015, o programa foi excluído e suas ações foram incorporadas ao Programa "Caminhos para o Desenvolvimento", no sentido de tornar mais eficiente e eficaz as políticas governamentais voltadas à infraestrutura e logística de transporte dos modais que compõem a matriz de transportes do Estado do Pará (aeroviário, hidroviário, e rodoviário).

## Principais Realizações:

- ✓ Conclusão das obras de reforma e adequação dos Terminais Hidroviários dos municípios de Porto de Moz, Barcarena e São Sebastião da Boa Vista;
- ✓ Elaboração dos projetos básicos da 1ª etapa da construção da Plataforma Logística do Guamá (PLG), que será implantada no Município de Inhangapi;
- ✓ Reforma e adequação do Armazém 9 da Companhia das Docas do Pará (CDP) para implantação do Terminal Hidroviário de Belém;
- ✓ Reforma e Adequação dos Terminais Hidroviários de Gurupá e Itaituba.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Adequação das Instalações Portuárias Públicas	21.337	16.497	77	Instalação Portuária Adequada/Un	8	2	25	

Análise: A ação, executada pela Companhia de Portos e Hidrovias (CPH), tem como objetivo "oferecer condições de acessibilidade, conforto, higiene e segurança aos usuários das instalações portuárias públicas". Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada no Programa "Caminhos para o Desenvolvimento". Quanto à implementação, a ação foi programada para ser executada no ano de 2013, em oito municípios das seguintes regiões de integração: Marajó (Breves, Curralinho, Ponta de Pedras, Muaná, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista), Metropolitana (Belém) e Tapajós (Itaituba).No entanto, alcançou apenas os municípios de Barcarena, e São Sebastião da Boa Vista, com a conclusão de instalação portuárias, embora esses não estivessem programados inicialmente no PPA. Ressalte-se que nesta ação está sendo executada a reforma do Terminal Hidroviário de Belém, que faz parte da Agenda Mínima de Governo. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito).

Análise: A ação, executada pela SETRAN, tem como objetivo ofertar infraestrutura hidroviária adequada com qualidade e segurança, para o transporte de cargas e passageiros. Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada no Programa "Caminhos para o Desenvolvimento". Quanto à implementação, o órgão executor planejou sua atuação em 10 municípios de sete regiões de integração (Baixo Amazonas, Guamá, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim e Xingu) e executou em cinco regiões, nos seguintes municípios: Guamá (Curuça, Inhangapi e São João da Ponta), Rio Caeté (Bragança e Salinópolis), Rio Capim (Ourém), Marajó (Salvaterra) e Tocantins (Limoeiro do Ajuru). Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito).

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)		% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Construção de Instalações Portuárias Públicas	928	293	32	Instalação Portuária Construída/Un	8	-	-	

Análise: A ação, executada pela CPH, tem como objetivo implantar infraestrutura adequada ao fluxo de passageiros e cargas. Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada no Programa "Caminhos para o Desenvolvimento". Quanto à sua implementação, foram realizadas atividades preliminares, como 1) elaboração de projeto executivo de engenharia para construção de terminais hidroviários de cargas e passageiros nos municípios de Almeirim, Faro, Prainha, Óbidos, Santarém (Distrito de Santana do Tapará) e Terra Santa, todos na região do Baixo Amazonas e no Município de Uruará na Região do Xingu; e 2) bem como, elaboração de projeto básico do Sistema Viário Interno e Drenagem Pluvial da Plataforma Logística do Guamá - PLG fase 1, Município de Inhangapi (Região do Guamá). Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito).

Controle dos Serviços de Transporte Público Hidroviário Intermunicipal	35	11	31	Serviço Controlado/Un	5.828	6.000	103
de Passageiros							

Análise: A ação, executada pela ARCON, tem como objetivo atualizar e modernizar os mecanismos de controle da prestação de serviços de transporte hidroviário. Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercício de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Caminhos para o Desenvolvimento", com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização do Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros". A ação ultrapassou a meta prevista sendo implementada nos municípios de Belém e Santarém, embora estivesse inicialmente programada para ocorrer em localidades de oito regiões de integração do Estado.

Desenvolvimento de Pesquisas e Estudos Portuários, Hidroviários e de Integração Hidro- Rodoviária	2	2	98	Instrumento Elaborado/Un	1	-	-
---	---	---	----	-----------------------------	---	---	---

Análise: A ação, executada pela CPH, tem como objetivo desenvolver instrumentos para implementação de ações nas áreas portuária, hidroviária, naval e intermodal. Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada no Programa "Caminhos para o Desenvolvimento". Quanto a implementação, parte dos recursos orçamentários programados inicialmente foram remanejados para atender a execução da obra de adaptação e reforma do Terminal Hidroviário de Belém, que faz parte da Agenda Mínima de Governo. Não houve execução da ação em 2013.

Fiscalização dos Serviços de Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros	335	317	95	Fiscalização Realizada/Un	5.928	3.615	61
--	-----	-----	----	------------------------------	-------	-------	----

Análise: A ação, executada pela ARCON, tem como objetivo garantir a prestação de serviço adequado aos usuários do serviço de transporte hidroviário. Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada no Programa "Caminhos para o Desenvolvimento", com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização do Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros". Quanto à implementação, ao verificar a espacialidade das fiscalizações realizadas, identificou-se divergência entre os municípios alcançados pela ação em relação aos inicialmente programados, pois 12 do total de 29 municípios, de nove regiões de integração, não estavam previstos no PPA.

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Melhoramento da Infraestrutura Hidroviária	673	348	52	Infraestrutura Melhorada/Un	3	3	100	

Análise: A ação, executada pela SETRAN, tem como objetivo, efetuar melhorias na infraestrutura hidroviária existente, visando à qualidade e segurança. Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada no Programa "Caminhos para o Desenvolvimento". Quanto à implementação, embora tenha sido programada inicialmente para os municípios de Curuçá, Maracanã e Santa Izabel do Pará, a ação alcançou os municípios de Magalhães Barata, Marapanim e Salvaterra. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários).

Regulação dos Serviços de Transporte Público	90	36	40	Instrumento Normativo	14	-	-
Hidroviário Intermunicipal				Elaborado/Un			

Análise: A ação, executada pela ARCON, tem como objetivo "ampliar e atualizar a normatização dos serviços públicos de competência do Estado, delegados a terceiros". Com a exclusão do Programa "Desenvolvimento Portuário e Hidroviário", na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação passará a ser executada pelo Programa "Caminhos para o Desenvolvimento", com a denominação de "Regulação, Controle e Fiscalização do Transporte Público Hidroviário Intermunicipal de Passageiros". Não houve execução da ação em 2013.

# PROGRAMA: INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

Órgão Responsável: Núcleo Gerenciamento Transporte Metropolitano (NGTM).

Órgão(s) Executor (es): NGTM e SEIDURB.

Objetivo: Promover a melhoria da mobilidade urbana na Região Metropolitana de

Belém.

Público Alvo: População da Região Metropolitana de Belém

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 48 - Integração Metropolitana - Recurso Financeiro, 2013

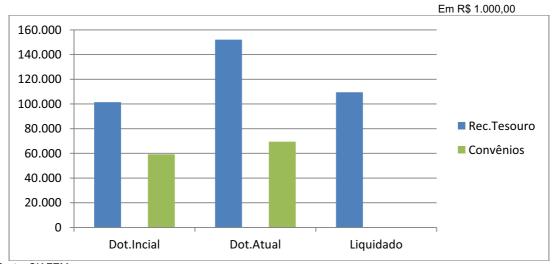
Em R\$ 1.000.00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
160.683	160.683	221.612	109.438	49

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa foi inicialmente orçado para ser executado com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito), correspondentes a 63%, e recursos provenientes de transferências (convênios e outras transferências), equivalentes a 37%. Durante a execução, os recursos oriundos do tesouro estadual foram suplementados em 31% e os recursos provenientes de transferências - convênios em 6%. Com essas alterações, o total de recursos disponibilizados para o Programa aumentou em 38% (R\$ 160,68 milhões para R\$ 221,61 milhões). Dos recursos liquidados (R\$ 109,44 milhões), 100% correspondem a recursos do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito) (Gráfico 53).

Gráfico 51-IntegraçãoMetropolitana - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

Indicador/		Órgão			2	013	
Unidade/ Fonte	Fórmula de Cálculo	Responsável pela Apuração	de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Velocidade Média no Horário de Pico na Av. Júlio César no Trecho da Avenida Centenário da Assembleia de Deus, e Avenida Pedro Álvares Cabral/Km/h/NGTM*	Média aritmética das velocidades medidas na hora-pico ou período de pico, no trecho de via da intervenção	NGTM	10	32	-	40	-
Velocidade Média no Horário de Pico na Rodovia Arthur Bernardes/Km/h/NGT M*	Média aritmética das velocidades medidas na hora-pico ou período de pico	NGTM	25	42	-	46	-
Velocidade Operacional na BR- 316 de Ônibus, em Horário de Pico (manhã) no Sentido Bairro-Centro, com o Prolongamento da Avenida João Paulo II, no Trecho Rua Mariano à Rodovia Mario Covas/Km/h/NGTM*	Média aritmética da velocidade de ônibus, medidas na hora-pico ou período de pico, no corredor BRT- BR 316	NGTM	20	20	-	15	-

<sup>\*</sup> Indicadores alterados na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

Para fins de mensuração do desempenho do programa, foram formulados três indicadores. No que diz respeito à apuração da velocidade média no horário de pico na Av. Júlio César, trecho da Avenida Centenário da Assembleia de Deus e Avenida Pedro Álvares Cabral, a mensuração não foi realizada em 2013porque o projeto será concluído no primeiro semestre de 2014, com a entrega da passarela de pedestres e colocação de gradil, quando será então medida a velocidade "antes" e "após" a entrega do projeto de adequação.

O indicador relativo à velocidade média no horário de pico na Rodovia Arthur Bernardes não teve sua apuração realizada devido a obra não ter sido iniciada; assim como o indicador velocidade operacional na BR-316 de ônibus, em horário de pico (manhã), no sentido bairro-centro, com o prolongamento da Avenida João Paulo II, no trecho Rua Mariano à Rodovia Mario Covas, que está com obras de engenharia viária em andamento, com previsão de término para o segundo semestre de 2014.

Ressalte-se que, na revisão do PPA para os exercícios de 2014-2015, esses indicadores foram excluídos e definidos dois novos indicadores: "Velocidade média no horário de pico na Avenida Júlio Cesar na área de intervenção" e "Velocidade

operacional de ônibus, na BR 316, no horário de pico da manhã nos principais trechos da RMB no sentido bairro-centro", pois especificam melhor o que se quer apurar, facilitando a leitura e interpretação de seus resultados.

## - Implementação do Programa

O Programa "Integração Metropolitana" está estruturado em seis ações executadas pela SEIDURB e o NGTM, e contempla a execução das obras previstas no Projeto "Ação Metrópole", que objetiva solucionar aspectos da mobilidade urbana na RMB, por meio da implantação do Sistema Integrado de Transporte, das vias complementares e demais obras de infraestrutura de tráfego e transporte.

## Principais realizações:

- ✓ Prolongamento da Avenida João Paulo II, visando à melhoria da mobilidade na Região Metropolitana de Belém (RMB).
- ✓ Prolongamento da Avenida Independência, entre os municípios de Ananindeua e Marituba, com mais de 50% realizados e previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2014;
- ✓ Adequação da Avenida Júlio César, com 95% da obra realizada e previsão de conclusão em fevereiro de 2014;
- ✓ Duplicação da Avenida Perimetral, no trecho compreendido entre o terminal da UFPA até a Avenida Almirante Barroso, com 5,06 km de extensão.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Adequação de Vias da Rede de Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Belém (RMB)	13.050	9.314	71	Via Adequada/Un	2	-	-	

Análise: Esta ação faz parte da Agenda Mínima de Governo, executada pelo NGTM, tem como objetivo melhorar a fluidez do tráfego em vias da rede de transporte coletivo na Região Metropolitana de Belém. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito). As atividades realizadas em 2013 referem-se ao desenvolvimento do projeto executivo e à execução de obras viárias da Avenida Júlio César, com 95% realizadas; execução do projeto básico, atividade de gerenciamento e fiscalização de obras viárias da Rua Yamada/Rodovia do Tapanã.

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executad o (F)	% (G=F/E )	
Duplicação da Perimetral - Trecho UFPA/Almirante Barroso	12.100	112	1	Avenida Implantada/ Km	2	-	-	

Análise: A ação integra a Agenda Mínima de Governo e objetiva ampliar as vias de escoamento da Região Metropolitana de Belém. O projeto foi desmembrado em dois segmentos: o habitacional, com a construção de 340 unidades habitacionais, encontra-se em fase de emissão da ordem de serviço para início das obras; e o da pavimentação, que está com a ordem de serviço já assinada. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito).

Implantação de							
Alternativas Viárias à	112 024	22.220	20	Via	4		
Rodovia BR-316 -	112.024	32.330	29	Implantada/Un	ı	-	-
Avenida João Paulo II				-			

Análise: A ação faz parte da Agenda Mínima de Governo, executada pelo NGTM, cujo objetivo é melhorar a fluidez do tráfego na Rodovia BR-316. Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014 e 2015, houve alteração de atributos da ação em relação ao produto, que passará a ser medido em percentual, para melhor acompanhamento da execução da mesma. Apesar da ausência de registro de meta física realizada, ocorreram registros de informações qualitativas, pelo órgão executor, descrevendo a situação das obras viárias e, de gerenciamento e fiscalização de prolongamento da Avenida João Paulo II, com 12,5% de execução. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários).

Implantação de Alternativas Viárias à				\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \			
Rodovia BR-316 - Avenidas Liberdade e	83.210	67.202	81	Via Implantada/Un	1	-	-
Independência							

Análise: A ação integra a Agenda Mínima de Governo, executada pela SEIDURB, com objetivo de melhorar a fluidez do tráfego na Rodovia BR-316. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito). As obras na Avenida Independência estão em andamento, com realização das seguintes intervenções: Ponte Rio Maguary-Açu (30% executado), drenagem (25% executado), pavimentação (45% executado) e terraplenagem (46% executado).

Implantação do Sistema BRT (Bus Rapid Transit) na Região Metropolitana de Belém (1ª etapa)	1.226	479	39	Infraestrutura Física Implantada/Prc	8	-	-	
---	-------	-----	----	--	---	---	---	--

Análise: Esta ação faz parte da Agenda Mínima de Governo, sendo o órgão responsável o NGTM. Em 2013, houve a realização do procedimento público internacional para contratação de serviços de consultoria, com vistas à elaboração de estudos, projetos e gerenciamento geral de obras do empreendimento corredor BR-316. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito).

Implementação do Consórcio Público Multifederativo na Região Metropolitana de Belém (RMB)	-	-	-	Consórcio Público Implementado/Un	2	-	-
---	---	---	---	---	---	---	---

Análise: A ação, executada pelo NGTM, objetiva implementar a gestão consorciada do sistema BRT (Bus Rapid Transit). Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, houve alteração no objetivo da ação que passará a ser "realizar estudos técnicos visando à implementação do consórcio público multifederativo na Região Metropolitana de Belém (RMB)", com a finalidade de delimitar melhor a etapa que será executada no período do PPA (2012-2015), permitindo o monitoramento adequado. A ação foi reprogramada para 2014.

## PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP)

Órgão(s) Executor (es): ARCON, COHAB, ENC. PGE, ITERPA, SECTI, SEOP e

SETRAN.

Objetivo: Promover a gestão de obras de interesse público no Estado do Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará

# Análise dos Recursos do Programa

Tabela 49- Gestão de Obras Públicas - Recurso Financeiro, 2013

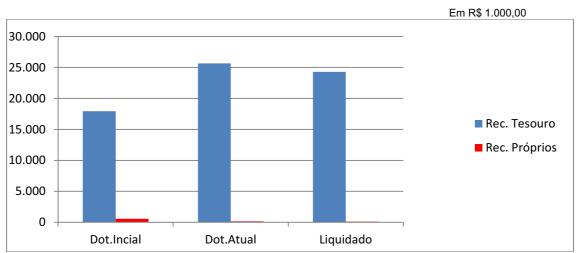
Em R\$ 1.000.00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
17.808	18.508	25.822	24.392	94

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa foi inicialmente orçado para ser executado com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários e vinculados ao tesouro), que correspondem a 97% da dotação inicial, e recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta, equivalentes a 3%. Durante a execução, os recursos do tesouro estadual foram suplementados em 43%, devido principalmente ao ingresso de recursos oriundos de operações de crédito e recursos ordinários, o que elevou o total de recursos disponíveis para o Programa em 39% (de R\$ 18,50 milhões para R\$ 25,82 milhões), dos quais 94% foram liquidados (Gráfico 54).

Gráfico 52- Gestão de Obras Públicas - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

In all and I		Ó ~		2	012	2	013
Indicador/ Unidade/ Fonte	Fórmula de Cálculo	Órgão Responsável pela Apuração	Indicador de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Índice de Obras Paralisadas/PERCENTUAL/ SEOP*	Total de obras paralisadas no ano dividido pelo total de obras contratadas no ano	SEOP	ND			10	7
Índice de Satisfação dos Clientes/PERCENTUAL/ SEOP*	Número de clientes satisfeitos dividido pelo total de clientes avaliados	SEOP	ND			87	92
Taxa de obras com termo de recebimento definitivo/PERCENTUAL/SEOP*	Relação percentual entre o total de obras com assinatura do termo de recebimento definitivo pelo total de obras demandadas	SEOP	10	25	37,10	35	90
Taxa de participação das empresas de construção certificada/PERCENTUAL/ SEOP*	Relação percentual entre o número de empresas com certificação Nível "A" do PBQP-N (Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade no Habitat) pelo número de empresas contratadas	SEOP	58,33	70	75,24	77	90

<sup>\*</sup> Indicadores alterados na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

Os indicadores definidos para o programa apresentaram resultados positivos, acima do previsto para o período, o que indica que o desempenho das ações do programa contribuiu de forma efetiva para o alcance dos objetivos e metas programados. Observa-se que os indicadores que mensuram a "Taxa de obras com termo de recebimento definitivo" e "Taxa de participação das empresas de construção certificada" tiveram crescimento significativo em 2013 em relação ao ano de 2012. Ressalte-se que, na revisão do PPA para os exercícios de 2014-2015, esses dois

indicadores foram excluídos e inseridos dois novos, "Incremento de Obras Concluídas" e "Incremento de Obras Contratadas", que especificam melhor o que se quer apurar, facilitando a leitura e interpretação de seus resultados.

## - Implementação do Programa

O Programa "Gestão de Obras Públicas" está estruturado em oito ações executadas pela ARCON, COHAB, ITERPA, SETRAN e SEOP. Na revisão do PPA, em 2013, para o período 2014-2015, a denominação do programa foi alterada no sentido de expressar melhor as atividades desenvolvidas pelo conjunto de ações, sendo suprimido o termo "gestão", passando a ser "Obras Públicas".

As ações do programa estão voltadas principalmente à construção, conservação de imóveis públicos e fiscalização de obras públicas. O programa também desenvolve ações direcionadas a atender demandas de interesse público como a construção e conservação de espaços comunitários.

#### Principais realizações:

- ✓ Reforma do Teatro Margarida Schivasappa e Cine Líbero Luxardo CENTUR;
- ✓ Construção de duas quadras cobertas no Distrito de Alter do Chão, em Santarém para atender o Festival do Çairé;
- ✓ Construção de cinco Quadras Poliesportivas e Reformas e Adaptações de outras duas, em Santarém;
- ✓ Implantados nove micros sistemas de abastecimento de água, sendo três em Mojuí dos Campos, dois em Itaituba, um Abaetetuba, um em Belterra, um em Tracuateua e um em Santo Antônio do Tauá;
- ✓ Recuperação do muro de arrimo da orla de Marudá;
- ✓ Construção de rampa em concreto para acesso dos barcos em São Caetano de Odivelas:
- ✓ Obras de reforma dos prédios sede da LOTERPA, SEPOF, Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará e FUNTELPA e Ampliação da Câmara Municipal de Santarém.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	F	inanceiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Conservação de Espaços Comunitários	1.016	956	94	Espaço Conservado/Un	7	4	57	

Análise: A ação, executada pela SEOP, objetiva "subsidiar a manutenção de edificações em espaços comunitários, evitando a deteriorização". Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi reformulada com a finalidade de agregar outras atividades que estavam sendo executadas em outras ações. A denominação passou a ser "Restauração, Ampliação, Reforma e Conservação de Espaços Comunitários"; o objetivo foi alterado para "otimizar o uso e preservar as edificações em espaços comunitários"; e o produto foi modificado para "Obra Realizada". Quanto à implementação, foram concluídas as obras de reforma da orla de Vista Alegre, no Município de Marapanim; reforma do prédio da Ação Social Integrada do Palácio do Governo (ASIPAG); reforma e ampliação do hospital Barros Barreto, no setor de diagnóstico/cirurgia patologia bucais; reforma da Escola Estadual de Ensino Fundamental Anísio Teixeira; reforma da sede da Prefeitura Municipal de Colares, e reforma e ampliação da sede da Câmara Municipal de Sapucaia. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (operações de crédito internas e recursos ordinários).

Conservação de Imóveis Públicos 8.519	8.471 82	Imóvel Conservado/Un	12	7	58
--	----------	-------------------------	----	---	----

Análise: A ação, executada pela SEOP, tem como objetivo "preservar as edificações públicas para melhor servir a população". Na revisão do PPA para 2014-2015, foi reformulada com a finalidade de agregar outras atividades que estavam sendo executadas em outras ações, passando sua denominação para "Restauração, Ampliação, Reforma e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais"; o objetivo foi alterado para "otimizar o uso e preservar as edificações públicas para melhor servir a população"; e o produto foi modificado para "Obra Realizada". Quanto à implementação, em 2013, foram realizadas obras de reforma do Núcleo Regional da SETRAN, em Capanema; recuperação do muro do Parque Ambiental do Utinga; Reforma do Palácio dos Despachos – Casa Civil; reforma do prédio da Ação Social Integrada do Palácio do Governo (ASIPAG); reforma do Teatro Experimental Waldemar Henrique; e reforma na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (operações de crédito internas e recursos ordinários).

Comunitários   11.207   10.253   91   Construído/Un   25   19	Construção de Espaços Comunitários	11.207	10.253	91	Espaço Construído/Un	25	19	76
---	---------------------------------------	--------	--------	----	-------------------------	----	----	----

Análise: A ação, executada pela SEOP, tem como objetivo "ampliar o investimento em obras e espaços sociais nos municípios paraenses". Quanto à implementação, em 2013, foram realizadas obras como a construção de ginásio poliesportivo nos municípios de Santarém e Belém (Mangueirão), construção de praça nos municípios de Marapanim, Capanema e Jacundá, e outras obras de infraestrutura em diversos municípios, como Porto de Moz, Sapucaia, Itaituba, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Igarapé-Açu, Curuça e Aveiro. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (operações de crédito internas e recursos ordinários).

Construção de Imóveis	4 047	4 047	100	Obra Construída/Un	2	4	22
Públicos	4.047	4.047	100	Obra Construida/On	٥	'	33

Análise: A ação, executada pela SEOP, tem como objetivo "construir edificações públicas a partir das necessidades de prestação de serviços à população". Na revisão do PPA para os exercícios de 2014 e 2015 houve alteração na denominação da ação para "Construção de Imóveis Públicos Estaduais", a fim de expressar com mais clareza a abrangência das atividades desenvolvidas. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (operações de crédito internas e recursos ordinários). Encontrase em andamento a obrado Centro de Convenção de Marabá.

Desapropriação de Imóveis	684	316	46	Desapropriação Executada/Un	10	17	170
------------------------------	-----	-----	----	--------------------------------	----	----	-----

Análise: A ação, executada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), tem como objetivo "atender necessidades de novos espaços para implementação de prestação de serviços pelo Estado". A execução financeira, na sua totalidade, é proveniente de recursos do tesouro, sendo todas as desapropriações executadas no Município de Belém, como previsto no PPA para o ano de 2013.

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Elaboração e Análise de Projetos de Engenharia e Arquitetura	64	64	100	Projeto Elaborado/Un	131	-	-	

Análise: A ação, executada pela SEOP, tem como objetivo "atender a demanda de projetos de arquitetura e engenharia provenientes do setor público". Quanto à implementação, embora não haja registro de meta física realizada, foram elaborados projetos para a construção do Centro de Convenção de Marabá, Ginásio Poliesportivo de Santarém e a Reforma do Estádio Colosso do Tapajós. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários).

Fiscalização da				Obra			
Execução de Obras	176	176	100	Fiscalizada/Un	265	150	56
Públicas				i iscalizada/OII			

Análise: A ação, executada pela SEOP, tem como objetivo "melhorar a qualidade das obras públicas". Alcançou diversos municípios das 12 regiões de integração. Com recursos provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários).

Realização de Avaliações e Perícias de Imóveis	107	107	100	Imóvel Avaliado/Un	21	379	1804
--	-----	-----	-----	-----------------------	----	-----	------

Análise: A ação, executada pela SEOP, tem como objetivo "elaborar laudos de avaliação e perícias de imóveis próprios e de interesse do Estado". Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários) e a ação alcançou diversos municípios nas 12 regiões de integração. Ressalte-se que a execução muito acima do programado deve-se à realização de perícias e avaliação de imóveis para fins de desapropriação e execução das obras das avenidas Independência e João Paulo II e da Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, que não estavam inicialmente programadas.

## PROGRAMA: ENERGIA NO PARÁ

**Órgão Responsável:** Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON)

Órgão(s) Executor (es): ARCON, Gás do Pará, NEE e SEOP.

**Objetivo:** Adequar, em termos qualitativos e quantitativos, o atendimento da demanda de energia no Estado do Pará.

Público Alvo: Consumidores de energia do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 50- Energia no Pará - Recurso Financeiro, 2013.

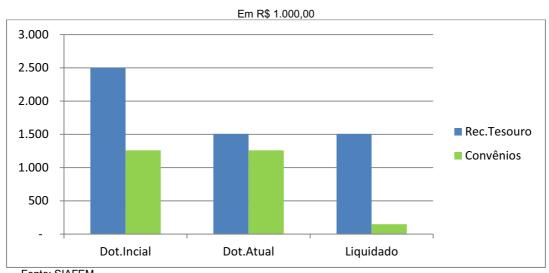
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
26.389	3.759	2.766	1.657	60

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no OGE 2013 recursos do tesouro estadual (recursos ordinários e vinculados ao tesouro) e recursos provenientes de convênios, que totalizaram R\$ 3,7 milhões, mas durante a execução, houve redução de 40% do total programado. Em relação aos recursos liquidados (R\$ 1,6 milhões), 91% correspondem a recursos do tesouro e 9% são oriundos de outras fontes de investimento (Gráfico 55).

Gráfico 53- Energia no Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNIDA DE/FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁV EL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referênci a	2012		2013	
		7.11 010 (9710		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)/Hora/REDE CELPA	(Número de consumidores, do conjunto considerado, atingidos na interrupção X tempo de duração da interrupção em horas) / Número total de consumidores do conjunto considerado.	ARCON	93	67	101,59	58	82,7
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade (FEC)/Número de Interrupções/REDE CELPA	Frequência equivalente de interrupção por Unidade Consumidora (FEC) / Número de Interrupções.		51	46	50,89	44	41,7
Percentual de Implantação do Projeto de Fornecimento de Gás Natural/Percentual/Gá s do Pará	Relação percentual entre as etapas de serviços implantados em relação ao total de etapas do projeto.	Gás do Pará	0	20	20	65	20

O Programa possui três indicadores de desempenho, sendo que dois aferem a qualidade do fornecimento de energia elétrica e um apura o percentual de evolução de implantação do projeto de gás natural. Quanto à mensuração do tempo de duração de interrupções no fornecimento de energia elétrica, observa-se que embora tenha havido decréscimo em relação a 2012, o resultado ficou acima do estimado para 2013. Por outro lado, o indicador que mede a frequência de interrupções apresentou resultados positivos, uma vez que o número de interrupções foi inferior ao previsto para 2013. No que se refere à apuração do percentual de evolução de implantação do projeto de gás natural, não houve alteração em relação a 2012 e, por conseguinte, o resultado está abaixo do previsto para 2013.

## - Implementação do Programa

O Programa "Energia no Pará" está estruturado em quatro ações, executadas pela ARCON, Gás do Pará e SEOP. Sua execução concorre para a fiscalização e controle dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica e implantação de gás natural. Dentre as ações, destaca-se a Ação "Participação do Estado no Programa Luz Para Todos (Universalização)", que faz parte da Agenda Mínima de Governo. Em 2013, destaca-se a obra de iluminação da Rodovia Transamazônica, em cerca de 15 km, no Município de Marabá, no trecho urbano (ponte sobre o Rio Itacaiúnas/rotatória do Km 6).

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Energia Elétrica	126	64	51	Demanda Finalizada/Un	23.712	13.332	56

Análise: A ação executada, pela ARCON, tem como objetivo "mediar conflitos decorrentes da ação reguladora e fiscalizadora referente ao fornecimento de energia elétrica", cujo produto expressa as demandas apresentadas pelos usuários contra a concessionária até a sua conclusão final. Quanto a sua implementação, a ação alcançou todas as regiões de integração do estado, com recursos provenientes de transferências de convênios.

Fiscalização e							
Acompanhamento da				Figgalização			
Prestação dos Serviços de	1.133	86	8	Fiscalização Realizada/Un	58	57	98
Geração e Distribuição de				Realizada/Uli			
Energia Elétrica							

Análise: A ação, executada pela ARCON, tem como objetivo "aferir os níveis de qualidade dos serviços prestados pela concessionária e pelos produtores independentes". Quanto à execução, a ação foi programada para ser implementada em 35 municípios e foi executada em 19, localizados nas regiões de integração Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Marajó, Metropolitana, Tocantins e Xingu. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes de transferências de convênio.

Implantação do Serviço de Gás Natural Canalizado e	-	-	-	Serviço Implantado/Un	2	-	-
Veicular				implantado/on			

Análise: Ação executada pela Companhia de Gás do Pará (GÀPARÀ), tendo por objetivo "implantar serviço de distribuição de gás natural canalizado e veicular no estado do Pará". Vale ressaltar que se trata de ação extra orçamentária que não exige aplicação direta de recursos do orçamento estadual. A ação é financiada com recursos próprios da Gás do Pará e foi reprogramada para 2014.

<u> </u>	<u> </u>						
Participação do Estado no Programa Luz para Todos	1.433	1.433	100	Repasse Concedido/Un	3	1	33
(Universalização)							

Análise: A ação, integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela SEOP, tem como objetivo "implementar a participação do Estado no Programa Luz Para Todos (Universalização)". Em 2013, o governo do estado executou a ação diretamente e não por meio de repasse aos municípios, com a realização da obra de iluminação da Rodovia Transamazônica, em cerca de 15 km, no Município de Marabá, no trecho urbano (ponte sobre o Rio Itacaiúnas/rotatória do Km 6). Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários).

#### PROGRAMA: HABITAR PARA VIVER MELHOR

**Órgão Responsável:** Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB)

Órgão(s) Executor (es): COHAB e SEIDURB.

Objetivo: Possibilitar o acesso à moradia digna, prioritariamente às famílias de baixa

renda.

Público Alvo: Famílias com renda de 0 a 20 salários mínimos.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 51- Habitar para Viver Melhor - Recurso Financeiro, 2013.

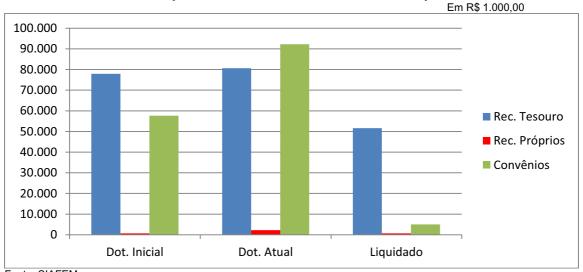
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
156.721	136.318	175.090	57.351	33

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no OGE 2013, recursos do tesouro estadual (recursos ordinários e recursos vinculados ao tesouro), recursos próprios arrecadados pela administração indireta (COHAB) e recursos provenientes de convênios, que totalizaram R\$ 136,3 milhões. Durante a execução, os recursos foram suplementados em R\$ 38,7 milhões, com destaque para os oriundos de outras fontes (recursos próprios arrecadados pela administração indireta e convênios), que representaram 99% da majoração, que resultou em R\$ 175 milhões. Do total de recursos liquidados (R\$ 57,35 milhões), 84% correspondem a recursos do tesouro (Gráfico 56).

Gráfico 54- Habitar para Viver Melhor - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UN IDADE/FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁV EL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Déficit Habitacional no Estado do Pará/Percentual/I DESP/Mapa de Exclusão Social do Pará *	Relação percentual entre o número de necessidades de novas moradias (domicílios) por incremento ou reposição em relação ao total de domicílios do Estado do Pará.		21,80	20,50		21,10	
Domicílios Atendidos com Benefícios Habitacionais/Unid ade/COHAB/SEID URB	Número absoluto de famílias atendidas com benefícios habitacionais pela COHAB e SEIDURB com Cheque Moradia, Regularização fundiária urbana, Habitação de interesse social, Construção de novas moradias e Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários, no ano atual.	СОНАВ	2.109			17.300	6.867

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

O programa possui dois indicadores. O primeiro, que mede o déficit habitacional do estado, não pode ainda, ser apurado para 2013, uma vez que baseiase em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, que estará disponível em setembro de 2014. Assim sendo, os cálculos desse indicador, tem previsão de divulgação em dezembro de 2014. Tendo em vista que a defasagem na apuração compromete a avaliação do programa, no processo de revisão do PPA para os exercícios de 2014-2015, esse indicador foi excluído e substituído pelo "Índice de Atendimento das Demandas Habitacionais do Estado", que permitirá avaliar, efetivamente, o desempenho do governo em relação à questão habitacional estadual, uma vez que o indicador déficit habitacional sofre influência não apenas das ações do governo, mas também de outros agentes que contribuem para a sua redução.

Quanto ao indicador que apura o número de domicílios atendidos com benefícios habitacionais, observa-se que o resultado apurado ficou abaixo do previsto para o exercício 2013.

## - Implementação do Programa

O Programa "Habitar para Viver Melhor" configura-se como o principal instrumento de gestão da política estadual de habitação. Está estruturado em onze ações, executadas pela COHAB e SEIDURB, das quais, três integram a Agenda Mínima de Governo. Durante o processo de revisão do PPA, para o período 2014-2015, a fim de dar mais consistência ao conjunto de ações do programa, foram excluídas duas ações, cujas atividades serão executadas por outras ações do mesmo programa, devido à relação com as mesmas.

Destaca-se em 2013 a concessão de 5.176 Cheques Moradia, beneficiando servidores públicos estaduais, famílias em situação de risco ou de sinistro, como incêndio, desabamento e alagamento, além do público em geral, contemplando as 11 regiões de integração do Estado.

A execução desse programa concorre para a melhoria das condições de habitabilidade da população, impactando também em outras áreas como saneamento, transporte e acessibilidade.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro		Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social	300	-	-	Família Assistida/Un	400	618	155

Análise: A ação, executada pela COHAB, tem por objetivo "melhorar a qualidade das construções habitacionais". Quanto à implementação, embora não tenha registro de recursos executados, a meta física ultrapassou a meta programada, tendo sido contempladas 618 famílias nos municípios de Belém e Castanhal. Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas nesta ação também são executadas em outras ações, como "Construção de Habitação de Interesse Social" e "Implementação de Ações do Cheque Moradia", o que deve ser revisto pelo órgão executor, a fim de se evitar possíveis sobreposições de atividades.

Consolidação	do								
Sistema Estad	dual	328	174	53	Sistema	1			
de Habitação	de	320	174	55	Implementado/Un	Į	_	_	
Interesse Soc	ial l								

Análise: A ação, executada pela COHAB, tem como objetivo "assegurar os instrumentos necessários à execução da política habitacional no âmbito estadual e municipal". Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, o produto foi alterado para "Município Regularizado" como forma de mensurar de modo mais adequado o desempenho da ação, uma vez que o sistema só será efetivamente implantado quando todos os municípios estiverem regularizados junto ao Sistema Nacional de Habitação (SNH). Ressalte-se que é por meio desta ação que a COHAB presta assistência técnica aos municípios para fins de regularização dos mesmos junto ao SNH, tornando-os aptos a receberem recurso federal para o desenvolvimento de projetos habitacionais. Em 2013, foram realizadas diversas atividades para fins de regularização dos municípios paraenses, que resultaram em 38 municípios regularizados. Quanto à fonte de financiamento, a ação foi executada, exclusivamente, com recursos arrecadados pela COHAB.

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Construção de Habitação de Interesse Social	49.912	24.571	49	Domicílio Atendido/Un	2.096	152	7	

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela COHAB, tem o objetivo de "reduzir o déficit habitacional para famílias na faixa de renda de até 3 salários mínimos". Na revisão do PPA, a denominação da ação foi alterada para "Construção e Requalificação de Habitação", uma vez que esta ação foi agregada com as ações "Construção de Habitação para Famílias com Renda Acima de 3 Salários Mínimos" e "Requalificação de Imóveis para Fins Habitacionais". Quanto à implementação, a execução física e financeira ficou abaixo do programado, alcançando os municípios de Bagre, Belém, Castanhal e Pau D'Arco. Quanto à fonte de financiamento, a ação foi executada com recursos do tesouro, provenientes, principalmente, de operações de crédito internas.

Construção de							
Habitação para							
Famílias com				Domicílio	312	_	
Renda acima de	-	-	-	Atendido/Un	312	_	_
3 Salários							
Mínimos							

Análise: A ação, de responsabilidade da COHAB, tem como objetivo, "reduzir o déficit habitacional para famílias na faixa de renda de até 3 salários mínimos". Na revisão do PPA, esta ação foi excluída para os exercícios de 2014 e 2015, por se entender que havia sombreamento com a ação "Construção de Habitação de Interesse Social". Quanto à implementação, em 2013, nenhum empreendimento foi iniciado, estando em fase de análise a disponibilidade de áreas para implementação de projeto habitacional dessa natureza.

Desenvolvimento de Atividades 1.051 5 Imobiliárias	53	Contrato Administrado/Un	27.995	335.940	1.200
--	----	-----------------------------	--------	---------	-------

Análise: A ação, executada pela COHAB, tem como objetivo "executar a administração da carteira imobiliária e gestão dos respectivos contratos". Na revisão do PPA, esta ação foi reformulada por se entender que a expressão "atividades imobiliárias" compreende um conjunto de atividades que vão além da administração de contratos. Assim sendo, a denominação da ação passou a ser "Operacionalização de Carteira Imobiliária" e seu produto "Carteira Imobiliária Operacionalizada". Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários) e recursos próprios arrecadados pela COHAB.

Execução de							
Ações de	2.346	5	0	Domicílio	1.663	211	12
Regularização	2.340	5	U	Atendido/Un	1.003	211	13
Fundiária Úrbana							

Análise: A ação, executada pela COHAB em conjunto com a Secretaria de Estado de Integração Regional e Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB), tem como objetivo "regularizar imóveis para famílias ocupantes de áreas urbanas informais". Quanto à implementação, não há registro de meta realizada pela COHAB, embora, a ação estivesse programada para alcançar sete municípios, foram entregues pela SEIDURD, 40 títulos no Município de Oriximiná e 171 em Belterra.

Implantação do	50	_	_	Imóvel	10	10	100
Banco de Terras				Cadastrado/Un		'	

Análise: A ação, executada pela COHAB, tem como objetivo "viabilizar áreas para aproveitamento em novos empreendimentos habitacionais". Quanto à implementação, foram habilitadas 10 áreas nos municípios de Ananindeua e Belém, para as quais serão elaborados projetos de novos empreendimentos.

Implementação de Ações do	468	22	5	Domicílio Atendido/Un	1.127	5.165	458
Cheque Moradia							

Análise: A ação, integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela COHAB, tem como objetivo "conceder crédito à aquisição de material de construção às famílias com renda de até 3 salários mínimos e àquelas em situação de risco e ocorrência de sinistro". Quanto à implementação, a ação alcançou todas as regiões de integração e sua meta foi superada em relação a meta inicial prevista. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários).

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Implementação de Ações de Desenvolvimento Institucional	-	-	-	Ação Implementada/Un	2	-	-	

Análise: A ação, de responsabilidade da COHAB, tem como objetivo, "desenvolver ações para fortalecimento da capacidade de gestão organizacional e a consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade". Os recursos previstos inicialmente, no valor de R\$ 150 mil, foram remanejados para atender despesas do Programa "Manutenção da Gestão". Ressalte-se a necessidade de se rever o produto "ação implementada", dada a sua dificuldade de mensuração.

Requalificação							
de Imóveis para				Imóvel	40		
Fins	-	-	-	Requalificado/Un	10	-	-
Habitacionais							

Análise: A ação, executada pela COHAB, tem como objetivo, "melhorar as condições de habitabilidade de imóveis para famílias com renda de até 3 salários mínimos". Na revisão do PPA, a ação foi excluída para os exercícios de 2014 e 2015, por se entender que havia sombreamento com a ação "Construção de Habitação de Interesse Social". Os recursos previstos inicialmente para a ação, no valor de R\$ 100 mil, foram remanejados para atender despesas de outra ação deste programa denominada "Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e Subnormais".

Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários e	120.641	32.020	27	Domicílio Atendido/Un	4.584	1.407	31
Subnormais							

Análise: A ação, integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela COHAB, tem como objetivo, "reduzir a inadequação habitacional com a regularização fundiária e a qualificação da moradia, para famílias com renda até 3 salários mínimos". Quanto à implementação, a ação alcançou os municípios de Ananindeua, Belém, Castanhal e Santa Izabel do Pará. Embora a meta física realizada esteja abaixo da programada, várias obras estão em andamento, com previsão de conclusão para o exercício de 2014. Quanto à fonte de financiamento, embora 75% da dotação atualizada correspondam a recursos provenientes de transferências (convênios e outros), os recursos liquidados são provenientes principalmente do tesouro estadual (operações de crédito internas e recursos ordinários).

## PROGRAMA: SANEAMENTO É VIDA

Órgão Responsável: Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA)

Órgão(s) Executor (es): ARCON, COSANPA, SESPA e SEIDURB.

Objetivo: Assegurar o acesso e a qualidade da prestação dos serviços de

saneamento básico, nas áreas urbana e rural do Estado do Pará.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 52- Saneamento é Vida - Recurso Financeiro, 2013

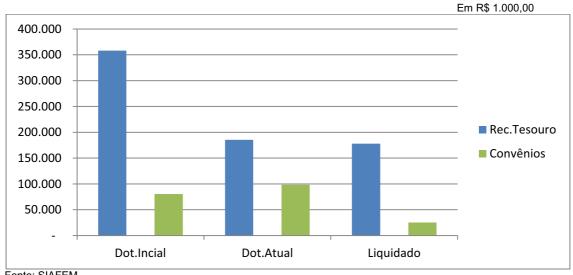
Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
438.407	438.678	284.185	203.502	72

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no OGE 2013, recursos do tesouro estadual (recursos ordinários e vinculados ao tesouro), recursos próprios arrecadados pela administração indireta (COSANPA) e recursos provenientes de convênio, que totalizaram R\$ 438,6 milhões. No entanto, durante a execução, houve redução de 48% dos recursos do tesouro e suplementação da fonte de convênios, resultando em R\$ 284 milhões disponíveis para o programa. Em relação aos recursos liquidados, 87% correspondem a recursos do tesouro estadual e 13% são provenientes de outras fontes (recursos próprios arrecadados pela administração indireta e convênios)(Gráfico 57).

Gráfico 55- Saneamento é Vida - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.



Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa Indicadores do Programa

Indicador/Unidade/ Fonte	Fórmula de Cálculo	pela Roferência			012	2013		
		Apuração	Referencia	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Índice de Cobertura de Abastecimento de Água nos Municípios Cobertos pela COSANPA/PERCE NTUAL/IBGE e GSAN – Sistema Comercial da COSANPA	Relação percentual entre os domicílios urbanos cobertos com rede de abastecimento de água da área de abrangência da COSANPA, contemplados com investimentos em obras de ampliação de rede de abastecimento de água em relação ao total de domicílios urbanos dos municípios da área de abrangência da COSANPA		51,84	53,99	64,59	54,13	59,83	
Índice de Cobertura de Esgotamento Sanitário nos Municípios cobertos pela COSANPA/PERCE NTUAL/IBGE e GSAN – Sistema Comercial da COSANPA	Relação percentual entre os domicílios urbanos cobertos com rede de esgotamento sanitário da área de abrangência da COSANPA, contemplados com investimentos em obras de ampliação de rede de esgoto e o total de domicílios urbanos dos municípios da área de abrangência da COSANPA	COSANPA	5,46	5,34	3,09	5,84	5,46	
Percentual de domicílios com abastecimento de água em rede geral/PERCENTUAL /IBGE/IDESP*	Relação percentual entre o número de domicílios com abastecimento de água em rede geral e o total de domicílios		51,01	52,83		53,46		
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário em rede geral e fossa séptica/PERCEN- TUAL/IBGE/IDESP*	Relação percentual entre o número de domicílios com esgotamento sanitário em rede geral e fossa séptica e o total de domicílios		60,40	64,70		65,46		

<sup>\*</sup> Indicadores excluídos na Revisão do PPA para o período de 2014-2015.

O programa possui quatro indicadores que medem a expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, especificamente nos municípios cobertos pela COSANPA e nos municípios em geral.

Quanto aos municípios cobertos pela COSANPA, observa-se que o resultado apurado da cobertura de abastecimento de água ficou acima do estimado para 2013,

embora apresente uma queda em relação ao apurado em 2012. O inverso aconteceu com o resultado do indicador que mede a cobertura de esgotamento sanitário nos municípios atendidos pela COSANPA, que apresentou crescimento em relação ao apurado em 2012, embora não tenha alcançado a meta prevista para 2013.

A mensuração do "Percentual de Domicílios com Abastecimento de Água em Rede Geral" e do "Percentual de Domicílios com Esgotamento Sanitário em Rede e Fossa Séptica" é feita com base em dados consolidados pelo IDESP, a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) do ano anterior. Entretanto, a divulgação dos dados dessa Pesquisa ocorre sempre no segundo semestre de cada exercício, o que impossibilita a apuração tempestiva desses indicadores. Por essa razão, e por apresentarem defasagem na apuração de seus resultados, esses indicadores foram excluídos na revisão do PPA para o período 2014-2015.

## - Implementação do Programa

O Programa "Saneamento é Vida" é um instrumento de gestão da política estadual de saneamento e manejo de resíduos sólidos. Está estruturado em dezenove ações, executadas pela ARCON, COSANPA, SESPA e SEIDURB, das quais, seis fazem parte da Agenda Mínima de Governo. Com a finalidade de dar mais consistência ao conjunto de ações do programa, na revisão do PPA, para o período 2014-2015, foram excluídas cinco ações, cujas atividades serão executadas em outras ações desse mesmo programa, dada a relação com as mesmas.

A execução deste programa concorre para expansão da oferta e melhoria dos serviços de saneamento básico – abastecimento de água e esgotamento sanitário, impactando em outras áreas como saúde e habitação.

## Principais Realizações:

- ✓ Recuperação e revitalização da Estação de tratamento de Água do Setor São Braz, beneficiando 160.000 pessoas, com investimento de R\$ 7,6 milhões;
- ✓ Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água de Belém (Setor Cordeiro de Farias e Sideral) e Dom Eliseu, beneficiando 72.330 pessoas, com investimento de R\$ 21,1 milhões;
- ✓ Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Marabá, Marituba e Igarapé-Miri, beneficiando 141.780 pessoas, com investimento de R\$ 115,3 milhões:

- ✓ Ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água de Altamira, beneficiando 78.270 pessoas, com investimento de R\$ 15,3 milhões;
- ✓ Revitalização e modernização da Estação de Tratamento de Água do Complexo Bolonha, em Belém, com investimento de R\$ 189,8 milhões em sua 1ª Etapa;
- ✓ Ampliação e melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (APA) Utinga Lagos Água Preta e Bolonha, beneficiando 55 mil pessoas, com investimento de R\$ 146,5 milhões;
- ✓ Urbanização do bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco), em Marabá, com 60% de execução do projeto, e investimento de R\$ 15,1 milhões.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físic	0	
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programa do OGE 2013	Executado	Execução %
Ampliação de Microssistemas de Abastecimento de Água	-	-	-	Microssistema Ampliado/Un	10	-	-

Análise: A ação, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde (SESPA), tem como objetivo "ampliar o acesso regular a água de boa qualidade". Na revisão do PPA, a ação foi excluída e suas atividades passarão a ser executadas pelo Programa "Atenção Primária de Saúde", na ação "Implementação de Serviços da Atenção Primária". Quanto a sua implementação, não houve execução em 2013.

Abastecimento de Água S2.886	4	59.661	31.587	53		82.886	-	-
------------------------------	---	--------	--------	----	--	--------	---	---

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela COSANPA, tem como objetivo "expandir a cobertura e o atendimento de abastecimento de água em áreas urbanas". Na revisão do PPA, para 2014-2015, a ação foi reformulada, passando sua denominação para "Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água" com objetivo de "proporcionar condições adequadas de abastecimento de água". Quanto à implementação, a ação em 2013 alcançou os municípios de Marabá, Marituba, Belém, Ananindeua, Santarém, Altamira, Dom Eliseu, Igarapé-Miri e Itaituba, com obras em fase de finalização e ligações a serem entregues à comunidade após o abastecimento na rede de distribuição. Também foram iniciadas as obras nos municípios de Moju, Breves e Monte Alegre. A ação é financiada com recursos provenientes de operações de crédito, convênios e contrapartida do governo do estado.

Ampliação de				Ligação de				
Sistemas de	-	-	-	Esgoto	3.394	_	_	
Esgotamento Sanitário				Realizada/Un				

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela COSANPA, tem como objetivo "expandir a cobertura e atendimento de esgotamento sanitário em áreas urbanas". Na revisão do PPA, para 2014-2015, esta ação foi reformulada, passando sua denominação para "Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário", e seu objetivo alterado para "proporcionar condições adequadas de esgotamento sanitário". Quanto à implementação em 2013, esta ação refere-se ao Sistema de Esgotamento Sanitário dos bairros Marambaia e Guanabara, no entanto, foi reprogramada para atender parte do projeto de ampliação de esgotamento sanitário da Área de Proteção Ambiental do Utinga, a ser iniciado em 2014.

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programa do OGE 2013	Executado	Execução %
Apoio a Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos	10.190	10.190	100	Projeto Executado/Un	13	-	-

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "erradicar lixões e botas-fora de resíduos da construção, com sustentabilidade nos investimentos aplicados", e desenvolve atividades similares a ação "Elaboração de Planos Diretores Municipais de Saneamento Básico". Quanto à implementação, foram realizadas ações preliminares, como elaboração de projetos, por meio de convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com o objetivo de desenvolver estudos e orientar municípios na elaboração dos seus Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS). Também foi realizada parceria com o Consórcio Metropolitano de Resíduos Sólidos para elaboração de estudos, com vistas à implantação do Plano Diretor com Gestão Consorciada de Resíduos Sólidos. Os recursos executados correspondem a repasse feito à Prefeitura Municipal de Belém (convênio 002/2013 — Cuida Belém, Cuida Também). Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários).

Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços	45	_	_	Demanda	72	_	_
Regulados de				Finalizada/Un			
Saneamento Básico							

Análise: A ação, de responsabilidade da ARCON tem como objetivo "mediar conflitos decorrentes da ação reguladora e fiscalizadora". Quanto à implementação, não houve execução da ação em 2013, uma vez que o serviço de saneamento básico encontra-se em fase de regulamentação, sendo reprogramada para 2014.

Elaboração de Planos Diretores Municipais de Saneamento Básico	1.325	1.025	77	Plano Elaborado/Un	15	-	-
--	-------	-------	----	-----------------------	----	---	---

Análise: Ação integrante da Agenda Mínima de Governo, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "subsidiar tecnicamente os municípios em ações de investimento em saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos)". Na revisão do PPA, esta ação foi reformulada, passando sua denominação para "Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico", e seu objetivo alterado para "subsidiar tecnicamente os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos)". Quanto à implementação, em 2013, a SEIDURB lançou o PLANSANEAR, programa direcionado às prefeituras e Organizações Sociais afins com o tema, contando com adesão de 101 municípios. Quanto à fonte de financiamento, foram aplicados exclusivamente recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Elaboração do Plano Estadual de Saneamento para o Estado do Pará	0,08	0,08	100	Plano Elaborado/Un	1	-	-
---	------	------	-----	-----------------------	---	---	---

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "dar transparência à administração pública e subsídios às ações no âmbito do saneamento, consistindo em desenvolvimento institucional dos serviços públicos de saneamento para o alcance de níveis crescentes de desenvolvimento técnico, gerencial, econômico e financeiro e melhor aproveitamento das instalações existentes". Quanto à sua implementação, em 2013, foram realizadas ações preliminares como o convênio assinado com a UFPA, visando à elaboração do Plano Estadual de Saneamento. No que se refere à fonte de financiamento, a ação foi executada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (recursos ordinários).

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro			Físic	o	
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programa do OGE 2013	Executado	Execução %
Fiscalização e Controle do Serviço de Saneamento Básico	39	18	47	Fiscalização Realizada/Un	16	12	75

Análise: A ação, executada pela ARCON, tem por objetivo "garantir a prestação de serviço adequado aos usuários do saneamento básico". As 12 fiscalizações realizadas ocorreram nos municípios de Ananindeua, Benevides e Marituba, com utilização de 47% da dotação orçamentária disponível, correspondente a recursos próprios diretamente arrecadados pela administração indireta. Com intuito de agregar ações com atributos semelhantes, durante processo de revisão do PPA, para o período 2014-2015, esta ação foi excluída e suas atividades serão executadas na ação "Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço de Saneamento Básico".

Implantação de Microssistemas de Abastecimento de	-	-	-	Microssistema Implantado/Un	14	-	-	
Água								

Análise: A ação, de responsabilidade da SESPA, tem por objetivo "permitir o acesso regular a água de boa qualidade". Quanto à implementação, não houve execução da ação em 2013. A partir de 2014, a ação será executada pelo Programa "Atenção Primária de Saúde", na ação "Implementação de Serviços da Atenção Primária".

Implantação de				Ligação de				
Sistemas de	22.584	20.449	91	Esgoto	20.174	-	-	
Esgotamento Sanitário				Implantada/Un				

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela COSANPA, objetiva "proporcionar condições sanitárias adequadas para a população do Estado do Pará". Na revisão do PPA, a mesma foi reformulada, passando sua denominação para "Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário", e seu objetivo alterado para "proporcionar condições adequadas de esgotamento sanitário". Quanto à implementação, as obras de Marituba e Marabá encontram-se em andamento com previsão de conclusão para 2014. Quanto à obra de Castanhal, a mesma foi paralisada por rescisão de contrato e será retomada em 2014, com previsão de conclusão em 2015. A ação é financiada com recursos provenientes de operações de crédito, convênios e contrapartida do governo do estado.

Implementação de Ações de Desenvolvimento Institucional	3.982	3.982	100	Projeto Desenvolvimen to Institucional Implementado/ Un	4	1	25	
--	-------	-------	-----	---	---	---	----	--

Análise: A ação, executada pela COSANPA, tem como objetivo "fortalecer a gestão operacional e comercial dos sistemas de saneamento básico". Na revisão do PPA, a ação foi excluída por se entender desnecessário ação específica para desenvolver atividades de desenvolvimento institucional. Quanto à implementação, em 2013, foram realizadas atividades voltadas à qualidade do atendimento ao cliente, reabilitação de Unidades Operacionais, automação de sistemas, macro e micromedição, reabilitação da Estação de Tratamento de São Brás, em Belém já concluída, e dos municípios de Ananindeua, Marituba e Altamira, que se encontram em fase de conclusão. A ação é financiada com recursos provenientes de operações de crédito, convênios e contrapartida do governo do estado.

Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba 6.128	5.086	83	Obra Executada/Un	1	-	-
---	-------	----	----------------------	---	---	---

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "melhorar a qualidade de vida da população que mora nas adjacências do Igarapé do Tucunduba, com ações voltadas à habitação, saneamento e mobilidade". Quanto a sua implementação, em 2013 foram executadas obras de drenagem e limpeza, pagamentos de auxílio moradia para 520 famílias e iniciados serviços para construção de três pontes sobre o canal. As obras referentes à habitação serão executadas pela COHAB (em parceria com o programa Minha Casa, Minha Vida), cabendo à SEIBURB, as obras de saneamento e serviço social à população da área afetada. Quanto à fonte de financiamento, a ação foi executada exclusivamente com recursos do tesouro estadual (operações de crédito internas e recursos ordinários).

						E	m R\$ 1.000,00
		Financeiro			Físic	o	
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programa do OGE 2013	Executado	Execução %
Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	2.834	823	29	Sistema de Abastecimento de Água Revitalizado/Un	3	-	-
Análise: A ação, executada pela COSANPA, tem como objetivo "regularizar o abastecimento de água com redução da precariedade do sistema". Quanto à implementação, encontram-se em andamento as obras de melhorias nos Sistemas de Abastecimento nos municípios de Belém (Bairro Sideral) e Ananindeua (Bairro Sabiá). Além dessas obras, também foram realizadas melhorias, como retiradas de vazamentos em redes e adutoras, assentamentos de 12.184m de abastecimento de água, limpeza e retirada de vegetação aquática da superfície do Lago Bolonha, recuperação de Estações de Tratamento de Água (ETA's), dentre outras, nos 56 municípios de atuação da COSANPA. A ação é financiada com recursos próprios da COSANPA, recursos provenientes de							

Melhoria de Sistemas de Esgotamento Sanitário

Sanitário

Sistema de Esgotamento Sanitário Revitalizado/Un

operações de crédito, convênios e contrapartida do governo do estado.

Análise: A ação, executada pela COSANPA, tem como objetivo "melhorar condições sanitárias para a população urbana do Estado do Pará". Quanto à implementação, a ação abrange o município de Belém, com obras em andamento no setor do Bengui e do Una, com previsão de conclusão em 2014 e 2015, respectivamente. A ação é financiada com recursos provenientes de operações de crédito, convênios e contrapartida do governo do estado.

Operacionalização das Ações de Saneamento 87.592 87.592 100 Sistema Operado/Un 1 1 100

Análise: A ação, executada pela COSANPA, tem como objetivo "garantir as condições de operação dos sistemas de saneamento". Quanto à implementação, em 2013 a ação foi viabilizada com recursos do tesouro estadual.

Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Rural	1.699	137	8	Microssistema Ampliado/Un	129	2	2	
--	-------	-----	---	------------------------------	-----	---	---	--

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "ampliar a cobertura de saneamento básico em áreas rurais". Quanto à implementação, em 2013 foram programadas obras de saneamento em 15 municípios nas regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim, Tocantins e Xingu, sendo contemplados apenas os municípios de Placas e Quatipuru, com obras de implantação de sistema de abastecimento de água. No que se refere à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários) e de transferências (convênios e outros).

Realização de Obras								
de Saneamento Básico em Área	71.024	37.141	52	Microssistema Ampliado/Un	41	-	-	
Urhana								

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "ampliar a cobertura de saneamento básico em áreas urbanas". Quanto à implementação, foram executadas obras de implantação e ampliação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios das 12 regiões de integração do estado. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários e operações de crédito internas) e de transferências (convênios e outros).

Regulação dos				Convênio			
Serviços de	95	34	36	Celebrado/Un	16	-	-
Saneamento Básico				Celebrado/On			

Análise: A ação, de responsabilidade da ARCON, tem como objetivo "regular o serviço de saneamento básico por meio da celebração de convênios com municípios". Quanto à implementação, não houve execução da ação em 2013, uma vez que o serviço de saneamento básico encontra-se em fase de regulamentação. Com intuito de agregar ações com atributos semelhantes, durante processo de revisão do PPA, para o período 2014-2015, esta ação foi excluída e suas atividades serão executadas na ação "Regulação, Controle e Fiscalização do Serviço de Saneamento Básico".

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físic	ю.	
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programa do OGE 2013	Executado	Execução %
Urbanização de Assentamentos Precários – Bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco)	12.655	3.220	25	Obra Executada/Un	1	-	-

Análise: Ação da Agenda Mínima de Governo, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "melhorar a qualidade de vida da população residente no Bairro Francisco Coelho, em Marabá, com ações voltadas à habitação, água e esgoto". Quanto à implementação, foram realizados 60% dos serviços e sua conclusão está prevista para julho/ 2014. Quanto à fonte de financiamento, os recursos executados são provenientes do tesouro estadual (recursos ordinários) e de transferências (convênios e outros).

# PROGRAMA: TERRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB)

Órgão(s) Executor (es): ARCON, SEPOF/FDE e SEIDURB.

**Objetivo:** Promover a articulação institucional entre estado e municípios nos diversos espaços do território paraense.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 53- Território de Integração Regional - Recurso Financeiro, 2013.

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
119.507	114.359	18.101	8.244	46

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Quanto à estrutura de financiamento, foram programados no OGE recursos do tesouro estadual, recursos próprios arrecadados pela da administração indireta (ARCON) e recursos provenientes de convênios, que totalizaram R\$ 114,3 milhões. No entanto, durante o exercício, houve redução de 84% desses recursos, especialmente de recursos do tesouro (R\$ 71,5 milhões) e recursos provenientes de convênios (R\$ 24,7 milhões), resultando em R\$ 18,1 milhões de dotação orçamentária.

Com relação aos recursos liquidados (R\$ 8,2 milhões), 99,5% corresponde a recursos do tesouro estadual, o restante da execução equivale a recursos provenientes de convênios, enquanto os recursos próprios arrecadados pela administração indireta não foram executados(Gráfico 58).

Em R\$ 1.000,00 90.000 80.000 70.000 60.000 50.000 Rec. Tesouro 40.000 ■ Rec. Próprios 30.000 ■ Convênios 20.000 10.000 0 -Dot. Inicial Dot. Atual Liquidado Fonte: SIAFEM

Gráfico 56- Território de Integração Regional - Recurso Financeiro por Fonte, 2013.

I OIILE. SIAI LIVI

# Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA	Indicador de Referência	2012		2013	
		APURAÇÃO		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Percentual de Regiões de Integração do Estado com Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS Elaborado/PERCEN TUAL/SEIDURB	Relação percentual entre o número de regiões de integração com Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS elaborado com o apoio do estado e o total de regiões de integração	SEIDURB	33	40	33	60	12
Taxa de atendimento Municipal do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE)/PERCENTUA L/SEPOF	Relação percentual entre o número de municípios atendidos com convênios celebrados do FDE em relação ao total de municípios paraenses	SEPOF	46	100	41	100	20,83

O programa possui dois indicadores. O primeiro mensura percentualmente o número de regiões de integração com PDRS elaborado, com resultado em 2013, inferior ao previsto, correspondente à revisão do plano do Marajó. Os existentes

mensurados em 2012, correspondem aos planos elaborados para Xingu, Lago Tucuruí, Marajó e Tocantins.

Quanto ao indicador que mensura o número de municípios atendidos por meio de convênio com o Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE), observa-se uma queda em relação ao apurado em 2012. Embora o previsto fosse atender 100% dos municípios, no exercício de 2013, foram contemplados 20,83%, ou, 30 municípios.

## - Implementação do Programa

O Programa "Território de Integração Regional" tem sua execução baseada na articulação institucional para implementação de políticas públicas entre estado e municípios. Está estruturado em nove ações, executadas pela ARCON, SEPOF/FDE e SEIDURB. Na revisão do PPA para o período 2014-2015, foi identificado, sobreposição de ações com outras de programas diversos. Assim foram excluídas seis ações cujas atividades passarão a ser executadas em ações remanescentes de outros Programas como "Planejamento e Gestão Integrada" e "Manutenção da Gestão"

A execução deste programa concorre para a melhoria da gestão municipal e otimização de recursos públicos. Sua estratégia de implementação está fundamentada na elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) para as regiões de integração do estado, bem como na pactuação de convênios com os municípios para financiamento de projetos de infraestrutura econômica e social.

Em 2013, por meio de celebração de convênios com o FDE foram beneficiados 30 municípios, com investimento de R\$ 6,5 milhões, direcionados a:

- ✓ Drenagem de água pluvial e pavimentação asfáltica;
- ✓ Recuperação de estradas e rodovias;
- ✓ Aquisição de veículos (ambulância, VAN, trator, caminhão, etc.)
- ✓ Construção de ponte, praça pública, quadra esportiva e terminal rodoviário.

		Finance	iro		Físic	0	Em R\$ 1.000,00			
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executad	o Execuç. %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executad	do Execução %			
Apoio à Gestão Municipal	1.642	1.335	81	Município Atendido/Un	4	8	200			
Capitão Poço, Dom Eliseu, Ourilândia do Norte, Salinópolis e São Caetano de Odivelas. Os recursos ordinários disponíveis foram executados em 81%, referente à pavimentação e drenagem de vias em Altamira, bem como indenizações de benfeitorias na Rodovia Perna Sul e recuperação de vias urbanas. Ressalta-se que esta ação foi incorporada, durante processo de revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, à ação de "Apoio ao Desenvolvimento Municipal", dada à similaridade dos atributos destas ações.  Apoio ao Desenvolvimento 7.027 6.497 92 Convênio 147 33 22										
Municipal  Análise: A ação, executada pela SEPOF, por meio do Fundo Desenvolvimento Econômico Estadual (FDE), objetiva "financiar projetos de infraestrutura econômica e social". Quanto à implementação, em 2013 alcançou 30 municípios de todas as regiões de integração do estado, tendo sido celebrados 33 novos convênios. Quanto à fonte de financiamento, os recursos aplicados são provenientes exclusivamente do tesouro estadual (recursos ordinários).										
Apoio às Ações de Integração do Território Paraense	-	-	-	Município Atendido/Un	20	-	-			
Análise: A ação, de responsabilidade da SEPOF, por meio do Fundo Desenvolvimento Econômico Estadual (FDE), tem como objetivo "viabilizar ações de integração no território do Estado do Pará". Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, esta ação foi incorporada à ação "Apoio ao Desenvolvimento Municipal", devido à similaridade entre elas.										
Descentralização das Atividades da ARCON	566	-	-	Unidade Administrativa Implantada/Un	3	-	-			

Dagaantualinaasa dag				Unidade			
Descentralização das Atividades da ARCON	566	-	-	Administrativa	3	-	-
Alividades da AICON				Implantada/Un			

Análise: A ação, de responsabilidade da ARCON, tem como objetivo "implantar unidades administrativas nos municípios sede de cada região de integração". Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014-2015, esta ação foi excluída por se entender que a descentralização das atividades não justifica uma ação específica dentro de um programa finalístico. Desta forma, as atividades relacionadas a esta ação deverão ser executadas no Programa "Manutenção da Gestão".

Elaboração de Planos							
de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)	6	6	100	Plano Elaborado/Un	11	-	-

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "formular estratégias de desenvolvimento sustentável voltados à melhoria da qualidade de vida da população paraense". Quanto à implementação, os recursos orçados inicialmente foram remanejados para atender o Programa "Integração Metropolitana", sendo a dotação atualizada de R\$ 6,00 mil direcionada para atividades preliminares. A ação não foi executada integralmente, tendo sido reprogramada para 2014.

Gerenciamento das Ações do Fundo de Desenvolvimento	206	206	100	Instrumento Monitorado/Un	1	1	100
Estadual (FDE)							

Análise: A ação, executada pela SEPOF, por meio do Fundo Desenvolvimento Econômico Estadual (FDE), tem como objetivo "viabilizar a operacionalização dos convênios e contratos financiados pelo FDE". Na revisão do PPA, para os exercícios de 2014 e 2015, esta ação foi excluída por se entender que as despesas realizadas na ação têm como finalidade atender os custos com o acompanhamento e fiscalização dos convênios realizados com os municípios. A partir de 2014, as despesas serão executadas no âmbito da ação de "Apoio ao Desenvolvimento Municipal".

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro					Físico				
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013	Executad	lo E	Execução %		Produto/ Jnidade de Medida	Programado OGE 2013	Executa	do	Execução %
Gestão do Sistema de Georeferenciamento (GEOPARÀ)	-	-		- 1		istema ernizado/U n	1	-		-

Análise: A ação, de responsabilidade da SEIDURB, tem como objetivo "modernizar o sistema GEOPARÁ, com tecnologias adequadas para um atendimento eficaz das demandas de gestão pública governamental e da sociedade paraense". Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação foi excluída, uma vez que a gestão do sistema não justifica uma ação específica, sendo incorporada à ação "Produção e Disseminação de Informação do Estado do Pará", no âmbito do Programa "Planejamento e Gestão Integrada". Em 2013, os recursos inicialmente programados foram remanejados para atender o Programa "Saneamento é Vida".

Implementação de Centros de Integração Regional (CIR)	192	192	100	Centro Implementado/ Un	3	-	-
r togional (on t)				J 0.1			

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "proporcionar a gestão das ações de governo de forma regionalizada e descentralizada". Na revisão do PPA, para os exercícios 2014-2015, esta ação passará a ser executada no âmbito do Programa "Manutenção da Gestão". Parte dos recursos inicialmente programados para a ação foram remanejados para o Programa "Saneamento é Vida", e o restante foi utilizado para pagamento de aluguel do prédio onde funciona o CIR de Marabá.

Operacionalização dos Recursos do Fundo para Desenvolvimento Regional (FRD)	5	0	Município Atendido/Un	14	14	100
--	---	---	--------------------------	----	----	-----

Análise: A ação, executada pela SEIDURB, tem como objetivo "apoiar os municípios da área de influência da empresa Vale em investimento para o desenvolvimento local". Quanto à implementação, 14 municípios foram beneficiados pela ação: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. Em 2013, alguns desses municípios encontravam-se com pendências quanto à prestação de contas, o que inviabilizou a continuidade da execução da ação. Nesse sentido, a SEIDURB atuou no sentido de regularizar as pendências, chegando ao final do ano com a situação regular de todos os municípios, o que permitiu reprogramar a ação para 2014.



# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

Historicamente, o modelo de desenvolvimento do Estado do Pará esteve atrelado à exploração intensiva de seus recursos naturais, privilegiando atividades econômicas agroextrativistas como a borracha, a pimenta do reino, o minério, a bauxita, o ouro, a madeira e a pecuária bovina. A concentração dos investimentos nessas atividades produtivas, estimulados principalmente pelo financiamento público, criou distorções econômicas, sociais e ambientais no território paraense.

No campo econômico, destaca-se o baixo nível de agregação de valor das cadeias produtivas, dificultando o processo de transformação industrial e limitando a competitividade dos produtos paraenses. No social, o modelo agroextrativista gerou menos empregos, de menor qualificação e remuneração. E na área ambiental provocou expressivo aumento do desmatamento e dos conflitos fundiários.

Nos últimos anos, o Pará assumiu o desafio de implantar um novo modelo de desenvolvimento estruturado na agregação de valor pelo conhecimento, priorizando as atividades produtivas sustentáveis que permitam reverter os problemas gerados pelo modelo anterior e favoreçam o alcance do macro-objetivo de "reduzir a pobreza e desigualdade social através do desenvolvimento sustentável".

Em 2013, o PIB estadual por valor adicionado (IBGE, 2011) concentrou-se 51% no setor serviços, dos quais 42% foram oriundos da Região Metropolitana, 13% da Região Carajás e o restante diluído entre as demais regiões; 6% na agropecuária que, mesmo com baixa participação, é o setor que apresenta maior capilaridade, sendo que a Região do Araguaia contribuiu com 20% e as regiões do Baixo Amazonas e Rio Capim com 12% cada; e43% na indústria, provenientes das exportações minerais. Ressalte-se que 70% desta produção provem de duas regiões, sendo 60% da Região do Carajás, com a mina de ferro e os demais projetos da Companhia Vale que estão em andamento, e 10% da Região Metropolitana.

Esses dados demonstram o peso das exportações minerais na geração de divisas para o estado, contribuindo significativamente para o saldo da Balança Comercial paraense em 2013, correspondente a US\$ 14,74 bilhões, 9,7% superior ao exercício de 2012.

PIB por Valor Adicionado - em R\$ 1.000,00

51%

43%

Agropecuário Indústria Serviços

Gráfico 57PIB paraense por Valor Adicionado 2013

Fonte: IBGE/2011

No que se refere às exportações, o resultado apurado em 2013 foi de US\$ 15,85 bilhões, com aumento de 7,14% em relação ao ano anterior; enquanto que as importações apresentaram queda de 18,77%, e passaram de US\$ 1,36 bilhão, em 2012, para US\$ 1,11 bilhão, em 2013.

Ressalte-se que o minério de ferro é o principal produto da pauta de exportação paraense, tendo alcançado o montante de US\$ 9,8 bilhões em 2013, equivalentes a 62,22% do total exportado, seguido do cobre, US\$ 1,3 bilhão (8,45%); alumina calcinada, US\$ 987 milhões (6,23%); alumínio não ligado, US\$ 671 milhões (4,24%); e boi em pé, US\$ 531 milhões (3,36%). Os países que mais recebem produtos exportados pelo Estado do Pará são China (34,75%), Japão (10,52%), Alemanha (8,8%), Coréia do Sul (5,62%) e Estados Unidos (4,42%).

Dentre os produtos mais importados pelo estado, em 2013, destaca-se o hidróxido de sódio em solução aquosa, com US\$ 177 milhões (16%),cabendo aos demais produtos US\$ 97 milhões (8,78%).Os países que mais exportam para o Pará são os Estados Unidos (52%), China (9,21%) e Argentina (5,87%).

No tocante à geração de emprego, em 2013, o Estado do Pará apresentou crescimento de emprego de 3,98%, acima do Brasil que foi de 2,82%. Segundo dados do CAGED por setor de atividade econômica, em 2013, foram admitidos com carteira assinada no Estado do Pará 395.941 trabalhadores, sendo 2.650 (1%) da indústria extrativa mineral; 46.047 (12%) da indústria de transformação; 2.680 (1%) de serviços de utilidade pública; 101.350 (26%) da construção civil; 104.475 (26%) do comércio; 103.483 (26%) do setor de serviços; 589 (0,1%) da administração pública; e 34.667

(9%) da agropecuária. O saldo gerado no estado foi de 29.616 postos de trabalho, com destaque para construção civil e comércio e serviços que juntos geraram 28.490 empregos.

Balança Comercial Paraense 2013 em US\$
F.O.B.

15.852.091

1.110.990

Exportação Importação Saldo

Gráfico 58- Balança Comercial Paraense em 2013

Fonte: MDIC/SECEX

A breve análise conjuntural acima demonstra que o desafio de enfrentar o antigo modelo produtivo e modificar os gargalos estruturais existentes apresentou reflexos positivos em 2013, embora ainda persista a concentração produtiva em setores e regiões. No entanto, a opção pela sustentabilidade é a prioritária na formulação das políticas públicas, enquanto trajetória a ser seguida. Como exemplo, cita-se a elaboração do Plano Estadual de Mineração 2030, que busca reverter a lógica exportadora do Estado, mudando a tradição de exportar minérios em estado bruto e/ou semielaborado, que geram pouca ou nenhuma receita tributária, passando a exportar produtos com maior agregação de valor e que propiciarão maior adensamento da cadeia produtiva.

Nesse sentido, em 2013 foram assinados protocolos de intenção e acordos de cooperação técnica com empresas interessadas na verticalização do cobre, alumínio, cerâmica, cimento e aço, dentre outros, o que demonstra o interesse da iniciativa privada em contribuir para a mudança da trajetória agroextrativista paraense, explorando adequadamente as potencialidades do estado, revertendo em benefícios sociais à população paraense.

Desse modo, as políticas públicas voltadas para a área de desenvolvimento econômico e meio ambiente são instrumentalizadas através de dez Programas: "Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária", "Desenvolvimento Sustentável da Pesca", "Floresta Sustentável", "Gestão Ambiental e Territorial", "Modernização da

Agricultura Familiar", "Pará Competitivo", "Pará Rural", "Programa Municípios Verdes", "Ver-o-Pará" e "Valorização da Sociobiodiversidade".

Dentre as principais iniciativas realizadas no período de 2013 destaca-se:

No segmento da agropecuária, a contratação de 3.446 projetos de crédito rural no valor de R\$ 49,4 milhões junto a produtores rurais, cooperativas e associações, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com a EMATER; o apoio a 58 prefeituras paraenses e 1.123 produtores com a comercialização de seus produtos para fins de merenda escolar, proporcionando R\$14,8 milhões em vendas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a realização de campanhas de educação sanitária, vacinação e controle que garantiram ao Pará o *status* de Área Livre de Febre Aftosa; a comercialização de aproximadamente 384 toneladas de pescado, através da realização de 138 feiras nos diversos pontos do Estado do Pará.

No segmento da indústria e minério foi elaborado o Plano Estadual de Atração de Novos Negócios (PANN), instrumento legal que dará celeridade a projetos que visem à instalação, modernização, ampliação e expansão de empreendimentos industriais; criação do Guia de Oportunidades do Pará e do site InvestPará, com o intuito de promover a imagem e as potencialidades do estado com informações estratégicas e relevantes para investidores nacionais e internacionais; o "Plano Mineral Pará 2030"; e, a inauguração do Núcleo Regional da SEICOM em Marabá.

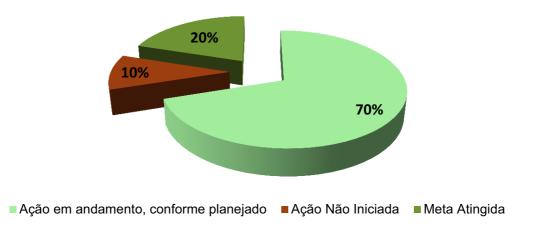
No turismo, a atração dos voos internacionais Belém-Miami e Belém-Lisboa, operados pela TAM e pela empresa TAP, respectivamente, previstos para entrar em operação no primeiro semestre de 2014; a promoção nacional e internacional de produtos turísticos paraenses como: Mangal das Garças, Complexo Feliz Lusitânia, Ver-o-Peso, Teatro da Paz, Círio de Nazaré; Fazendas Marajoaras, Praia do Pesqueiro, Praia de Alter do Chão, Belterra dentre outros.

No tocante ao segmento ambiental, a criação do ICMS Verde, que adota critérios ambientais para a distribuição da arrecadação do referido imposto entre os municípios que promovem ações contra o desmatamento ilegal e fortalecem a gestão ambiental; a emissão de aproximadamente 45.000 cadastros ambientais rurais (CAR), contribuindo para a cobertura cadastral no estado de 34 milhões de hectares; a saída dos municípios de Brasil Novo e Tailândia da lista do Ministério do Meio Ambiente de maiores desmatadores do Brasil.

A Área do desenvolvimento econômico e meio ambiente participa da Agenda Mínima de Governo com dez ações, sendo duas no setor agropecuário; duas na

indústria; duas no meio ambiente; uma no microcrédito; uma na regularização fundiária; e, três no turismo com resultados positivos, conforme demonstra o Quadro 6.

Gráfico 59- Agenda Mínima na Área de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente



Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014.

Quadro 6- Agenda Mínima na de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

#### **METAS ATINGIDAS**

- √ Fortalecer o Banco do Produtor;
- ✓ Implantar o Programa Municípios Verdes em 100 Municípios.

#### **AÇÕES EM ANDAMENTO**

- ✓ Construir Centro de Convenções em Marabá;
- ✓ Revitalizar a EMATER e apoio à Agricultura Familiar;
- ✓ Expandir o Credcidadão: mais crédito para pequenos negócios;
- ✓ Implantar a ZPE de Barcarena;
- ✓ Implantar o Novo Distrito Industrial de Marabá;
- Desenvolvimento das Ações do PRODETUR;
- Regularização fundiária em áreas rurais;

#### **AÇÃO NÃO INICIADA**

✓ Construir Centro de Convenções em Santarém.

Fonte: SEPOF/DIPLAE, 2014

## PROGRAMA: PARÁ COMPETITIVO

Órgão Responsável: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração

Órgão(s) Executor(es): BANPARÁ, CAZBAR, CDI, IGAMA, JUCEPA, SECTI,

SEICOM

**Objetivo:** Fomentar o desenvolvimento sustentável dos setores produtivos.

Público Alvo: Setor Produtivo

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 54- Pará Competitivo - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013(B)	Dot. Atualizada OGE 2013(C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)
135.432	45.587	42.465	18.648	44

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa "Pará Competitivo" desenvolveu projetos e atividades com a utilização de R\$ 18,6 milhões, dos quais R\$ 1,4 milhão (8%) são provenientes da arrecadação da administração indireta, R\$ 167 mil (1%) de convênios e R\$ 17,05 milhões (91%) de recursos do tesouro (Gráfico 62).

Os recursos da administração indireta iniciaram o exercício com orçamento de R\$ 3,7 milhões e ao longo do ano receberam suplementação que totalizaram R\$ 5,5 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 1,4 milhão que representam 26% da dotação atualizada.

A captação de convênios iniciou o exercício com R\$ 2 milhões e devido às reduções totalizou R\$ 988 mil, sendo que R\$ 167 mil (17%) foram liquidados.

A fonte recursos do tesouro foi a que apresentou melhores resultados quanto à execução. Iniciou 2013 com R\$ 39,87 milhões, mas em decorrência de reduções finalizou o exercício com R\$ 35,81 milhões, dos quais R\$ 17,05 milhões (48%) foram liquidados. Desse total R\$ 5,30 milhões compreenderam recursos aportados no Fundo Estadual de Desenvolvimento Econômico (FDE).

Em R\$ 1.000,00 45.000 40.000 35.000 30.000 Rec. Tesouro 25.000 ■ Rec. Próprios 20.000 ■ Convênios 15.000 10.000 5.000 Dot. Incial Dot. Atual Liquidado

Gráfico 60- Pará Competitivo - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/		ORGÃO	Indicador	20	)12	20	013
UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA	RESPONSÁVE L PELA APURAÇÃO	de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento no Número de Empregos Formais Gerados na Indústria, Comércio e Serviço / Percentual / MTE	((Nº de empregos formais gerados na Indústria, Comércio e Serviços no último ano (RAIS)) + (Saldo do Nº de empregos formais gerados na Indústria, Comércio e Serviços no último ano (CAGED))/Nº de Empregos formais gerados na Indústria, Comércio e Serviços no ano anterior (RAIS))-1) x 100.	SEICOM	7	-	-	7	1,80
Participação da Indústria de Transformação no Número de Empregos Formais /Percentual / MTE	(N° de empregos formais gerados na Indústria de Transformação no último ano (RAIS) + Saldo do N° de empregos formais gerados na Indústria de Transformação no último ano (CAGED) /N° de Empregos formais total do último ano (RAIS) + Saldo do N° de Empregos formais total do último ano (CAGED)) x 100	SEICOM	9	-	-	10	8,20
Participação das Micros e Pequenas Empresas no Número de Empregos Formais Percentual / MTE	Nº de empregos formais gerados nas micros e pequenas empresas no último ano (RAIS) + Saldo do Nº de empregos formais gerados nas micros e pequenas empresas no último ano (CAGED) / Nº de Empregos formais total do último ano (RAIS) + Saldo do Nº de Empregos formais total do último ano (CAGED).	SEICOM	29	30	-	31	32

O indicador "Incremento no Número de Empregos Formais Gerados na Indústria, Comércio e Serviço" teve crescimento de 1,8% em relação ao ano anterior, abaixo do esperado, mas importante quando considerada a baixa formalização do emprego em todo o país.

O indicador "Participação da Indústria de Transformação no Número de Empregos" apresentou elevação quando considerado o ano anterior, fato que pode ser considerado positivo, por tratar-se do tipo de indústria que mais agrega valor à produção e que mais demanda mão de obra qualificada. Demonstra também que o problema da "baixa agregação de valor das cadeias produtivas", apresentado quando da elaboração do PPA 2012-2015, vem sendo combatido de forma satisfatória, com a atração de investimentos produtivos, a fim de fomentar o desenvolvimento sustentável do estado, com iniciativas positivas para a indústria, em especial a mineração e transformação mineral.

O indicador "Participação das Micros e Pequenas Empresas no Número de Empregos" apresentou crescimento acima do previsto, o que demonstra a eficiência das políticas de inserção ao mercado formal, por meio do microcrédito, treinamento e capacitação para o mercado.

#### - Implementação do Programa

O Programa "Pará Competitivo" visa combater problemas como o baixo nível de diversificação da base produtiva, a baixa competitividade dos produtos, o baixo nível de tecnologia e inovação na produção, crédito limitado para os investimentos produtivos, infraestrutura logística inadequada e a reduzida mão de obra qualificada.

Em 2013, desenvolveu 19 ações, das quais quatro integram a Agenda Mínima de Governo, com o objetivo estratégico de "dinamizar as economias locais em bases sustentáveis", através da estruturação de uma base sólida para atração e fixação de empreendimentos produtivos no Pará.

#### Principais Realizações:

✓ Plano Estadual de Atração de Novos Negócios (PANN), instrumento legal que dará máxima celeridade a projetos que visem à instalação, modernização, ampliação e expansão de empreendimentos industriais;

- ✓ A criação do Grupo Executivo de Atração de Investimento e da Rede Paraense de Atração de Investimentos, projetos que tem por missão articular ações voltadas à melhoria do ambiente de negócios no Pará;
- ✓ Lançamento do Guia de Oportunidades do Pará e do site InvestPará, que foram criados para promover a imagem e as potencialidades do Estado com informações estratégicas e relevantes para investidores nacionais e internacionais;
- ✓ O Seminário de Logística da Amazônia, realizado em Belém, promoveu debate acerca dos projetos logísticos que, quando viabilizados, promoverão o desenvolvimento do Estado do Pará.
- ✓ Apoio, atendimento e prospecção de potenciais investidores interessados em investir no Pará.
- ✓ Apoio ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL's) de Gemas e Joias na Região do Tapajós, e o Oleiro-Cerâmico, de São Miguel do Guamá.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Ampliação do Portfólio de Produtos do BANPARÁ	0	0	0	Produto lançado	2	5	250

Análise: Ação extraorçamentária, executada pelo BANPARÁ, tem o objetivo de fortalecer a atuação e vinculação institucional do banco junto à sociedade paraense. No processo de Revisão do PPA 2013 foi excluída por compreender atividade institucional de caráter interno do órgão, não atendendo aos requisitos de ação de governo.

Apoio à Implantação de Zonas de Processamento de Exportação	269	4	1	ZPE criada	1	0	0
--	-----	---	---	------------	---	---	---

Análise: Esta ação é executada pela CDI e tem o objetivo de fomentar a criação legal de áreas adequadas à instalação de empresas de produção de bens a serem comercializados no exterior.. A ação justifica-se pela importância de ZPE's como estratégia para atrair investimentos, gerar empregos e dinamizar a economia. Em 2013, foram utilizados recursos próprios da administração indireta em custeio. O desempenho da ação ficou abaixo do esperado devido às indefinições quanto ao terreno a ser utilizado para implantação da ZPE. A CDI segue aguardando regularização patrimonial pela prefeitura de Santarém para iniciar as intervenções necessárias. No processo de revisão do PPA 2013 seu produto passou a ser medido em "percentual", ao invés de "unidade".

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Apoio à Inserção de Empresas nos Mercados Nacional e Internacional	108	106	98	Empresa atendida	120	130	108

Análise: A ação executada pela CDI e SEICOM objetiva estimular o aumento da inserção de bens de serviços nos mercados nacional e internacional. Em 2013 foram utilizados R\$ 105 mil, provenientes da administração indireta, em despesas com custeio, e foram atendidas 130 empresas das regiões de integração Guamá (14), Lago de Tucuruí (2), Marajó (1), Metropolitana (106), Rio Caetés (1), Rio Capim (2) e Tocantins (3). As atividades desenvolvidas visaram à transferência de conhecimento em comércio exterior. Foram realizadas seis atividades durante o ano entre treinamentos, oficinas, workshops e cursos básicos em exportação, com capacitação de 160empresários. Para a melhoria do ambiente de negócios trabalhou-se a inteligência comercial e competitiva com estudos, pesquisas de mercado para diversos países, como Alemanha, China, Estados Unidos, entre outros, e a cooperação técnica com as instituições parceiras SEBRAE, o Centro Internacional de Negócios – Federação das Indústrias do Pará e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Houve ainda a participação com os empresários locais em 11 eventos, feiras, fóruns, rodadas de negócios e encontros visando ao incentivo e à promoção do comércio exterior paraense. No processo de Revisão do PPA 2013 foi excluída por considerar-se que o objetivo proposto na Ação "Atração de Investimentos" engloba essa atividade, considerados os aspectos de fomento à produtividade e à competitividade empresarial.

Apoio a Micro e							
Pequenos	22.005	E 201	22	Empreende	15,000	1 222	
Empreendimentos -	22.905	5.301	23	dor Apoiado	15.000	1.332	9
CREDCIDADÃO							

Análise: A ação, executada pelo CREDCIDADÃO e FDE, integra a Agenda Mínima do Governo e objetiva financiar micro e pequenos empreendimentos localizados no Estado do Pará. No tocante aos recursos, foram utilizados R\$ 5,3 milhões provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) para o atendimento de 1.332 empreendedores, em 17 municípios de 7 regiões de integração: Araguaia (78), Baixo Amazonas (749), Carajás (157), Guamá (46), Lago de Tucuruí (142), Metropolitana (28) e Tapajós (132), beneficiando sobretudo moto taxistas e batedores de açaí, dentre outras categorias. O resultado é considerado insatisfatório, quando confrontado ao planejado, mas é importante quando avaliado o efeito multiplicador desta política no tocante a geração de emprego e renda. A ação passou por alteração durante o processo de revisão do PPA 2013 em seu título, para que haja maior conformidade com o produto, e está bem construída, demonstrando consistência em sua formulação.

Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Setor Privado	7.711	7.362	95	Projeto Financiado	4	3	75
---	-------	-------	----	-----------------------	---	---	----

Análise: Esta ação é executada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e tem como objetivo financiar projetos econômicos de interesse da política de desenvolvimento estadual. Não passou por alteração durante o processo de revisão do PPA 2013, demonstrando estar consistente e bem construída. Os recursos utilizados são oriundos do tesouro e foram utilizados em sua maioria para "concessão de empréstimos". Os projetos financiados em 2013 foram DENPASA (empresa de produtos alimentícios), ORTOBOM (fabricação de colchões) e PALMASA (produtora de óleos extraídos do dendê).

Apoio aos Arranjos	42	27	88	APL		22	460
Produtivos Locais	42	31	00	apoiado	) 3	23	460

Análise: Esta ação é executada em parceria por SEICOM e SECTI e tem o objetivo de fortalecer o processo de desenvolvimento dos arranjos produtivos locais. Não passou por alteração durante o processo de revisão do PPA 2013, o que demonstrando estar bem construída e adequada aos objetivos do programa. No tocante ao seu financiamento, o mesmo advém de recursos ordinários, despendidos com custeio. Em 2013, foram apoiados 23 APLS, sendo 12 na Região Metropolitana de Belém e 11 na área de influência de São Miguel do Guamá. Destaca-se o APL Oleiro-Cerâmico, em São Miguel do Guamá, e o APL de Moda e Design de Economia Criativa, que tem como referência o Espaço São José Liberto, em Belém. Cabe ressaltar a subestimação da capacidade de execução física da ação, com execução de 460%.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Atração de Investimentos	235	218	93	Investidor atendido	50	38	76

Análise: Esta ação, executada pela SEICOM, objetiva fomentar o aumento do parque industrial, da produtividade e da competitividade empresarial do estado. Seu financiamento ocorreu por meio de recursos ordinários, dispendidos com custeio. Foram atendidos 38 investidores em oito regiões de integração, assim discriminados: Araguaia (4), Carajás (2), Guamá (4), Metropolitana (11), Rio Caetés (2), Rio Capim (1), Tapajós (1), Tocantins (13). Destaca-se a criação de um "selo de prioridade", dando maior celeridade aos processos das empresas, o lançamento do "Guia de Oportunidades do Pará" e o site INVESTPARÁ, criados com o intuito de promover as potencialidades do estado. No processo de Revisão do PPA 2013 passou por alteração com o intuito de incorporar atividades oriundas das ações "Inserção de Empresas no Mercado Nacional e Internacional" e "Elaboração do Plano Estadual da Indústria" que serão excluídos desse programa.

Concessão de Crédito a Microempreendedor - BANPARÁ Comunidade		0	0	Microempre endedor atendido	7.113	6.556	92
--	--	---	---	-----------------------------------	-------	-------	----

Análise: Ação extra orçamentária, executada pelo BANPARÁ, tem como objetivo apoiar os empreendimentos da economia solidária, estando alinhada aos objetivos do programa no tocante à concessão de crédito ágil e fácil. O financiamento da ação ocorreu por meio de recursos próprios, por isso não está demonstrado no quadro acima. Foram atendidos 6.556 microempreendedores, em 82 municípios, das 12 regiões de integração: Araguaia (246), Baixo Amazonas (1.134), Carajás (377), Guamá (428), Lago de Tucuruí (384), Marajó (645), Metropolitana (1.439), Rio Caetés (154), Rio Capim (954), Tapajós (124), Tocantins (565) e Xingu (106). O desempenho da ação foi considerado muito bom, não apenas por aproximar-se da meta, mas pelo seu efeito multiplicador de geração de emprego e renda.

Concessão de Crédito Para Expansão Empresarial	0	0	0	Empresa Atendida	289	1.016	352
--	---	---	---	---------------------	-----	-------	-----

Análise: Ação extra orçamentária, executada pelo BANPARÁ, objetiva contribuir para a expansão empresarial por meio da concessão de operações de crédito a pessoas jurídicas, estando alinhado aos objetivos do programa. O financiamento dessa ação ocorre por meio de recursos oriundo do próprio Banpará, no montante de R\$ 202 milhões. Foram atendidas 1.016 empresas, em 33 municípios, das 12 Regiões de Integração: Araguaia (29), Baixo Amazonas (32), Carajás (108), Guamá (52), Lago de Tucuruí (30), Marajó (7), Metropolitana (529), Rio Caetés (25), Rio Capim (94), Tapajós (5), Tocantins (86) e Xingu (19), contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

Desconcentração do Registro Mercantil	2	0	0	Unidade desconcentr ada	5	0	0
IVIEICATILII				implantada			

Análise: Ação executada pela JUCEPA tem o objetivo de desconcentrar as atividades de registro mercantil para os municípios não tendo sido realizada em 2013. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercícios 2014-2015, suas atividades foram transferidas para a ação "Expansão do Registro Mercantil" e não foi executada em 2013.

Análise: Esta ação é executada pela SEICOM e objetiva apoiar o desenvolvimento de empreendimentos dos setores de comércio e serviços, possibilitando a organização, ampliação da competitividade e acesso a novos negócios. O dispêndio financeiro ocorreu por meio de recursos ordinários, utilizados com custeio. A ação apoiou 51 empreendedores em 18 municípios, nas 12 regiões de integração, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

		Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Dinamização do Setor Minero-Metalúrgico Paraense	1.832	292	16	Empreendim ento orientado	26	26	100	

Análise: Esta ação é executada pela SEICOM e objetiva incrementar as oportunidades de novos investimentos para o setor minero-metalúrgico, não tendo sido alterada durante o processo de revisão do PPA 2013, o que demonstra estar bem construída. Os recursos para esta ação são provenientes de convênio (57%) e recursos ordinários (43%), dispendidos com custeio. Foram orientado 26 empreendimentos, em 28 municípios de oito regiões de integração: Araguaia (1), Baixo Amazonas (2), Carajás (7), Metropolitana (8), Rio Capim (3), Tapajós (2), Tocantins (2) e Xingu (1). Destacam-se o "Grupo Executivo de Atração de Investimento" e a "Rede Paraense de Atração de Investimentos", projetos que tem por missão articular ações voltadas à melhoria do ambiente de negócios no Pará, promover o desenvolvimento sustentável e auxiliar o atendimento ao investidor, por meio da articulação com órgãos e municípios paraenses.

Elaboração do Plano				Plano			
Estadual do Setor	383	383	100	elabora	11	0	0
Industrial				do/Un			

Análise: Esta ação é executada pela SEICOM e objetiva apoiar o desenvolvimento do setor industrial, possibilitando a organização, a ampliação e a competitividade do setor industrial. Os recursos utilizados nesta ação são provenientes de fonte do tesouro (ordinário). Entre suas realizações destacam-se importantes etapas do processo de construção do "Plano Estadual do Setor Industrial", como o estudo de logística reserva, em parceria com a UEPA, atividades com empresas de grande porte (Mercúrio), formatação das condicionantes ambientais estratégicas, conclusão do "Plano de Atração de novos Negócios", viabilização do Plano de Ação com a SINOBRAS (início do Polo Metal-Mecânico), finalização do "Mapeamento de Insumos Estratégicos do Pará" e do material informativo institucional para inserção no "Guia de Cadastro Industrial". No processo de Revisão do PPA 2013 foi excluída por entender-se que o objetivo proposto para a ação "Atração de Investimentos" engloba essa atividade, considerando os aspectos relacionados ao fomento à produtividade e à competitividade empresarial.

Análise: Esta ação é executada pela JUCEPA e seu objetivo foi alterado durante o processo de Revisão do PPA 2013, passando de "Estimular a formalização do registro mercantil para empresas nos municípios do estado do Pará" para "Desconcentrar as atividades do registro mercantil nos municípios paraenses para estimular a formalização de empresas", por considerar que a alteração proposta possibilitará a incorporação das atividades oriundas da ação "Desconcentração do Registro Mercantil", excluída deste programa para os exercícios 2014 e 2015. No tocante ao dispêndio financeiro, os recursos utilizados foram diretamente arrecadados pelo órgão. Em 2013, foram constituídas 11.932 empresas em 15 municípios de 11 regiões de integração: Araguaia (985), Baixo Amazonas (1.162), Carajás (2.268), Guamá (719), Lago de Tucuruí (539), Metropolitana (4.195), Rio Caetés (512), Rio Capim (313), Tapajós (398), Tocantins (432) e Xingu (409), contribuindo para o objetivo da ação.

Fomento a Atividade Produtiva	0	0	0	Projeto financiado/Un	55	3	5
----------------------------------	---	---	---	--------------------------	----	---	---

Análise: Ação extra orçamentária, executada pelo BANPARÁ, tem como objetivo aumentar o volume de financiamento para fomento de atividades produtivas, por meio de repasses de crédito via BNDES e recursos próprios. Os resultados obtidos foram abaixo do esperado, tendo sido financiados 3 dos 55 projetos originalmente planejados, todos na Região Metropolitana, prejudicando o alcance do objetivo da ação.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Fortalecimento das Micros, Pequenas e Médias Empresas	7	6	96	Empresa atendida/Un	132	222	168

Análise: A ação é realizada pela SEICOM e objetiva fomentar a aumento, a produtividade e a competitividade das micros, pequenas e médias empresas do Estado, não sofrendo qualquer alteração durante o processo de revisão do PPA 2013, estando portanto de acordo com os objetivos propostos pelo programa. Observar-se, conforme quadro acima, que a ação teve boa execução financeira, com recursos oriundos do tesouro e apresentou excelente desempenho no tocante aos resultados, tendo conseguido atender 222 empresas em 14 municípios de oito Regiões de Integração, Baixo Amazonas (99), Carajás (58), Guamá (4), Metropolitana (24), Rio Caetés (1) Rio Capim (2), Tocantins (16) e Xingu (18). No decorrer do exercício, destacam-se a realização do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Pará, para tratar de assuntos tributários; o atendimento realizado pela Rede Paraense de Extensão Tecnológica (REPET), com o diferencial da inserção dos segmentos de joias e de confecção; e o projeto Compras Governamentais, de iniciativa da SEICOM junto ao SEBRAE Nacional; que contribuíram positivamente para o alcance do objetivo da ação.

Gestão da Política de Incentivo as	22	22	100	Empresa Incentivada/Un	16	18	113
Atividades Produtivas				IIICeIIIIVaua/OII			

Análise: Esta ação é realizada pela SEICOM, e objetiva gerir a política de Incentivos do estado por meio da concessão de incentivos e acompanhamento das empresas incentivadas, não tendo sofrido qualquer alteração durante o processo de revisão do PPA 2013. Os recursos utilizados são de fonte do tesouro, tendo apresentado excelente execução física e financeira. Ao todo 126 empresas já desfrutavam de incentivos fiscais, em 11 regiões de integração, o que gerou 14.255 empregos diretos. As principais atividades econômicas das empresas incentivadas são: fabricação de produtos alimentícios; cultivo de dendê; fabricação de produtos de borracha e material plástico; fabricação de móveis; metalurgia; fabricação de bebidas; fabricação de produtos químicos; preparação e fabricação de artefatos de couro; e outros. Em 2013, foram beneficiadas 14 novas empresas, proporcionando a geração de aproximadamente 1.500 empregos diretos e indiretos e recursos para compras da ordem de R\$ 248 milhões, sendo 74% destas realizadas no Estado do Pará.

Implantação da Zona de Processamento de Exportação de	0	0	0	ZPE implantada/ Prc	0,3	0	0
Barcarena							

Análise: A ação de responsabilidade da CASBAR integra a Agenda Mínima de Governo, e tem como objetivo implantar a infraestrutura básica necessária para a indústria na área destinada a Zona de Processamento de Exportação de Barcarena, não tendo sofrido qualquer alteração durante o processo de revisão do PPA 2014, demonstrando sua importância para a resolução do problema combatido pelo programa. Contudo, os resultados obtidos até o momento estão abaixo do planejado, devido a problemas burocráticos e de financiamento. Cerca de 10% da obra em sua fase de fundação foram concluídas, com expectativa de conclusão em maio de 2014.

Implantação de Infraestrutura em 455 Áreas Industriais	10,8	2	Infraestrutura implantada/Prc	0,1	0	0
--	------	---	----------------------------------	-----	---	---

Análise: A ação de responsabilidade da CDI, integra a Agenda Mínima de Governo, e objetiva ampliar as áreas de infraestrutura para instalação de parques industriais no estado, não tendo sofrido qualquer alteração durante o processo de revisão do PPA 2013. Foram realizadas despesas com custeio em atividades preparatórias à obra, como projeto técnico e custas com o processo licitatório. Utilizaram-se recursos diretamente arrecadados pelo órgão. A Obra está prevista para iniciar em julho de 2014, com conclusão em dezembro do mesmo ano.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013(A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Implementação de Ações do Setor Produtivo - Banco do Produtor	11,6	11,3	98	Projeto financiado/U n	1	3	300

Análise: A ação de responsabilidade da SEICOM, faz parte da Agenda Mínima de Governo, e objetiva financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, a diversificação e a transformação da base produtiva do Estado do Pará, não tendo sofrido qualquer alteração durante o processo de revisão do PPA 2013, estando perfeitamente alinhado as estratégias e objetivos do programa. A ação foi viabilizada com recursos ordinários do estado. No tocante ao desempenho físico, conforme observado, foram financiados 3 projetos, beneficiando empresas das cidades de Belém, Castanhal e Paragominas, contribuindo dessa maneira para o alcance do objetivo da ação.

Implementação de Áreas e Distritos Industriais	2.995	318	11	Distrito industrial implementa do/Un	4	0	0
--	-------	-----	----	---	---	---	---

Análise: Esta ação é de responsabilidade da CDI, tendo como objetivo ordenar a instalação de indústrias no Estado do Pará, disponibilizando a infraestrutura física e espaços adequados, bem como promover a manutenção e otimização à infraestrutura implantada. A ação apresenta-se bem construída, não tendo sofrido alteração durante o processo de Revisão do PPA 2013. No exercício de 2013 foi viabilizada com recursos próprio do órgão. No decorrer do exercício, seu desempenho ficou abaixo das expectativas, nenhum dos distritos industriais planejados (Ananindeua, Barcarena, Belém e Marabá), foram implementados, prejudicando o alcance do objetivo da ação.

Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro	3.476	3.476	100	Repasse realizado/Un	12	12	100
--	-------	-------	-----	-------------------------	----	----	-----

Análise: Em 2013 esta ação é de responsabilidade da SEICOM, tendo como objetivo repassar recursos para a gestão do Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro. O dispêndio financeiro deu-se por meio de recursos do tesouro, tendo sido repassados mensalmente ao IGAMA no decorrer do exercício. Durante o processo de revisão do PPA 2013 foi excluída, tendo suas atividades incorporadas a "Ação de apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva de gemas, joias e do artesanato".

Plano de Expansão				Unidade			
da Rede de	0	0	0	Bancária	8	11	125
Atendimento Bancário				instalada/Un			

Análise: Ação extra orçamentária, é executada pelo BANPARÁ, tendo como objetivo disponibilizar o acesso aos produtos e serviços bancários, como forma de dinamizar a economia dos municípios e não passou por alteração durante o processo de revisão do PPA 2013. Os recursos para sua realização são advindos do próprio BANPARÁ. No tocante aos resultados obtidos, foram instaladas 10 agências bancárias em 15 municípios de 9 Regiões de Integração, assim distribuídos. Araguaia (2), Baixo Amazonas (1), Carajás (1), Guamá (1), Lago de Tucuruí (1), Marajó (1), Metropolitana (1), Tocantins (1) e Xingu (1).

Transferência à Companhia Administradora da ZPE - Barcarena	Transferênci 0 a realizada/Un		12	0	0
---	-------------------------------------	--	----	---	---

Análise: Ação de responsabilidade da CDI, não passou por alteração durante o processo de revisão do PPA 2013. No exercício de 2013, conforme demonstra o quadro acima, não houve repasse de quota orçamentária, o que impossibilitou a execução da ação.

## PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Órgão Responsável**: Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI)

Órgão(s) Executor (es): SAGRI, EMATER e CEASA

Objetivo: Aumentar a competitividade da base produtiva da agricultura familiar

Público Alvo: Produtor rural familiar

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 55- Modernização da Agricultura Familiar - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
28.152	30.381	46.717	24.529	53

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O programa realizou projetos e atividades com utilização de R\$ 24,5 milhões, dos quais 20% foram provenientes de recursos próprios da administração indireta, 38% de convênios e 42% de recursos ordinários do tesouro.

A análise da movimentação orçamentária demonstra distanciamento entre previsto e realizado, com exceção da fonte de recursos do tesouro.

No tocante aos recursos da administração indireta, o previsto era R\$ 2,6 milhões, tendo sido suplementado em R\$ 4,7 milhões, com orçamento atualizado de R\$ 7,3 milhões. Destes foram executados R\$ 4,8 milhões, 66% do que foi disponibilizado ao longo do exercício.

Em relação aos recursos de convênio, captados junto ao Ministério da Agricultura através do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com o Banco da Amazônia (BASA), Banco do Brasil e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e por meio do Programa Estadual ao Combate a Extrema Pobreza - Pará Rural, observa-se que foram previstos R\$ 16,9 milhões, com suplementação de R\$ 11,1 milhões, com execução de R\$ 9,4 milhões, que correspondem a 33% do orçamento disponibilizado ao longo do exercício (Gráfico 63).

25.000
20.000
15.000
10.000
Dot. Incial

Dot. Atual

Em R\$ 1.000,00

Rec. Tesouro
Rec. Próprios
Convênios

Gráfico 61- Modernização da Agricultura Familiar - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/		ORGÃO	Indicador	2012		2013	
UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA	RESPONSA VEL PELA APURAÇÃO	de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de produtor familiar atendido pela SAGRI / Percentual	((Número de produtor familiar atendido pela SAGRI no ano atual / Número de produtor familiar atendido pela SAGRI no ano anterior) -1) x 100	SAGRI	5,80	5	5,80	10	10,18
Incremento de Valor Contratado de Crédito Rural / Percentual / EMATER	((Valor contratado de crédito rural no ano atual / Valor contratado de crédito rural no ano anterior) -1) x 100	EMATER	50,60%	30	88	35	39
Número de projetos de Crédito Rural Contratados / Unidade / EMATER	Número de projetos de crédito rural contratos pela agricultura familiar com apoio da EMATER no ano.	EMATER	30.456	33.000	13.720	36.000	14.835

Os indicadores apurados demonstram que o Programa "Modernização da Agricultura Familiar" apresentou avanços quando comparados seus resultados com o ano anterior. O indicador "Incremento de produtor familiar atendido pela SAGRI"

demonstra o trabalho realizado por essa secretaria junto ao produtor familiar, orientando quanto às melhores práticas e incentivos.

Quanto ao indicador "Incremento de valor contratado de crédito rural", observa-se relativo aumento em relação ao previsto para o exercício, o que se justifica quando considerado que no ano anterior os resultados foram acima do esperado, com incremento de 88% acima do previsto (30%). Esse indicador demonstra a eficácia das políticas implementadas por meio do programa.

O indicador "Número de projetos de crédito rural contratados" não alcançou a meta prevista para o ano, entretanto, cabe ressaltar que houve aumento de 8,1% em relação ao ano anterior. Pode-se creditar parte deste aumento a convênios firmados entre Ministério Desenvolvimento da Agricultura (MDA) e EMATER, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que propiciaram a realização de cadastro técnico e emissão de aproximadamente 35 mil "Declarações de Aptidão" – DAP's, documento que propicia a diminuição dos índices de inadimplência junto ao Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

## - Implementação do Programa

No Pará, a agricultura familiar é constituída por aproximadamente 196.000 estabelecimentos que abrangem uma área de 6,9 milhões de hectares com exploração de produtos agropecuários. A flora, fauna, modo de vida e a inserção social que caracterizam essa agricultura requerem ações que considerem a pluralidade que esta agricultura apresenta, sempre na perspectiva de seu fortalecimento e execução da Política Estadual em consonância com a Política Nacional da Agricultura Familiar.

O programa é composto por 14 ações executadas pela SAGRI, órgão responsável pela coordenação e pela execução dessa política, bem como pela EMATER e CEASA. Está alinhado ao objetivo estratégico de governo de fortalecer a produção de base familiar e dinamizar as economias locais em bases sustentáveis.

Na revisão do PPA para os exercícios 2014 e 2015, as ações de "Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio a Cadeia Produtiva de Origem Animal" e "Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio a Cadeia Produtiva de Origem Vegetal" foram agrupadas, visando melhor execução e aproveitamento dos resultados, com a denominação de "Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio à Cadeia Produtiva de Origem Animal e Vegetal" e com o de objetivo "Orientar a Implementação

de Modelos de Produção Sustentável de Origem Animal e Vegetal, Junto aos Agricultores Familiares".

No exercício de 2013, o governo revitalizou diversas unidades da EMATER, que está presente em 144 municípios paraense, o que possibilitou a realização de diversas ações de assistência técnica e extensão que beneficiaram cerca de 180.00 mil produtores familiares nas 12 regiões de integração.

#### Principais Realizações:

- ✓ Projeto "Cultivando Flores e Vidas", parceria EMATER/SUSIPE, destinado ao atendimento de presos, albergados e egressos do Sistema Penal do Estado. Foi realizada capacitação para esse público com o curso de "Cultivo de Plantas Ornamentais, Produção Envasados e Técnicas de Jardinagem", e 15 participantes receberam a certificação;
- ✓ Financiamento de 93 projetos de investimentos produtivos, beneficiando cerca de 3.000 famílias e garantindo oportunidade de emprego e renda na área rural;
- ✓ Proporcionou a contratação de 3.446 projetos de crédito rural no valor de R\$ 49,4 milhões junto a produtores rurais, cooperativas e associações, por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com a EMATER;
- ✓ Beneficiou 58 prefeituras paraenses e 1.123 produtores com a comercialização de seus produtos para fins de merenda escolar, proporcionando R\$ 14,8 milhões em vendas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em parceria com o governo estadual;
- ✓ Proporcionou assistência técnica a 654 agricultores familiares, favorecendo a comercialização e geração de R\$ 876,5 mil, por meio Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com o governo estadual;
- ✓ Feira da Agricultura Familiar da Amazônia Legal (AGRIFAL 2013) contou com a participação de diversos produtores familiares, exposições e comercialização da produção de produtos manufaturados regional, com participação de outros estados e de três países visitantes (República do Suriname, Itália e Espanha), gerando negócios da ordem de R\$ 2,7 milhões;
- ✓ I Exposição de Flores e Plantas Ornamentais "Flor Tapajós" realizada pela EMATER, em Santarém, com capacitação de aproximadamente 250 agricultores familiares em cursos, palestras e oficinas, e participação de cerca de 12.000

- pessoas com comercialização em torno de R\$ 100 mil diretamente nos estandes e R\$ 300 mil em negócios futuros;
- ✓ Assistência técnica a cerca de 6.220 famílias que vivem em áreas de populações tradicionais e reservas extrativistas, comunidades indígenas, como a dos Kayapós, no Município de Novo Progresso, e comunidades Quilombolas, na Região do Marajó;
- ✓ Elaboração de 11 Planos de Recuperação de Assentamento (PRA), pela EMATER, e de cinco Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), beneficiando cerca de 2.100 famílias em 19 assentamentos no estado.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico	0		
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Apoio à Implantação de Sistemas de Geração Hídrica para Atividades Produtivas Rurais (Água Boa)	170	86	51	Família Beneficiada/ Un	4.884	327	7	

Análise: A ação executada pela SAGRI tem como objetivo viabilizar água como insumo necessário à efetivação de atividades agropecuárias. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. No decorrer do exercício, as famílias foram beneficiadas através de convênios, com a Associação de Moradores e Amigos da Vila Galdina no Município de Salinópolis, com a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar- COOPAF, do Município de Santo Antonio de Tauá e com o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental - CEAPS, localizado no Município de Santarém. Além disso, encontra-se em fase de elaboração um convênio com o Ministério da Integração Nacional no âmbito do programa nacional de universalização do acesso e uso da água - Água para Todos, para os municípios da Região do Xingu. O resultado obtido demonstra distanciamento da meta programada, comprometendo o alcance do objetivo da ação.

Apoio à Produção e Comercialização da Agricultura Familiar	2.194	2.158	98	Produtor Familiar Assistido/Un	15.838	18.206	115
--	-------	-------	----	--------------------------------------	--------	--------	-----

Análise: A ação executada pela CEASA e SAGRI objetiva apoiar a produção e comercialização da cadeia produtiva da agricultura familiar. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários (99,5%) e recursos próprios (0,5%). Nesse período, foram assistidos produtores de 42 municípios pertencentes às Regiões de Integração Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté e Rio Capim. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a assinatura de 28 convênios firmados com Associações de Produtores, Sindicatos de Produtores, Cooperativas Agrícolas e Prefeituras, além da parceria estabelecida com a ADEPARÁ e SEBRAE com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva do queijo do Marajó, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Assistência Técnica e Extensão Rural à Organização Produtiva Familiar	196	119	61	Família Assistida/Un	19.940	28.150	141	

Análise: A ação executada pela EMATER objetiva agregar valor para comercialização de produtos da agricultura familiar. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários do estado. Nesse período, foram assistidas famílias de 130 municípios das 12 regiões de integração, através da realização de palestras, cursos e oficinas. Dentre essas realizações destacam-se, a qualificação em pinturas de tecido de 20 mulheres de Ipixuna do Pará, por meio de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Oficina de Associativismo e Cooperativismo promovida em parceria com Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), em Oeiras do Pará, beneficiando cerca de 300 famílias; Ciclo de oficinas de apresentação dos diagnósticos das Unidades Produtivas Familiares (UPFs) elaborado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para 400 mulheres em situação de extrema pobreza dos municípios de Portel, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Breves e Melgaço, tendo como resultado a geração de renda, aumento da produtividade agrícola e a melhoria da qualidade de vida dessa famílias, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

Assistência Técnica e

Extensão Rural em

Apoio à Cadeia 4.158 1.719 41 Assistida/ 50.001 34.044 68

Produtiva de Origem

Animal

Análise: A ação executada pela EMATER objetiva orientar a implementação de modelos de produção sustentável de origem animal, junto aos agricultores familiares. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos de convênios (61%), recursos ordinários (15%) e recursos próprio do órgão (24%). Nesse período foram assistidas 34 mil famílias, de 138 municípios das 12 regiões de, que puderam contar com orientação, treinamento e capacitação, como práticas de melhoria da produção de aves caipira realizada no Município de Redenção; Crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com o Banco da Amazônia (BASA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para compra de matrizes bovinas e reprodutores de raças com aptidões específicas; Dia de Campo sobre Apicultura, em Ulianópolis, e outros tendo como resultado a melhoria do processo de produção, aumento da produtividade e geração de renda. Além desses cabe destacar o Projeto "Cultivando Flores e Vida", realizado em parceria com a SUSIPE, destinado ao atendimento de presos, albergados e egressos do Sistema Penal do estado. No processo de Revisão do PPA 2013, a ação foi excluída tendo suas atividades integradas em uma nova ação denominada "Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio à Cadeia Produtiva de Origem Animal e Vegetal", o que permitirá maior visibilidade ao produto da acão

Assistência Técnica e							
Extensão Rural em				Família			
Apoio à Cadeia	8.318	3.907	47	Assistida/	94.341	73.261	78
Produtiva de Origem				Un			
Vegetal							

Análise: A ação executada pela EMATER objetiva orientar a implementação de agro ecossistemas junto aos agricultores familiares. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos de convênios (14%), recursos ordinários (24%) e recursos próprios do órgão (62%). Nesse período foram assistidas famílias de todos os municípios do estado através de diversas iniciativas como treinamento em processamento de frutas nos assentamentos São Pedro, Perpétuo Socorro e Tocantins dos Municípios de Marabá e Nova Ipixuna, que beneficiaram 100 famílias de assentados, apoio a 40 agricultores familiares de Peixe Boi, que comercializaram 10 toneladas de gêneros alimentícios por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal; orientação técnica aos produtores de cacau de Altamira para utilização de estufas, melhorando a tecnologia da secagem e a qualidade sanitária das sementes a Bahia; além de apoio e participação em diversos eventos agrícolas no estado, gerando dessa maneira emprego, renda, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida das famílias agrícolas paraenses. No processo de Revisão do PPA 2013 a ação foi excluída tendo suas atividades integradas em uma nova ação denominada "Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio à Cadeia Produtiva de Origem Animal e Vegetal", o que permitirá maior visibilidade ao produto da ação.

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Assistência Técnica e Extensão Rural em Apoio ao Desenvolvimento da Bioenergia	191	167	87	Família Assistida/Un	1.552	1.130	73	

Análise: A ação executada pela EMATER tem o objetivo de orientar o desenvolvimento e a implementação de produção de energia alternativa por meio de recursos da biodiversidade. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. A meta física realizada atendeu famílias agrícolas de 28 municípios pertencentes às Regiões de Integração Araguaia (8), Guamá (212), Marajó (6), Rio Caeté (58), Rio Capim (192) e Tocantins (654). Dentre as realizações, destacam-se o intercâmbio técnico com foco na ambientação da prática do dendê, que ocorreu no Município de Moju, e que permitirá replicar as técnicas de produção do dendê para outras regiões do estado. Outra iniciativa é o apoio ao Projeto Arauaí, também em Moju, que beneficia famílias produtoras de dendê, por meio da captação de crédito rural.

Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas de Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas	838	530	63	Família Assistida/Un	2.945	7.516	255	
---	-----	-----	----	-------------------------	-------	-------	-----	--

Análise: A ação executada pela EMATER tem o objetivo de orientar a implementação de estilos e técnicas de agricultura e pecuária sustentáveis junto às populações tradicionais e de reservas extrativistas. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários (28%) e recursos próprios arrecadados pelo órgão (72%). A meta física realizada contemplou famílias agrícolas de 75 municípios pertencentes às 12 regiões de integração do estado. Dentre as principais realizações destacam-se o apoio ao projeto de criação de galinha caipira na comunidade indígena dos kayapós em Novo Progresso; oficina de confecção de biojoias feita por mulheres quilombolas de Igarapé Açu; emissão de 600 declarações de aptidão ao (PRONAF), permitindo com que famílias quilombolas de Abaetetuba acessem o "Programa Minha Casa, Minha Vida Rural" e outras realizações que permitiram geração de renda, aumento de produtividade e melhoria na qualidade de vida dessas famílias, contribuindo assim para o alcance do objetivo da ação.

Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas das de	5.003	4.019	80	Família Assistida/Un	3.467	17.882	516
Reformas Agrárias				Assistida/OII			

Análise: A ação executada pela EMATER tem o objetivo de orientar a implementação de estilos e técnicas de agricultura e pecuária sustentáveis às populações de áreas de reforma agrária. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários (95%) e recursos próprios arrecadados pelo órgão (5%). A meta física realizada contemplou famílias de 85 municípios pertencentes às 12 regiões de integração. Desse total de municípios, 26 não estavam inicialmente programados. Dentre as realizações cabem destacar a qualificação para a fabricação de doces de frutas regionais de 100 assentados dos municípios de Marabá e Nova Ipixuna; a conclusão do diagnóstico participativo de cinco assentamentos do Município de Melgaço, que apresenta o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pará. Este trabalho faz parte do Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs) e contempla 1.235 famílias que vivem abaixo da linha da pobreza; destacam-se, ainda, a construção de bases cartográficas em 28 assentamentos da Região do Xingu que estão na área de influencia da Hidrelétrica de Belo Monte. O resultado alcançado proporcionou geração de renda, aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, contribuindo desse modo para o alcance do objetivo da ação.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Escoamento da Produção Rural (Caminhos da Produção)	237	237	100	Estrada Vicinal Recuperada /km	548	-	-

Análise: A ação executada pela SAGRI tem como objetivo promover a melhoria de rotas de escoamento da produção em regiões de destaque da produção agropecuária. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. Nesse período o órgão realizou a aquisição de três tratores, beneficiando 1000 produtores dos municípios de Rurópolis, Vigia e Santo Antônio do Tauá sem, no entanto, apresentar registro de meta física. Nesse sentido, ação apresenta, inconsistência entre o produto e as atividades realizadas, demonstrando haver equivoco na sua formulação e, por conseguinte necessidade de revisão.

Fomento à Produção				Produtor			
de Grãos e	1.385	1.385	100	Rural	13.000	12.638	97
Tubérculos				Atendido			

Análise: A ação executada pela SAGRI visa aumentar a produção de grãos e tubérculos oriundos da agricultura familiar. Em 2013 foi viabilizada com recursos ordinários do estado. Nesse período, a meta física realizada compreendeu produtores de 38 municípios das 12 regiões de integração. Entre as principais realizações cabe destacar o fornecimento de kit's farinheira (conjunto triturador equipado com motor de 5cv, uma prensa manual e um forno manual) às cooperativas agrícolas, associações de agricultores, sindicatos de trabalhadores rurais e prefeituras contribuindo para a elevação da produção de farinha; distribuição de 200 toneladas de feijão caupi aos municípios de Abaetetuba, Altamira, Capanema, Itaituba, Paragominas; convênio firmado com Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Rio Grande, localizada no município de Tracuateua, no valor de R\$ 210 mil a fim de apoiar a mecanização de 400 hectares de áreas alternadas, além de outras realizações, contribuindo para o alcance do objetivo da acão.

Fomento ao							
Desenvolvimento de				Muda			
Sistemas	215	215	100	Produzida	300.000	367.740	123
Agroflorestais na				/Un			
Agricultura Familiar							

Análise: A ação executada pela SAGRI visa apoiar a implantação e implementação de sistemas agroflorestais (SAFS) no âmbito da agricultura familiar. Em 2013 foi viabilizada somente com recursos ordinários. A meta física realizada atendeu produtores rurais de 39 municípios pertencentes às Regiões de Integração do Araguaia, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caetés, Rio Capim, Tocantins. Desse total de municípios, sete estavam na programação inicial. As atividades desenvolvidas referem-se a distribuição de mudas e sementes de cupuaçu, banana, taperebá, castanha, e espécies florestais para a implantação de sistemas agroflorestais.

Pesquisa em Apoio							
Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	202	191	95	Pesquisa Realizada	27	28	104

Análise: A ação executada pela EMATER visa apoiar o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias adequadas às necessidades e potencialidades da agricultura familiar. No exercício de 2013 foi viabilizada com recursos ordinários, proporcionando a realização de pesquisas em 28 municípios das Regiões de Integração Araguaia (3), Baixo Amazonas (5), Lago de Tucuruí (2), Metropolitana (3), Rio Caetés (1), Rio Capim (2), Tocantins, (3) e Xingu (1). Dentre as pesquisas realizadas destacam-se as experiências com as cultivares de pimenta-do-reino, utilizando o tutor vivo no Município de Capitão Poço, no qual busca-se avaliar a resistência das plantas em relação à fusariose; o aproveitamento da coroa do abacaxi na produção de mudas em Barcarena, com a finalidade de disseminar a tecnologia de aproveitamento da parte do fruto que era descartada, possibilitando sua produção em até 15 meses; produção de sementes de feijão da variedade BR3 Tracuateua que apresenta um índice de germinação acima de 80%, e grau de pureza de 99%, conforme os padrões exigidos pelo Ministério da Agricultura, proporcionando a certificação do governo federal. Considera-se que o produto contribuiu significativamente para o alcance do objetivo da acão.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Promoção do Desenvolvimento dos Territórios Rurais	15.452	8.294	54	Município Atendido	70	43	61

Análise: A ação executada pela SAGRI tem por objetivo fortalecer o processo de construção e dinamização dos territórios rurais, incentivando o desenvolvimento das potencialidades locais. No exercício de 2013 foi viabilizada com recursos de convênios (95%), recursos de contrapartida (4%) e recursos ordinários (1%). Os municípios atendidos pertencem as Regiões de Integração Araguaia (13), Baixo Amazonas (3), Marajó (2), Rio Capim (2), Tapajós (1), Tocantins (6) e Xingu (10). Nesse período foram realizadas diversas atividades como entrega de motocicletas, computadores, caminhão frigorifico, caminhão de carga e outros por meio de convênios firmados com associações de produtores rurais, extrativistas e pescadores artesanais, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

Análise: Esta ação é integrante da Agenda Mínima de Governo e objetiva reformar as instalações da EMATER para modernizar e melhorar os serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ao segmento da agricultura familiar. No exercício de 2013 foi viabilizada com recursos ordinários, recursos próprios arrecadados pelo órgão e recursos provenientes de convênio. No decorrer do exercício a adequação ocorreu por meio de iniciativas como: adequação física dos escritórios locais, aquisição de equipamentos de informática, embarcação, utensílios, tratores e máquinas de natureza industrial, o que proporcionou o atendimento de cerca de 188.000 produtores familiares em todos os municípios paraenses, contribuindo positivamente para o alcance do objetivo da ação.

## PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA

**Órgão Responsável**: Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI)

Órgão(s) Executor (es): SAGRI, ADEPARÁ, CEASA

**Objetivo**: Dinamizar o setor agropecuário paraense, de forma sustentável.

Público Alvo: Produtor Rural

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 56- Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE 2013 (B)	Dot. Atualizada OGE 2013 (C)	Liquidado 2013 (D)	% Execução (E=D/C)	
23.424	23.424	30.211	15.367	51	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

Para a realização dos projetos e atividades do Programa "Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária" estava programado no OGE 2013, R\$ 23,4 milhões, dos quais 15,3 milhões foram liquidados em 2013, sendo R\$ 8,1 milhões (52%) de recursos ordinários, R\$ 4,6 milhões (30%) diretamente arrecadados pela administração indireta e R\$ 2,7 milhões(18%) de convênios.

Na fonte recursos do tesouro estavam programados R\$ 8,1milhões,sendo esse valor ampliado para R\$ 10,2 milhões ao longo do exercício, dos quais foram liquidados R\$ 8 milhões. Desse total liquidado, R\$ 4,4 milhões pertencem ao Fundo de Apoio a Cacauicultura (FUNCACAU).

Os recursos arrecadados pela administração indireta passaram de R\$ 5,5 milhões para R\$ 5,4 milhões dos quais R\$ 4,6 milhões foram liquidados.

No tocante aos recursos de convênio, estavam programados R\$ 9,6 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 2,7 milhões, captados junto ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (PRONAF) por meio de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado (SENAR) e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)(Gráfico 64).

16.000
14.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot. Incial

Dot. Atual

Em R\$ 1.000,00

Rec. Tesouro
Rec. Próprios
Convênios

Gráfico 62- Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

# - Indicadores do Programa

INDICADOR/		ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Indicador	20	012	2013	
UNIDADE/ FONTE	FONTE PELA APURAÇÃO		de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Áreas livres de febre aftosa / Unidade / ADEPARÁ	Número de áreas livres de febre aftosa das três áreas do estado (1- centro sul; 2- nordeste paraense e 3- Baixo Amazonas e Marajó).	ADEPARÁ	1	2	1	3	1
Incremento da Saída de Produtos de Origem Vegetal que Necessitam de Certificação Fitossanitária do Estado do Pará / Percentual / ADEPARÁ	Variação percentual da quantidade (t) de saídas de produtos de origem vegetal que necessitam de certificação fitossanitária no ano em relação ao ano anterior.	ADEPARÁ	13,50	10	13,50	10	35
Índice de Produtividade Econômica* / R\$/HA / IBGE/PAM	Razão entre o valor total da produção agrícola da cultura temporária e permanente (R\$) pelo total da área colhida.	SAGRI	41,08	48,9	-	51,85	-

<sup>\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Dos três indicadores do programa, apenas o indicador, "Índice de Produtividade Econômica" não foi apurado em 2013, o que se justifica pelo período de disponibilidade do mesmo junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que é posterior a período desta avaliação. Na Revisão do PPA 2013, esse indicador sofreu uma alteração no método de cálculo a partir da nova fonte Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, o que permitirá sua apuração de modo tempestivo.

No que se refere ao indicador "Áreas livres de Febre Aftosa", o estado manteve o status livre de febre aftosa com vacinação, reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O segundo passo é obter o reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde Animal –(OIE), demonstrando desse modo a eficiente atuação nas três áreas de controle da doença, através de vacinação e outras iniciativas do governo paraense.

Quanto ao "Incremento de Saída de Produtos de Origem Vegetal que Necessitam de Certificação Fitossanitária do Estado do Pará". Os dados de 2013 revelaram aumento satisfatório, bem acima da meta decorrente de ações das políticas públicas implementadas pelo estado na agricultura familiar.

#### - Implementação do Programa

A Política Estadual Agropecuária desempenha papel estratégico na consecução do macro objetivo de Governo de combater a pobreza e diminuir as desigualdades sociais e regionais. Encontra-se alinhada estrategicamente à Política Nacional da Agropecuária que busca a modernização e o aumento da produtividade da agricultura brasileira, para fins de melhoria de renda dos agricultores familiares, além de facilitar o acesso às políticas públicas e o desenvolvimento sustentável da produção.

O Governo do Estado formulou soluções e estratégias na perspectiva de implementar políticas regionalizadas para o setor agropecuário em parcerias multissetoriais e institucionalizada que permitiram a assistência para 180.000 agricultores familiares nos 143 municípios paraenses.

#### Principais Realizações:

- ✓ Realização do Curso de Capacitação em "Boas Práticas de Alimentos", ministrado pelo SENAR no município de Salvaterra e Alenquer;
- ✓ Assistência a 15 agricultores familiares produtores de leite, no município de Conceição do Araguaia, possibilitando aumento da produtividade além de transformar o projeto em referência nacional;
- ✓ Implementação do projeto "Eco Paisagismo Sustentável" na Escola de Ensino Fundamental Maria Creuza Viana, no município de Terra Alta, beneficiando com alimentação saudável aos alunos regularmente matriculados na escola;
- ✓ Distribuição aos produtores paraenses de: 200 toneladas de feijão caupi, 158 toneladas de milho Al Bandeirante, 30 toneladas de arroz da variedade BRS, 53,4 mil mudas de essências florestais e fruteiras destinadas à formação de sistemas agroflorestais, 275 kg de semente de Paricá, destinadas à produção de mudas de essências florestais, beneficiando cerca de 13.570 produtores em todo o estado;
- ✓ Celebração de 12 convênios com recursos do Fundo Apoio Cacauicultura (FUNCACAU), no valor de R\$ 2,6 milhões, para o projeto de Expansão e Fortalecimento da Lavoura Cacaueira, beneficiando aproximadamente 835 produtores familiares nos municípios de Santa Barbara, Ananindeua, Benevides, Acará e Santa Izabel do Pará;
- ✓ Realização do curso de capacitação "Boas Práticas de Manipulação e Processamento do Açaí" e o uso do "branqueador" para 550 batedores de açaí, em parceria com a Associação dos Vendedores Artesanais de Açaí do município de Belém (AVABEL);
- ✓ Realização de campanhas de educação sanitária, vacinação e controle para mudança de status para Área Livre de Febre Aftosa;
- ✓ Inspeção de 17 empresas, sendo que sete delas que trabalham com tucupi e maniva cozida possuem a certificação e registro, e dez estão em processo de análise e adequação de seus estabelecimentos para receberem o selo.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Apoio à Cadeia Produtiva da Pecuária	715	715	100	Produtor Atendido	2.750	4.740	172

Análise: A ação executada pela SAGRI tem o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva de pequenos, médios e grandes animais. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. No decorrer do exercício foram atendidos produtores de 107 municípios, de 11 regiões de integração, com exceção do Tapajós, por meio de parcerias com cooperativas, prefeituras, órgãos federais e estaduais. Dentre as iniciativas realizadas destacam-se o Curso de Capacitação em "Boas Práticas de Alimentos", ministrado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) no município de Salvaterra; convênio firmado com Prefeitura de Alenquer para a mecanização de 146,67 ha, beneficiando 2.000 pequenos produtores; convênio firmado com a Cooperativa Agropecuária Leiteira de Floresta do Araguaia (COOAPELFA) para aquisição de dois tanques de refrigeração de leite, beneficiando 100 famílias. Foram realizadas, também, palestras e orientações técnicas sobre bovinocultura de leite, avicultura, ovinocultura e meliponicultura que beneficiaram produtores rurais de diversos municípios do estado, contribuindo para o aumento da produtividade, geração de renda e melhoria da qualidade de vida desses produtores. O resultado obtido contribui positivamente para o alcance do objetivo da ação.

Apoio à Realização de	1.096	1.096	100	Evento Apoiado	11	22	50
Eventos Agropecuários	1.030	1.030	100	Lverito Apolado			30

Análise: Ação executada pela SAGRI objetiva apoiar a realização de exposições, feiras agropecuárias e outros eventos ligados ao setor. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. No decorrer do exercício foram apoiados eventos em 19 municípios das Regiões de Integração Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Largo de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caetés, Rio Capim e Tapajós. Dentre os eventos destacam-se o apoio ao 20º Festival do Abacaxi, em Floresta do Araguaia; IX Cavalgada Bragança 400 anos; XIII Feira de Exposição Agropecuária de Novo Progresso; AVEFEST/2013, em Santa Izabel; 36ª Exposição Agroindustrial do Baixo Amazonas; e 5ª Feira da Produção Familiar, em Santarém; além de outros eventos realizados por meio de convênio e parcerias com sindicato de produtores rurais, associação de criadores e prefeituras, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

Apoio às Cadeias							
Produtivas dos Produtos de Origem	7.048	5.058	72	Produtor Atendido	12.060	24.834	206
Vegetal							

Análise: A ação executada pela SAGRI objetiva fortalecer as cadeias produtivas de origem vegetal com vistas ao aumento da competitividade. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários (12%) e recursos do Fundo de Apoio a Cacauicultura (88%). No decorrer do exercício, foram atendidos produtores de 84 municípios pertencentes às 12 regiões de integração, através de convênio e parcerias firmados com prefeituras, associações, sindicados rurais e SENAR, dentre os quais se destacam: distribuição de mudas e sementes de açaí para 1.632 produtores dos municípios de Santa Bárbara, Portel, Bonito, Paragominas, Igarapé-Miri, Soure, Curuçá, Marapanim, Capanema, Belém, Castanhal, Tucuruí e Primavera; Treinamento em "Conservação e Manipulação de Alimentos para produtores rurais ministrado pela SENAR nos Municípios de Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia e Soure; curso de capacitação de boas práticas de branqueamento do açaí, beneficiando 136 batedores de Açaí de Belém; distribuição de 5.000 mudas de bananeiras para 90 produtores do municípios de Belém; além de outras atividades que contribuíram para o alcance do objetivo da ação.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal	41	7	17	Produto Classificado/T	25.000	25.425	102
---	----	---	----	---------------------------	--------	--------	-----

Análise: A ação executada pela ADEPARA objetiva atestar a especificação dos produtos de origem vegetal, visando à melhoria da qualidade na comercialização. No exercício de 2013, foi viabilizada com 100% dos recursos arrecadados pelo órgão. Neste período, a ação atuou em 13 municípios das seguintes regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins, contribuindo positivamente para o objetivo da ação.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	80	80	100	Produção Comercializada	53.300	64.778	122

Análise: A ação executada pela CEASA objetiva promover a identificação e qualificação padronizada dos produtos de origem vegetal. No exercício de 2013, foi viabilizada com 100% dos recursos arrecadados pelo órgão executor. Nesse período, foram comercializados produtos hortifrutigranjeiros de 70 municípios paraenses, abrangendo 11 regiões de integração, com exceção da Região do Tapajós. Esta ação possibilitou maior participação da produção regional no mercado interno, além de proporcionar alimentos de qualidade para a população paraense.

Desenvolvimento Tecnológico do Setor	85	85	100	Projeto Apoiado/Un	7	3	43
Agropecuário							

Análise: A ação executada pela SAGRI objetiva promover a modernização tecnológica de atividades agropecuária e florestal. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. Nesse período, o órgão apoiou a realização do 1º Seminário sobre a Agricultura na Amazônia, realizado no Município de Paragominas, por meio de convênio firmado com a Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação; do 1º Workshop de Clínicas Tecnológicas, que proporcionou a qualificação de cerca de 60 técnicos e 300 produtores, realizado no Município de Belém; e a realização do 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração. Essas atividades contribuíram para o alcance do objetivo da ação.

Erradicação da Febre Aftosa no Estado do	7.798	2.769	36	Propriedade Atendida/Un	17.788	14.809	83
Pará							

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ tem como objetivo promover a defesa e a vigilância zoofitosanitária dos rebanhos do Estado do Pará. Em 2013, foi viabilizada com recursos próprios do órgão (60%) e recursos de convênios (40%). No decorrer do exercício foram atendidas propriedades em 141 municípios, nas 12 regiões de integração, cumprindo as adequações exigidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) garantindo ao Estado do Pará o reconhecimento como área livre de febre aftosa com vacinação.

Fiscalização da							
Comercialização de	4.4	44	94	Estabelecimento	19.885	10.960	55
Insumos	44	41	94	Fiscalizado	19.000	10.960	55
Agropecuários							

Análise: A ação, executada pela ADEPARÁ, tem o objetivo de promover o controle da comercialização dos insumos e serviços utilizados na agropecuária. No exercício de 2013, foi viabilizada com recursos próprios do órgão que realizou a fiscalização em estabelecimentos pertencentes a 100 municípios de todas as regiões de integração do estado, contribuindo dessa maneira para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, o produto desta ação foi alterado para "Fiscalização Realizada".

Fiscalização do Uso de							
Insumos	34	19	56	Propriedade	946	727	77
Agropecuários em	34	19	36	Fiscalizada/Un	940	121	''
Propriedades Rurais							

Análise: A ação, executada pela ADEPARÁ, tem o objetivo de promover o controle do uso de insumos utilizados nas propriedades rurais. No exercício de 2013 foi viabilizada com 100% dos recursos arrecadados pelo órgão executor. Nesse período, foram contemplados 59 municípios de todas as regiões de integração do estado. O bom rendimento da ação impactou na melhor qualidade dos alimentos consumidos pela população paraense, contribuindo positivamente para o alcance do objetivo da ação.

Fiscalização e Controle				Fiscalização				
de trânsito	2.927	1.558	53	Realizada/Un	127.260	134.961	106	
Agropecuário				Realizada/OH				

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ tem o objetivo de garantir a segurança no trânsito e/ou transporte de animais, produtos e subprodutos vegetais dentro do Estado. No exercício de 2013, foi viabilizada com 99,8% dos recursos arrecadados pelo órgão e 0,2% de recursos provenientes de transferências de convênios. Nesse período, as fiscalizações foram realizadas em 73 municípios de todas as regiões de integração, combatendo diversas irregularidades e proporcionando maior segurança no transporte dos animais e produtos vegetais, o que muito contribuiu para o alcance do objetivo da ação.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Fortalecimento das Secretarias Municipais de Agricultura	131.076	30.540	23	Secretaria Apoiada/Un	9	1	11	

Análise: A ação desenvolvida pela SAGRI objetiva o fortalecimento das secretarias municipais de agricultura. Em 2013 foi viabilizada exclusivamente com recursos ordinários do estado. No decorrer do exercício, contemplou a secretaria do Município de Itupiranga, através de diversas atividades como aquisição de tratores que irão potencializar a agricultura do município, beneficiando diretamente 180 produtores rurais. Encontra-se em processo de licitação a aquisição de GPS, veículos e equipamentos que serão destinados para as demais secretarias municipais em 2014.

Implementação de Unidades de Comercialização de Produtos Agropecuários	-	-	-	Unidade Integrada/Un	1	-	-
--	---	---	---	-------------------------	---	---	---

Análise: A ação executada pela CEASA objetiva incentivar a participação regional de produtos hortifrutigranjeiros, a comercialização nas regiões de integração do Estado do Pará. No exercício de 2013, estava programada a implantação de uma unidade da CEASA no Município de Santarém o que não ocorreu devido à insuficiência de dotação orçamentária.

Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal	72	67	93	Estabelecimento Inspecionado/Un	1 336	465	138
---	----	----	----	------------------------------------	-------	-----	-----

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ tem como objetivo "assegurar as condições higiênico sanitárias e os procedimentos tecnológicos da cadeia produtiva de produtos e subprodutos de origem vegetal e animal". No exercício de 2013 foi viabilizada com 100% dos recursos arrecadados pela ADEPARÁ. Nesse período, as fiscalizações foram realizadas em 58 municípios de 11 regiões de integração, com exceção do Tapajós, proporcionando maior qualidade dos alimentos consumidos pela população paraense. O resultado obtido contribuiu para o alcance do objetivo da ação.

Manutenção da Área							
de Abastecimento e Comercialização da CEASA	1.608	1.439	90	Espaço Mantido	8.000	4.716	59

Análise: A ação desenvolvida pela CEASA objetiva manter a estrutura física e espaços de comercialização em boas condições de funcionamento e organização. Em 2013 foi viabilizada com recursos ordinários (67%) e recursos próprios do órgão (33%). Nesse período, foi concretizada a construção e reforma da estrutura e cobertura metálica de um galpão para a comercialização de hortifrutigranjeiros, proporcionando melhores condições de trabalho para os comerciantes da Central de Abastecimento (CEASA), além de maior conforto e higiene para os consumidores, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

Padronização de Produtos de Origem	52	14	28	Produto Padronizado/Un	4	2	50
Agropecuária				Padronizado/Un			

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ objetiva estabelecer parâmetros para identificação e qualificação de produtos de origem agropecuária. Em 2013 foi viabilizada com recursos próprios do órgão. No decorrer do exercício, foi realizada a padronização do "Queijo do Marajó" e do "Camarão" nos Municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, todos na Região de Integração do Marajó, garantindo acesso a novos mercados, proporcionando geração de emprego, renda e melhoria das condições de vida da população. Essas atividades contribuíram para o alcance do objetivo da ação.

Prevenção, Controle e Erradicação de	4.993	1.220	24	Estabelecimento Inspecionado/Un	57.589	58.501	102	
Doenças dos Animais				inspecionado/on				

Análise: A ação desenvolvida pela ADEPARÁ objetiva assegurar a sanidade dos rebanhos do Estado do Pará com recursos de convênios (95%), recursos de contrapartida (1%) e recursos próprios do órgão (4%). Em 2013, a execução da meta física superou a programada. Nesse período, foram certificados 58.501 estabelecimentos inspecionados em 141 municípios, em todas as doze regiões de integração. Essas atividades contribuíram para o alcance da meta e objetivo da ação.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	2.774	666	24	Área Controlada/Ha.	1.689	52.087	308

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ busca prevenir a introdução e a disseminação de pragas no Estado do Pará. Em 2013 foi viabilizada com recursos de convênios (70%), recursos de contrapartida (8%) e recursos próprios do órgão (22%). No decorrer do exercício, o órgão assegurou o controle de 52.000 ha pertencentes a 76 municípios das 12 regiões de integração, contribuindo para o alcance de seu objetivo bem como da meta programada.

Educação Sanitária em 712 501 70 Realizado/Un 3.633 10.134 2		712	501	70	Evento Realizado/Un	3.633	10.134	279
--	--	-----	-----	----	------------------------	-------	--------	-----

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ objetiva disseminar formas de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e pragas dos vegetais. Em 2013, foi viabilizada com receita própria do órgão. No decorrer do exercício a ação contemplou 113 municípios pertencentes às 12 regiões de integração, em atividades como a formação de agentes de sanidade, o projeto educando nos parques, feiras agropecuárias, ADEPARÁ na escola, alimentos seguros, mídias educativas para campanhas entre outros.

# PROGRAMA: PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO DO PARÁ – PARÁ RURAL

**Órgão Responsável:** Núcleo de Gerenciamento do PARÁ RURAL (NGPR)

Órgão(s) Executor (es): NGPR; EMATER; SEMA E ITERPA

Objetivo: Reduzir a taxa de famílias rurais vivendo abaixo da linha da pobreza.

Público Alvo: Famílias rurais vivendo abaixo da linha da pobreza organizadas em

cooperativas e associações

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 57- Programa de Redução Da Pobreza e Gestão Dos Recursos Naturais do Estado do Pará – Pará Rural - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	% Execução *
37.981	22.762	20.165	11.714	58

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa "Pará Rural" desenvolveu seus projetos e atividades, com a utilização de R\$ 11,7 milhões de recursos do tesouro estadual, dos quais (74%) foram provenientes de operações de crédito externo e (26%) de recursos ordinários (Gráfico 65).

Os recursos oriundos de operações de crédito externas, contraídos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por meio do acordo nº 7.414-BR/BIRD, iniciaram o exercício com orçamento de R\$ 12,5 milhões, tendo sido suplementados para R\$ 16,5 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 8,7 milhões.

Os recursos ordinários do tesouro iniciaram o exercício com orçamento programado de R\$ 10,2 milhões, tendo sido reduzido ao longo do exercício para R\$ 3,6 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 3 milhões. (Gráfico 65)

25.000 20.000 15.000 5.000 Dot. Incial Dot. Atual Liquidado

Gráfico 63- Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará – Pará Rural - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

# Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

		Órgão	Indicador	20	012	2013	
Indicador/Unidade/ Fonte	Fórmula	responsável pela apuração	de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de Projetos de Investimentos Produtivos Financiado /Percentual / NGPR	((Número de projetos de investimentos produtivos financiados no ano atual / Número de projetos de investimentos produtivos financiados no ano anterior) -1) x 100.	NGPR	21,70	5	-21,43	5	81,80
Número de Famílias Atendidas pelo Programa /Unidade / NGPR	Número de famílias atendidas pelo programa no período do PPA 2012-2015	NGPR	2.208	4.920	1.818	9.840	4.067
Taxa de Pobreza na Área Rural /Percentual / IDESP	Relação percentual entre o número de pessoas abaixo da linha da pobreza (pessoas vivendo em famílias com até ½ salário mínimo per capita com base no salário de 2004) da área rural em relação ao total de pessoas da área rural.	IDESP	44,57	37,02	-	34,80	-

O indicador "Incremento de Projetos de Investimentos Produtivos Financiado", apresentou resultados positivos, bem acima do previsto para o período. Esses projetos visam fortalecer a agricultura familiar e por conseguinte programas de geração de renda, apoiados no desenvolvimento sustentável. São destinados a produtores filiados em associações de classes, nos segmentos da fruticultura, agroindústria e agricultura orgânica.

O Indicador "Número de Famílias Atendidas pelo Programa" apresentou resultado abaixo do previsto para o exercício. Ressalta-se que estavam programados para 2013 as contratações de novos Projetos de Investimento Produtivos (PIPs), entretanto o BIRD, um dos financiadores do Programa, vetou essas contratações dada a proximidade do encerramento do Programa (dezembro de 2014), impactando na estimativa de famílias atendidas.

Com relação ao Indicador "Taxa de Pobreza na Área Rural" constata-se que não houve apuração para o período analisado, em função da defasagem temporal da apuração dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## - Implementação do Programa

O Programa "Pará Rural" inicialmente previsto para encerrar-se em 30 de junho de 2013, passou por reestruturação e renegociações com o Banco Mundial e Governo Federal, sendo prorrogado até 31 de dezembro de 2014.

A estrutura básica foi preservada, mantendo-se o componente A – Investimento Produtivo, o componente B – Desenvolvimento Territorial e o Componente C – Desenvolvimento de Políticas.

Os Projetos de Investimento Produtivo (PIPs), que fazem parte do componente A, apresentaram significativos avanços em sua execução em 2013, devido a reestruturação do Programa beneficiando 101 PIPs, com liberação de R\$ 3,1 milhões.

No tocante ao componente C - desenvolvimento territorial foram realizadas as seguintes atividades estratégicas: 1.658 cadastros ambientais rurais (CAR) pela SEMA; e a emissão de 69 títulos de terra pelo ITERPA, fundamentais para o alcance do objetivo do Programa.

No intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a geração sustentável de emprego e renda, na perspectiva da erradicação da pobreza no meio rural, está sendo realizado mapeamento da pobreza em todas as regiões do estado, mas devido a necessidade de ajustes orçamentários e da própria pesquisa a entrega do produto foi redefinida para o exercício de 2014.

## Principais Realizações:

- ✓ Realização de estudos para o desenvolvimento de cadeias produtivas do mel, em fase de conclusão e do cupuaçu e o açaí, previstas para o exercício de 2014, quando será entregue o produto final.
- ✓ Financiamento de 101 Projetos de Investimento Produtivo (PIPs) em 67 municípios do estado, sendo 30 na Região do Marajó, 25 na Região do Tocantins e 16 na Região do Guamá.
- ✓ Realização de cadastros ambientais rurais (CAR) em propriedades dos municípios de Tailândia (96) e Moju (1.562).

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

		Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)		
Administração e Gerenciamento do Programa Pará Rural	4.201	3.593	86	Atividade Monitorada/ Un	1	1	100		

Análise: A ação é executada pelo NGPR e EMATER, e objetiva garantir o monitoramento e a gestão dos componentes do programa (Investimento Produtivo, Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento de Políticas). Demonstra consistência em sua formulação e não sofreu alteração no processo de revisão do PPA, justificando sua manutenção no programa para 2014. No tocante à composição do financiamento, o mesmo é originário de operações de crédito externa (R\$ 1,1 milhões) e financiamento do BIRD (R\$ 2,4 milhões) empenhados em 2013, com atividades executadas na Região Metropolitana, Município de Belém.

Apoio ao Desenvolvimento das	9.455	6.584	70	Projeto de Investimento produtivo	114	101	89	
Atividades Produtivas	0.100	0.00		financiado/				
				Un				

Análise: A ação executada pelo NGPR e EMATER objetiva garantir oportunidades de trabalho e renda à população rural que se encontra abaixo da linha da pobreza. Em 2013 o orçamento executado compreendeu recursos de operações de crédito externa (R\$ 6,1 milhões) e contrapartida do empréstimo do BIRD (R\$ 423 mil). Estes recursos propiciaram com que 101 PIPs fossem financiados em 67 municípios das 12 regiões de integração do estado, com destaque para as Regiões do Marajó (30), Tocantins (25) e Guamá (16) que concentraram 71% do total das realizações, contribuindo dessa maneira para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, teve seu produto alterado para "Projetos de Investimentos Produtivos Contratados", o que permitirá um acompanhamento mais eficiente dos resultados da ação.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programa do OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)	
Estudos e Monitoramento da Pobreza	140	84	60	Relatório Produzido/ Un	1	0	0	

Análise: A ação executada pelo NGPR objetiva subsidiar a formação de políticas públicas voltadas para a geração sustentável de emprego e renda na perspectiva da erradicação da pobreza no meio rural. A ação está bem construída e enfrenta o desconhecimento da pobreza em seus diversos níveis. Em 2013, o orçamento executado compreendeu recursos de operações de crédito externa. Nesse período, foi realizada a contratação de consultoria técnica especializada, que vem desenvolvendo o mapeamento da pobreza em seus mais diversos níveis em todas as regiões do estado. A entrega do produto foi redefinida para o exercício de 2014, comprometendo o alcance da mesma para 2013.

Estudos para o				Relatório			
Desenvolvimento de	690	100	14	elaborado/	1	0	0
Cadeias Produtivas				Un			

Análise: A ação executada pelo NGPR objetiva elaborar relatórios que subsidiem ações voltadas ao fortalecimento de cadeias produtivas no âmbito do mercado e melhoria na gestão de negócios. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos provenientes de operações de crédito externa - BIRD. Nesse período, foi elaborado estudo que trata da cadeia produtiva do mel, estando em fase de conclusão o estudo das cadeias produtivas do cupuaçu e do açaí, previstos para o exercício de 2014, quando então será entregue o produto final. Esses estudos contem considerações sobre a produção, principais políticas públicas e programas implementados no Brasil e no Pará, aspectos vinculados à produção, ao processamento, acesso aos mercados e análise prospectiva. Considera-se que o produto desta ação pode ser desmembrado por cadeia produtiva especifica o que permitiria um melhor acompanhamento de sua execução.

Gestão Ambiental Para o Ordenamento Territorial	2.972	1.223	41	Cadastro ambiental rural realizado/Un	12	1.658	13.817	
---	-------	-------	----	--	----	-------	--------	--

Análise: A ação executada pelo NGPR e SEMA objetiva fortalecer a gestão ambiental e territorial do estado. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos provenientes de operações de crédito externa - BIRD (R\$ 1,1 milhão) e recursos de contrapartida (R\$ 101 mil). Nesse período, foram realizados cadastros ambientais rurais em propriedades dos municípios de Tailândia (96) e Moju (1.562). O resultado obtido contribui para o alcance do objetivo da ação extrapolando em muito a meta programada. No processo de Revisão do PPA 2013, teve seu produto alterado para "cadastro ambiental apoiado" o que permitirá melhor acompanhamento de seu resultado.

Reestruturação da Gestão Fundiária	2.406	129	5	Cadastro Georreferen ciado elaborado/ Un	24	0	0
---------------------------------------	-------	-----	---	--	----	---	---

Análise: A ação executada pelo ITERPA e NGPR objetiva instituir um sistema de conhecimento e gestão territorial do Estado do Pará. Em 2013 foram utilizados recursos provenientes de operações de crédito externas (R\$ 118 mil) e contrapartida de empréstimo - BIRD (R\$ 10 mil), sendo uma parte destes repassada ao ITERPA por meio de destaque orçamentário. Nesse período não houve registro de meta física, no entanto foram realizadas atividades que contribuíram para a emissão de 69 títulos, beneficiando 14 municípios em 7 regiões de integração (Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Rio Caetés, Rio Capim, Tocantins e Xingu).

Reorganização				Instituição			
Institucional do Iterpa	301,45	0	0	reorganizad	1	0	0
mstitucional do iterpa				a/Un			

Análise: Esta ação seria executada em parceria entre NGPR e ITERPA, tendo como objetivo dotar este órgão de capacidade operacional necessária ao aprimoramento e a compatibilização da base legal fundiária do estado. No processo de Revisão do PPA 2013 a ação foi excluída tendo em vista a previsão de encerramento do programa para 2014, não apresentando desse modo execução física nem financeira.

## PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

Órgão Responsável: Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura (SEPAQ)

Órgão(s) Executor(es): SEPAQ e EMATER

Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável integrado das atividades

pesqueiras e aquícolas em todas as suas modalidades

Público Alvo: Pescadores e Aquicultores

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 58- Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
9.352	9.552	9.455	2.671	28

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca apresentou no exercício de 2013 reduzida execução orçamentária demonstrado na comparação entre os valores liquidados e a dotação atualizada. O valor liquidado compreendeu recursos do tesouro (82%), recursos próprios da administração indireta (7%) e convênios (11%) (Gráfico 66).

Na fonte recursos do tesouro estavam programados R\$ 5,20 milhões, que passaram por redução ao longo do exercício para R\$ 3,49 milhões, com liquidação de R\$ 2,18 milhões, destacando-se como a principal fonte de financiamento do programa.

Os recursos próprios da administração indireta (órgão) apresentaram dotação inicial de R\$ 300 mil, dos quais foram liquidados R\$ 178 mil, que equivalem a 59% desse valor.

Quanto à fonte dos convênios, estavam programados valores da ordem R\$ 4,04 milhões, suplementados para R\$ 5,66 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 305 mil. Esses recursos não captados impossibilitam a conclusão de parte da infraestrutura voltada para o segmento da pesca.

6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
Dot. Incial

Dot. Atual

Liquidado

Em R\$ 1.000,00

Rec. Tesouro

Rec. Próprios

Convênios

Gráfico 64- Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura- Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

		ORGÃO	Indicador	20	12	2	2013
INDICADOR/UNIDA DE/FONTE	FÓRMULA	RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Incremento de Normas de Ordenamento / Percentual / SEPAQ	(Número de normas de ordenamento implantadas no ano atual / Número de normas de ordenamento implantadas no ano anterior) -1) x 100.	SEPAQ	4	5	6	6	6
Produção Anual da Aquicultura / Toneladas / MPA*	Total da produção de pescado da aquicultura no ano.	SEPAQ	3.920	4.116	-	4.321	15.352,34
Produção Anual da Pesca / Toneladas / MPA*	Total da produção da pesca no ano.	SEPAQ	134.130	140.836	-	147.877	-

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Os indicadores apurados demonstram que o Programa "Desenvolvimento Sustentável da Pesca" apresentou avanços no ano de 2013. O incremento de 6% de normas de ordenamento alcançou o índice esperado devido a implantação de instrumentos normativos nesse período.

O indicador "Produção Anual da Aquicultura", apresentou resultado bastante superior ao previsto, conforme metodologia da SEPAQ baseada no comportamento

histórico dos boletins estatísticos anuais do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A metodologia de apuração aplicou um procedimento de média aparada para taxa de evolução da produção anual, alcançando evolução média de 21,38% no período de 2005 à 2013.

Quanto ao indicador "Produção Anual da Pesca", o mesmo encontra-se em fase de validação dos dados junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), devido à necessidade de alinhamento da metodologia utilizada.

Esses dois últimos indicadores foram excluídos do Programa devido a defasagem temporal de dois anos na apuração pelo MPA.

#### - Implementação do Programa

O problema do baixo aproveitamento dos recursos pesqueiros e aquícolas do estado, causados, sobretudo, pela infraestrutura deficiente, baixa capacitação dos profissionais, além de investimentos insuficientes em pesquisa e tecnologia, propiciou a criação do Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura que tem como principais beneficiários os pescadores e aquicultores paraenses.

O programa é constituído por onze ações e tem como estratégia de implementação a elaboração de projetos visando à captação de recursos, o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, a difusão tecnológica entre outras, contempladas nos objetivos estratégicos de governo de "dinamizar a economia local e bases sustentáveis", "incorporar novas tecnologias ao sistema produtivo local" e "agregar valor as cadeias produtivas" contribuindo para a verticalização da produção.

No processo de Revisão do PPA 2013, as ações "Capacitação da Cadeia Produtiva Profissional da Pesca e da Aquicultura" e "Implantação de Sítios Pesqueiros" foram excluídas do Programa. A primeira terá suas atividades incorporadas pela ação "Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura", o que possibilitará maior eficiência de sua gestão. A segunda será incorporada à ação "Implantação de Infraestrutura para a Pesca e Aquicultura", por desempenhar atividades similares causando duplicidade de informações.

No exercício de 2013, o governo do estado promoveu o fortalecimento da política estadual da pesca e aquicultura, implementada por meio da Secretaria de

Pesca e Aquicultura (SEPAQ) e da Empresa de Assistência Técnica (EMATER), em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Nesse período, foram desenvolvidas diversas iniciativas voltadas, sobretudo para o aumento do consumo do pescado pela população paraense, promovido por meio da comercialização direta de pescado a preços acessíveis, contribuindo para o alcance do objetivo do programa.

#### Principais Realizações:

- ✓ Comercialização de aproximadamente 384 toneladas de pescado, através da realização de 138 feiras nos diversos pontos do Estado do Pará;
- ✓ Atendimento de 18.300 mil pescadores e aquicultores do estado, por meio de fomento, assistência técnica e extensão pesqueira;
- ✓ Apoios relevantes à pesquisas do setor como: Análise de amostra de Moluscos; comportamento e ciclos de atividade em Caranguejo-uça; produtos naturais como anestésicos em peixes, da região Oeste do Pará; e crescimento do Pirarucu Arapaima gigas em cativeiro;
- ✓ Doação de aproximadamente 5,5 milhões de pós-larvas e mais de 1 milhão de alevinos de peixes das espécies Tambaqui, Pirapitinga e Tambatinga, a pequenos produtores;
- ✓ Doação de 2 toneladas de Piramutaba a comunidades e entidades de Belém (incluindo Mosqueiro e Icoaraci), Ananindeua e Benevides, beneficiando cerca de 300 famílias:
- ✓ Realização do "1° seminário de Pesca e Aquicultura" de São João de Pirabas: realizado de 11 a 12 de julho de 2013, que contou com público de 120 pescadores do município;
- ✓ Realização da "XVII Feira de Exposição de Tucuruí (EXPOTUC)": realizada no período de 31 de julho a 4 de agosto. A SEPAq ministrou palestra sobre "Piscicultura em Viveiros Escavados";
- ✓ Realização do "Seminário dos Pescadores e Aquicultores do Estado do Pará": realizado em Belém, no mês de outubro de 2013.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Apoio à Comercialização de Pescado	1.317	317	24	Ponto de Venda Apoiado/Un	99	146	147

Análise: A ação executada pela SEPAq, visa estimular o consumo de pescado mediante a ampliação da quantidade ofertada a preços acessíveis à população. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos ordinários, embora houvesse programação de recursos de convênio que não foram captados. Nesse período, foram apoiados pontos de vendas em 55 municípios paraenses das seguintes Regiões de Integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Rio Caeté, Rio Capim, Lago de Tucuruí, Guamá, Marajó, Metropolitana e Tocantins, nas quais foram comercializados cerca de 384 toneladas de pescado, dentre peixe, camarão, caranguejo e ostra, com atendimento de cerca de 69.000 consumidores, contribuindo para o alcance do objetivo da ação.

Apoio à Pesquisa e							
Tecnologia da	7			Pesquisa	40	10	42
Pesca e da	/	-	0	Apoiada/Un	42	18	43
Aquicultura							

Análise: A Ação, executada pela SEPAq, visa articular instituições para produção de ciência e tecnologia direcionadas ao setor pesqueiro e aquícola. No exercício de 2013, embora não tenha havido execução orçamentária direta, foram apoiadas diversas pesquisas como: "Perfil embrionário-larval e morfofisiológico de ovos e larvas de peixe"; "Crescimento do pirarucu Arapaima gigas em cativeiro"; "Avaliação Higiênico - Sanitária da Ostreicultura", dentre outras, realizadas através de parcerias com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e State University of New York - USA. As pesquisas foram realizadas nos laboratórios localizados nos municípios de Santarém e São Miguel do Guamá e os resultados foram encaminhados à SEPAq.

Análise: A Ação, executada pela EMATER e SEPAq, visa promover orientação técnica para o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueira e aquícola no estado. No exercício de 2013 foi executada com recursos provenientes de convênios (10%), recursos ordinários (61%) e recursos próprios da EMATER (29%). Nesse período, foram assistidos pescadores e aquicultores de 131 municípios das 12 regiões de integração do estado, através de iniciativas como apoio à captação de crédito do PRONAF, oficinas, projetos de piscicultura em viveiros escavados e tanques-rede, visitas técnicas de monitoramento nos projetos de cultivo de ostras e atividades de piscicultura, contribuindo para a autonomia dos pescadores e aquicultores frente os atravessadores.

Capacitação da							
Cadeia Produtiva				Pessoa			
Profissional da	350	193	55	Capacitada/	754	1.398	185
Pesca e da				Un			
Aquicultura							

Análise: Ação, executada pela SEPAq, visa capacitar profissionais que integram a cadeia produtiva da pesca e aquicultura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável desse setor. Nesse exercício foram capacitadas 1.398 pessoas de 22 municípios, que integram nove Regiões de Integração: Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins. Do total de municípios, 13 não estavam programados, porém contaram com diversas atividades que contribuíram para o alcance do objetivo da ação. Em 2013, a ação foi executada com recursos ordinários, embora houvesse programação de recursos de convênio que não foram captados. Ressalte-se que no processo de Revisão do PPA, para os exercícios 2013-2014, esta ação foi incorporada à Ação "Assistência Técnica, Extensão Pesqueira e Aquícola para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura", o que possibilitará maior eficiência de sua gestão.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Fomento à Pesca e Aquicultura	1.546	666	43	Pescador/ Aquicultor Assistido/Un	505	581	115

Análise: A ação, executada pela SEPAq, visa proporcionar ao setor da pesca e da aquicultura subsídios e insumos, bens e serviços fundamentais ao desenvolvimento dessas atividades no estado. Em 2013, o orçamento executado compreendeu recursos ordinários, embora houvesse programação de recursos de convênio que não foram captados. Foram assistidos pescadores e aquicultores de 36 municípios, de 11 regiões de integração do estado (exceto Região Araguaia). Desse total, 22 municípios não estavam programados, mas todos foram atendidos com visitas técnicas para implantação de piscicultura, de cultivo e produção de ostra, doação de insumos pós larvas e alevinos em parceria com a SAGRI, além de outras atividades fundamentais ao desenvolvimento do setor, contribuindo para a superação da meta e para o alcance do objetivo da ação.

Implantação de				Empreendimento			
Infraestrutura para	3.773	607	16	implantado/	23	0	0
Pesca e Aquicultura				Un			

Análise: A ação, executada pela SEPAq, visa promover o desenvolvimento sustentável da produção e comercialização da pesca e aquicultura no estado. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos ordinários (40%), recursos de convênios (39%) e recursos de contrapartida (21%). Nesse período não houve implantação de empreendimentos, mas encontram-se em andamento as obras de ampliação e reforma da Estação de Aquicultura Fernando Flambot da Cruz e do Centro de Capacitação de Aquicultura do Nordeste Paraense, ambos no município de Curuça, bem como a construção da Estação de Aquicultura de Uruará, todos previstos para 2014. Em 2013, foram realizadas visitas técnicas, análises e levantamentos para implantação de tanques redes nos municípios de Altamira, Uruará, Porto de Moz, Brasil novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Santarém.

Implantação de							
Regionais da				Regional			
Secretaria de	164	19	11	Implantada/	4	1	25
Estado de Pesca e				Un			
Aquicultura							

Análise: A ação executada pela SEPAq, visa promover a desconcentração regional das atividades de pesca e aquicultura. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos ordinários, uma vez que os recursos de convênio programados não foram captados. Nesse período, implantou-se uma regional da SEPAq no município de Tucuruí. O resultado obtido contribui para o alcance do objetivo da ação.

Implantação do							
Sistema Institucional							
de Informações e				Sistema			
Cadastro do Setor	159	3	2	Implantado/	1	0	0
Pesqueiro e da				Un.			
Aquicultura do							
Estado do Pará							

Análise: A ação executada pela SEPAq, visa implantar um sistema de informações da cadeia produtiva de pesca e aquicultura com a finalidade de orientar políticas públicas para esse setor. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos ordinários, uma vez que os recursos de convênio programados não foram captados. Nesse período não ocorreu registro de meta física, no entanto foram realizadas visitas técnicas no DIEESE, EMILIO GOELDI e secretarias municipais de pesca para a sistematização da coleta de dados e criação de um cadastro único previsto para o exercício de 2014.No processo de Revisão do PPA, para os exercícios 2013-2014, a unidade de medida do produto foi alterada para percentual, visando à medição das fases que antecedem a execução do produto final.

				Sítio			
Implantação de Sítios Pesqueiros	145	-	0	Pesqueiro Implantado/ Un	5	0	0

Análise: A ação executada pela SEPAq, visa consolidar de forma sustentável a pesca esportiva como opção de turismo e geração de emprego e renda. No exercício de 2013 não houve execução orçamentária nem meta física realizada. Nesse período, houve uma sondagem para a viabilidade da pesca esportiva nos municípios de Tucuruí, Marabá, Itupiranga e Jacundá, que poderão ser atendidos no exército de 2014.No processo de Revisão do PPA 2013, foi excluída em decorrência de apresentar produto semelhante ao da Ação "Implantação de Infraestrutura para Pesca e Aquicultura".

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	Execução % (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	Execução % (G=F/E)
Ordenamento da Pesca e Aquicultura	14	13	96	Instrumento Normativo Firmado/Un	10	4	40

Análise: A Ação executada pela SEPAq objetiva regulamentar as atividades de pesca e de aquicultura. No exercício de 2013, o orçamento executado compreendeu recursos ordinários, embora houvesse programação de recursos de convênio que não foram captados. Nesse período, foram realizadas as seguintes atividades: elaboração do Decreto nº 685/2013, que visa minimizar os problemas de abastecimento de pescado no período da semana santa no estado; Assento no Conselho Gestor da APA de Tucuruí, permitindo a participação do órgão nos debates a respeito da hidrovia no rio Tocantins e do derrocamento do Pedral do Lourenço; Instrução Normativa nº 004/2013, que dispõe sobre a regularização e o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades aquícolas no Estado do Pará; Acordo de Cooperação Técnica entre o órgão e a UFOPA para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas.

Promoção de Eventos Temáticos	375	231	61	Evento Realizado/U	30	15	50
Eventos rematicos				n			

Análise: A ação executada pela SEPAq, visa promover o setor da pesca e da aquicultura através da realização de capacitações, pesquisas segmentadas, patrocínio e organização de eventos do setor. No exercício de 2013 o orçamento executado compreendeu recursos ordinários, embora houvesse programação de recursos de convênio que não foram captados. Dentre os eventos realizados, destacam-se as Feiras do Pescado, na Semana Santa, o Festival Bacufest, Torneio de Pesca Esportiva e outros que aconteceram nos municípios de Belém, Marapanim, Muaná, São João de Pirabas, Tucuruí, Vigia e Viseu, contribuindo para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, seu nome foi modificado para "Apoio a Eventos Temáticos" e seu produto foi alterado para "Evento Apoiado", refletindo de forma mais adequada a real atuação do órgão e parceiros em sua execução.

### PROGRAMA: VER-O-PARÁ

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)

Órgão(s) Executor (es): SETUR e PARATUR

Objetivo: Consolidar as Regiões do Estado como destino Turístico Nacional e

Internacional

Público Alvo: Turista e Trade Turístico

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 59- Ver-o-Pará - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013 (A)	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	OGE 2013 (C)	(D)	(E=D/C)
34.674	34.674	17.199	15.002	87

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa "Ver-o-Pará" apresentou no exercício de 2013, execução orçamentária compatível com a dotação atualizada do período. O valor liquidado compreendeu recursos do tesouro (86%) e recursos de convênios (14%) (Gráfico 67).

Na fonte recursos do tesouro, principal fonte de financiamento do programa estavam programados inicialmente R\$ 34,18 milhões, que foram reduzidos ao longo do exercício para R\$ 14,58 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 12,91 milhões.

Quanto à fonte dos convênios, estavam programados valores da ordem R\$ 494 mil, que foram suplementados para R\$ 2,60 milhões dos quais foram liquidados R\$ 2,08 milhões (80%). Os recursos são provenientes do Ministério do Turismo e foram em sua maioria destinados a implantação dos projetos turísticos do PRODETUR – PA,(R\$ 1,96 milhões) contribuindo significativamente para os resultados alcançados.

Em R\$ 1.000,00 40.000 35.000 30.000 25.000 Rec. Tesouro 20.000 Convênios 15.000 10.000 5.000 Dot. Incial Dot. Atual Liquidado Fonte: SIAFEM

Gráfico 65- Ver-o-Pará - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

#### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

		~		2012		2013		
INDICADOR/ UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA DE CÁLCULO	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO	Indicador de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Receita Turística / Receita em Dólar/Ano / SETUR/PARATUR	Receita Nacional + Receita Internacional	SETUR	187.324.980	-	196.911.280	227.590.484	250.898.853	
Volume de Turistas / Volume de Turistas/Ano / SETUR/PARATUR	Volume de turistas nacional +volume de turistas internacional	SETUR	659.595	-	868.992	801.450	974.052	

Os indicadores "receita turística" e "volume de turistas" foram incorporados ao Programa a partir de 2013, substituindo os indicadores programados inicialmente. A substituição dos indicadores ocorreu durante o processo de Revisão do PPA 2012, para os exercício 2013-2015, com a finalidade de alinhar o Programa às diretrizes da política estadual expressa no Plano Estratégico de Turismo do Pará, Ver-o-Pará elaborado em 2011.

Conforme se observa, os dados apurados demonstram que o Programa apresentou avanços no ano de 2013. A receita turística arrecadada apresentou um crescimento de 27% em relação ao período de 2012. E, do mesmo modo, o indicador

volume de turistas também apresentou resultado bastante satisfatório, com crescimento de 12% em relação ao ano de 2012. Esse resultado é consequência do intenso trabalho de divulgação dos produtos turísticos do Pará, tanto em eventos nacionais quanto internacionais.

#### - Implementação do Programa

Ampliar o aproveitamento do potencial turístico das regiões paraenses é o principal desafio que o Programa Ver-o-Pará se propõe a enfrentar. Esse desafio está expresso no Mapa Estratégico do Pará e integra o objetivo de "Promover o Turismo Sustentável". Para tanto as 11 ações que compõe o Programa, executadas pela SETUR, coordenadora da política estadual, e pela PARATUR, estão em consonância com o Plano Estadual de Turismo e foram direcionadas para aumentar o fluxo de turistas e fortalecer o trade turístico, mediante a oferta de produtos turísticos com qualidade e diversidade, qualificação de mão de obra e do empresariado local, oferecimento de logística de transporte adequada e ampliação de investimentos no setor turístico dentre outros.

No exercício de 2013, foram realizadas ações que buscaram fortalecer a imagem do estado como destino turístico nacional com a pactuação de parcerias estabelecidas com o Ministério do Turismo, municípios, empresários e outros agentes do segmento, o que contribuiu significativamente para o aumento do fluxo de turistas e elevação da renda gerada.

#### Principais Realizações:

- ✓ Promoção dos Produtos em Belém Mangal das Garças, Estação das Docas, Complexo Feliz Lusitânia, Ver-o-Peso, Forte do Presépio, Museu do Encontro, Catedral da Sé, Teatro da Paz, Parque da Residência, Museu Paraense Emílio Goeldi, Espaço São José Liberto, Círio de Nazaré;
- ✓ Promoção dos Produtos no Marajó paisagem marajoara, Vila de Joanes,
   Fazendas Marajoaras, Praia do Pesqueiro, Centro de Processamento do Artesanato do Couro de Búfalo;

- ✓ Promoção dos Produtos em Santarém e Alter do Chão Praia de Alter do Chão, Cuias Pintadas de Aritapera, Belterra, Encontro das Águas escuras e barrentas do Rio Amazonas com as águas esverdeadas do Tapajós;
- ✓ Revitalização e Reforma da Orla do Maçarico em Salinópolis;
- ✓ Realização das pesquisas da Demanda Turística do "Círio de Nossa Senhora de Nazaré", em Belém e Demanda Turística do "Círio de São João de Pirabas", no Município de São João de Pirabas;
- ✓ Projetos do PRODETUR implantados: Estudo de Viabilidade Econômica do PRODETUR e Avaliação Ambiental Estratégica;
- ✓ Implementação do "Projeto Incubadora de Eventos", contemplando seis eventos dentro do Estado Paixão de Cristo, em Barcarena; Círio Noturno Fluvial de Santo Antônio, em Oriximiná; Festival do Sairé, em Santarém; Festival do Carimbó, em Marapanim; Boi Tinga, em São Caetano de Odivelas; e Marujada em Bragança;
- ✓ Capacitação de cerca de 4.000 trabalhadores do setor através do Programa Estadual de Qualificação do Turismo (PEQTUR), em cursos promovidos como gestão de pequenos negócios turísticos, cozinha regional e outros, que proporcionou a melhoria da capacidade competitiva na prestação de serviços turísticos:
- ✓ Formalização de melhoria nos processos de 537 empreendimentos por meio do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR) e do Ministério do Turismo (MTUR), através dos sites www.cadastur.gov.br e www.viajelegal.turismo.gov.br;
- ✓ Benefícios de linhas de crédito especiais junto a bancos oficiais e oportunidade de acesso a mercados consumidores nacionais e internacionais;
- ✓ Atração dos voos internacionais Belém-Miami e Belém-Lisboa, operados pela TAM e pela empresa TAP, respectivamente, previstos para entrar em operação no primeiro semestre de 2014.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013 (E)	Executado (F)	% (G=F/E)
Captação de Eventos Nacionais e Internacionais	336	322	96	Evento Captado [Un]	11	33	300

Análise: A ação executada pela SETUR e PARATUR visa fortalecer o turismo com a captação de eventos para o estado. No exercício de 2013 foi viabilizada exclusivamente com recursos ordinários. Dentre os eventos captados nesse período, destaca-se o 66º Congresso Brasileiro de Enfermagem, para 2014; 9º Congresso Brasileiro de Regulação, para 2015; XVII Congresso Brasileiro de Cirurgia Bariátrica e Metabólica, para 2015; 57º Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia, para 2017; e 65º Congresso Brasileiro de Anestesiologia, para 2018.

Comunicação e				Produto			
Promoção do Destino	1.845	1.670	90	Promovido	58	239	412
Pará				[Un]			

Análise: A ação executada pela PARATUR visa executar ações de promoção dos produtos turísticos entre os públicos potenciais dos mercados de âmbito nacional e internacional. Em 2013, foi viabilizada com recursos de convênios (7%) e recursos ordinários (93%). No decorrer do exercício contemplou oito municípios sediados nas Regiões de Integração Xingu, Metropolitana, Baixo Amazonas, Guamá e Marajó. Dentre os principais produtos promovidos, destacam-se: Belém - Mangal das Garças, Estação das Docas, Complexo Feliz Lusitânia, Ver-o-Peso, Forte do Presépio, Museu do Encontro, Catedral da Sé, Teatro da Paz, Parque da Residência, Museu Paraense Emílio Goeldi, Espaço São José Liberto e Círio de Nazaré; Ilha do Marajó - paisagem marajoara, Vila de Joanes, fazendas marajoaras, Praia do Pesqueiro e Centro de Processamento do Artesanato do Couro de Búfalo; Santarém e Alter do Chão - Praia de Alter do Chão, cuias pintadas de Aritapera; Belterra, encontro das águas escuras e barrentas do rio Amazonas com as águas esverdeadas do Tapajós. A promoção desses destinos turísticos contribuiu para o alcance do objetivo da ação.

Construção de Centro de Convenções	8.539	8.506	100	Centro de Convenção Construído [Un]	2	0	0
---------------------------------------	-------	-------	-----	--	---	---	---

Análise: A Ação executada pela SETUR e SEOP, faz parte da Agenda Mínima de Governo e tem o objetivo de ampliar espaços e infraestruturas adequadas a eventos turísticos para os polos de Marabá e Santarém. Em 2013, foi viabilizada com recursos de operações de crédito (70%) e recursos ordinários (30%). No decorrer do exercício, a obra de Marabá avançou conforme o programado, tendo sido concluído 45% de sua etapa, restando 55% para conclusão em 2014. No que se refere ao Centro de Convenções de Santarém, a Prefeitura Municipal encontra-se em processo de definição do terreno, o que comprometeu o desempenho da ação.

Estruturação de Produtos Para o Turismo	1.892	1.209	64	Produto Turístico Potencializad	20	80	400
				o [Un]			

Análise: A Ação executada pela SETUR visa estruturar os produtos turísticos para elevação do volume de turistas e ampliação da receita gerada pelo setor turismo. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários e contemplou 17 municípios sediados nas Regiões de Integração: Baixo Amazonas, Lago de Tucuruí, Guamá, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim, Tocantins e Xingu. Desse total de municípios, sete não estavam programados. No decorrer do exercício, diversas atividades foram realizadas como visitas técnicas de reconhecimento dos produtos e atrativos turísticos dos municípios, elaboração do plano de ação para a potencialização e a estruturação de festividades, identificação, observação e análise de experiência de financiamento de eventos populares, formação de Grupos Técnicos de Segmentos (GTS), além da reforma da orla do Maçarico (Salinópolis) executada via destaque para a SEOP. Todas essas atividades contribuíram para o alcance do objetivo da ação.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programad OGE 2013 (		% (G=F/E)	
Estudos, Pesquisas e Informações Turísticas	14	14	100	Pesquisa Realizada [Un]	39	3	8	

Análise: A Ação, executada pela SETUR e PARATUR, objetiva realizar estudos e pesquisas de mercado, visando determinar as perspectivas de promoção dos produtos turísticos paraense nos mercados nacional e internacional. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários. No decorrer do exercício, foram realizadas as seguintes pesquisas: Pesquisas de Demanda Turística do "Círio de Nossa Senhora de Nazaré", em Belém; e Pesquisas de Demanda Turística do "Círio de São João de Pirabas", em São João de Pirabas. Estas pesquisas realizaram o levantamento do perfil do turista no evento Círio, ocasião em que foram entrevistados cerca de 800 turistas, sendo construídos dois relatórios de pesquisa. Além dessas atividades, também foi elaborado o projeto de pesquisa para o mapeamento do perfil dos hóspedes da hotelaria paraense, juntamente com a apuração da taxa de ocupação hoteleira do estado.

Gestão da Tecnologia de				Sistema			
Informação e	23	23	100	Implementad	2	0	_
Documentação no	23	25	100		_		
Turismo				o [Un]			

Análise: A Ação executada pela SETUR, visa Implementar a gestão dos sistemas de informações e documentação institucional. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários do estado. No decorrer do exercício, foram realizadas as seguintes etapas para o alcance do produto final: adequação, junto à PRODEPA, dos formulários do Sistema de Inventário Turístico, em virtude de mudanças no Ministério do Turismo (MTUR); readequação do site Institucional para atender solicitação do ministério do turismo com seu programa CADASTUR, e da Secretaria da Fazenda Estadual com a nota fiscal cidadã; adaptação pela PRODEPA do novo sistema PEQTur-PA com análise de requisitos e do diagrama de fluxo de dados. As demais atividades foram reprogramadas para serem realizadas em 2014, quando será alcançada a meta programada.

Implantação de Projetos Turísticos - PRODETUR- PA	2.616	2.053	78	Projeto Turístico Implantado	132	2	2	
				[Un]				

Análise: A Ação executada pela SETUR e PARATUR, faz parte da Agenda Mínima de Governo e visa ampliar o aproveitamento do potencial das regiões turísticas do estado nos polos de Belém, Marajó e Tapajós. Nesse exercício, foi viabilizada com recursos ordinários (4%) e recursos de convênio (96%) e foram implantados os projetos turísticos, Estudo de Viabilidade Econômica do PRODETUR e Avaliação Ambiental Estratégica. Os demais projetos do PRODETUR, no total de seis, encontram-se em andamento. Observa-se que houve superestimação da meta, pois em vez de 132 projetos o correto seriam 8 projetos. Tal equivoco prejudicou a avaliação da ação. Ressalta-se que a SETUR recebeu Destaque da PARATUR, no valor de R\$ 30,55 mil, referente ao saldo remanescente do Convênio de n° 728.165/2009 relativo ao Fortalecimento Institucional da Gestão Pública do Turismo, no âmbito do PRODETUR Pará, e sua execução está programada para 2014; e, ainda, Destaque de R\$ 34,50 mil, destinado ao Contrato de Cooperação Técnica N° 031/2010 – Avaliação Ambiental Estratégica – PRODETUR. No processo de Revisão do PPA 2013, esta ação será executada apenas pela SETUR.

Implantação do Banco de Imagens do Turismo Paraense	182	0	0	Banco de Imagens Implantado [Un]	20	0	0
---	-----	---	---	---	----	---	---

Análise: A Ação de responsabilidade da PARATUR visa construir um banco de imagem que permita valorizar a qualidade diferenciada dos produtos turísticos do Estado do Pará. No exercício de 2013 foi contratada uma empresa para produção de 65 fotografias que irão compor o banco de imagem, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2014. Constatou-se que a meta programada refere-se a um banco de imagens que irá contemplar 20 municípios paraenses, demonstrando equivoco na definição da meta programada. Esta ação foi reprogramada para 2014.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualiza da OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programac OGE 2013 (			% (G=F/E)
Implementação da Gestão Sustentável no Turismo	1.291	1.163	90	Projeto Implementad o [Un]	129	23		18

Análise: A Ação executada pela SETUR visa implementar projetos estratégicos de gestão integrada nas áreas de interesse do turismo. Em 2013 foi viabilizada com 100% de recursos ordinários. No decorrer do exercício, foram contemplados 16 municípios pertencentes às Regiões de Integração Araguaia, Baixo Amazonas, Guamá, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Rio Capim e Tocantins. Desse total de municípios, sete não estavam inicialmente programados. Entre os projetos implementados destacam-se o "Projeto Incubadora de Eventos", que contemplou seis eventos dentro do Estado – Paixão de Cristo em Barcarena; Círio Noturno Fluvial de Santo Antônio em Oriximiná; Festival do Sairé em Santarém; Festival do Carimbó em Marapanim; Boi Tinga em São Caetano de Odivelas; e Marujada em Bragança. A realização desses eventos contribuiu para o alcance do objetivo da ação.

Qualificação no Turismo	462	44	10	Empreended or Apoiado	2.863	2.185	76
				[Un]			

Análise: A Ação executada pela SETUR e PARATUR visa implementar ações que contribuam para a capacidade competitiva na prestação de serviços turísticos integrantes da cadeia produtiva do turismo. Em 2013, foi viabilizada exclusivamente com recursos ordinários, contemplando empreendedores de 55 municípios pertencentes às 12 regiões de integração do estado. Dentre os principais mecanismos de apoio aos empreendedores destacam-se o Programa de Qualificação do Turismo (PEQTUR), com a promoção de diversos cursos entre os quais de qualidade no atendimento, condutor de pesca esportiva, gestão de pequenos negócios turísticos, cozinha regional e outros. Ressalte-se que por meio do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR) também foram formalizadas os processos de diversos empreendimentos, permitindo a melhoria da capacidade competitiva na prestação de seus serviços e a visibilidade para seus negócios, através dos sites www.cadastur.gov.br e www.viajelegal.turismo.gov.br, além de outros benefícios como linhas de crédito especiais junto a bancos e oportunidades de acesso a mercados consumidores nacionais e internacionais, contribuindo para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, foi alterado o nome da ação para "Qualificação Profissional no Turismo" e também o produto para "Profissionais do Turismo Qualificado", visando seu melhor dimensionamento.

#### **PROGRAMA: MUNICIPIOS VERDES**

Órgão Responsável: Secretaria Extraordinária Municípios Verdes

**Órgão(s) Executor (es):**SEMA, EMATER, IDEFLOR, ITERPA, IDESP, SEICOM, BANPARÁ, TNC, IMAZON

**Objetivo:** Reduzir o desmatamento e degradação florestal, promovendo o desenvolvimento local baseado na produção sustentável.

Público Alvo: População do Estado do Pará

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 60- Municípios Verdes - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE	Dot. Atualizada OGE	Liquidado 2013	% Execução
	2013 (B)	2013 (C)	(D)	(E=D/C)
27.091	21.941	39.921	4.374	11

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa "Municípios Verdes" (PMV) desenvolveu projetos e atividades com a utilização de R\$ 4,37 milhões, dos quais R\$ 842 mil (19%) recursos do tesouro, R\$ 1,01 milhão (23%) recursos próprios da administração indireta e R\$ 2,51 milhões (58%) de convênios (Gráfico 68).

Na fonte recursos do tesouro foram programados R\$ 16,84 milhões, que passaram por redução ao longo do exercício para R\$ 2,62 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 842 mil. Desse total liquidado, 59% são oriundos do Fundo Estadual do Meio ambiente (FEMA).

Os recursos próprios da administração indireta apresentaram dotação inicial de R\$ 3,11 milhões, atualizadas para R\$ 1,40 milhão, com liquidação de (72%) desse valor.

Quanto à fonte dos convênios, principal fonte de financiamento do programa, foram programados valores da ordem R\$ 1,98 milhões, suplementados para R\$ 35,89 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 2,51 milhões.

Em R\$ 1.000,00 40.000 35.000 30.000 25.000 Rec. Tesouro 20.000 ■ Rec. Próprios 15.000 ■ Convênios 10.000 5.000 Liquidado Dot. Incial Dot. Atual

Gráfico 66- Municípios Verdes - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNI		ORGÃO RESPONSÁVEL	Indicador de	20	12	2	013
DADE/FONTE	FÓRMULA	PELA APURAÇÃO	Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Redução da Taxa de Desmatamento /Percentual / INPE*	(Taxa de desmatamento do ano atual / Taxa de desmatamento no ano anterior) x 100	PMV	3.080 Km2	-	-	- 15	- 36
Redução da Taxa de Desflorestamento /Percentual / INPE **	Variação percentual entre a taxa de desflorestamento no ano em relação ao ano anterior	PMV	13	-10	-44	10	-
Incremento Anual de Áreas Regularizadas Inseridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) / Percentual / SEMA	((Áreas Regularizadas Inseridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no ano atual / Áreas Regularizadas Inseridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no ano anterior) -1) x 100	SEMA	19.909.007 (ha)	15	71	15	4,45
Taxa de Municipalização da Gestão Ambiental / Percentual / SEMA	Relação percentual entre o nº de municípios com a gestão ambiental descentralizada e o total de municípios.	SEMA	25	35	33,76	46	40
Taxa de Regularização Fundiária em Áreas dos Municípios Verdes /Percentual / ITERPA	Relação percentual entre o número de documentos de terra expedido e o número de documentos solicitados no ano.	ITERPA	21,67	-	45	25	32,5

<sup>\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015 \*\*Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Os indicadores apurados demonstram que o Programa "Municípios Verdes" apresentou avanços no ano de 2013 quando comparado com 2012, conforme demonstrado no quadro acima.

O indicador "Taxa de Desmatamento do Estado" apresentou redução de 36%, superando as expectativas para o período, o que comprova o cumprimento do objetivo estratégico de governo que é dinamizar as economias locais em bases sustentáveis. Já o indicador "Redução da Taxa de Desflorestamento" foi excluído do Programa para evitar duplicidade de apuração com o indicador acima mencionado.

O indicador "Incremento Anual de Áreas Regularizadas Inseridas no Cadastro Ambiental Rural" ficou abaixo do previsto, o que decorre da grande cobertura cadastral já existente que é de 34 milhões de hectares, a maior do Brasil, proporcionando assim incrementos cada vez menores. Esse indicador passará por ajustes no processo de Revisão.

O indicador "Taxa de Municipalização da Gestão Ambiental" apresentou resultado satisfatório, se aproximando bastante da meta prevista para o período, o que foi possível devido à descentralização da gestão ambiental para mais doze municípios paraenses.

O indicador "Taxa de Regularização Fundiária em Áreas dos Municípios Verdes", apresentou taxa superior a meta prevista para o período, no entanto quando se avalia a demanda de solicitações de titulação junto ao ITERPA, que foi de 800 e o respectivo atendimento que foi de 260, avalia-as a como insuficiente para efeitos de ordenamento do estado.

#### - Implementação do Programa

O novo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo do estado vem proporcionando aos municípios paraenses a geração de emprego e renda por meio de atividades produtivas sustentáveis. Tal situação se deve em boa medida aos avanços conquistados pelo Programa Municípios Verdes, criado com o intuito de promover o desenvolvimento local baseado na produção sustentável.

O programa é composto de 11 ações que integram a Agenda Mínima de governo, vinculados ao objetivo estratégico de "dinamizar as economias locais em bases sustentáveis".

No exercício de 2013, foram viabilizadas diversas iniciativas que contribuíram sobremaneira para o alcance do objetivo do Programa e proporcionara o fortalecimento da gestão ambiental municipal e o apoio à produção sustentável. Dentre as iniciativas destaca-se a adesão de 100 municípios paraenses ao programa, o que demonstra a credibilidade que o mesmo conquistou desde sua criação.

#### Principais Realizações:

- Criação do ICMS Verde, que adota critérios ambientais para a distribuição da arrecadação do referido imposto entre os municípios que promovem ações contra o desmatamento ilegal e fortalecem a gestão ambiental;
- ✓ Apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 45.000 propriedades rurais, contribuindo para a cobertura cadastral no estado de 34 milhões de hectares.
- ✓ Saída dos municípios de Brasil Novo e Tailândia da lista do Ministério do Meio Ambiente de maiores desmatadores do Brasil;
- ✓ Expedição de 260 títulos em áreas de propriedades rurais do estado;
- ✓ Apoio à gestão ambiental municipal de 12 municípios paraenses;
- ✓ Apoio a 9.100 famílias de produtores participantes do Programa, através da implementação e assistência técnica em agricultura e pecuária sustentáveis.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

		Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)		
Ações de Regularização Fundiária – Municípios Verdes	516	513	99	Título Expedido/Un.	2.098	260	12		

Análise: A ação executada pelo ITERPA é componente da Agenda Mínima de Governo e objetiva assegurar o acesso à propriedade como meio de promover o desenvolvimento econômico e a paz social nos municípios que aderiram ao Programa Municípios Verdes (PMV). A dotação financeira executada compreende recursos ordinários (1%) e recursos próprios do órgão (99%). Os 260 títulos foram expedidos em 21 Municípios pertencentes às Regiões de Integração: Araguaia (13), Baixo Amazonas (38), Carajás (11), Guamá (3), Lago de Tucuruí (1), Metropolitana (92), Caeté (5), Rio Capim (80), Tocantins (14) e Xingu (3). O resultado obtido demonstra distanciamento em relação à meta programada, comprometendo o alcance do objetivo da ação.

	ı	Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis	30	30	100	Município Atendido/Un.	10	0	10	

Análise: A ação executada pela SEICOM é componente da Agenda Mínima de Governo. Em 2013 o orçamento executado compreendeu exclusivamente recursos ordinários. Estes recursos foram repassados a EMATER por meio de Destaque para auxiliar na realização da Feira da Agricultura Familiar da Amazônia Legal (AGRIFAL 2013). As atividades que seriam realizadas foram reprogramadas para o exercício de 2014, prejudicando o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013 seu objetivo foi alterado para "Potencializar o Desenvolvimento da Economia de Baixo Carbono e Alto Valor Agregado" o que permitirá melhor qualificação da ação e seus resultados.

Apoio à Elaboração e Implementação de Planos Municipais de Combate ao Desmatamento	11.693	98	1	Plano Municipal Implementado/ Un.	36	-	0
---	--------	----	---	---	----	---	---

Análise: A ação é componente da Agenda Mínima de Governo e tem o objetivo de apoiar os municípios na elaboração e implementação dos Planos Municipais de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento (PPCAD), visando soluções para a conservação ambiental. Em 2013, foram executados recursos financeiros do tesouro estadual. Nesse período foi elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e Programa Municípios Verdes (PMV) o Termo de Referência que contemplará 15 municípios: Almeirim, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itaituba, Novo Progresso, Novo Repartimento, Pacajá, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Tailândia e Ulianópolis divididos conforme a categoria: "embargados", "sob pressão", "consolidados"; "base florestal" e "municípios verdes". Além do Termo de Referencia, também foi realizada a contratação de consultoria especializada para elaboração dos planos municipais, previstos para serem entregues em 2014, por essa razão, o objetivo desta ação só será alcançado no próximo exercício.

Apoio à Institucionalização do Programa Redução de Emissões por Desmatamento, Degradação e Manejo Florestal – REDD, no Estado do Pará.	5	-	0	Relatório Disponibilizado/ Un	4	4	100
--	---	---	---	-------------------------------------	---	---	-----

Análise: A ação executada pelo IDESP é componente da Agenda Mínima de Governo. Em 2013, não ocorreu execução orçamentária, pois as despesas programadas não precisaram ser executadas haja visto que para a elaboração dos relatórios não foram necessários deslocamentos para outras cidades. No decorrer do exercício, foram disponibilizados quatro relatórios para os municípios de Belém (2), Paragominas (1) e São Félix do Xingu (1). Nesse período, foram desenvolvidas diversas atividades como: Curso de Capacitação em Mudanças Climáticas Globais e Serviços Ambientais; participação da Oficina de Capacitação em Monitoramento Reporte e Verificação (MRV), para a Região Norte, em Belém; participação da reunião da Câmara Técnica II (REDD e Pagamento por serviços ambientais) do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas; Realização do evento Diálogos sobre Desenvolvimento com o Tema "Instrumentos de Valoração Florestal no Estado do Pará"; participação do curso Inventário de Gases do Efeito Estufa, realizado no auditório da FIEPA, contribuindo assim para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, seu objetivo passou a ser "contribuir para o planejamento e implementação de Programas de REED no estado", permitindo assim que as atividades tenham maior clareza em relação ao produto da ação.

Apoio ao Cadastro Ambiental Rural	19.707	1.824	9	Propriedade Rural	70.000	45.437	65
Ambientai Kurai				Cadastrada/Un.			

Análise: A ação executada pela SEMA, PMV e EMATER é componente da Agenda Mínima de Governo e tem o objetivo de identificar nas propriedades rurais as áreas alteradas e de preservação, para fins de consolidação do cadastro ambiental estadual. Os recursos executados foram oriundos de convênios (90%), e do Fundo Estadual do Meio Ambiente (10%). Em 2013, foram emitidos cadastros ambientais rurais (CAR) em 142 municípios, abrangendo as 12 regiões de integração, contribuindo significativamente para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, teve seu nome alterado para "Apoio a Emissão de Cadastro Ambiental Rural", o que permite maior visibilidade e entendimento na descrição da ação.

Ação	Financeiro			Físico				
	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Apoio a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	734	732	100	Plano Municipal Elaborado	36	0	0	

Análise: A ação executada pela SEMA objetiva apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. O orçamento executado compreendeu recursos de convênios, recursos ordinários e do FEMA. No exercício de 2013 não houve registro de meta física devido à alteração na programação, que realocou os recursos para apoiar a emissão de CAR no estado. No processo de Revisão do PPA 2013, foi excluída do Programa, pois a partir de 2014 suas atividades serão operacionalizadas pela SEIDURB no Programa Saneamento é Vida.

Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas	106	27	26	Família Assistida/Un.	1.717	9.181	535
dos Municípios Verdes				7 1001011447 0111			

Análise: A ação executada pela EMATER é componente da Agenda Mínima de Governo e tem como objetivo apoiar a implementação de técnicas de agricultura e pecuária sustentáveis a produtores rurais dos municípios que aderiram ao PMV. Os recursos orçamentários executados foram integralmente do tesouro do estado. Em 2013, o resultado da ação foi superado, beneficiando famílias rurais de 93 municípios, abrangendo as 12 regiões de integração. Esse resultado decorre de parceria estabelecida com sindicatos rurais, organizações não governamentais (ONGs), prefeituras e órgãos do governo estadual e federal. Nesse processo, foram realizadas diversas iniciativas como a implantação de sistemas agroflorestais, realização de Georeferenciamento, oficina de Diagnostico Rápido Participativo (DRP), Dia de Campo e treinamentos, contribuindo significativamente para o alcance do objetivo da ação.

Desconcentração e				Município			
Descentralização da	2.528	232	9	Apoiado/Un.	30	12	40
Gestão Ambiental				Apolado/OH.			

Análise: A ação executada pela SEMA e PMV é componente da Agenda Mínima de Governo e objetiva fortalecer as unidades regionais e as secretarias de meio ambiente dos municípios que aderiram ao programa. O orçamento executado foi proveniente de recursos ordinários (6%) e do FEMA (94%). Em 2013, foram apoiados 12 Municípios: Anapú e Pacajá (Xingu), Abaetetuba, Barcarena e Moju (Tocantins), Igarapé Açu e Vigia (Guamá), Jacareacanga e Novo Progresso (Tapajós), Parauapebas (Carajás), Santarém (Baixo Amazonas) e Tucuruí (Lago de Tucuruí). Dentre as iniciativas realizadas, destaca-se a entrega da habilitação de Gestão Ambiental que permite às secretarias municipais executar atividades de licenciamento ambiental, aprovar planos de manejo, executar ações de educação ambiental, fiscalização e regularização ambiental.

Elaboração de				Boletim			
Indicadores e Estudos	321	22	7	Disponibilizado/	16	25	156
Ambientais				Un.			

Análise: A ação executada pelo IDESP e PMV é componente da Agenda Mínima de Governo e objetiva disponibilizar indicadores e informações sobre o meio ambiente dos municípios paraenses. O orçamento executado foi integralmente proveniente de recursos do tesouro. A meta física executada compreendeu realizações como a Publicação do Diagnóstico da Gestão Ambiental dos Municípios Paraenses, Diagnóstico da Gestão Ambiental das Empresas no Estado do Pará, Artigo com análise do Desmatamento e Focos de Queimada, Levantamento de informações para subsidiar o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado, Elaboração e apresentação do Sumário Executivo do Plano de Desenvolvimento Integrado da Faixa de Fronteira, abrangendo as regiões de integração do Araguaia, Baixo Amazonas, Metropolitana, Tapajós, Tocantins e Xingu. O resultado alcançado contribuiu positivamente para o alcance do objetivo da ação.

production production of annual contractions							
Emissão de Cadastro Ambiental Rural em Propriedades de Agricultores Familiares	2.997	393	13	Cadastro Ambiental Rural Emitido/Un	13.786	8.017	58

Análise: A ação executada pela EMATER objetiva emitir cadastro ambiental rural visando atender à legislação ambiental e facilitar o acesso ao crédito rural. O orçamento executado compreende recursos ordinários (25%), recursos provenientes de convênios (69%) e contrapartida estadual (6%). Foram emitidos cadastros ambientais rurais em 85 municípios pertencentes às 12 regiões de integração, permitindo aos agricultores realizarem o licenciamento ambiental além de acessarem políticas públicas, como os programas nacionais de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de Alimentação Escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA), contribuindo desse modo para o alcance do objetivo da ação.

		Financeiro		Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013 (A)	Executado (B)	% (C=B/A)	Produto/ Unidade de Medida (D)	Programado OGE 2013(E)	Executado (F)	% (G=F/E)	
Produção Florestal	1.277	497	39	Floresta Plantada/Ha.	1.521	405	27	

Análise: A ação executada pelo IDEFLOR é componente da Agenda Mínima de Governo e tem como objetivo desenvolver a economia florestal, através do plantio de florestas em municípios do estado. O orçamento executado compreendeu recursos próprios arrecadados pela administração indireta. A execução física ocorreu nos municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz e Uruará. A ação é viabilizada por meio de três projetos: Tijolo Verde, Pará Florestal e Pró-Safs e foram realizadas iniciativas como oficinas de diagnóstico rural participativo, construção de viveiros de mudas, implantação de consórcios agroflorestais e outros, beneficiando cerca de 650 famílias em todo o estado. Destaca-se, ainda, a parceria do órgão com sindicatos de produtores rurais, associações de produtores, cooperativas, prefeituras e outras instituições do governo estadual e federal. O resultado alcançado apresentou-se inferior ao programado, comprometendo o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013 foi excluída, tendo suas atividades migradas para a nova ação "Produção e Restauração Florestal", como forma de consolidar as ações de produção e restauração florestal em uma única ação, devido à complementaridade entre elas.

Restauração Florestal	6	6	94	Área Restaurada/Ha.	60	-	0
-----------------------	---	---	----	------------------------	----	---	---

Análise: A ação executada pelo IDEFLOR é componente da Agenda Mínima de Governo e visa à recuperação de áreas alteradas, a partir de práticas de manejo de solo e água em base ecológica, com prioridade para as áreas de agricultura familiar. O orçamento executado compreendeu recursos próprios arrecadados pela administração indireta. Em 2013, foi realizado nos municípios de Bonito e Peixe Boi o Diagnóstico Rural Participativo, que contempla a realidade atual das comunidades sob os aspectos socioeconômico, cultural e ambiental; o curso de Sistemas Agroflorestais para 30 produtores agrícolas, ministrado por técnicos do órgão em parceria com a EMATER; e a implantação do viveiro de mudas de essências florestais. Por meio do projeto também será implantado 30 ha de Sistemas Agroflorestais (SAFs), previstos para 2014, o que beneficiará cerca de 60 famílias. Entretanto, o resultado obtido comprometeu o alcance do produto da ação. No processo de Revisão do PPA 2013 foi excluída, tendo suas atividades migradas para a nova ação "Produção e Restauração Florestal" como forma de consolidar as ações de produção e restauração florestal em uma única ação, devido à complementaridade entre elas.

## PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

**Órgão Responsável**: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)

Órgão(s) Executor (es): SEMA, ITERPA, SEICOM

**Objetivo**: Fortalecer os sistemas de gestão ambiental e territorial do Estado

Público Alvo: Setores Produtivos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

(PCTAF's)

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 61- Gestão Ambiental e Territorial - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	Execução %
14.366	14.366	14.079	6.671	47

Fonte: GEpPA / SIAFEM

No exercício de 2013, o "Programa Gestão Ambiental e Territorial" apresentou desempenho financeiro razoável, visto que dos R\$ 14,07 milhões programados na dotação atualizada, somente 47%, ou R\$ 6,67 milhões, foram liquidados. O valor liquidado compreendeu (80%) de recursos do tesouro, (3%) de convênio e (17%) de recursos arrecadados pela administração indireta (Gráfico 69).

Na fonte recursos do tesouro, estavam programados R\$ 11,67 milhões, que passaram por redução ao longo do exercício para R\$ 9,46 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 5,37 milhões. Do total liquidado, 99% são oriundos do Fundo Estadual do Meio ambiente (FEMA), que se destacaram como a principal fonte de financiamento do programa.

Quanto à fonte convênios, estavam programados valores da ordem R\$ 1,63 milhão, suplementados para R\$ 2,50 milhões, dos quais R\$ 193 mil foram liquidados.

Os recursos próprios da administração indireta apresentaram dotação inicial no valor de R\$ 1,05 milhão, atualizados para R\$ 2,11 milhões, com liquidação 53% desse valor.

14.000
12.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot. Incial
Dot. Atual
Liquidado

Gráfico 67- Gestão Ambiental e Territorial - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

#### Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/UNID		ORGÃO RESPONSÁVEL	Indicador de	20	012	2	013
ADE/FONTE	FÓRMULA	PELA APURAÇÃO	Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Número de	Número absoluto de						
Regularização	regularização de						
Fundiária /	propriedades rurais	ITERPA	778	625	499	687	778
Unidade /	(até 1.500 ha) no						
ITERPA**	ano						
Proporção de	Relação percentual						
Empreendimentos/	entre o nº de						
documentos	Documentos/Proces						
Protocolados	sos concluídos e o	SEMA	69,40	70	60	72	71
Anualmente	nº total de						
Concluídos /	Documentos/Proces						
Percentual / SEMA	sos Protocolados						
Taxa de Municípios	Relação percentual						
Atendidos pelo	entre o nº de						
Sistema Estadual	municípios atendidos						
de Gerenciamento	e o total de	SEMA	50,50	54	47	57	58
de Recursos	municípios no						
Hídricos /	Estado						
Percentual / SEMA	ESIAUU						

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

Os indicadores apurados demonstram que o Programa "Gestão Ambiental e Territorial" apresentou bom rendimento no ano de 2013 em relação a 2012. O "Número de Regularização Fundiária" apresentou crescimento de 56% quando comparado com o período anterior, superando as expectativas para 2013, o que demonstra a eficiência das políticas de regularização fundiária. Na Revisão do PPA, para o exercício 2013-

<sup>\*\*</sup> Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

2014, esse indicador teve seu nome alterado para "Incremento do Número de Regularização Fundiária" e sua unidade de medida foi alterada para "percentual".

O indicador "Proporção de Empreendimentos/documentos Protocolados Anualmente Concluídos" apresentou elevação em relação a 2012 e atingiu a meta prevista para 2013, comprovando a eficiência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) em analisar processos de grande impacto para a gestão ambiental paraense.

O indicador "Taxa de Municípios Atendidos pelo Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos" apresentou crescimento de 10% em relação ao ano anterior, demostrando eficiência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente em implementar políticas públicas em todas as regiões do Estado.

### - Implementação do Programa

O Programa "Gestão Ambiental e Territorial" visa fortalecer o sistema de gestão socioambiental e territorial no Estado do Pará a fim de garantir o cumprimento da legislação vigente, incentivar e apoiar o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis, além de ordenar a ocupação dos territórios dos municípios paraenses.

O programa é formado por 12 ações e tem como estratégia de implementação melhorar a eficiência dos mecanismos de gestão ambiental e territorial nas esferas estadual e municipal, através do fortalecimento dos sistemas de controle e informação ambiental, da educação ambiental e da cooperação nacional e internacional, que estão diretamente ligados aos objetivos estratégicos do governo de construir um novo marco regulatório da posse e uso dos recursos naturais.

No processo de revisão do PPA, para o exercício 2014-2015, as ações "Regularização dos Aforamentos Estaduais", "Regularização Fundiária em Projetos de Assentamentos Estaduais", "Regularização das Áreas Patrimoniais dos Municípios" e "Regularização Fundiária em Áreas Rurais" foram agrupados em uma única Ação denominada "Regularização Fundiária", integrante da Agenda Mínima de governo, com o intuito de fortalecer e tornar e tornar mais eficiente a execução, contribuindo de forma mais efetiva para o alcance do objetivo do Programa.

Além destas, a Ação "Implementação de Ações de Tecnologias da Informação para a Gestão Ambiental" foi excluída, uma vez que destinava-se ao

desenvolvimento dos sistemas corporativos para a solução de problemas ambientais e passará a ser um projeto da Ação "Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização."

Ao longo de 2013, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Secretaria de Estado de Comércio e Mineração (SEICOM) promoveram a regularização fundiária, criação de unidade de conservação e gestão dos recursos hídricos com o objetivo melhorar as políticas para a gestão ambiental e incentivar e apoiar o uso sustentável dos recursos naturais.

## Principais Realizações:

- ✓ A arrecadação e matrícula de 450.682 hectares de terras devolutas em áreas sob jurisdição estadual;
- ✓ Expedição de 663 títulos para pequenos e médios proprietários rurais e urbanos de 26 municípios paraenses;
- ✓ Emissão de 517 licenças ambientais para viabilizar empreendimentos em diversos setores produtivos;
- ✓ Realização de 52 projetos de educação ambiental, beneficiando 21.000 pessoas;
- ✓ Concessão de habilitação de gestão ambiental a 14 municípios do estado (Abaetetuba, Anapú, Brasil Novo, Castanhal, Igarapé-Açu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Moju, Pacajá, Parauapebas, Santarém, Trairão, Tucuruí e Vigia), o que possibilitará aos mesmos executar atividades de licenciamento ambiental e ações de educação ambiental;
- ✓ Aprovação do novo Plano de Manejo do Parque Estadual do Utinga (PEUT);
- ✓ Assinatura de acordo de cooperação técnica entre o estado, por meio da SEMA e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy (TNC) do Brasil, visando promover o desenvolvimento das cadeias produtivas sustentáveis.

## Avaliação das Ações do Programa

Em R\$1.000,00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Arrecadação e Matrícula de Terras Devolutas em Áreas sob Jurisdição Estadual	94	83	88	Área Matriculada/H a.	1.400.686	535.826	38	

Análise: Esta ação é executada pelo ITERPA e objetiva incorporar as áreas devolutas de sua jurisdição ao patrimônio fundiário do estado. Em 2013, foi viabilizada com recursos ordinários (1%) e recursos próprios arrecadados pelo órgão (99%). As áreas matriculadas pertencem a 34 municípios, de onze regiões de integração, com exceção da região do Tapajós. O resultado obtido demonstra distanciamento da meta programada, comprometendo o alcance do objetivo da ação.

Criação de				Unidade de			
Unidades de	471	102	22	Conservação	7	-	-
Conservação				Criada/Un.			

Análise: A ação é executada pela SEMA, objetiva manter a diversidade biológica, os recursos genéticos e o uso sustentável dos recursos naturais no território paraense. No exercício de 2013, embora não tenha sido registrado meta física, foram desenvolvidas diversas atividades que antecedem a criação de UCs, como a elaboração de estudos de flora e situação fundiária, realização de consulta pública, elaboração dos diagnósticos ambiental, socioeconômico e fundiário além de diversos relatórios necessários a criação das seguintes Unidades de Conservação: Ilha Dom Pedro no Município de Marapanim; Ilha de Caviana em Chaves; Zona Costeira/ Mar Territorial em Soure e Chaves; Marajó Central nos Municípios de Anajás, Muaná, Ponta de Pedras e Santa Cruz; Tabuleiro de Embaubal em Senador José Porfírio; Entorno da Terra Indígena Alto Rio Guamá em Viseu; Mamuru em Juruti e Aveiro; Campo das Mangabas no Município de Maracanã e Monumento Natural do Atalaia em Salinópolis. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercícios 2014-2015 a ação assumirá as atividades desenvolvidas por outras duas ações e passará a se chamar "Criação e Gestão de Unidade de Conservação."

Educação Ambiental	400	216	54	Projeto Realizado/U	86	52	60

Análise: A ação é executada pela SEMA e tem o objetivo de promover a consciência ambiental na sociedade, através de práticas educativas que incorporem o conceito de sustentabilidade nas dimensões locais e regionais, e foi viabilizada com 100% de recursos próprios do FEMA. Durante o exercício de 2013, a ação realizou diagnósticos de educação, seminários, capacitações sobre educação ambiental, além de participar de diversas reuniões e conferências sobre o assunto como a Oficina de Nivelamento sobre a IV Conferência Infanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente (CEIJMA); seminário sobre a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA); e o Curso de Formação sobre a metodologia da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), em Brasília, dentre outros. Os projetos foram realizados em 33 municípios pertencentes as regiões de integração do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté, Tocantins e Rio Capim

Gerenciamento Costeiro, Marítimo	400	167	42	Município Atendido/Un.	144	12	8	
e Estuarino				/ 1.0114140/011.				

Análise: Executada pela SEMA, a ação objetiva promover a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, o uso sustentável dos recursos naturais e a ocupação ordenada dos espaços costeiro, marinho e águas interiores. No ano de 2013, foi financiada com 100% de recursos do FEMA, atendendo 12 municípios: Abaetetuba, Afuá, Altamira, Belém, Bragança, Capanema, Chaves, Juruti, Maracanã, Paragominas, Senador José Porfírio e Soure. Nesses municípios, foram realizadas atividades de levantamento da fauna aquática, terrestre e avifauna, oficinas de educação ambiental em escolas e comunidades que integram UCs, elaboração do Plano Operacional Anual (POA) para 2014, dentre outras, que contemplam as áreas de gerenciamento costeiro, proteção da biodiversidade aquática e proteção das espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. O resultado obtido demonstra distanciamento entre o programado e o executado em função do superdimensionamento da meta, comprometendo o alcance do objetivo da ação.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Gestão de Recursos Hídricos	1.240	502	40	Outorga de Recursos Hídricos Concedida/U n	296	477	161	

Análise: A ação executada pela SEMA, objetiva fortalecer o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e orçamento executado compreende exclusivamente recursos do Fundo de Meio ambiente (FEMA). No ano de 2013, a meta física foi superada, beneficiando empresas e instituições de 85 municípios pertencentes às 12 regiões de integração. A contratação de novos servidores propiciou elevação no número de processos analisados, bem como o número de outorgas emitidas pela SEMA, impactando positivamente para o objetivo da ação.

Implementação de Ações de Tecnologias de Informação para a Gestão Ambiental	2.135	1.935	91	Sistema de Tecnologias de Informação Implementad o/ Un.	3	2	67
---	-------	-------	----	--	---	---	----

Análise: A ação é executada pela SEMA, objetiva potencializar a prevenção, a identificação e a solução dos problemas ambientais no Estado do Pará. No exercício de 2013, o orçamento executado correspondeu a recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) para o aperfeiçoamento do software de geoprocessamento que permitiram melhor gerenciamento do banco de dados ambiental e o do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), aperfeiçoando o sistema de monitoramento e fiscalização das atividades de comercialização da exploração madeireira. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercício 2014-2015, a Ação apresentou inconsistência em sua formulação, sendo excluída e transformada em subatividade dentro da ação "Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização" por tratar-se de uma etapa da mesma.

Implementação de Ferramentas de Responsabilidade Territorial	3,1	3,1	100	Instrumento Disponibilizad o/Un	10	-	-	
---	-----	-----	-----	---------------------------------------	----	---	---	--

Análise: A ação executada pela SEICOM visa disponibilizar instrumento de gestão em prol da corresponsabilidade do uso sustentável do território. No exercício de 2013,passou por redução orçamentária de R\$ 147,5 mil, que foram remanejados para atender outras ações do órgão, impactando negativamente no alcance da meta física.

		<u> </u>		<u> </u>			,
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização	5.122	2.611	51	Empreendim ento Ambientalme nte	2.600	2.665	103
				Adequado/Un			

Análise: A ação executada pela SEMA, tem o objetivo de controlar as atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente através do sistema estadual de licenciamento e fiscalização ambiental. Foi viabilizada com 8% de recursos provenientes de convênios e 92% de recursos próprios do FEMA. Os empreendimentos realizados pela ação contemplaram 134 municípios, das 12 regiões de integração, contribuindo para o alcance de seu objetivo.

Regularização de Áreas Patrimoniais	23	16,3	71	Título Expedido/Un.	49	-	-
dos Municípios				Expedido/On.			

Análise: A ação executada pelo ITERPA objetiva proceder à titulação definitiva de áreas urbanas e de expansão urbana em favor do município. O orçamento executado em 2013 compreendeu exclusivamente recursos próprios arrecadados pelo órgão. Embora não tenha apresentado meta física, foram realizadas diversas atividades preliminares como vistoria e fiscalização de Georeferenciamento, delimitação, demarcação e regularização de áreas rurais e urbanas nos municípios de Salinópolis, Irituia, Mãe do Rio, São Miguel do Guamá, Ourém, Prainha, Ipixuna do Pará e Castanhal. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercícios de 2014-2015, a ação foi excluída, tendo suas atividades migradas para uma nova ação denominada "Regularização Fundiária", o que permitirá fortalecer a execução, o monitoramento, além de tornar mais eficiente o acompanhamento dos resultados.

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Regularização dos Aforamentos Estaduais	80	10	13	Título Expedido/Un.	50	15	30

Análise: Executada pelo ITERPA, a ação tem o objetivo de consolidar o domínio pleno das áreas aforadas com comprovada exploração econômica e que cumpram a função social da propriedade. O orçamento realizado compreende recursos próprios do órgão executor. Os títulos de resgate de aforamento foram expedidos nos Municípios de Brejo Grande do Araguaia (1), Itupiranga (1), Marabá (8) e São Domingos do Araguaia (5) com área total de 22.576,32 ha de terras aforadas. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercícios de 2014-2015, a Ação foi excluída, tendo suas atividades migradas para uma nova ação denominada "Regularização Fundiária", o que permitirá fortalecer a execução, o monitoramento, além de tornar mais eficiente o acompanhamento dos resultados.

Regularização Fundiária em	3.730	749	20	Título Expedido/Un.	2.031	83	4
Áreas Rurais				Expedido/Un.			

Análise: A ação integra a Agenda Mínima de Governo e é executada pelo ITERPA, como o objetivo de assegurar o acesso à propriedade com a expedição de sua titulação. Em 2013, o orçamento compreendeu recursos ordinários (8%) e recursos próprios arrecadados pelo órgão executor (92%). Nesse período foram expedidos 83 títulos nos municípios de Acará (7), Baião (3), Bonito (1), Bujaru (70), Castanhal (1), Santa Izabel do Pará (1). O resultado obtido demonstra distanciamento da meta programada, comprometendo o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercícios de 2014-2015, a Ação foi excluída, tendo suas atividades migradas para uma nova ação denominada "Regularização Fundiária", o que permitirá fortalecer a execução, o monitoramento, além de tornar mais eficiente o acompanhamento dos resultados.

Regularização							
Fundiária em				Títulos			
Projetos de	378,76	274,54	72	Expedidos/U	1.657	-	-
Assentamentos				n.			
Estaduais							

Análise: Ação executada pelo ITERPA tem o objetivo de promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais e foi realizada com 100% de recursos próprios do órgão executor. No exercício de 2013, foram realizadas diversas atividades preliminares para a realização do produto final, como reunião com as comunidades que serão beneficiadas, vistoria e Georeferenciamento dos lotes, participações em assembleias, audiências públicas e cadastro de famílias nos municípios de Santo Antonio de Tauá, Castanhal, Bom Jesus do Tocantins, Marabá, Eldorado dos Carajás, Acará, Irituia, Igarapé Açu, dentre outras. No processo de Revisão do PPA 2013, para os exercícios de 2014-2015, a Ação foi excluída, tendo suas atividades migradas para uma nova ação denominada "Regularização Fundiária", o que permitirá fortalecer a execução, o monitoramento, além de tornar mais eficiente o acompanhamento dos resultados.

## PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DA SÓCIOBIODIVERSIDADE

**Órgão Responsável:** Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (IDEFLOR)

Órgão(s) Executor (es):IDEFLOR, SEMA, ITERPA, IDESP

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAF's), através do fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade.

**Público Alvo:** Povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAF's) que estejam organizados ou em processo de organização

#### Análise dos Recursos do Programa

Tabela 62- Valorização da Sociobiodiversidade - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	Execução %
2.886	2.886	1.430	310	22

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa "Valorização da Sociobiodiversidade" apresentou no exercício de 2013, execução orçamentária abaixo da dotação atualizada. Do total liquidado, 25% foram oriundos de recursos do tesouro, 66% da administração indireta e9% convênios (9%) (Gráfico 70)

Na fonte recursos do tesouro, foram programados R\$ 2,22 milhões, que passaram por redução ao longo do exercício totalizando R\$ 827 mil, dos quais 9% foram liquidados, correspondente a R\$ 76 mil, dos quais 48% deste valor refere-se a recursos oriundo do FEMA.

Quanto à fonte de recursos próprios do IDEFLOR, inicialmente foram programados R\$ 661 mil, que passaram por redução ao longo do exercício para R\$570 mil, dos quais foram liquidados R\$ 205 mil. Na fonte convênios não houve programação inicial, sendo posteriormente suplementada no valor de R\$ 32 mil, com liquidação de R\$ 29 mil. A baixa execução orçamentária prejudicou o alcance dos resultados do Programa.

2.500
2.000
1.500
1.000
Dot. Incial
Dot. Atual
Liquidado
Em R\$ 1.000,00

Rec. Tesouro
Rec. Próprios
Convênios

Gráfico 68- Valorização da Sociobiodiversidade - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

## Análise dos Resultados do Programa

#### - Análise dos Indicadores do Programa

INDICADOR/		ORGÃO RESPONSÁVEL	Indicador	2012		2013	
UNIDADE/FONTE	FÓRMULA	PELA APURAÇÃO	de Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Média do Incremento da Renda Anual dos PCTAF* / R\$ /pessoa/ano/ IDEFLOR	Diferença entre a renda média dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Tradicionais (PCTAF) no ano em relação ao ano anterior	IDEFLOR	ND	100	-	100	-
Número de Famílias Atendidas pelas Ações do Programa com Incremento de Renda** / Unidade / IDEFLOR	Número de Famílias Atendidas pelas Ações do Programa com Incremento de Renda** / Unidade /		0	500	120	1.000	840

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

\*\* Indicador alterado na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Média do Incremento da Renda Anual dos PCTAF's" foi excluído na revisão do PPA 2013, pois apresentava dificuldades de verificação de incremento de renda. O indicador "Número de Famílias Atendidas pelas Ações do Programa com Incremento de Renda" alcançou 84% da meta prevista. Na revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, este indicador foi modificado para "Incremento do número de famílias atendidas nas áreas das PCTAF's", com a justificativa de melhorar a apuração, facilitando a leitura e interpretação do seu resultado.

#### - Implementação do Programa

A dificuldade de acesso às políticas públicas para desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis pelos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares (PCTAF's) que vivem dentro ou no entorno de unidades de conservação e assentamentos, é o principal problema a ser enfrentado pelo Programa "Valorização da Sociobiodiversidade". Tal situação é causada pela dificuldade no processo de organização e gestão das unidades produtivas, pelo marco regulatório deficiente e pelo incipiente ordenamento territorial, dentre outros.

O programa foi constituído com seis ações executadas pelo IDEFLOR, SEMA, ITERPA e IDESP, diretamente vinculadas ao objetivo estratégico de fortalecer a produção de base familiar com sustentabilidade, bem como construir um novo marco regulatório de posse e uso dos recursos naturais.

Na Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, as ações "Promoção das Cadeias de Valor de Produtos e Serviços Florestais e Ambientais da Sociobiodiversidade" e "Regularização Fundiária em Comunidades Quilombolas" foram excluídas do Programa. No primeiro caso, identificou-se que a mesma é um desdobramento da Ação "Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, Floresta Plantada e SAFs", podendo ser atendida por esta ação. No segundo caso, as atividades migraram para uma nova Ação denominada "Regularização Fundiária", o que permitirá fortalecer a execução e o monitoramento, além de tornar mais eficiente o acompanhamento dos resultados.

No exercício de 2013, o Instituto de Desenvolvimento Floresta do Pará (IDEFLOR), juntamente com os demais órgãos executores, estabeleceram parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e com prefeituras e associações de agricultores familiares, viabilizando dessa maneira o atendimento das demandas dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares.

#### Principais Realizações:

- ✓ Emissão de títulos para duas comunidades remanescente de quilombo, Terra Liberdade, em Cametá, e Muruteuazinho, em Santa Luzia do Pará, beneficiando 217 famílias.
- ✓ Atendimento a 120 famílias do Município de Porto de Moz, por meio da realização de iniciativas para a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Dentre as iniciativas destacam-se a realização de cursos para produção de mudas, a construção de viveiro de mudas e a construção de casa de sementes.
- ✓ Atendimento a 680 famílias pertencentes ao Município de Portel por meio da Implantação do Plano de Desenvolvimento Local.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000.00

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Apoio à Sustentabilidade de Populações Tradicionais e Indígenas	398	37	9	Município Atendido/Un	36	15	42	

Análise: Executada pela SEMA, a ação objetiva apoiar a gestão ambiental e territorial dos povos indígenas e comunidades tradicionais do Estado do Pará e foi realizada com recursos próprios do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) e foram atendidos os municípios de Ananindeua, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Itaituba, Nova Esperança do Piriá, Novo Progresso, Ourilândia do Norte, Oriximiná, Paragominas, Redenção, Santa Luzia do Pará, São Félix do Xingu, Tomé Açu, Tucumã e Viseu. Nesses municípios foram realizadas atividades relacionadas à conservação da biodiversidade em Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (CONBio Quilombo) e em Terras Indígenas do Pará (CONBio Indígena), por meio do qual a SEMA atendeu as comunidades quilombolas de Abacatal e Cachoeira Porteira, e as populações indígenas dos Kayapó, Trombetas, Nhamundá Mapuera e Tembé. A ação apresenta inconsistência no produto, visto que o público são as populações tradicionais e indígenas e não os municípios, necessitando dessa maneira de revisão.

Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar	272	2	1	Família beneficiada/ Un.	223	120	54
--	-----	---	---	--------------------------------	-----	-----	----

Análise: Executada pelo IDEFLOR, a ação objetiva reduzir os impactos da degradação ambiental nas atividades econômicas desenvolvidas pelas populações tradicionais, mediante o uso sustentável da floresta. Em 2013, foi realizada com recursos próprios arrecadados pelo órgão executor e foram atendidas 120 famílias no Município de Porto de Moz, por meio de iniciativas como: curso de produção de mudas, construção de viveiro de mudas, construção de casa de sementes, mudas para implantação de SAFs e plano de manejo em fase de conclusão, realizadas em parceria com a associação de agricultores familiares, prefeituras, Emater e Embrapa. No processo de Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, o nome desta ação foi alterado para "Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, Floresta Plantada e SAFs", e o objetivo incorporou o atendimento aos Povos de Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF's) como forma de expressar melhor a proposta da ação e sua abrangência.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Elaboração de Planos de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental para as Comunidades Remanescentes de Quilombos	236	97	41	Plano Elaborado/U n.	5	2	40	

Análise: A ação executada pelo IDESP tem como objetivo propor estratégias de uso sustentável dos recursos potenciais nas terras de comunidades remanescentes de quilombos. O orçamento executado compreendeu recursos ordinários (28%) e recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão (72%). Os planos de utilização e de desenvolvimento socioeconômico e ambiental foram elaborados nos municípios de Acará e Oriximiná, onde ocorreram diversas iniciativas como a realização da 6º reunião ordinária da comissão estadual de políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos; a realização da 1ª consulta prévia na comunidade quilombola de Cachoeira Porteira para elaboração do Plano de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental; e a participação no III Seminário de Igualdade Racial ocorrido na comunidade de Espírito Santo, Município de Acará. Além disso, também foram realizados levantamento de informação junto às comunidades remanescente de quilombo de Ribeira, Jacundá, São Manoel, Sta. Maria do Mirindeua, Conceição do Mirindeua, Santo Cristo, Nossa. Senhora das Graças, Sta. Maria do Tracuateua, São Sebastião, Sta. Luzia, Santana do Baixo, São Bernardino e Poacê, localizadas no Município de Moju, cujo plano será elaborado em 2014.

Implantação de Planos de Desenvolvimento Local em Áreas sob Gestão de PCTAF's	94	36	38	Família Beneficiada/Un.	120	680	567	
--	----	----	----	----------------------------	-----	-----	-----	--

Análise: Executada pelo IDEFLOR, a ação visa promover o uso sustentável dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF's). O orçamento compreende exclusivamente recursos diretamente arrecadados pelo órgão executor. No ano de 2013, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local do município de Portel, por meio de parceria com o ITERPA, EMATER, Programa Pará Rural, Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associações Agroextrativistas, além das ONG's Instituto Floresta Tropical (IFT) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que beneficiou 680 famílias e contribuiu para o alcance do objetivo do programa.

Promoção das Cadeias de Valor de Produtos e Serviços Florestais e Ambientais da Sociobiodiversidade	205	10	5	Projeto Apoiado/Un.	6	1	17	
---	-----	----	---	------------------------	---	---	----	--

Análise: A ação é executada pelo IDEFLOR, objetiva promover o acesso de PCTAF's organizados ou em vias de organização aos mercados institucionais e diferenciados. Em 2013, o orçamento executado compreendeu recursos próprios do órgão, e foram apoiados 17 projetos que beneficiaram 40 famílias em Santarém; além disso, foram realizados oficinas e cursos para agentes multiplicadores, nos municípios de Santarém e Belterra. Ressalta-se que os convênios com a Fundação Orca e Universidade Federal do Pará não aconteceram, por essa razão, a ação apresenta baixa execução orçamentária, que não viabilizaram o alcance da meta. No processo de Revisão do PPA 2013, para o ano de 2014-2015, a ação foi excluída com a justificativa de que o objetivo de promover o acesso dos PCTAF's é um desdobramento da Ação "Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar, Floresta Plantada e SAFs", podendo ser atendida por esta ação.

	Financeiro			Físico				
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %	
Regularização Fundiária em Comunidades Quilombolas	224	128	57	Título Expedido/U n.	9	2	22	

Análise: A ação executada pelo ITERPA visa promover a titulação de terras em comunidades tradicionais. Em 2013, esta ação foi viabilizada com 23% de recursos de transferência de convênios e outros, 10% recursos ordinários do Tesouro Estadual e 67% de recursos próprios diretamente arrecadados pelo órgão executor. Os títulos foram expedidos para 2 comunidades remanescente de quilombo, Terra Liberdade, em Cametá, e Muruteuazinho, em Santa Luzia do Pará, beneficiando 217 famílias. O resultado obtido demonstra que não houve disponibilidade financeira suficiente para a indenização das ocupações irregulares, comprometendo o alcance da meta. No processo de Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, a ação foi excluída, tendo suas atividades migradas para uma nova ação denominada "Regularização Fundiária", o que permitirá fortalecer a execução e o monitoramento, além de tornar mais eficiente o acompanhamento dos resultados.

## PROGRAMA: FLORESTA SUSTENTÁVEL

**Órgão Responsável:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)

Órgão(s) Executor (es): ADEPARÁ, SEMA, IDEFLOR

**Objetivo:** Ordenar o setor florestal do Estado do Pará.

Público Alvo: Povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar – PCTAF's

## Análise dos Recursos do Programa

Tabela 63- Floresta Sustentável - Recurso Financeiro, 2013

Em R\$ 1.000,00

PPA 2013	Dot. Inicial OGE 2013	Dot. Atualizada OGE 2013	Realizado 2013	Execução %	
2.804	2.804	15.963	5.283	33	

Fonte: GEpPA / SIAFEM

O Programa "Floresta Sustentável" apresentou, no exercício de 2013,reduzida execução orçamentária, comparados os valores liquidados com a dotação atualizada. Desse total, 89% compreenderam recursos do tesouro e 11% recursos próprios da administração indireta. (Gráfico 71).

Na fonte recursos do tesouro, principal fonte de financiamento do programa, estavam programados R\$ 2,09 milhões, que foram acrescidos ao longo do exercício para R\$ 13,35 milhões, com liquidação de R\$ 4,67 milhões, correspondente a 36% da dotação atualizada. Esse valor liquidado compreendeu recursos integralmente do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA). Embora houvesse programação de recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLOR), não houve liquidação no período analisado.

Os recursos próprios da administração indireta apresentaram dotação inicial no valor de R\$ 714 mil, e passaram por acréscimo, totalizando R\$ 975 mil, dos quais foram liquidados R\$ 600 mil, 62% desse valor.

Quanto à fonte dos convênios, no decorrer do exercício foram alocados recursos da ordem R\$ 1,62 milhão, porém não houve execução orçamentária.

16.000
14.000
10.000
8.000
4.000
2.000
Dot. Incial

Dot. Atual

Liquidado

Gráfico 69- Floreta Sustentável - Recurso Financeiro por Fonte, 2013

Fonte: SIAFEM

## Análise dos Resultados do Programa

## - Indicadores do Programa

INDICADOR/		ORGÃO RESPONSÁVEL	Indicador de	2012		2013	
UNIDADE/ FONTE	FÓRMULA	PELA APURAÇÃO	Referência	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Área (ha) de Florestas Pública em Regime de Manejo Florestal Sustentável / Mil hectares / IDEFLOR	Valor absoluto da área (mil ha) de Florestas pública em regime de manejo florestal sustentável existente.	IDEFLOR	0	675	326.184	875	0
Proporção de Área de Florestas Pública em Regime de Manejo Florestal Sustentável* / Percentual / IDEFLOR	Relação percentual entre a área de floresta pública em regime de manejo florestal sustentável e o total de florestas públicas legalmente aptas em regime de manejo florestal sustentável	IDEFLOR	0,70	4	37,42	5,90	0

<sup>\*</sup> Indicador excluído na Revisão do PPA para o período de 2014-2015

O indicador "Área de Florestas Públicas em Regime de Manejo Florestal Sustentável" não apresentou apuração em 2013, uma vez que nesse período não houve concessões de áreas florestais. Observa-se a necessidade de ajustes no indicador, dado que o mesmo refere-se ao incremento anual de áreas concedidas e não a área total existente. Destaca-se, também, que esse indicador será apurado a partir de 2014, no Programa Gestão Ambiental e Territorial, dado a exclusão do Programa "Floresta Sustentável".

O indicador "Proporção de Área de Florestas Pública em Regime de Manejo Florestal Sustentável" foi excluído no processo de Revisão do PPA, juntamente com o Programa, pois apresentava informação similar ao indicador mencionado à cima.

#### - Implementação do Programa

O problema da exploração desordenada de matéria-prima florestal madeireira e não madeireira propiciou a criação do Programa "Floresta Sustentável", que tem como principal beneficiário os povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar (PCTAF's).

O Programa é constituído de quatro ações e tem como estratégia implementar o sistema de outorga e gestão de florestas públicas do estado, visando a produção florestal e à implementação de política de manejo florestal comunitário e familiar no âmbito estadual.

No processo de Revisão do PPA 2013, para o exercício de 2014-2015, o programa foi excluído com o objetivo de fortalecer os resultados das ações voltadas à gestão ambiental no Estado do Pará. As ações deste programa passarão a integrar o Programa "Gestão Ambiental e Territorial".

#### Principais Realizações:

- ✓ Implementação de planos de manejo nos seguintes locais APA do Lago de Tucuruí, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça, RDS Pucuruí Ararão, Florestas Calha Norte, REBIO Maicuru, Estação Ecológica Grão Pará, Parque Estadual da Serra das Andorinhas, APA Ilha do Combú, APA Triunfo do Xingú, Refugio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, APA Paytuna, Flota Iriri, Parque do Utinga, APA Algodoal Maiandeua, Parque Estadual de Charapucú, Parque Estadual Monte Alegre e Floresta Estadual do Paru.
- Atividades preliminares para outorga de florestas públicas para produtos e serviços florestais como estudos de áreas a serem concedidas, inventário florestal amostral e audiência pública, publicação de edital de licitação, além de visitas técnicas de monitoramento nas áreas de concessão florestal.

#### Avaliação das Ações do Programa

Em R\$ 1.000,00

	Financeiro			Físico			
Ação	Dot. Atualizada OGE 2013	Executado	Execução %	Produto/ Unidade de Medida	Programado OGE 2013	Executado	Execução %
Fortalecimento do Sistema de Serviços Ambientais	50	36	71	Projeto Aprovado	1	-	0

Análise: Ação executada pela SEMA objetiva disciplinar a oferta e a regulamentação dos pagamentos por serviços ambientais e suas formas de controle e financiamento. No período de 2013, o orçamento executado compreendeu exclusivamente recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA). Nesse período, entre as atividades desenvolvidas cabe destacar a participação do órgão, representando o Fórum Paraense de Mudanças Climáticas (FPMC), no seminário técnico sobre gases de efeito estufa, na cidade de São Paulo. No processo de Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, a ação teve suas competências transferidas para a Ação "Criação e Gestão de Unidades de Conservação", que integra o Programa "Gestão Ambiental", tendo em vista a exclusão do Programa "Floresta Sustentável".

Identificação Cientifica de Madeiras	-	-	0	Madeira Identificada	1.350.100	-	0
Exploradas no				Identificada			
Território Paraense							

Análise: A ação executada pela ADEPARÁ objetiva promover o controle das espécies e quantidades de madeiras comercializadas no estado. No período de 2013 não houve execução orçamentária e as iniciativas foram reprogramadas para 2014. Denota-se assim o comprometimento para o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, a ação foi transferida para o Programa "Gestão Ambiental", tendo em vista a exclusão do Programa "Floresta Sustentável".

Implementação das				Unidade de			
Unidades de	14.354	4.640	32	Conservação	28	19	68
Conservação				Implementada			

Análise: A ação, executada pela SEMA, IDESP e SEOP, objetiva acompanhar a implementação de planos de manejo, compatibilizando a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais, e o orçamento executado compreende 100% recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA). No ano de 2013, foram realizadas atividades nas seguintes unidades: APA do Lago de Tucuruí Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça, RDS Pucuruí - Ararão, Florestas Calha Norte, REBIO Maicuru, Estação Ecológica Grão Pará, Parque Estadual da Serra das Andorinhas, APA Ilha do Combú, APA Triunfo do Xingu, Refugio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, APA Paytuna, Flota Iriri, Parque do Utinga, APA Algodoal - Maiandeua, Parque Estadual de Charapucú, Parque Estadual Monte Alegre e Floresta Estadual do Paru. Estas unidades pertencem a 11 municípios das regiões Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó e Metropolitana. Os resultados obtidos demonstram o alcance do objetivo da ação. No processo de Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, a ação teve suas competências transferidas para a Ação "Criação e Gestão de Unidades de Conservação" do Programa "Gestão Ambiental", tendo em vista a exclusão do Programa "Floresta Sustentável".

Outorga de Florestas Públicas para Produtos e	1.559	607	39	Área Outorgada	911.654	-	0
Serviços Florestais							

Análise: A ação, executada pelo IDEFLOR, objetiva instituir a outorga de recursos florestais madeireiros e não madeireiros nas florestas públicas estaduais. No exercício de 2013, embora não tenha havido execução de meta física, foram realizadas diversas atividades preliminares que antecedem o alcance do produto final, tais como: estudos e levantamentos da área a ser concedida, inclusão no PAOF 2013, inventário florestal amostral e audiência pública e publicação de edital de licitação. Além disso, também foram realizadas visitas técnicas de monitoramento nas unidades de manejo florestal (UMF) do conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns e da floresta Paru, áreas onde já houve concessão. A ação apresenta inconsistência na meta programada, pois envolve tanto as novas áreas a serem outorgadas para o exercício quanto as que já foram outorgadas em exercício anteriores, carecendo dessa maneira de revisão. No processo de Revisão do PPA 2013, para os anos de 2014-2015, a ação foi transferida para o Programa "Gestão Ambiental", tendo em vista a exclusão do Programa "Floresta Sustentável".



# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estado do Pará possui cerca de 7,5 milhões de habitantes distribuídos em 1,247 km², dos quais aproximadamente 60% são unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas e áreas militares (SEMA, 2013). Historicamente, o Pará é o estado amazônico que mais sofreu intervenções federais em seu território, com o propósito de integrar a Amazônia às demais regiões brasileiras, na perspectiva de gerar crescimento econômico e desenvolvimento social local.

No entanto, o modelo econômico extrativista adotado, baseado na exploração de recursos naturais com baixa agregação de valor, se por um lado favoreceu a criação e consolidação da rede urbana de pequenas e médias cidades, por outro lado engendrou uma sociedade que cresceu rapidamente em termos populacionais e econômicos de forma desigual, sem que os sucessivos governos tivessem a dimensão da perversidade do modelo, ou ainda, condições políticas ou econômicas para reversão da estratégia imposta à região. Atividades econômicas emblemáticas desse modelo são a mineração e o aproveitamento do potencial hídrico para geração de energia.

A partir de meados da década de 1990, a verticalização da produção mineral e da agropecuária tornaram-se os principais desafios do governo estadual, como forma de gerar emprego e renda e reverter o quadro adverso dos indicadores sociais presente nas regiões paraenses. A esse desafio somaram-se outros, como o desenvolvimento tecnológico e a priorização das áreas básicas de competência do Estado: segurança, educação e saúde.

Para tanto, nos últimos anos, o Estado do Pará priorizou investimentos em infraestrutura e desenvolveu atividades que favoreçam a implantação de um modelo de desenvolvimento apoiado na sustentabilidade em todos os seus aspectos: ambiental, social e econômico.

E ainda, o governo estadual tem estabelecido articulações políticas com o governo federal no sentido de rever o atual pacto federativo que desfavorece os estados exportadores, a exemplo do Pará que é o 2º maior saldo da Balança Comercial brasileira e o 5º estado exportador no *rank* nacional, mas possui limitada base de arrecadação concentrada em quatro segmentos (combustível, comércio, telecomunicações e energia elétrica), com baixa diversidade econômica para geração de emprego e renda.

A despeito das condições desfavoráveis do pacto federativo e da queda das transferências federais ao estado, a arrecadação própria do Pará apresentou crescimento de 3,39%, em 2013, em relação ao ano anterior, destacando-se o Imposto

sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) com crescimento real de 6,78% no período.

O esforço da arrecadação estadual garantiu a realização de investimentos e atividades programadas, uma vez que as operações de crédito, contratadas no final do exercício de 2013, terão seus recursos disponibilizados a partir de 2014.

No que se refere à ampliação da prestação de serviços de segurança pública e defesa social, destacam-se, em 2013, o incremento no efetivo policial e nas atividades relacionadas à prevenção e repressão da violência e a aquisição de equipamentos imprescindíveis às ações de defesa social, além da implantação das Unidades Integradas PRO PAZ (UIPP), com conclusão de 13 novas unidades, 51 com obras em andamento e/ou processo licitatório concluído e três em fase de licitação. Em 2014, todos os municípios paraenses estarão com uma unidade policial, dentro do conceito de UIPP.

Na área da educação e cultura, a gestão estadual priorizou investimentos em construção, reforma e ampliação de escolas, inclusive as profissionalizantes que contribuirão, diretamente, na formação de mão de obra e geração de ocupações produtivas e, ainda, na valorização do profissional de educação. O "Pacto pela Educação", instrumento de gestão de curto e médio prazo, com participação de diferentes setores sociais e níveis de governo, objetiva melhorar a qualidade de ensino e alterar o perfil educacional do estado, com investimento em U\$ 350 milhões, assegurados em contrato com o BID. Some-se a esse projeto o fortalecimento da cadeia produtiva cultural e esportiva do estado, em parceria com o PRO PAZ, a fim de desenvolver a cultura da paz entre a juventude paraense.

Na área da proteção social destaca-se, no período de 2011-2013, a ampliação de 447 leitos à população paraense, com a previsão para 2014 da requalificação e construção de 22 hospitais em diversos municípios, e ampliação de 1.108 leitos, totalizando, no período de 2011-2014, 1.555 novos leitos.

No setor transporte, as ações de governo abrangem os modais rodoviário, aeroviário e hidroviário. No modal rodoviário, de 2011 a 2013, foram feitas intervenções em 1.266 km de rodovias, construção de 2.565 m de pontes de concreto e pavimentação de 227 km de vias em diversos municípios. Destacam-se, também, as ações do Projeto "Ação Metrópole", com vistas à melhoria da mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belém e previsão de conclusão em 2016.

Quanto ao modal hidroviário, em 2013, foram feitos investimentos para conclusão das obras de reforma e adequação dos terminais hidroviários dos

municípios de Porto de Moz, Barcarena e São Sebastião da Boa Vista. Na capital, destaca-se a obra de reforma e adequação do Armazém 9 da Companhia das Docas do Pará (CDP) para implantação do Terminal Hidroviário de Belém, em fase de conclusão. Em relação ao aeroviário, foram concluídos os projetos executivos de aeródromos públicos nas regiões do Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Marajó, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu.

Na área de habitação, destaca-se o atendimento do Cheque Moradia que, no período 2011-2013, superou em investimento a meta prevista até 2014, além de ampliar o atendimento, não só no que diz respeito ao público alvo como no número de municípios.

Nas ações de ciência e tecnologia destacam-se a consolidação do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT Guamá), em parceria com a Universidade Federal do Pará, com conclusão, em 2013, de 42% do complexo arquitetônico e 98% do complexo urbanístico; e as ações de inclusão digital que, por meio do NAVEGAPARÁ, alcançam o equivalente a 5,7 milhões de habitantes, que representam cerca de 70% da população.

Na área ambiental, destaca-se, em 2013, a emissão de aproximadamente 45.000 cadastros ambientais rurais, viabilizando o CAR para cerca de 97.000 propriedades rurais, o que faz do Pará o estado com a maior cobertura cadastral no Brasil, com cerca de 34 milhões de ha, correspondente a quase 60% da área a ser cadastrada. Além disso, a saída dos municípios paraenses de Tailândia e Brasil Novo da lista dos maiores desmatadores do país, reduziu o número de municípios embargados, no período de 2011 a 2013, de 19 para 13, permitindo ao produtor o acesso ao crédito rural e outros benefícios programados pelos Governos Federal e Estadual.

No tocante à agricultura familiar, foram elaborados, em 2013, 7.940 projetos de crédito rural, através do Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia (BASA), sendo contratados 3.446 projetos (43,4%) junto a produtores rurais, cooperativas e associações. E as ações de educação sanitária permitiram a mudança de status do estado para "Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação", o que demonstra que a ação conjunta entre o governo do estado e a iniciativa privada tem gerado excelentes resultados para o desenvolvimento do agronegócio paraense.

Quanto à consolidação da política mineral, em 2013, foi concluída versão preliminar do Plano Mineral do Pará 2030, com foco no longo prazo, e inaugurado o

Núcleo Regional da SEICOM em Marabá, passo importante para interiorizar as ações de governo em uma região estratégica para o estado.

Essas iniciativas favoreceram o crescimento do emprego no Estado do Pará em 3,98%, acima do Brasil que foi de 2,82%, gerando 29.616 postos de trabalho, com destaque para construção civil e comércio e serviços.

A breve análise apresentada demonstra que o desafio de enfrentar o antigo modelo produtivo e modificar os gargalos estruturais existentes apresentou reflexos positivos em 2013, entretanto, faz-se necessário, ainda, investir na ampliação da qualidade e na regionalização dos serviços públicos. Nesse sentido, a avaliação da ação pública, enquanto instrumento de gestão governamental, requer aperfeiçoamento contínuo para fins de aprendizagens das equipes técnicas envolvidas, orientação ao processo decisório dos gestores públicos, e, em especial, estímulo ao exercício do controle social.

